





**O JORNALISMO POLÍTICO  
REPUBLICANO RADICAL**



Júlia Leitão de Barros

# O JORNALISMO POLÍTICO REPUBLICANO RADICAL

O Mundo, 1900 -1907

TÍTULO

*O Jornalismo Político Republicano Radical – O Mundo, 1900 -1907*

AUTORA

Júlia Leitão de Barros

EDITOR

Instituto Politécnico de Lisboa

DESIGN DA CAPA

Pedro Antunes

EXECUÇÃO GRÁFICA

Gráfica 99

© Instituto Politécnico de Lisboa, 2021



Todos os direitos reservados

Abril de 2021

ISBN 978-989-54510-9-8

DEP. LEGAL N.º 479972/21

# ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>CAPÍTULO 1. A IMPRENSA NA MONARQUIA LIBERAL</b> .....	31
<b>CAPÍTULO 2. LISBOA UMA CIDADE SINGULAR</b> .....	49
2.1. A IMPRENSA DIÁRIA DE LISBOA .....	55
2.2. CRIAR UM JORNAL DIÁRIO .....	62
<b>CAPÍTULO 3. A REPERCUSSÃO DO ULTIMATO NA IMPRENSA DIÁRIA DE LISBOA</b> .....	67
3.1. A CONCORRÊNCIA CHEGA AO JORNALISMO DE NEGÓCIO: O <i>O SÉCULO</i> E <i>DIÁRIO DE NOTÍCIAS</i> .....	67
3.1.1. Os outros .....	81
3.2. O NOVO TÍTULO <i>O MUNDO</i> .....	98
3.2.1. O Ultimato e o novo radicalismo .....	100
3.3. O <i>O PAIZ/O MUNDO</i> E LIBERDADE DE IMPRENSA .....	145
3.3.1. Resistir para existir .....	155
3.3.2. Prosperar na adversidade.....	181
<b>CAPÍTULO 4. A TUTELA POLÍTICA DO DEBATE JORNALÍSTICO</b> .....	207
4.1. O JORNALISMO POLÍTICO DOS JORNAIS DE “INFORMAÇÕES” ...	208
4.1.1. O jornalismo apartidário dos jornais de “informações” .....	216
4.2. O DEBATE COMO COMBATE .....	224
4.3. OS LIMITES DO DEBATE PARTIDÁRIO: CONVERSA E INTERPELAÇÃO .....	242
4.3.1. A Entrevista.....	253
4.3.2. O debate “alargado” a todos .....	260
<b>CAPÍTULO 5. DEBATE POLÍTICO E INFORMAÇÃO</b> .....	279
5.1. BOATOS E VALIDAÇÃO DE NOTÍCIAS .....	284
5.2. ALARGAR O ÂMBITO DO ASSUNTO POLÍTICO: O LUGAR DA REPORTAGEM.....	321

<b>CAPÍTULO 6. O O MUNDO E O MOVIMENTO REPUBLICANO .....</b>	<b>353</b>
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>397</b>
<b>BIBLIOGRAFIA E FONTES.....</b>	<b>405</b>
BIBLIOGRAFIA .....	405
FONTES.....	414
1. Jornais diários:.....	414
2. Outros periódicos: .....	415
3. Livros e Panfletos:.....	415

## INTRODUÇÃO

A historiografia política da monarquia liberal portuguesa assume a imprensa como incontornável elemento descritivo da luta política. Sem exceção, os historiadores que se debruçam sobre o final da monarquia apontam a imprensa como fator determinante na crise das instituições. Tendem estes a tratar o crescimento do movimento republicano enquadrado pelo esforço propagandístico do partido republicano (e pouco importa aqui se lhe dão, ou não, um sentido vitorioso). A imprensa diária surge sistematicamente associada a outras formas de divulgação da atividade e do ideário republicano (folhetos, conferências, livros, comícios, banquetes, etc.). A análise da imprensa pelo ângulo mais genérico do “partido propaganda”, que a hagiografia republicana erigiu como primeira etapa preparatória da sua chegada ao poder, colheu assim frutos na abordagem histórica, até aos dias de hoje.

Durante o Estado Novo, o estudo da época contemporânea, e em particular do republicanismo, foi marcado por uma luta política e ideológica mais vasta, que integrou as pioneiras obras dos historiadores oposicionistas ao regime autoritário. Tratava-se então, antes de mais, de recuperar os valores políticos da democracia, do laicismo e do estado de direito. A criação de uma identidade republicana, absolutamente distinta e imune a qualquer ambiguidade, refletiu-se na impossibilidade de partilha de qualquer tipo de ideias ou práticas entre republicanos e monárquicos. Estudos como o de Lopes d’Oliveira ou Raul Rego são exemplo desse campo de *batalha*, onde a história do século XX foi chamada a intervir. Para estes autores a falta de liberdades fundamentais, e entre elas a de imprensa, encontrava-se entre os fatores explicativos da queda da Monarquia.

O jornal *O Mundo* destacava-se na luta política travada, exibindo *esporas de ouro* no combate à monarquia, constituindo um exemplo heroico de resistência do partido republicano à perseguição política. A imprensa diária era integrada numa virtuosa atividade propagandística do partido. E veja-se como

Lopes d'Oliveira a descreve, no ano de 1906: «a onda da democracia estron-deia por montes e vales; os meetings vão das cidades às mais remotas aldeias – [...] à volta de Lisboa e Porto é uma cintura de fogo de propaganda...».<sup>1</sup>

Já na década de sessenta, Oliveira Marques dotou de maior consistência, com aprimorada e sistemática recolha de novas fontes, esta recuperação do republicanismo. No início da década de 90, o mesmo historiador não hesita em distinguir o *O Mundo* como o «periódico n.º1 antimonárquico».<sup>2</sup>

Por outro lado, os mesmos constrangimentos políticos marcavam os estudos parcelares sobre a imprensa. Até à década de sessenta a temática ficará entregue aos homens do ofício. Curiosamente um primeiro fôlego de história da imprensa fora dado exatamente na viragem para o século XX, por Alfredo da Cunha e Alberto Bessa, ambos jornalistas da direção do *Diário de Notícias*.<sup>3</sup> Durante a I República e no Estado Novo a abordagem da imprensa permaneceria nas mãos dos profissionais, complementada por esporádicas e preciosas publicações comemorativas, de carácter institucional,<sup>4</sup> e autobiografias de jornalistas.<sup>5</sup>

---

<sup>1</sup> Lopes d'Oliveira, História da República Portuguesa, *Propaganda na Monarquia Constitucional* (Lisboa: Editorial Inquérito, 1947), 238.

<sup>2</sup> A.H. de Oliveira Marques, “Portugal da Monarquia para a República,” in *Nova História de Portugal*, direção de Joel Serrão e A.H. De Oliveira Marques, vol. XI (Lisboa: Editorial Presença, 1991) 606.

<sup>3</sup> Embora a primeira história da imprensa, escrita em português, remonte a 1857: Tito de Noronha, *Ensaio sobre a História da Imprensa* (Lisboa: Typographia Franco-Portuguesa de Lallemand & C.ª, 1857). Veja-se também as obras de Alfredo da Cunha, “Relances Sobre Três Séculos do Jornalismo Português”, Conferência proferida na Câmara Municipal de Lisboa, em 29 de Novembro de 1941, Separata do Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas (Lisboa: Gráfica Santelmo, 1941); *Eduardo Coelho, A Sua Vida e a Sua Obra. Alguns factos para a história do jornalismo português contemporâneo* (Lisboa: Tipografia Universal, 1891). E ainda: Alberto Bessa, *O Jornalismo, Esboço Histórico da sua origem e desenvolvimento aos nossos dias, ampliado com a resenha chronologica e alphabetica do Jornalismo do Brasil* (Lisboa: Livraria Editora, Viúva Tavares Cardoso, 1904).

<sup>4</sup> Alfredo Cunha, *Diário de Notícias, A sua fundação e os seus fundadores, Alguns factos para a história do jornalismo português, 1864-1914* (Lisboa: Edição comemorativa do cinquentenário do Diário de Notícias, s. d.); *Diário de Notícias, O grande jornal português* (Lisboa: Empresa Diário de Notícias, 1925); Luís Teixeira, O «Diário de Notícias e o século XIX» (s. l.: Edição do “Grupo Amigos de Lisboa”, 1941); João Paulo Freire (Mário), *O Diário de Notícias, da sua fundação às Bodas de Diamante, Escorço da sua História e das suas efemérides* (Lisboa: Edição Comemorativa das Bodas de Diamante do Diário de Notícias, 1939); No 70.º Aniversário de O Comércio do Porto, Homenagem do Pessoal (Porto: Oficinas de O Comércio do Porto, 1924).

<sup>5</sup> Brito Aranha, *Factos e Homens do Meu tempo, Memórias de um jornalista* (Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1907); Ferreira de Mira e Aquilino Ribeiro, *Brito Camacho* (Lisboa: Livraria Bertrand, 1942); Artur Portela, *Os mortos falam* (Lisboa: Editorial Inquérito 2, 1943); Acúrsio Pereira, “Homenagem a Eduardo de Noronha,” *Separata Revista Municipal*, 83 (1960); Bretino Daciano, “Um Jornalista Portuense do Século Passado, Manuel Fernandes Reis”, *Separata O Tripeiro XIII*, 10 (fevereiro, 1958); Eduardo Noronha, *Vinte e cinco anos nos bastidores da Política, Emídio Navarro e as Novidades, A sua vida e a sua obra política e jornalística* (Porto: Companhia Portuguesa

Foi preciso esperar pela década de sessenta para surgir a obra marcante e inovadora de José Tengarrinha, *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, que percorre o lacto período do século XVII ao início do século XX, esforço isolado e sem seguidores, mas com linhas interpretativas amplamente reproduzidas desde então.<sup>6</sup> É dele, para o período que tratamos, o realce dado à crescente clivagem entre o jornalismo informativo e o de opinião.

Já após o 25 de abril de 1974, observa-se um fugaz interesse pelos estudos sobre jornalismo, com inevitável carácter monográfico, abrangendo áreas até aqui esquecidas, em particular a imprensa operária e sindical da I República, ou a imprensa política clandestina no Estado Novo. E lembremos no primeiro caso o estudo de César de Oliveira.<sup>7</sup>

A imprensa republicana e monárquica, por seu lado, não suscitou qualquer interesse.

Em contrapartida, o período do fim da monarquia em Portugal era abordado sobre novas perspectivas, da economia à sociedade, e saliente-se aqui Manuel Villaverde Cabral, com obras marcantes como, o *Operariado nas Vésperas da República, 1909-1910*, de 1977, e *Portugal na Alvorada do Século*, de 1988, e, sobretudo, Vasco Pulido Valente que, em 1975, lançava uma verdadeira “pedrada no charco” na história do republicanismo, com a seu estudo *O Poder e o Povo*. Ambos tenderam a considerar a década de noventa como qualitativamente diferente em termos políticos. Para eles o republicanismo conseguira ganhar uma expressão desconhecida, com implicações na condução política dos sectores monárquicos. Villaverde Cabral realçava, a este propósito, o momento de crise provocado pelo Ultimato britânico, de 11 de janeiro de 1890, e, sem deixar «de remeter para as dificuldades mais antigas e mais profundas»,<sup>8</sup> apontava: «teve consequências político-ideológicas, levando ao mesmo tempo ao advento de tendências cesaristas e à irrupção violenta do republicanismo».<sup>9</sup>

---

Editora, 1913); *Discursos pronunciados na sessão comemorativa dos Centenários de Anselmo de Andrade e de Emídio Navarro*, (Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1944); Norberto Lopes, *Hernano Neves, a grande reportagem* (Amadora: Editora Bertrand, 1985), etc.

<sup>6</sup> José Tengarrinha, *História da Imprensa Periódica Portuguesa* (Lisboa: Portugália Editora, 1971).

<sup>7</sup> César de Oliveira, “Imprensa Operária no Portugal oitocentista: de 1825 a 1925,” *Análise Social*, n.º 39, (1973): 552-57.

<sup>8</sup> Manuel Villaverde Cabral, *Portugal na Alvorada do Século XX, Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico de 1890 a 1914* (Lisboa, Editorial Presença, 1988), 28.

<sup>9</sup> *Idem*, 29.

Valente, concedendo igual valor político ao republicanismo, no pós-Ultimato, circunscrevendo a sua força à cidade de Lisboa, identificava meios e apoios, relativizando a sua pressão democratizante, preferindo assentar a crescente adesão ao movimento republicano no psicologismo sociológico de um grupo de interesses: «o carácter democrático, nacionalista, anticlerical e igualitário da ideologia republicana exprimia fundamentalmente as frustrações e ambições da pequena-burguesia urbana». <sup>10</sup> Descrevendo: «esta gente, orgulhosa, segura de si e ferozmente independente, odiava de nascença a oligarquia reinante, que frustrava as ambições sociais e a fazia dolorosamente sentir os limites da sua posição subordinada». <sup>11</sup> Para o pequeno burguês urbano «a aversão profunda que nutria pelos grandes, piedosamente poupados à mediocridade daquela existência, alimentava-se na humilhação diária. Pior ainda: para ele, a destruição do regime representava a única esperança possível» <sup>12</sup>. Esta base de apoio republicano, teria contado com o “engano” (ilusão e ausência de racionalidade) dos «trabalhadores». Valente caracterizava-os:

*É, no entanto, necessário distinguir entre aqueles (poucos) que se empregavam em fábricas «modernas» (sobretudo têxteis) e a esmagadora maioria dos que se ocupavam em pequenas oficinas. Os primeiros tendiam a opor-se ao sistema capitalista em bloco, e não apenas à Monarquia. Se e quando se juntavam aos republicanos, faziam-no porque o PRP lhes acenava com a perspectiva apocalíptica da revolução: uma razão claramente accidental. Os segundos, pelo contrário, sonhavam «estabelecer-se», isto é, tornar-se independentes. E, desde que juntassem um pequeno capital e conquistassem um pequeno mercado, geralmente conseguiam-no. Assim, preferiam, por regra, solidarizar-se com os patrões a associar-se aos operários fabris.* <sup>13</sup>

Concluindo:

*Até 1910 foi ao PRP e não ao PS e aos sindicatos, que acorreram os trabalhadores. A falta de um verdadeiro programa “social” não prejudicou os republicanos, porque a revolução representava a esperança próxima e palpável de*

---

<sup>10</sup> Vasco Pulido Valente, *O Poder e o Povo* (Lisboa, Círculo de Leitores, 1999), 49.

<sup>11</sup> *Idem*, 48.

<sup>12</sup> *Ibidem*, 49

<sup>13</sup> *Ibidem*, 49.

*melhores dias. [...] De resto, o Partido aplicou-se a confundir a questão. A benefício da causa, até os seus mais moderados “vultos” não hesitavam em dizer-se “anarquistas” e “socialistas” – O ex-conselheiro Bernardino Machado, por exemplo [...]. Mas não só Bernardino: António José d’Almeida, França Borges e Afonso Costa também não poupavam na demagogia. Além disso, o PRP tinha uma franja ultra jacobina com metafísicas inclinações para a “justiça social” e algumas das personalidades que nela pontificavam, como Alfredo Ladeira e Botto Machado, foram habilmente promovidas a “representantes” das classes trabalhadoras no seio do partido.<sup>14</sup>*

Assim, segundo Valente, «e apesar de toda a resistência dos sindicatos e do PS, a maioria dos operários fabris e oficinas “abandonou a luta pela sua emancipação” e, como, dizia *A Greve*, seguiu, “cega e sugestionada” o bombástico comboio republicano». <sup>15</sup> O republicanismo albergaria inveja, ambição e engano. A imprensa interessou-lhe como fator de agitação política: «Só em Lisboa, duas dúzias de jornais alimentavam as conversas com uma torrente infundável de calúnias e de insultos». <sup>16</sup> Situada no vasto campo da propaganda republicana, a imprensa seguia a estratégia delineada em 1903:

*Mas desde logo se reconhecem as linhas que, pouco a pouco, iriam cristalizar num quadro permanente. Primeiro a “guerra a todos os governos”, ou seja, a tentativa de impedir a estabilidade do sistema. Depois a exploração do “escândalo” como forma privilegiada de luta. Os demagogos do partido não bramiam em abstrato contra a tirania, a oligarquia, a corrupção e o clericalismo: atacavam indivíduos concretos. [...] Esta natureza pessoalista da política fazia com que a imprensa republicana se ocupasse longamente da vida privada e das mais íntimas tendências da “facinorosa quadrilha monárquica”.<sup>17</sup>*

Para Vasco Pulido Valente «entre 1903 a 1908, a imprensa republicana constantemente cresceu em brutalidade e intolerância». <sup>18</sup> Contrariando toda a historiografia da época, conclui: «Numa palavra, a

---

<sup>14</sup> *Ibidem*, 55.

<sup>15</sup> *Ibidem*, 56.

<sup>16</sup> *Ibidem*, 50.

<sup>17</sup> *Ibidem*, 53.

<sup>18</sup> *Ibidem*, 59.

Monarquia caiu porque deu “liberdades” a mais, como se queixava João Franco, e não porque deu “liberdades” a menos, como depois virtuosamente sustentou a historiografia “democrática”». <sup>19</sup>

A leitura de Valente tinha, porém, os seus limites, a sua teoria de comunicação não se distinguia da restante historiografia: na sua visão sobre a luta política inscrevia-se o modelo de transmissão de comunicação. M. Schudson caracteriza-o:

*[...] takes communication to be the transportation of ideas or information from a sender to a receiver. This is the dominant popular and academic concept (...). In the transmission model of communication, the press would have a place when it could be identified as the originator or exclusive or predominant disseminator of an idea or program or piece of information that affects what people think.* <sup>20</sup>

A diferença substancial, face à restante historiografia, encontrava-se na caracterização da nova elite, que emergira no contexto do Ultimato, que Valente identifica como os demagogos do partido, que orientariam a massa incrédula.

No final da década de oitenta o interesse pela temática do republicanismo é recuperado pela historiografia. O arranque deve-se à recém abertura do vasto campo, quase virgem, da História Contemporânea que, depois de quatro décadas de esporádicas incursões, ganhava agora uma dinâmica sem precedentes, em particular a história política, económica e social, onde se destacam, Hermínio Martins, Manuel Lucena, Vasco Pulido Valente, Fernando Rosas, António Reis, M. Braga da Cruz, António Telo, Fernando Catroga, Costa Pinto, entre outros.

Fernando Rosas, especialista na história do Estado Novo, não deixou de salientar na sua reflexão em torno das origens do autoritarismo moderno, o impacto da crise económica, financeira e política, de 1890-91, «não se limita a originar uma complexa crise governativa: vem evidenciar o impasse do sistema político institucional», desenhando «a grave crise de legitimação a que fora conduzido o liberalismo monárquico». <sup>21</sup> Explicando:

---

<sup>19</sup> *Ibidem*.

<sup>20</sup> Michael Schudson, *The Power of News* (Cambridge, Massachusetts, London: Harvard University Press, 1995), 40-1.

<sup>21</sup> Fernando Rosas, “A crise do liberalismo e as origens do autoritarismo moderno e do Estado Novo em Portugal,” *Penélope* 2 (1989): 98-9.

*Nos principais centros urbanos [...] o advento de novas indústrias, o crescimento da burocracia estatal, a expansão dos serviços comerciais e das profissões liberais origina o desenvolvimento polarizado de uma plebe urbana (o proletariado industrial recém-chegado dos campos o artesanato industrial, as camadas inferiores dos empregados dos serviços públicos etc.) quase completamente destituída do direito de participação no sistema político. Sobre ela, tendendo crescentemente a hegemonizar o seu descontentamento político e social, as camadas intermédias da população urbana; a pequena burguesia dos serviços, das profissões liberais, dos pequenos e médios negócios [...]. É esta a base social típica do republicanismo português que, na viragem do século, conquistará às organizações operárias socialistas e anarco-sindicalistas a liderança [...]. É ela igualmente, no sentido de conquistar o seu espaço de participação política, que se constituirá na grande força de pressão democratizante do sistema liberal monárquico, pressão que evoluirá para formas tanto mais radicais quanto a monarquia constitucional se mostra totalmente incapaz de qualquer medida séria de reforma tendente ao enquadramento das forças emergentes da pequena burguesia urbana.<sup>22</sup>*

Rosas considera, porém, que a crise que se instalara tinha uma dimensão verdadeiramente estrutural, com repercussões nos grupos sociais dominantes, obrigados a rever as suas estratégias económicas e políticas. A valorização da pressão democratizante assumia aqui valor político, mas a imprensa não surge como fator explicativo relevante.

Nos estudos sobre republicanismo Fernando Catroga distinguir-se-ia, em 1991, com a sua obra, *O Republicanismo em Portugal*, realçando o republicanismo como um movimento, «uma frente socialmente interclassista e ideologicamente heterogénea», sujeita a «contradições e refluxos»;<sup>23</sup> chamando aí à atenção para os «ativistas» dos finais de oitocentos, para quem o republicanismo não se cingia à luta contra a monarquia, «constituía um ideal que em última análise, sintetizava e incorporava não só as aspirações demoliberais, mas também socialistas e anarquistas».<sup>24</sup> Segundo Catroga, «esta tendência mais radical arrancou com

---

<sup>22</sup> *Idem*, 99.

<sup>23</sup> Fernando Catroga, *O republicanismo em Portugal, da formação ao 5 de outubro de 1910* (Lisboa: Editorial Notícias, 2000), 38-9.

<sup>24</sup> *Idem*, 60.

força depois do insucesso do 31 de janeiro e que, paulatinamente conseguiu hegemonizar a propaganda republicana e ganhar o poder partidário nos anos anteriores a 1910». <sup>25</sup> Tese que seria de alguma forma sustentada, por António Ventura, na sua abordagem inovadora das correntes socialistas e anarquistas, no mesmo período:

*O rescaldo do Ultimato (1890) saldara-se por um considerável reforço do Partido Republicano, sem dúvida a única força política que claramente capitalizou dividendos em termos de opinião pública nacional [...]. No entanto, o crescendo da influência do Partido Republicano foi abruptamente interrompido pela tentativa revolucionária de 31 de janeiro de 1891, cuja derrota acarretará graves consequências para o movimento republicano condenado a uma travessia do deserto que durará cinco ou seis anos. A prisão ou exílio de alguns mais aguerridos dirigentes partidários, bem como as divergências que se acentuaram [...] anularam, em larga medida, os avanços registados.* <sup>26</sup>

Ventura salienta, na década de noventa, as aproximações ao republicanismo radical de sectores socialistas e anarquistas: «os libertários intervencionistas, juntamente com alguns republicanos radicais, organizaram, a partir de 1897, diversas estruturas legais, semilegais e clandestinas, com vista a propagar as suas ideias e a preparar a revolução». <sup>27</sup>

Fernando Catroga situa na capital a força do republicanismo, mas concebe-o como movimento, acentuando a sua configuração complexa e flexível – «conglomerado de centros, de comissões municipais, de jornais e personalidades sem qualquer unidade ideológica e programática, unidos pelo desejo comum vago quanto distante, da implantação da República». <sup>28</sup> A imprensa republicana era valorizada:

*Os erros dos monárquicos ajudaram à derrocada, embora a depreciação da monarquia tenha sido essencialmente produto dos efeitos da propaganda republicana junto da opinião pública urbana e politizada [...]. Isso foi conseguido através de uma numerosa e combativa imprensa*

---

<sup>25</sup> *Ibidem*, 61.

<sup>26</sup> António Ventura, *Anarquistas, Republicanos e Socialistas em Portugal, As convergências possíveis (1892-1910)* (Lisboa: Edições Cosmos, 2000), 15.

<sup>27</sup> *Idem*, 177.

<sup>28</sup> Fernando Catroga, *O republicanismo...*, 18.

– mais de 100 títulos em 1910 –, com destaque para os diários *O Século* e, nas vésperas de 5 de outubro, *A Lucta* (de Brito Camacho), e *O Mundo* (dirigido por França Borges), a *Vanguarda* (dirigido por Sebastião Magalhães Lima) – com recurso à crítica e à sátira – (...) o impacto do panfletismo e dos escritos dos seus publicistas [...] e com a exploração de escândalos, a agitação das petições, dos comícios e da oratória parlamentar [...].<sup>29</sup>

A imprensa, porém, mantinha-se integrada no campo mais vasto da propaganda, e era vago o lugar ocupado pelo jornalismo diário. Esta ótica manter-se-ia como linha dominante da historiografia mais recente em obras tão diversas sobre o republicanismo como de João Medina,<sup>30</sup> de Amadeu Carvalho Homem,<sup>31</sup> ou Sérgio Campos Matos. E veja-se como este último se refere à imprensa republicana na década de noventa:

*Os republicanos, ainda que divididos também eles em diversas fações, dispunham já de um poderoso conjunto de meios de propaganda acessível às camadas populares: numerosos órgãos de imprensa periódica, alguns de grande tiragem [...], folhetos e coleções de divulgação, realização de comícios e conferências públicas, manifestações com archotes, romagens e cortejos [...]. Com raras exceções, esta propaganda era, todavia, predominantemente negativa.*<sup>32</sup>

Já Rui Ramos procura distanciar-se de toda a historiografia recente, desvalorizando o impacto da crise de 1890-92 («cujo significado nunca pararam de exagerar»)<sup>33</sup> e do republicanismo emergente, preferindo referir-se a um vago radicalismo («em 1890, o conflito diplomático com a Inglaterra pusera o radicalismo na moda»)<sup>34</sup>, caracterizando-o assim:

<sup>29</sup> *Idem*, 101.

<sup>30</sup> João Medina, “O republicanismo português da propaganda à revolução ou o ódio santo” in *História de Portugal dos Tempos Pré-históricos aos Nossos Dias*, direção João Medina, vol. IX (Amadora, Clube Internacional do Livro, s. d.).

<sup>31</sup> Amadeu José Carvalho Homem, *A Propaganda republicana 1870-1910* (Coimbra: Coimbra Editora, 1990).

<sup>32</sup> Sérgio Campos Matos, A crise da Monarquia constitucional (1890-1906),” in *História de Portugal dos Tempos Pré-históricos aos Nossos Dias. Monarquia Constitucional*, direção João Medina, vol. IX (Amadora: Internacional do Livro), 168.

<sup>33</sup> Rui Ramos, *João Franco e o Fracasso do Reformismo Liberal, (1884-1908)* (Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2001), 51.

<sup>34</sup> *Idem*, 55.

*O esquerdismo radical – mais como opinião do que como partido organizado – era uma corrente poderosa no estado liberal. Continha uma explicação simples para todos os males nacionais, atribuídos à monarquia e à igreja. Alimentado por uma imprensa especializada em boatos e insultos, dominava as escolas superiores e os cafés das cidades.*<sup>35</sup>

Para Ramos, a nova conjuntura tinha outros contornos políticos relevantes: «o Ultimato britânico de janeiro de 1890 e o descalabro financeiro, pressentido havia algum tempo (e consumado em maio de 1891), foram vistos como abrindo a possibilidade de uma renovação da hierarquia política».<sup>36</sup>

A abordagem do processo de democratização da sociedade portuguesa segue aqui à margem do republicanismo. Rui Ramos considera que a fórmula política em que assentou a monarquia liberal portuguesa, de 1851 a 1908 – entenda-se de Fontes Pereira de Mello a João Franco – «foi sempre a mesma», a saber: «um regime que preservasse a ordem ao mesmo tempo que, gradual e consensualmente, fosse impondo o progresso»<sup>37</sup>. Salientando:

*O caminho para atingir a “democracia” estava em reformas progressivas, e não na insurreição. Ao fazê-lo os liberais no poder modificaram o sentido da “democratização”: entendida outrora como irrupção violenta da plebe, passou a ser concebida como um processo de formação cívica da população dentro de um quadro legal.*<sup>38</sup>

Para este historiador a elite que delibera é o centro da vida política portuguesa: a «elite tinha um objetivo, que era conseguir a gradual integração dos indivíduos e classes no governo do Estado, através de um processo de associação, informação e participação»<sup>39</sup>. Assim, «os liberais interpretavam e praticavam a “democratização”, não como uma forma de habilitar politicamente a população tal como essa população era ou queria ser, mas acima de tudo como um projeto construtivista de fazer a

---

<sup>35</sup> *Ibidem*, 89.

<sup>36</sup> *Ibidem*, 49.

<sup>37</sup> *Ibidem*, 186.

<sup>38</sup> *Ibidem*, 23.

<sup>39</sup> *Ibidem*, 40.

população conformar-se, através da educação e do bem-estar». <sup>40</sup> A democratização da sociedade portuguesa tinha como garante uma elite – indivíduos relativamente autónomos em relação ao corpo social – que geria racionalmente, com a sua análise e debate, a vida política portuguesa. Elite esclarecida e formada na ideologia democrática do seu tempo: «as descrições do sistema liberal em Portugal como “uma oligarquia parlamentar num país semiperiférico” esquecem esta tensão entre a gestão do poder e a sua justificação ideológica. Ora esta tensão constituiu precisamente a base de toda a dinâmica» <sup>41</sup> e uma «inclinação do regime para uma espécie de “reforma permanente”, uma inclinação reforçada pela tendência da elite política para criticar e renegar o *status quo*». <sup>42</sup>

A valorização, por este historiador, da capacidade da elite para gerir e decifrar opiniões (hierarquizando e interpretando) tinha várias implicações: colocava a deliberação no centro da atividade política, dotava a condução política de um grau máximo de racionalidade e moderação (aqui antídoto da violência). Rui Ramos não hesita em considerar: «a “democracia” era inevitável e os grupos radicais tornaram-se o principal interlocutor político dos liberais no governo». <sup>43</sup>

Para Ramos o campo político é bipolar, e a grande clivagem não recai no projeto político – a democratização da sociedade – mas antes, nos meios empregues. O historiador procede então à distribuição de atributos: de um lado a responsabilidade, racionalidade e moderação da elite; do outro, a irresponsabilidade, a irracionalidade e a violência radical. A esta conceção da vida política tomada por uma elite com uma ideia (projeto alternativo de democratização gradual da sociedade), na posse meios de atuação (associação, informação, participação e diálogo com radicais), positividade dos valores que norteavam a sua ação (educação e bem-estar), correspondia uma visão do papel da comunicação e dos jornais populares («Diz-me que visão tens do papel da comunicação e dir-te-ei que modelo, explícito ou implícito, tens da sociedade»). <sup>44</sup>

Ramos não só desvaloriza o lugar ocupado pelo republicanismo na crise das instituições monárquicas como avança com um novo significado do jornalismo republicano: «O êxito da chamada “imprensa republicana” em

---

<sup>40</sup> *Ibidem*, 24.

<sup>41</sup> *Ibidem*, 60.

<sup>42</sup> *Ibidem*, 61.

<sup>43</sup> *Ibidem*, 43

<sup>44</sup> Dominique Wolton, *Pensar a Comunicação* (Lisboa: Difel, Difusão Editorial, 1999), 41.

Portugal deve-se menos ao republicanismo do que ao facto de terem sido alguns destes jornalistas radicais a fundar em Portugal a imprensa sensacionalista, que nesta época se desenvolveu em todos os países europeus». <sup>45</sup> Uma vez mais o jornalismo praticado pelos republicanos distinguia-se da restante imprensa política, ao invés do discurso político demagógico apontado por Valente, era agora o sensacionalismo, a mobilização de afetos, impressões e emoções, em detrimento de ideias ou valores.

Perante os números das tiragens dos jornais, relativas ao ano de 1906, que apontavam *O Século*, o *Diário de Notícias* e o *O Mundo*, como os jornais populares da capital, Rui Ramos atribuiu o sucesso dos dois primeiros à ausência de filiação partidária e à sua vocação para o negócio, já quanto ao jornal republicano, os seus trunfos residiam no carácter irracional dos seus conteúdos políticos (sensacionalista, impressivo e emotivo). E destaca *O Mundo*, dirigido por França Borges, como:

*[...] o cano de esgoto de todas as insinuações, calúnias e escândalos que a denúncia de uns e a imaginação de outros podiam arranjar contra altos personagens da sociedade portuguesa. Numa secção, «diz-se que», espalhava os mais desbragados rumores. Em nome da moralidade republicana, estampava na primeira página correspondência íntima entre alunas de colégios, sugerindo estar-se perante uma orgia lésbica [...]. Outra das suas especialidades era comprar e publicar documentos da casa real, atestando as despesas dos reis. O seu nome popular era adequado: chamavam-lhe o «Mundo imundo». Era evidentemente, um jornal que toda a gente corria a ler.*<sup>46</sup>

A conceção dual do político espelha-se aqui, equivalendo a uma visão de sociedade, marcada pela divisão política, da elite versus “massa” (“toda a gente”), com repercussões até de ordem cognitiva, visível na ausência de capacidade crítica da “massa” – pois todos os “males” que o *O Mundo* incorporava, faziam dele “evidentemente um jornal que toda a gente corria a ler”. Por detrás desta visão de sociedade encontramos, uma vez mais, o modelo de transmissão de comunicação.

---

<sup>45</sup> Rui Ramos, “A Segunda Fundação (1890-1926)”, in *História de Portugal*, direção José Mattoso, vol. 6 (Lisboa: Círculo de Leitores, 1994), 50.

<sup>46</sup> *Idem*, 51.

A linha interpretativa de Rui Ramos não surge sustentada por qualquer estudo aprofundado sobre as práticas jornalísticas do período. A imprensa é na obra deste historiador não só um tema lateral à abordagem da história política do período (assume o estatuto de argumento ilustrativo secundário), como não encontra apoio noutros historiadores do campo político, que mantêm a postura, já anteriormente referida, de valorizar a imprensa no caldo da propaganda republicana.

Concordamos com M. Schudson quando afirma: “[...] the transmission model of communication fits the presuppositions of history writing but in a way that guarantees the invisibility of the press”.<sup>47</sup>

A questão complica-se quando verificamos serem escassos os estudos sobre a imprensa política, na viragem do século XIX, realizados noutras áreas das ciências sociais. É certo que se assistiu a um surto de estudos sobre jornalismo na década de noventa, do século passado, quando na história, na sociologia e nos estudos jornalísticos da área da comunicação cresceu o interesse pela temática. A esta vaga não foi certamente alheia a emergência de novos média e a recuperação de uma velha utopia social assente nas proezas da comunicação. Mas o presente e o futuro, mais do que o passado, interessaram à academia. A história do jornalismo, e da imprensa escrita em particular, foi relegada para um plano marginal. Algumas exceções merecem, porém, ser assinaladas, mas tiveram uma particularidade, privilegiaram o período do Estado Novo. E lembremos alguns desses estudos pioneiros que abordaram a televisão (Francisco Rui Cádima), a rádio (Rogério Santos e Dina Cruz), mas também a imprensa (Maria Helena Veríssimo e Ana Cabrera).<sup>48</sup> Não deixaram de contribuir para realçar a importância de autonomizar o jornalismo como área de interesse para os historiadores.

Na produção mais recente no terreno dos estudos do jornalismo duas obras merecem especial atenção. O precioso instrumento de consulta, rigoroso no levantamento de informação descritiva, sobre os quotidianos portugueses, *Jornais Diários Portugueses, O Século XX, Um dicionário*,<sup>49</sup>

<sup>47</sup> Michael Schudson, *The power...*, 41.

<sup>48</sup> Francisco Rui Cádima, *Salazar, Caetano e a Televisão Portuguesa* (Lisboa: Presença, 1996); Maria Helena Veríssimo, *Os Jornalistas nos anos 30/40. Elite no Estado Novo* (Coimbra: Minerva, 2003); Rogério Santos, *As vozes da rádio (1924-1939)* (Lisboa: Caminho, 2005); Dina Cristo, *A Rádio em Portugal e o declínio do Regime de Salazar e Caetano (1958-1974)* (Coimbra: Minerva, 2005); Ana Cabrera, *Marcello Caetano: Imprensa e Poder* (Lisboa: Livros Horizonte, 2006).

<sup>49</sup> Mário Matos Lemos, *Jornais Diários Portugueses, O Século XX, Um dicionário* (Coimbra: Ariadne, 2004).

de Mário Matos e Lemos, e, a abordagem inovadora das práticas jornalísticas, *Jornalistas do ofício à profissão. Mudanças no jornalismo português (1956-1968)*,<sup>50</sup> de Fernando Correia e Carla Baptista.

Alguns aspetos particulares da história imprensa diária portuguesa, do início do século XX, começaram também a ser aprofundados: biografias de jornalistas, como a de João Chagas por Álvaro Belmar Esteves,<sup>51</sup> de Rocha Martins, por Paula Susana Nunes Vicente;<sup>52</sup> a atividade associativa dos jornalistas por José Carlos Valente;<sup>53</sup> mas sobretudo, destacar-se-iam, pela quantidade, as análises de discurso, que cobrem assuntos tão variados como a política local na imprensa da Guarda,<sup>54</sup> até à questão religiosa no jornal *O Mundo*.<sup>55</sup> Sendo este o único estudo existente sobre este jornal. Mais recentemente, em 2009, Carla Baptista defendeu a sua tese de doutoramento na área da comunicação sobre o jornalismo político do século XIX ao marcelismo,<sup>56</sup> com enfoque nas questões ligadas à profissionalização do jornalista, constituindo assim uma referência para a nossa dissertação, embora não aborde o jornalismo republicano, e apenas utilize fontes memorialísticas para a reconstituição das práticas jornalísticas relativas ao nosso período.

Esta breve passagem pela produção historiográfica permite-nos concluir que, não obstante os historiadores partilharem da constante valorização do papel político da imprensa diária, na fase final da monarquia, esta nunca foi objeto de um estudo autónomo. Esta constatação é tanto mais significativa quanto sabemos que a singularidade de Lisboa também passava por possuir uma tiragem média dos jornais diários na ordem dos 300.000 exemplares (1906) quando se estima que a sua população

---

<sup>50</sup> Carla Baptista, Fernando Correia, *Jornalistas do ofício à profissão. Mudanças no jornalismo português (1956-1968)*, (Lisboa: Caminho, 2007).

<sup>51</sup> Álvaro Belmar Esteves, “João Chagas, Jornalista e Republicano (1890-1900)”, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 1999.

<sup>52</sup> Paula Susana Nunes Vicente, “Fala o Rocha... Para uma interpretação do pensamento político de Rocha Martins”, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2003.

<sup>53</sup> José Carlos Valente, *Elementos para a História do Sindicalismo dos Jornalistas Portugueses*, I parte (1834-1934) (Lisboa: Sindicato dos Jornalistas, 1998).

<sup>54</sup> António Manuel Gonçalves Sampaio, “O Discurso Político na Imprensa Guardense: do final da monarquia à implantação da República”, Dissertação de Mestrado, Universidade da Beira Interior, 2000.

<sup>55</sup> Rui Manuel Afonso Costa, “*O Mundo* e a Questão religiosa (1900-1927)”, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1998.

<sup>56</sup> Carla Baptista, *Apogeu, morte e ressurreição da política nos jornais portugueses – do século XIX ao marcelismo* (Lisboa: Escritório, 2012).

rondaria os 435.000 habitantes (em 1910). Some-se a estes já de si intrigantes números, coincidir este período com a introdução de uma série de novidades nas práticas jornalísticas e no conteúdo dos jornais diários. Refira-se a título de exemplo, os concursos, os títulos e a fotografia.

Saliente-se que, à exceção do *Diário de Notícias*, e eventualmente o *O Século* (as referências a este jornal são contraditórias, por exemplo, Rui Ramos considera-o sem perfil político definido, Fernando Catroga coloca-o ao lado dos republicanos), todos os outros jornais estavam alinhados politicamente. Por outro lado, o *Diário de Notícias* e o *O Século* eram já então estruturas empresariais que se distinguiam por fazer um jornalismo diverso dos seus parceiros, um jornalismo informativo em vez de um jornalismo de opinião. Eram os jornais preferidos dos lisboetas, segundo a leitura da distribuição das tiragens por jornal. Os dois disputavam entre si a liderança nas vendas. Mas eram seguidos de perto por um jornal de opinião *O Mundo*. Tais factos não suscitaram até hoje grandes interrogações.

A unanimidade historiográfica em torno da importância política assumida pelo jornal *O Mundo* alicerçou o interesse em aprofundar o seu estudo. Mas desde logo optei por uma abordagem que o situasse no âmbito mais vasto da comunicação, tentando inseri-lo no jornalismo político praticado na época. Isto é, uma análise que sem deixar de considerar *O Mundo* como meio da propaganda do movimento republicano ou instrumento de ação de um político (Afonso Costa), procurasse estudá-lo no seio da imprensa diária de Lisboa.

A minha abordagem do jornal *O Mundo* procura inserir-se na linha da história cultural sugerida, entre outros, por Roger Chartier, que exige ao historiador que se livre «da oposição entre criação e consumo, entre produção e receção», porque:

*Dessa distinção primordial decorre toda uma série de corolários implícitos [...], ela está na base de uma representação do consumo cultural que se opõe passo a passo, à representação da criação intelectual: passividade contra invenção, dependência contra liberdade, alienação contra consciência. A inteligência do «consumidor é (para retomar a metáfora da pedagogia antiga) como cera mole onde se inscreveriam de maneira bem legível as ideias e as imagens forjadas pelos criadores intelectuais.<sup>57</sup>*

---

<sup>57</sup> Roger Chartier, *A História Cultural, Entre Práticas e Representações* (Lisboa: Difel, 2002), 58.

No mesmo sentido, esta linha de investigação do campo cultural, apela para a necessidade de integrar os textos históricos, por entre práticas e representações, no interior do seu género.

Se o jornalismo político republicano, e em particular o jornal *O Mundo*, tem sido autonomizado do jornalismo político da sua época (pelo seu conteúdo e pela sua forma) procurei mudar de perspetiva, integrando-o no seu campo de atividade. Com este primeiro propósito considere de grande utilidade metodológica a proposta de Pierre Bourdieu de analisar os jornais inseridos no seu meio natural, no seu campo privilegiado de atuação: o campo jornalístico. Lembremos que para Bourdieu:

*Um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade que se exercem no interior desse espaço – que é também um campo de lutas tendo em vista transformar ou conservar o campo de forças. Cada um, no interior deste universo, comete na sua concorrência com os outros, a força (relativa) que detém e que define a sua posição no campo e, por consequência as suas estratégias.<sup>58</sup>*

Como sempre reafirmou Bourdieu os campos têm naturalmente diferentes graus de autonomia e no caso do jornalismo é clara a sua dependência histórica do campo político, do campo literário e do campo económico.

O alinhamento político da maioria dos jornais portugueses, a quase ausência de profissionais do jornalismo, no sentido atual do termo, a aparente inexistência de um código deontológico partilhado por estes, foram fatores que ponderei antes de assumir a operacionalidade deste conceito. Mas como José Tengarrinha, José Augusto França, entre outros, já há muito assinalaram, desde a década de sessenta do século XIX, introduzira-se em Portugal, pela mão do *Diário de Notícias*, um jornalismo empresarial, informativo, de tipo novo. Mais recentemente, Luís Trindade afirmaria a propósito: «O aparecimento do *Diário de Notícias* foi uma rutura num jornalismo português quase exclusivamente de opinião».<sup>59</sup> Isto é, rejeitar linearmente a noção de campo jornalístico aplicável

---

<sup>58</sup> Pierre Bourdieu, *Sobre a Televisão* (Oeiras: Celta, 1997), 41.

<sup>59</sup> Luís Trindade, *Primeiras páginas, O Século XX nos jornais portugueses* (Lisboa: Tinta-da-China, 2006), 11.

ao caso português (por este ser quase totalmente tutelado pelo campo político) era negar a existência de um microcosmo na sociedade lisboeta composto por todos aqueles que viviam da venda dos jornais, que faziam depender a sua existência, pelas mais diversas razões, de uma maior preponderância no espaço público, disputando diferentes concepções de jornalismo e estratégias de afirmação, partilhando práticas e experiências, apropriações de forma, em suma, vivenciando lutas e paradas de jogo que só a eles diziam respeito. Nesse sentido, como considerar inoperante um conceito que nos obriga a olhar para os jornais como dependentes também do peso relativo que ocupam no seu espaço e atividade?

A proposta de Bourdieu é aqui encarada, antes de mais, como um desafio metodológico, uma âncora à volta da qual se desenvolverão as outras abordagens.

Também a questão dos efeitos sociais dos jornais mereceu atenção. Como vimos, o jornalismo enquanto campo autónomo de investigação histórica é praticamente inexistente. A historiografia portuguesa, tende a abordar a imprensa, seguindo um modelo de comunicação que a limita a mero instrumento de transmissão de informação (de um emissor para o recetor). Neste sentido, o lugar da imprensa como fator atuante na vida política, cultural e social, esgota-se no descortinar dos emissores capazes de difundir uma ideia, um programa ou uma ação, e encontrar os recetores, que aderem à intencionalidade expressa. À imprensa não se lhe reconhece qualquer grau de autonomia explicativa. Daqui resulta que esta apenas assume uma enorme relevância nos momentos históricos em que é possível identificar a “boa” receção à intencionalidade comunicativa de emissores precisos.

Na linha de Schudson, tentarei sair do impasse em que se colocaram os estudos jornalísticos que procuraram encontrar o grau de influência da imprensa nas sociedades. Optando assim por olhar para os jornais, enquanto produtos culturais, e não como causa ou efeito de um qualquer processo determinado, antes como parte integrante deste. De Schudson retirei ainda o modo de encarar as notícias: «news is a form of culture».

<sup>60</sup> Isto é, «to develop this notion consistently, the question would be not whether we have more or less news but what kind of news it is we have. And it is not a matter of deciding the impact of news on democracy (or democracy on news) but the mutually constitutive character of both».<sup>61</sup>

---

<sup>60</sup> Michael Schudson, *The Power...*, 3.

<sup>61</sup> *Idem*, 31.

Neste sentido, defende o autor: «News is part of the background through which and which people think. It is also one of things [...] that people think about».<sup>62</sup>

Assim adoto aqui a sua proposta:

*[...] que o poder dos média está não apenas (e nem sequer primariamente) no seu poder de declarar as coisas como sendo verdadeiras, mas no poder de fornecer as formas nas quais as declarações aparecem. As notícias num jornal ou na televisão têm uma relação com o «mundo real», não só no conteúdo, mas na forma; isto é, no modo como o mundo é incorporado em convenções narrativas inquestionáveis e despercebidas.*<sup>63</sup>

Em suma, se abandonarmos a visão excessivamente redutora dos jornais como sendo meros transmissores de mensagens de um emissor para um recetor e os olharmos como produtos culturais, dinâmicos e distintivos (onde os que exercem simultaneamente sofrem violência simbólica), enquadrados por lógicas exógenas e endógenas ao seu microcosmo / campo de atividade, talvez possamos compreender em que se distinguiu afinal o jornalismo político praticado pelo jornal *O Mundo*.

A preocupação em inserir o jornal político republicano radical no seio das práticas jornalísticas da imprensa diária de Lisboa, encontrando as zonas de partilha e de exclusão (exclusivismo), obrigou-me a procurar responder a várias questões. Qual o lugar ocupado pela imprensa no conjunto das instituições políticas vocacionadas para o debate? O que distinguiu o jornalismo diário da restante imprensa? O que distinguiu o jornalismo político praticado pelos jornais apartidários e partidários? Como se acedia, procedia e modelava (controlos formais e informais) o debate político jornalístico? Que conceções de debate político estavam presentes no jornalismo diário de Lisboa? Qual o lugar da informação no debate jornalístico? Como se viabilizou o jornalismo radical no início do século? Qual a dependência das estruturas partidárias? E, por fim: quais as práticas jornalísticas que distinguiam o jornal *O Mundo* da restante imprensa?

---

<sup>62</sup> *Ibidem*, 16.

<sup>63</sup> Michael Schudson, «A Política da forma narrativa: a emergência das convenções noticiosas na imprensa e na televisão», in *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, organização Nelson Traquina (Lisboa: Vega, 1999), 279.

Visando realçar, ao longo deste trabalho, a centralidade da informação no jornalismo diário, sabendo que os mecanismos de acesso à esfera pública eram distintos dos atuais e o desempenho do jornalista no debate político, procurei, por entre práticas e representações, surpreender rotinas e inovação informativa (o que é notícia, como se valida, como se acede, publicita). Elegendo aqui a análise de dois géneros informativos, os boatos e a reportagem.

Por esta via, pretendi reconstituir a relação estabelecida pelo *O Mundo* com a comunidade jornalística e os meios sociais que frequenta, dando especial atenção à troca e recolha de informação – as fontes–, matéria-prima dos jornais, elemento estruturante, quer na competição/colaboração presente no campo jornalístico, quer na construção de distinções entre jornais. E, simultaneamente, enquadrei a criação do jornal *O Mundo* e o seu processo de afirmação no movimento republicano.

O *O Mundo*, como vimos, é uma referência incontornável na historiografia – assumindo mesmo, por vezes, o lugar de símbolo do jornalismo republicano – pareceu-me por isso relevante manter como ponto de referência a sua data de criação, setembro de 1900. Esta baliza não impediu que, dadas as circunstâncias em que surge *O Mundo*, fruto da suspensão do jornal *Pátria*, que por sua vez era um sucedâneo de outros títulos (*O Paiz*, *Lanterna*), considerasse necessário recuar até à sua génese, o jornal *O Paiz*, criado por Alves Correia, em 1895. A meu ver, contrariando o artificialismo da sua data de criação (setembro de 1900), poderia assim proceder com maior rigor à caracterização das práticas jornalísticas do *O Mundo*, valorizando linhas de continuidade. Esta curta incursão temporal tinha ainda a vantagem de permitir acompanhar o percurso jornalístico de França Borges, presente nas redações de todos os títulos que antecederam o *O Mundo*.

Mais difícil foi definir onde terminar o âmbito cronológico deste estudo. Se por um lado a história política da época apresentava um óbvio corte político, o deflagrar do 5 de outubro de 1910, por outro, a vastidão de diários a consultar, levou-me a ponderar numa alternativa metodológica. Com este objetivo recorri à historiografia portuguesa que recaía direta ou indiretamente sobre a crise das instituições monárquicas. Vasco Pulido Valente, Fernando Catroga, Rui Ramos e António Ventura, são unânimes em referir a relativa tranquilidade política vivida na viragem do século em Portugal, onde pontuava um quase inexistente partido republicano. Assim, os historiadores tendem a colocar a crise das

instituições quer ao lado dos primeiros sinais de desagregação dos partidos rotativistas (com o surgimento do Partido Regenerador Liberal, em 1903, da Dissidência Progressista, em 1905), quer no esforço de reorganização do Partido Republicano Português (em 1903, para os que valorizavam o papel da conversão ao republicanismo de Bernardino Machado, e o regresso à política ativa de António José de Almeida; ou em 1905 com a exploração política da “crise dos Tabacos”). O certo é que todos consideravam o pós-regicídio (1908-1910) como início de um novo ciclo político, embora fizessem distintas avaliações sobre o governo de João Franco (1906-1908). Desta forma, a opção cronológica acabou por recair no período de 1900 até ao regicídio. Tinha este âmbito temporal vantagens acrescidas: recuava a um período em que imprensa lisboeta parece mergulhar numa vivência política de relativa quietude, o que seria um bom ponto de partida para surpreender rotinas jornalísticas; por outro, coincidia com um dos períodos de maior debate historiográfico, permitindo estudar o jornalismo político do jornal *O Mundo*, antes do ponto de viragem política mais consensual (o pós-regicídio).

Desde o início sabia que para além das mais diversas fontes primárias disponíveis – memórias, correspondências políticas, literatura, legislação, atas das sessões do Parlamento, etc. – me interessava analisar os jornais diários. Optei por estabelecer como base deste trabalho três casos de estudo circunscritos a algumas práticas jornalísticas. No primeiro, procurei compreender o jornalismo político praticado pelos jornais de negócio (*O Século* e *Diário de Notícias*) através da análise quantitativa, qualitativa e comparativa, do âmbito noticioso de um único dia (o dia 1 de abril de 1906) com base numa amostragem de oito jornais diários (*O Mundo*, *Vanguarda*, *A Lucta*, *O Século*, *Diário Ilustrado*; *O Popular*, *Novidades*, *A Opinião*).<sup>64</sup>

Seguindo a historiografia, que apontava o título e a ilustração como duas das práticas mais inovadoras do período, optei por analisar, quantitativa, qualitativa e comparativamente, o seu uso, numa amostra de sete jornais (*O Mundo*, *Vanguarda*, *O Século*, *Novidades* e *Diário Ilustrado*), cobrindo integralmente o período, entre 1 de janeiro de 1901 e 31 de dezembro de 1907. No decorrer da investigação fui obrigada a proceder a uma outra amostragem, respeitante ao período anterior, de

---

<sup>64</sup> Júlia Leitão de Barros, “O Jornalismo político d’O Século e do Diário de Notícias”, *Comunicação Pública* 10, 17 (2015).

1889 a 1899<sup>65</sup>. Por último, o interesse em compreender temáticas tão variadas como fontes jornalísticas, o lugar da informação no debate político ou práticas de validação de notícia, levou-me a uma análise estritamente qualitativa, da primeira página dos jornais *O Mundo* e *Novidades*, numa amostra que recaiu na primeira semana (sete dias) dos meses de janeiro, abril, julho e outubro, no período de 1900 a 1907, incluída nos capítulos 4 e 5.

No âmbito da investigação, dei-me ainda conta da dificuldade em tratar práticas jornalísticas, sem uma abordagem prévia da organização redatorial dos jornais diários, o que me levou a aprofundar a temática, com a elaboração de uma análise das redações dos jornais de Lisboa.<sup>66</sup>

---

<sup>65</sup> Júlia Leitão de Barros, Anexo 2, Tomo II in “O Jornalismo Político Republicano Radical. O Mundo (1900-1907)”, Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2014.

<sup>66</sup> Júlia Leitão de Barros, “Redações abertas: fontes informativas e terreno de implantação dos jornais políticos” in *Espaços, Redes e Sociabilidades, Cultura Política no associativismo contemporâneo*, coord. Joana Dias Pereira, Maria Alice Samara, Paula Godinho, Instituto de História Contemporânea, 2016, [https://run.unl.pt/bitstream/10362/18340/1/Espacos\\_redes\\_e\\_sociabilidades.pdf](https://run.unl.pt/bitstream/10362/18340/1/Espacos_redes_e_sociabilidades.pdf)



## A IMPRENSA NA MONARQUIA LIBERAL

No final da monarquia eram várias as instâncias convocadas para legitimar o poder político: as eleições, o rei e a opinião pública. Compreender a crise das instituições monárquica passa necessariamente por ter presente a luta permanente no campo político português por fazer prevalecer uma ou outra legitimidade. A coexistência de formas de legitimidade política distintas não foi pacífica e tendeu a colocar a imprensa no seio da discussão.

No processo de consolidação do regime liberal, consensualmente situado, pelos historiadores, no período da Regeneração, a imprensa política constituiu um dos mecanismos reguladores das tensões políticas.

No esforço programático de apaziguamento da vivência política entre fações liberais, o processo de edificação de um consenso entre as elites, assentou, progressivamente, na rotação no poder, regular e pacífica, de dois partidos, cabendo à imprensa de combate político assumir-se como um espaço privilegiado, alternativo, ao recurso ao conflito violento.

Não tem a historiografia concedido à imprensa o lugar destaque que lhe cabe como canalizadora de tensões e gestora de produção de sentido. Não por acaso. É que a imprensa livre funcionou, desde logo no domínio simbólico, como um organizador da convivialidade política, alicerçando a representação mais consensual do liberalismo político, sem deixar de constituir, entre os vários meios encontrados para assegurar e organizar o direito à controvérsia (eleições, partidos, parlamento), o fator de maior imprevisibilidade do sistema.

A regeneração trouxera uma nova geração de políticos que se assumiam desde o primeiro momento como liberais. Que o liberalismo era um recurso linguístico de valor simbólico estimável parece-nos indesmentível. Antes de mais porque se mantinha como aspiração. O liberalismo era a matéria doutrinária a partir da qual se construía o futuro, isto é, se fazia política. E não por acaso governos e oposições, monárquicas e republicanas, vão

partilhando no seu discurso de uma mesma conceção histórica evolutiva, assente num progressivo avanço das liberdades, que é frequentemente apresentado como sinónimo de avanço do liberalismo.

Entre os historiadores portugueses a reflexão em torno do liberalismo tem tendido a desvalorizar o seu uso pelos contemporâneos. Nesse sentido, a tensão, sempre latente, entre liberalismo e democracia (frequentemente apresentada como sinónimo de radicalismo), tende a ser resolvida pela mitigação das correntes democráticas liberais, quer através de um enquadramento filosófico do “verdadeiro” liberalismo, o defendido por Benjamin Constant, que repudiara a democracia como expressão de nova tirania, quer valorizando a sua expressão institucional no campo político liberal português.<sup>67</sup>

Na ausência de uma filosofia unitária do liberalismo e antes na presença de uma tensão ideológica constante no seio da “família” liberal é pois de toda a utilidade compreender que no final do século XIX este era um conceito disponível que permitia acrescentar alguma compreensão à realidade política. A trivialidade e por vezes estranheza do seu uso obrigam o historiador a assumir o liberalismo como um recurso simbólico determinante para descrever e classificar o real.

Um bom ponto de partida para o pensarmos é a proposta de Eric Hobsbawm que nos apresenta o século XIX com uma configuração político-ideológica binária:

*Socialement et en termes politiques, il est vrai que les libéraux n'occupent pas une position fixe, ils se situent au “just milieu” entre les deux forces principales du siècle, ce qu'on appelé alors le “parti du mouvement” et le “parti de l'ordre” [...]. Reste que, même si les bourgeois libéraux sont obligés de temps en temps de chercher la protection des forces d'ordre, même si, pour le dire avec Auguste Comte, elles cherchent toujours à combiner “Ordre et Progrès”, l'idéologie du libéralisme se situe nettement du côté du mouvement e du progrès. Ce qui le sépare principalement des conservateurs, dont la maxime suprême est précisément la lutte contre les conséquences politiques néfastes de l'idéologie des Lumières, c'est-à-dire du Progrès, et les unit*

---

<sup>67</sup> Veja-se Maria de Fátima Bonifácio quando afirma: “o liberalismo era fundamentalmente antidemocrático: aceitava a igualdade civil, mas recusava a igualdade política dos cidadãos; aceitava a soberania nacional, mas colocava ao lado dela, em pé de igualdade com ela, a soberania do rei por direito de herança”, in *O século XIX Português* (Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2002), 1.

*au contraire aux socialistes, aux communistes, aux révolutionnaires, avec qui ils partagent l'idée "utopique" d'une humanité transformée.*<sup>68</sup>

Convém salientar que a disputa simbólica no campo político português se fez pela constante apropriação do conceito de liberalismo, pelas várias forças em luta, tornando o seu uso complexo, não fixo, mas um “marcador” disponível a todos os que atuavam no campo político. Partilhava o *partido* do movimento, de que E. Hobsbawm nos fala, da mesma herança do iluminismo:

*[...]conjuntura em que os ideais de perfectibilidade e de progresso foram elevados às suas últimas consequências. O presente e o futuro foram qualificados como épocas de autonomização e emancipação racional (Kant), funcionando o passado como uma espécie de preparação (com avanços e recuos) de um itinerário que todavia, só no porvir (agora secularizado e imanenticizado) realizaria, plenamente, a essência perfectível da natureza do homem.*<sup>69</sup>

Na mundividência moderna encontravam-se novas percepções, do tempo, como movimento, mudança e transformação da humanidade, com vocação perfectível e progressiva, do homem, como fazedor da história, não se discutindo o lugar da razão crítica (que se queria cumulativa e permanente).

A cultura política liberal forjada na experiência de luta contra o absolutismo elegera a defesa dos direitos individuais, entre os quais a liberdade de expressão, como o garante de que a história da humanidade seguiria o seu curso progressivo. Divisões entre liberais conservadores e liberais avançados, reformistas e revolucionários, tendem a remeter, antes de mais, para o grau de militância e de programação temporal de objetivos políticos. Veja-se a título de exemplo a carta enviada a Afonso Costa, pela Confederação Metalúrgica de Lisboa, a 20 de dezembro de 1904:

*A comissão eleita pela Confederação Metalúrgica de Lisboa para conseguir a revogação da lei de 13 de fevereiro de 1896 vem perante vós, confiada*

---

<sup>68</sup> Eric Hobsbawm, «Libéralisme et Socialisme: Le cas anglais», *Dossier Genèses* 9 (Oct, 1992), 53.

<sup>69</sup> Eduardo Catroga, *Caminhos do Fim da História* (Coimbra: Quarteto Editora, 2003), 61.

*nos sentimentos liberais de que V.Exa tem dado sobejas provas em muitos e variados assuntos que interessam a liberdade e as regalias do povo português [...]. Em todos os países que se dizem regidos por leis constitucionais se prescreve que a lei é igual para todos, visto que nos códigos respectivos estão previstos todos os crimes. Igualmente é permitido a cada um expor livremente as suas opiniões políticas que vingarão se forem generosas ou ruião no olvido se pecarem por utopias irrealizáveis, sem que sejam necessárias leis de exceção. Em Portugal, porém, num momento de terror infundado, foi apresentada a lei celerada de 13 de fevereiro de 1896, que reúne em si todo o despotismo, toda a tirania, toda a injustiça [...].<sup>70</sup>*

O que aqui me interessa, não é procurar adequar os princípios liberais defendidos a linhas de atuação programática, trata-se tão só de dotar o a palavra liberal de toda a sua plasticidade e lembrar como a sua evocação recaía na luta contra o abuso de poder, a favor da igualdade perante a lei e das liberdades de expressão, associação e consciência.

Numa cultura política forjada na luta contra o abuso do poder real, a imprensa era consensualmente tida como o único meio disponível para submeter as decisões do poder à crítica, à discussão e à controvérsia, recurso legítimo das sociedades escaparem à tirania. A imprensa política, em particular, como veremos, assumiria no liberalismo português oitocentista, a função judicativa inerente à democracia, era nela que repousava a possibilidade reconhecida de a qualquer momento se exprimirem juízos sobre a coisa pública. E não será novidade afirmar que a imprensa foi tomada como meio privilegiado de democratização política e vivenciada como experiência democrática, espécie de primeira célula viva da própria democracia.

Em particular as forças políticas na oposição e os jornalistas políticos tendem a enfatizar a imprensa como “tribuna”, mas também “tribunal” e “pelourinho”, dos que traem a humanidade na sua busca incessante de conhecimento, liberdade e felicidade.

A. Xavier da Silva Pereira, em 1901, comentando a legislação em vigor, argumentava a favor da liberdade de imprensa:

*Pretender tolher o cérebro que pensa, que se rasga, por assim dizer, em dilúvios de luz para iluminar o mundo inteiro, é um crime contra a*

---

<sup>70</sup> *Correspondência Política de Afonso Costa, 1896-1910*, Org. A.H. de Oliveira Marques (Lisboa: Editorial Estampa, 1982), 189.

*civilização, é tolher a carreira gloriosa do progresso, é pretender interce-  
tar os trabalhos intelectuais que ligam os séculos aos séculos, é tirar a  
força ao que é útil nobre e bom aniquilar tudo quanto é glorioso [...]. É  
o jornalismo que tem produzido as coisas mais portentosas, os factos  
mais assombrosos. O seu poder é imenso, e é preciso que ele exista,  
mesmo através de todas as opressões, de todos os obstáculos, de todos  
os flagelos que possa inventar a “tirania” o poder da imprensa “o farol”  
guiador.<sup>71</sup>*

A mesma argumentação era usada pela pena do republicano Botto Machado: «E onde a Imprensa livre é intercedida está o horror da Treva, está interrompida a nutrição do espírito [...] oh! Déspotas! – o diâmetro da Imprensa é incomensurável como o Mar, porque ele próprio vastís-  
simo diâmetro da civilização dos povos»,<sup>72</sup> e citando Chateaubriand sentenciava: «“Não se concebe governo representativo sem inteira liber-  
dade de imprensa”». <sup>73</sup> A defesa de uma imprensa judicativa, surgia, por  
vezes, de forma mitigada, como em Alberto Bessa, na sua história da  
imprensa: «Assim deve ser a imprensa. O jornalista deve sentir todas as  
dores, revoltar-se contra todas as injustiças, aplaudir todas as boas ações,  
opor-se a todas as vilezas». <sup>74</sup>

Esta representação liberal do poder (inquestionável) da imprensa  
como garante contra o abuso de poder tinha uma particularidade: nela  
convergiam diferentes soluções políticas, desde a fórmula de um poder  
distribuído, em vez de um poder “numa só mão” (pluralista), até ao  
poder que vem debaixo (democrático).

A glorificação da imprensa implicava a defesa da liberdade de opinião  
o que, em última análise, permite compreender como esta constitui, no  
quadro do sistema político liberal, uma área de particular tensão política,

---

<sup>71</sup> A. Xavier da Silva Pereira, *As Leis de Imprensa* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1901), 28. Optámos pela actualização ortográfica de toda a documentação utilizada, em grande medida por neste período se utilizarem distintas ortografias, com frequência numa mesma fonte, sendo este assunto, aliás, objecto de polémica. Veja-se o jornal *O Mundo*, a 2 de janeiro de 1903, 1: “Um adversário implacável da ortografia simplificada diz que europeia, ideia, etc. não se devem escrever assim, mas europeia, idea, etc. [...] Valha-nos Senhor Jesus dos Aflitos”. Este jornal utilizava as duas ortografias.

<sup>72</sup> Fernão Botto Machado, *A Liberdade de Imprensa (Carta aberta e minuta extra-processual, enviadas aos Srs. Juizes da Relação de Lisboa, a propósito do processo instaurado sobre a penúltima apreensão do jornal republicano «O Mundo»)* (Lisboa, Typographia Bayard, s.d.) 9.

<sup>73</sup> *Idem*, 11.

<sup>74</sup> Alberto Bessa, *O Jornalismo, Esboço Histórico...*, 26.

enquanto veículo preferencial de doutrinação democrática, e, conjuntamente, alavanca de reforço do vínculo ideológico do liberalismo à democracia. E lembremos, a propósito, Norberto Bobbio quando refere: «a característica da democracia [...] é a da publicidade dos atos do governo, pois somente quando o ato é público os cidadãos estão em condições de julgá-lo e, portanto, de exercer diante dele uma das prerrogativas fundamentais do cidadão democrático, o controlo dos governantes».<sup>75</sup>

No processo de democratização da sociedade portuguesa oitocentista, que sabemos ter sido lento, gradual, e pautado de avanços e recuos, a imprensa de combate instituiu-se, no interior do sistema político, como veículo preferencial de afirmação do moderno paradigma político de relacionamento entre governantes e governados assente no consentimento político. Porquê? Por nela se constituir a arena política mais competitiva (livre e participativa) do liberalismo português, por todos os intervenientes políticos a percecionarem como o mecanismo político imprescindível.

Convém, no entanto, recuar no tempo. Após o golpe de Saldanha, em 1851, a nova geração de políticos, apostada na reconciliação política, não deixou de estabelecer como regra do jogo basilar, o direito à oposição e controvérsia política, procurou, porém, controlá-la, limitando áreas vocacionadas para a luta política, ritualizando os procedimentos de debate.

Mas desde logo se distribuíram tarefas pelos principais atores (partidos, rei, parlamento e imprensa) e se instituíram normas de convivência política que interessa aqui abordar. Segundo Pedro Tavares de Almeida como «expressão institucional dessa maior tolerância e vontade de compromisso, as eleições e as instituições representativas foram revalorizadas como principais arenas da luta política [...]».<sup>76</sup>

A luta política tendeu a desenrolar-se, até à década de noventa, no seio de uma elite política enquadrada por duas formações partidárias, Partido Regenerador e Partido Progressista, constituídas por fações liberais assentes em dispersas redes clientelares verticais. Os partidos

<sup>75</sup> Norberto Bobbio, *O Futuro da Democracia* (São Paulo: Paz e Terra, 2006), 204.

<sup>76</sup> Pedro Tavares de Almeida, *A Construção do Estado Liberal na Regeneração (1851-1890)*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia Política, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1995, 209.

enquanto coligações de notáveis eram sustentados por vínculos pessoais e desideologizados, vocacionados para tarefas eleitorais que consistiam, antes de mais, na negociação e distribuição dos recursos do Estado. Segundo Pedro Tavares de Almeida:

*Embora tratando-se de partidos caracterizados por um nível reduzido de formalização, com estruturas organizacionais fracas e apoios eleitorais volúveis, a verdade é que começaram a desempenhar um papel cada vez mais importante na filtragem e seleção da elite política. Assim se explica, por exemplo, a progressiva rarefação dos parlamentares «independentes» e sem um claro alinhamento partidário. Além disso, e tendo em conta que o primeiro-ministro era quase sempre o chefe de um dos partidos, as nomeações ministeriais baseavam-se numa dupla lealdade, pessoal e partidária.<sup>77</sup>*

O Partido Progressista procurou distinguir-se do partido regenerador, na forma como apresentou um programa e lançou uma incipiente, mas operacional, rede de centros regionais, posicionando-se no espectro político monárquico, como herdeiro da tradição do liberalismo avançado, de teor democratizante. Assente na memória das experiências do vintismo, setembrismo e da Patuleia, procurou, desde o início, em 1876, capitalizar algum descontentamento face aos regeneradores.

O mecanismo de alternância política, do partido progressista e regenerador, assentaria no total desvirtuar do princípio eletivo, ao ponto de nenhum governo depender dos resultados eleitorais, mas antes as eleições sancionarem os governos previamente nomeados pelo rei. Em grande medida, tal devia-se ao lugar que o rei tomava no concerto institucional. A carta constitucional instituíra quatro poderes, o poder legislativo, o poder executivo, o poder judicial e o poder moderador, este último cabia ao rei, permitindo-lhe interferir em todos os outros poderes: no poder executivo, competindo-lhe demitir e nomear os membros do governo; no poder legislativo, sancionando e vetando leis votadas pelos representantes nacionais, adiando, prorrogando a dissolvendo a Câmara dos Deputados, nomeando pares do reino; no poder judicial, moderando penas, concedendo amnistias, suspendendo magistrados.

---

<sup>77</sup> Pedro Tavares de Almeida e António Costa Pinto, “Os ministros portugueses, 1851-1999: perfil social e carreira política” in *Quem Governa a Europa do Sul*, org. Pedro Tavares de Almeida, António Costa Pinto (Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2006), 20.

Inevitavelmente o rei era conjunturalmente colocado no cerne da discussão político partidária. A viabilidade de um governo assentava num concerto prévio, de contornos variáveis, com o partido adversário, e o aval do rei. Como Rui Ramos descreve: «a elite cujos chefes se sentavam num Conselho de Estado, decidia, num processo arbitrado pelo rei, quem governava, ao que seguiam eleições parlamentares para referendar o novo ministério».<sup>78</sup> A intervenção do rei a favor ou contra o governo tinha, frequentemente, por base a percepção pessoal do grau de desgaste do executivo: «o rei nunca se comprometia politicamente, estava sempre livre para, como representante da nação, seguir as mudanças de opinião desta, e acautelar os interesses gerais contra todas as fações».<sup>79</sup> A opinião pública, enquanto legitimadora de decisões políticas, surgia com uma importância de muito maior relevo do que aquele que estamos habituados a conceder-lhe. E compreende-se porquê: embora incontornável na legitimação de ações governativas, não dispunha de mecanismos que a objetivassem. Desde logo devido à distorção do mecanismo eleitoral. Não por acaso, em 1924, João Franco refletindo sobre as dificuldades de governação de D. Carlos, realçaria:

*Sem poder conhecer a vontade nacional, manifestada e patenteada pela forma legal e clássica da eleição, o chefe do Estado, qualquer que ele seja, fica reduzido a buscar inspiração nas sugestões da imprensa, nas manifestações da rua, em informações e conselhos nem sempre desinteressados e sinceros, forçado enfim a agir e resolver nas crises mais graves e melindrosas por um critério pessoal [...].<sup>80</sup>*

Onde recaía a legitimidade dos governos é ainda hoje assunto que não reúne consenso entre os historiadores. Em grande medida devido à flexível e conjuntural utilização dos recursos de legitimação política disponíveis. Maria Cândida Proença e António Pedro Manique realçam o lugar das eleições:

*[...]teriam três funções fundamentais: em primeiro lugar, a função de legitimação do poder político, pois era nos resultados das eleições que os*

<sup>78</sup> Rui Ramos, *João Franco...*, 53.

<sup>79</sup> Rui Ramos, “A Segunda Fundação...”, 102.

<sup>80</sup> João Franco no prefácio in *Cartas d’El Rei D. Carlos I a João Franco Castello Branco*, seu último *Presidente do Conselho* (Porto: Livrarias Aillaud e Bertrand, 1924), 17.

*ministérios apoiavam os seus atos governativos; [...] recrutamento e seleção das elites políticas [...]; por último, as eleições desempenhavam igualmente uma função de controlo social, já que permitiam canalizar os conflitos para o terreno legal [...].*<sup>81</sup>

Já Ramos considera que «os resultados [eleitorais] nunca foram aceites como mandato suficiente para mandar. Quando muito, eram um ritual necessário a que os governos se submetiam depois de nomeados pelo rei»,<sup>82</sup> valorizando o rei como fator decisivo na legitimação do poder: «Um governo apoiado pelo rei estava assim habilitado para cindir oposições nas câmaras, o que fazia do rei, tal como em Itália ou em Espanha, o árbitro entre a elite política. No entanto, se o rei funcionava como a verdadeira instância de legitimação do poder isso não se devia apenas às suas prerrogativas constitucionais».<sup>83</sup> Esta ênfase no monarca é contrariada pelo mesmo historiador quando refere que a elite governativa lidava com regras de jogo por clarificar:

*Com efeito, uma grande parte dos defeitos que, hoje, os historiadores atribuem ao regime, julgando assim explicar as suas limitações, foram publicamente denunciadas em primeiro lugar pelos dignatários do próprio regime, como João Franco. A problematização dos fundamentos do seu poder não servia apenas os requerimentos da controvérsia através da qual a elite política competia por posições. Era uma fonte de dinamismo político, empurrando a classe dirigente para iniciativas e mudanças que confirmavam o seu papel de vanguardas num mundo obcecado com o progresso.*<sup>84</sup>

A problematização dos fundamentos do poder é uma questão que a nosso ver se encontra no cerne da vida política portuguesa, em particular no período que estudamos (1901-1908), e tomá-la a sério é a única forma de colocar a imprensa política no seu lugar devido e, em última análise, entender o jornal *O Mundo* na luta travada no campo político.

---

<sup>81</sup> Maria de Cândida Proença, António Pedro Manique, “Da Reconciliação à queda da Monarquia” in *Portugal Contemporâneo*, dir. de António Reis (Lisboa: Publicações Alfa, vol. II, 1989), 23.

<sup>82</sup> Rui Ramos, *João Franco...*, 53.

<sup>83</sup> *Idem*, 52-53.

<sup>84</sup> *Ibidem*, 61.

Isto é, reconstituir o lugar ocupado no sistema político pela imprensa é dotá-la de uma componente de intervenção política que ultrapassa a mera dimensão doutrinária, ou partidária, é reconhecer que os atores políticos, no período que tratamos, lhe concedem um lugar distinto dos sistemas políticos atuais, em que o mecanismo de consulta eleitoral periódica funciona como princípio legitimador inquestionável. Sem enquadramento normativo o limite da intervenção da imprensa na vida política é alvo de constante luta.

Para isso é necessário lembrar o que atrás dissemos sobre a vertente ideológica do liberalismo, isto é, a introdução de um novo relacionamento entre governantes e governados, ou melhor, a presença de um novo paradigma político de cariz democrático – « uma necessária correspondência entre atos do governo e os desejos daqueles que são afetados por eles» –<sup>85</sup> sem, porém, estar consagrado ainda « um regime caracterizado pela contínua capacidade de resposta (*responsiveness*) do governo às preferências dos cidadãos, considerados politicamente iguais».<sup>86</sup>

No entanto a imprensa não tem sido abordada como elemento constitutivo do sistema político. Talvez pela visível dificuldade da ciência política – focada essencialmente nas questões de procedimento formal – em definir os processos de democratização. Se por um lado, na definição dos regimes democráticos atuais, os politólogos estão de acordo com a introdução da liberdade de informação e associação, ao lado de parâmetros mais normativos como (capacidade eleitoral ativa, capacidade eleitoral passiva, eleições livres, justas e frequentes, efeitos das eleições nas políticas governamentais, etc.), quando procuram avaliar os processos de democratização, no século XIX, tendem a fazer cair as liberdades de informação e associação, como meras referências do processo de democratização, sem as considerar como plataformas modernas que sustentam os sistemas políticos liberais oitocentistas. André Freire, no entanto, salienta: « na análise dos processos de democratização à escala mundial, no longo prazo, não podemos aplicar de forma rígida e inflexível a definição de democracia tal como entendemos hoje».<sup>87</sup> Talvez não por acaso a especificação dos regimes políticos liberais, no final do século

---

<sup>85</sup> John May citado por André Freire na “Introdução” in *Eleições e Sistemas Eleitorais no Século XX Português, Uma Perspectiva Histórica e Comparativa*, org. André Freire (Lisboa: Edições Colibri, 2011), 26.

<sup>86</sup> Robert Dahl citado *in idem*.

<sup>87</sup> *Idem*, 31.

XIX, suscite sempre alguma controvérsia na sua classificação, em particular quando se procura caracterizar o seu sistema eleitoral. O mesmo politólogo dá conta desta problemática, a propósito da classificação avançada por Nohlen partindo do grau de competição nos diferentes regimes eleitorais:

*A classificação de Nohlen enferma, porém, de pelo menos uma limitação significativa ao associar as eleições semi-competitivas exclusivamente aos regimes autoritários. Fica assim de fora um conjunto de eleições em regimes liberais representativos com as que vigoravam em muitos países europeus no século XIX, nomeadamente em Portugal, logo caracterizados por várias liberdades fundamentais (de expressão, associação, etc.), mas em que as eleições tinham um alcance limitado e não podiam por isso ser classificadas como “livres e justas” seja por causa da corrupção dos eleitores pelos eleitos (“caciquismo”), seja por causa da manipulação em larga escala dos resultados (as chamadas “eleições feitas”).<sup>88</sup>*

Concluindo Freire:

*Há, portanto, “eleições semi-competitivas” em regimes que não são propriamente autoritários nem democráticos, quanto muito serão “eleições não completamente livres” (competição limitada, voto arregimentado), de sufrágio limitado e com manipulação de resultados em larga escala (“eleições não justas”) realizadas em “contextos autoritários característicos de alguns regimes liberais representativos em sociedades pouco desenvolvidas (como a Monarquia Constitucional ou I República portuguesas, por exemplo).<sup>89</sup>*

Tão grande citação ajuda-nos a compreender a importância que assume o lugar da imprensa na caracterização do regime político liberal português que importa aqui reter: no complexo processo de democratização a liberdade de imprensa antecipa e concentra nos seus benefícios aqueles atributos que viriam a ser processualmente consagrados pelos regimes democráticos, e referimo-nos à defesa do princípio da competição política, da responsabilização por atos governativos e ao fomento da participação política (inclusão).

---

<sup>88</sup> *Ibidem*, 32.

<sup>89</sup> *Ibidem*, 32-33.

Assim, continuar a olhar para o interesse dos políticos pela imprensa apenas pela ótica da estratégia de afirmação pessoal e partidária, por esta constituir, por exemplo, um “trampolim” para as cadeiras do poder, ou um mero tique de personalidade (e afirmar, como Rui Ramos, que «Franco sofreria ainda com a mania de reagir a todas as sugestões da Imprensa»)<sup>90</sup>, é retirar-lhe o peso político que potencialmente detém. Ou seja, é não encarar a imprensa como condicionante política suscetível de ser convocada para a avaliação do exercício do poder político legítimo. Toda a classe política, sem exceção, a concebia como arena de luta privilegiada. O que mais à frente confirmaremos pelos limites impostos ao debate (aplicação da liberdade de imprensa, divisão clara das funções da imprensa política e informativa e convenções jornalísticas) ou pelo zelo e sensibilidade face à luta política travada na imprensa, em figuras tão distintas como Luciano de Castro, Hintze Ribeiro, Afonso Costa e Bernardino Machado.

Para aquilo que nos interessa, convém realçar, as regras do jogo político assentavam em vários fundamentos do poder: governar não era apenas ter a maioria dos deputados e pares do reino, ou o aval do rei, era necessário ainda estar do lado da opinião, fosse o que fosse o que isto quisesse dizer.

Não por acaso na lei de imprensa, de 17 maio de 1866, do ministro da Justiça Barjona de Freitas, podia ler-se, no seu art.5.º § 2.º: «Não são, porém, proibidos os meios de discussão e crítica das disposições, tanto da lei fundamental do Estado, como das outras leis, com o fim de esclarecer e preparar a opinião pública para as reformas necessárias pelos trâmites legais». A lei procurava salvaguardar um lato âmbito da discussão pública e fazia-o de forma inovadora: introduzindo pela primeira vez na legislação sobre imprensa um novo protagonista político, a opinião pública, ao invés da referência à opinião iluminada presente nas legislações anteriores.

No final da década de sessenta o lugar determinante da imprensa no processo de democratização da sociedade portuguesa reunia consenso na elite política e cultural do país. Eça de Queirós, em 1867, afirmaria convicto: «O jornalismo na sua justa e verdadeira atitude seria a intervenção permanente do país na sua própria vida política, moral, religiosa, literária e industrial», cabendo-lhe:

---

<sup>90</sup> Rui Ramos, *João Franco...*, 99.

*[...] fazer conhecer o estado das coisas públicas, ensinar ao povo os seus direitos e as garantias da sua segurança, estar atento às atitudes que toma a política estrangeira, protestar com justa violência contra os atos culpados, velar pelo poder interior da pátria [...] pelo progresso que fazem os espíritos, pela conservação da justiça” seria “grande construidor do futuro.”<sup>91</sup>*

Era este posicionamento, aliás, parte do programa político partilhado por aqueles que constituiriam a geração de 70, e que, poucos anos volvidos, em 1871, nas célebres Conferências do Casino, em Lisboa, apresentariam a urgência em «aprofundar as estruturas liberais criadas em 1820, alargando a esfera pública enquanto espaço de debate e educação políticos, e democratizando o voto e a participação através da mobilização ideológica».<sup>92</sup>

Com determinação, na década de oitenta, encontraremos alguns sectores do movimento republicano apostados na conquista da opinião pública, perspetivando a alvejada democratização da sociedade portuguesa, pelo combate político travado, em grande medida, na imprensa. Na verdade, no último quartel do século XIX, nenhum protagonista político podia prescindir desse referencial externo que é a opinião pública.

Em nosso entender, os contrastantes e sistemáticos usos de “opinião pública” na linguagem política liberal obrigam não só a tomá-la como problemática inerente ao campo político, como a concebê-la como arena política, onde se trava uma luta pela sua definição legítima. Enquanto conceito abstrato tendeu sempre a remeter para a dependência dos profissionais da política do apoio de forças constituídas fora da região dominante do campo (aqui entendida como área de acesso limitado a todos aqueles que exercem influência no poder decisório). Como bem descreve Diego Palacios Cerezales, no seu estudo sobre o protesto popular em Portugal, neste período, «o processo histórico de democratização, entendido como incorporação de novos grupos no estatuto de cidadania, torna mais complexa a arena política e nele desempenharam um papel substancial as instâncias formais e informais de controlo dos governantes [...]».<sup>93</sup>

<sup>91</sup> *Distrito de Évora*, n.º 1, 6 de janeiro de 1867: 9-11.

<sup>92</sup> J. M. Sardica, “O Jornalismo e a intelligentsia portuguesa nos finais da Monarquia Liberal,” *Comunicação & Cultura*, 7 (2009): 18.

<sup>93</sup> Diego Palacios Cerezales, *Portugal à Coronhada, Protesto Popular e Ordem Pública nos Séculos XIX e XX* (Lisboa: Edições Tinta-da-China, 2011) 17.

Porém, no discurso performativo dos chefes do governo a opinião pública surge neutralizada, como entidade manente. E veja-se, a título de exemplo, como nela podiam assentar algumas medidas repressivas sobre a imprensa, como o fez, em 1903, o chefe do governo, Hintze Ribeiro, em pleno Parlamento: «podia eu consentir que corresse no país, para que se desvairasse a opinião pública, a fim de criar uma atmosfera absolutamente contrária àquilo que temos de mais vital?!».<sup>94</sup>

Era distinto, no entanto, o uso que as forças partidárias na oposição faziam da opinião pública. Evocá-la, nesse posicionamento político, remetia para outro terreno de luta: o da definição dos limites do campo político. Era pelo apoio da “opinião pública” que as oposições monárquicas, na luta política parlamentar, sustentavam, por exemplo, a necessidade de mudança de políticas. Quando, em outubro de 1906, se iniciavam os trabalhos parlamentares, sob tutela do governo de João Franco, membros do partido regenerador e regeneradores liberais discutiam acesamente quem dispunha da opinião pública portuguesa. Teixeira Gomes, regenerador liberal, respondia ao discurso de Jaime de Sousa, membro do partido regenerador, da seguinte forma:

*Disse ainda S. Exa., com referência à queda do gabinete regenerador,<sup>95</sup> que as causas deste facto continuavam a ser misteriosas por isso que o mesmo gabinete tinha por si a opinião pública. [...] Como é, Sr. Presidente, que de um Governo que fez a vergonha, tristemente célebre do Peral com que agravou nos seus brãos uma população inteira e que juntou ao agravo a violência da carnificina de 4 de maio, que tão justa e unânime indignação provocou na alma da nação, se pode ainda dizer que pelo seu lado tinha a opinião pública? Pergunto, há algum caso em que um gabinete possa cair mais constitucionalmente do que caiu o Gabinete regenerador? O ilustre Deputado, à falta de melhor, veio aqui reproduzir a já muito conhecida suspeição com que se tenta desvirtuar a sinceridade das tendências liberais do partido regenerador liberal.<sup>96</sup>*

<sup>94</sup> Diário da Câmara dos Senhores Deputado, Sessão de 4 de março de 1902. *www.parlamento.pt/ArquivoDocumentação/Debates* Parlamentares. Toda as citações que recaem nas sessões desta Câmara remetem para esta fonte *on line*.

<sup>95</sup> Em abril 1906, no último governo de Hintze Ribeiro, a *farsa* eleitoral no Peral, tornada pública pelos republicanos, desembocaria em confrontos violentos no Rossio, em Lisboa, a 4 de maio, precipitando o fim do rotativismo.

<sup>96</sup> Diário da Câmara dos Senhores Deputados, Sessão de 22 de outubro de 1906.

Já depois do regicídio, o conselheiro Campos Henriques, em entrevista a Joaquim Leitão, salientava: «O que não pode nem deve ser é estabelecer-se o uso dos governos caírem no Paço. Os governos têm de cair em face da indicação parlamentar, ou em face de uma indicação da opinião pública».<sup>97</sup>

Em suma, não sendo este estudo vocacionado para a temática da opinião pública gostaria de deixar claro que na vida política portuguesa a opinião pública foi frequentemente evocada para legitimar procedimentos políticos, o que parece indicar que os profissionais da política não podiam prescindir, na sua medição de forças, do recurso a esta condicionante externa. Acresce que entre os “instrumentos” disponíveis para abalizar o que era a opinião pública sobressaía a avaliação da imprensa política.

E seria fastidioso referir como era vulgar associar a atividade jornalística à opinião pública, confundindo opinião pública com opinião publicada. Veja-se por exemplo, como, em 1900, a propósito da discussão parlamentar de um projeto lei sobre pesca, surgia a referência à opinião pública:

*Haja vista aos interessantes e ilustrados artigos do Comércio do Porto, Primeiro de janeiro, Jornal de Notícias, Voz Pública, Província, Diário da Tarde (jornais do Porto); Conimbricense, Tribuna Popular, Correspondência de Coimbra e Resistência (de Coimbra); Diário de Notícias, Jornal do Comércio, Século, Correio da Noite, O Popular (de Lisboa); Monitor (de Leça da Palmeira); e outros de que não tenho conhecimento. Acompanhando, pois, tão ilustre a judiciosa plêiade, tornando-me eco da opinião pública manifestamente inclinada para a justiça do altíssimo brado, estou intimamente convencido de que merecerei o apoio desta câmara, a que me honro de pertencer, e do governo, sempre solícito em auxiliar as grandes causas em prol do país e em proveito da humanidade.*<sup>98</sup>

Cerezales lembra como, pelo menos desde 1860, se institucionalizara um novo meio de perceção da opinião pública: «o comício, e posteriormente» a «manifestação de rua», por sinal «formas de ação pacífica

---

<sup>97</sup> Citado por Joaquim Leitão, *A Comédia Política* (Porto: Antigas Livrarias Aillaud e Bertrand, Aillaud, Alves & Ca, Editores, 1912), 35-6.

<sup>98</sup> Diário da Câmara dos Senhores Deputados, Sessão de 5 de abril de 1900.

diferentes das figuras previstas pelo Código Penal». O historiador assinala a sua importância: «o reconhecimento de novos direitos de intervenção política para a cidadania»,<sup>99</sup> onde «os participantes deviam dar corpo a uma suposta opinião pública difusa e expressar a dimensão do apoio popular aos protestos».<sup>100</sup> Salientando: «O número e o valor social da plateia (...) seria posteriormente objeto de disputa entre aqueles que, na imprensa ou no parlamento, pretendessem atribuir um significado ou outro ao meeting e influenciar o seu impacto no rumo dos assuntos políticos».<sup>101</sup> Os laços da imprensa a esta nova forma de participação política não se esgotavam na capacidade de gerir os efeitos da mobilização política. Ao contrário do parlamento, a imprensa tinha um lugar destacado, prévio, na preparação destes eventos políticos. As novas formas de comunicação política que procuravam “expressar” a opinião pública iam irremediavelmente dar à imprensa. Mas note-se que aqui, quando falamos de imprensa, estamos, antes de mais, a evocar a imprensa diária, aquela que mais laços tem com a atualidade.

Veja-se, em 1905, Queiroz Ribeiro em pleno Parlamento: «eu direi que a opinião pública é a imprensa, a imprensa que se tem interessado num crescendo continuado, é a praça pública, que em breve vai falar pelos comícios; a opinião pública somos todos nós, é a galeria que ainda há poucos dias recebeu de uma maneira tão triste as palavras do Sr. Presidente do Conselho (Apoiados)».<sup>102</sup>

Alguns historiadores, como Rui Ramos, tendem a conceder às elites políticas o lugar de destaque na recomposição política operada na segunda metade do século XIX, subestimando na dinâmica política o lugar concedido à imprensa enquanto representante da “opinião pública”, quadro de referência incontornável e disponível para percecionar o real.

A imprensa era, por entre outras manifestações de carácter público, como o comício, ou a subscrição de uma representação ao parlamento, por exemplo, um instrumento, que o poder político, nas suas várias encarnações institucionais, valorizava como critério de avaliação da sua competência ou popularidade. Em 1885, José Dias Ferreira, político destacado da esquerda monárquica, em carta para Eduardo Coelho, diretor

---

<sup>99</sup> Diogo Palacios Cerezales, *Portugal...*, 58.

<sup>100</sup> *Idem*, 57.

<sup>101</sup> *Ibidem*, 55-58.

<sup>102</sup> Diário da Câmara dos Senhores Deputados, Sessão de 6 de setembro de 1905.

do *Diário de Notícias*, não hesitava mesmo em classificar a imprensa como «um quinto poder do Estado, que não precisa de ser reconhecido pela Constituição, e que talvez por isso governa mais que os restantes quatro poderes reunidos».<sup>103</sup>

O entusiasmo do político só pode entender-se se tivermos presente como o sistema político liberal fora concebido e erguido com base no alicerce, de carácter ideológico e instrumental, que conferia à imprensa livre um lugar essencial: o controlo contra o abuso do poder e garante da alternância do poder.

Convém, pois, colocar a imprensa no cerne da tensão política e ideológica do liberalismo português: a imprensa era o elemento de maior imprevisibilidade do sistema liberal, porque era o espaço mais democrático de debate político, o instrumento político disponível para a afirmação e debate de novas propostas políticas, para a inclusão de novas camadas da população urbana, para a crescente afirmação do igualitarismo político.

Enquanto a defesa da democracia teve como protagonistas os monárquicos radicais, a liberdade de imprensa progrediu, quando aquela passou a ter que contar com novos protagonistas políticos, regride, causando um mal-estar inevitável no seio da monarquia, e porquê? Para o entendermos é necessário ter presente que o campo político não foi imune às profundas alterações que na capital pautaram o campo comunicativo, seja na capacidade de controlo do poder político sobre os atores envolvidos, seja nas novas possibilidades de acesso ao debate sobre a atualidade política.

---

<sup>103</sup> Cit. Alfredo Cunha, “Relances...”, A referência ao quinto poder explica-se por o quarto poder estar constitucionalmente tomado pelo poder moderador do rei.



### LISBOA UMA CIDADE SINGULAR

A singularidade sociológica, política ou cultural da cidade de Lisboa, na primeira década do século XX, tem vindo a ser apontada pelos historiadores como um dos fatores determinantes para a compreensão da história política portuguesa. Alguns, como M. Fátima Bonifácio, chegam mesmo a ver na dicotomia Lisboa/ província a chave do enorme «enigma» para «compreender a força desestabilizadora da revolução num país que não sendo revolucionário era, pelo contrário, arreigadamente conservador».<sup>104</sup> A historiadora não hesita em considerar que «Lisboa era a única cidade que contava» decidindo «quem mandava no país».<sup>105</sup>

Por sua vez, a historiografia que recai sobre o movimento republicano também está de acordo neste ponto. Vasco Pulido Valente só na capital descortina razões de ordem sociológica para as adesões crescentes ao republicanismo,<sup>106</sup> enquanto Fernando Catroga, salienta a importância do carácter interclassista do republicanismo lisboeta.<sup>107</sup>

Não por acaso, diariamente, os jornais da capital, nos seus cabeçalhos, apresentavam a representação dominante de um país dividido em dois, Lisboa *versus* província (com a discriminação dos preços por assinatura a obedecer a esta classificação). Teixeira de Sousa, último chefe de um governo monárquico, não hesitava em considerar que Lisboa era «a parte mais importante do país».<sup>108</sup>

---

<sup>104</sup> Maria de Fátima Bonifácio, *O século XIX português*, (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012), 138.

<sup>105</sup> *Idem.*

<sup>106</sup> Vasco Pulido Valente, *O Poder...*, 49 e seg.s.

<sup>107</sup> Fernando Catroga, *O republicanismo...*, 73.

<sup>108</sup> Teixeira de Sousa, *Para a História da Revolução*, vol. II (Coimbra: Livraria Editora Moura Marques & Paraísos, 1912), 149.

Em Portugal, em 1890, apenas 15,4% da população vivia em núcleos de mais de 10.000 habitantes.<sup>109</sup> As cidades de Lisboa e Porto absorviam 68% da população urbana.<sup>110</sup> A capital não pararia de crescer e a um ritmo superior a qualquer outra cidade. De 301. 206 habitantes, em 1890, passaram para 435. 359, em 1900.<sup>111</sup> Na viragem do século, pela primeira vez na história da cidade, a maioria dos seus habitantes não é lisboeta.

O crescimento demográfico da capital era sustentado pelo aumento da oferta de emprego, num processo de urbanização complexo.<sup>112</sup> Eugénia Mata refere como o aumento constante da população criou na capital uma espécie de círculo virtuoso: «facilitou a multiplicação das atividades pela disponibilidade de mão-de-obra, ao mesmo tempo que a criação de oportunidades de emprego atraía à cidade gente vinda de fora»,<sup>113</sup> ao mesmo tempo que «a maior disponibilidade de mão-de-obra oferecendo-se no mercado de trabalho e o correlativo aumento do número de consumidores para escoamento de uma parte da produção» trazia uma «maior procura de bens e uma evolução ascendente do poder de compra médio».<sup>114</sup>

Assim, o crescimento demográfico da capital traduziu-se num «perfil económico da sua população ativa onde predominava a especialização nas atividades industriais e só depois nas comerciais e bem assim nos transportes».<sup>115</sup> Segundo Eugénia Mata, em 1890, 35% da população de Lisboa tinha emprego na indústria, 13% no comércio, 7% nos transportes e 3% na agricultura.

À diversidade das atividades produtivas lisboeta correspondia uma alargada oferta de serviços. A capital era o maior centro financeiro do país: em 1890, os seus treze bancos (num total nacional de quarenta e três) detinham 77% do total dos depósitos nacionais, o que significava que, os sete maiores bancos portugueses se encontravam em Lisboa. No campo do lazer destacava-se pela pluralidade de propostas. Para além das feiras, romarias

<sup>109</sup> A. H. de Oliveira Marques, *Guia de História da Primeira República Portuguesa* (Lisboa: Estampa, 1991), 13.

<sup>110</sup> *Idem.*

<sup>111</sup> O Porto com 138.850 habitantes, em 1890, passara para 162.955, em 1900, segundo César de Oliveira, “Imprensa Operária no Portugal oitocentista: de 1825 a 1925” *Análise Social* n.º 39, (1973):14.

<sup>112</sup> *Idem.*, p. 9.

<sup>113</sup> Maria Eugénia Mata, “Indústria e emprego em Lisboa na segunda metade do século 19”, Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Economia, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Economia, 1998, 6.

<sup>114</sup> *Idem.*, p. 16.

<sup>115</sup> *Ibidem.*, p.21.

e procissões – estas últimas eram registadas no *Diário de Notícias* na secção diária de “diversões” -<sup>116</sup> a cidade dispunha, no início do século, de treze salas vocacionadas para o espetáculo teatral, com sessões diárias, especializados, por género e clientela, pelo menos trinta associações desportivas (contra seis no Porto) e, desde 1904, uma sala de animatógrafo. E se pelas suas ruas se continuava a negociar bens e serviços (padeiro, leiteiro, varina, lavadeira, etc.), alguns bairros já ostentavam modernas lojas de confeções (só de roupa, como a Ramiro Leão, a Old England, ou a Eduardo Martins) e mesmo grandes armazéns (Grandes Armazéns do Chiado e do Grandella), vocacionados para uma classe média emergente.<sup>117</sup>

O dinamismo económico da cidade era acompanhado por um surto de modernização urbanística. Rasgam-se novas avenidas, a Avenida da Liberdade, substitui o Passeio Público oitocentista, o eixo Avenida Fontes Pereira de Melo – Avenida Ressano Garcia (mais tarde Avenida da República) liga a cidade ao mais elegante arrabalde da cidade, o Campo Grande. Lisboa começa a perder a sua vocação ribeirinha. Constroem-se residências, praças e jardins, «a capital está atacada pelo delírio da construção» – diria Malheiro Dias, em 1904.<sup>118</sup> Mas as novas habitações para a classe média não esgotavam as “moradas” da cidade. Em 1905 estima-se que 11 mil pessoas vivessem em 2.278 habitações.

Na verdade, Lisboa tendia agora para uma crescente especialização social do seu espaço: «O pobre foi escorraçado de todos os locais saudáveis e arejados, tanguado para Xabregas, para Alcântara, para a Mouraria, para Alfama. E a Lisboa dos ricos desenvolve-se e prospera».<sup>119</sup> Já o triângulo “nobre” da cidade, Liberdade-Baixa Pombalina-Chiado, mantém-se como principal polo de atração das mais diversas atividades, “paredes meias” com o Bairro Alto, onde se concentram o maior número de tipografias e jornais.

Lisboa dispunha de modernas infraestruturas comunicacionais, com escala internacional. A capital possuía contacto telegráfico internacional terrestre, desde 1857, e submarino, desde 1870.

Só a cidade possuía, desde 1865, uma ligação ferroviária direta à Europa, através de Espanha.

---

<sup>116</sup> Veja-se Júlia Leitão de Barros, “O Jornalismo político d’O Século...”.

<sup>117</sup> Sem pretendermos ser exaustivos lembremos ainda: 90 bordeis, 60 hotéis e pensões (o Porto contava com 37) e 100 leitarias, segundo Joaquim Vieira, *Portugal Século XX, Crónica em Imagens, 1900-1910* (Lisboa: Círculo de Leitores, 1998) p.148.

<sup>118</sup> Cit. *in idem*, 139.

<sup>119</sup> *Ibidem*.

Na estrutura portuária portuguesa «à cabeça e a muita distância, vinha Lisboa». <sup>120</sup> Num período em que a marinha mercante nacional estava em franca decadência, <sup>121</sup> multiplicavam-se os contactos com as grandes frotas internacionais em trânsito, em particular a britânica, seguida de longe pela da Alemanha e da França. Boa parte do transporte marítimo de mercadorias e pessoas fazia-se na capital por via de companhias estrangeiras.

Lisboa era o centro urbano provido de melhor rede rodoviária e ferroviária, que no país há quatro décadas não parava de crescer (esta última passara de 710 km em 1865 para 2.299 Km em 1894). <sup>122</sup> A rede de transporte interno da capital também se complexificara. No campo do transporte público possuía a «maior rede urbana da Península, alargada para 64 km ainda antes do fim do século, iniciando-se a sua eletrificação em 1901». <sup>123</sup> Carreiras de carros a cavalos (desde 1835), elétricos e elevadores, favoreciam a circulação de pessoas: «Se em 1890 cada lisboeta utilizou em média um «americano» 19 vezes, em 1910 recorreu ao elétrico 115 vezes». <sup>124</sup>

A capital era ainda, desde 1882, servida por um serviço telefónico <sup>125</sup> que, no início do século, constituía, com a rede da cidade do Porto, um excêntrico símbolo de modernidade cidadina. Um luxo a que até os homens de negócios e políticos recorriam com prudência. Em vésperas do 5 de outubro, «cada conversação de cinco minutos dentro da cidade custava 1 tostão, ou seja, dez vezes o preço de um jornal diário». <sup>126</sup>

Os números revelam que a implantação do telefone em Lisboa, apesar de incipiente, era superior ao do Porto, aquela contaria com 3500 assinantes, e este com 1500. Em parte, por Lisboa ter assistido a um crescente alargamento da rede regional de linhas telefónicas no período anterior. <sup>127</sup>

---

<sup>120</sup> A.H. de Oliveira Marques, “Portugal da Monarquia...”, 157.

<sup>121</sup> O número de navios de comércio nacionais baixara de 582, em 1864, para 327, em 1909, a maioria veleiros.

<sup>122</sup> Em 1900, circulavam nos comboios portugueses 12 milhões de passageiros e 2,7 milhões de volumes de mercadorias.

<sup>123</sup> Maria Eugénia Mata, “Indústria...”, 18.

<sup>124</sup> Joaquim Vieira, *Portugal...*, 50.

<sup>125</sup> Companhia Inglesa Anglo-Portuguese Telephone Company.

<sup>126</sup> A.H. de Oliveira Marques, “Portugal da Monarquia...”, 167.

<sup>127</sup> Segundo A. H. de Oliveira Marques: «até finais do primeiro decénio do século XX, a companhia dos telefones instalaria postos em Aldeia Galega (Montijo), Alhandra, Almada, Azeitão, Barreiro, Carcavelos, Cruz Quebrada, Estoril, Paio Pires, Queluz, Sacavém, Sesimbra e Sintra, além dos de Benfica, Campo Grande, Poço do Bispo em Lisboa, considerados excêntricos em relação à

Mas o âmbito nacional da rede tardou em chegar. Só em 1904 seria inaugurada a primeira linha com o Porto, seguindo-se um período de expansão do telefone para sedes de distrito: em 1905, montaram-se as redes de Coimbra, Braga e Vila Franca de Xira, em 1907, em Alenquer, em 1910, na Covilhã.

O telégrafo e os correios mantiveram, na primeira década do século XX, destaque na comunicação de informações à distância. Lisboa contava já, em 1900, com uma rede telegráfica de âmbito nacional (443 estações, que atingiriam as 539, em 1910). O volume da comunicação telegráfica não conseguia, porém, superar o dos correios. Em 1900, o correio recebido contabilizava, os 50 milhões, duplicando nos dez anos seguintes. Os correios eram o meio privilegiado dos centros urbanos comunicarem com o exterior. E a crer no testemunho do jornalista Esculápio, até a imprensa diária está longe de fazer um uso intenso do telégrafo, só em abril de 1900, é enviada por telégrafo a primeira reportagem de um redator do *O Século*.<sup>128</sup>

Em 1900, 53,9% da população de Lisboa era alfabetizada, distinguindo-se da média nacional, que rondava os 21%. Acresce que 46% dos operários da capital eram alfabetizados. Eugénia Mata explica: «o mais fácil acesso à educação na capital e a provável correlação entre saber ler e a migração para a cidade poderão explicar a mais alta concentração de gente alfabetizada que se encontra na indústria da capital».<sup>129</sup>

Não sendo este o objeto do nosso estudo importa salientar a crescente difusão da leitura no meio operário. Segundo C. A. Rebelo:

*No decurso da segunda metade do século XIX as noções de mutualismo, de associação e de solidariedade têm lugar importante no pensamento e ação operários [...]. O combate ao estigma social do operariado e a elevação das condições de vida dos seus membros, constituíam os principais*

---

zona central», *idem*.

<sup>128</sup> No contexto da reportagem de um julgamento em Vila Franca de Xira: «O tribunal estava à cunha e a audiência durou dois dias, sem interrupção, porque o juiz não deu consentimento aos membros do tribunal para saírem deste, o mesmo sucedendo portanto aos jornalistas. O relato fiel e circunstanciado da audiência foi, pela primeira a vez, transmitida para Lisboa em telegramas por meio do aparelho Hughes, como uma máquina de escrever», Eduardo Fernandes (Esculápio), *Memórias do «Esculápio», Das mãos da Parteira ao ano da República* (Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1940), 256. No nosso trabalho identificaremos o repórter Eduardo Fernandes como Esculápio, por ter sido este o nome pelo qual ficou conhecido no meio jornalístico português.

<sup>129</sup> Maria Eugénia Mata, "Indústria...", 16.

*objetivos do espírito associativo. A promoção da instrução popular, através da organização de cursos noturnos, bibliotecas, palestras e visitas de estudo, integrava-se assim num projeto mais vasto, que tinha por objetivo a regeneração das classes laboriosas.*<sup>130</sup>

A partir da década de oitenta, assiste-se quer à multiplicação de edições populares por iniciativa republicana, socialista e anarquista<sup>131</sup> (por exemplo: Biblioteca do Grupo Anarquista Revolução Social, 1891; Biblioteca Socialista, 1896), quer ao «aumento de interesse pelo periódico».<sup>132</sup>

Na viragem do século, Lisboa impunha-se, ainda, como centro político por excelência. Desde logo, como espaço privilegiado de recrutamento político: «quanto mais elevados e seletivos [eram] os cargos políticos, maior [era] também a tendência para acentuar o peso relativo dos lisboetas».<sup>133</sup> Em grande medida, «mercê da fixação e concentração na primeira cidade do país das famílias de estrato social mais elevado», pois, «pelo menos desde o século XVIII, e diversamente do que sucedia em outros países europeus as famílias aristocráticas residiam todas na capital, onde edificaram as suas residências permanentes».<sup>134</sup> Era ainda Lisboa que acolhia o Parlamento, os ministérios, os tribunais, a residência da família real, os centros políticos com a mais diversa composição social e ideológica.

No início do século XX, os chefes dos partidos monárquicos rotativistas, Luciano de Castro, do partido progressista, e Hintze Ribeiro, do partido regenerador, viviam em Lisboa, e era daqui que geriam a sua rede de influência política nacional. Na capital reuniam com os seus “amigos” políticos, muitos deles influentes regionais, que ocasionalmente, os visitavam em suas casas, nos centros ou nos jornais do partido.

Mas foi também em Lisboa que, sobretudo a partir da década de noventa, as propostas políticas e ideológicas antidinásticas prosperaram. Republicanos, socialistas e anarquistas encontraram na capital um terreno social favorável à expansão das suas redes de influência política.

---

<sup>130</sup> Carlos Alberto Rebelo, *A difusão da Leitura Pública* (Porto: Campos das Letras, 2002), 130.

<sup>131</sup> *Idem*, 66.

<sup>132</sup> *Ibidem*, 165.

<sup>133</sup> Pedro Tavares de Almeida, “O Conselho de Estado na Monarquia Constitucional: uma reflexão preliminar,” *Cultura* 22 (2006): 203.

<sup>134</sup> *Idem*.

Todos os intervenientes políticos procuravam aceder ao espaço público por via da imprensa. Em contrapartida, no quotidiano da cidade, os jornais eram o único meio de aceder ao debate político fora das relações interpessoais, isto é, da participação na conversa, na escuta presencial do discurso político nos clubes, associações ou parlamento.

No início do século a capital singularizava-se do resto do país pelas condições excecionais que apresentava no campo da troca de informações. Seja esta entendida como espaço social marcado por novas necessidades informativas, seja na vertente técnica, por dispor de diversos meios que rivalizam com a ancestral comunicação direta.

## 2.1. A IMPRENSA DIÁRIA DE LISBOA

É vulgar os historiadores ficarem esmagados pelo prolífero número de títulos de periódicos em Portugal no início do século. A.H. De Oliveira Marques não hesita em considerar: «Portugal de então era um país de jornais [...]. Nos começos do século, e contando somente os jornais com periodicidade inferior a um mês, havia em Portugal cerca de 368 periódicos, o que correspondia a um por 14 763 habitantes».<sup>135</sup>

Rui Ramos pondera a análise deste dinamismo na produção de periódicos à luz de três características:<sup>136</sup> os periódicos portugueses não teriam âmbito nacional, caracterizando-se pelas pequenas tiragens,<sup>137</sup> curta existência,<sup>138</sup> e amadorismo.<sup>139</sup>

<sup>135</sup> A. H. de Oliveira Marques, “Portugal da Monarquia...”, 600.

<sup>136</sup> Rui Ramos, “A Segunda Fundação...”, 48.

<sup>137</sup> Segundo Rui Ramos: «Em 1897, segundo os cálculos do entusiasmado jornalista Brito Aranha, Portugal tinha mais títulos por habitante (1 para 6500) do que a França e a Inglaterra (1 para 23000), para não falar da Turquia e da Rússia (onde a proporção era de 1 para 300 000) de facto, isto não representava maior venda da imprensa, mas apenas uma diferente estrutura do mercado jornalístico. Na Inglaterra e em França, países dos mais centralizados da Europa em termos culturais, os jornais de Londres e Paris circulavam em todo o território, havendo poucos títulos, mas com tiragens gigantescas. Na maior parte dos outros países havia muitos jornais, e por isso com tiragens mais pequenas», *idem*.

<sup>138</sup> Segundo Rui Ramos: «Em 1891, o Boletim do Ateneu Comercial do Porto, contou 86 novos jornais só nos primeiros seis meses [...]. Quase todos iriam acabar antes da ninhada do ano seguinte, mas destas revoadas sucessivas tiravam os “escritores públicos” o sustento», *ibidem*.

<sup>139</sup> Segundo Rui Ramos: «O jornal dependia do talento e desembaraço literário dos seus redatores. Em 1899, Eduardo Noronha e outro colega escreviam o noticiário internacional do Novidades de Lisboa numa hora», *ibidem*.

Com alguma facilidade os números exorbitantes de títulos de periódicos anualmente registados, nas três últimas décadas da monarquia, ao serem referenciados com o vago termo de jornais, e associados a entusiásticas demonstrações do vigor da imprensa portuguesa, permitem estabelecer generalizações abusivas ao tomar a imprensa diária pela periódica.

O que nos traz aqui é procurar desfazer este equívoco. Não é pelo número de títulos que podemos tomar o pulso do jornalismo diário. Este constituía uma realidade à parte.

A contínua expansão nacional de títulos de periódicos oculta uma realidade distinta da imprensa diária de Lisboa, a saber: a sua relativa estabilidade em número de títulos. Isto é, não era tão elástica quanto isso a possibilidade de criar um jornal diário em Lisboa, no início do século. Veja-se o Tabela 1, nele se pode observar que, entre 1901 e 1909,<sup>140</sup> mantém-se próximo da casa dos vinte o número de diários em Lisboa.

Tabela 1: *Diários Portugueses 1901 a 1909*

Localidades	1901	1902	1903	1904	1905	1906	1907	1908	1909
Lisboa	20	22	22	22	23	22	20	23	21
Porto	8	8	9	9	8	9	7	7	8
Évora	1	2	2	2	2	2	2	2	2
Coimbra	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Setúbal	1	1	1	1	1	1	1	1	0
Angra	1	2	2	2	3	3	3	3	2
Horta	0	1	1	1	1	1	1	2	1
Funchal	2	2	2	2	2	3	3	3	3
Ponta Delgada	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Total	33	37	39	39	40	41	37	43	39

Fonte: Mário Matos Lemos, *Jornais Diários Portugueses, O Século XX, Um dicionário* (Coimbra: Ariadne, 2004).

A ideia de que os jornais «surgiam como cardumes»<sup>141</sup> tem de ser reavaliada.

<sup>140</sup> Optámos por não incluir o ano de 1910 devido ao impacto do “5 de Outubro” que previsivelmente distorceria a análise.

<sup>141</sup> Joaquim Salgado, *Virtudes e Malefícios da Imprensa* (Porto: Portucalense Editora, 1945), 42.

No início do século, 64 % dos títulos da imprensa periódica eram semanais, se lhe juntarmos os bissemanais e trissemanais a percentagem sobe para 71 %. Em 1901, Portugal contava com 33 títulos de imprensa diária, 60,6 % eram de Lisboa (contra 24,4% da cidade do Porto).

A imprensa não diária tinha uma característica, metade não chegava aos 500 exemplares. E se considerarmos só os semanários, 67% tirava entre 200 e 800 exemplares.<sup>142</sup> Rui Ramos considera que, na viragem do século, «este género de imprensa devia pôr à venda cerca de 150 000 exemplares no seu conjunto, muito menos que a imprensa diária de Lisboa e do Porto».<sup>143</sup>

Os títulos com tiragem superior a 3000 exemplares representavam 1,9 % da imprensa portuguesa.<sup>144</sup> Só em Lisboa e Porto se encontravam títulos com essas tiragens, e apenas na imprensa diária destas cidades se ultrapassava a tiragem de 10.000 exemplares, apesar de outras capitais de distrito disporem de jornais de diários.

Em plena sessão do parlamento, a 19 de dezembro de 1906, o deputado regenerador liberal, Teixeira de Abreu, destacava os jornais de Lisboa da restante imprensa portuguesa: «não sou do *métier* [...] embora tenha já sido director de alguns jornais, e seja ainda editor, proprietário e director de algumas publicações periódicas, e autor de alguns insignificantes livros, convenho, com os grandes pensadores de Lisboa, em que ser do *métier* é tão somente ser jornalista na capital».<sup>145</sup>

No período que estudamos, de 1900 a 1908, Lisboa impunha-se, desde logo, pelas tiragens dos seus jornais diários não pararem de crescer.

Em 1880, Eduardo Coelho, director do *Diário de Notícias*, apontava para uma tiragem média total de 100.000 exemplares dos quotidianos portugueses. Rui Ramos refere que no início do século, os jornais diários lisboetas tinham triplicado a sua tiragem: «em 1906, segundo o relatório do embaixador inglês, sete dos onze diários de Lisboa, aqueles que ele conhecia a tiragem, extraíam em conjunto 253 000 exemplares. Se atribuirmos a cada um dos outros uma tiragem média à volta de 10 000 exemplares, podemos calcular em 300 000 o número de exemplares impressos diariamente só pelos jornais da capital».<sup>146</sup> O número de 300 000 exemplares diários é

<sup>142</sup> As percentagens são avançadas por Rui Ramos, “A Segunda Fundação...”, 48.

<sup>143</sup> *Idem.*

<sup>144</sup> A.H. de Oliveira Marques, “Portugal da Monarquia...”, 601.

<sup>145</sup> Conf. Diário da Câmara dos Senhores Deputados.

<sup>146</sup> Rui Ramos, “A Segunda Fundação...”, 52.

intrigante, quando se sabe que a população de Lisboa rondaria os 430.000 habitantes em 1910.

Não possuindo nós documentos fiáveis sobre tiragens de jornais podemos partir do princípio que os números que dispomos estão inflacionados. A nossa dúvida ganha relevo quando procuramos enquadrá-la nas práticas de leitura daquele tempo. No final do século XIX, coexistem várias formas de leitura:

*[...] a leitura oral, praticada em voz alta, era ainda frequente nos grupos masculinos. Ela subsiste, quer nos círculos de sociabilidade burguesa, quer nos meios rurais ou operários. A leitura silenciosa individual, ganha, no entanto, cada vez maior número de adeptos sobretudo nos meios urbanos.*<sup>147</sup>

E, também, vigorava a leitura pública «expressão que é muitas vezes utilizada durante este período para designar leituras coletivas feitas em voz alta designadamente as que são praticadas nas bibliotecas populares».<sup>148</sup>

É provável que, à semelhança do resto da Europa,<sup>149</sup> um jornal pudesse ser lido por um elevado número de leitores. Que valor atribuir a estas tiragens se sabemos que a circulação destes poderia atingir níveis muito superiores à atualidade?

E veja-se como o jornal *O Mundo*,<sup>150</sup> em 4 julho de 1901, sob o título *Solidariedade Republicana*, se queixava dos seus leitores não comprarem o jornal:

*O público republicano [...] parece ter a noção de que os jornais republicanos têm pessoal gratuito, não pagam a sua composição, não gastam com a sua impressão e não pagam o seu papel. [...]. Os jornais republicanos são, é certo [...] os que têm maior extração. E, se a não tivessem, não poderiam viver [...]. Mas muito maiores extrações podiam ter e muito maior influência podiam conseguir exercer se parte do público que deveria estar com eles mostrasse a sua simpatia por forma mais prática que pela leitura... gratuita.*

<sup>147</sup> Carlos Alberto Rebelo, *A difusão...*, 73.

<sup>148</sup> *Idem*.

<sup>149</sup> Por exemplo os jornais radicais britânicos, nas décadas de 1830 e 1840, alcançavam mais de vinte leitores por cópia, segundo James Curran e Jean Seaton, *Imprensa, Rádio e Televisão, poder sem responsabilidade* (Lisboa: Instituto Piaget, 2000), 26.

<sup>150</sup> Optámos nas citações dos periódicos consultados colocar apenas referência ao número de página quando esta não recaia na primeira página.

Mas podemos também interrogar-nos sobre o tipo de consumo deste produto cultural e, neste caso, não colocamos de lado a hipótese de as práticas de leitura dos jornais diários obedecerem, em certos meios sociais, a uma lógica distinta da atual, isto é, poderem conter a leitura e/ou compra de um ou mais títulos diários. E embora este não seja o objeto do nosso estudo fontes dispersas sugerem a existência de um sector de leitores que compra vários títulos diários. Por exemplo, numa reportagem de interesse humano, presente no jornal *Vanguarda*, encontramos uma vítima que assinava o *O Século*, o *Vanguarda*, a *Folha da Tarde* e o *Diário Ilustrado* (1 de abril de 1906). No *O Mundo*, numa carta de um leitor deste jornal republicano, surge a referência à leitura assídua do *Novidades* (1 de abril de 1906). Em pleno governo de João Franco surge publicidade nos jornais monárquicos que apela ao militantismo republicano, é o caso do anúncio que associa António José de Almeida ao Licor Triunfo, inserto no *Novidades*, em 1 de abril de 1907.

Segundo Rui Ramos, em 1906, «os jornais mais vendidos eram o *O Século* (80 000 exemplares de tiragem diária) e o *Diário de Notícias* (70 000), em Lisboa».<sup>151</sup> Ambos bem longe da média de tiragem que ostentavam, no final da década de oitenta (com tiragens na ordem dos 20.000 exemplares).

Os números aqui avançados são tanto mais impressionantes quanto, tudo parece indicar, ser tímida a implantação nacional destes jornais. Até o *Diário de Notícias* era, no início do século, um jornal do concelho de Lisboa, não assumindo ainda o âmbito nacional que teria em quase todo o século XX. Em 1925, na edição comemorativa dos seus oitenta anos, pode ler-se: «em 1919, a sua já grande tiragem era consumida quase exclusivamente em Lisboa;<sup>152</sup> os exemplares do *Diário de Notícias* que iam para o Porto e para o Norte [...] não excediam algumas centenas de exemplares».<sup>153</sup> Só em 1924 se procurará modificar esta situação, nesse ano «o Administrador Delegado da Empresa resolveu estudar a fundo e dar-lhe solução capaz de atirar o *Diário de Notícias* de norte a sul do país».<sup>154</sup>

O constante crescimento demográfico, a crescente complexificação das atividades económicas da capital, a maior diversidade social e política e

---

<sup>151</sup> Rui Ramos, “A Segunda Fundação...”, 52.

<sup>152</sup> *Diário de Notícias, O grande jornal português* (Lisboa: Empresa Diário de Notícias, 1925), 48.

<sup>153</sup> *Idem*, 371.

<sup>154</sup> *Ibidem*, 48.

a rede concelhia de transportes, explicam, pelo menos em parte, o sucesso dos jornais com vocação empresarial, *Diário de Notícias* e *O Século*. É conhecida a forma como se tende a relacionar a prosperidade do jornalismo de negócio com a dinâmica de industrialização e urbanização:

*A fase industrial da imprensa vai significar a rutura com a imprensa de elite. Aos pequenos grupos de leitores, com afinidades doutrinárias e religiosas, vão suceder os jornais “para todos”, baseados em projetos que visam atingir toda a população alfabetizada. [...] Os processos de desenvolvimento urbano desencadeados pela revolução industrial, acompanhados pela transferência da população para as cidades, o surgimento de novas classes médias nos sectores dos serviços e o crescimento do operariado vão criar a necessidade de novos instrumentos de informação.*<sup>155</sup>

A larga projeção dos jornais *O Século* e *Diário de Notícias* é explicada por Rui Ramos, de duas formas: eram jornais sem «política definida» e «o seu domínio na imprensa consolidara-se vinte anos antes e iria continuar, graças à organização empresarial que tinham adquirido».<sup>156</sup> O historiador associa o êxito destes jornais à falta de filiação partidária e à vocação para o negócio das suas empresas. Esquece de chamar a atenção para uma característica do campo do jornalismo diário português: o surgimento de prósperas empresas jornalísticas, consolidadas pelo assinalável sucesso de vendas devido a um claro posicionamento político em conjunturas de crise, foi o que aconteceu em Lisboa, com o jornal *O Século*, durante a crise do Ultimato, em 1890, e no Porto, com o *Primeiro de janeiro*, durante a crise “da peste”, em 1899.

Na viragem do século, seria a vez do jornal *O Mundo* ganhar preponderância na imprensa diária da capital. A.H. de Oliveira Marques adianta que, em vésperas do 5 de outubro, este jornal republicano quase vendia tanto como o *O Século* e o *Diário de Notícias*: «o *Mundo* era um dos mais lidos periódicos portugueses, com uma tiragem aproximando-se dos 50.000 exemplares».<sup>157</sup> Isto é, um jornal político partidário rivalizava com os jornais *O Século* e *Diário de Notícias*.

---

<sup>155</sup> Mário Mesquita, *Teorias e práticas do jornalismo: do telégrafo ao hipertexto* (Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2004), 12.

<sup>156</sup> Rui Ramos, “A Segunda Fundação...”, 52.

<sup>157</sup> A.H. de Oliveira Marques, “Portugal da Monarquia...”, 606.

Rui Ramos, sem deixar de considerar que o jornal *O Mundo* se destacava, pela tiragem, rondando, em 1906, os 30.000 exemplares diários, explica esta vantagem, pelas distintas práticas jornalísticas dos jornais republicanos: «O êxito da chamada “imprensa republicana” em Portugal deve-se menos ao republicanismo do que ao facto de terem sido alguns destes jornalistas radicais a fundar em Portugal a imprensa sensacionalista, que nesta época se desenvolveu em todos os países europeus». <sup>158</sup>

Este historiador, ao remeter o crescimento de leitores na cidade de Lisboa para um campo alheio ao político, seja pela classificação dos jornais de negócio como apartidários, seja pela valorização da conotação emocional (sensacionalismo) do jornal republicano, *O Mundo*, tende a preservar o debate político, valorizável, como um terreno impermeável às transformações que ocorrem na imprensa diária no início do século XX.

Em contrapartida, outros historiadores optam por sínteses vagas, não discriminando jornais, ou diferentes práticas de jornalismo, remetendo para grandes períodos cronológicos, de trinta e quarenta anos, com linhas de tal forma genéricas, que pouco nos dizem sobre o debate jornalístico, na viragem para o século XX.

J. M. Sardica localiza a mudança, no último quartel do século XIX:

*Desde o impulso renovador da Geração de 70 e da chegada a Portugal do jornalismo barato, noticioso, generalista, dirigido aos grandes públicos urbanos, até à transição do século, o espaço público português, nele se compreendendo as cambiantes da opinião pública e a atividade, variada, de jornalistas e jornais, sofreu uma recomposição multifacetada, de que os principais vectores foram a aceleração (mais e mais rápida comunicação) complexificação (géneros, temas e grafismos, e o alargamento de autores e públicos).* <sup>159</sup>

Sardica não deixa de considerar um dado novo: o “espaço público e uma opinião pública em rápido processo de alargamento”. Salientando:

*[...] no centro da recomposição este jornalismo, tornado progressivamente «indústria cultural», na sua tripla função de informador,*

<sup>158</sup> Rui Ramos, “A Segunda Fundação...”, 50.

<sup>159</sup> José Miguel Sardica, “O Jornalismo e a intelligentsia portuguesa nos finais da Monarquia Liberal”, *Comunicação & Cultura*, 7 (2009): 31.

*formador e divulgador de ideias, factos, fait-divers, modas, tendências, rumores, livros, espetáculos, personalidades e tudo o mais que preenchia a agitada vida quotidiana das multidões [...] fazendo dos jornais o melhor, mas também o pior, dos instrumentos de clarificação do debate político [...].*<sup>160</sup>

No entanto, permanece obscuro o lugar ocupado pelo jornalismo diário republicano, e em particular

## 2.2. CRIAR UM JORNAL DIÁRIO

A. H. de Oliveira Marques salientou que a imprensa diária tinha «uma dimensão excessiva em contraste com o fraco desenvolvimento cultural do País»,<sup>161</sup> somando 39 títulos «nos começos do século».<sup>162</sup> Quando procuramos entender a longevidade dos jornais contidos nestes totais anuais apercebemo-nos que na imprensa diária existiu um núcleo significativo de títulos com grande solidez temporal.

Tabela 2: *Jornais diários de Lisboa, em 1900, por tempo de atividade*

Superior a 25 anos	10 a 20 anos	9 a 5 anos	Inferior a 1 ano
Diário de Notícias	O Século	Imparcial	Lucta/ Federação
Jornal do Comércio	Dia	Vanguarda	
Revolução de Setembro	Correio da Noite	Diário de Lisboa	
Nação	Diário Ilustrado	Tempo	
Folha da Tarde/ Jornal Povo	Popular/ Diário Popular	Correio Nacional	
	Novidades	Portugal	
	A Tarde	O Paiz/ O Mundo	

Fonte: Mário Matos Lemos, *Jornais Diários Portugueses, O Século XX, Um dicionário* (Coimbra: Ariadne, 2004).

<sup>160</sup> *Idem.*

<sup>161</sup> A.H. de Oliveira Marques, “Portugal da Monarquia...”, 601.

<sup>162</sup> *Idem.*

No ano de 1900, em Lisboa, no total de 20 títulos, 12 têm mais dez anos (e destes, cinco ultrapassam os trinta anos), subindo este número para 19, se considerarmos os jornais com mais de cinco anos. Apenas um foi criado nesse ano, o *Lucta/ Federação* e não vingaria. Isto é, desde 1895, nenhum novo título se impusera.

Interessante é verificar que do conjunto de títulos, que em 1900 já contabilizavam mais de cinco anos, 13 iriam chegar ao 5 de outubro. Ou seja, o campo dos jornais diários de Lisboa, com um universo à volta de uma vintena de títulos anuais, era constituído por um número significativo de títulos com uma permanência temporal notável. E pouco interessa contabilizar com rigor esta espécie de núcleo duro, temporalmente estável, do campo jornalístico português.

Se distribuirmos os títulos por feição política genérica, isto é, partindo da mais significativa clivagem política existente no período, a sua filiação dinástica ou antidinástica, detetamos, não só uma clara supremacia dos primeiros, como uma oscilação desfavorável aos segundos, até 1905.

Tabela 3: *Jornais diários de Lisboa, 1901 a 1909, 163 por posicionamento face ao Regime*

Jornais diários de Lisboa	1901	1902	1903	1904	1905	1906	1907	1908	1909
N.º Total	20	22	22	22	23	22	20	23	21
Dinásticos	15	17	18	17	17	16	14	15	13
Antidinásticos	5	5	4	5	6	6	6	8	8

Fonte: Mário Matos Lemos, *Jornais Diários Portugueses, O Século XX, Um dicionário*, (Coimbra: Ariadne, 2004).

Mas o que escondem as pequenas oscilações aqui apresentadas?

Entre 1900 e 1909 a imprensa antidinástica cria 15 jornais na capital, destes, 12 tiveram curtíssima duração, entre três a dezasseis meses (*Lucta/ Federação*, 1900, *A Liberdade*, 1901, *Marselheza*, 1901, *Folha*, depois *Tribuna*, 1902 a 1904, *O Debate*, 1903 e 1904, o *Pátria*, 1905, *Progresso*, 1905, *O Radical*, 1908, *A Greve*, 1908, *A Boa Nova*, 1908, *A República*, 1908 a 1909, *O Combate*, 1909) e apenas 3 ultrapassam a barreira dos

<sup>163</sup> Optámos por não incluir o ano de 1910 por temermos distorcer a análise, pela dificuldade em expor com clareza o impacto do “5 de Outubro” no campo jornalístico. A nova conjuntura política trouxe, entre outros aspetos, novos jornais republicanos e a conversão de jornais monárquicos em republicanos.

dois anos (*O Paiz* criado em 1905, *a A Lucta* criada em 1906, e *A Capital* 1908).

Interessante é verificar como no campo monárquico também surgem 9 novos títulos, 5 de curta duração (*O Progresso*, 1901 a 1902; *Última Hora*, 1905,<sup>164</sup> *o Diário Nacional*, 1907 a 1908; *O Correio*, 1908; *O Liberdade*, 1908 a 1910) e 4 que editam durante um período superior quatro anos (*Diário*, 1902 a 1907; *Época*, 1902 a 1909; *O Jornal da Manhã/ Era Nova*, 1902 a 1907; *o Jornal da Noite*, 1903 a 1908).

A criação de títulos antidinásticos parece seguir por três vagas cronológicas: uma primeira em 1900-01, de pouco ou nenhum sucesso (as tentativas de formação de jornais antidinásticos fracassam de imediato); uma segunda, mais vigorosa, entre 1905-1906, com quatro títulos, dois deles ultrapassando em longevidade o 5 de outubro; uma terceira vaga, no pós-regicídio, ainda mais poderosa, em número de títulos (seis), mas de sucesso relativo, pois só um destes jornais vinga. Já o período entre 1902 e 1904, para os republicanos, surge como um período de refluxo, com dois títulos novos de curta duração.

Assim, 1908 impõe-se como data a reter. Dos 24 novos títulos surgidos entre 1900 e 1909, 7 surgem neste ano. Destes, 5 são títulos antidinásticos. Este é aliás o ano em que surgem 2 títulos, que embora contrários à monarquia, se enquadram no anarco-sindicalismo (*A Greve* e *A Boa Nova*, este só conta um número).

As vagas republicanas iam em contracorrente com as monárquicas: ao contrário daqueles, 6 dos 9 novos jornais monárquicos, surgem antes de 1905. E depois do regicídio apenas são criados 2 novos títulos.

Em suma, os republicanos embora apresentem o dobro do número de títulos criados pelos monárquicos, também surgem com um número muito considerável de jornais de curtíssima duração.

Estamos em condições de compreender que, em 1900, quando França Borges procurou impor o seu jornal diário, o fez num momento bem mais difícil do que imaginávamos, quando há pelo menos cinco anos nenhum novo título republicano vingara. Mais, podemos ainda afirmar que a criação de um jornal não era uma atividade tão vulgarizada como supúnhamos. Acresce que Borges o fazia num contexto de particular agitação republicana e socialista (nesses anos de 1900-01, sucediam-se iniciativas jornalísticas), mas também quando era, e continuaria a ser por mais cinco

---

<sup>164</sup> Só contou com um número.

anos, difícil impor no campo do jornalismo diário um projeto republicano, a crer no número de fracassos por nós recenseados.

Importa, pois, valorizar a “criação” do jornal o *O Mundo* como um facto político da maior importância no quadro da atividade político partidária, lembrando como este diário se afirma num período pouco dado a transformações na estrutura jornalística estabelecida, dominada por jornais monárquicos, ou de tendência monárquica, onde cabem, até 1905, apenas dois ou três jornais republicanos.

Um facto merece a nossa atenção, entre as várias propostas políticas, que configuravam os limites ideológicos do que era politicamente pensável, os socialistas e anarquistas eram os únicos que não dispunham de imprensa diária. No entanto, a sua atividade política ganhara expressão na Lisboa operária.

Só agora estamos em condições de entender o que se passava na imprensa diária de Lisboa, e o que significa, afinal, um número excessivo, mas estável, de jornais, a par de um constante esforço de criação de novos títulos, sempre fracassados, num momento em que, no campo jornalístico, não diário, se assiste a tão grande expansão de publicações. O elevado número de títulos revela, antes de mais, um dos alicerces do campo jornalismo diário que tratamos: a forte tutela do campo político. Mas os historiadores ainda discutem o âmbito desta.



# A REPERCUSSÃO DO ULTIMATO NA IMPRENSA DIÁRIA DE LISBOA

A crise do Ultimato teve uma repercussão no campo do jornalismo diário de Lisboa que está ainda hoje por estudar. Quando o jornal *O Século*, orgulhosamente, passou a ostentar, na sua primeira página, a referência «O jornal de maior circulação do país» estava a emitir sinais em várias direções. Para o jornal *Diário de Notícias*, que assentara a sua atividade jornalística, na fórmula E. Girardin (o fundador da imprensa popular francesa, na década de trinta) «mais leitores, mais publicidade, mais lucro», o *O Século* afigurava-se como um rival de peso. Já para aqueles que associavam a luta política republicana ao crescimento de uma imprensa poderosa o momento era de celebração. Em contrapartida, para a monarquia impunha-se redefinir o novo contorno do espaço concedido ao debate jornalístico.

### 3.1. A CONCORRÊNCIA CHEGA AO JORNALISMO DE NEGÓCIO: O *O SÉCULO* E *DIÁRIO DE NOTÍCIAS*

Saber o que se passava com o *Diário de Notícias* na década de noventa é hoje difícil. As suas edições comemorativas têm uma particularidade, tendem a realçar, com preciosos números, o crescimento do jornal, em várias áreas de atividade (tiragem, publicidade, distribuição, pessoal), entre 1864 e 1885, omitindo dados, a partir desta última data e até 1924.

O *Diário de Notícias* criado em 1864, por Eduardo Coelho, surgira com um inovador projeto empresarial, inspirado no jornalismo de negócio que, desde a década de trinta, se vinha estabelecendo em vários países. Em França, *pela mão* do jornal *La Presse*, de E. Girardin, nos EUA com o sucesso da *penny press*. Na década de sessenta, já por todo o lado se impunha uma imprensa de motivação estritamente capitalista: que encarava o jornal como produto de consumo rentável, apostando na criação

de novos leitores; que olhava a informação como mercadoria, suscetível de valorizar o produto oferecido; e elevava a publicidade a conteúdo essencial do projeto jornalístico. Em contrapartida autoproclamava autonomia e imparcialidade face ao político.

A imprensa de negócio esforçava-se por se apresentar neutra, diversificando a informação política, procurando atrair leitores de diferente competência e filiação política, valorizando o entretenimento e a recolha de conteúdos úteis de interesse genérico. Apresentava um preço acessível e uma constante racionalização de custos, quer pela modernização do aparato técnico disponível (da impressão, à composição, até ao telégrafo e telefone), quer pela maior organização de meios humanos.

O *Diário de Notícias* foi uma réplica do que se fazia lá fora. Valorizou a sua vocação informativa assentando aí a sua estratégia de distinção face ao jornalismo político. Em 29 de dezembro de 1864, podia ler-se no seu número-programa:

*[...] visa um único fim: – interessar a todas as classes, ser acessível a todas as bolsas, e compreensível a todas as inteligências [...]. Em estilo fácil e com a maior concisão informará o leitor de todas as ocorrências interessantes, assim de Portugal como das demais nações, reproduzindo à última hora todas as novidades científicas, artísticas, literárias, comerciais, industriais, agrícolas, criminais, estatísticas, etc. Eliminando o artigo de fundo, não discute política, nem sustenta polémica. Regista com a possível verdade todos os acontecimentos, deixando ao leitor, quaisquer que sejam os seus princípios e opiniões, a comentá-los ao seu sabor.<sup>165</sup>*

O *Diário de Notícias* seria um jornal informativo e não de opinião. Em 1914, Alfredo da Cunha orgulhava-se d' *Diário de Notícias* ter revolucionado o campo jornalístico, ao introduzir um serviço complexo de recolha de informações.<sup>166</sup> No final do século XIX, a assinalável inovação jornalística do *Diário de Notícias* já tinha, porém, mais de quarenta anos

<sup>165</sup> Alfredo da Cunha, *Diário de Notícias...*, 2.

<sup>166</sup> Afirmava Alfredo da Cunha: «A importância dada ao serviço de informações, ou de reportagem, deve-se ao *Diário de Notícias*, que o implantou no país, onde então constituiu uma quase completa novidade. Consideravam-no os jornalistas de há trinta anos elemento secundário na factura dum periódico, concedendo-lhe escassamente duas ou três acanhadas colunas. Sabe-se, contudo, a que elevado grau de perfeição esse serviço tem chegado em todos os países civilizados, porque de ninguém é ignorado que fabulosas somas com ele dependem as mais importantes folhas do mundo, que pagam, a peso de ouro, a primazia duma novidade», *idem*, 43.

e nem uma referência surgia, nos números comemorativos do jornal, ao que desde então sucedera à restante imprensa.

Mas mais do que pelo noticiário<sup>167</sup> o jornal distinguir-se-ia por uma nova conceção de jornalismo industrial que se movia pelo interesse em alargar leitores e publicidade visando obter lucro. Como os seus congéneres estrangeiros, o jornal apresentou-se com um preço mais acessível (custava 10 réis, quando em 1864 os jornais diários se faziam pagar a 30 e 40 réis), apostou na venda avulsa e direta – por “ardinas” – e novas formas de fidelização de leitores, desde a atribuição de brindes a assinantes (prática que cultivava entre 1865 e 1899) até ao folheto diário. Sobre este, diria, na década de noventa, Alfredo da Cunha: «pelo que respeita aos jornais populares, o romance, pela indiferença ou pelo interesse com que é acolhido, determina nas tiragens flutuações de milhares de exemplares por dia».<sup>168</sup>

Este jornal levaria a sério a captação de anunciantes. Coincidindo o seu aparecimento com a criação da Agência Primitiva de Anúncios, de Luiz Maria Pereira de Braun Peixoto, «com a qual o *Diário de Notícias* tinha um contrato especial».<sup>169</sup> A exploração do filão publicitário merece especial atenção.

Em 1864, em plena consagração do modelo económico da Regeneração – que Oliveira Martins refere como a entrada de Portugal no capitalismo – a crescente atividade económica e financeira da cidade, não dispunha de um suporte mediático vocacionado para dinamizar os negócios. Segundo Júlio César Machado, na década de cinquenta «“Havia o Grátis, mas custava um tostão por linha, era impresso em papel pardo, e ninguém o lia”».<sup>170</sup> Este vazio era, aliás, acompanhado por uma atitude desconfiança<sup>171</sup>

---

<sup>167</sup> Na verdade, Silva Tullio, em 1865, ao historiar o interesse pela informação no jornalismo português realçava como inovadora a atitude da *Revista Universal Lisbonense*, redigida A.F. Castilho que, entre 1841 a 1845, «criou o verdadeiro, o genuíno, o proveitoso noticiário», sendo o primeiro jornal que abriu uma secção especial e exclusiva para notícias [...] até que se tornou pratinho obrigado para os leitores», ao ponto de, em 1851, ser necessário «inventar a palavra noticiário para título de uma das secções da *Semana*, porque as notícias diversas, crónicas, locais, e outros que se usavam não eram bem expressivos. O termo vingou, porque foi geralmente adotado pelos jornais, e já passou para o dicionário da língua. O noticiário é hoje o melhor visco para engaiolar assinantes», *Brinde Aos Senhores Assinantes do Diário de Notícias* (Lisboa: Typographia Universal, 1866), 44-5.

<sup>168</sup> Alfredo da Cunha, *Diário de Notícias...*, 63. O DN não só traduziu romances estrangeiros como abriu as suas portas a autores portugueses, e entre muitos outros, lembremos, em 1870, o *Mistério da Estrada de Sintra*, da autoria de Eça de Queirós e Ramalho Ortigão.

<sup>169</sup> *Idem*, 53.

<sup>170</sup> Cit. por Alfredo da Cunha, *ibidem*, p.49.

<sup>171</sup> «Não se faz ideia, repito, do acanhamento quase pueril com que há cinquenta anos se anunciava e fazia o que presentemente se chama reclamo. [...]. O anúncio era tido por uma ostentação

face aos anunciantes.<sup>172</sup> O *Diário de Notícias* marcou «o começo do desenvolvimento decisivo do anúncio como intermediário poderoso da maior parte dos negócios e condição indispensável para o bom êxito da maior parte das empresas».<sup>173</sup> O jornal conseguiria tutelar, quase sem concorrência, o mercado publicitário da capital. Tinha razão Alfredo da Cunha ao afirmar que o anúncio «tornava uma quase necessidade a sua leitura?».<sup>174</sup>

Ao contrário de outros aspetos da atividade do jornal dispomos, para o período que estudamos, de informações sobre o negócio publicitário. O pequeno anúncio barato (20 réis a linha) ajudaria ao constante crescimento de anunciantes, no *Diário de Notícias*, a média diária de 48, em 1865, cresce para 490, em 1885, e 707 em 1913.<sup>175</sup>

Já quanto às suas tiragens, só dispomos de números até 1885, e nesse período não param de crescer – com uma média de 7.300 exemplares, em 1865, atinge os 26.000 exemplares, em 1885. E nem a adoção por parte da restante imprensa diária de dois dos seus trunfos iniciais o abala: o seu preço acessível e a venda direta. No final da década de oitenta, 10 réis era o preço de qualquer jornal diário, vendido em Lisboa pelos arduos.

Possuindo desde o início tipografia própria (Tipografia Universal)<sup>176</sup> o êxito empresarial do *Diário de Notícias* foi acompanhado pelo investimento técnico. Em 1885, Eduardo Coelho dava conta:

---

imodesta, e quem dele usasse, por mais lacónico e parcimonioso que fosse em seus dizeres, passava, aos olhos de quem lia, por um charlatão, ou, se era negociante, por um homem sem freguesia e sem crédito», Júlio César Machado citado *in ibidem*, 50.

<sup>172</sup> Convém chamar a atenção, que antes do surgimento do *Diário de Notícias* já outras publicações tinham procurado sustentar-se com base na publicidade: *Periódico dos Anúncios*, em 1827; *Jornal de Anúncios*, em 1835; *O Grátis*, entre 1836-1857; *O Dez Réis – Jornal de Utilidade*, em 1841; o *Cinco Réis*, 1843; o *Jornal de Utilidade Pública*, em 1846.

<sup>173</sup> Alfredo da Cunha, *Diário de Notícias...*, 52.

<sup>174</sup> *Idem*, 63.

<sup>175</sup> Alfredo da Cunha realçaria, no início do século: «na conta geral da administração financeira do estado [...].A verba do selo de anúncios escriturada no ano económico de 1889-1890 é de 5.815\$873 [...] decomposta [...] o distrito de Lisboa concorreu com 3.425\$830 réis; e o do Porto com 849\$716 réis [...] o *Diário Notícias* [...] só de per si concorreu com 1.824\$280 réis, ou seja muito mais de metade do rendimento dos anúncios em todos os periódicos e publicações dos distritos de Lisboa; mais do dobro relativamente ao Porto [...]. E esta supremacia, talvez ainda aumentada, mantém-se à data em que escrevo estas linhas» *in ibidem*, 56.

<sup>176</sup> A iniciativa de criar um novo título resultava de um investimento conjunto de Eduardo Coelho, então colaborador de jornais políticos (redigia em 1864 os noticiários da *Revolução de Setembro* e do *Conservador*, e as correspondências de três jornais de província) e Tomás Quintino Antunes, Visconde de São Marçal, proprietário da Tipografia Universal, que dois anos antes, em 1864, tentara lançar uma publicação informativa, por assinatura, com o título de *Boletim Noticioso*, também a 10 réis.

*Hoje a Tipografia Universal [...] possui dois prelos mecânicos de reação, três máquinas platinas inglesas, um prelo universal Marinoni, calandra, prensa hidráulica, máquina de aparar papel, um excelente motor a vapor, e grande variedade de aparelhos e utensílios tipográficos modernos, dando emprego à média de 100 pessoas, isto é, havendo quadruplicado o seu movimento.*<sup>177</sup>

E com razão, em 1941, Alfredo da Cunha, então ex-diretor do jornal, realçava o papel do *Diário de Notícias*: «o novo jornalismo tornou-se ao mesmo tempo uma indústria, pela importância dos capitais nele empregados e pela adoção de processos mecânicos consideráveis».<sup>178</sup>

No final do século as melhorias técnicas prosseguiram. A 20 de março de 1890, o diário «começa a ser impresso na primeira máquina rotativa Marinoni de grande tiragem». E, cinco anos depois, adquire uma segunda rotativa. Infelizmente, não temos dados que nos permitam saber, com exatidão, como cresceu em meios humanos. Em 1865, o jornal afirma ter 120 empregados incluindo «vendedores, distribuidores, agentes, informadores, “compositores e colaboradores efetivos».<sup>179</sup> E, embora não tenhamos números relativos a 1900, sabemos que a sua organização interna foi-se complexificando, com as novas iniciativas editoriais lançadas pela empresa (em 1886 publica o *Almanaque do Diário de Notícias*; em 1895, o semanário *Diário Notícias Ilustrado*).<sup>180</sup>

As narrativas históricas sobre o *Diário de Notícias* tendem a isolá-lo do meio jornalístico da sua época, salientando o sucesso e inovação dos seus empreendimentos, silenciando os momentos mais inquietos da sua gestão empresarial. Mas não andaremos longe da verdade ao afirmar que, na década de noventa, o *Diário de Notícias* abriu um novo período da sua existência, sendo colocado perante dois grandes desafios: a escolha de um sucessor para direção do jornal, após a morte do seu fundador, em 14 de maio de 1889; e a concorrência de um novo e próspero jornal popular, o *O Século*. Note-se que, este último, nunca é referenciado nas várias edições comemorativas do *Diário de Notícias*.

<sup>177</sup> Cit. in Alfredo da Cunha, *Diário de Notícias...*, 96-98.

<sup>178</sup> Alfredo da Cunha, “Relances...”, 24.

<sup>179</sup> Alfredo da Cunha, *Diário de Notícias...*, op. cit., 270.

<sup>180</sup> Em 1867 o jornal cria uma secção especializada em ações de caridade.

Durante mais de uma década o jornal esteve sem diretor. A 1 de janeiro de 1894 é criado o cargo de secretário na empresa, para o qual é nomeado Alfredo da Cunha, que só viria a assumir o cargo de diretor a 1 janeiro de 1900.

Criado em 1880, após as comemorações do centenário de Camões, o *O Século* surgira pela iniciativa de Sebastião Magalhães Lima e João Almeida Pinto, homens ligados ao grupo federalista que, no movimento republicano, assumia um posicionamento mais radical e socializante.<sup>181</sup> Os federalistas, recorde-se, « eram dentre todas as tendências republicanas, a mais aguerrida tanto no plano ideológico como a nível organizativo ».<sup>182</sup> Críticos do tactismo do grupo de Elias Garcia que em nome da congregação de todos os liberais de esquerda colocava em segundo plano a questão do regime, mas também distintos do grupo moderado, unido em torno de alguns nomes da geração de 48, os federalistas distinguiram-se no republicanismo por defenderem:

*[...] que uma nova alternativa política teria de ser verdadeiramente revolucionária, isto é, a futura República teria de assentar numa profunda transformação administrativa, social, económica e cultural do país, demarcando-se firmemente dos projetos reformadores da esquerda monárquica e, simultaneamente autonomizar-se dos socialistas.*<sup>183</sup>

O radicalismo federalista tendeu a integrar as fações críticas à orientação legalista gradualista, dominante no movimento republicano. Lembremos que, entre 1876 e 1880, como refere Fernando Catroga, no seio do movimento republicano, se assistira a um « inequívoco crescimento de militância expresso no aumento de organizações, na fundação de jornais e revistas de informação e de doutrina, e num maior empenhamento eleitoral », porém, apesar do esforço unificador, corporizado na criação, em 1876, do Centro Republicano Democrático de Lisboa, não só « os núcleos regionais continuaram a reivindicar a sua independência », como se aprofundaram as divergências de tática e de princípio.<sup>184</sup>

---

<sup>181</sup> Publica o seu número-programa, em dezembro de 1880, iniciando a sua publicação regular em janeiro de 1881.

<sup>182</sup> Fernando Catroga, *O Republicanismo...*, 23.

<sup>183</sup> Maria Rita Lino Garnel, *A República de Sebastião de Magalhães Lima* (Lisboa: Livros Horizonte, 2004), 46.

<sup>184</sup> Fernando Catroga, *O Republicanismo...*, 27.

O mesmo historiador considera que a criação do jornal *O Século* se deve inserir no esforço de transformação do disperso e dividido movimento republicano num verdadeiro partido político.<sup>185</sup> Na sua primeira apresentação aos leitores podia ler-se: « O povo que lê para apreciar, o que lê para recrear, o que lê por necessidade toda essa multidão de leitores poderá um dia esquecer o artigo político do jornal, o folhetim, mas não esquece a notícia [...]. E se a notícia juntar à sua narrativa lacónica uma palavra que seja de apreciação sincera essa palavra há-de também insinuar-se no espírito do leitor». A afirmação deste propósito não era inédita num jornal político, na década de oitenta todos os jornais ansiavam ser tão noticiosos quanto sugestivos.

Na primeira década da sua existência seria a vertente política do jornal que o distinguiria. Uma curta incursão sobre os “grandes” títulos na primeira página do *O Século* (aqui entendidos como recaindo sobre mais do que uma coluna do jornal), no período de 1889-90, torna claro o carácter combativo e mobilizador do seu empenhamento político.<sup>186</sup>

No final da década de oitenta este jornal republicano já se distinguiu da restante imprensa política diária pela sua tiragem. A 7 de setembro 1889, dava conta das dificuldades de impressão, do exemplar do dia anterior, explicando: «9.000 saíram, expedidos», mas faltavam, ainda, «os assinantes de Lisboa», e «para a quase totalidade de venda avulso, que é a parte mais importante». Isto é, a sua tiragem rondaria já os 20.000 exemplares diários. Sabemos que no ano anterior, a 7 de outubro de 1888, anunciara, na sua primeira página, que passaria a publicar-se também às segundas-feiras, prática que só o *Diário de Notícias* seguia, desde 1870. No ano seguinte, em janeiro, lançava já o seu *Almanaque Ilustrado*, ao preço de 100 réis. Marcante seria, nesse ano, em setembro, o *O Século* passar a contar com impressão própria: «numa máquina expressamente construída para nós, e que tem por fim acelerar a sua tiragem»<sup>187</sup>.

A prosperidade deste jornal diário republicano ganharia especial preponderância durante a crise do Ultimato, em 1890, quando passou a

---

<sup>185</sup> Segundo Fernando Catroga: «[...] o crescimento dos centros terá correspondido a criação de uma direção nacional capaz de transformar os núcleos regionais num verdadeiro partido político. A par do esforço doutrinal de Teófilo Braga e de Manuel Emídio Garcia nos anos 70, outra não foi a intenção do novel jornal *O Século*», *idem*, 35.

<sup>186</sup> E veja-se Júlia Leitão de Barros, “O jornalismo político republicano radical...”, Tomo II, Anexo 2 – Caso de Estudo 2 (repositório FCSH-UNL).

<sup>187</sup> *O Século*, 7 de abril de 1889, 1.

ostentar na sua primeira página a referência «O jornal de maior circulação do país». O ano de 1891 surgiria como ano charneira na vida do jornal *O Século*, marcado por investimento técnico e modernização gráfica. Mas, sobretudo, ano de viragem na sua linha editorial. Logo a 2 de janeiro de 1891, dava ao prelo o seu primeiro número com 8 páginas, feito que só o *Diário de Notícias* podia até aqui reclamar. Podendo ainda vangloriar-se, nesse dia, de ser «o único jornal que tem esplêndidas máquinas rotativas Koering& Bawel», e lamentar: «na tiragem é que não pôde ser tão grande como era necessário, e uma parte do público não conseguiu obter números, [...] Ainda assim a tiragem foi de 32:849 exemplares”. A sua edição dominical passaria a ser ilustrada e com 8 páginas. Ilustrações que, desde 1893, vão progressivamente ocupando outros dias da semana.<sup>188</sup>

Tal feito não tem sido a nosso ver devidamente salientado: o *O Século* foi quem introduziu o recurso regular à ilustração no jornalismo diário de Lisboa. Mas as edições dominicais não inovavam só em termos gráficos, consolidaram um jornalismo vocacionado para o entretenimento. Não por acaso o *O Século* é o primeiro a ilustrar o seu folhetim,<sup>189</sup> ainda nesse ano de 1891, o primeiro a assinalar, com composições ilustrativas, a celebração de datas festivas do calendário português. Nesse ano, o jornal esmera-se na sua edição do dia Carnaval (prática que ganhará foros de acontecimento jornalístico nos anos de 1897 e 1898). Em 1892, pela primeira vez, destacará, em título, o “Dia dos Finados” (mas só em 1895 surgiria com composição ilustrada) e o Natal (mas só em 1893 a data seria alvo de ilustração). E pela mão do jornal surgem assinaladas, ao longo da década de noventa, outros festejos de cariz popular. Em 1896, é a vez dos dias de “Santo António” e do “São João” surgirem com direito a composição ilustrada e, em 1898, a efeméride do 1.º de maio (que já em 1892 tinha direito a destaque com título sobre quatro colunas). No início do século XX, todos os jornais tinham incorporado este modelo, chamemos-lhe celebrativo, do *O Século*.

O novo “calendário jornalístico” do *O Século* dá-nos conta da mudança editorial que o jornal seguiu desde 1891. A lógica de negócio

---

<sup>188</sup> *Idem*.

<sup>189</sup> As ilustrações dos seus folhetins começam em outubro de 1891 (até maio de 1892), segue-se um período em que surgem só esporadicamente, retomando esta prática, de forma sistemática, a partir em 1898.

foi-se impondo à lógica político partidária. O reforço do carácter abrangente e conciliatório dos “momentos” assinalados, é acompanhado pelo abandono do combate político e dos temas mais fraturantes.<sup>190</sup> Acresce que, depois de 1895, a ênfase na composição ilustrada na primeira página vai recair, também, em factos da atualidade, todos eles revestidos de carácter unanimista, celebrativo e, sobretudo, patriótico.<sup>191</sup>

Na década de noventa, enquanto o *Diário de Notícias* continuava a fazer depender o seu sucesso, em primeiro lugar, da capacidade de captar publicidade, o jornal o *O Século* parece apostado em aperfeiçoar o serviço de recolha de informações e de reportagem de rua. O repórter Esculápio, conta como, em meados da década de noventa, este diário já instalara um serviço de informações sem concorrente à altura:

*O Século, para apanhar a notícia das últimas ocorrências, alugava três trens de praça, nos quais três repórteres [...] percorriam as esquadras de Lisboa e recolhiam à 1 da madrugada aquelas ocorrências, deixando o Diário de Notícias, seu rival de sempre, e os outros jornais à mingua de informações. Está o leitor a ver a importante verba que o jornal da rua Formosa despendia com este serviço.*<sup>192</sup>

O mesmo repórter lembra como a secção informativa era atentamente seguida pelo diretor: « À 1 hora da tarde, os redatores tinham de comparecer nessa antecâmara, que nós denominávamos o quarto dos sargentos, recebendo a ordem do serviço para esse dia e uma nota das faltas do serviço da véspera, que, quando eram mais graves, representavam passagem imediata ao gabinete do diretor para ouvir a descompostura».<sup>193</sup> Também o repórter José Abreu refere “que o patrão”, Silva Graça,

---

<sup>190</sup> Conf. Júlia Leitão de Barros, “O Jornalismo Político Republicano...”, Tomo II, Anexo 2 – Caso de Estudo 2.

<sup>191</sup> É o caso da composição que celebra a vitória dos expedicionários portugueses sobre Guginhama, que é acompanhado pelo único título (entre 1892 e 1899), que se reveste de carácter emotivo, “Viva o Exército! Viva a Marinha!” (março de 1896). Mas também poderíamos referir as páginas com composições ilustradas que enquadram as comemorações dos centenários da viagem de Vasco da Gama à Índia (três dias, com destaque em composições gráficas, em maio de 1898) ou a celebração da data de nascimento de Almeida Garrett (em fevereiro de 1899).

<sup>192</sup> Eduardo Fernandes (Esculápio), *Memórias...*, 86.

<sup>193</sup> *Idem*, 177.

considerava o « serviço de rua o mais importante para o público». <sup>194</sup> E, já no final da década de noventa, Silva Graça tomava iniciativa inédita ao lançar concurso para informadores. <sup>195</sup> Ao que parece o *O Século* andava a inovar, não só em termos gráficos e temáticos, mas também na primazia dada ao género jornalístico da reportagem de rua.

O *O Século* afirmava-se como empresa de negócio. E distinguia-se já de outros jornais diários, não só pela profusão de publicidade que inseria – embora é certo, não conseguisse aqui rivalizar com o *Diário de Notícias* <sup>196</sup> – mas, sobretudo, por um conjunto de iniciativas tendentes a fidelizar leitores despromovendo o assunto político nas suas páginas. A título de exemplo, em outubro de 1897, procurando rentabilizar o seu investimento técnico, diversifica a sua área editorial, publicando em fascículos semanais, de 24 páginas, o romance histórico, de Edmond Lepelletier, *Madame Sans-Géene*, que publicita na sua primeira página, reproduzindo «esplêndidas gravuras de grande formato» <sup>197</sup> contidas na publicação. A iniciativa seguia, porém, outro meio de divulgação: a afixação de «cartazes anunciadores» da edição, com direito a gravura «uma verdadeira obra artística, rivalizando com o que de melhor no género se faz lá fora». No mês seguinte, a 4, inicia a publicação de um suplemento humorístico semanal, dirigido por Acácio Paiva, e ilustrado a “lápiz” por Jorge Colaço.

A diversificação editorial prossegue, ao que parece com êxito, e veja-se como, a 8 de agosto de 1899, alude a outro romance publicado em

---

<sup>194</sup>Jorge de Abreu, *Boémia Jornalística (Memórias d'um profissional com 30 anos de serviço na «fileira»)* (Lisboa: Livraria Editora Guimarães & C.ª, s.d.), 74.

<sup>195</sup> Refere Esculápio nas suas memórias: «certo dia, Silva Graça apareceu-me com a ideia, pois que faltavam informadores, de os admitir por concurso. Fiz-lhe ver que isso não dava resultado, antes melhor seria como até então, recrutá-los entre os agentes da polícia judiciária. Não se convenceu e anunciou-se o concurso, cujo tema era descrever a casa de máquinas do Século, que andava em obras, para o que se pediriam informes ao mestre destas e ao chefe da oficina» in Eduardo Fernandes (Esculápio), *Memórias...*, 190. É, porém, possível tratar-se do mesmo concurso, que Amadeu de Freitas, situa no ano de 1900, e refere como dirigido para ao recrutamento de redatores, pois, como veremos, os termos sobre funções jornalísticas eram utilizados de forma indiscriminada. No que aqui nos interessa Freitas explica como foi por via de um concurso que entrou no *Século*, jornal que anos mais tarde acabaria por dirigir: «Uma tarde, leio, casualmente no *Século* uma notícia pedindo...redatores habilitados. (...). Fui, e lá me mandaram falar com o Sr. Silva Graça» in *Uma Hora de Jornalismo, Aspectos e Anedotas e Inconfidências da Vida Profissional* (Lisboa: Edição da Caixa de Previdência do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, 1925), 24-5.

<sup>196</sup> E veja-se, a propósito, a 15 de agosto de 1898, o folheto dos Armazéns Grandella incluído no exemplar do jornal.

<sup>197</sup> No dia 27 de outubro de 1897.

folhetim, *O Guerreiro Monge*, vendido «depois em livro tão bem-sucedido». E ainda no mesmo ano publica «o célebre folhetim de Campos Júnior, *O Marquês de Pombal*, que aumentou notavelmente a tiragem da folha».<sup>198</sup>

Por esta altura, o *O Século* inicia uma das práticas jornalísticas, de vertente comercial, que o distinguirão da restante imprensa: a constante autopromoção. Uma série de artigos, entre 13 de fevereiro e 13 de março de 1898, marcam a clarificação da linha editorial deste jornal, no início do século XX. Amplas reportagens cobrem a atividade da empresa e descrevem o trabalho na sala de redação,<sup>199</sup> na administração,<sup>200</sup> nas secções de fotografia, zincografia e tipografia<sup>201</sup> acabando nas «máquinas».<sup>202</sup> Sem uma única referência a qualquer filiação partidária, adotando aí a representação de jornalismo presente no *Diário de Notícias*, informativo, alheio às paixões partidárias, mero “espelho” da realidade.

Ao *O Século* que, desde 1899, colocara em cabeçalho «impresso em quatro máquinas rotativas duplas», o *Notícias* responderia com melhoria de meios de impressão e composição, anunciando em março de 1900: «passou a ser estereotipado e a imprimir-se em máquinas rotativas de grandes tiragens, dos melhores sistemas – Marinoni e Augsburg – e em 1904 é, em grande parte composto em máquinas Linotype. Foi aquela tipografia a primeira que em Portugal adquiriu e adotou máquinas de compo».<sup>203</sup> O linótipo chegava com quase vinte anos de atraso (na Grã-Bretanha «a composição manual foi mecanizada pela máquina Hatterley, nos anos de 1860, e foi substituída por uma máquina linótipo, nos anos de 1880 e 1890»)<sup>204</sup>.

Às implicações de ordem financeira associadas a estas inovações materiais correspondeu um constante alargar do espaço de edição diária destes jornais. Note-se que a estratégia do *Diário de Notícias*, assente, como vimos, na publicidade, tinha tendido a adaptar, diariamente, o tamanho do jornal à oferta publicitária.<sup>205</sup> Mas nos primeiros

<sup>198</sup> Eduardo Fernandes (Esculápio), *Memórias*, 248.

<sup>199</sup> No dia 13 de fevereiro de 1898.

<sup>200</sup> No dia 20 de fevereiro de 1898.

<sup>201</sup> No dia 27 de fevereiro de 1898.

<sup>202</sup> No dia 13 de março de 1898.

<sup>203</sup> Alfredo da Cunha, *Diário de Notícias...*, 102.

<sup>204</sup> James Curran e Jean Seaton, *A Imprensa...*, 47.

<sup>205</sup> Em 1900, Brito Aranha explicava: «Le *Diário de Notícias* a cet avantage, sur presque totalité des journaux français, que son cadre est élastique en quelque sorte. On emploie chaque jour pour

anos do século XX, observa-se uma mudança rápida, e a todos os títulos excepcional, o rompimento com o modelo tradicional do jornal de quatro páginas, agora substituído, nos dois jornais “informativos” concorrentes, pelas 6, ou, em datas excepcionais, 10, 12 ou mais páginas.

Assim, em 1903, o *Diário de Notícias* comprava «a primeira grande máquina rotativa de Augsburg, de uma bobina, para jornais de 2, 4, 6, 8, 12 páginas», que em termos práticos permitia uma impressão entre 48.000 a 12.000 exemplares por hora. A 14 de maio de 1903, editava pela primeira vez um número de 12 páginas, e, a 29 de dezembro de 1907, o *Notícias* saía à rua com um inédito número de 24 páginas, podendo ler-se estampado no seu rosto: «adquire cada exemplar do *Diário de Notícias* de hoje por menos da quinta parte do que ele nos custa».<sup>206</sup> Nesse dia, o jornal anunciava: « Não só o noticiário do país e do estrangeiro terá uma amplitude muito maior, mas também nas secções doutrinárias, literárias, artísticas e científicas, e as crónicas ou revistas críticas dos acontecimentos sertão notavelmente aumentadas em número e variedade». E listava novos colaboradores e temáticas, que iam desde assuntos agrícolas, coloniais, financeiros a artísticos.

Naquilo que nos interessa, mais espaço para impressão significava novas possibilidades de expansão da publicidade e do conteúdo jornalístico. O jornalista Pinto Quartin refere a propósito:

*O Século, naquele tempo em que disputava com o Notícias o record do número de páginas, acolhia sem reparo, antes com satisfação, os artigos extensos – única maneira de, num país em que ainda hoje não há assunto nem acontecimentos para encher quatro páginas, poder oferecer aos seus leitores doze e dezasseis páginas diariamente.*<sup>207</sup>

---

son impression, non du papier de dimensions rigoureusement uniformes, mais des feuilles plus ou moins grandes dans un sens au dans l'autre, selon l'urgence des documents ou des nouvelles, ou l'importance des affaires courantes qui intéressent le public tout entier. Ce format dépend encore du plus ou moins d'affluence des annonces, dont l'insertion ne saurait être ajournée sans porter préjudice surtout au petit commerce. Les types de papiers employés, suivant les cas, sont énumérés ci-après: 62c de hauteur pour 45c de largeur; 62c pour 51c; 69c pour 49c; 72 c pour 51c; lequel dernier format, dépassant tous les autres en hauteur, est généralement usité les jeudis et les dimanches», in *Mouvement de La Presse Périodique en Portugal de 1894 a 1899, Section Portugaise a L'Exposition Universelle de 1900* (Lisbonne: Imprimerie Nationale, 1900), 6.

<sup>206</sup> Em julho de 1910 o *O Século* adquiria uma nova rotativa de duas bobinas.

<sup>207</sup> Cit. in *Uma Hora de Jornalismo...*, 178.

A maior aposta do *O Século* viria em dezembro de 1905, quando o jornal se distingue, da restante imprensa diária, uma vez mais, pelo uso de novas técnicas de ilustração jornalística, ao publicar a sua primeira fotogravura (um retrato de um jornalista brasileiro)<sup>208</sup>. Desde então, a primeira página do *O Século* contará, quase diariamente, com este requinte de modernidade, que o jornal saberá explorar, ao introduzir, gradualmente, várias fotorreportagens, assinadas por J. Benoliel.<sup>209</sup>

No ano seguinte, o *O Século* avançava com outra iniciativa inédita, no jornalismo português: o concurso dos “Bichos”, concebido pelo redator Moisés Anahory. E. Shawlbach, jornalista e deputado regenerador, diria sobre este: «atraiu ao *Século* gregos e troianos, aumentando-lhe espantosamente a tiragem».<sup>210</sup> É certo que o *Diário de Notícias* fora o primeiro a apostar na autopromoção, ao inserir nas suas práticas a oferta de brindes aos seus assinantes. Porém, o *O Século* inovava, ao abrir os brindes à venda avulsa, conseguindo não só fidelizar, como captar, diariamente, novos leitores.

No início do século XX, a nenhum jornalista republicano passava despercebido: o *O Século* fora catapultado, para grande jornal popular, pela força de atração das ideias republicanas, na cidade de Lisboa; assentava a sua prosperidade nas vendas obtidas; consolidava a sua posição pela capacidade de diversificação informativa.

Em dezembro de 1895, quase um mês depois de Alves Correia criar o novo título *O Paiz* – que, como veremos, estará na origem do jornal *O Mundo* – estalava, entre este jornal republicano e o jornal *Vanguarda*, acesa polémica. Correia, que tinha criado e dirigido o jornal republicano radical a *Vanguarda*, saía em litígio aberto com os seus sócios. Entre as acusações públicas trocadas, uma merece-nos especial atenção. Escrevia, então, o redator de *O Paiz*:

*Vendo que meia dúzia de especuladores, sem consciência e sem brio, caíram sobre o jornal avidamente e pretendiam sobrepor-se à sua direção, conduzidos sempre pela ambição mesquinha de copiar o Século, de imitar*

<sup>208</sup> No dia 8 de dezembro de 1905.

<sup>209</sup> Conf. Júlia Leitão de Barros, “Jornalismo Político Republicano...”, Tomo II, Anexo 2, Caso de Estudo 2, capítulo 4.

<sup>210</sup> Eduardo Schawlbach, *À Lareira do Passado, Memórias* (Lisboa: Edição do autor, 1944), 245; Eduardo Fernandes (Esculápio) corrobora nas suas memórias, in *Memórias...*, 309.

*o Século, e de conquistar os lucros do Século, e não sabemos ainda se também matar o Século, o sr. Alves Correia manifestou a vários amigos o desejo de abandonar o Vanguarda.*<sup>211</sup>

O processo de consolidação da empresa de negócio do *O Século* não deixou de ser alvo atenções. Em particular, o republicanismo radical assumiu que o *O Século*, no terreno jornalístico, era o seu principal adversário.<sup>212</sup> As implicações deste posicionamento devem ser tomadas a sério, entre os vários jornais político partidários o sector republicano destacou-se mais cedo no interesse em “aprender” com o *O Século*, não obstante prosseguir na denúncia do seu compromisso com as instituições monárquicas, e na crítica, quase quotidiana, aos processos menos escrupulosos do seu diretor. O *O Século* baralhava os dados, consolidava perceções, até aqui difusas, e pouco sustentáveis, sobre a capacidade de a imprensa poder constituir polo, incontornável, de intervenção política democratizante. E não por acaso, no seu encaço, surgem-nos testemunhos do empenho do jornalismo republicano radical em abraçar algumas das formas modernas do jornalismo, sobretudo na valorização do campo informativo, em particular a reportagem de rua, como veremos.

Contudo, nenhum jornal diário de Lisboa, podia ficar indiferente ao sucesso de vendas destas empresas jornalísticas. A concorrência, entre o *O Século* e o *Diário de Notícias*, pautada por modernização técnica, aumento de número de páginas por exemplar, crescente recurso à ilustração, diversificação de conteúdos de cariz mais generalista e de entretenimento, exercia influência em toda imprensa diária.

Em 1928, Jorge de Abreu, que se distinguira na reportagem de interesse humano, em vários jornais políticos, na última década do século XIX, explicava que « a caça ao leitor pagante foi, em todos os tempos, a grande obsessão dos proprietários de gazetas ».<sup>213</sup> Não era desta forma que os jornalistas políticos queriam ser lembrados. No entanto, esta era a zona de risco partilhada pela maioria das empresas jornalísticas.

---

<sup>211</sup> No jornal *Pátria* de 10 de dezembro de 1895.

<sup>212</sup> Conf. Júlia Leitão de Barros, “Jornalismo Político Republicano...”, Tomo II, Anexo 4, *O Século e os Outros*, onde se trata da luta travada, no terreno do jornalismo diário, em torno do *O Século*.

<sup>213</sup> Jorge de Abreu, *Boémia...*, 11.

### 3.1.1. Os outros

No final da década de noventa, o esforço financeiro para criar um jornal diário era substancialmente diferente do requerido pela imprensa com outra periodicidade. Para os sectores políticos que se forjam no meio operário, onde é residual a possibilidade de qualquer pequena poupança, dependendo de dispersos e numerosos contributos para sustentar as suas atividades, o jornal diário afigurava-se como grande empreitada, difícil de concretizar. Mas a criação de um jornal diário ainda era possível com recursos humanos e financeiros relativamente escassos. Difícil era mantê-lo.

Como frequentemente é descrito, nos testemunhos da época, a quantia necessária para criar um jornal, era insignificante, implicava, diziam, “dispor de um pequeno capital”. A questão é que, dependendo do meio social em que era angariado, este montante podia ser proibitivo (para os operários), irrelevante (para a pequena elite social), ou exigente, em termos de congregação de esforços, por obrigar à associação de pequenas e dispersas colaborações (oriundas da classe média que então se forjava). E veja-se, neste último caso, o montante de 250\$000 réis, avançado em 1889, pelos dezoito investidores que adquiriram o jornal republicano *Os Debates*,<sup>214</sup> que representava a renda de seis meses, paga pelo jornal *Diário Popular*, no aluguer de uma fração de um andar no centro de Lisboa.<sup>215</sup>

Bem distinto do esforço colocado por Eduardo Shawlbach, jornalista e deputado regenerador, no início do século. Este descreve a criação do jornal *A Tarde*, em 1888, após ser “despedido” do *Correio da Noite*:

*Não decorrerá uma semana: dia e noite só pensava em fundar um jornal que saísse das duas e meia para as três da tarde, onde eu livremente pusesse toda a minha atividade e visão jornalística e onde pudesse à vontade beliscar o chefe do partido progressista. Mas o dinheiro? O dinheiro? Hoc opus... E, vai, certo dia com o capital de dois mil e quatrocentos réis na algibeira, topo o meu amigo Alexandre Mó e Silva (sic) que me afiança uma relativa ajuda. Alegria festa rija na mioleira, e daí a uma semana A Tarde, instalada numa pequena parte do palacete da senhora marquesa de unhão, no Calhariz, publicava o seu primeiro número.*<sup>216</sup>

<sup>214</sup> *Vanguarda*, 9 de dezembro de 1895.

<sup>215</sup> Conf. Mariano Pina, *O Caso do Diário Popular* (Lisboa: Imprensa de Líbano da Silva, 1894).

<sup>216</sup> Eduardo Schwalbach, *À Lareira do Passado, Memórias* (Lisboa: Edição do autor, 1944),

Sem referência a montantes de capital investido algumas fontes reproduzem esta facilidade em criar jornais. Alberto Bramão, jornalista político em vários órgãos conservadores, recorda nas suas memórias:

*Quando eu expandia veleidades literárias, em plena verdura da mocidade, fui surpreendido por um convite, transmitido pelo meu saudoso amigo Almeida Campos, para dirigir um jornal que um provinciano endinheirado desejava publicar em Lisboa. [...]. Houve desde logo um mau pronúncio: o empresário do jornal tinha pouco dinheiro e queria o trabalho feito com a máxima economia. Fez-se o ajuste e dias depois saiu O Nacional. A redação constava apenas de três pessoas: Carlos Sertório, Almeida Campos e eu.<sup>217</sup>*

As conjunturas políticas mais conflituosas podiam ajudar a reunir o capital inicial e redações voluntariosas. Alguns jornais contavam, na sua fase de arranque, com custo zero para o trabalho redatorial. E estão nesta categoria vários jornais republicanos, surgidos entre 1890-91, em plena crise do Ultimato. Veja-se como Esculápio descreve a sua curta experiência no jornal republicano *Pátria*, suprimido depois do 31 de janeiro de 1891: «Para o fim, como os lucros eram grandes, resolveu-se que os redatores comesçassem a auferir 15 mil réis mensais, primeiro dinheiro que ganhei».<sup>218</sup> João Chagas relembra também como lançou a sua *República Portuguesa*, em 1 de setembro de 1890, no Porto: «fundi-o sem capital, com concurso apaixonado de três homens, que foram, mercê da sua boa vontade, os meus melhores colaboradores».<sup>219</sup>

Vários fatores concorriam para que fosse possível fundar um jornal com o recurso a um pequeno capital. Desde logo, um quadro legislativo que, desde 1868, facilitara os empreendimentos jornalísticos, ao deixar de exigir o pagamento de caução para constituição de empresas, por outro lado, a possibilidade reduzir os custos iniciais ao gasto do papel, da composição e impressão. Alguns jornais diários, no período que estudamos, chegam mesmo a indicar, como local da sua redação e administração, a morada das oficinas tipográficas. Mas não era esta a regra.

---

128-9.

<sup>217</sup> Alberto Bramão, *Recordações, Do Jornalismo, Da política, Da Literatura e do Mundanismo* (Lisboa: Livraria Central, 1936), 243.

<sup>218</sup> Eduardo Fernandes (Esculápio), *Memórias...*, 62.

<sup>219</sup> João Chagas, *Trabalhos Forçados*, 1.º vol. (Lisboa: s.e., 1900), 38.

Quem procurava lançar um jornal, com o propósito de estabelecer empresa jornalística, teria de conceder uma parcela generosa desse investimento, ao aluguer de um espaço para a redação, que podia ser exígua. Entre estes, os mais afortunados podiam incluir na despesa inicial a compra de tipos, para impressão do jornal, passando a possuir tipografia de composição. Isto é, um jornal podia ser lançado com três ou quatro pessoas na redação, e um número restrito de tipógrafos compositores, de difícil cálculo, uma vez que estes são constantemente silenciados nos testemunhos que os contemporâneos nos deixaram, apontaríamos, porém, para um número bem inferior à média das oficinas que laboravam em Portugal, de 10 trabalhadores.

Mas existiam outras modalidades para “criar” novos títulos, que implicavam menos risco, tratava-se de adquirir um “título” já instalado, falido ou, por qualquer eventualidade, prestes a fechar, com rede de assinantes, correspondentes e anunciantes e pessoal de redação e tipografia de composição já estabelecidos, e mudar-lhe, ou não, a designação, atribuindo-lhe nova direção política. Em 1901, após a morte de António Enes – ex-notável progressista, na altura próximo do partido regenerador – o jornal *Dia*, que dirigia, foi disputado pelos dois partidos rotativistas, atingindo, ao que parece, um valor assinalável. Em carta, de 12 de agosto, deste ano, a José Luciano, José Maria Alpoim, então braço direito do chefe do partido progressista, descreve a disputa em torno da aquisição do *Dia*:

*A morte de António Ennes veio criar em volta do Dia uma atmosfera de ambições. Apenas um jornal noticiou que aquela gazeta ia assumir feição progressista, imediatamente os francaceos<sup>220</sup> por intermédio do proprietário Petra Vianna, e os hintzaceos<sup>221</sup> por intervenção de outro proprietário, usaram de todos os meios para lhe lançar mão, chegando aqueles a oferecer 10:000:000 réis e, os últimos, facultavam todos os recursos necessários, oferecendo uma candidatura ao atual redator Moreira d'Almeida (O Hypacio Brion é quem queria arrastar o Dia para os hintzaceos). Todas as propostas, algumas constantes de documentos, foram repelidas. O Moreira de Almeida procedeu correctissimamente, dizendo que, tendo sido ele que me convidou sem eu de leve pensar em assumir*

---

<sup>220</sup> Referem-se aos membros do Partido Regenerador Liberal dirigido por João Franco.

<sup>221</sup> Referem-se aos membros do Partido Regenerador dirigido por Hintze Ribeiro.

*a direção do jornal, mal lhe ficava o entregá-lo a outro. Demais, sendo progressista, as suas tendências levavam-no a servir o nosso partido. [...]. Quer ser deputado: não o pode V.Ex. a eleger agora; peço-lhe já que o eleja quando formos poder. [...]. Também me disse Moreira d'Almeida e Luiz Horta que alguns elementos progressistas preponderantes mandaram fazer proposta para o jornal. Lembro-me que talvez o Vilaça, a quem o Sotto Mayor ofereceu dinheiro, como V.Ex.<sup>a</sup> sabe, para montar um jornal. Eu não o quero senão para ser progressista: não o pretendo como arma individual: se eu souber que outros o desejam, entrego-lhe porque fica dentro do partido, e eu poupo-me a um grande trabalho [...].*<sup>222</sup>

Em 1905, o jornal passaria a ser o órgão da Dissidência Progressista, liderada por Alpoim.

À relativa facilidade em criar um jornal diário em Lisboa correspondia um muito variável universo de possibilidades de conseguir fazer vingar um projeto jornalístico. A vertente financeira é uma das facetas mais obscuras da vida dos jornais. A inexistência de estudos obrigou-nos a tornear este obstáculo recorrendo aos testemunhos da época.

O preço do jornal diário já estava estabelecido a 10 réis. Segundo E. Noronha, o custo de um exemplar distribuía-se assim: 3 reis iam para o papel, 3 reis para o vendedor e 4 para o resto das despesas.<sup>223</sup>

No ano de 1907, tudo aponta para que poucos jornais político partidários fossem proprietários de tipografias de impressão: o *Vanguarda* (republicano), o *Novidades*, o *Jornal da Manhã* (progressista), *Portugal* (católico), *Jornal da Noite* (regenerador liberal).<sup>224</sup> Ora depois do papel e dos vendedores, esta era a maior despesa dos jornais. Porém, a indústria do papel acompanhara o alargamento do ramo tipográfico tornando-o

---

<sup>222</sup> Pedro Tavares de Almeida, *Nos bastidores das Eleições de 1881 e 1901, Correspondência política de José Luciano de Castro*, Org. Pedro Tavares de Almeida, (Lisboa: Livros Horizonte, 2001), 101.

<sup>223</sup> Refere Eduardo Noronha: “Eis a traços largos como o leitor compra, por dez reis, um jornal que apresenta quarenta minutos de leitura interessante, elaborada em cinco horas, impresso em três segundos, que custa à administração, só em duas verbas, mais de metade do seu valor, isto é três reis para o vendedor, quase três para o papel, ficando para acudir quase todas as outras despesas forçadas: pessoal da redação, administrativo, tipográfico e impressor, máquina, renda de casa e outras verbas obrigatórias, menos de cinco reis por cada exemplar. Hão-de convir que não é caro”, in *Vinte e cinco...*, 340.

<sup>224</sup> As fontes não são muito claras quanto ao que se considera uma tipografia, nem sempre discriminam as oficinas de impressão e composição.

um dos sectores mais dinâmicos em Lisboa,<sup>225</sup> na década de noventa, modernizando-se a bom ritmo. A concorrência entre estabelecimentos de tipografia de impressão talvez facilitasse a vida aos jornais. Quando olhamos para os jornais, apercebemo-nos que a maioria deles parece “saltitar” de uma para outra, muito provavelmente encontrando aqui terreno de constante negociação dos contratos de empreitada.

Na despesa, seguiam-se os encargos com o acesso às novas redes de comunicações, os serviços telefónicos e da agência noticiosa *Havas*, já então presenças obrigatórias em qual jornal diário (por exemplo os jornais republicanos *O Paiz* e o *Vanguarda*, ostentavam, na década de noventa, no seu cabeçalho, o seu número de telefone e acordo com a *Havas*). Restava pouco para o pagamento dos recursos humanos necessários para fazer um jornal.

Os historiadores têm apontado as assinaturas, a publicidade e as vendas como os principais suportes dos jornais políticos. E se alguns se abalançam a adiantar qual a ordem dada a estas prioridades estamos em crer que o fazem esquecendo as diferenças assinaláveis que encerram os diferentes projetos jornalísticos. Antes de mais, porque um jornal criado para aceder ao debate político no espaço público, numa conjuntura de crise, podia sustentar-se sem qualquer tipo de planificação, esperando sobreviver com base nas vendas, mais do que na publicidade ou assinatura. Foi, ao que tudo indica, o que aconteceu, com vários títulos lançados na altura do Ultimato, como o *Pátria*, em Lisboa, e o *República Portuguesa*, no Porto, este último atingindo os 25.000 exemplares, uma exorbitância para a época. O mesmo se pode dizer da possibilidade de se manterem empresas jornalísticas, com base quase exclusiva na assinatura, como é o caso do jornal *A Nação*, sustentada pela pequena facção legitimista, ou o *Correio Nacional*, lançado sob os «auspícios dos bispos portugueses»,<sup>226</sup> em 1 de fevereiro de 1893, que se assume, no ano seguinte, como órgão oficial do Centro Católico Parlamentar.

É indiscutível que na capacidade de angariar e manter assinaturas repousava parte da estabilidade financeira de um jornal. Os jornais dos partidos rotativistas podiam contar com os seus marechais e grandes influentes

---

<sup>225</sup> Segundo Eugénia Mata, na indústria, de Lisboa, na última década de oitocentos, quatro sectores tenderam a aumentar o seu peso: alimentação e bebidas; materiais não metálicos (madeira, pedra e osso); Papel, tipografia e encadernação; e metalurgia, in “Indústria...”.

<sup>226</sup> Eduardo C. Cordeiro Gonçalves, *Católicos e Política (1870-1910), O Pensamento e a Ação do Conde de Samodães* (Maia: Publismai – Centro de Publicações do Instituto Superior da Maia, 2004), 272.

regionais, que marcavam a sua pertença ao partido pelo apoio dado à sua imprensa. Rui Ramos refere, a propósito, como Tavares Proença, influente do partido progressista, na região de Castelo Branco, “todos os anos contribuía para o partido com 100\$000 e 25 assinaturas do *Correio da Noite*, jornal progressista de Lisboa”,<sup>227</sup> para além de financiar a imprensa local do partido.

Também no partido republicano a assinatura de jornais se inscrevia entre as práticas de militância mais vulgares. Na viragem do século, na avaliação de um curriculum de um correligionário, cabia assinar um, ou mais, jornais do partido. Veja-se, como Paulo Falcão descrevia a Afonso Costa, em janeiro de 1900, um tal Ferreira Gonçalves, «dedicado correligionário, subscritor da *Voz Pública*».<sup>228</sup>

Mas o sustento de jornais políticos não se esgotava na pertença partidária, refletindo a natureza dos partidos, pouco estruturados em termos organizativos, assentes em fações dispersas e redes clientelares volúveis. Assim, o importante era o amparo de uma rede de influência política estabelecida, que poderia constituir uma ajuda preciosa, sobretudo se a esta correspondesse indivíduos com poder de compra. Que o diga o *Novidades*, criado por Emídio Navarro, em 1885, que surgiu de uma “dissidência”, na direção política do *Correio Noite*, órgão progressista, criado cinco anos antes. Eduardo Noronha, correligionário que o acompanhou na nova empresa, refere, sem explicar, que «O dinheiro arranjou-se»<sup>229</sup> e «para o novo jornal quis ir todo o pessoal do *Correio da Noite*».<sup>230</sup> Anos mais tarde, o chefe do partido progressista, Luciano de Castro, confidenciaria: «– As *Novidades*! As *Novidades*! O Navarro levou-me tudo do *Correio da Noite*, anunciantes, correspondentes, assinantes, colaboradores – e rindo – só lhe falta levar o tipo!».<sup>231</sup> O certo é que o jornal *Novidades*, beneficiando da influência política de Navarro, pôde lançar-se socorrendo-se de um preço elevado na sua assinatura trimestral para Lisboa, de 900 réis, que correspondia, na prática, a um encargo mensal

<sup>227</sup> Rui Ramos, “A Segunda Fundação...”, 116.

<sup>228</sup> *Correspondência Política de Afonso Costa, 1896-1910*, org. A.H. de Oliveira Marques (Lisboa: Editorial Estampa, 1982), 52.

<sup>229</sup> Eduardo Noronha, *Vinte e cinco...*, 65.

<sup>230</sup> *Idem*, 68. Acompanharam-no o chefe da tipografia Júlio de Paula Ferreira da Costa e os compositores Carlos Ribeiro; Óscar Nunes da Silva; Alfredo Correia Taveira, João Luiz da Costa e Silva, Luiz Augusto Praça, Júlio Pardal, Francisco Rodrigues e Júlio Cruz. E do corpo da redação: Abreu Marques, Coutinho Miranda e o revisor-redator António Ferreira Barros

<sup>231</sup> Eduardo Schwalbach, *Á Lareira...*, 122.

semelhante à venda avulsa, a 10 réis. Distinguindo-se nos preços praticados por outros jornais, como o *República Portuguesa*, de João Chagas, que, em 1890, oferecia vantagem aos correligionários que o assinassem cobrando 250 reis por mês (e maior variedade nos contratos de assinatura, a três meses 750 réis, semestralmente, 1.500 réis, anualmente 3.000 réis). Este jornal seguia, aliás, a prática corrente dos jornais republicanos, por nós analisados, até ao final da década de noventa.<sup>232</sup>

Porém, este é um dos temas, do campo do jornalismo, que está por estudar. Aparentemente, da curta incursão que fizemos, na viragem do século XIX para o século XX, a tendência foi para uma maior uniformização das quantias cobradas na assinatura para Lisboa, que segue a tabela pouco apelativa dos 3.000 reis por mês, e que revela, provavelmente, a importância da venda avulsa na capital. Todos os jornais, sem exceção, constantes do estudo *O Jornalismo político d'O Século e do Diário de Notícias*,<sup>233</sup> respeitantes ao ano de 1906, ostentam o mesmo valor cobrado a assinantes de Lisboa. Em contrapartida, observa-se, grande discrepância, nos preços de assinatura, para o resto do país, ilhas adjacentes, Espanha, Brasil, etc. Mas os jornais republicanos apresentam os preços mais acessíveis para os leitores que vivem fora de Lisboa. Em 1906, o preço por ano da assinatura para o continente é de 5.000 réis, para o *Diário de Notícias*, de 4.600 réis, para o *Novidades*, 4.000 réis, para o *Diário Ilustrado*, já o valor cobrado pelos órgãos republicanos, é de 3.600 reis (*A Lucta*), 3.400 réis (*O Mundo*), e 3.200 réis (*Vanguarda*).

No início do século XX, pouco jornais viviam só das assinaturas. Duas das quatro páginas dos jornais diários eram dedicadas à publicidade. E entramos de novo num terreno pouco explorado pelos historiadores. Infelizmente não existem estudos sobre a publicidade angariada pelos diferentes jornais. As grandes empresas de navegação, o pequeno e grande comércio, e as casas de espetáculos da capital, têm presença obrigatória em todos eles. Não com a resistência de alguns diretores de jornais, formados na década de oitenta. Veja-se a recomendação, inscrita numa carta, de 1898, de Emídio Navarro a E. Noronha, onde salienta:

---

<sup>232</sup> Note-se que o jornal *Pátria*, título que antecede *O Mundo*, ainda sob direção de José Benevides, foi quem subiu a assinatura para Lisboa, em 1 de março de 1899, logo seguido pelo *Vanguarda*, três meses depois, a 1 de junho.

<sup>233</sup> Conf. Júlia Leitão de Barros, “O Jornalismo político d'O Século...”.

*[...]o abuso dos reclamos, especialmente de teatro, que aparecem semeados pela segunda e terceira página do jornal [...] é necessário que essa excrescência desapareça por completo. Isso prejudica o jornal, sem aproveitar aos reclamados, porque o abuso do reclamo tira a este toda a importância, sobre desacreditar o jornal, que se presta a esse vazadouro de bastidores.*<sup>234</sup>

A publicidade tende a assumir relevo, permitindo aos anunciantes exercer, episodicamente, pressão sobre o poder político. Foi o que sucedeu com a agência noticiosa *Havas*, enquanto representante dos interesses políticos e económicos franceses em Portugal, quando, em 1894, abre guerra com o poder político, por intermédio dos jornais. Nesse ano, Mariano Pina justifica, entre outros aspetos, o *deficit* do jornal *Diário Popular*, porque:

*[...]a Agência Havas havia interrompido tempo antes o seu contrato de anúncios com o Diário Popular, e que estipulava um mínimo de 500 francos por mês. E havia-o interrompido, por causa da portaria ou decreto proibindo a entrada em Portugal de medicamentos de fórmula secreta, e por causa da falta de tratado de comércio com a França, o que afoguentou dos jornais portugueses todos os quase todos os anunciantes franceses.*<sup>235</sup>

Também internamente os grupos de interesses económicos organizados utilizavam a publicidade para exercer pressão sobre os jornais. O mesmo jornalista refere como, em retaliação aos artigos escritos no *Diário Popular*, sobre a dissolução das associações, nesse ano, a Associação de Lojistas de Lisboa deliberara que os seus sócios suspendessem assinaturas e publicidade no *O Popular* e «não havia meio de obter um anúncio em Lisboa, porque os anunciantes estavam indignados».<sup>236</sup>

Sabendo nós que a publicidade se circunscrevia à imprensa e aos cartazes, numa cidade em pleno crescimento demográfico, forte urbanização, patente na diversificação de áreas atividade, poderíamos apontar para um mercado publicitário com potencial para crescer. Mas pouco sabemos sobre o campo publicitário da década de noventa. Constrangimentos

---

<sup>234</sup> Eduardo Noronha, *Vinte e cinco...*, 364.

<sup>235</sup> Mariano Pina, *O Caso...*, 15.

<sup>236</sup> *Idem.*

financeiros não permitiam recursos técnicos que dotassem de maior elasticidade o espaço dedicado a esta. Convenções jornalísticas partilhadas pelos jornais políticos tendiam a empurrá-la para as duas últimas páginas dos jornais, só o anúncio de espetáculos rompia ostensivamente com este padrão, mas discreta e repetidamente observavam-se transgressões.<sup>237</sup>

Por outro lado, as fontes históricas insistem na importância que assumia, mesmo num jornal político partidário, a venda avulsa dos jornais. Vários testemunhos referem a contabilidade rudimentar das empresas jornalísticas e a forte dependência das vendas para sobreviver ou equilibrar sucessivos défices. Eduardo Shawlbach conta-nos, a propósito da *Tarde*, na década de oitenta:

*Perto da uma hora ainda não havia dinheiro para comprar o papel nem donde ele viesse – o fornecedor fechara de todo o crédito. Com a cabeça em fogo e a carteira de gelo, de repente o meu olhar cai sobre a mesa onde Santonillo com o seu magnífico relógio estava a escrever; a tentação fuzila, faço sinal ao Machado Correia que me segue e num relâmpago traçamos um plano maquiavélico e o pomos em execução. (...). Ambos contávamos com o primeiro dinheiro da venda, daí a uma hora, para desempenhar o cronómetro salvador e repô-lo na mesa do seu dono.*<sup>238</sup>

As memórias dos jornalistas relatam sucessos de venda fugazes que permitem aos jornais afirmar-se no terreno jornalístico, recaem estes invariavelmente no folhetim, na reportagem, ou nas melhorias de conceção gráfica do jornal. Veja-se como Eduardo Noronha refere a importância da reportagem para o sucesso do *Novidades*:

Barbosa Collen, com a noção muito nítida do que deve ser a reportagem moderna, imprimia um desenvolvimento extraordinário a essa secção. Pode assegurar-se que foi ele, à semelhança de Henry Stanley na América do Norte, quem criou entre nós a necessidade da informação minuciosa, agora um exagero quase mórbido e pegajoso. Assim o casamento simulado de Luz Soriano; a falência Moura Borges; o assassinio do Perna Fina pelo Ferruncho (...) outorgaram de salto às *Novidades* milhares de leitores e avultado número de assinantes.<sup>239</sup>

<sup>237</sup> Por exemplo, o anúncio que segue o formato noticioso presente em todos os jornais.

<sup>238</sup> Eduardo Schawlbach, *Á Lareira...*, 129-30.

<sup>239</sup> Eduardo Noronha, *Vinte e Cinco...*, 88-9.

Salientando: «mesmo num jornal político, não é só a política que o torna próspero».<sup>240</sup>

O repórter Esculápio refere a importância do folhetim, até num pequeno jornal republicano radical, como o *Pátria*, em 1890:

*Fez eco e aumentou-lhe consideravelmente a tiragem o seu folhetim “Os amores de um príncipe ou a filha do jardineiro”, alusão a um episódio que contavam da mocidade do rei D. Carlos, romance ou novela escrito por Luís Serra, a que mais tarde se sucedeu outro intitulado “O Roubo no ministério da fazenda”, cujos cartazes anunciadores a polícia arrancou das paredes, produzindo o caso o consequente escândalo e reclame.*<sup>241</sup>

Também o jornal republicano *Vanguarda*, já sobre direção de Magalhães Lima, vira subir a sua tiragem, com o sucesso dos folhetins de Rocha Martins: «o êxito suscitado implicou que a tiragem do jornal subisse a doze mil, galgara com os folhetins “Maria da Fonte” e “Bocage”, cinco mil exemplares».<sup>242</sup>

Esculápio descreve como o esforço em aumentar o número de leitores do jornal *Vanguarda*, na década de noventa, pela via da modernização gráfica, implicou corte nas despesas com o pessoal, no período em que este jornal era ainda dirigido por Alves Correia: «a pretexto de que tinha de pagar o tipo novo que comprara na Alemanha para melhorar a folha, reduziu-nos a todos o ordenado, com a promessa de no-lo aumentar e restituir o que nos pedia a título de empréstimo mal que o jornal subisse de tiragem».<sup>243</sup> Mas seria o “caso” do comissário de polícia Pedroso Lima, envolvendo reportagens exclusivas e acesa campanha de denúncia, de abusos de autoridade (cobrança ilegal de quantias avultadas a casas de penhores), entre junho e agosto de 1893, que traria ao *Vanguarda* desafogo económico. Esculápio explicaria:

*O pior foi que o aumento de tiragem da Vanguarda, que subiu à cabeça a Alves Correia, fazendo-o faltar à promessa que nos fizera de nos*

---

<sup>240</sup> *Idem.*

<sup>241</sup> Eduardo Fernandes (Esculápio), *Memórias*, 60.

<sup>242</sup> Paula Susana Nunes Vicente, “Fala o Rocha...Para uma interpretação...”, 25.

<sup>243</sup> Eduardo Fernandes (Esculápio), *Memórias...*, 107.

*restituir o que levara a título de empréstimo e de nos aumentar o ordenado, determinou uma greve de redatores, na qual tomei parte ativa, interrompendo assim a minha auspiciosa carreira de jornalista.*<sup>244</sup>

O sensível equilíbrio orçamental de alguns jornais políticos parece depender de dois expedientes: o aumento de vendas ou as ajudas “avulsas” de amigos e correligionários. E veja-se como o *Correio da Noite*, criado em 1880, por um grupo de destacados membros do partido progressista, passara parte da sua existência com dificuldades financeiras, dependente de múltiplas ajudas (chegando, não obstante, a 1900, como órgão do partido progressista). E. Shawlbach refere, a propósito da sua saída deste jornal, na década de oitenta, o que podiam implicar essas “ajudas”:

*Quem acorria com mais largueza às dificuldades financeiras da gazeta, quando surgiam, era o anafado prior da Lapa [...]. Eu nunca me afeiçoara muito a sua reverendíssima, e uma tarde, tendo-me Simões Dias recomendado com instância que não deixasse sair no jornal nem uma só palavra sobre determinado assunto, o Sr. Prior mandou diretamente ordem ao chefe da tipografia para se publicar um local que a esse assunto dizia respeito. Por minha vez, disposto a não admitir que passassem por cima de mim e reforçado com a recomendação do diretor, opus-me à sua publicação. Insistência de lá, absoluta recusa de cá, e já aquela hora o jornal devia estar na máquina. O chefe da tipografia estava do lado do Sr. Prior, não me abalou, adverti-o perentoriamente «Se teima em meter a notícia, deito a mão à rama, vai tudo para o meio do chão e o jornal não sai hoje». Em face desta atitude decisiva o homenzinho cedeu, mas o Sr. Prior foi aos ares e em fúria brava, espumando raiva, rebolou-se para a rua dos Navegantes a exigir a minha demissão. José Luciano de Castro, apertado entre a imposição daquele seu íntimo amigo e valioso correligionário e a minha obediência às ordens do Dr. Simões Dias, teve esta saída: – no dia seguinte o administrador ponderou-me a má situação financeira do jornal e que por isso o meu ordenado ficava reduzido a trinta mil réis. Era um pontapé na porta para eu sair.*<sup>245</sup>

---

<sup>244</sup> *Idem*, 119.

<sup>245</sup> Eduardo Shawlbach, *Á Lareira...*, 127.

A fragilidade financeira dos jornais permitia interferências, por tácitos acordos de cavalheiros, que exercendo a sua influência financeira retiravam proveitos políticos. Voltemos ao jornal *A Tarde*, criado por E. Shawlbach:

*[...] a situação ia-se agravando, entrava no estertor. Vou ter com o Urbano de Castro e exponho-lha. Como sair dela? O Urbano de castro reflete um pouco e diz-me:*

*– Por que não procuras o Lopo Vaz? Sei que ele anda com vontade de arranjar um jornal para a sua política. Sei-o de boa fonte [...]. Pois lá fui procurar o Lopo Vaz, que nem de vista conhecia.*<sup>246</sup>

Sem qualquer esclarecimento aos seus leitores sobre a nova tutela política, o jornal recompõe-se: «Amparado por Lopo Vaz, de velas enfunadas por vento de feição *A Tarde* começa a singrar ligeira, airosa, com a minha pessoa ao leme e Urbano de Castro na ponte de comando».<sup>247</sup> Em troca da ajuda financeira faziam-se “pequenos favores” políticos:

*Uma prova: por causa do primeiro tratado com a Inglaterra cáira em 1890 o ministério presidido por António de Serpa, de que faziam parte ele Lopo Vaz e Hintze Ribeiro, e sucedera-lhe o ministério da presidência de João Crisóstomo de Abreu de Sousa. Lopo Vaz, cauteloso como um cágado, Pediu-me: O meu amigo faz-me um favor? Procura o Serpa e, com o pretexto de orientação jornalística, fala no meu nome e no Hintze Ribeiro para a organização dum futuro ministério e ouça o que ele diz.*

Fiz-lhe a vontade, fui a casa de António Serpa, e na altura devida meto aqueles dois nomes no forno. Logo queimados! [...] o chefe do partido regenerador atalhou, repetindo: Nem falar nisso! Nem falar nisso! Passada meia hora, dava a Lopo Vaz conta exata da minha missão. Lopo Vaz diria “ – É sempre bom saber-se o terreno que se pisa.”<sup>248</sup>

Porém, em tempo de crispação política as “amizades” poderiam revelar-se desastrosas. Em pleno *Ultimato*, Lopo Vaz, faz um derradeiro pedido:

---

<sup>246</sup> *Idem*, 130-1.

<sup>247</sup> *Ibidem*, 133.

<sup>248</sup> *Ibidem*.

– *Meus bons amigos, vou pedir-lhes um grande favor. Toda a gente teima em estabelecer-me uma rivalidade com o Hintze e também todos me apontam como inspirador da Tarde – ligeira pausa a ler em nossos olhos se tínhamos adivinhado aonde queria chegar, e continuou (...). Peço-lhes, o enorme favor de A Tarde não atacar o tratado com a Inglaterra.*<sup>249</sup>

Do pedido resultou: «Os seus exemplares serem arrancados das mãos dos vendedores e, com eles aos pedaços, fazerem-se fogueiras no Rossio e na Praça de Camões (...) caíamos nas profundezas do inferno».<sup>250</sup> Em 8 de abril de 1892, através da sua fusão com a *Gazeta de Portugal*, *A Tarde* surgia como órgão do partido regenerador, sob influência de João Franco e Hintze Ribeiro, até este último assumir a chefia do governo, em 1900.

Preciosa é também a informação que dispomos sobre o *Diário Popular*, fornecida por Mariano Pina que, em 1894, no âmbito de um processo judicial, instaurado contra si, por Mariano de Carvalho (deputado e ministro monárquico, diretor político da folha), publica uma brochura, “O Caso Diário Popular”,<sup>251</sup> onde expõe, em sua defesa, os atos praticados enquanto administrador daquele jornal. Não cabe aqui contar as “peripécias” em torno da gerência de Pina (que culminaria com a saída, no dia 1 de setembro de 1894, de dois jornais, “com duas cabeças idênticas”, ostentando o título *Diário Popular*, impressos em tipografias distintas), no entanto, o documento dá-nos conta das dificuldades financeiras deste jornal, submerso em dívidas, com crédito esgotado em vários bancos, e sobrevivendo à custa de pequenas injeções de capital, consideradas um mal necessário (Pina refere a recomendação de Centeno: « O essencial é que isto não seja uma espiga superior a um conto de réis por ano!»)<sup>252</sup>.

As vicissitudes financeiras de um jornal e a passagem de mãos da sua propriedade, por vezes “apalavrada”, podiam com toda a facilidade resultar em verdadeiros imbróglios. E mais uma vez recorremos ao testemunho de Mariano Pina, que, em 1893, se apercebeu de como a propriedade do *O Popular* não se encontrava estabelecida em nenhuma

<sup>249</sup> *Ibidem*, 137-138.

<sup>250</sup> *Ibidem*.

<sup>251</sup> Mariano Pina, *O Caso...*, 9.

<sup>252</sup> *Idem*, 10.

escritura. Ao que parece terá sido Mariano Pina quem exigiu a clarificação desta situação.<sup>253</sup>

O caso do *Popular* tem a particularidade de inscrever o que de contrastante continha a vida das empresas jornalísticas. Por um lado, podendo vegetar na máxima degradação financeira, ao sabor de “ajudas” interessadas em usar o jornal para intervir, mesmo que esporadicamente, no debate político.<sup>254</sup> Mas por outro, um jornal podia mobilizar expectativas de realização de grandes lucros. No contrato celebrado por Pina lia-se: aos proprietários caberia o «“direito de receber cinquenta por cento dos lucros líquidos da empresa”».<sup>255</sup>

Alguma imprensa político partidária já tinha na década de noventa – colocando de lado o *O Século* – dado provas da sua capacidade de adaptação às novas exigências do jornalismo. E lembremos, a título de exemplo, como o *Diário Ilustrado*, órgão regenerador, aposta na diversificação constante dos seus conteúdos, sendo o primeiro, quer a introduzir num jornal diário uma secção desportiva, em outubro de 1893<sup>256</sup> (pela mão de António Bandeira, considerado um dos primeiros jornalistas desportivos portugueses), quer, por volta de 1900, a acolher o género de noticiário mundano, a cargo de Luís Trigueiros.<sup>257</sup>

No início do século XX algumas empresas de jornais políticos de opinião apostam também na modernização técnica. O jornal *Novidades*, em 1900, já possuía máquina rotativa que permitia imprimir um exemplar cada três segundos. Em 1904, *A Vanguarda*, acompanha de perto o *Diário de Notícias*, introduzindo a mecanização da composição, com a

<sup>253</sup> Segundo Mariano Pina: «Nesse contrato tratou o Sr. Dr. Centeno de definir claramente, e pela primeira vez, num documento em forma, a proporção em que entravam os Srs. marquês da Foz, Vasconcelos Gusmão e Centeno [...]. Porque até ali, tudo era caos, tudo confusão, tudo trapalhada. Ficou, pois, pela primeira vez, bem definido e assente, que o Sr. Marquês da Foz tinha três oitavas partes na propriedade, o Sr. Centeno três oitavas partes, e o Sr. Vasconcelos Gusmão duas oitavas partes. No Sr. Mariano de Carvalho não se falava, porque o Sr. Centeno não o considerava como proprietário, e unicamente como director político do jornal», e reproduz escritura do contrato, *in ibidem*, 7-8.

<sup>254</sup> Veja-se a carta, de 20 de agosto de 1894, do Marquês da Foz, citada por Mariano Pina: «“declaro ter há muito cedido ao Sr. Conselheiro Mariano Cirilo de Carvalho, as três oitavas partes que possuía do *Diário Popular* [...] preservando-me eu apenas o direito de publicar no *Diário Popular*, quando isso me seja necessário, qualquer escrito que me diga respeito”» *in ibidem*, 21.

<sup>255</sup> *Ibidem*, 9.

<sup>256</sup> Francisco Pinheiro, *História da Imprensa Desportiva em Portugal* (Porto: Edições Afrontamento, 2011), 30.

<sup>257</sup> Citado in *Uma Hora...*, 155.

máquina Linotype. No ano seguinte, era a vez do *Jornal do Comércio* adotar esta novidade.

Aligeirar, pela diversificação temática e de géneros, o conteúdo dos jornais políticos, tornara-se a aspiração de quase todos os jornais. E veja-se como o partido regenerador liberal, dissidente do partido regenerador, interessado em modificar os processos políticos do rotativismo, promovendo o alargamento, ainda que limitado, da competição política, faz acompanhar a sua aspiração de formar uma corrente de opinião monárquica reformista, com esmerado cuidado na criação de órgão de imprensa próprio. Dirigido por Álvaro Pinheiro Chagas, o *Jornal da Noite*, lançado a 23 de abril de 1903, integrou na sua redação dois redatores, que se destacavam na imprensa republicana, Rocha Martins, bem-sucedido folhetinista e repórter, até aqui no *Vanguarda*, e Mayer Garção, redator do *O Mundo*. José Pontes conta a propósito como foi contratado para fazer a secção de desporto no mesmo jornal: «Álvaro Chagas pretendeu fazer uma secção de desporto. Tinha a clara intuição de que tais assuntos interessavam a muitos leitores [...]. Expôs o que queria e, para modelo, desdobrou sobre a secretária um exemplar do *Petit Bleu*, belga». <sup>258</sup>

Como noutro lugar referimos o *Diário Ilustrado* haveria de sobressair entre todos os jornais políticos como aquele que, entre 1903 e 1905, assume um rosto “moderno”, se por moderno entendermos intensa e diversificada temática, destacada em título sobre mais de uma coluna. <sup>259</sup> Assinalámos a forte presença nos títulos “grandes” de temas “Não Políticos” (assuntos de índole científica, literária, filosófica, que se entrecruzam com curiosidades), categoria que quase igualava, a intitulação sobre política internacional, também com forte presença na sua primeira página.

Já o jornal *Novidades*, no ano de 1902 e 1903, apresenta também um número significativo de títulos não políticos, e esporadicamente títulos de política internacional, apesar de abandonar esta prática, quase por completo, a partir de 1904. <sup>260</sup> Neste jornal, a maior novidade jornalística surgiria, no final de 1905, com a inclusão, diária, de um desenho humorístico, de índole política, na sua primeira página. No entanto, o esforço de diversificação de conteúdos é uma constante neste jornal. No campo

---

<sup>258</sup> *Idem*, 116.

<sup>259</sup> Júlia Leitão de Barros, “Jornalismo Político Republicano...”, Tomo II, Anexo 2, Quadro X.

<sup>260</sup> *Idem*.

do entretenimento, por exemplo, veja-se como o *Novidades*, em 1902, insere na sua primeira página um passatempo: partidas de xadrez (com reprodução de tábuas)<sup>261</sup>, ou, no ano seguinte, lança concurso literário.<sup>262</sup> Ainda que sem consequências de ordem prática, não deixa de ser significativo, na pretensão equívoca que “encerra”, o apelo inserto, no dia 2 de janeiro de 1906, neste jornal:

*Aproveitamos o ensejo para declarar mais uma vez, que a Novidades são tribuna pública onde qualquer um pode expor e defender as suas ideias desde que para isso tenha cabedal de bom senso e a gramática necessária. Serão, pois, bem-vindos, todos aqueles que desejem honrar-nos com a sua colaboração, sob a garantia de um nome, ou sob o mistério de um pseudónimo, reservando a redação a sua responsabilidade para os artigos não assinados. O facto de termos resolvido afastar, de ordinário, a política do artigo de fundo permite-nos, como já dissemos consagrar, esse espaço a outros assuntos. Uma só condição impõe aqueles que se proponham enviar-nos artigos: escrever bem.*

Por essa altura, este jornal, que já por várias vezes saíra com seis páginas, anunciava um número de doze (a 7 de abril de 1906), acompanhando-o de brindes:

*Há também um brinde, preparado com esmero e revestido de um certo cunho artístico não muito vulgar entre nós: uma coleção de bilhetes-postais ilustrados, abrangendo em magníficos traços de charge toda a história da chamada Concentração Liberal, ou melhor o consorcio de progressistas e franquistas recentemente ajustado. O lápis de Francisco Teixeira fixou, num momento feliz de bom humor, todas as fases desse casamento; a arte*

---

<sup>261</sup> Lia-se no *Novidades*, a 5 de julho de 1902: «Nestes últimos tempos tem-se desenvolvido consideravelmente em Lisboa o jogo do xadrez; é certo que não há jogo mais próprio para a aplicação e desenvolvimento das faculdades intelectuais. Os principais centros, em que se cultiva aqui este jogo, são, por sua ordem: o Grémio Literário, o Café de Madrid e a redação das *Novidades*. Está pendente e dura há algumas semanas uma partida muito renhida entre o Grémio e o Café de Madrid; e o grupo das *Novidades* tem duas partidas, simultâneas, em aberto com um grupo da Regoa. Damos o estado das duas partidas, segundo as últimas jogadas registadas na nossa direção».

<sup>262</sup> Lia-se no *Novidades*, a 5 de outubro de 1903: «Como dissemos já, as senhoras podem concorrer, e se fizéssemos parte do júri, o nosso voto seria...para as mais bonitas, mesmo sem ler os contos. O envelope fechado com o nome dos concorrentes será entregue e aberto somente depois de nos ser entregue a classificação do júri».

*consagrou um dos acontecimentos mais típicos da política nacional. Nada de mais palpitante atualidade, cremos nós, para oferecer aos nossos assinantes e anunciantes. O brinde é em cartão de marfim. Como se não pode dobrar para o distribuir conjuntamente com as Novidades, rogamos a todas as pessoas a quem ele é destinado a fineza de o reclamarem na administração deste jornal de sexta-feira, 13 do corrente, em diante.*

E tudo aponta para o sucesso de tiragens deste jornal político que informava a 2 de janeiro de 1907: «por motivo do aumento constante da nossa tiragem e da grande afluência de anúncios, que muitas vezes nos obriga a retirar alguns deles, os preços dos novos anúncios de contracto serão, desde hoje aumentados e as publicações na 1.<sup>a</sup> página passarão a ser a 1\$500 réis a linha».

O dinamismo da imprensa diária de Lisboa esteve longe de se circunscrever ao *O Século* e ao *Diário de Notícias*. Como veremos, estaria patente na crescente importância dada à reportagem (e à entrevista) nos jornais diários. Tornando-se a reportagem um dos terrenos de competição jornalística. O repórter Esculápio, conta a propósito o que sucedeu, em 1903, quando da “revolta do grelo” em Coimbra:<sup>263</sup> «com as notícias que mandei para o *Diário* [jornal regenerador], obriguei o *Século* a enviar a Coimbra três redatores, uns atrás dos outros nenhum deles conseguindo vencer-me na pormenorização do acontecimento».<sup>264</sup>

Os jornais republicanos estiveram atentos às inovações jornalísticas, e em particular *O Mundo*, para quem mais leitores era sinónimo de mais democracia. E é aqui que entra a difícil avaliação do que era afinal manter um jornal na cidade de Lisboa, na última década do século XIX. Por várias razões: porque a cidade de Lisboa não parara de crescer e as suas tiragens de aumentar; porque nenhum jornal diário podia ser indiferente aos efeitos da concorrência entre o *O Século* e o *Diário de Notícias*, aspirando elevar o número de leitores pela diversificação de conteúdos de

---

<sup>263</sup> Revolta do “grelo”: vendedoras de produtos frescos, no mercado de Coimbra, recusam-se a pagar multas por falta de licença fiscal, desencadeando um movimento que evoluiria para uma “greve geral”, contra os impostos sobre o consumo. Quatro mortos e diversos feridos seria o saldo dos confrontos com a polícia no decorrer dessa luta.

<sup>264</sup> Eduardo Fernandes (Esculápio), *Memórias...*, 291. Um outro episódio, contado pelo repórter José Abreu, dá-nos conta da competição entre jornais monárquicos: «Em plena guerra entre a Rússia e o Japão. O ministro deste último país acreditado em Madrid e Lisboa, sai do expresso na estação do Rossio. Eu, pelas *Novidades*, José Sarmento, pelo *Dia*, e Barreto da Cruz, pelo *Jornal da Noite*, abordamo-lo atrevidamente, pedindo-lhe informações do sangrento conflito», in *Boémia...*, 55.

cariz mais generalista e de entretenimento, e quem sabe até, introduzindo melhorias técnicas; mas também, porque a imprensa político partidária, em particular a imprensa antidinástica, estava sujeita a constrangimentos financeiros, resultantes da varável interpretação governativa das leis de imprensa, como veremos. A que acresce um dado nem sempre levado a sério, que Alexis de Tocqueville sintetizou bem: «os jornais não se multiplicam somente por meio dos preços baixos, mas também segundo a necessidade mais ou menos repetida que um grande número de homens tem de comunicar em conjunto e de agir em comum».<sup>265</sup>

### 3.2. O NOVO TÍTULO *O MUNDO*

Em Lisboa, o novo título da imprensa republicana, *O Mundo*, iniciado a 16 de setembro de 1900, resultara de um braço de ferro travado entre o grupo de republicanos reunidos em torno do jornal a *Pátria*, há dias suprimido, e as autoridades administrativas. O desfecho revelar-se-ia favorável ao novo título, mas nesse final de verão ninguém o podia prever.

França Borges, diretor do jornal, teve muito provavelmente, na primeira semana desse mês de setembro, uma das suas maiores *provas de fogo* no campo da luta política republicana, travada na imprensa, com as instituições monárquicas. Borges, secretário de redação do jornal *Pátria*, desde o seu primeiro número, em 1 de março de 1899, sob a direção de José Benevides, dirigia, há pouco mais de nove meses, este jornal republicano, por entre, pelo menos, 18 querelas, 5 apreensões e censura prévia, entre 11 e 18 de março, desse ano.

A 4 de setembro, porém, as medidas repressivas foram mais longe, levando à supressão do jornal *Pátria*, acompanhada pela tomada das instalações do jornal pela polícia, que as trancou e selou. O jornal não cedeu à investida policial e deu provas de resistência. Três dias depois, a 7, já se compunha e imprimia novo jornal, sob o título *O Paiz*. A polícia reagia de imediato e não só impedia a circulação deste, como na rua das Salgueiras, 18 A, 1.º, selava as divisões aí ocupadas pela “sede provisória”, do novo jornal. Em vão. Três dias depois, na tarde de dia 10, a redação da *Pátria* compõe novo título, *A Lanterna*. Mas também ele seria apreendido no próprio dia e os redatores expulsos das instalações em

<sup>265</sup> Alexis de Tocqueville, *Da Democracia na América* (Lisboa: Relógio de Água, 2008), 497.

que se encontravam, na rua da Atalaia, 24, 1.º andar. Certamente expectantes quanto ao desfecho, mas sempre insistentes, dão à luz a 16 de setembro o *O Mundo*. Assistia-se, assim, não ao nascer de um novo jornal, mas antes ao prosseguir do projeto jornalístico do *Pátria*, travestido agora com outro nome. Mas esta é apenas meia verdade. Por uma razão, o jornal *Pátria*, não fora um jornal criado de raiz, em 1899, por José Benevides. Tudo parece indicar, que o novo título então lançado, apesar de assumido por nova empresa, tomava conta das instalações, corpo redatorial do jornal *A Lanterna*, sucedâneo de *O Paiz*, criado em 1895, por Alves Correia. E em todos os estes títulos houve um redator, França Borges, que foi gradualmente saindo do anonimato, a que estava votada a esmagadora maioria dos profissionais do jornalismo, assumindo, progressivamente, um lugar de destaque.

Integrar no campo jornalístico da cidade de Lisboa o jornal *O Mundo*, firmado em setembro de 1900, por França Borges, obriga-nos assim a ter presente que este jornal, não só estava longe de constituir uma novidade editorial, como já tinha adquirido um lugar referenciado no campo em que atuava.

Em 1906, quando o *O Mundo* era já o jornal diário político partidário de maior tiragem de Lisboa, rivalizando de perto com o *O Século* e o *Diário de Notícias*, o seu diretor França Borges ainda não se decidira sobre qual a data a eleger para comemorar o seu jornal. A 1 de janeiro desse ano, em destaque, com título sobre duas colunas, lia-se: “Seis Anos de Jornalismo”, (seguido de subtítulo “Trecho da História Constitucional”), nele se assinalava: «Faz hoje seis anos assumiu quem dirige o *O Mundo*, a direção do jornal *Pátria* [...] seis anos se completam assim, marcando uma fase da vida do jornal republicano que Alves Correia fundou em 1895, e que vai no seu quarto título». Em 17 de setembro, do mesmo ano, um «número especial de 12 páginas, ilustrado»,<sup>266</sup> festejava com pompa e circunstância um outro dia assinalável na história do jornal, o surgimento do título *O Mundo*. Já durante a República seria esta última data a impor-se como efeméride.

Mas a que se deve o fôlego combativo aqui denunciado por este punhado de jornalistas da capital? Porque é que as instituições monárquicas liberais surgem tão determinadas a “calar” este jornal republicano? Entendê-lo obriga a enquadrá-lo na imprensa diária político partidária da cidade de Lisboa.

---

<sup>266</sup> *O Mundo*, 16 de setembro de 1906.

### 3.2.1. O Ultimato e o novo radicalismo

A revolta fracassada de 31 de janeiro 1891 é o momento que melhor descreve o que de novo trouxe a nova conjuntura política provocada pelo Ultimato britânico: o surgimento no movimento republicano de um sector mais revolucionário que abraça a possibilidade de concretização histórica imediata do seu ideal político.

Mas acima de tudo a revolta, ainda que abortada, dá-nos conta da crescente autonomia, aliada a profunda crítica, de alguns sectores do partido, face ao que consideravam o excesso de passividade e contemporização, manifestado pela linha propagandística gradualista, sempre defendida pelo Diretório. Em 1892, numa brochura de vinte páginas, intitulada *Um Ano Depois, (Aos Vencidos)*, quarenta e cinco figuras destacadas da ala revolucionária associavam-se à homenagem aos “mártires” republicanos, do 31 de janeiro. Alguns aproveitam a ocasião para reclamar a via revolucionária. João de Menezes exalta-a em poema.<sup>267</sup> No mesmo tom, António José de Almeida quase declamava: «Ó companheiros de armas os heroicos vencidos! Na grandeza da vossa dor afiai as vossas armas». Heliodoro Salgado, preso no Limoeiro, por abuso da liberdade de imprensa, deixava também o seu contributo: «a revolução republicana do Porto abriu para o nosso partido o período da ação violenta, encerrando o ciclo da propaganda doutrinária, já em demasia protelado até então». O mote repetia-se com Cunha e Costa («os revolucionários de janeiro indicaram nitidamente ao Portugal honrado o único caminho a seguir em presença desta tremenda derrocada moral e material»), A. Justino Ferreira («a semente está lançada...») ou Eduardo Maia («A revolução é o primeiro, direito dos povos oprimidos e roubados, contra os governos opressores e ladrões»). A grande maioria dos depoimentos era mais contida. José Caldas, sem renegar a justeza do ato revolucionário do 31 de janeiro, afastava, do curto prazo, essa via: «creio que à medida que os nossos infortúnios forem crescendo – e bem se vê que a expiação ainda agora começa! – esta data há de avultar, na

---

<sup>267</sup> Escreve João Menezes: “Oração pelos Vencidos”:

«Que seja então uma heresia  
Que lhe ensineis, e não um santo  
Rezar de mágoa como o vosso,  
Que brilhe o sangue e não o pranto,

Que seja o Ódio o Padre-nosso», in *A Exposição da Imprensa*, Número Único, Publicado em Comemoração do Primeiro Certamen Jornalístico que se realiza em Portugal por ocasião das Festas do IV Centenário da Descoberta do Caminho Marítimo para a Índia (Lisboa, s. ed., 1898).

História, como um clarão pressagioso, santo, abençoado, últimas vibrações da alma de um Povo que sabe, que presente, que conhece que ainda é cedo para morrer!».<sup>268</sup>

Não obstante tão lustrosos depoimentos, o fracasso da revolta de 31 de janeiro permitira ao regime levar a efeito uma eficaz onda repressiva, fechando clubes e associações e fazendo aplicar medidas inéditas no campo da imprensa (ver capítulo 3.3.).

A crescente letargia do partido, seria apenas recortada por momentos eleitorais de relativo entusiasmo, permitindo ao historiador Vasco Pulido Valente considerar que: «em 1894, o partido [se] encontrava de facto desorganizado: a maior parte das comissões de base dissolveram-se; os centros e os clubes estavam vazios; os jornais haviam sido eficientemente amordaçados». <sup>269</sup> Este cenário adensara-se com o regresso do rotativismo, em 1893, com o governo Hintze-Franco a provocar profunda divisão no que restava das hostes políticas republicanas mais ativas. Em parte, devido à crescente aproximação do diretório republicano ao partido progressista, então na oposição, visando contrariar as medidas reformistas avançadas pelo governo regenerador. Figuras como Eduardo Abreu e Gomes da Silva destacaram-se na defesa desta aliança tática com progressistas, em confronto com os sectores mais radicais, que prontamente apelaram ao valor da “intransigência” e da “pureza” dos princípios, como garante de continuidade e sobrevivência do partido republicano. A desunião ficaria patente nas eleições, de abril de 1894, quando pelo círculo de Lisboa concorreram duas listas republicanas, uma afeta ao diretório, outra radical (onde encontramos os nomes de João Bonança, Luz de Almeida, Lomelino de Freitas e Tomé de Barros Queirós). Por entre discussão e protestos, em julho, consumava-se a posição do diretório, com a criação da Coligação Liberal, liderada pelo general João Crisóstomo. O historiador Vasco Pulido Valente não hesita em considerar que esta opção política do diretório «quase destruiu o partido». <sup>270</sup>

Particularmente ativo na condenação da coligação foi o grupo de académicos republicanos de Coimbra, todos eles despertos para o republicanismo no Ultimato, cultivados no campo revolucionário do

---

<sup>268</sup> *Idem.*

<sup>269</sup> Vasco Pulido Valente, *O Poder...*, 17.

<sup>270</sup> *Idem.*

movimento – onde chegaram mesmo a constituir uma espécie de retaguarda universitária dos revoltosos do Porto, no 31 de janeiro. Figuras como João Menezes, António José de Almeida, Malva Vale, Afonso Costa, Silvestre Falcão, entre outros. Não estavam sós. João Chagas, então já um dos mais aureolados heróis da revolução, desde maio de 1893,<sup>271</sup> vinha condenando este conluio com progressistas, bem como Brito Camacho, então em Viseu.

Em novembro de 1894, o Parlamento foi encerrado (só reabrindo em janeiro de 1896), logo a 5 de dezembro a Coligação Liberal dava a público um manifesto, onde declarava o programa de luta comum contra a ditadura. Do Porto, vinha um manifesto denunciando a promiscuidade republicana com progressistas, assinado, entre outros, por João Chagas, Duarte Leite, Sampaio Bruno e Guerra Junqueiro.

O ano de 1895 abria assim sob o signo da desunião declarada e pública entre os correligionários republicanos. Com os centros fechados e a imprensa quase decapitada, a machadada final viria com a nova lei eleitoral de março, quando «o número de eleitores diminuiu para metade».<sup>272</sup> Perante isso a via abstencionista seguida pelo diretório colhe a unanimidade e só seria interrompida em 1899.

Mas, em 1895, o campo político não se esgotava no movimento republicano e nos partidos monárquicos. O historiador Fernando Catroga salientou como ao enfraquecimento do movimento republicano, no pós “31 de janeiro”, «correspondeu o crescimento da propaganda socialista e anarquista junto dos meios populares urbanos (em Lisboa e um pouco no Porto), à volta do empolamento da questão social e da questão religiosa».<sup>273</sup> Defendendo que no final do século o movimento laicista em Portugal era liderado por estes sectores. António Ventura por seu turno não hesita em considerar: «um dos aspetos mais relevantes da vida política e cultural do último quartel do século XX foi o incremento do anticlericalismo que funcionou, em muitos casos, como pano de fundo onde se moveram as forças mais radicais, sejam elas monárquico-liberais, republicanas, socialistas ou anarquistas».<sup>274</sup> Segundo o historiador, este «papel aglutinador do anticlericalismo» foi particularmente visível a partir do ano de

---

<sup>271</sup> *Panphletos*, n.º10, 13 de maio de 1893.

<sup>272</sup> Rui Ramos, “A Segunda Fundação...”, 218.

<sup>273</sup> Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal...*, 60.

<sup>274</sup> António Ventura, *Anarquistas...*, 39.

1895, com « a fundação de organizações que ultrapassam o estreito círculo intelectual onde se movia o anticlericalismo [...]». <sup>275</sup> Conferindo valor a dois factos políticos: o « impacto invulgar» do caso Sara Matos, <sup>276</sup> e a « mudança qualitativa e quantitativa na luta anticlerical, [ que] foi a campanha desencadeada contra as comemorações do Centenário Antonino, programadas para junho de 1895». Assinalável, nesse ano, seria ainda o Congresso Anticatólico, lançado pelo Centro Socialista de Lisboa, que se realiza, entre 25 e 28 de junho, com a presença de republicanos, anarquistas socialistas de várias tendências. Em setembro, já os socialistas marxistas, da facção Azedo Gneco, <sup>277</sup> se abalçavam na consolidação do movimento, procedendo à criação de círculos civis, que se tornariam a moderna base de “missão” no livre pensamento, em franca expansão, entre 1898 e 1899, tocando «muitos milhares de pessoas». <sup>278</sup>

No seio do anarquismo português também as águas não estavam paradas, neste campo um «surto de grupos entre 1893 e 1895», coincide «com o aparecimento dos anarquistas nos sindicatos e associações de classe». <sup>279</sup> O radicalismo com várias expressões programáticas ganhava fôlego.

É neste novo caldo político que temos que encontrar o caminho seguido por alguns sectores do republicanismo radical nos últimos anos do século XIX e é também aqui que podemos avaliar a dificuldade da monarquia liberal em prosseguir a via da progressiva democratização política. Importante é realçar que seria no terreno deste novo radicalismo lisboeta que o jornal *O Paiz/O Mundo* se colocaria.

### 3.2.1.1. O *O Paiz*, o *Lanterna* e o *Pátria* (1895-1899)

Recuemos, a 1 novembro de 1895, quando Alves Correia lança um novo diário lisboeta, o jornal *O Paiz*, no curto espaço de um mês, após uma atribulada saída da direção do jornal republicano *Vanguarda*. Pouco sabemos sobre a forma como se abalçou para a constituição da nova empresa.

---

<sup>275</sup> *Idem*, 42.

<sup>276</sup> Refere-se ao impacto da morte de uma jovem, Sara Matos, em circunstâncias pouco claras, que envolveu o convento das Trinas, provocando intensa campanha anticlerical nos jornais republicanos e em particular no *O Século*, em 1891.

<sup>277</sup> Eudócio César Azedo Gneco gravador da Casa da Moeda, jornalista e um dos mais destacados militantes do Partido Socialista Português.

<sup>278</sup> António Ventura, *Anarquistas...*, 51.

<sup>279</sup> *Idem*, 99.

Alves Correia não era um jornalista inexperiente, iniciara-se no *Trinta* (antecessor do *Folha do Povo*), daí passara para a redação *O Século*, em 1883, de onde saíra em 1888, para o *Os Debates*, de Consiglieri Pedroso. Em dezembro de ano seguinte, alcançara já a direção política do jornal, aquando da aquisição deste, por 4.500\$000, por um grupo de dezoito correligionários.<sup>280</sup>

No rescaldo do 31 de janeiro de 1891, dificuldades financeiras levam ao encerramento da atividade deste jornal, sendo substituído por novo título, *Vanguarda*, no qual participam alguns dos acionistas do *Os Debates*, não sabemos quem. Quatro anos volvidos, no quadro da acesa polémica que envolveu a saída de Alves Correia do *Vanguarda*, é público o nome dos vinte cinco sócios desta empresa. Detenhamo-nos na lista de sócios da empresa *Vanguarda*, publicada em dezembro de 1895. Lá encontramos os nomes e respetivas moradas de treze «comerciantes», três médicos, um «lente», dois «negociantes», quatro «industriais», um «comerciante e industrial» e um «proprietário». Por ela ficamos a saber que na sua maioria os sócios do jornal *Vanguarda* eram comerciantes com atividade na zona nobre da cidade e todos eles recrutados no meio social que os historiadores tendem a salientar como a base de apoio natural do movimento: classe média urbana.<sup>281</sup>

---

<sup>280</sup> Tudo indica que tenham sido dezoito, uma vez que segundo Alves Correia, cada um tinha “entrado” com 250\$000 réis. *Vanguarda*, 9 de dezembro de 1895.

<sup>281</sup> «Com que então já percebeste que te temos preso pelo gasganete? [...] Sossega, sossega que não há de emporcalhar por muito tempo mais o partido republicano» indivíduos a que ele chama de «Gananciosos bandidos. Malandrins. Vendidos à monarquia [...] são os seguintes»:

Agostinho Manuel de Sousa, comerciante e proprietário, Rua de S. João da Mata, 20,

Alfredo da Silva, comerciante, Rua da Boavista, 76, 1.º

António Joaquim Pina, comerciante, Rua de S. Paulo, 75-77

Dr. António Luiz Lopes Monteiro, médico e proprietário, Calçada da Estrela, 131

António Marques Quintans, negociante e proprietário, Rua da Prata, 195

António Guerra Peres, comerciante e proprietário, Rua Buenos Ayres, 60

António Sacavém, comerciante, Rua dos Correeiros, 159

Casimiro R. Valente, comerciante, Rua da Boavista, 8 e 10

Dr. Eduardo Maia, médico e proprietário, Rua Saraiva de Carvalho

Filipe José Serra, industrial e proprietário, Rua do Alecrim

Francisco Maria Costa Bravo, comerciante, Rua do Quelhas, 107, 2.º

Guilherme Correia Saraiva Lima, comerciante e proprietário, Rua de S. Paulo, 124

João Antunes Baptista, comerciante, Rua do Poço dos negros, 75

Dr. João Rodrigues dos Santos, médico e proprietário, Rua da Esperança, n.º 204

José D. Sobral, comerciante, Calçada da Bica Grande, 3

José Maria da Silva Mattoso, industrial e proprietário, Rua de Vicente Borgia, 42

José Martins Graça, comerciante, Rua dos Capelistas, 138, 2.º

Com alguma probabilidade, Alves Correia, à semelhança das suas anteriores iniciativas jornalísticas, terá conseguido reunir um número considerável de correligionários para lançar o seu novo jornal *O Paiz*, alguns deles ex-acionistas do *Vanguarda*.

Não deixa de ser assinalável a capacidade de mobilização necessária para levar a cabo um empreendimento desta natureza, que exigia dedicação política, desde logo, por esta iniciativa constituir um investimento de risco, sobretudo depois da nova lei de imprensa de Lopo Vaz (ver capítulo 3.3), em grande medida dirigida ao jornalismo republicano. E veja-se como Alves Correia descreve o impacto desta lei de imprensa na gestão financeira do *Os Debates*, quando era seu diretor: os societários deste jornal «julgando ameaçados os seus haveres, que podiam ser atingido por muitas resultantes de querelas, fizeram um contrato pró-forma com o Sr. Alves Correia, transferindo para ele a propriedade do jornal, que se obrigava a restituir em determinadas condições».<sup>282</sup> Criar um jornal republicano era um esforço partidário bem distinto das iniciativas jornalísticas levadas a cabo nos meios da alta política e finança. E detenhamo-nos no editorial do seu primeiro número, de *O Paiz*, de 1 de novembro de 1895:

*Seria um grito de guerra contra as instituições que arrastaram Portugal à bancarrota”, “contra o regime nefasto que [...] trata de cada vez mais abater a nação, cerceando as regalias populares, substituindo os caprichos régios à soberania das leis, fazendo do sistema parlamentar uma indecoríssima farsa, jamais imaginada e preparando por meio de combinações dinásticas uma intervenção estrangeira em favor do ramo azul e branco da casa de Bragança.*

O novo jornal serviria «a causa republicana para defender ousadamente os interesses nacionais, sacrificados em proveito de uma odiosa e

---

José Nunes da Matta, proprietário e lente da escola naval

José dos Reis Verol, comerciante e industrial, Rua Augusta, 167-169

Júlio da Costa Adão, comerciante e proprietário, Rua dos Retroseiros, 76

Manuel Alves Caetano, industrial, Rua Garrett

Manuel de Jesus Alho, comerciante, Rua de S. Paulo, n.º220-2.º

Manuel Nunes Garcia, negociante e proprietário, Rua do Caetano Palha

Possidónio Joaquim Ferreira, industrial, Rua da Madalena, 103

Simão José da Silva Lopes, proprietário, Rua Largo de S. Roque, 10-2.º

<sup>282</sup> *O Paiz*, 11 de dezembro de 1895, 3.

gananciosa plutocracia, que apoia as atuais instituições monárquicas». Justificando:

*Aparece para concorrer quanto for possível para a proclamação da República, que é absolutamente indispensável para se poder proceder à eliminação dos obstáculos que hoje se opõem à marcha regular da nossa evolução social, visto que não permitem adotar medidas de economia e pratica de atos de moralidade que é urgente adotar [...] [defenderá] com entusiasmo por todas as grandes reivindicações políticas e sociais da democracia portuguesa [...] fins patrióticos.*

No dia seguinte, Silva Pinto, no diário republicano *Voz Pública*, do Porto, explicaria:

*Tenho provas para crer e afirmar que o jornal de Alves Correia, fora dos acanhados moldes de uma propaganda romântica e improdutiva como estímulo revolucionário, liderará firmemente pelo advento de uma República útil [...] isto é a conquista simultânea de dois ideais, a solução de dois problemas: o político e o social. Deste modo as questões de propriedade – garantia de liberdade – o salário, a cooperativa, o crédito popular, as reformas administrativas, judiciárias e aduaneiras, etc. constituirão, em seu estudo, assunto do dia-a-dia.*

Na verdade, *O Paiz* que no seu primeiro número presenteara os seus leitores com uma listagem de veneráveis colaboradores, na sua maioria republicanos históricos (apontados como « ilustres escritores»: Dr. Teófilo Braga, Dr. Guilherme Moreira, Dr. Jacinto Nunes, Dr. Duarte Leite, Dr. Horácio Ferrari; António Augusto Gonçalves, Dr. José Benevides, Dr. António José de Almeida, Dr. João de Menezes, Dr. Fialho de Almeida, Dr. José Sampaio (Bruno); Dr. Guerra Junqueiro), assumiria, no seio do partido republicano (à semelhança do *Vanguarda*, entretanto nas mãos de Faustino da Fonseca, ou do *Marselheza*, a partir de agosto de 1896, dirigido por João Chagas), um lugar de destaque entre aqueles que, no interior do que restava do partido republicano, apostavam na defesa intransigente da linha revolucionária, contrária a qualquer colaboração republicana com partidos monárquicos. Assim, encontramos-lo desde o primeiro momento condenando a “coligação liberal”, que unira, desde dezembro de 1894, alguns republicanos aos progressistas. Através de

múltiplos editoriais a sua posição foi clara. A 4 de novembro de 1895 escrevia:

*Algumas folhas progressistas têm ameaçado a dinastia com a revolução. É absolutamente incontestável que, no estado atual em que Portugal se encontra, só uma revolução duradoura pode destruir os vícios, que imprimem à administração portuguesa um caractere essencialmente crupuloso (sic).*

A 18 de abril de 1896 defendia: «o nosso programa é este – republicanos com republicanos». Lia-se, a 1 de janeiro de 1896: «somos contra» os republicanos que tudo fazem «para os progressistas irem ao poder».

Até 13 de janeiro de 1898, altura em que Alves Correia abandona a direção, o jornal contará com a presença dos mais destacados republicanos radicais – com artigos sempre anunciados, na primeira página, na véspera da sua publicação – que ali vinham defender a linha pouco contemporizadora com a propaganda gradualista. Vejam-se alguns exemplos. João Menezes, presença assídua no *O Paiz*, que estivera preso, seis meses, com Alves Correia, em 1891, ao abrigo da lei de imprensa de Lopo Vaz <sup>283</sup>, explicava a 14 de maio de 1896, o que esperar da república: um corte com «todas as relações com o passado – os privilégios odiosos e os crimes impunes». Também, João Chagas, em vésperas de lançar o novo jornal *Marselheza*, em agosto de 1896, através de vários editoriais, esclarecia o que devia ser a luta política: «os republicanos portugueses têm no atual momento da nossa história uma única missão a cumprir – baterem-se. Na imprensa, na tribuna, na rua». Jacinto Nunes, a 11 de maio de 1896, indignava-se contra aqueles que temiam que o partido republicano não tivesse pessoal suficiente exigindo uma república «essencialmente democrática e liberal». E José Caldas, em carta publicada, a 14 de janeiro de 1897, anunciava a sua disponibilidade para colaborar no *O Paiz*, mas advertia que era um «radical».

Alves Correia segue o posicionamento do radicalismo intransigente caro aos meios revolucionários que naquela conjuntura intentavam alargar o seu apoio aos novos sectores políticos simpatizantes do socialismo e do anarquismo. Logo no dia seguinte ao lançamento de *O Paiz*, na sua

---

<sup>283</sup> O primeiro por artigo escrito no *Pátria*, o segundo por artigo escrito no *Debates*.

segunda página, lia-se sob o título “Carta de um Socialista”, assinado por Luís Judicibus:

*O Paiz sem quebra dos seus princípios políticos, pode prestar um grande serviço ao partido socialista. Não lhe pedimos muito, apenas lealdade, e que os seus redatores estudem o movimento associativo. Quem é político tem obrigação de saber que os governos da monarquia em todas as épocas têm querido enredar as associações socialistas, de forma que estas não os hostilizem, e deixem passar sem protesto todos os atentados às liberdades públicas. Infelizmente, durante algum tempo certos chefes do meu partido recebiam o santo-e-senha do falecido reacionário Lopo Vaz, e assim estavam em guerra aberta os socialistas e os republicanos [...]. Levantei uma guerra de moralidade dentro do partido socialista, auxiliado por Azedo Gneco, Augusto Macedo, Martins Correa Nunes da Silva e outros, e conseguimos organizar dois centros e muitas associações de classe, filhas de boa propaganda. Hoje os tais chefes possibilistas estão em decadência [...].*

Com apoio de vários correligionários o jornal prossegue neste esforço de aproximação do republicanismo ao movimento socialista e anarquista. A 3 de novembro, um editorial intitulado “A Revolução Social”, assinado por Visconde de Oguella, acenava aos anarquistas, podendo ler-se:

*A revolução social está já nos espíritos e pouco falta para que se traduza em comoções enérgicas na vida das sociedades [...]. O perigo está no antagonismo entre as bases em que assentam as instituições e os princípios afirmados pela ciência em quase todas as províncias do saber [...]. Os anarquistas não são, pois, esses homens, que por qualquer modo que os consideremos, pertencem aos domínios da patologia social. Anarquistas são as classes ilustradas que desposam as doutrinas modernas [...]. Não temos por fim com estas asserções advogar o radicalismo que como sistema político ou social é profundamente insensato [...]. Mais afigura-se-nos que na hora presente, ao terminar esta fase de civilização teremos de modificar todos os códigos para lhes dar a orientação que o critério moderno lhes impõe [...] a verdadeira democracia tem de hastear necessariamente o pendão do socialismo, deste passo que a massa dos acontecimentos prescreve estão dependentes de uma intensa e rápida propaganda e os resultados benéficos e salutareos da sua atividade indestrutível [...] tendem não há dúvida os povos*

*cultos a caminhar para as federações [...]. O volumoso processo de mau estar social, instruído com vasta cópia de factos, pondo de parte todos os exageros e utopias das escolas socialistas, produz uma funda impressão e um assombro inexcedível [...]. Arranquem-lhes e mutilem-lhes tudo o que têm de fantástico, de quimérico e ilusivo, o que sobejar, o resíduo, será ainda profundamente comovente e ameaçador[...]. E como as novas doutrinas são imperfeitíssimas nos traços da sua realização, e pouco acomodadas a uma realização prática imediata, há de suceder fatalmente que os embates, os choques e colisões do proletariado e da classe média tomarão proporções tenebrosas, e as mais das vezes sanguinolentas.*

E embora algumas figuras destacadas do movimento socialista e anarquista não constem da seletiva listagem dos colaboradores do jornal, já por nós atrás referida, este não hesita em lhes “abrir” as suas páginas, e até no seu lugar de honra (o editorial). Logo a 11 de novembro, encontramos Azedo Gneco em “fundo”, demonstrando alguma contemporização para com o ideal republicano: «a questão social não se circunscreve somente à economia dos povos. [...] visa por isso ao pleno triunfo da democracia, à república nas suas mais superiores consequências».

O jornal *O Paiz* enquadra-se assim nessa tendência republicana que o historiador Fernando Catroga assinalou: «A fusão da ideia republicana com a socialista, e sobretudo com a anarquista, entendida como meta última a atingir pela República [...] foi frequente nos textos dos publicistas mais ativos do republicanismo finissecular e dos inícios do século XX».<sup>284</sup>

O *O Paiz/ O Mundo* afirma-se no momento em que a “questão social” andava a merecer a atenção de vários militantes republicanos. E lembremos como Afonso Costa, na academia de Coimbra, em 1895, escolhera este tema para a sua dissertação de doutoramento, defendendo: «face a ela todos os outros assuntos empalidecem e cedem campo». Sob o título *A Igreja e a Questão Social*, explica que a sua tese procura responder à encíclica *Rerum Novarum*, de 1891, que segundo ele servia apenas para o papado «viver um pouco mais ainda», impedindo «a marcha da civilização e da ciência combinadas para, pelo socialismo, transformarem melhoradamente a sociedade».<sup>285</sup> Costa assumia-se então como socialista

<sup>284</sup> Fernando Catroga, *O republicanismo...*, 61.

<sup>285</sup> Cit. por Júlia Leitão de Barros, *Afonso Costa*, coleção Fotobiografias Século XX, direção Joaquim Vieira, Lisboa (Lisboa: Círculo de Leitores, 2002), 13.

reformista, na linha de Benoit Malon, figura cara a outros republicanos portugueses, entre os quais, destaque-se, Sebastião Magalhães Lima.

Vários colaboradores, do jornal *O Paiz*, procuravam não limitar a República a uma questão meramente política, e alguns chegariam mesmo a sustentar um ideal republicano indissociável do “sonho de emancipação social”. Entre estes destacam-se: Teixeira Bastos, Felizardo Lima, Heliodoro Salgado e Fernão Botto Machado.

Se por um lado a linha programática do novo jornal procurava estreitar laços de cooperação com os sectores anarquistas e socialistas, com a inclusão de editoriais e informação diversa sobre os grupos então denominados de “avançados”, tal não representava clareza doutrinária ou ausência de ambíguo posicionamento republicano face a estes. Quando, em 1896, na sequência do atentado anarquista, de Luís Bernardo Marques, contra a carruagem do rei D. Carlos, ocorre novo atentado contra o Dr. Joyce, o *O Paiz*, de 7 de fevereiro, assume, em editorial, uma posição contrária à linha libertária defensora da ação direta: «Os espíritos estão revoltados e sobremaneira apavorados. Revoltados, porque um atentado anarquista é sempre um crime, um delito social punível, que não tem desculpa vise quem visar. Apavorado porque evidentemente o anarquismo tem granjeado prosélitos em Portugal [...] que vêm para a rua fazer propaganda de Facto». Sem deixar até de reclamar, da parte das autoridades policiais, maior e mais eficaz repressão sobre a corrente anarquista. Acusando repetidamente, a propósito dos dois atentados, que teria sido o juiz Veiga quem «permitiu que houvesse por largo tempo a circulação de jornais anarquistas em que publicamente se faziam as apologias dos crimes monstruosos». Informando até em *suelto*: «Têm sido distribuídos em Lisboa diversos manifestos anarquistas violentíssimos sem que a polícia haja tratado de os apreender». No mesmo dia, acolhia no jornal a tomada de posição dos socialistas face aos factos ocorridos, dando conta de uma reunião no «centro socialista», e publicando um protesto, assinado por Ernesto da Silva, em que este se rebela contra os jornais monárquicos, *Novidades* e *Correio Nacional*, por confundirem o socialismo com «escola anárquica». Em simultâneo, o jornal não deixa de colaborar na divulgação de uma subscrição aberta, por socialistas, para auxiliar a família de Luís Matos. A 6 de fevereiro, na sua segunda página, lia-se sob o título “Atentado contra o rei”: «Recebemos ontem a quantia de 3\$80 reis produto da subscrição aberta no café socialista, do Largo do Chafariz de Dentro, pelo Sr. augusto Machado. Ontem

mesmo entregamos a referida quantia à Maria do Nascimento, a mulher de Luiz Matos».

Não obstante a conjuntura impor alguma clarificação o *O Paiz* tendeu para a reflexão vaga em torno da possibilidade de a República albergar as propostas socialistas. E veja-se como José Benevides, que viria a assumir a direção do jornal, em 1899, num “fundo”, de 9 de novembro de 1895, uma semana após a criação do jornal, se refere ao contributo da república para solução da questão social. Sob o título “A Questão Social”, Benevides afirmava o seu socialismo: « a democracia precisa de ter um ideal socialista – não por conveniência de propaganda ou por mais probabilidade de sucesso, mas porque a condição económica é um elemento imprescindível da resolução do problema político». Mas colocava-o no campo de uma aspiração a concretizar a longo prazo (a «transformação social deve ser lenta, mas inadiável») e de contornos indefinidos: «A previsão completa do modo de ser do futuro socialista é impossível. Não pode ser formulado pelos reformadores, mas há-de ser trazido e elaborado por uma lenta preparação social». E, sobretudo, o socialismo viria pela via reformista e não revolucionária:

*O socialismo não é uma forma idealmente perfeita, é apenas uma forma melhor de organização social. Sobretudo o socialismo não é o monstro destruidor, revolucionário e cego de todo o existente. Não creio nos cataclismos da história nem no seu valor, para uma evolução progressiva, nem nos seus efeitos – que a sugestão das violências, e da hipérbole descritiva dos seus contemporâneos desfigura. Nem creio na eficácia de um socialismo revolucionário que detesto.*

Nos próximos anos, esta aproximação aos socialistas iria fortalecer-se, em paralelo com os esforços de reorganização do partido republicano. Para o historiador A. Ventura, 1896 terá sido já ano de viragem, marcado pelo « grande esforço de revitalização partido com a criação do Grupo Republicano de Estudos Sociais».<sup>286</sup> Vasco Pulido Valente, desvaloriza a iniciativa, sem deixar de considerar a nova estrutura partidária como o momento de consagração da autonomia do radicalismo republicano: a

---

<sup>286</sup> Estavam representadas 68 personalidades, a maioria académicos dispostos a «assentar nas reformas de ordem económica, política e moral suscetíveis de serem aplicadas à nação portuguesa quando implantada a república» in António Ventura, *Anarquistas...*, 21.

«ala radical do movimento condenou o oportunismo do Diretório e resolveu afastar-se do Partido [...] em 1896 já dispunha de um embrião de organização (um pretenso Grupo Republicano de Estudos Sociais), de um jornal (*A Marselheza*) e de um chefe putativo (João Chagas)». <sup>287</sup> Aos quais nós acrescentaríamos outros projetos jornalísticos, o *O Paiz* e o *Vanguarda*, este último na “mão” de Faustino da Fonseca, que nesse ano demonstrava igual vigor radical. <sup>288</sup>

Num momento particularmente deprimente para o partido republicano estes jornais (não obstante o *Vanguarda* ter mudado de linha editorial em 1898) constituíam as estruturas partidárias que serviam esta tendência política no seio movimento, no final do século XIX.

Quando olhamos para o percurso do *O Paiz* e dos seus colaboradores mais próximos encontramos-lo no meio do radicalismo lisboeta em que se desenrolam estas aproximações e também em todos os atos de relançamento do partido. Apontemos alguns exemplos. Foi este jornal quem destacou com título “grande” a criação do Grupo Republicano de Estudos Sociais (24 de agosto de 1896). <sup>289</sup> É o *O Paiz* que nas suas páginas justifica, em 1896, a ausência de Jacinto Nunes da lista de notáveis que compõem este Grupo, distinguindo-se ainda, na forma como defende o projeto (veja-se a 3 de setembro 1896 como desmente que este seria um grupo dissidente do partido) ou cobre as suas iniciativas (veja-se o destaque dado às resoluções tomadas pelo Grupo, a 3 de novembro de 1896).

Encontramos França Borges e Alves Correia, no comício realizado, a 23 maio de 1897, por iniciativa do Centro de Fraternidade Republicana, ligado ao jornal *A Marselheza*, onde João Chagas rasga elogios ao socialista Ernesto da Silva. Nesse ano, *O Paiz* é um dos onze jornais presente no comício, de 27 de junho, que marca a entrada de Grupo Republicano de Estudos Sociais na política ativa, contando com a presença dos socialistas Teodoro Ribeiro e João Gonçalves.

A 6 de março de 1897, é na redação do jornal *O Paiz* que se reúne o recém-formado Grupo Académico Democrático, de onde sai uma comissão para formar um Centro Democrático Académico que propunha: «trabalhar para estender a sua influência aos centros republicanos, de lisboa, lançando-os no caminho revolucionário». Na verdade,

---

<sup>287</sup> Vasco Pulido Valente, *O Poder...*, 17-8.

<sup>288</sup> Conf. Júlia Leitão de Barros, “Jornalismo Político Republicano...”, Tomo II, Anexo 2.

<sup>289</sup> *Idem.*

alguns deles tinham estado, no final de 1896, ligados à criação da Maçonaria académica, grupo revolucionário, de carácter secreto, com estrutura irregular sem ligação institucional à maçonaria portuguesa. O Grupo Académico, lança então o semanário *Rua*, a 1 de abril, e pôde contar com o bom acolhimento de *A Marselheza* e do *O Paiz*, mas é logo apreendido.<sup>290</sup>

O jornal *O Paiz* constituiu, a par com *A Marselheza*, de João Chagas, no seio do republicanismo, um órgão que assume a vertente revolucionária e intransigente, adversa a qualquer aliança com sectores monárquicos, que aposta na aproximação do movimento aos sectores socialistas e anarquistas.

Quando, ao que parece por motivos de saúde, Alves Correia se vê obrigado a abandonar a direção do jornal, e João Chagas depois de ver o seu jornal *A Marselheza* suprimido assume a direção o *O Paiz* (a 13 de janeiro de 1898), este não hesita em apontar a coincidência de linhas editoriais dos dois jornais. Sob o título “Suite” esclarecia os leitores:

*Com efeito antes da transação que me pôs à frente deste diário havia em Lisboa dois jornais republicanos disputando o mesmo público. Hoje há um só. Não significará isto um progresso? [...]. Sendo tão pequeno o número de leitores, a imprensa que, como a nossa vive de recursos nobres, tem tudo a ganhar em reduzir-se. Reduzir nestas condições o número dos jornais é tornar mais eficaz a sua ação sobre o público. [...].*

No mesmo editorial, Chagas defendia como linha programática para o republicanismo:

*A nação encontra-se cada vez mais nas mãos de uma minoria. – É uma minoria que a está perdendo, só uma minoria a pode salvar. [...]. Urge reagir contra a dispersão, centralizar esforços, centralizar poderes, tomar de assalto em nome do sentimento o que ninguém nos dá em nome da razão [...]. Que o atual tumultuário de muitos encontra a sua fórmula na ação decisiva de muito poucos. [...]. O que tem sucedido até aqui no nosso país é que os republicanos andam a pedir a república uns aos outros. Ora é urgente que eles deixem de a pedir e acabem por a realizar, com opinião, ou sem opinião. [...]. O pensamento consiste, pois, todo em*

---

<sup>290</sup> Em maio cinco redatores e um editor são julgados e presos.

*centralizar tudo, -ação, poderes, homens, factos e palavras. Como uma legião que dá a sua última batalha, a ideia republicana em Portugal precisa de formar quadrado. Em atiradores é que não podemos continuar sob pena de sermos todos dizimados.*

Logo em março, Chagas é obrigado a exilar-se, em Madrid, por sobre ele penderem numerosos processos de imprensa. Entrega então a França Borges a efetiva, mas nunca formalizada, direção do jornal, limitando-se Chagas ao envio regular de incendiários editoriais. Veja-se o que Chagas escreve, a 28 de março de 1898, a propósito das medidas governativas de conversão da dívida: «Com desagrado? Mas estas notícias, estes factos não se recebem com desagrado recebem-se a tiro. Assim é que é, assim é que dever ser, e assim é que se deve recomendar que seja!».

E destaque-se um conjunto de editoriais escritos por Chagas denunciando a cumplicidade dos progressistas – acabados de regressar ao poder – com os republicanos: foram «conspiradores completos», «houve um momento em que a confusão entre progressistas e republicanos era tal que já não nos distinguíamos uns dos outros» (a 28 de março); «durante o período da coligação liberal, um dos seus membros mais altamente cotados, alia os seus esforços aos esforços dos republicanos, no sentido de destruir as instituições vigentes» (a 4 de abril).

O confronto estava longe de se cingir ao partido progressista, com inusitado vigor Chagas dirigiu-se aos seus correligionários, e ao próprio diretório do partido. Em “caixa” destacada na sua primeira página, entre o dia 13 e 18 de abril, lia-se no *O Paíz*: «Ao Diretório Republicano para que o desminta sobre os contactos partido progressista com intuitos revolucionários e prestando-se contribuir para fundo um dos membros mais cotados do partido progressista». Esta “campanha” revelava a crescente autonomia da facção mais radical do partido.

Ao contrário da anterior direção política do jornal que abriu o seu espaço editorial a diversas e por vezes até contraditórias reflexões doutrinárias, João Chagas define com clareza a sua postura face ao relacionamento do republicanismo com o socialismo. Logo, a 17 de março de 1898, esclarecia:

*O Paíz é um jornal republicano, fundado para advogar a forma de governo republicana. A sua cor política é, portanto, o mais possível definida. Não se confunde com qualquer nuance avançada. Quer dizer nem é*

*equivocamente liberal, nem suspeitamente socialista [...] o que este jornal não quer – entendam-no bem os que tiverem de entender! – é que se suponha que ele procura cotejar, seja em nome de interesses morais, seja em nome de interesses materiais – os grupos ou partidos denominados avançados. Temos por essa política a maior aversão. Somos o que somos em guerra aberta como passado, em permanente combate com o Futuro, [...] para os denominados partidos avançados a nossa reivindicação é bem mesquinha. Não importa! É ainda a que neste momento reclama em Portugal mais sacrifícios, porque é a única que o poder combate a sério. Assim quem nos quiser dar a sua simpatia, que no-la-dê. Captá-la não!*

Não se pense, porém, que o jornal abandonou a política de informação atrás definida, ou sequer que os redatores do jornal não continuaram a cultivar laços com a rede política do socialismo e do anarquismo e, entre eles, destaque-se, França Borges. Veja-se como, em 1898, por ocasião da prisão de França Borges, ao abrigo da lei de 13 de fevereiro, incidente que noutra lugar destacaremos, este redator surge já referenciado como presidente da Associação Propagadora da Lei do Registo Civil, uma das estruturas de confluência de diversas sensibilidades políticas do movimento livre-pensador. A lista de visitantes a França Borges na prisão revela bem a sua rede de contactos. A 3 de novembro de 1898 o jornal, agora apelidado de *Lanterna* (para contornar processos pendentes relativos ao abuso de liberdade de imprensa), noticia a visita a Borges de uma comissão da Associação Propagadora da Lei do Registo Civil, constituída por Teodoro Ribeiro, João Gonçalves, António Ferreira Chaves, Carlos Cruz e Ernesto da Silva. Nos dias seguintes anunciam-se, por exemplo, as visitas de comissões do Centro Socialista de Lisboa, e do Centro Socialista Ocidental, do Centro Fraternidade Republicana, do Clube Republicano José Falcão, do Círio Civil da Estrela ou do Círio Civil Socialista de Lisboa, e listam-se visitantes à cadeia, em nome individual ou coletivo. Ao invés dos notáveis republicanos multiplicam-se as referências às diversas estruturas republicanas e socialistas.

Enquadra-se este movimento de solidariedade no contexto já referenciado por António Ventura sobre a estrutura partidária do republicanismo:

*Nos últimos anos do século passado vão tomando corpo duas correntes distintas, ambas de raiz libertária, à margem do anarquismo intransigente,*

*dependendo uma colaboração tática com os republicanos. A primeira é constituída por elementos acratas, com fortes ligações aos possibilistas. A segunda compreende militantes operários reunidos em torno do jornal A Obra, na sua maior parte dissidentes do Partido Socialista Português, solidários com Ernesto da Silva.*<sup>291</sup>

Distinguem-se nesta aproximação ao republicanismo figuras como Bartolomeu Constantino, Ernesto da Silva, Francisco Cristo, Cândido Real e José do Vale, defensores de um republicanismo de cariz socializante. Heliodoro Salgado destacar-se-ia pela doutrina e atividade política tendente a esta confluência ideológica. Membro do partido republicano nunca renegaria a sua formação socialista, desmultiplicando-se em intervenções políticas tendentes a unir as fações do “intransigente” republicanismo socializante com os socialistas possibilistas. Em 1899, lá o encontramos com libertários e socialistas, na criação de círculos civis independentes do partido socialista de Azedo Gneco. A. Ventura considera: «foi esta colaboração ocorrida nos círculos autónomos, em 1899, que levou ao estabelecimento de maiores laços entre os elementos de *A Obra* e outros libertários que, como Bartolomeu Constantino, advogavam uma mais eficaz colaboração com os republicanos».<sup>292</sup>

Não sabemos as razões que levaram João Chagas a abandonar a direção do jornal, em 17 de fevereiro de 1899. Com alguma probabilidade a repressão política sobre o jornal terá sido fator de peso para esta saída (ver capítulo 3.3.1). No seu último editorial, datado de 1 de fevereiro, reafirmaria a sua convicção revolucionária, ao relembrar o “31 de Janeiro”: «tem esta significação: é o ponto de partida [...] É a aurora de que virá o dia”.

Sem diretor durante uma semana, a 19 de fevereiro o jornal mantinha intacta a sua linha editorial, noticiando, por exemplo, os nomes da comissão que acabara de ser criada, a Liga dos Livres pensadores, composta por Ferreira Chaves, José Costa lemos, Teodoro Ribeiro, José do Vale, A. Ribeiro de Azevedo e Heliodoro Salgado. Reproduzindo um comunicado da nova estrutura política: «o abaixo assinado, emancipado de qualquer ortodoxia religiosa, não pertencendo ao grémio de nenhuma igreja, da sua vida civil e a envidar todos os seus esforços na luta

---

<sup>291</sup> António Ventura, *Anarquistas...*, 116-7.

<sup>292</sup> *Idem*, 125.

debeladora do perigo clerical». A 28, anunciava para o dia seguinte a mudança no título do jornal, para *Pátria*, e uma nova direção política, agora a cargo de José Benevides.

A mudança ocorria num momento de particular fragilidade e desorientação na direção do Partido Republicano Português, quando há já alguns meses se arrastava um pedido de demissão dos seus membros efetivos. Na verdade, quinze dias depois do surgimento da *Pátria*, a 17 de março, o jornal noticiava, seca, burocrática e discretamente, sob o título a uma coluna, “Diretório do Partido Republicano”:

*Achando-se reunidos Manuel de Arriaga, Veríssimo de Almeida e Azevedo e Silva, membros efetivos do Diretório [...] e Higino de Sousa e José Benevides, membros substitutos, comunicou o Dr. Manuel de Arriaga, presidente do Diretório, que os membros efetivos estavam demissionários e que todos eles tinham resolvido transmitir o exercício das suas funções aos membros substitutos, até à realização do Congresso do Partido que deverá ter lugar no mais curto prazo.*

O congresso só se realizaria em novembro sob acesa polémica em torno da participação eleitoral dos republicanos coligados com socialistas no Porto.

Naquilo que nos interessa, entre fevereiro e novembro de 1899, o jornal diário passara para as mãos do diretório, composto por uma fação que conseguira impor-se, temporariamente, no partido, mercê de inúmeras dissidências internas. Tinha este núcleo republicano uma proposta distinta dos meios mais radicais do partido. A divergência ficaria bem patente, logo de início, com a recusa de João Chagas incorporar a lista de colaboradores do *Pátria*. A 10 de março de 1899, o jornal via-se obrigado a incluir esclarecimento a este propósito, de forma “atabalhoada”:

*O Sr. João Chagas, convidado pela direção deste jornal para ser colaborador da Pátria, não aceitou esse convite. Seguidamente e em virtude de uma carta do Sr. João Chagas, de 28 de fevereiro, recebida em Lisboa, em 2 de março e dirigida, em resposta, ao Sr. Higino de Sousa, foi o Sr. João Chagas incluído na lista de colaboradores da Pátria, no jornal de dia 3 do corrente. Nos termos, porém, de uma carta de 6 do corrente, recebida pelo Sr. Higino da Silva, em 8, não é o Sr. João Chagas colaborador deste jornal.*

Como José Benevides anunciara o *Pátria* seguiria uma via mais moderada (confirmado pelo abandono do uso de título grande)<sup>293</sup>. Na apresentação da nova direção, a 1 de março de 1899, escrevia Benevides:

Um jornal político funda-se naturalmente para fazer a propaganda de uma ideia. E deverá necessariamente ter em vista os elementos de propaganda de que dispõe e o meio em que tem que fazer a propaganda. Uma minoria, mas infelizmente ainda uma grande massa do povo português tem sido indiferente e insensível à fortíssima propaganda pelo facto, de desmoralização, de desorganização económica, de ruína financeira [...] (sic). Neste momento da evolução histórica da humanidade, os chamados grandes problemas sociais perderam a índole violenta e tomaram sob a fórmula política um aspeto pacífico. A questão económica é dominante e vasta. Mas perdeu o seu aspeto revolucionário.

Com a nova direção a temática mais doutrinária e reformista toma conta do jornal. Higinio de Sousa, Brito Camacho e Jacinto Nunes destacam-se entre os correligionários que colaboram nos editoriais do jornal. A matéria dos “fundos” tende agora a envolver-se menos no debate político atual cobrindo diversos assuntos de teor teórico programático. A título de exemplo dos “destaques”, a uma coluna, dos editoriais: “Proposta de Código de processo penal”, “Economia e Finanças”, “Reformas Militares”, “O crédito Agrícola” E, não cabendo aqui aprofundar esta temática, veja-se por exemplo, o editorial de 22 de junho de 1899, de Brito Camacho, colaborador assíduo do *Pátria*, a propósito da questão religiosa:

*A separação da Igreja do estado é uma das aspirações máximas do partido republicano, mas bastos anos viverá a República sem que uma tal aspiração haja podido converter-se em plena realidade. Um partido que chega ao poder por entre os destroços dum régimen, sob pena de levantar atritos que lhe embaracem a ação e lhe comprometam a existência, não pode ter no governo os radicalismos da oposição, isto é, não deve sacrificar a lirismos doutrinários a necessária tranquilidade do presente e os grandes interesses do futuro [...] é sabido que se marcha muito mais depressa nos domínios da inteligência que no terreno dos factos, havendo por vezes grande disparidade entre o que se pensa e o que se faz [...] O tempo é um fator poderoso na obra das transformações sociais, sem brutalidades revolucionárias [...].*

---

<sup>293</sup> Conf. Júlia Leitão de Barros, “O Jornalismo Político Republicano...”, Tomo II, Caso – Estudo 2.

A nova direção não descarta a aproximação aos meios socialistas, e veja-se a nova secção,” Registo Social”, que lança a 16 junho: «começamos hoje a publicação dos retratos das principais individualidades da chamada – questão social – tanto passadas como atuais. O primeiro desses retratos é de Babeuf um dos mais famosos precursores do socialismo francês», seguem-se Karl Marx, Robert Owen, entre outros. Contudo insiste na valorização da questão política sobre a social. Em discreto festejo do dia primeiro de maio, lia-se, nesse ano de 1899: «A conquista do poder por meio do voto é condição indispensável para vencer. É esta a orientação da quase totalidade dos partidos socialistas do estrangeiro». Veja-se ainda o editorial, não assinado, de 27 de julho, sob o título a uma coluna, “Socialismo e Repúblicas”: «Temos aqui afirmado mais de uma vez que a questão política é uma condição da questão económica, que o socialismo, como poder organizado, só é possível com a República».

Também as questões mais prementes da atualidade política internacional, como a guerra anglo-bóer, obedeciam agora a critérios de estrita moderação. Veja-se o editorial, de 27 de agosto de 1899, o “Transval e Inglaterra”:

*Não costumamos exagerar, temos mesmo por princípio não exagerar a gravidade das notícias, que se referem às relações internacionais de Portugal. Não esquecemos nunca que Portugal é um país pequeno, fraco, sem condições de resistência às imposições das nações fortes [...] não esquecemos que Portugal é um país pessimamente dirigido, vergonhosamente administrado.*

A nova direção impôs uma feição moderada ao jornal.

Porém, no final do ano, um surto epidémico no Porto levava o governo de José Luciano de Castro, chefe do Partido Progressista, a criar na cidade um cordão sanitário formado por militares. A impopularidade da medida foi aproveitada pelo partido republicano que resolve ir a votos com os socialistas. A aproximação, entre socialistas e republicanos, tomava agora nova expressão formal. Esta linha programática não colhia total consenso no interior do partido, constituindo uma iniciativa autónoma da facção radical. A propósito, no *Pátria*, José Benevides, então ainda membro efetivo do diretório, escrevia em editorial, a 18 de novembro de 1899: «De todas as intrigas, porém, do encontro das ambições insofridas, pode-se com segurança concluir uma cousa: é que das eleições há-de resultar uma compacta maioria para os progressistas – sincera,

convicta e o resto». Apesar de adverso ao rompimento com a linha abstencionista até aqui seguida, o jornal através de “serviço telegráfico” inseriu extensa informação sobre a coligação eleitoral.

No mesmo dia em que o editorial do *O Paiz* previa um inevitável “falhanço” eleitoral, na secção *Ecos* noticiava-se, sob o título “As candidaturas republicanas”, a moção do Centro Socialista, do Porto:

*Considerando ainda que os candidatos republicanos agora propostos inscrevem na bandeira com que se apresentam, reclamações que os socialistas adotam [...]. O centro socialista resolve [...]. Que se officie aos centros socialistas Oriental e da Gaia, convidando-os, se nisso concordarem, a nomearem [...].*

Seguia-se uma curta notícia:

*Foi muito entusiástica e animada a reunião de socialistas e republicanos, realizada em Vila Nova de Gaia para a apresentação do nosso colega Dr. João Menezes. O nosso correligionário traçando o seu programa, disse querer o sufrágio universal, a representação das minorias e de classes, a conquista do município pelos republicanos e socialistas; com um programa chamado mínimo, procurando estabelecer por conta dos municípios o monopólio da viação, água, gás e pão; as escolas municipais com fornecimento gratuito de livros e cantinas escolares. Publica e solenemente se compromete a pugnar pela autonomia municipal, base da liberdade nacional. Indica a necessidade de regulamentar a duração do trabalho e os salários nas oficinas do estado, dos municípios e nos estabelecimentos que tenham contratos de dez anos com o Estado ou comarcas. Pugnar, por isso, como pugnar, por uma lei sobre acidentes de trabalho, reformas dos operários, regulamentação do trabalho das mulheres e menores, reconhecimento oficial das bolsas de trabalho e câmaras sindicais e adiantamento de um fundo inicial a cooperativas [...].*

O programa do republicanismo socializante tomava forma à margem do diretório. A 26 de novembro, a coligação republicana obtinha uma vitória nas urnas, ao que parece inesperada. No dia seguinte o *Pátria* insere, no espaço do editorial, sob o título “O regímen”, um manifesto do “notável” republicano, Guerra Junqueiro, nele lia-se:

*Regímen sinistro és a árvore da morte, a árvore do mal [...]. Aos cidadãos do Porto e Vila Nova de Gaia – Quereis a minha opinião sobre a batalha eleitoral? É simples: na lista do governo votaria Judas. Na lista dos “protestantes” votaria Pilatos. Na lista republicana votaria Jesus. A primeira é o crime; a segunda a hipocrisia; a terceira a verdade. Se morreredes em corpo, vencereis em espírito.*

E nos *Ecós*, um telegrama das 11.22 da noite, de dia 26, anunciava: «A lista republicana triunfou». Noutro, descrevia-se: «para a redação da *Voz Pública* tem sido uma verdadeira romaria. A redação está guardada por polícia e patrulhas da guarda, que não deixam entrar mais de 20 pessoas», o jornal foi «intimidado» a «não publicar amanhã suplemento».

Entretanto, a 19 novembro realizara-se o Congresso do Partido Republicano, de onde saíria novo diretório, que contava como membros efetivos, Eduardo Abreu, Nunes Ponte, Casimiro Pires, Francisco Xavier Esteves e José Cupertino de Miranda. Pouco depois, a 31 de dezembro, José Benevides, ausente do novo diretório, deixava a direção do jornal, «por motivos puramente pessoais», esclarecendo: «encarrega-se desde amanhã da sua direção o Sr. França Borges, até este momento secretário da redação, deste jornal [...]. É sob sua gerência e sob sua direção, com plena e exclusiva responsabilidade sua, que a *Pátria* vai continuar a publicar-se».

### 3.2.1.2. O *Pátria* de França Borges

Não sabemos quem eram os proprietários da empresa do jornal *O Mundo* em setembro de 1900. Em carta de 5 de dezembro desse ano, Afonso Costa, já então um notável republicano, apresenta França Borges como «proprietário-diretor» do *O Mundo*.<sup>294</sup> Porém, é provável que este fosse apenas coproprietário do jornal. O que na altura está longe de significar que ele, e os eventuais sócios, dispusessem de autonomia financeira ou que houvesse total clareza sobre a propriedade do jornal.

É ainda difícil compreender qual o auxílio prestado aos jornais diários, pelo que restava das estruturas partidárias republicanas, na viragem do século XX. Temos razões para considerar que a ajuda do partido seria necessária embora não suficiente para manter um jornal.

Em 1899, no jornal *Pátria*, pouco depois de José Benevides tomar conta da direção deste jornal, encontramos uma curiosa menção:

<sup>294</sup> *Correspondência Política de Afonso Costa...*, 80.

*Têm andado todos os jornais monárquicos azafamados com o caso da carta do ex-tenente Coelho [...] O Sr. Manuel Maria Coelho queixa-se que o partido lhe não sustentou a Folha do Norte, de que teve uma desinteligência com um dos homens graduados do partido de que alguém lhe aconselhou que se abstinisse [...]. Mas porque um partido não sustenta um jornal, ninguém pode concluir que esse partido está decadente. Todos sabem que o partido republicano é o único que sustenta jornais – sem subsídio. O não poder sustentar mais um, tendo de resto esse vivido um tão curto espaço de tempo, que ninguém podia prever se seria viável, não é motivo para afirmar a morte de um partido.*<sup>295</sup>

Não sabemos em que moldes o partido “sustentava” os seus jornais. À semelhança de outros jornais de Lisboa, o percurso da empresa jornalística, criada por Alves Correia, terá sido sinuoso. Segundo França Borges a primeira mudança de direção política do *O Paiz*, em 13 de janeiro de 1898, ocorreu num momento de relativa prosperidade do título. Lê-se no *O Mundo* a 6 de janeiro de 1900: «Quando a sorte começou a sorrir-lhe, pela prosperidade do *Paiz* [...] exatamente no momento em que parecia ter chegado a justa recompensa material ao infatigável trabalhador – veio a doença». Já a direção de João Chagas aponta para um enorme passivo. E nada se sabe sobre a situação financeira em que se encontrava o *Pátria*, em 1900, nem sobre a sua aquisição, se é que existiu, por parte de França Borges.

As sucessivas empresas proprietárias que passam de “mão em mão” – de Alves Correia para João Chagas, de João Chagas para José Benevides – inserem-se a nosso ver naquela categoria de iniciativas jornalísticas, já atrás referenciadas, que sem se abalçarem na criação de novos títulos, optam por reduzir o risco, adquirindo um título já instalado, falido ou por qualquer eventualidade prestes a fechar. E lembremos como apesar da mudança editorial que José Benevides imprimiu ao jornal, já atrás mencionada, logo no seu primeiro número, agora sob a designação de *Pátria*, se lê a 28 de janeiro de 1899: «A *Lanterna* cessa hoje a sua publicação. Por acordo especial entre as duas empresas, para preenchimento das respectivas assinaturas, será a *Pátria* enviada a todos os assinantes de *A Lanterna*». Esta era uma prática comum.

As mudanças de propriedade eram acompanhadas pela permanência de um conjunto de rotinas jornalísticas. A título de exemplo, a alteração

---

<sup>295</sup> *Pátria*, dia 10 de agosto de 1899.

da direção de um jornal podia ocorrer sem que a secção do folhetim fosse afetada. Quando João Chagas toma o jornal a Alves Correia, estava a publicar-se, já na Parte IV, o folhetim *A culpa da Mãe*, mantendo-se a sua publicação com o novo diretor. O mesmo acontece na transição do jornal de Benevides para Borges, o “Traições de Maria Luiza” prossegue no seu episódio 57.

A continuidade era maior do que poderíamos supor. Os redatores França Borges, e Carlos Calixto,<sup>296</sup> que tinham acompanhado Alves Correia na sua saída do *Vanguarda*, e colaborado desde o início no *O Paiz*, mantêm-se em funções na redação dos sucessivos títulos e direções, até o primeiro tomar conta do jornal. Pelo menos parte da redação terá também transitado do jornal de Benevides para o de França Borges.

O novo título destacava-se da restante imprensa, por ser dirigido por um homem sem percurso académico, cargos ou assento nas “cadeiras” do poder político, económico ou religioso. A seu favor jogava um *curriculum* no jornalismo radical lisboeta.

Em janeiro de 1900, por ocasião do funeral de Alves Correia, encontramos uma lista do pessoal do jornal *Pátria* presente na cerimónia: na redação, França Borges, Carlos Calixto, Fernando Reis e Mayer Garção; na administração, Júlio Salomonde, Artur Cunha e Lima; na revisão, Lino Cardoso; na tipografia, Júlio César dos Santos, Godinho da Cruz, Joaquim José Simão. Mas, seria um erro considerar que o jornal se fazia com três redatores.<sup>297</sup> As redações estavam longe de ser estruturas estanques, acolhendo por períodos muito variáveis contributos externos valiosos. Veja-se como nas suas memórias Tomás da Fonseca, que colaborou no *O Mundo*, desde 1902, refere a participação de Augusto José Vieira, neste jornal: «aceitava os serviços mais humildes, desde repórter a revisor do *O Mundo*».<sup>298</sup>

A redação de um jornal de combate era “aberta” a todos os voluntarismos. Um dos repórteres que se destacaria na redação do *O Mundo*, Luís Derouet,<sup>299</sup> descreve a sua chegada jornal: depois de ter colaborado em periódicos diversos (entre 1893 e 1894, no semanário a *Cabra*, no

<sup>296</sup> Jornalista que haveria de fazer parte da redação do jornal *A Lucta*, de Brito Camacho.

<sup>297</sup> Conf. Júlia Leitão de Barros, “Redacções abertas...”.

<sup>298</sup> Tomás da Fonseca, *Memórias dum Chefe de Gabinete* (Lisboa, s. e., 1949), 112.

<sup>299</sup> Em 1917, um grupo de redatores, entre os quais Luís Derouet, sai do jornal *O Mundo* e cria o diário *A Manhã*, em 1923, este volta a fundir-se com o *O Mundo*.

quinzenário *A Actualidade*, em diversos manuscritos e litografados e na *Barricada*) entrou em 1899 para o *Vanguarda*:

*Até que, passando a publicar-se o Pátria, que sucedeu a O Paiz, de Alves Correia, com o nome de França Borges à cabeça, ali comecei a escrever. A feição moderada de A Vanguarda [...] não se coadunava com o jacobinismo que caracterizou os primeiros períodos da minha mocidade, e daí a mudança [...].*<sup>300</sup>

Juntemos, logo em janeiro de 1900, a presença de Joaquim Madureira, conhecido pelo pseudónimo de Brás Burity, crítico teatral e escritor, com coluna regular no jornal, nos próximos anos.<sup>301</sup>

O *O Paiz/ O Mundo* estava longe de se enquadrar naquela descrição mais vulgar, respeitante à imprensa monárquica, que tendia a apresentar a área política perfeitamente destacada da noticiosa.<sup>302</sup> E pensamos que noutros jornais republicanos, por exemplo no *Vanguarda*, esta estrita divisão também não ocorria.<sup>303</sup>

França Borges que entrara no jornalismo radical intransigente e revolucionário da década de noventa, pela mão de Alves Correia, recuperaria a orientação editorial do jornal do período anterior a Benevides. Esta foi anunciada por França Borges, logo a 1 de janeiro de 1900, quando se apresenta aos leitores do *Pátria*:

*Jornal republicano, a Pátria será um jornal de combate tão intransigente e violento como o exigem os homens do regime [...]. Jornal do povo, este encontrará na Pátria um defensor das suas justas reivindicações um eco da sua voz e da sua alma. Todas as tiranias, quaisquer que sejam os autores, encontrarão aqui um protesto, e todos os oprimidos, quaisquer que sejam os opressores, encontrarão na Pátria um amigo sincero. [...] A Pátria que se fundou para combater, e que tem vivido a combater, continuará combatendo [...].*

<sup>300</sup> Cit. in *Uma Hora...*, 143.

<sup>301</sup> *Correspondência de Afonso Costa...*, 26.

<sup>302</sup> Veja-se por exemplo a descrição da redação do *Jornal da Noite*: «João Franco pretendia fazer do *Jornal da Noite* um diário Moderno. Por isso queria a colaboração de Mayer Garção, de Moura Cabral o cronista e com João Saraiva, que se ocupava dos versos. Havia por assim dizer três partes no jornal: – a política que era com os regeneradores da cisão; a literária; e a noticiosa que pertencia a Rocha Martins” in Paula Susana Nunes Vicente, *Fala...*, 34.

<sup>303</sup> Podendo mesmo verificar-se, entre 1899 e 1905, algum contraste, entre a postura moderada do comentário político e um âmbito político noticioso de teor mais radical.

Contrariando a postura dos diretores anteriores, todos eles referindo as “provas” já dadas na luta do partido republicano, Borges lembra que o jornal «vai ser dirigido por um jornalista que não tem nem pode ter aspirações pessoais», justificando o lugar agora ocupado:

*Resta explicar porque aceitámos a melindrosa situação em que nos encontramos. É que julgamos nos serão fornecidos elementos para a Pátria bem se poder desempenhar do seu papel. Confiamos em que os homens mais prestantes do partido, não por nós, que aliás temos as melhores deferências da maioria deles, mas pela Ideia, nos prestarão todo o seu valioso concurso. [...]. Temos a maior esperança no partido republicano, que ainda há pouco, no Porto, deu uma imponente prova de vida [...].*

Não por acaso, no dia da sua estreia como diretor, na primeira página, anunciava em destaque um colaborador: «Com tanto orgulho como de satisfação podemos anunciar que o *Pátria* conta com a colaboração de Alves Correia». Quatro dias depois, sobre todas as colunas, com facha de luto, noticiava a sua morte. E a primeira subscrição aberta pelo *Pátria*, a 8 de janeiro de 1900, recaía na construção de um mausoléu em honra de Alves Correia. No dia anterior, em extenso artigo, França Borges, depois de salientar as excepcionais qualidades jornalísticas de Alves Correia, destacara:

*O seu grande segredo era assenhorear-se das questões, torná-las objeto de interesse público e não as abandonar até surgir qualquer desenlace. Especialmente em Portugal, onde o público é tão indiferente, o jornalista escreve um, dois, três, quatro artigos sobre um assunto e larga-o, convencido que não tem mais que dizer e que não tem quem o leia. Alves Correia tinha o condão de se ocupar durante meses de um assunto sem se cansar [...] talvez nos acusem de exagerados, mas em nossa consciência não há homem que prestasse mais serviços ao partido republicano.*

França Borges no elogio fúnebre de Alves Correia fez questão de evocar a sua relação de subordinado:

*Quem pode avaliar bem um individuo não é aquele que ocupa uma posição social superior, idêntica ou igual, mas o que se encontra seu subalterno, em sua dependência [...] podemos afirmar que ele, longe de nos inspirar de qualquer forma, essa repulsão que em geral nos provocam*

*os que podem oprimir-nos, nos inspirou afeto, cheio de confiança, que se tem por um irmão.*<sup>304</sup>

Borges falava para uma audiência que conhecia. Entre os presentes contavam-se, figuras destacadas do socialismo republicano, Augusto José Vieira, Heliodoro Salgado, Teodoro Ribeiro, e inúmeros representantes do associativismo operário de Lisboa, alguns deles ligados ao movimento do livre pensamento: Associação do Registo Civil, Liga de Artes Gráficas; Grupo Excursionista José Falcão; Club Gomes Freire; Cooperativa a Persistente; Grupo Democrático do Bairro Ocidental; Associação Escolar de Ensino Liberal; Círio Civil Heliodoro Salgado; Comissão de Propaganda Livre Pensamento; Associação de Classe de Condutores e Cocheiros de Viação Lisbonense; A Cooperativa A Lusitana; Círio Civil da Estrela; Cooperativa Editora A Liberta; Círio Civil da Bica; comissão municipal de S. Cristóvão; Cooperativa a Libertadora; Associação Socorros Mútuos dos Vendedores dos Jornais; “correligionários” do Beato, Olivais e Sacavém.<sup>305</sup> Para quem anda à procura da “rede” do jornal *O Mundo* é pois aqui que a encontra, nesta Lisboa operária e “remediada”, próxima do radicalismo de teor republicano e socialista.

Em 1900, convém lembrá-lo, o sector radical do partido não tinha órgão diário em Lisboa (ver capítulo 3.3). Um a um, os jornais radicais tinham sido ou suprimidos (como o *A Marselheza*, de João Chagas) ou mudado de feição (como o *Vanguarda* e o *Pátria*, este sob direção de Benevides). Desta forma, o novo *Pátria* deve ser olhado como um esforço de conjugação de esforços numa ação comum do radicalismo lisboeta. Entender este jornal passa por localizar Borges envolvido numa malha de grupos e organizações de um sector da sociedade lisboeta que não encontra no jornalismo diário de Lisboa quem a represente e inclua no debate político.

Alexis de Tocqueville chamou a atenção para a dimensão associativa do jornalismo do século XIX:

*Existe, pois, uma relação necessária entre as associações e os jornais: os jornais fazem as associações e as associações fazem os jornais [...]. Esta*

<sup>304</sup> *Pátria*, 7 de janeiro de 1900.

<sup>305</sup> O diretório fizera-se representar por Gomes da Silva e Casimiro Freire, juntando-se ainda ao cortejo alguns “notáveis” do partido, Manuel Arriaga, Azevedo e Silva, Teixeira Queiroz, Miguel Braga, Magalhães Basto, Veríssimo de Almeida, Higinio de Sousa, José Benevides, bem como os representantes da imprensa diária de Lisboa.

*associação pode ser mais ou menos definida, mais ou menos estreita, mais ou menos numerosa; mas existe pelo menos em germe nos espíritos, pelo simples facto do jornal não morrer. [...] Um jornal representa sempre pois uma associação cujos membros são os seus leitores habituais [...] pode dizer-se que fala a cada um dos seus leitores em nome de todos os outros.*<sup>306</sup>

A luta política republicana do meio radical lisboeta, onde França Borges se movia, pautava-se pelo aprofundar da ação em comum entre republicanos e socialistas, em três frentes, no parlamento, no círculo “do livre pensamento” e na imprensa democrática.

A historiografia tem tendido a salientar o lugar que o futuro jornal *O Mundo* desempenhou, nas duas primeiras décadas do século XX, como instrumento de ação política de um dos mais destacados políticos da República, e referimo-nos a Afonso Costa. A parceria do jornalista e do político tem sido alvo das mais diversas avaliações. E veja-se como Lopes de Oliveira, em pleno Estado Novo, consagrou a forte cumplicidade dos dois republicanos:

*França Borges é o equivalente, na imprensa, da extraordinária força combativa de Afonso Costa. Formam como que um bloco de ação; nas duas modalidades da palavra e da escrita, completam-se: a mesma noção das realidades, o mesmo senso de oportunidade, a mesma inabalável confiança no êxito final. Ninguém os excederá no golpe de vista com que, simultaneamente, descobrem os pontos vulneráveis da defesa monárquica e na temerária impetuosidade que se precipitam sobre a brecha aberta. Os nomes desses dois homens ficarão ligados na história da propaganda republicana, numa bela fraternidade de irmãos de armas.*<sup>307</sup>

Já outros contemporâneos tenderam a denegrir a dupla Borges/Costa. Em plena guerra mundial, Alfredo Pimenta, ex-republicano, descrevia a relação do político com o jornalista:

*Afonso Costa & França Borges: O primeiro na ação, o segundo no jornal, têm feito deste país caverna de bandidos – estimulando o crime, protegendo o impudor, semeando a ruína, as lágrimas, a miséria, o*

<sup>306</sup> Alexis Tocqueville, *A Democracia...*, 496-7.

<sup>307</sup> Lopes d'Oliveira, *História...*, 186-7.

*desassossego, a morte. Essas duas figuras sinistras de carrascos e aventureiros [...] têm-se farto de lançar sobre o país o selvático batuque do seu arrivismo plebeu. O primeiro atrevido, sem escrúpulos, autêntico condotière político, caricatura de Maquiavel [...]; o segundo, macabro e repelente, escrevendo o que não entende, mandando escrever o que não sabe [...] sem competência para contínuo de repórteres, mas arvorado em jornalista – os dois, irmãos siameses.*<sup>308</sup>

A proximidade política e pessoal de Costa e Borges tem levado os historiadores a colocarem este “par” na gênese do jornal *O Mundo*.

França Borges assume a direção do *Pátria* num contexto tenso na luta republicana. A eleição dos três deputados republicanos Porto, José Falcão, Xavier Esteves e Afonso Costa, fora contestada pelo governo progressista. Em Lisboa, na imprensa diária, quer o *Vanguarda*, já então nas mãos de Magalhães Lima, quer o *Pátria*, de José Benevides, tinham mantido, no final de ano de 1899, nas suas colunas de opinião um posicionamento crítico face às eleições (note-se que nenhum dos jornais elegera o tema para “grande” título)<sup>309</sup>.

Em janeiro de 1900, o tribunal de Verificação de Poderes, anulou a eleição alegando irregularidades. No partido republicano a facção contrária, ou apenas reticente, à ida às urnas, parecia confirmar o seu principal argumento, a inutilidade contraproducente destas iniciativas eleitorais. Ora se algum facto deve ser salientado é a forma como, sob a nova direção de França Borges, logo a partir de janeiro, o *Pátria* rompe esta posição prevalecente na imprensa diária de Lisboa. Destacando, com recurso ao “grande” título e extensos subtítulos, quer a anulação da eleição, quer a reeleição dos republicanos, quer ainda a prestação dos deputados republicanos no Parlamento.<sup>310</sup>

Mal-assume a direção do jornal França Borges distingue-se pelo empenho em ampliar, por via do título, o “valor” e “sucesso” eleitoral do republicanismo. Logo a 16 de janeiro, em título sobre todas as colunas, lia-se no *Pátria*: “A justiça ao serviço da monarquia. Anulação da eleição do Porto – Uma decisão mais do que iníqua”. A 25, a nova direção era

<sup>308</sup> Alfredo Pimenta, *Carta a um monarchico* (Coimbra: França & Arménio-editores, 1915), 20.

<sup>309</sup> Conf. Júlia Leitão de Barros, “O Jornalismo Político Republicano...”, Tomo II, Anexo 2, Caso de Estudo 2.

<sup>310</sup> *Idem.*

alvo da primeira querela judicial levantada contra o jornal. Em fevereiro, dois títulos sobre todas as colunas davam conta: “A Eleição do Porto. Vitória da República” (a 19); “Confirmação da Vitória do Porto” (a 20), ambos seguidos de subtítulos. E nos meses seguintes seis títulos “grandes” recaíam sobre os deputados no parlamento.<sup>311</sup>

É neste contexto, em março, que o *Pátria* apresenta um título inédito, evocando a luta comum travada por republicanos e socialistas: a democracia. A 26 de março, sobre todas as colunas, lia-se: “A democracia em Lisboa – O exemplo do Porto – A opinião de republicanos e socialistas”, seguindo-se uma extensa reportagem da sessão no Clube Republicano José Falcão, em honra dos deputados, onde não falta a reprodução das palavras do socialista Sá Pereira: «a divisão entre republicanos e socialistas é absurda». Embora, a aproximação a estes meios tendesse a ser reservada, sem destaque em título “grande”, recaindo, sobretudo, em editoriais (assinados por militantes socialistas próximos do republicanismo, como Ernesto da Silva e Heliodoro Salgado), ou no noticiário avulso sobre as suas atividades, como noutra local analisamos. Por exemplo, neste ano, em julho, o jornal acompanha a preparação do Congresso Anticlerical, protagonizado por socialistas independentes, libertários e republicanos, bem como a vaga repressiva que sobre ele recaiu, mas nunca eleva a temática a título “grande”.

Contudo o *Pátria* seria, em Lisboa, o único jornal a colocar em título “grande”, o momento “alto” da presença republicana no parlamento: a apresentação por Afonso Costa, a 19 de junho, de uma moção que pedia, nada mais, nada menos, que a substituição das instituições monárquicas «por outras diversas de feição republicana, graças às quais o Governo da Nação pertence à própria Nação e não a uma família, casta grupo ou classe privilegiada e seus aderentes». No dia seguinte, em título sobre todas as colunas, noticiava: “Os Republicanos e a Carta Constitucional”, seguido de extenso subtítulo “explicativo”:

*Moção de ordem lida na camara dos deputados na sessão de ontem, 19 de junho, pelo deputado republicano, pelo Porto, o Sr. Dr. Afonso Costa, em seu nome e no dos seus colegas, também deputados no Porto:”*

---

<sup>311</sup> Alguns deles de conteúdo particularmente controverso, como o de 2 de maio 1900, sobre todas as colunas, o *Pátria* referia: «A situação no Parlamento. Descobre-se um cão de fila contra os deputados republicanos – Esse cão de fila é o bandido Emídio Navarro».

*[reproduz na íntegra a moção apresentada]”. Os deputados progressistas e regeneradores não admitiram esta moção à discussão, demonstrando assim que não têm argumentos para opor à doutrina que ela proclama tão brilhante e eloquentemente. E quando o Sr. Dr. Afonso Costa procurava justificar e justificava a sua moção, foi-lhe violentamente retirada a palavra, com aplauso de progressistas e regeneradores, que assim deram uma nova prova de que não podiam destruir com palavras a doutrina do ilustre e denodado defensor dos princípios democráticos. Eis os factos para os quais chamamos a atenção do país.*

Note-se a ausência de destaque, em título, no *O Século*, e mesmo no *Vanguarda*, que, na sua segunda página, sobre o título, a uma coluna, “Parlamento. Câmara dos Deputados. As reformas Constitucionais”, reproduzia a moção, mas com alguma displicência.<sup>312</sup> A posição do *Vanguarda* face à presença republicana no parlamento era diversa do *Pátria*. No dia seguinte tratava, de novo na segunda página, a “proeza” do correligionário: «A sessão de ontem [...] despertou o maior interesse porquanto o público (ainda há ingênuos) considerava que ali se tratava de caso de sensação».

Borges, ainda antes de assumir publicamente a direção do *Pátria*, já seria conhecido como um dos correligionários lisboetas favoráveis à coligação republicana do Porto, é o que parece indicar a carta de Afonso Costa ao jornalista, na véspera deste tomar conta da direção do *Pátria*, a 31 de dezembro de 1899:

*Acabo de receber a carta de V.Ex.<sup>a</sup>. Felicito-o e felicito-me pela transformação que elevou V.Ex.<sup>a</sup> a director da Pátria. E apresso-me a assegurar a V.Ex.<sup>a</sup> do meu concurso dedicado para tudo quanto o meu querido correligionário entender útil aos progressos do jornal e aos interesses do*

---

<sup>312</sup> Lia-se no *Vanguarda*, de 20 de junho de 1900: «Na câmara dos Srs. deputados prosseguiu ontem a discussão do parecer relativo à proposta de Lei referente à reforma de certos artigos da nossa carta constitucional que em verdade já tem sido por tantas vezes modificada e adicionada [...]. O debate foi iniciado pelo Sr. Francisco Joaquim Fernandes um rapaz do norte, já lente catedrático da faculdade de direito. Com muita facilidade e por vezes com elegância de frase apesar do assunto ser extremamente árido [...]. Sobre a questão prévia seguiu-se com a palavra o Sr. Dr. Luciano Monteiro [...]. Depois de afastada a questão prévia sob a essência do projeto em discussão nenhum regenerador se inscreveu e o debate sustentou-se devido apenas ao nosso ilustre correligionário Sr. Dr. Afonso Costa, que muito sereno e muito corretamente começou por explicar a pouca importância que ele e os seus colegas democráticos podem dar ao projeto em discussão [...] apresentou a seguinte moção». E reproduzem a moção.

*partido. Tenciono ir a Lisboa por ocasião da discussão da eleição no Tribunal. Então aparecerei na Pátria e me colocarei ao dispor de V. Exa..*<sup>313</sup>

A colaboração de Costa seria de facto anunciada, nas páginas do *Pátria*, logo no seu segundo dia. Note-se que, no final do ano de 1899, na correspondência trocada, entre Borges e Costa, avulta o tom deferente do político (com um cerimonioso trato de “Vossa Excelência”), bem distinto do mais informal tratamento por “tu” presente pouco anos depois na correspondência com o jornalista.

Em janeiro de 1900, não era ainda Borges, mas Brás Burity, quem se dirigia a Afonso Costa pedindo-lhe uma colaboração avulsa no jornal *Pátria*: “Escrevo à pressa para te pedir um grande favor pessoal e político – o França Borges tem absoluta necessidade de um artigo sobre o 31 de janeiro, com a chancela do Porto e do 31. Ele lembrou-se do Basílio que se escusou por afazeres. Eu lembrei-me de ti e, por consequência, é de ti que o esperamos [...]. Abraça-te do coração”.<sup>314</sup>

O jornal *Pátria* não era o jornal de Costa, quanto muito Costa era um dos “notáveis” republicanos mais considerados no meio radical lisboeta. No entanto, a passagem de Costa pelas cadeiras do parlamento, e as suas estadias, forçosamente mais prolongadas na capital, terão possibilitado o estreitamento de relações entre os dois homens. Em carta de Afonso Costa a França Borges, de 15 de julho de 1900, os limites desta relação são visíveis:

*Soube ontem pelo Madureira que a nossa Pátria atravessa uma crise muito difícil. Nada posso por mim, pois sou pobre, como sabe. Escrevi, pois, ontem mesmo, para o Porto, lembrando a conveniência e a justiça de se amparar o seu jornal, ao menos durante algum tempo. Não sei o que de lá responderão porque lá falta dinheiro para tudo [...]. Peço diga na administração que me enviem a Pátria e, na altura competente o recibo [...]. Os meus afazeres de advocacia não me têm deixado tempo para elaborar artigos.*<sup>315</sup>

Naquilo que nos interessa, França Borges, sete meses depois de ter assumido a direção do jornal, parece estar por conta “própria”, no

<sup>313</sup> *Correspondência Política de Afonso Costa...*, 46.

<sup>314</sup> *Idem*, 26.

<sup>315</sup> *Ibidem*, 31.

interior do partido republicano. A luta travada entre as autoridades administrativas e o jornal *Pátria*, que está na origem do jornal *O Mundo*, dá-nos conta do quanto, nesse verão de 1900, se apertara o elo entre o sector republicano radical e os organismos socialistas e libertários.

Em 29 de julho organizara-se o Congresso Anticlerical (entre outros aspetos, procurara criar a Federação de Círios Civis) que tivera a presença de republicanos, socialistas independentes, socialistas marxistas, libertários e, ainda, a participação dos jornais *A Lucta*, *A Reação*, *A Obra*, *Vanguarda*, *O Benaventense*, e a *Pátria* de França Borges. Nele sobressairiam figuras como Heliodoro Salgado, José Vale, Ribeiro de Azevedo, Benjamim José Rebelo e Bartolomeu Constantino, todos socialistas críticos de Azedo Gneco, que não deixariam de ter presença no *Mundo* nos próximos anos.

O congresso realizar-se-ia em ambiente de claro embate com as autoridades monárquicas. A primeira sessão seria encerrada pela polícia, e a cobertura jornalística dos trabalhos violentamente reprimida.

Na verdade, perante a agitação crescente do radicalismo livre-pensador, assente como vimos nos círios civis, as autoridades levaram a efeito uma «ofensiva concertada contra círios, ofensiva que assumiu diversas formas, tanto policiais como administrativas».<sup>316</sup> Um decreto, de 1 de agosto, exigia a legalização destes, com a aprovação de estatutos. A exigência administrativa saldar-se-ia pela imersão destas associações num claro período de refluxo: conferências proibidas, portas fechadas, alguns ativistas presos, como Júlio Monzó e José Vale. É neste contexto que o jornal *Pátria* – futuro *O Mundo* – é apreendido. Entender o surgimento deste passa assim por ter presente que este título surge enquadrado na luta pela sobrevivência organizativa do movimento livre-pensador.

No meio republicano radical, socialista e anarquista, este movimento andava a ganhar novos contornos ao articular a questão anticlerical com expectativas de emancipação política e social. Fernando Catroga sem deixar de considerar que, no final do século XIX, o «anticongreganismo não era exclusivo do republicanismo»,<sup>317</sup> aponta: «a crescente influência da doutrinação cientista e a tomada de consciência de que o clericalismo seria inseparável de outros aspetos da organização da

<sup>316</sup> António Ventura, *Anarquistas...*, 54.

<sup>317</sup> Fernando Catroga, “Laicismo e a questão Religiosa em Portugal (1865-1911)”, *Análise Social*, 100 (1988-1.º): 212.

sociedade, a memória e a atualização da campanha anticongreganista foram paulatinamente integradas numa atitude crítica mais global». <sup>318</sup> Catroga salienta:

*O juízo de valor que se fazia acerca dos efeitos da doutrinação social da Igreja, a acentuação da sua campanha contra as filosofias racionalistas, o livre pensamento, a Maçonaria e a Carbonária e contra a democracia liberal, republicana ou socialista, funcionavam para os mais radicais, como provas de que a Igreja e a religião se tinham transformado nos principais baluartes da opressão social e política [...] se como queriam os republicanos, a questão religiosa era inseparável da questão do regime, era-o igualmente – como afirmavam os socialistas, anarquistas e republicanos radicais – da questão social.* <sup>319</sup>

Estamos em condições de acrescentar: a articulação entre o movimento livre-pensador e a corrente democrática tinha no jornalismo diário republicano radical a sua expressão, funcionando como plataforma onde convergiam distintas militâncias. Para o entender temos que nos deter naquela que constitui a primeira campanha anticlerical, por nós recensada em título, <sup>320</sup> que recaía em reportagem exclusiva do *Pátria*, denunciando abusos de menores, praticados pelo clero católico, em várias instituições religiosas de acolhimento, com a complacência das autoridades judiciais: o caso Ana Costa.

### 3.2.1.2.1. O caso “Ana Costa”

No dia 4 de setembro de 1900 o *Pátria* publicava o seu último número, em título sobre todas as colunas escrevia: “A Reação, o Poder e «A Pátria»”, seguido de subtítulo “Ainda a Apreensão de domingo – Pormenores da ilegalidade – O Correio ao serviço da reação – O Caso de Ana Costa – Como no Governo Civil se arranhou um romance – O que se está passando em Alenquer – Diligências que se não fazem”. Só quem tivesse seguido o “caso Ana Costa”, que há quase um mês “tomava conta” da primeira página do jornal *Pátria*, teria a “chave” para a leitura deste grande título.

<sup>318</sup> *Idem*, 214.

<sup>319</sup> *Ibidem*, 216.

<sup>320</sup> Nas nossas duas amostragens o *Vanguarda* só apresenta dois títulos “grandes” (sobre mais de uma coluna) de teor anticlerical. Conf. Júlia Leitão de Barros, “O Jornalismo Político Republicano...”, Tomo II, Anexo 2, Caso Estudo 2.

Desde 11 de agosto o jornal de França Borges elevava a assunto principal da atualidade política o resultado da sua investigação jornalística em torno de uma denúncia de abuso sexual de uma menor por um padre. Nesse dia, em destaque, sobre todas as colunas, lia-se: “O Crime d’um Padre. O Convento das Trinas novamente em ação. Uma criança vítima dum padre – Detalhes de um Drama”, seguido de reportagem jornalística: «Em vez de artigo político, damos hoje este lugar a um trabalho de simples reportagem – a exposição de factos que antes de serem do nosso conhecimento foram comunicados à polícia». Seguia-se a narrativa dos “factos”, por ordem cronológica, com aprimorada descrição “realista”, presente no recurso ao discurso direto e no “retrato” minucioso, físico e psicológico, da protagonista.

A “história” contada pelo repórter prendia-se com uma rapariga de 15 anos («baixa, branca, rosada, bonita, um pouco anafada»), Ana Costa (que «fala pouco, gaguejando alguma coisa»), «desflorada» aos 13 anos por um padre no convento das Trinas, para onde fora enviada com 7 anos, pelas Irmãs de Caridade de Aldeagavina (localidade próxima de Alenquer) que a acolhiam desde os 3 anos, a pedido de sua mãe, “criada de servir” em Lisboa.

A prática de reportagem, que elevava o jornalista a observador externo do facto noticiado (o jornalismo a “espelho” da realidade), assumia lugar de relevo no jornal republicano radical a *Pátria*, nesse verão de 1900. E lia-se então: «Limitamo-nos a expor os factos. Estes falarão à alma dos leitores, provocando-lhes sentimentos que determina o conhecimento dum grande crime, que não marca apenas um individuo, mas uma legião». Seguindo-se depois a narrativa da “história”:

*Ontem quando um dos nossos repórteres nos trazia o seu serviço da tarde, participou-nos:*

*– Há também uma mulher que foi queixar-se à polícia de que o filho foi desflorado num convento de Benfica. A polícia limitou-se a lavar o auto, que manda para juízo, sem proceder a declarações. A mulher mora para S. Sebastião da Pedreira. Vou lá e vou de caneta.*

*Naturalmente recomendámos ao nosso empregado que tratasse o caso com a maior diligência e também com o maior escrúpulo [...]. Às nove horas da noite podemos realmente entrevistar a vítima [...]. Dirigimo-nos por isso à pequena. Fizesse de conta que estava a falar com um antigo conhecido, uma amiga. Não se envergonhasse. A*

*pequena entrelaçava os dedos e fixava-os sem proferir palavra [...]. Dos olhos da rapariga caíram duas lágrimas. Deixamo-la aquietar-se pôr-se à vontade.*

– *Quando e onde foi isso?*

– *Foi em Benfica?*

– *Há quanto tempo?*

– *Uns dois anos.*

– *Vamos lá a saber como...*

*A rapariga, enfim falou:*

– *Mandaram-me lavar o quarto dele...*

– *Ele quem era?*

– *Era o padre...*

– *Depois...*

– *Ele agarrou-me e deitou-me para cima da cama. Eu gritei e ele tapou-me a boca. [...]*”. Rematava: «*A mãe da pequena, quando se apurou o caso fez nova participação à polícia. Essa participação foi entregue ao chefe Lourenço. Esse chefe ouviu ontem a mãe e a pequena que lhe disseram o que nos contaram. As declarações foram reduzidas a um auto e deu-se por finda, na polícia, a questão. O caso será enviado a juízo onde é claro o processo dormirá o sono dos justos.*»

Nos dias seguintes, o caso “Ana Costa” recebe enquadramento político. Em título sobre todas as colunas lia-se a 12: “As infâmias dos conventos. O Novo Drama das Trinas. O que se sabe e o que se adivinha. Abaixo os Prostíbulos das Casas Religiosas”.

O assunto criminal de índole sexual envolvendo elementos do clero colocava a temática da laicização da sociedade na ordem do dia, e convocava para o debate argumentos de peso, há muito presentes e partilhados pelos vários sectores anticlericais do liberalismo, a saber: a falta de legitimidade do clero para se constituir como “guardião” da moralidade;<sup>321</sup> a hipócrita disciplina eclesiástica que impunha o celibato, contrariando a natureza humana, incentivando todas as perversões, desviando o clero da sua missão de zelar pelo espírito do cristão;<sup>322</sup> e por

---

<sup>321</sup> Lia-se a 12 de agosto, no *Pátria*: «criaturas que se dizem superiores a todos os defeitos mundanos, que apregoam viver para Deus [...]. Tudo isto é tetricamente pavoroso, tudo isto faz calafrios de revolta».

<sup>322</sup> Lia-se no dia 23 de agosto, em editorial de Heliodoro Salgado, no *Pátria*: «O mal parece incurável. O celibato imposto à casta sacerdotal, quanto à natureza humana reclama os seus direitos,

último, a condenação da monarquia liberal por manter à margem da lei, numa situação de privilégio, a Igreja católica, não procedendo judicialmente contra os abusos de poder por ela cometidos.<sup>323</sup> Este último iria assumir ao longo do mês um peso relevante.

Durante os próximos vinte dias o jornal republicano democrático radical colocava na ordem do dia uma temática que lhe era cara: a defesa de uma conceção igualitária na aplicação da justiça, pela denúncia de maus procedimentos e feroz crítica às instituições judiciais vigentes. Os “factos” não só “espelhavam” como davam a “ler” uma perceção da realidade partilhada por muitos. E prova disso seria o sucesso da subscrição aberta pelo jornal *Pátria*, ou a convocação de um comício, a 24 de agosto, por um «grupo de liberais»: «contra a existência ilegal das ordens religiosas e dos jesuítas». Mas vamos por partes, porque a dimensão política do caso “Ana Costa” só se entende no quadro de um suceder de “embates” entre distintos grupos sociais. Do lado de Ana Costa estarão os jornais republicanos (*Pátria*, *Vanguarda*, *Federação*, de Lisboa, e o *Norte*, do Porto), ligados ao movimento livre-pensador, do lado dos membros do clero, alegadamente envolvidos, o juiz criminal de Lisboa e a imprensa monárquica.

Após a publicação da primeira reportagem pelo *Pátria* o caso manter-se-ia na esfera da especulação jornalística durante os cinco dias. Logo a 12 o jornal dava conta: «ontem à tarde juntaram-se, em casa da pequena, representantes de vários jornais, alguns dos quais teriam, talvez, empenho em desmentir a nossa notícia [...]. Perante eles a pequena confirmou, em absoluto as declarações, que anteontem nos fez». Os repórteres sobrepondo-se às competências das autoridades judiciais, interrogavam a vítima, especulando sobre o nome do réu, o padre prevaricador.

O *Pátria* vai exigindo diariamente o apuramento de responsabilidades. A 15, de forma eloquente, em título sobre todas as colunas insistia: “Os crimes nas casas religiosas, Justiça, Justiça”. Nesse dia, «na porta que dá

---

há de fatalmente dar em resultado estas monstruosidades, geradas na embriaguez dos sentidos sem satisfação: o estupro e a pederastia. Essas são realmente as categorias de delitos mais banais em gente de ordens sacras».

<sup>323</sup> Lia-se no dia 12 de agosto no *Pátria*: «proceda a polícia com as casas religiosas como com quaisquer outras que transformem inocentes crianças em prostitutas. Seja tão inexorável com os padres que violentam menores como com indivíduos que cometem semelhantes crimes. Olhe enfim com severidade para os repugnantes prostíbulos de crianças que se intitulam focos de Bem e Caridade».

acesso para as repartições da polícia judiciária» era afixada a seguinte ordem:

*Por determinação do Sr. Conselheiro de instrução criminal fica proibida a permanência de qualquer pessoa nos corredores e nas dependências deste juízo criminal, a não ser para tratar do serviço público. Os informadores dos jornais podem dirigir-se para o serviço dos mesmos jornais, das 2 às 4 horas da tarde e das 8 às 9 horas da noite aos chefes de polícia de investigação criminal, desde que venham munidos de um cartão de identidade, assinado pelo diretor do jornal a que pertencerem e visado pelo Sr. juiz.*

A 16, o *Pátria* informava: «as diligências devem começar hoje». E abria-se um novo capítulo no caso de “Ana Costa”. Inicia-se então um intrincado e folhetinesco processo de averiguações, levado a cabo pelas autoridades policiais, a “reboque” de constantes novas revelações dadas a público pelos repórteres do *Pátria*, em especial por aquele (nunca identificado) que é enviado a Alenquer, no dia 15:

*No intuito de esclarecer o caso mandamos um dos nossos repórteres a Aldeagavinha, onde as irmãs das Trinas têm uma espécie de sucursal, na qual esteve Ana. [...]. O nosso repórter começou por falar a um sapateiro, que mora defronte da quinta das irmãs e que, interrogado, começou por dizer:  
– Os senhores não têm dito nem metade!<sup>324</sup>*

Em poucos dias surgem novos protagonistas: outras quatro raparigas “desfloradas”, por padres das mesmas instituições; um novo abusador de menores, o “hortelão”, da quinta das irmãs de caridade, de nome Ângelo; o namorado de Ana, António Pinto. No noticiário do *Pátria* citam-se excertos de outros jornais que se referem ao caso “Ana Costa”, inserem-se cartas de “amigos” do jornal, condenando a “perversidade” dos jesuítas, e ainda pequenas notas sobre o ambiente de “indignação” popular:

*Ontem de tarde andou passeando pelas ruas da cidade, em hábitos talares com chapéu à lazarista, um padre que se acompanhava de educandas das*

---

<sup>324</sup> *Pátria*, 15 de agosto de 1900.

*Trinas de uns 15 e 17 anos. Como parecia que ele se dirigia para o Governo civil seguiu-o muito povo, dirigindo-lhe frases de ódio. Afinal ele passou apenas pelo edifício da Parrreirinha<sup>325</sup> voltando novamente para o Chiado.<sup>326</sup>*

Onze dias depois da primeira notícia, a 22 de agosto, ainda se publicavam surpreendentes revelações que alargavam o âmbito do processo:

*É tanta a porcaria que se descobre, tão fenomenal o monte de misérias que se vai desvendando que mal se permite uma análise fria e serena. Hoje temos declarações de Ana. Essa pobre rapariga estimulada com as revelações das suas ex-companheiras vai tendo mais desassombro em confessar a verdade. E assim confessa que não foi um, mas quatro, os padres que se serviram dela em Benfica....*

A investigação jornalística “corria” mais célere que a policial. A constante recolha de novos “factos” era acompanhada por vigorosa interpretação e comentário político (descrevem-se as «infâmias» e «torpezas» dos «antros do jesuitismo» e «dos crimes da seita negra»). No dia seguinte, o *Pátria* reproduzia telegrama do seu repórter em Alenquer: «Ontem foi sustado por ordem superior um dos meus telegramas para o *Pátria* [...]. A minha surpresa explicava-se sobejamente porque no meu telegrama eu apenas relatava factos, sem lhes acrescentar comentários alguns, e tendo além disso a garantia de esses serem verdadeiros, por eles me terem sido fornecidos de fonte autorizada».

As autoridades policiais parecem perder o controlo da situação. Mas a 23, o processo muda o seu curso. Ana é detida. O *Pátria* explica o sucedido: «como estivessem muitos repórteres à espera de Ana para a interrogarem, o juiz que não quer que as diligências se divulguem, ordenou que Ana ficasse no governo civil no calabouço n.º 8». No dia seguinte o namorado da rapariga também é preso. Ficam os dois incomunicáveis.

Em Lisboa o “meio” livre-pensador movimenta-se: a 24 de agosto, o *Pátria* anuncia que se realizará um comício de protesto contra a

---

<sup>325</sup> Como era conhecido o edifício da polícia de investigação criminal de Lisboa dirigida por Francisco Veiga, censor dos jornais de Lisboa.

<sup>326</sup> *Pátria*, 20 de agosto de 1900.

existência ilegal das ordens religiosas e dos jesuítas; a 26 a vila de Alenquer recebe a visita de círios civis de Lisboa:

*Às 10 horas chegaram aqui os círios civis de Lisboa, vindos de Vila franca até aqui, em 32 carros um dos quais trazia uma sociedade musical [...]. No largo do município eram aguardados pelas sociedades de Alenquer, Filarmónica Operária e Sol-e-Dós, 1.º de maio e Pêro de Alenquer, que tocavam o hino 1.º de maio. Vinham munidos com respectivos estandartes os Círios das Amoreiras, Progresso e Liberdade, Xabregas e Chelas e Fraternidade Operária [...]. Os círios, com os estandartes enrolados por determinação do administrador foram visitar a Caixa económica operária, Grupo Pero de Alenquer, e Grupo 1.º de maio, Filarmónica Operária, Filarmónica União e Recreio, Associação Humanitária e redação do Damião Goes. Embora se tenham proibido discursos alguns indivíduos falaram no recinto das Águas” (lia-se no Pátria, a 27 de agosto).*

A pedido do administrador do concelho de Alenquer já se encontravam na vila 18 praças de cavalaria e 20 de infantaria. A visita era vista como um caso de “ordem” pública.

A 27 de agosto o jornal *Pátria* e o *Federação* são apreendidos aos vendedores. A esta medida responde o *Pátria*: «No intuito de suprir a falta resultante da apreensão fizemos à tarde uma segunda edição». A “ilegalidade” da medida repressiva seria explicada no dia seguinte aos leitores:

*A situação é esta: O código fundamental da nação – a chamada Carta – permite a cada um o direito de publicar o que quiser sujeitando-se às respetivas responsabilidades. Uma lei especial, coartando de certa forma essa regalia, autoriza, porém, à autoridade policial a proibição de circulação de um jornal em circunstâncias especiais, que vem a ser: suspensão das garantias constitucionais; ofensa a um membro da família reinante, provocação e crime contra a segurança do Estado, e ultraje à moral pública. Não estavam, porém, suspensas as garantias constitucionais. No número de ontem não falávamos, nem de longe, nem de perto, em membro da família reinante. Não convidávamos ninguém sequer a atentar contra o regime. Longe de ultrajar a moral, servíamo-la, revoltando-nos contra a imoralidade. Todavia a Pátria foi apreendida.*

A polícia, entretanto, prosseguia a sua investigação. Entre as testemunhas que arrolavam contavam-se repórteres de vários jornais. No dia 26 de agosto, para apurar se a queixa recaía sobre o padre Joaquim Pinto ou Joaquim Ribeiro, são interrogados quatro repórteres: Eduardo Gaspar e Rocha Martins, do *Vanguarda*, José Joaquim de Almeida, do *Diário de Notícias*, Niza, do *Federação*. Nesse dia escrevia Afonso Costa a Borges:

*A sua campanha contra o jesuitismo e respectivas imoralidades tem sido coroada de um sucesso esplêndido aliás justo e merecido. Aplaudo-o de todo o coração, e adiro a ela em todos os seus termos. Se voltar a ter voz no Parlamento, hei-de levantar a questão tantas vezes q.to seja necessário para provocar a ação do poder ou os protestos clamorosos da Opinião Pública. Mas ainda q. não tenha, estarei sempre consigo, como com todos os que seguem e apoiam a sua magnífica campanha ou outras congêneres.*<sup>327</sup>

No final do mês já os “factos” apurados pela polícia e os reportados pelo *Pátria* não coincidiam. Sob o tom do embate entre os jornais republicanos e as instituições judiciais. As diligências policiais realçavam o caso de “Ana Costa” como um “romance” de contornos sexuais pouco claros, envolto por intriga de âmbito familiar, que punha a salvo o envolvimento das freiras e do padre do convento. A 30 de agosto a polícia recolhia de Ana um depoimento em que esta acusava o seu namorado, sapateiro, de a ter induzido a mentir, injuriando os padres. A vítima transforma-se em réu, juntamente com o namorado. A *Pátria* denunciava as pressões policiais e clericais exercidas sobre estes durante o interrogatório. Todos os jornais se alinhavam a favor de uma ou outra leitura do caso. Nenhum jornal respeitava o princípio da “presunção de inocência” dos envolvidos. A 30 de agosto, em título sobre todas as colunas, lia-se no *Pátria* “O Poder cúmplice de crimes”, e novo realce era dado ao carácter arbitrário e autoritário das instituições judiciais monárquicas, ao conceder aos elementos do clero um tratamento de “privilégio”, discriminatório, que tornava impunes todos os seus “abusos”.

A 1 de setembro – isto é, três dias antes do jornal ser selado, dando origem ao jornal *O Mundo*, o *Pátria* interroga-se sobre o que sucedera a Ana e ao namorado:

---

<sup>327</sup> *Correspondência Política de Afonso Costa...*, 75.

*A polícia comunica que Ana comunicou [sic] ter sido sugestionada pelo namorado e vão ambos para juízo entrando ela no Aljube e ele no Limoeiro [interpelava, então, as instâncias judiciais]. Qual o motivo da prisão do namorado (António Pinho)? E quem desflorou afinal Ana? Foi Joaquim Gerardo o trabalhador do convento em Aldegavinha? Mas então porque não lhe foram pedidas contas? Porque não se esclareceu por completo o caso? [...]. Quiseram defender os criminosos de sotaina. [...] A questão não chegou ao fim como os senhores queriam [...]. Não diminuiu a indignação. Cresceu.*

Nesse dia o *Pátria*, sob o título “Apelo ao Público”, pedia aos leitores que ajudassem no pagamento das fianças de Ana e do namorado, abrindo subscrição: «nos escritórios deste jornal recebe-se desde as 9 horas da manhã qualquer importância para esse fim». Repetia a convocatória do comício, entretanto agendado para dia 9, insistindo no seu carácter partidário: «O grupo de liberais [...] afirma que não se promoveu o comício com carácter político. Trata-se única e simplesmente do fim para que é convocada a reunião. Assim aceitam-se todas as adesões sem distinção de origem. Até à hora de abrir o comício pode toda a correspondência ser dirigida para a redação da *Pátria*».

No dia seguinte, a 2, noticiava-se a libertação do casal, entretanto entrevistado, “confirmando-se” as pressões a que foram sujeitos durante o interrogatório policial. O “braço de ferro” entre o jornal e as instâncias judiciais chegara ao limite. Este número do *Pátria* seria apreendido. A 3, o jornal referindo-se à apreensão explicava: «tudo absolutamente tudo se esta calcando para se nos impedir fazer luz sobre os crimes do jesuitismo». Num *suelto* referia: «Muitos dos nossos amigos vieram aos nossos escritórios pedindo com empenho o número de domingo. Foi-lhes indicada a maneira de o obterem como será a todas as pessoas não suspeitas que o reclamarem».

A subscrição a favor de Ana e do namorado continuou a decorrer já depois da sua saída da prisão. Durante três dias o jornal listou os montantes e os respetivos nomes dos indivíduos e grupos que acorreram ao pedido. Muitos deles ocultados em “designações” genéricas, ou iniciais, nenhum nome sonante do partido republicano, apenas referências ao meio operário: «Um grupo de operários da fábrica de tabacos», «operários da fábrica corticeira Juan Ramos»; «Operários da padaria da calçada do Tijolo», ou «Subscrição em casa do Sr. Joaquim Ferreira Pacheco» (que incluía o nome

de vinte e seis pessoas e montantes), «4 oficiais inferiores do corpo de marinheiros». O *Vanguarda* e o *Federação* secundavam a iniciativa e os montantes diários obtidos por estes jornais também figuravam no *Pátria*. Três dias depois de aberta a subscrição obtivera 80\$900 reis. Este seria o último dia de edição do *Pátria*. Neste número o jornal dava conta do teor mais repressivo da última apreensão: «o telégrafo foi posto ao serviço... da salvação dos jesuítas», pois o juiz criminal de Lisboa telegrafara para todas as autoridades do país exigindo a aplicação da medida. Em Castelo Branco, segundo o *Pátria*, o governador civil intimidara todos chefes de estação: «que sustassem a entrega e reexpedição da *Pátria*. Isto é: arvorou-se também o correio num instrumento de prepotências [...]. Fez-se isso contra o disposto no regulamento dos correios». Explicando uma vez mais o motivo da apreensão: «Mas em oito dias o *Pátria* foi apreendido duas vezes: da primeira porque o Veiga entendeu que nós incitávamos o povo a fazer violências contra os padres; e da segunda porque nós demonstrávamos como o mesmíssimo Veiga conseguira transformar em criminoso uma vítima dos jesuítas criminosos». Neste dia, porém, o jornal não foi só apreendido, mas suprimido, e com ele o *Federação*.

Na cidade de Lisboa passaria a existir, embora por pouco tempo, apenas um jornal republicano, o *Vanguarda*. E a este coube divulgar o comício anticlerical de dia 9, mantendo a dúvida sobre o desfecho do caso “Ana Costa”, e a indignação perante a supressão dos “colegas”. Foi o que fez. Em editorial, de dia 6, indignava-se contra as violências exercidas sobre a imprensa interrogando: «para que servem neste caso os tribunais?». Divulgando ainda o comício: «num recolhimento religioso cometeram-se crimes que eles sejam punidos. Eis o nosso fim!.... Protestar contra a infâmia não pertence a um só partido é o dever de todos. Esse protesto consiste em defender os nossos lares, as nossas filhas, a sociedade inteira». Informando: «consta-nos que o senhor comandante da polícia preveniu a comissão promotora do comício que este seria dissolvido desde que se falasse no chefe do estado e nos ministros da religião». No dia seguinte comentava: «A reação avança ao abrigo de impunidade contando com altas e poderosas proteções [...]. O jesuitismo constitui atualmente o principal perigo para o país». E a propósito das “recomendações” da polícia, entretanto confirmadas, insurgia-se:

*Por um lado, permite-se a reunião, por outro lado, tapa-se boca aos oradores, proibindo-lhes expressamente que falem sobre assuntos para que*

*foram convocados. Um verdadeiro cúmulo! [...]. Em alguns recolhimentos religiosos cometeram-se crimes repugnantes que a imprensa tem apontado. [...]. Porque não manda o governo trancar e selar essas casas como atentatórias à moral? [...]. Mas não contente com a exceção aberta para com os jornais que se insurgem contra o atentado inaudito, o governo, na sua fúria reacionária, vai mais longe ferindo de morte o direito de associação e reunião. Pois o que significa o encerramento de alguns grêmios socialistas senão isto mesmo?*

A selagem do *Pátria* e da *Federação* era acompanhada por uma onda de repressão que recaía sobre o associativismo livre-pensador. Entretanto o *Vanguarda* procura manter viva a campanha anti-jesuítica apelando ao comício, de 9 de setembro. Este chegaria a realizar-se, num constrangedor ambiente policial que apenas permitiu aos oradores reclamar pelo cumprimento das leis liberais, foi o que fizeram Brito Camacho, Estevão de Vasconcelos, Alexandre Braga, Heliodoro Salgado e França Borges. Nem uma palavra foi dita sobre o caso “Ana Costa”. Do comício sairia uma nova comissão anti-jesuítica, constituída por Heliodoro Salgado, Ernesto da Silva, João de Menezes, e Afonso Costa. O assunto parecia ficar encerrado. Mas só até ao ano seguinte quando, com uma força inaudita, o “Caso Calmon” traria de novo para a ribalta o anticlericalismo.

Para já é de assinalar: estar a favor ou contra Ana Costa não remetia para nenhuma outra instância de validação da notícia que não fosse a escolha da “fonte” de informação legítima, esta recaía no diverso capital de credibilidade jornalística. Também aqui os jornais republicanos andavam a inovar no sentido de subverter a hierarquia das fontes legítimas.

Na imprensa antidinástica o “caso” deve ser enquadrado no movimento do livre pensamento, lembrando aquilo Fernando Catroga já salientou, a forte ligação do anticlericalismo a uma crítica a todas as formas de domínio e opressão social.<sup>328</sup>

A luta em torno de Ana Costa insere-se num contexto particular, funcionando como retrato, ou expressão, de um antagonismo latente, assente na profunda desigualdade jurídico-social. E com alguma probabilidade num momento de total descrédito, no meio social em que o *Pátria* se movia, das instituições judiciais vigentes. Contribuía para reformular a vida política ao articular num terreno social vasto, e

---

<sup>328</sup> Fernando Catroga, “Laicismo e a questão Religiosa ...”, 215.

necessariamente heterogêneo, percepções partilhadas de falhas destas instituições. Por quem? Desde logo por aqueles que se sentiam desprotegidos face à aplicação das leis.

O lugar do jornal *Pátria* remete para a reflexão de Alexis de Tocqueville, a propósito do valor do jornalismo:

*Um jornal não tem somente por efeito sugerir a um grande número de homens um mesmo desígnio; fornece-lhes os meios de executarem em comum os desígnios que por si mesmos teriam concebido [...]. Acontece muitas vezes [...] que um grande número de homens que têm o desejo ou a necessidade de se associarem não possam fazê-lo, pois sendo todos eles muito pequenos e perdendo-se no meio da massa, não se vêem uns aos outros, nem sabem onde encontrar-se. Sobrevém um jornal que expõe aos olhares o sentimento ou a ideia que se apresentara simultaneamente, mas em separado, a cada um de entre eles [...]. O jornal aproximou-os, e continua a ser-lhes necessário em vista de se manterem juntos [...].*<sup>329</sup>

Entende-lo passa por levar a sério, por exemplo, a reflexão de Barata Coutinho, quando a 14 de junho de 1907, escrevia a Costa sobre o republicanismo em Évora: «somos muitos e todos muito pequeninos para nos tornarmos salientes».<sup>330</sup> O jornal *O Paiz/ O Mundo*, andava a interpelar o poder político sobre matérias de teor democratizante que nenhum jornal elegia como conteúdo de discussão política, distinguindo-se, também, na forma como interpelava os governados, a quem atribuiu novo protagonismo, desde logo no lugar que lhe concedeu no debate político.

As práticas jornalísticas do *Pátria* – e em particular a reportagem – exprimiam a crescente capacidade de intervenção política desta corrente do movimento laico português. Uma vez mais lembramos Fernando Catroga quando afirma: «a ênfase posta nas implicações sociais da questão religiosa exigia que se mantivesse uma atitude vigilante em relação às infiltrações ilegais e ao crescimento da influência do clero».<sup>331</sup> A imprensa diária tinha aqui um lugar de destaque.

Mas podemos ainda acentuar o carácter justicialista e, necessariamente, impositivo e desrespeitador dos direitos individuais dos envolvidos, essa via

<sup>329</sup> Alexis Tocqueville, *A Democracia...*, 495.

<sup>330</sup> *Correspondência Política de Afonso Costa...*, 173.

<sup>331</sup> Fernando Catroga, “Laicismo e a questão Religiosa ...”, 217.

leva-nos às práticas jornalísticas partilhadas por toda a imprensa diária político partidária. O *O Paiz/O Mundo*, juntamente com a restante imprensa diária de opinião, contribuía de forma continuada e ininterrupta, com um jornalismo explicativo, parcial e ideológico, da atualidade política.

Mas aquilo que o distinguia da restante imprensa diária foi a nosso ver a articulação entre o seu discurso republicano e democrático e as suas práticas jornalísticas, seja pela adoção de uma conceção distinta de debate jornalístico, pela inserção de novas fontes jornalísticas legítimas, seja pelas relações que cultivava com o poder estabelecido. Detenhamo-nos nestas.

### 3.3. O O PAIZ/O MUNDO E LIBERDADE DE IMPRENSA

Quando olhamos para o espectro político presente no jornalismo diário lisboeta, que incorpora monárquicos legitimistas, católicos, republicanos (moderados e radicais), vários partidos e facções monárquicas, temos à partida a perceção de uma imprensa plural.

A estreita relação entre pluralismo e democracia não pode levar-nos a confundir os dois conceitos. Isto é, «pode-se muito bem encontrar uma sociedade pluralista que não é democrática e uma sociedade democrática que não é pluralista».<sup>332</sup> Porém, como afirma Norberto Bobbio:

*A teoria democrática e a teoria pluralista têm em comum o facto de serem duas propostas diversas, mas não incompatíveis (ao contrário, são convergentes e complementares) contra o abuso do poder; representam dois remédios diversos, mas não necessariamente alternativos contra o poder exorbitante. A teoria democrática toma em consideração o poder autocrático, isto é, o poder que parte do alto, e sustenta que o remédio contra esse tipo de poder só pode ser o poder que vem de baixo. A teoria pluralista toma em consideração o poder monocrático, isto, é o poder concentrado numa única mão, e sustenta que o remédio contra este tipo de poder é o poder distribuído.*<sup>333</sup>

Assim, convém ter presente: «entre o despotismo em Estado puro e a democracia em Estado puro existem centenas de formas diversas mais

<sup>332</sup> Norberto Bobbio, *O Futuro...*, 71.

<sup>333</sup> *Idem*, 72.

ou menos despóticas e mais ou menos democráticas. [...] Mas o critério discriminante existe, e este é a maior ou menor quantidade de espaço reservado ao dissenso».<sup>334</sup>

Não tem sido tarefa fácil para os historiadores definir o âmbito do controlo político da monarquia liberal à imprensa nas duas últimas décadas da monarquia. José Miguel Sardica, sobre a censura na monarquia liberal, chamava à atenção:

*Entre os anos de 1890 e 1910, à medida que se descobria a falência interna da monarquia, e à medida que crescia o descontentamento político-social, o sistema enveredou por uma progressiva crispação do poder, numa estratégia de autodefesa destinada a excluir, e calar, as cada vez mais numerosas e ruidosas formas de oposição.*<sup>335</sup>

Neste sentido Sardica descreve o período, de 1890 a 1910, como de «endurecimento da política de imprensa na final monarquia». O mesmo historiador num outro artigo, escrito posteriormente, fazendo o balanço da atuação da monarquia no campo das restrições políticas impostas à imprensa considerava: «mesmo com as formas de controlo administrativo ou censura experimentadas desde a lei de Lopo Vaz, em 1890, às leis de imprensa franquistas, de 1907, o jornalismo português nunca foi seriamente ameaçado e nunca deixou de revelar uma frontalidade e um ardor retórico únicos na história da imprensa portuguesa».<sup>336</sup> Ia assim ao encontro do historiador Rui Ramos que na sua obra, de 1994, tendeu a desvalorizar a atuação repressiva sobre a imprensa, no mesmo período, dizendo, a propósito, que «as proibições e suspensões dos jornais foram durante muito tempo mais um excitante do que um meio de pôr fim às provocações republicanas».<sup>337</sup>

Sardica coloca ênfase na continuidade do «ardor retórico». Ramos prefere salientar a ineficácia de políticas restritivas face às «provocações».

Num regime pautado por uma Constituição liberal, que incorporava o princípio da liberdade de imprensa e que, como vimos (capítulo1), permitia que o funcionamento das suas instituições (assente no princípio

<sup>334</sup> *Ibidem*, 76.

<sup>335</sup> José Miguel Sardica, “Censuras à imprensa durante a Monarquia”, *História*, 23 (Março 2000): 35.

<sup>336</sup> José Miguel Sardica, “O Jornalismo e a intelligentsia...”, 33.

<sup>337</sup> Rui Ramos “A Segunda Fundação...”, 51.

da alternância no poder) dependesse da capacidade de integrar um leque variado de práticas de discussão pública, o que de variável houve nas opções políticas tomadas, assentou, sobretudo, no variável espaço de terreno jornalístico concedido/ conquistado/ocupado pelas várias oposições que reclamavam pelo acesso ao poder. Foi aqui que se deram os maiores embates, pela definição constante dos limites do debate político (âmbito do confronto entre visões do mundo e propostas políticas alternativas) que contou, note-se, com o envolvimento tanto de governos como das oposições monárquicas. E se o anarquismo ficaria “mudo” o mesmo não aconteceria ao republicanismo socializante.

Nesse sentido, a lei de Lopo Vaz, de 29 de março de 1890, promulgada em plena crise política do Ultimato, foi um marco, ao abrir na monarquia liberal um novo ciclo defensivo, contra a crescente influência da imprensa republicana,<sup>338</sup> que exigiria à monarquia, uma difícil gestão da tensão entre os princípios liberais que defendia e as práticas restritivas que procura impor.

Assim, ao invés da já citada lei de 1866,<sup>339</sup> a nova lei de 1890, alargava os conteúdos suscetíveis de punição:

*Casos de ofensa, difamação e injúria ou agressão injuriosa, dirigida por meio de pseudónimo, ou por frases alusivas ou equívocas, ou recorrendo a alegorias de pessoas ou países supostos, ou a recordações históricas, ou a quaisquer ficções e artifícios tendentes a encobrir ou evitar a responsabilidade jurídica, procede a acusação, quando a lusão for manifesta, ou quando por parte da acusação se prove que essas ofensas, difamações, injúrias ou agressões injuriosas se referem ao ofendido” (art. 5.º § 5.º).*

---

<sup>338</sup> E leia-se o seu preâmbulo: «Os abusos de manifestação de pensamento por meio da imprensa periódica aumentam e agravam-se de dia para dia à sombra de quase constante impunidade. Escrevem-se as maiores injúrias contra o sistema monárquico representativo fundado na carta constitucional e nos seus atos adicionais, ofende-se a pessoa do Rei e os membros da família real, quer dirigindo-se-lhes frases insultantes, quer atribuindo-se-lhes falsamente atos de lesa patriotismo [...] proclama-se a desobediência às leis [...] ameaça-se a subversão violenta das instituições [...] por isso urge prover o remédio, proibindo os abusos sem prejudicar a livre discussão e a livre crítica, por meio dos quais a imprensa periódica presta serviços relevantes em toda a parte» *in* <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/> Leis de imprensa. Salvo indicação em contrário toda a legislação por nós citada, remete para esta fonte.

<sup>339</sup> Lembremos o seu art.5.º: «Não são, porém, proibidos os meios de discussão e crítica das disposições, tanto da lei fundamental do Estado, como das outras leis, com o fim de esclarecer e preparar a opinião pública para as reformas necessárias pelos trâmites legais».

Não passou despercebido aos contemporâneos a mudança aqui operada. Bento Carqueja, diretor do jornal *Comércio do Porto*, insuspeito por qualquer alinhamento antimonárquico, em 1893, na obra *A Liberdade de Imprensa*, dissecava o que mudara para a imprensa portuguesa: «o decreto de 1890, não só criou a ofensa pela imprensa como novo facto punível, mas deixou a esta palavra um sentido por tal forma vago, que não será possível distinguir até onde chega a crítica e onde começa a ofensa».<sup>340</sup>

O legislador não só alarga o âmbito da suspensão como introduz a supressão dos jornais. E não era pequena a novidade. Como salientava Bento Carqueja: «O Código Penal foi, verdadeiramente, um joguete nas mãos do legislador de 1890!».<sup>341</sup> Na verdade, se na lei de 1866 a suspensão era limitada a questões processuais ou admitida «nas condições em que a Carta permite a suspensão das garantias constitucionais (art.º 145.º§ 34.º), isto é, no caso de rebelião ou invasão do território»,<sup>342</sup> na lei de Lopo Vaz aceitam-se todos estes casos, acrescentando-se, outras possibilidades, por três a trinta dias (art.8.º§ 1.º e 2.º): nos casos de ofensa Pública contra o rei ou rainha reinante, imediato sucessor da coroa e regentes (Código Penal, artigo 169.º), tentativa de mudança de forma de governo (Código Penal, artigo 170.º), tentativa de destruição da integridade do reino (Código Penal, artigo 171.º); excitação à guerra civil (Código Penal, artigo 171.ª), excitação dos habitantes ou militares contra o rei (Código Penal, artigo 171.º); violências contra a reunião e decisão do parlamento (Código Penal, artigo 171.º), provocação a um crime determinado, sem que se siga efeito (Código Penal, artigo 483.º).

A medida mais drástica viria no § 3.º do mesmo artigo 8.º, onde se previa a suspensão definitiva.<sup>343</sup> O legislador apresenta a nova legislação como mais benévola, no que respeita às penas de prisão, que a lei de 1866, pois esta fixava penas de três meses a um ano (art.5.º§1.º) e agora não excederiam os 6 meses (art.7.º). O que o legislador não diz é que a pena de prisão se estendera, incluindo novos *items*: até seis meses, a quem exerça funções públicas ou faça parte das forças públicas, por incitar à

<sup>340</sup> Bento Carqueja, *A Liberdade de Imprensa* (Porto: Tipografia do Comércio do Porto, 1893), 41.

<sup>341</sup> *Idem*, 42.

<sup>342</sup> *Ibidem*, 41.

<sup>343</sup> «Nos crimes de que trata o §1.º deste artigo, quando houver acumulação de três ou mais dos ditos crimes, ou quando em período não superior a dezoito meses se tiverem efetuado duas condenações, a suspensão temporária da venda públicas ou o agravamento da multa prevista no §2.º do mesmo artigo será substituída na sentença condenatória pela supressão definitiva de periódico».

infração de leis e regulamentos; ou a quem profira «frases subversivas da segurança do Estado ou da ordem pública, posto que não constituam incitamento ou provocação ao crime» (art.º.7.º§ 3.º). Indignava-se Bento Carqueja: «Que subversão poderá haver em frases que não incitem ou provoquem ao crime? [sic]». <sup>344</sup>

Na nova lei todos os crimes de imprensa veriam agravadas as multas que sobre eles recaíam, estabelecendo quantias mínimas e instituindo a condenação em prisão: <sup>345</sup> «sempre acompanhada em multa, a qual é fixada de 30\$000 réis a 500\$000 réis».

O legislador procurava limitar pela via financeira a esfera de atuação da imprensa “rebelde”: «É proibida, sob pena de desobediência, a abertura de subscrições públicas para ocorrer às despesas relativas a processos e fianças criminais» (art.7.º, § 5.º). E é aqui que a nosso ver a lei de 1890 ganha eficácia. Se tivermos em conta a fragilidade financeira das empresas jornalísticas, as suas modalidades de financiamento, compreendemos que a impossibilidade de lançar subscrições assumia maior relevo na imprensa de base associativa, como a republicana radical.

A maior eficácia na condenação dos infratores passou ainda pela redefinição de responsabilidade criminal. A legislação de 1866 tinha estabelecido o editor como responsável pelos crimes de imprensa, podendo vir a recair sucessivamente no autor (no caso de não haver editor, ou deste dar a conhecer o nome do autor), no dono ou administrador da tipografia (quando editor ou autor não se fizessem reconhecer) e, por último, nos vendedores ou distribuidores do artigo em causa.

Na prática, a imprensa adotou, como norma, preencher este requisito legislativo – do editor – com o recurso a figuras, alheias às redações, que vivendo de expedientes se prestavam a representar o jornal em caso de problemas com a justiça. Sendo difícil saber quanto se despendia com um editor, tudo leva a crer que a este se pedia que fosse prestável “testa de ferro” a troco de pouco proveito económico.

Em 1890 procurou-se mudar esta prática impondo-se a responsabilidade conjunta do editor e do autor (artigo 3.º) e, na ausência destes recairia, no dono ou administrador da oficina de impressão, nos

---

<sup>344</sup> Bento Carqueja, *A Liberdade...*, 43.

<sup>345</sup> «A mesma pena de prisão por três a seis meses será aplicada ao crime de calúnia previsto no art.409.º do código penal, mas neste caso a multa nunca será inferior a 100\$000 réis e poderá elevar-se a 500\$000», *in* art.7.º § 1.º.

vendedores ou naqueles «que de qualquer outro modo concorram cientemente e voluntariamente para a sua divulgação». Neste último caso, o decreto é mais incisivo que a legislação anterior, incentivando a denúncia pelos donos da tipografia e distribuidores.

Por último, a lei de Lopo Vaz procurará tornar mais rápida a sua aplicação, socorrendo-se de práticas processuais, que marcam um corte com a tradição liberal cultivada no período da Regeneração. Em primeiro lugar, os processos de liberdade de imprensa deixam de contar com a presença de júri, prática que nem a Lei das “rolhas” de 1851 ousara abandonar, e que a lei de 1866 apenas excluía nos casos de difamação ou injúria, e quando dirigida «contra o chefe da nação estrangeira, havendo requisição do seu governo; contra os seus embaixadores ou representantes acreditados na Corte de Portugal, havendo requisição dos ofendidos» (art.6.º §2.º). Agora a intervenção alargava-se para os crimes constantes no código penal, já atrás citados (artigos 169, 170.º, 171 e 483). Estabelecia-se: «o procedimento judicial será sempre promovido pelo ministério público, independentemente de qualquer queixa, ou de ordens ou instruções superiores». Esclarecendo em decreto n.º 2, do mesmo dia, nesses casos seriam «julgados em processo de polícia correcional» e «sem intervenção de jurados». <sup>346</sup>

Em 1941, Alfredo da Cunha, ex-diretor do jornal *Diário de Notícias*, afirmava: «Pode reputar-se a época moderna do jornalismo nacional a que decorre de 1821 a 1890, ano em que terminou o período de mais ampla tolerância de que até agora ele gozou [...]». <sup>347</sup> Apontando sobre a lei de Lopo Vaz: «deu princípio a essa repressão, que depois se tornou tantas vezes ilegal». <sup>348</sup>

O controlo da imprensa ficara mais permeável à governamentalização, mantendo-se os delitos de imprensa sobre a alçada da polícia correcional, suprimindo-se em definitivo o júri, que fora a grande reivindicação da esquerda monárquica liberal, que o concebera como instrumento – disponível às oposições – para limitar a instrumentalização

---

<sup>346</sup> Inédita era ainda a forma como se procurava responsabilizar os “agentes” do ministério público subordinados aos procuradores régios, pelo cumprimento da nova legislação: «estes imporão aos agentes negligentes a suspensão do exercício de vencimentos por um até três meses, e participarão o facto para a secretaria dos negócios da justiça», e ainda: «quando não tenha lugar logo que se dê a mesma negligência, pode verificar-se mais tarde, contando que a demora não exceda o período de três anos» (§8.º).

<sup>347</sup> Alfredo da Cunha, *Relances ...*, 5.

<sup>348</sup> *Idem.*

política dos tribunais. Em 1893, a criação da Polícia de Investigação Criminal de Lisboa, com poderes de prisão preventiva, subordinada ao Ministério do Reino em vez do Ministério da Justiça, encabeçada pelo juiz e chefe da polícia, Francisco Veiga, assumiria, desde então, a responsabilidade de controversas intervenções repressivas no campo da imprensa, desde a censura prévia à suspensão e supressão definitiva de jornais. As leis de imprensa, de 7 de julho de 1898 e 1907, embora procurem distanciar-se desta herança da “crise do Ultimato”, manterão quase inalteráveis os seus preceitos legislativos. No entanto, alguns aspetos serão agravados, pela definição mais apertada dos limites da discussão pública ou pelo alargar da instrumentalização governamental.

Desta forma, ainda na década de noventa, o que de indeterminado existia, no âmbito da aplicação legislativa, iria estender-se, com nova lei de 13 de fevereiro de 1896, quando, a pretexto da necessidade de combater o anarquismo, um decreto, assinado por Hintze Ribeiro, João Franco e Jacinto Cândido da Silva, estabelecia:

*Aquele que em discursos ou palavras proferidas publicamente, por escrito de qualquer modo publicado, ou por qualquer outro meio de publicação, defender, aplaudir, aconselhar ou provocar, embora a provocação não surta efeito, atos subversivos quer da existência da ordem social, quer da seguranças das pessoas ou da propriedade, e bem assim o que professar doutrinas de anarquismo conducentes à prática desses atos, será condenado em prisão correccional até seis meses e, cumprida esta será entregue ao governo, que lhe dará o destino a que se refere o art.10.º da lei de 21 de abril de 1892, (art.1.º).*

Isto é, a nova lei estabelecia a pena do degredo. A mesma lei previa a prisão “sem culpa formada” (art.3.º § único), impedindo a imprensa de se ocupar «de factos ou atentados de anarquismo», dando «notícia das diligências e inquéritos policiais e dos debates que houver no julgamento de processos instaurados contra os anarquistas». A nova lei sairia por entre protestos de toda a imprensa oposicionista, (progressista, socialista, republicana, católica), com o apoio do *O Século* e do *Diário de Notícias*. Este último, na véspera da sua promulgação, questionava «em que sentido se deve tomar a palavra facto [...] supondo que se dava novo atentado anarquista por mais insignificante que fosse, bastaria o mistério de que o rodeassem para ele tomar proporções extraordinárias [...] [a lei] afigura-se-nos não só vexatória, mas também ineficaz e

contraproducente». Um protesto, “Em defesa da liberdade de imprensa”, assinado por um punhado de «jornalistas, homens de letras e demais cidadãos livres», denunciava: um novo meio de colocar a imprensa «à mercê dos poderes políticos». <sup>349</sup> Do diretório do partido republicano não sairia nem uma ou iniciativa, cabendo, como se tornaria hábito nos próximos anos, aos seus órgãos de imprensa assumir o combate – como o *O Paiz* que o apelidaria, a 9 de fevereiro, de «disparatadíssimo» projeto lei.

O articulado desta lei iria permitir, como veremos, derivações interpretativas, com implicações na imprensa não anarquista, vindo a constituir a sua revogação, até ao final da monarquia liberal, objeto de luta de sectores políticos, monárquicos, republicanos, socialistas e anarquistas.

A nova lei de imprensa, promulgada em 7 de julho 1898, seria apresentada como um esforço legislativo para repor a velha tolerância política liberal, manteria em vigor a lei de 13 de fevereiro. Não obstante, procurava clarificar alguns preceitos contidos na lei de Lopo Vaz, alvo de controvérsia. Explicava sobre quem recaía ofensa: «[...] consiste na publicação de matéria, em que haja falta do respeito devido ao Rei, aos membros da família real, soberanos e chefes de nações estrangeiras, ou cujo objeto seja excitar o ódio e o desprezo das suas pessoas ou censurar o Rei por atos do Governo». <sup>350</sup> Mas o âmbito da censura continuava difuso, podendo contemplar frases alusivas. <sup>351</sup>

Redobram-se ainda os preceitos tendentes a identificar os infratores. O editor e o autor mantinham a responsabilidade criminal, mas exigia-se ao editor o exercício da função apenas num «periódico político». <sup>352</sup>

---

<sup>349</sup> Assinam: Joaquim Martins de Carvalho, Magalhães Lima, Alves Correis, Francisco Teixeira Queirós, J.J. A da Silva Graça, José Maria Alpoim, Gomes da Silva, Cecílio Sousa, Vieira Correia, Alfredo Gallis, Eduardo Burnay, Teixeira Bastos, Teófilo Braga, A. Porfírio de Carvalho, M.M. Augusto de Sousa Bruschy, José Augusto de Oliveira, Moreira Reis, José António de Andrade, Fernando Pedroso, Visconde de Melício, Feio Terenas, Ernesto da Silva, Eudóximo Cesar Azedo Gneco.

<sup>350</sup> *In* art.3.º §1.º. Note-se a “proteção” dos representantes das nações estrangeiras que, na lei de 1866, apenas se previa nos casos em que estes o reclamassem.

<sup>351</sup> No artigo 6.º, lia-se: «no caso de ofensa, injúria ou difamação dirigidas por meio de pseudónimos ou por frases alusivas ou equívocas, tendentes a encobrir a responsabilidade jurídica, procede a acusação, sempre que por parte desta se prove que a ofensa, injúria ou difamação se referem à parte queixosa».

<sup>352</sup> Os jornais tinham agora de inserir no seu cabeçalho, para além do nome do editor e sede de administração, imposta pela lei anterior, um conjunto de novas informações como o título, modo de publicação, nomes e domicílios do proprietário e editor e estabelecimento em que era impresso. Por último, todos os periódicos seriam obrigados a enviar cópia ao delegado do procurador régio da comarca ou distrito criminal.

Aperfeiçoa-se o cerco financeiro aos jornais. O pagamento da multa recairá agora também sobre os proprietários.<sup>353</sup> Mantendo-se a proibição de abertura de subscrições públicas para pagamento de processos e cauções (art.38.º).

Não ousando o “regresso” dos jurados aos julgamentos, pedido reiterado por todas as associações de jornalistas, de Lisboa e do Porto, nas representações enviadas ao debate parlamentar, o novo diploma legislativo procura apresentar um carácter mais liberal, estabelecendo: «os crimes de ofensa, injúria e os de difamação quando não for admissível prova sobre a verdade dos factos imputados e o procedimento judicial não depender de requerimento de parte, serão julgados em tribunal coletivo», composto pelo juiz da comarca e dois vogais (art. 24.º).

No entanto, a maior novidade estaria contida no famoso art.39.º que, no seu § 1.º, abria literalmente as portas à intervenção das autoridades administrativas: «a proibição facultada neste artigo poderá ser ordenada e efetuada pela autoridade administrativa, mas será imediatamente submetida ao competente juiz de direito, a fim deste a confirmar ou anular». E seria este o artigo que sustentaria as apreensões dos jornais, mas também os maiores atropelos á lei, pelo não cumprimento da obrigação de abertura de processo e envio ao juiz. Prática que terá levado, já no início do século, a uma nova justificação jurídica das apreensões, com base no art.251.º, do Código Administrativo, não revogado pela lei de 1898. Nele se conferia ao governador civil:

*2.º Tomar providências sobre pregões, cartazes e anúncios em lugares públicos, sobre exposição ou afixação de cartazes, anúncios, letreiros, dísticos, figuras, quadros, estampas, imagens ou sobre quaisquer publicações que possam provocar manifestações contrárias à ordem publica ou sejam ofensivas da moral, do decoro e honra dos funcionários e dos particulares ou de quaisquer corporações.*

Não cabe aqui avaliar a vaga repressiva que recaiu sobre a imprensa após a lei de Lopo Vaz. Rui Ramos tende a limitar o âmbito temporal da sua aplicação:

---

<sup>353</sup> No artigo 20.º lia-se: «[...] essas importâncias terão:1.º privilégio mobiliário especial sobre a propriedade da publicação e sobre o material do estabelecimento onde esta houver sido impressa, se o dono for o mesmo; 2.º hipoteca legal sobre o imóvel».

*Em breve caíam os famosos mecanismos repressivos de Lopo Vaz, que, aliás, nunca ninguém aplicara seriamente. [...] Finalmente, depois de vários ensaios anteriores, o governo progressista de 1898 derogava a lei de imprensa de Lopo Vaz. Os julgamentos por abuso de liberdade de imprensa voltaram a ter júri, as suspensões e supressões acabaram, e apenas ficou prevista a apreensão, para casos muito restritos e dependentes da «imediata» confirmação de um júri de direito (a lei de 7 de dezembro de 1904 aumentou o prazo para vinte e quatro horas). Tudo isto era ainda muito mais tolerante do que o que se passava nos outros países da Europa. Em nenhum existia censura prévia (exceto na Rússia, até 1905), mas, através de medidas administrativas, alguns Estados faziam a vida negra aos jornalistas [...]. No entanto, nunca ninguém conseguiu convencer os radicais portugueses que não viviam em tempo de Inquisição.<sup>354</sup>*

Já Vasco Pulido Valente refere a propósito do impacto da atividade repressiva da monarquia no movimento republicano no pós-Ultimato: «em 1894, o partido encontrava-se de facto desorganizado [...] os jornais haviam sido eficientemente amordaçados».<sup>355</sup> O mesmo historiador tende a fazer um balanço distinto quando se refere ao início do século XX:

*Permanentemente debaixo de fogo, a Monarquia não conseguiu nunca definir uma estratégia de defesa. Ora tentava calar a imprensa ou não lhe punha qualquer espécie de restrições efetivas; ou ignorava as piores provocações comicieiras ou lhes reagia com cega brutalidade; ou permitia manifestações de rua ou as dispersava pela força. Este curso de voltas começou em 4 de maio de 1906.<sup>356</sup>*

Não nos interessando aqui determo-nos no significado desta data, o ano de 1906, mas apenas reter a ideia de uma possível atuação repressiva pautada de “avanços” e “recuos”.

Num regime político que defende o princípio da liberdade de imprensa, renega a censura prévia e cultiva o recurso aos tribunais, analisar o respeito pelos procedimentos judiciais ganha relevo.

---

<sup>354</sup> Rui Ramos, “A Segunda Fundação...”, 197-8.

<sup>355</sup> Vasco Pulido Valente, *O Poder...*, 17.

<sup>356</sup> *Idem*, 61.

Avaliar a política de informação da monarquia liberal requer ainda que retiremos a liberdade de imprensa do campo da pura abstração e intemporalidade, a que os historiadores nos habituaram, concebendo-a simultaneamente como um exercício de um direito e uma prática de geometria variável.

### 3.3.1. Resistir para existir

Importa abordar a liberdade de imprensa como um campo de luta política que se desenrola em torno da definição dos seus limites. Combate contínuo e desigual que envolve todos os protagonistas. Não podendo nós, num trabalho desta natureza, aprofundar um tema que deveria constituir um projeto de investigação autónomo, procederemos aqui à abordagem desta temática, centrando-a no jornalismo diário de Lisboa, de 1895 a 1907, cobrindo os títulos *O Paiz/ Lanterna/ Pátria e O Mundo*.

O braço de ferro de França Borges, em setembro de 1900, é um bom ponto de partida para entendermos como no terreno do jornalismo diário o *O Mundo* se coloca na zona de maior litígio político. A repressão exercida sobre o *Pátria* tendo como a causa imediata a larga reportagem anticlerical (o caso “Ana Costa”), colocava o jornal nas imediações dos meios operários socialistas e anarquistas, ou, com maior rigor, no terreno social sobre sua influência, onde se andava a tornar “pensável” uma visão política alternativa.

Num momento histórico, bem distinto do atual, em que os movimentos políticos prosseguiam com autonomia, por meio de órgãos próprios, não dependendo de jornais “externos” (hoje vários media), ganhava eficácia esta atuação repressiva, pontual e circunscrita. Calar o jornalismo radical republicano era remeter para fora do espaço público um sector político marginal apostado em subverter a ordem política. Entre 1895 e 1906, não temos conhecimento de nenhum momento em que a luta tenha sido tão intensa, pautando-se por três consecutivas supressões de títulos (a 4 de setembro o *Pátria*, a *Lanterna*, a *O Paiz*). Não se tratara de um ataque à família real, às instituições políticas, aos parceiros internacionais, nem um incentivo à violência política ou revolução, mas de uma reclamação anticlerical, de cunho ideológico, à qual as instituições judiciais responderam sem clareza processual e com uma posição de força. Mas a autoridade policial enfrentara a persistência do republicanismo radical em impor o seu projeto jornalístico.

Refira-se que entre os instrumentos repressivos a supressão era o mais temido e embora utilizado com parcimónia não deixou de constituir uma ameaça para um pequeno sector do jornalismo diário de Lisboa: a imprensa republicana radical. Três meses após ter criado o título *O Mundo* escrevia França Borges a Afonso Costa:

*Agradeço a colaboração de A. Leitão, mas peço-lhe que lhe faça notar a situação muito especial em que se encontra o jornal, não pelo perigo de querela, que se tornou insignificante, mas pela supressão cujos efeitos talvez ninguém avalie. Digo isto porque ele é por temperamento violento – o que me merece simpatia, mas também medo nesta ocasião em que tenho chegado a sair da cama para vir suprimir ou emendar artigos.*<sup>357</sup>

Importa realçar que a supressão vinha sendo contornada pelos jornais através da alteração do título que permitia a sua quase imediata continuidade editorial. Assim, o *O Paiz*, sob direção de João Chagas vira-se obrigado, após supressão, a 20 de julho de 1898, a modificar, quatro dias depois, o título para *Lanterna*. A 24 já informava: «Este jornal não é novo. O que nele há de novo é apenas o título».

A verdade é que o enquadramento legal, que facilitava a criação de novos títulos, permitia a recuperação dos “jornais” sempre que os tribunais impunham a supressão ou a suspensão temporária. Nestes casos procedia-se a esta pequena alteração, “fintando” o veredito dos tribunais. A suspensão, por dez dias, do *O Paiz*, em outubro de 1896, ainda sob direção de Alves Correia, obrigara o jornal a fazer cair o “o”, para logo o voltar a recuperar, e o perder de novo, já sob direção de João Chagas, em julho de 1898.

Os historiadores têm salientado que as medidas repressivas não pouparam o jornalismo monárquico, ao ponto de se poder afirmar que até os órgãos dos dois partidos do poder experienciaram, no que toca a atividade da imprensa, quer o lugar de vítima quer o de carrasco, sendo alvo de atribulados processos judiciais.

Foi o que aconteceu em junho de 1896. Dia 7, a notícia de uma bomba lançada por anarquistas sobre uma procissão em Barcelona, de que resultaram 12 mortos e 35 feridos,<sup>358</sup> colocara à prova a nova lei de 13 de

<sup>357</sup> Carta de 3 de dezembro de 1900, in *Correspondência Política de Afonso Costa...*, 79.

<sup>358</sup> Em Espanha resultaria numa onda repressiva contra anarquistas, conhecida como Processo Montjuic.

fevereiro. Com rapidez, entre o dia 10 e 14, desse mês, por via administrativa, procede-se à supressão de vários títulos, monárquicos e republicanos, que ousaram tratar este assunto nas suas páginas: *O Correio da Manhã*, *Jornal do Comércio*, *O Tempo*, *O Dia*, *A Palavra*, *Diário Popular*, *Jornal de Notícias*, *A Vanguarda* e *O Paiz*. Neste contexto o “o” e o “a” cairiam no *Correio da Manhã*, *Tempo*, *Dia*, *Palavra*, enquanto o *Diário Popular*, passaria a *O Popular*, o *Jornal do Comércio* a *Folha Popular*.

Em suma, em setembro de 1900, o embate entre França Borges e as autoridades tinha contornos inéditos, jogava-se, pelo menos em parte, a sobrevivência do jornalismo diário republicano radical. Para o entendermos convém ter presente a viragem editorial do *Pátria*, levada a cabo por França Borges, desde que assumira a direção do jornal, em janeiro. Como noutro lugar demonstrámos,<sup>359</sup> em 1899 a imprensa republicana radical vivia um dos momentos mais deprimentes da sua existência. Entre 1895 e 1898 definhara.

Saliente-se que, desde 1895 – quando o *O Paiz* surgira pela mão de Alves Correia – e até ao virar do século, vários jornais diários do republicanismo radical tinham sucumbido (*A Marselheza*) transfigurado (o *Vanguarda* e o *O Século*) ou sobrevivido com dificuldade (*Folha do Povo*). De igual forma, entre 1896 e 1900, órgãos radicais de outra periodicidade foram desaparecendo, devido a medidas repressivas (multas, prisões e supressão), e lembremos os semanários o *Berro*, *A Barricada*, *A Batalha*, a *Rua*, este último órgão pertencente ao efémero Grémio Académico Democrático. Durante os últimos cinco anos, ao invés da supressão e suspensão, os governos regeneradores e progressista, sem distinção de política, no campo da liberdade de imprensa – não obstante este último ter promulgado a nova lei de julho de 1898 – levaram a efeito duas formas de controlo da imprensa, uma que seguia os trâmites legais, apostando no desgaste financeiro e na quebra de ânimo combativo, assente no suceder de apreensões e abertura querelas, cujos morosos processos judiciais, acabavam com pesadas multas, prisões e suspensões dos jornais; outra, mais ardilosa, que fugindo à letra da lei, contornando os seus obstáculos, contando com a complacência mais ou menos disfarçada da restante imprensa e da classe política, se exercia pontualmente, referimo-nos à censura prévia.

---

<sup>359</sup> Conf. Júlia Leitão de Barros, “O Jornalismo Político Republicano...”, Tomo II, Anexo 2, Caso Estudo 2.

Em qualquer dos casos esteve presente o expediente repressivo lançado pela lei Lopo Vaz, e mantido pela lei de imprensa de 1898 (através do art.39.º), que permitia às autoridades administrativas a apreensão e proibição de circulação de periódicos. O problema era a nem sempre cumprida obrigação legal de envio dos exemplares apreendidos às entidades judiciais, para posterior abertura de processo judicial.

No final da década de noventa, este mecanismo de condicionamento da liberdade imprensa, na sua versão legalista, revelara-se particularmente eficaz, multiplicando-se, entre 1895 e 1898, processos judiciais avulsos que envolveram, no jornalismo diário, o *Vanguarda*, o *O Paiz/Lanterna/Pátria*, *A Marselheza* e a *Folha do Povo*. Veja-se, o *Vanguarda*, logo a 30 de janeiro de 1896, alvo de uma suspensão (passando *A Vanguarda*), de multa de 3000\$000 réis e condenação a 6 meses de prisão o seu editor Ilídio Analide da Costa (que, entretanto, se encontrava preso por delito semelhante, com pena de três meses), devido à reprodução de um artigo de um jornal monárquico *Província*, sobre a falência da monarquia. Pela mesma altura decorria um outro processo, deste jornal, por artigo publicado, em 25 de agosto, de 1895, intitulado “Brutalidade e má criação”, que criticava a comissão executiva da Câmara Municipal de Lisboa, por má gestão e não cumprimento de compromissos financeiros, cuja sentença, de 4 de novembro, do mesmo ano, condenaria a 3 meses de prisão o seu autor, Faustino da Fonseca, e o incontornável editor,<sup>360</sup> Ilídio Analide Costa, fixando multa de 500\$000 réis e pagamento de custas. O processo arrastar-se-ia nos tribunais até confirmação da sentença, pelo Supremo Tribunal da Justiça, a 15 de julho, do ano seguinte, levando à prisão, a 8 de agosto, Faustino – entretanto já diretor da folha – e Analide. Pela mesma altura, João Chagas, que lançara o *A Marselheza*, a 1 de agosto, era alvo de várias querelas, que se saldariam na sua prisão e do seu editor (de novo Analide), por três meses, entre novembro e 26 de janeiro de 1897.

No ano de 1897, aumentam o número de apreensões avulsas e querelas sobre os jornais republicanos radicais, com destaque para *O Paiz*, *Folha do Povo* e, sobretudo, o *A Marselheza*. Por vezes, a polícia

---

<sup>360</sup> Ilídio Analide da Costa, próximo do republicano socialista Ernesto da Silva, foi editor de numerosos jornais republicanos e operários, entre outros, *Lanterna* (1890), *A Barricada* (1896), *A Rua* (1897), *A Marselheza* (1896-98) a Luz (1896), *Federação Ibérica* (1900), *A Liberdade* (1901). Quase ininterruptamente envolvido em processos relativos a abuso de liberdade de imprensa, esteve preso por diversas vezes. Morreu em 1903.

revelava uma metódica política de apreensão dos jornais radicais, foi o que sucedeu a 13 julho, quando o *O Paiz* e o *A Marselheza*, viram os seus números apreendidos em simultâneo, ou, a 27 de julho, quando a apreensão destes dois é acompanhada pela *Folha do Povo*. Dada a morosidade dos processos judiciais, só no mês de fevereiro de 1898, os três títulos se confrontariam com o novo ânimo do governo progressista em aplicar com rigor a lei. Em fevereiro, o *O Paiz*, que fora alvo de 14 querelas, no ano anterior, seria julgado por seis delas (que recaem em artigos de maio) e condenado a multa de 250\$000 réis, à prisão do seu editor, e supressão definitiva (só confirmada a 20 de julho), dando origem, como já atrás referimos, ao *Lanterna*. Já o *Folha do Povo*, no mesmo mês de fevereiro, com três processos em julgamento, acumularia multa de igual montante, prisão do seu editor, e 20 dias suspensão. Mais pesada se revelaria a pena da justiça sobre o *A Marselheza*. Este jornal que desde novembro de 1897 passara a incluir um suplemento de caricaturas, a cargo de Leal da Câmara, devido às inúmeras apreensões e querelas de que foi alvo, acabaria por assistir à saída do seu carismático diretor, João Chagas, transformando-se num semanário de caricaturas, a 1 de janeiro de 1898. Como referimos, Chagas assumiria, a 13 de janeiro, a direção de *O Paiz*. Em editorial, de 15 de março, neste jornal, um dia depois do julgamento do *A Marselheza*, entretanto extinto, Chagas esclareceria:

*Em trânsito para o exílio, em condições clandestinas tão anormais, que eu próprio pergunto a mim mesmo se quem vai dentro de mim é um simples escritor de jornais proibidos, se um malfeitor correndo a aventura de uma fuga arriscada, depois de um crime [...]. Exilo-me com dignidade. Se perseguido por mil formas, como estou sendo em Portugal – com 6 meses de prisão pendentes, outros 6 em via de execução, encargos de processos que devem orçar por dois contos de reis, ameaças de penhora a cada passo, espões à minha porta.<sup>361</sup>*

Porém, a apreensão dos jornais republicanos radicais seguia por outras vias que não se revestiam do aparato legal presente nas multas e penas de prisão aqui recenseadas. Por esta altura, foi ainda possível

---

<sup>361</sup> Só em 24 de junho de 1900 João Chagas seria absolvido pela justiça das penas que incorrera no *Marselhesa*, *Paiz* e *Lanterna*.

às autoridades administrativas estabelecer um regime de censura prévia, sobre um, ou sobre vários jornais em simultâneo, e por períodos que variam entre uma semana a dois meses. Não sabemos como é que a prática de apreensão dos jornais ganhou este novo contorno. Talvez a fragilidade da estrutura financeira das empresas jornalísticas, para quem a interdição de venda podia significar um prejuízo considerável, possa ter favorecido a introdução da censura prévia. Nesse caso, a ameaça de apreensão, seguida de proibição de circulação, assumiu na luta travada um lugar central, entre as medidas de condicionamento da imprensa, ao ponto de ser possível instaurar um tipo de “acordo”, que permitia às autoridades censurar os conteúdos dos jornais, antes da sua impressão e assim, com maior ou menor atraso, facultar a venda diária. Porém, é difícil reconstituir como se procedeu ao estabelecimento das práticas censórias, o tema mereceria um estudo mais aprofundado.

Note-se que entre as queixas contra a censura, quer em 1898, quer entre 1900 e 1906, sobressai a espera, por vezes prolongada, em receber o aval da corregedoria, e o desespero das empresas jornalísticas em distribuir os jornais, já com nova versão, aos vendedores em Lisboa e aos correios, a quem cabia o envio para fora da capital, a tempo dos horários de saída dos comboios.

Em determinadas conjunturas políticas, diariamente, elementos da polícia judiciária colocavam-se à porta das oficinas e à saída dos primeiros exemplares apreendiam-nos aos vendedores e levavam-nos ao juiz Veiga, que procedia a cortes integrais ou parciais de peças jornalísticas, ou à formulação de indicações. Feitas as “correções” os jornais eram enviados às redações, por vezes este procedimento repetia-se, obrigando o jornal a fazer não uma, mas três edições.

Entre 1896 e 1901 a censura prévia recaiu exclusivamente sobre a imprensa republicana radical e foi realizada pelos dois partidos rotativos, que a denunciaram quando estavam na oposição, e a praticaram quando se encontravam no governo. Logo na terceira semana de janeiro de 1896 (entre os dias 19 e 24), os jornais *Vanguarda* e *O Paiz* foram sujeitos a censura prévia. Este último, fazia extensa reportagem, a 19, da sua primeira experiência com a censura: «foi hoje cercada às 3 horas da madrugada a casa de máquinas onde se faz a impressão do *Paiz* e tivemos de vender um exemplar para ir a censura [...]». No dia seguinte, anunciava a querela levantada pelas autoridades, ao editorial, de dia 18, não se

coibindo de reproduzir a “passagem” que a provocara: no contexto da prisão de Gugunhama defendiam que só o exército e a marinha eram dignos de aplausos («O Sr. D. Carlos, que se divertia a ouvir a Ivete, em Paris, enquanto os nossos soldados se batiam em África»). A 22, certamente “apertado”, adiantava que o jornal seria suprimido se fizessem «quaisquer referências à família reinante ou à aliança dinástica com a Inglaterra».

Nesse ano, os dois jornais seriam de novo alvo de censura prévia, entre 7 e 12 de junho, no contexto, já atrás mencionado, do atentado anarquista em Espanha, que levava à suspensão de vários jornais monárquicos.

A queda do governo regenerador, em fevereiro de 1897, e a subida dos progressistas ao poder, parece abrandar esta prática censória. Nesse ano, *O Paiz* refere apenas, a 27 julho de 1897:

*Cerca das 3 horas da manhã a casa onde se imprime o O Paiz estava aparatosamente cercada pela polícia. Na travessa da Espera, onde é a porta de entrada, viam-se agentes da judiciária e dois guardas de segurança. Na rua das Gáveas e na rua do Norte estavam ainda agentes, para a hipótese de os jornais serem passados pelo telhado [...]. Entretanto quantas pessoas saiam das oficinas eram apalçadas e revistadas”.*

No mesmo dia o *A Marselheza* e o *Folha do Povo* eram alvo de medidas idênticas.

Em contrapartida, no ano de 1898, intensificam-se as medidas repressivas. Com o *O Século* de “fora do baralho” da imprensa republicana, o *Vanguarda* a seguir linha mais moderada, o fim do *A Marselheza*, em Lisboa, no jornalismo diário republicano radical já só se mantinha o *Folha do Povo* e o *O Paiz*. Mas seria este, sob direção de João Chagas, o jornal mais perseguido pelas autoridades monárquicas, num primeiro semestre marcado pela prática quase ininterrupta de censura prévia, seguido por outro, pautado pelo suceder de querelas, multas e prisões.

Entre 1 de março e 1 de abril, e depois de novo, de 11 de maio a 7 de junho, o *O Paiz*, foi alvo de censura prévia, em causa estava a sua campanha mobilizadora contra o “Convénio”, acordo financeiro de conversão da dívida pública. A 7 de junho, o jornal respondia às medidas excecionais que sobre ele recaíam, colocando uma caixa, antes do editorial, intitulada “Os progressistas e a censura prévia”, onde citava o órgão

do governo, *Correio da Noite*, de janeiro, do ano anterior, condenando a censura prévia, rematando o texto a *bold*: «Com autorização da censura foi hoje permitida a publicação deste jornal». A referência à censura desapareceria do jornal. Regressando a 16 de julho, até 19.<sup>362</sup> A 20, por sentença judicial o jornal seria suspenso, regressaria a 24, com novo título e colocando, diariamente, em *bold*, antes do editorial: «**A Lanterna substitui na imprensa o jornal O Paiz suprimido por sentença judicial**».

No primeiro número, em fundo, que seria aliás alvo de querela judicial, Chagas explicava:

*Não se trata de um plano metódico de reação contra a ideia, ou medidas excepcionais de rigor adotadas em virtude de circunstâncias anormais: a supressão, a apreensão, o sequestro, a censura prévia, os vexames individuais, as perseguições da polícia, as perseguições dos tribunais, as custosas multas, as ameaças permanentes do carcere, são o privilégio dos meus jornais, a tal ponto que eu já nem encontro recursos para os fazer...».*

No dia seguinte, Chagas explicitava:

*Expliquemos ao público, a esse público, que lendo um jornal como o nosso, fica quase sempre na ignorância do esforço que ele representa, o que é a imprensa de combate, quando, como no nosso caso, ela se coloca em guerra aberta com o poder, e tem que lhe suportar as violências. A imposição da censura tira ao periódico todo o seu interesse intelectual e moral. Escreve-se para a polícia. A inteligência do escritor vacila. [...]. Desta opressão resulta uma obra cobarde, sem fraqueza, sem brilho, sem arte. [...]. Já me tem sucedido a mim esperar sobre as vistas de um guarda*

---

<sup>362</sup> Lia-se no *Lanterna* a 24 de julho: «nos dias 16 e 17, o *País* sendo um jornal da manhã, apenas pôde publicar-se à tarde, porque só então a autoridade permitiu que ele aparecesse, depois de eliminados artigos que não tinham absolutamente nada de subversivo. No dia 18, para poder aparecer também à tarde tivemos que retirar toda a prosa do *Correio da Noite* que transcrevíamos», no dia 19, «às 4 horas da manhã o *País* estava impresso tal qual saiu [...]. Um agente pegou no jornal e levou [...]. Às 6 esse jornal estava de volta na oficina de impressão. Com ordem para o jornal sair? Não. Com ordem para não sair? Também não. O agente chegou e retirou-se, sem nada participar, encaminhando-se para o governo civil. Passaram-se horas. Perdeu-se o correio do Norte. Perdeu-se o correio do sul. Perdeu-se o correio do Oeste. Passou a hora normal de distribuição, aquela que a maioria dos assinantes exige para a leitura da manhã [...]. Isto é perdemos tudo. Faltámos a todos os nossos compromissos. Às 9 horas e tanto o agente regressou. Comunicou que o jornal podia sair e retirou-se com os seus colegas. [...]. Porque foi então que não nos foi permitida a circulação às 6 horas da manhã? [...]».

*de polícias, no interior das oficinas, esse veredictum da censura. É um horror. Esperam-se horas. Nasce o dia [...]».*

Lembrava ainda Chagas: «antigamente os jornais ou os jornalistas podiam socorrer-se de subscrições públicas para prover as necessidades dos seus processos. Os regeneradores, primeiro, e agora os progressistas foram ao encontro desse expediente, proibindo-as nas suas leis». Mal sabia que no próximo semestre os progressistas trocariam a censura prévia por uma nova vaga de apreensões, querelas judiciais, multas e prisões. Nesse segundo semestre, o seu jornal seria alvo de dezassete querelas, entre 24 de julho e 27 outubro, ao mesmo tempo que, ao abrigo da nova legislação, promulgada a 7 de julho, o governo progressista impunha novos constrangimentos, redefinindo os requisitos para o editor, como vimos. Dez dias depois da promulgação da lei, a 18 de julho, *O Paiz* seria o primeiro jornal sobre quem recairia a exigência de um editor no «gozo dos seus direitos políticos e civis», o que originaria polémica em torno da interpretação desta figura jurídica, no que concerne aos editores presos por questões relacionadas com a liberdade de imprensa, como era o caso do então editor do jornal, Paulo Fonseca. Como o próprio jornal explicaria, para prosseguir sem interrupções, «a primeira dificuldade» foi encontrar novo editor: «Vencemo-la, porque o chefe da nossa tipografia, obsequiosamente se prestou a exercer o lugar».<sup>363</sup> Tratava-se de Júlio César Eustáquio dos Santos que, dois meses depois, a 7 de setembro, seria substituído por António José Martins, quando já sobre aquele recaía a ameaça de prisão, por querelas levantadas contra o jornal.

A nova lei de imprensa criara uma nova e engenhosa dificuldade aos jornais radicais, a exigência de editores exclusivos e sem cadastro, mesmo que de natureza política. Chagas considerou-a uma «emboscada». O *O Paiz/ Lanterna*, a 27 de outubro, fazia o balanço da repressão que caía sobre os seus editores: J. Garcia de Lima, ex-editor, tinha sido preso na véspera, por processo de 7 de dezembro de 1897 (devendo o jornal 43.355 réis), dois outros editores, encontravam-se sob ameaça de pena de prisão, tendo o jornal pago as seguintes fianças 30\$210 de 300\$000 réis, por Eustáquio, 140\$980 de 1.080\$000, por António José Martins, então em funções. A prisão deste último, no início de novembro, tendo o jornal mantido o seu nome em cabeçalho, até dia 17 (quando passa a

---

<sup>363</sup> *O Paiz*, 24 de julho de 1898.

constar Isidoro de Lima Perestrelo), permitiria às autoridades procederem com violência renovada, sempre ao abrigo da lei, e prenderem Castanheira, o «proprietário da máquina em que se imprime *A Lanterna* [...] por imprimir dois últimos números [...] quando este jornal não tinha editor legalmente habilitado».

Nesse mês de outubro, o cerco à imprensa radical fazia-se por outros meios, sessenta e oito vendedores de jornais<sup>364</sup> eram presos por não cumprirem as recomendações de um edital do Governo Civil de Lisboa, saído a 30 de junho de 1896, que obrigava, entre outros aspetos, à identificação obrigatória dos ardinas, só permitindo pregões que incidissem sobre o nome/título do jornal. A vaga repressiva recaía também sobre alguns jornais da oposição monárquica embora, assinala-se, seguindo o formato mais brando. A 27 de outubro, pagavam fianças, pelos seus editores e redatores, vários jornais monárquicos.<sup>365</sup> O jornal mais querelado, neste terreno jornalístico, era o *O Popular*, que somava quatro querelas, bem longe das dezassete do *O Paíz/Lanterna*. No verão de 1898, *O Popular*, na imprensa diária monárquica, e o *Lanterna*, na republicana, eram em Lisboa os jornais que levavam a cabo uma intensa campanha contra a ameaça que pairava sobre a integridade territorial das nossas colónias, no contexto de contração de novo empréstimo, pelo governo de Luciano de Castro.

A questão, ventilada pela imprensa estrangeira e pelo noticiário da agência *Havas*, que estes jornais faziam questão de reproduzir e destacar, tinha como pano de fundo um ambiente internacional marcado pela mudança de política externa da Alemanha, levada a cabo por Guilherme

---

<sup>364</sup> *Lanterna*, 18 de outubro de 1898

<sup>365</sup> O *O Popular*, já então próximo dos regeneradores, pagava fiança sobre o editor, Vitor José de Sousa, responsabilizado por artigo “Sem Vergonha”, onde Mariano de Carvalho, denunciava os contornos duvidosos de negócio “secreto” em torno das ações da Companhia dos Caminhos de Ferro, operação financeira que o ministro Ressano Garcia se recusara a explicar à camara dos pares; *A Nação*, legitimista, pagava fiança pelo editor Abílio da Cruz Madeira, por ter transcrito o mesmo artigo; *A Tarde*, órgão do partido regenerador, pagava duas fianças, uma pelo mesmo editor, Madeira, mas por artigo escrito, há já um ano (em 6 de junho de 1897), e outra, por Aires Gaspar das Neves, autor do artigo, “Um administrador” (trata-se de sentença por ofensa a Juvêncio Gomes de Figueiredo, administrador do concelho de Vila nova de Gaia); o *Diário Ilustrado*, outro órgão regenerador, também pagava fiança, pelo seu editor, e autor do artigo, José Maria Romão (pelo artigo, “Os novos ministros”, de 20 de agosto de 1898). Enquanto, no mesmo dia, saíam novas ordens de prisão, que recaíam sobre Camara Lima, redator do *Popular*, implicado em mais três processos e sobre Leal da Câmara, editor do semanário humorístico, a *Corja*.

II. Este, procurando doravante fazer corresponder em termos políticos a sua crescente influência no comércio internacional, abandonara a política de contenção de Bismark e anunciara, em 1895, um ambicioso plano naval, abrindo, a partir daí, e até à I guerra mundial, um grave contencioso com a maior potência imperial, a Grã-Bretanha, para quem o domínio dos mares se afigurava como um interesse vital. É no quadro de constante negociação anglo-alemã (que se prolongaria até 1912) que as colónias portuguesas surgem como “moeda de troca” inglesa visando a revisão do temido plano naval. A “venda das colónias”, ou a denúncia da sua alienação, por parte das várias oposições ao governo de Luciano de Castro, não era pura especulação e nada aqui havia de aleatório, ou pessoal, contra a atuação do governo. Pelo contrário, revelava como as restrições à liberdade de imprensa podiam ser, conjunturalmente, um expediente dos governos, suscetível de ser alargado a áreas de terreno ocupado pelo jornalismo monárquico da oposição. O que dito por outras palavras significava que, mesmo no interior do regime monárquico, o exercício da liberdade de imprensa, e a sua defesa, não se detinham na pura retórica.

No entanto, transposto este quadro de tensão, de 1898, assistiremos, a partir do ano seguinte, e até 1905, a um período de tranquilidade neste campo de atividade política monárquica. Certamente devido à recomposição dos partidos rotativos, mesmo na viragem do século, quando as lideranças deixariam de ser teóricas (com Hintze a assumir a chefia do partido regenerador, após a morte de António Serpa, em 1900, e Luciano de Castro a assegurar a chefia do partido progressista), permitindo um pacto governativo que passava por assegurar um consenso em torno dos limites a que deveria obedecer a discussão política. Estabilidade que seria apenas interrompida, por uma ou outra tomada de posição excêntrica, por parte de dispersas e insubmissas individualidades, que ficaram de fora deste arranjo. Foi o que aconteceu, em 1902, no quadro de nova negociação da dívida pública, com a campanha contra o “convénio”, levada a cabo por Dias Ferreira, no seu jornal *O Imparcial*, que acabaria suprimido. Na verdade, só a “crise do monopólio dos Tabacos” destruiria este consenso.

Porém, em outubro de 1898, o que o governo estava a “fazer” ao jornalismo republicano radical não pode ser confundido, com as ações repressivas avulsas tomadas contra a imprensa monárquica. E prova disso seria, a 29 de outubro, a mais inédita das medidas até aqui tomadas

por governos monárquicos: a prisão, ao abrigo da lei de 13 de fevereiro, do redator França Borges, que na altura, devido ao exílio de João Chagas, dirigia, na prática, o jornal *O Paiz/Lanterna*, não lhe sendo facultada a possibilidade de fiança, ficando por dois meses em aberto se o degredo lhe “serviria” de destino. Parecia confirmar-se a mais temida das hipóteses: desta lei poder constituir um instrumento repressivo de maior alcance, permitindo, sem publicidade, e mesmo que a título excepcional, integrar na ameaça “anarquista” outras correntes políticas indesejáveis, neste caso o republicanismo radical.

Uma onda de indignação levantar-se-ia e ao invés do puro registo informativo, normalmente presente no *O Século* e no *Diário de Notícias*, e nos jornais monárquicos de oposição, o caso França Borges provocaria alarme. O *Jornal do Comércio*, do banqueiro Eduardo Burnay, próximo do partido regenerador, colocava em questão, logo a 30 outubro:

*O que, porém, constitui facto mais grave e contra o qual deve protestar quem se honra em empunhar uma pena, é que agora a lei chamada dos anarquistas sirva também para proceder contra delitos comuns de liberdade de imprensa. Não conhecemos o Sr. França Borges, primeira vítima de tão afrontoso processo, nem sabemos até que ponto esse publicista republicano é pessoalmente digno de simpatia. Mas [...] trata-se do princípio da liberdade de imprensa [...] Acabámos de ler o artigo incriminado que de forma alguma podemos louvar, muito pelo contrário. O contexto é sobretudo desorientado e brutal, mormente quando se considera que é dirigido a um dos homens mais dignos da consideração pública pelas suas bondosíssimas qualidades de carácter e coração. Mas daí a considerá-lo incurso na lei de 13 de fevereiro de 1896, vai um abismo [...].*

No mesmo dia, *O Século* falava em «perseguição odiosa» e o *Vanguarda* considerava a prisão de França Borges «um conflito tão flagrante com os essenciais princípios individualistas que deviam orientar os estados modernos». A pedido de Alves Correia reunia a Associação de Imprensa de Lisboa que votava moção contra a Lei de 13 de fevereiro, palestrando de seguida com o chefe do Governo, Luciano de Castro, que, como sempre acontecia em tais circunstâncias, afirmava «não ter responsabilidades diretas nem indiretas na instauração do processo». Também

o ministro da Justiça, José Maria de Alpoim, descartava responsabilidades. Refira-se que o jornal *O Paiz/ O Mundo* não integrava nenhuma das duas associações de imprensa de Lisboa (Associação de Jornalistas de Lisboa e Associação de Imprensa de Lisboa), pelo contrário, mantinha uma posição crítica sobre estas.<sup>366</sup>

Ainda há pouco tempo, em setembro, quando Lisboa acolhera o IV Congresso Internacional de Imprensa, o diretor de *O Paiz/Lanterna*, desaprovava a sua realização: «tudo o que há demais antipático, é tudo o que há de mais disparatado a ideia de celebrar um congresso de imprensa, na capital de um país, em que, por todos os motivos, a imprensa está de rastos»,<sup>367</sup> declarando que Magalhães Lima «e os seus amigos do comité estarão talvez muito jubilosos», mas «consideramos esta festa como uma verdadeira afronta» para os jornalistas perseguidos.<sup>368</sup> Chagas escreveria uma carta aos congressistas, denunciando os abusos contra a liberdade de imprensa e explicando: «*La presse republicaine au Portugal est plus modérée que la presse conservatrice elle même, et je pourrais vous citer plus d'un article des journaux [...]*».

Entretanto, o advogado e membro do recém-eleito diretório do partido, José Benevides, tomava a defesa de França Borges em tribunal. A 8 de janeiro de 1899, o tribunal da relação revogava o despacho de pronúncia mandando conceder fiança. Note-se que o artigo incriminado, de 7 de outubro, inserto na secção “Atualidades”, visava Luciano de Castro. Tão grave ameaça não recaía em insultos à família real, ou à Grã-Bretanha, nem mesmo em apelos à insurreição. Tratava-se de uma agressão verbal ao chefe do governo (lia-se: «temos pena, mas enorme pena que, o Dr. João de Freitas não tivesse encontrado ensejo de chicotear a cara do Sr. José Luciano») que deve ser inserida na linguagem jornalística do período.

A ameaça de aplicação da lei de 13 de fevereiro de 1896 a um artigo que visava o chefe do governo tinha tudo para ser considerado um

---

<sup>366</sup> No contexto da discussão do projeto da nova lei de imprensa o jornal refere sempre com enorme desdém a representação ao parlamento da Associação de Jornalistas de Lisboa. Veja-se, a 6 de setembro, de 1897, o solto no: «Da famosa representação que a Associação de Jornalistas de Lisboa resolveu por maioria de votos dirigir à carneirada de S. Bento nem sequer à notícia. E é melhor assim. O silêncio é preferível a essa representação aviltante para a imprensa». Pelo contrário, aclamaria a posição tomada pela Associação dos Homens de letras do Porto que contrariava em bloco todo o corpo legislativo proposto.

<sup>367</sup> *Lanterna*, 27 de setembro de 1898.

<sup>368</sup> *Lanterna*, 31 de setembro de 1898.

“excesso”, pelas oposições monárquicas, de fora do arco do poder, interessadas em consagrar, como únicos e legítimos meios de controlo da imprensa, o recurso aos tribunais e o direito de resposta. Veja-se como, em setembro de 1898, o jornal legitimista *A Nação* criticava duas das querelas levantadas contra a *Lanterna*:

*[...] são motivadas por artigos de crítica ao procedimento do Sr. Ministro da justiça. O Sr. Ministro da Justiça, como se sabe é o Sr. José Alpoim, que foi correspondente do Primeiro de janeiro e redator do Correio da Noite. Pois S. Ex.<sup>a</sup>, apesar de jornalista – e quando estava na oposição era de uma linguagem desbragada [...]. Jornalista, com jornais às suas ordens, não responde nos jornais aos colegas que o molestam ou melindram. [...] Na sua qualidade de ministro não quer descer a discutir com jornalistas [...] a resposta vai nas querelas.*

Em janeiro de 1899, a monarquia recuava na intenção de aplicar a polémica lei, mas nem por isso a ameaça deixava de existir, pairando sobre a imprensa radical, a quem se exigiam “limites” na expressão da sua intransigência política, pouco claros, e até dificilmente compatíveis, com o jornalismo praticado na época.

Em termos de combate pela definição do espaço consagrado à liberdade de imprensa, no fim de 1898, a monarquia levava vantagem. Nesse ano a imprensa diária republicana radical estava em Lisboa praticamente destruída. O *Lanterna*, de João Chagas, ainda seria alvo, no mês de janeiro, de nova vaga de censura prévia. Mas o peso das multas terá contribuído para a mudança de “mãos” da empresa para José Benevides, não sabemos em que condições, apenas que este lhe modificaria o título, para *Pátria*, apostando num jornalismo republicano moderado, como vimos.

Em janeiro de 1900, sob direção de França Borges, o *Pátria* retomaria a linha editorial republicana radical, e até setembro voltaria ao “combate” com as autoridades policiais, sendo alvo de 18 querelas (11 delas, apenas em 15 dias, no mês de maio), censura prévia (de 26 a 30 de janeiro, de 10 a 18 de março, a 21 de junho), várias apreensões (a 25 de maio, a 5 de junho), e prisão de um redator, Heliodoro Salgado, a 5 de junho, e de um editor, a 3 de julho. E finalmente depois de sucessivas suspensões, entre 4 e 16 de setembro, surgiria o *O Mundo*.

Nos próximos anos, e até 1905, ano marcado pela degradação dos partidos rotativos e pela polémica em torno da “crise dos Tabacos”, o

*Mundo* seria praticamente o único jornal de Lisboa sujeito a períodos de censura prévia, querelas e apreensões.

Logo em 10 de outubro de 1900, o *O Mundo* é apreendido (no contexto de querela levantada pelo jornal contra o próprio “censor”, Juiz Veiga) e, a 7 de dezembro, é sujeito a censura prévia (por criticar a Grã-Bretanha recorrendo a citações de políticos monárquicos). No ano seguinte, o movimento anticlerical revigora-se a pretexto do Caso Calmon, são de imediato suspensos dois recém “criados” jornais republicanos (a *Liberdade*, e a *A Marselheza*), cabendo ao *O Mundo*, na imprensa diária, destacar-se na mobilização em torno da questão anticlerical que alastra pelo país. Com editorial censurado, logo a 11 de janeiro, resiste a dez apreensões na Primavera (duas em março, sete em abril, e uma em junho), de que resultam pelo menos duas querelas (relativas a títulos considerados ofensivos). Veja-se como o jornal explicava a 7 abril: «Porquê? Oficiosamente, ouvimos explicar que a causa da extorsão fora o artigo de fundo, do nosso ilustre colaborador e amigo Artur Leitão. [...]. Isto sempre sobremodo nos envaideceu: a guerra dos poderes constituídos é o nosso elogio e a nossa glória». À margem das práticas vulgares de intimidação, o jornal assiste, a 16 de setembro, à detenção de 11 colaboradores por darem “vivas” à república, em pleno Bairro Alto, depois de uma ceia que celebrava o primeiro aniversário do título.

A discussão parlamentar de um convénio sobre a dívida externa, em 1902, que hipotecava aos credores uma parcela dos rendimentos alfandegários do continente, provocaria polémica, desde logo no interior da monarquia, marcada com tomadas de posição da parte de prestigiados deputados e pares do reino. Desde o abandono do partido do governo do ex-ministro João Arroio, em janeiro, a inflamados discursos do par do reino Dantas Baracho, à tomada de posição pública, crítica, de um até aqui discreto, Paiva Couceiro, prestigiado “herói de África”, passando pelo último fôlego combativo de um velho deputado independente, Eduardo Fuschini, da escola do liberalismo “avançado”, formado na “Esquerda Dinástica”. O *O Mundo* junta-se ao coro de interrogações presente no debate parlamentar. Não se tratando, uma vez mais, de nenhuma das temáticas enunciadas no corpo da lei, mas tão só da crítica a atos governativos, nem por isso deixou o *O Mundo* de ser sujeito a períodos prolongados de censura prévia, que tornariam singular este ano de 1902.

A propósito do debate em torno do “convénio” o *O Mundo* esteve sujeito, durante quatro meses, a dois períodos de censura prévia, por 25

dias (entre 20 de fevereiro e 15 de março) e outros 20 (de 28 de abril e 17 de maio), intercalados por dois dias, a 5 e 6 de abril, em que a apreensão se estendeu ao jornal monárquico *Imparcial*, do deputado independente Dias Ferreira. Em causa esteve, entre outros aspetos, a possibilidade do jornal *O Mundo*, poder vir a publicar um documento sigiloso – um relatório de Madeira Pinto, relativo às negociações sobre a dívida pública, do ex-ministro da Fazenda, Espregueira, com os credores – a que Augusto Fuschini tivera acesso, e que parlamento, alegando artigo do regimento (art.201.º), impedira a divulgação pública. Perante a incógnita, sobre como teria tido o deputado “avançado” acesso ao documento, o juiz Veiga orientava para o *O Mundo* toda a sua atenção: a 19, em véspera do início da censura prévia se ter estabelecido, já o jornal recebera visita chefe Ferreira: «em termos muito delicados, como sempre usa, pediu-nos, da parte do Sr. conselheiro Veiga, para não publicar o relatório do Sr. Madeira Pinto [...]. A nossa resposta foi: Que não contávamos publicar ontem o relatório; Que tencionávamos publicá-lo se o sr. Fuschini, nos fizesse o favor de no-lo emprestar». <sup>369</sup> A 22, Fuschini surpreendia o parlamento ao ler um pequeno excerto – porque logo interrompido pelo presidente – do tão temido relatório, procurando forçar a divulgação do documento, por via da obrigatoriedade de publicação deste no diário das sessões. No dia seguinte, o jornal o *O Mundo* só circula na sua terceira edição, depois de visto e revisto pelo juiz Veiga. A 24 de fevereiro o jornal explicava: «entre não falar e falar pouco procuraremos falar pouco». À censura responde o jornal, desde o dia 26, publicando diariamente, antes do editorial, sob o título “Declaração”, o texto: «*O Mundo* está amordaçado por ordem do governo, para não falar da questão dos credores externos, que todos os portugueses deviam ter o direito de discutir».

Em abril, ao contrário do que vinha sendo hábito, a prática de apreensão e censura estendia-se ao *Imparcial*, que acolhia a campanha de Augusto Fuschini. Seria alvo de pelo menos 14 apreensões nesse ano, acabando suspenso em dezembro, dando origem a novo título, *O Liberal*. O *O Mundo* descrevia, a 7:

*O Mundo foi apreendido anteontem [...]. A ordem de apreensão veio pouco depois de aberta a venda. Não tinham, pois, ainda saído os correios nem os distribuidores com os exemplares para assinantes e lojas.*

---

<sup>369</sup> *O Mundo*, 21 de fevereiro de 1902.

*Dois agentes, postados junto á casa da máquina, impediram desde então que dali saísse algum exemplar. Nas ruas, a polícia de segurança apreendia aos vendedores os exemplares que lhes encontrava [...]. O director deste jornal, depois de ter mandado, entretanto, saber onde parava o Sr. Veiga foi procurá-lo à Boa-Hora [...]. Entretanto, aparecia-nos aqui um agente da judiciária, dizendo: – O Sr. Conselheiro Veiga manda dizer que o jornal só pode sair sem as palavras que estão em cima e sem os comentários ao artigo... [...]. Fizemos uma 2.<sup>a</sup> edição. Quando ela estava composta e impressa, depois das 5 horas, novo agente aqui. – O Sr. Conselheiro pede-lhe a fineza de ir à Estrela. [...]. Ontem o jornal não chegou a ser apreendido, pela simples razão de não ter podido sair um só exemplar da máquina! [...].*

A perseguição continuou, e a 12 de abril, o *O Mundo* explicava: «Houve ontem ordem para ser apreendido o *Mundo*? Não sabemos. Houve lojas em que ele se pôde vender. Houve vendedores a quem lhe foi apanhado». Nesse dia o *Imparcial* era apreendido. No final do mês, a censura prévia voltava a ter que ser incorporada nas práticas diárias do *O Mundo* (entre 28 de abril e 17 de maio).

Já no final do ano os dois jornais tornaram a ser alvo apreensões. Em causa estava agora um contrato que concedera a Robert Williams o direito de construir o caminho-de-ferro de Benguela garantindo-lhe eventual monopólio sobre explorações mineiras numa faixa de 240 km de largura e 1347 km de comprimento. O “Contrato Williams” traria de volta a censura prévia o *O Mundo*, entre 7 e 19 de dezembro.

A intensidade da censura prévia provocou, no ano de 1902, um debate mais alargado sobre a ilegalidade desta prática. A Associação de Jornalistas de Lisboa requer, neste ano, à Associação de Advogados, um parecer jurídico sobre a legalidade da censura prévia, praticada ao abrigo do artigo 39.º do código administrativo. Esta manifestar-se-ia contrária à interpretação que vinha sendo feita da lei.<sup>370</sup> Já no final do ano, a Associação de

---

<sup>370</sup> Lia-se no parecer: «subsistem no que pode respeitar à apreensão de jornais – ponto a que de acordo com o consulente se limitou o quesito – as disposições do art.39.º da Carta de lei de 7 de julho de 1898, em relação aos crimes de abuso de liberdade de imprensa, as do n.º4 da Carta de lei de 13 de fevereiro de 1896, com relação a factos ou atentados de anarquismo ali incriminados e as do art.608.º e 611.º do Cod.Civil, com relação á publicação de obra inédita ou reprodução fraudulenta de obras em via de publicação, ou já publicada, pertencente a outrem sem a sua autorização ou consentimento. [...] A falta de disposição revogatória da legislação em contrário não pode fazer dúvida, visto não constituir clausula essencial em qualquer lei e tanto que a própria

Imprensa organiza um ciclo conferências, sobre liberdade de imprensa, por onde passariam políticos de vária feição política. O ciclo seria aberto pelo decano republicano Teófilo Braga, que evocaria para a imprensa o lugar de quarto poder, pela «missão fiscalizadora dos outros poderes», e por nela caber «lutar pela existência de uma sociedade nova».<sup>371</sup>

No ano de 1902 a questão da liberdade de imprensa chega ao parlamento. Em fevereiro e abril, puderam os republicanos contar com o apoio de vários deputados progressistas e independentes que aí exigiram a discussão dos atentados contra o *O Mundo*. Sem grande efeito imediato. A 7 de abril, o deputado Augusto Fuschini apresentou uma nota à Câmara dos Deputados:

*Desejo interpelar o Sr. Ministro do Reino e tomar-lhe a principal responsabilidade sobre o procedimento ilegal da polícia, obedecendo a ordens de V.Ex.<sup>a</sup>. a que mandou apreender em dois dias seguidos o jornal O Mundo. Demonstrarei com factos e documentos irrecusáveis que foram violadas disposições da lei de imprensa, a fim de se evitarem publicações, contrárias ao projetado convénio, consentidas em outros jornais, tais como o artigo sobre a compra do iate real, publicado em duas edições do Imparcial, de sexta-feira passada, e a representação do sr. Henrique de Paiva Couceiro, dirigida ao parlamento e publicada no Correio Nacional, de sábado passado, e no Diário Illustrado de ontem.*

O assunto não foi considerado “urgente”. A 9, Francisco Veiga Beirão, leader da oposição progressista, e de novo Fuschini, interpelam Hintze, em debate morno. Fuschini interroga:

*Tem havido censura prévia? Nos casos de apreensão dos jornais têm os agentes do Governo respeitado as disposições da lei de imprensa, que manda comunicar imediatamente o facto ao juiz do respetivo distrito, ou comarca, para apreciar sobre as causas da apreensão, e julgar se há ou não direito a indemnização? Quais têm sido os resultados desses julgamentos?*<sup>372</sup>

---

constituição política a não inclui, e ser na hipótese completamente inútil desde que se entende haver o art.39 .º revogado e limitado, como dito é, a disposição do Cod.Admin», in *Apreensão de Periódicos, Consulta da Associação dos Jornalistas de Lisboa e Resposta da Associação dos Advogados de Lisboa* (Typographia Universal: Lisboa, 1902).

<sup>371</sup>O *Mundo*, 25 de dezembro de 1902.

<sup>372</sup>Diário da Câmara dos Senhores Deputados, Sessão de 9 de abril 1904.

Hintze responde afirmativamente: «As providências que se adotaram contra o jornal *O Mundo* mandei-as efetivamente tomar, porque não podia consentir que inexatidões flagrantíssimas fossem reproduzidas e divulgadas». No mesmo dia, a Associação dos Jornalistas, presidida pelo então diretor do *Diário de Notícias*, Alfredo da Cunha, tornava público um manifesto contra as medidas ilegais de repressão da imprensa:

*Expomo-las perante o público convencidos, como infelizmente estamos, de que inútil seria, depois de tão enérgicas e tão repetidas reclamações apresentadas ao governo, haver deste a justiça a que o jornalismo tem direito. E perante o público também protestamos contra a permanência de um regímen de incerteza e arbítrio que vexa toda a imprensa, tanto a que diretamente se vê afetada pelos factos narrados como a que indiretamente se sente menosprezada pela autoridade e impelida a protestar por princípios de solidariedade que pode não ser (e evidentemente não é em relação a muitos periódicos) de convicções políticas, mas que é levada a afirmar-se e robustecer-se ante a iminência de futuros atentados contra a lei única que a mesma imprensa reconhece aplicável aos seus delitos e julga reguladora das suas liberdades.*

O jornal *O Mundo* publicita no mesmo dia: «Devemos registar que a maioria dos jornais de Lisboa se referiu às poucas vergonhas contra o *O Mundo*. Lembram-nos os seguintes: *Diário de Notícias* – *Vanguarda* – *Correio Nacional* – *Jornal* – *Jornal do Comércio* – *Correio da Noite* – *Tempo* – *Imparcial*. Não tiveram palavra de comentário: – *Tarde* – *Século* – *Novidades* – *Dia*».

Em janeiro de 1903, dias depois da suspensão do jornal *Imparcial*, os deputados progressistas, José Alpoim e Veiga Beirão, trazem de novo ao Parlamento a discussão da ilegalidade da censura prévia.<sup>373</sup> Afirmaria Alpoim: «Não há caso nenhum – ouça-o a Câmara – em que a lei de imprensa estatua que se possa apreender jornais, sem a formalidade imediata de ir para o poder judicial». A retórica cairia em “saco roto” perante o flagrante “pleonástico” exercício do poder levado a cabo pelos partidos rotativos.

Por entre solenes declarações de liberais princípios, com Hintze Ribeiro, então chefe do governo, a afirmar que em nome da sua “alma liberal” condenava os atropelos à liberdade de imprensa, Alpoim pregava:

---

<sup>373</sup> *Idem*, Sessão de 19 de janeiro de 1903.

*O ilustre Deputado adora a liberdade? Também eu. Podemos divergir, sim, na apreciação do que é a liberdade ou na apreciação dos modos de a garantir, mas nunca no que para todos é o princípio santo, tão querido ao coração de todo o homem, sustentador da sua devoção cívica, da inviolabilidade da sua casa, da defesa de toda a sua ação – condição da própria vida [...].*

Mas nenhum dos intervenientes estava a salvo de não ter já “deitado mão” a processos menos lícitos de controle do debate jornalístico. Perante Alpoim e Beirão, Hintze Ribeiro, assume:

*Foram apreendidos jornais? Foram. Foram remetidos para o poder judicial? Sim. Foram apreendidos, sem remessa ao poder judicial? Também. Uma voz: – Ambas as cousas, juntamente! Ouça o ilustre Deputado, porque isto, que agora vou ler, instrui deveras. A meu ver, é tão legal a apreensão com a remessa ao poder judicial, de que trata a lei da imprensa, como é legal a apreensão sem remessa ao poder judicial, no uso das faculdades do Código Administrativo. Ouça o ilustre Deputado: vou ler uma nota dos jornais apreendidos com remessa ao poder judicial desde 1897 até hoje.*

Hintze listou, então, o número das apreensões: em 1897, o *A Marseleza*, 15; em 1898, o *Corja*, 2 e o *A Carantonha*, 2; em 1900, o *Pátria*, 2, o *Vanguarda*, 2; em 1902, o *O Imparcial*, 14. Esclarecendo:

*E antes ou depois da lei de 1898 houve apreensões de jornais, sem remessa ao poder judicial? Sim, e por todos: pelo Governo que está e pelo Governo que o precedeu. E, note a Camara, eu não digo isto para acusar alguém, porque entendo que esse Governo procedeu muito bem [...] não desejo é que se proclame como ataque à liberdade e como ataque à lei, aquilo que o poder da lei confere e não prejudica em nada a liberdade [...]. Contra a liberdade de imprensa nunca eu atentei; o que reprimi foi o abuso, cousa diferente.*

De seguida apresentou a sua leitura da lei: «à lei da imprensa subsiste o Código Administrativo, com as faculdades que dele dimanam e o qual subsiste com uma arca de ação e forma de aplicação diferentes das da lei de imprensa».

A 18 de fevereiro de 1903, Heliodoro Salgado escrevia no *O Mundo*, uma “Carta Aberta Aos Jornalistas que se dizem monárquicos”,

recolocando a questão da liberdade de imprensa: «Erramos? Que vossas senhorias acedam a esclarecer-nos. Eu tenho uma pena? Não têm vossas senhorias as suas?...A intervenção brutal da polícia num conflito que deveria ser apenas de ideias, de opiniões, de dialética, é um atestado de incapacidade passado a vossas senhorias».

Segue-se um ano e meio, anormalmente calmo, sem apreensões, que-relas ou censura, no jornalismo diário de Lisboa. A que se devia esta mudança? O consenso governativo dos partidos rotativos em torno da moderação política é parte da explicação, mas não a esgota, a menos que consideremos que não foi relevante a atuação repressiva levada a cabo pelas autoridades monárquicas, na imprensa republicana radical, na viragem do século, ou seja, que as medidas repressivas não surtem efeitos e que o abandono destas é sinónimo de fim de condicionamento. Entramos aqui na área pantanosa da violência sistémica, onde o receio do “castigo”, a par da força exercida nas conversas de gabinete, por via de avisos, insinuadas proibições, advertências e “conselhos”, pautam uma forçosa “relação especial” entre as autoridades administrativas e o jornalismo republicano radical.

Acresce que o carácter arbitrário e exorbitante do âmbito legal da política de informação da monarquia liberal só pode ser entendido se destacarmos que entre os conteúdos da imprensa radical sujeitos a punições surgem temáticas de índole ideológica que extravasam a luta institucional político-partidária. Sob direção de João Chagas, o *O Paiz*, em 1898, foi querelado a 26 de setembro, por publicar a secção diária “Aos que sofrem”, onde incluía «notícias de passeios e festas da família de Bragança», que remetiam para citações de jornais monárquicos. Em resposta à proibição, o jornal explicava, no dia seguinte: «o governo reconhece que os aludidos factos são, senão revoltantes, pelo menos irritantes [...] os que sofrem continuarão a ler-nos. E em jeito de provocação (se nos colocarmos no ponto de vista monárquico) ou de resistência perante este abuso de autoridade (se nos colocarmos no ponto de vista do jornal) edita o título com um espaço em branco, logo seguido das citações dos jornais monárquicos, com o mesmo tipo de conteúdo.

Recuando à direção de Alves Correia, a 4 de junho de 1896, este insurgia-se contra a proibição imposta pela censura, de publicar na sua secção “Lições da História” a trágica condenação do herói liberal Gomes Freire. Avançando no tempo, também, França Borges, a 3 de abril de

1901, dava conta de querela contra o *O Mundo*, sobre sua secção Calendário, que diariamente, desde janeiro de 1900, assinalava efemérides da revolução francesa.

Façamos aqui uma pequena derivação nas nossas fontes. Em 1904, no Regulamento interno da Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa, podia ler-se:

*Compete mais à direção: chamar à sua presença o sócio, quando tenha conhecimento de que este manifesta publicamente, verbal ou na imprensa ou em qualquer outro género de publicação, estar de acordo com as autoridades públicas, quando estas tenham exercido violências em qualquer associado, fazendo-lhe ver que praticou uma inconveniência para a classe e para o bom nome da associação, e no caso de desobediência e abuso, proporá a sua eliminação à assembleia geral, onde o arguido poderá defender-se. Igualmente procederá a direção quando tenha conhecimento de que o sócio, para viver nas boas graças da polícia, vai revelar-lhe o que se passa nas redações ou indicar o autor de qualquer local de censura aquela corporação.*<sup>374</sup>

A atividade jornalística era uma área sujeita à repressão institucional, pautada pelo recurso a práticas de controlo informal que fugiam ao estrito campo da legalidade instituída. E de pouco nos interessa enquadrar esta nova associação no campo da atividade dos profissionais do jornalismo,<sup>375</sup> salientemos, antes, que nenhum pressuposto político limitava a pertença à organização, nele figurando sócios de vária cor política. A inclusão desta alínea no regulamento evidencia o ambiente de tensão instalado entre as autoridades policiais e o meio jornalístico. Mal estar que transparece ainda no âmbito de socorro instituído (no Capítulo III, art.9.º, o cofre de beneficência cobrirá o desemprego, a doença, o sustento da família em caso de morte e a prisão) e do perfil do sócio: escritores, jornalistas, repórteres, informadores, revisores, «ou quaisquer outros cargos na imprensa» que não «não acumulem o exercício

---

<sup>374</sup> *Regulamento interno da Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa* (Lisboa: Tipografia rua Luz Soriano, 48, 1906), 5-6.

<sup>375</sup> A criação desta Associação, em julho de 1904, visava, segundo José Carlos Valente, um «mais democrático recrutamento de sócios e menos onerosa quotização» integrando repórteres e informadores, grupo «que se sentia marginalizado pela Associação de Jornalistas», criada em 1880, in *Elementos...*, 38.

destas profissões com a de outra qualquer que os torne incompatíveis com os interesses da classe e independência do cargo que exercem na imprensa – como, por exemplo, desempenhar qualquer serviço oficial, nos tribunais ou na polícia». <sup>376</sup> Os exemplos de incompatibilidade são esclarecedores: no início do século XX era clara a percepção da vulnerabilidade das redações à intervenção governamental por via dos tribunais e da polícia.

Não podendo nós aprofundar tal matéria, mas não ignorando que algumas mudanças, adequações e cedências, parecem pautar o jornalismo republicano radical, no início do século, iremos aqui sugerir alguns aspetos, que embora sujeitos a revisão, podem constituir base de estudo mais aprofundado. Um deles, recai na linguagem utilizada, e só uma análise de discurso mais profunda poderá dar conta das suas implicações. Não obstante, se nos detivermos no estrito âmbito dos títulos, sobre a temática “censura”, lembramos que os enérgicos títulos revolucionários que surgiam entre 1896 e 1898, desaparecem. <sup>377</sup> Veja-se, por exemplo, no *Vanguarda*, em 1896, a 15 de julho, o título a todas as colunas “A supressão da *Vanguarda*”, seguido de subtítulo: “Aqui não se dá tréguas nem quartel, aqui luta-se até à última, combate-se até à morte pela pátria e pela república”; no mesmo jornal a 26 de julho, no mesmo formato, em subtítulo: “Propomos a Revolução. Queremos a Revolução”; a 8 de agosto, em subtítulo: “Podeis prender-nos, odiosos lacaios da monarquia, mas não podereis deter o progresso, alterar a ordem natural das coisas, impedir a proclamação da República em Portugal [...]. Nós somos o futuro com todo o seu cotejo de esperança; nós somos uma madrugada gloriosa e de aroma, nós somos o dia de amanhã”.

Olhemos agora para todos os títulos e subtítulos do *O Mundo*, sobre todas as colunas, entre 1900 e 1903, que recaem na temática censura. O jornal não apela à revolta, os títulos optam pela denúncia num tom informativo: “A Nossa Querela Contra o Juiz Veiga” (a 4 de outubro de 1900, com títulos idênticos a 5 e 6); a 8 de dezembro de 1900, com primeira página em branco, onde se lê no centro: «Em Consequência de uma notificação que nos foi feita a hora adiantada da noite, temos que retirar grande parte da composição deste número, na qual não havia uma palavra de comentário ou apreciação, escrita pela redação ou por

<sup>376</sup> *Regulamento interno da Associação...*, 6.

<sup>377</sup> Conf. Júlia Leitão de Barros, “O Jornalismo Político Republicano...”, Tomo II, Anexo 3.

qualquer colaborador. Não podemos dizer mais nada». O mesmo acontece em 1901: a 22 abril, o título “A Liberdade em Portugal”, com subtítulo, “O decreto de 18 d’abril – O *Mundo* Apreendido”; a 27 de abril, o título “A Nossa Situação”, com subtítulo, “O Mundo foi ontem apreendido, uma vez mais. Depois do decreto de 18 de abril, que apareceu na folha oficial do dia este jornal foi já, por três vezes apreendido: nos dias 21,23 e 26”. Nesse ano, em abril, cresce a vertente condenatória; a 28 de abril, o título “O Poder e a Reação”; a 7 de junho, o título “A Perseguição ao *O Mundo*”; a 17 de junho, o título “As Violências Contra o *Mundo*”, com subtítulo, “A polícia e o primeiro aniversário deste jornal – A prisão dos seus cooperadores”, a 17 de novembro, o título “O Epílogo duma Vingança”, com subtítulo, “Reparação e Justiça”.

Em 1902, a informação ganha um carácter explicativo. Lê-se, a 21 de fevereiro, sob o título “A Mordaza”, o seguinte subtítulo:

*Este jornal recebeu ordem da polícia para não publicar o relatório do Sr. Madeira Pinto sobre as negociações para o convénio Espregueira – negociações em que o governo atual declarou que não prosseguia. Ao país expomos este facto para que o medite e aprecie. O projetado convénio Espregueira que o governo do Sr. Hintze começou por repelir dignamente, era uma monstruosa infâmia, que aumentava espantosamente os encargos da divida, que consignava os rendimentos das alfândegas à Junta de Crédito Público dando-lhe três membros representantes de credores externos. Porque recorre o governo à violência para não se publicarem os documentos relativos a esse convénio que não passou de projeto?*

Mas logo regressa a linguagem mais contida: a 25 fevereiro, o título “«O Mundo» Amordaçado”, com subtítulo, “No parlamento – Propõe-se a acusação criminal do Governo”; a 3 de março, o título “A situação d’ *O Mundo*”, com subtítulo, “Buscas Domiciliárias no Porto”; a 6 de março, o título “O Que se faz em Portugal”, com subtítulo, “As Leis esfarrapadas – O domínio do arbítrio”; a 11 de março, o título “Um Libelo”, com subtítulo, “Administração portuguesa depois da bancarrota de 1892 – O Estado recebe mais 171:900 contos de réis, mas não há dinheiro, e é necessário fazer um convénio para realizar um grande empréstimo”; a 7 de abril, o título “A Apreensão de *O Mundo*”, com subtítulo, “O que se passou ontem e anteontem – Sem comentários”; a 14 abril, o título “A nossa querela contra o Juiz Veiga – Dr. Afonso

Costa”. E é tudo. A linguagem é mais contida do que na década anterior, no que toca a esta temática.<sup>378</sup>

Três temas mereceriam uma análise aprofundada, referimo-nos aos ataques à família real e às potências estrangeiras, e os apelos ao recurso às armas. Tudo leva a crer que o jornalismo republicano radical incorporara nas suas práticas a necessidade de um maior cuidado no tratamento destes assuntos que, sem deixarem de estar omnipresentes neste jornal, seguiam a via mais discreta, ao serem incorporados na crítica à política governamental ou na insinuação constante a “assuntos” de que não se pode falar. A questão que colocamos é esta: é lícito tratar a imprensa republicana como um bloco homogêneo com práticas semelhantes entre 1890 e 1910? E é aqui que deverá ser equacionado o pouco valor descritivo das sistemáticas referências historiográficas à constante “provocação” republicana e à continuidade de “ardor retórico”.

Interessa-nos levar a sério a cíclica, temporária e informal censura prévia, embora seja difícil avaliar como a prática jornalística d’ *O Mundo* acomodou as recomendações das autoridades. O certo é que, quase diariamente, o jornal invocava os constrangimentos a que estava sujeito, responsabilizando a censura pelo não desenvolvimento desta ou daquela temática, tornando visíveis os limites impostos. A 3 janeiro de 1901, no *O Mundo*, em editorial comentando o último discurso da coroa, lia-se: «começa por referência a assumptos internacionais. A este respeito o que mais se destaca não pode ser apreciado por nós. Sabem que, no assumpto, a mordaza é completa». A 3 abril, a propósito da defesa de Afonso Costa num julgamento: «[...] A causa desse processo prende-se com a agitação dos últimos dias, e o julgamento é dos que não podem ser noticiados pela imprensa», referia-se naturalmente aos julgamentos de anarquistas, contemplados na lei de 13 de fevereiro de 1896. Veja-se, no ano seguinte, a 7 de outubro, sob título “A Viagem Régia”: «O público sabe que há assuntos em que o jornalista português que não tem subsídio da polícia ou do Ministério do Reino não pode afirmar a sua livre opinião, nem por perífrases». Ou ainda: a 2 outubro de 1903, a propósito de alguns vereadores da Câmara de Lisboa, a quem *O Mundo* chama imbecis: «Para o resto mereceriam outra classificação – das que a lei de imprensa apresenta como injuriosas. Mas para isto foram apenas imbecis». E a 5 de janeiro de 1904 o jornal troçava das práticas censórias:

---

<sup>378</sup> *Idem*, Anexo 2, Caso de Estudo 2.

*Não tem fundamento a notícia de que nós fizemos eco, de ter o comissário régio proibido o Pai, de Strindberg, no Teatro D. Maria. Alberto Pimentel, patrono de Um Serão nas Laranjeiras, não proibiu; ordenou apenas aos secretários do D. Maria que, em vez de se ensaiar a peça de Strindberg, que afinal é um idiota que não tem talento para encher a sua obra de obscenidades, começassem a marcar uma peça do espirituoso escritor popular Baptista Diniz [...].*

Os exemplos podiam repetir-se. As denúncias tomavam por vezes a forma de provocação, ao instruírem os leitores sobre a forma de contornar os impedimentos censórios: leia-se a 7 abril de 1901, sob o título “As Reparadoras em Cintra”:

*Cintra, 6, às 3t. – Chegaram ontem, num dos comboios da noite, 15 irmãs de caridade, pertencentes à congregação conhecida por “Cocottes du Bon dieu”, e que tinham poiso na capela da rua das Mercês, em Lisboa. Foram habitar o palácio do Conde da Ribeira o qual é situado [...]. Omitimos da comunicação do nosso prezado correspondente a parte que indica a posição social do Sr. Conde da Ribeira. E o motivo é não sabermos se a polícia nos consentiria que o disséssemos. Como se sabe o despotismo em Portugal é caracteristicamente estúpido. Há por exemplo um mapa com uma relação de nomes. O mapa pode ser visto por toda a gente que vá ao local. Os nomes podem publicar-se – todos menos um. Desta forma não sabemos se podemos dizer, no caso, a posição social do Sr. Conde. A página 391, segunda coluna, do Almanaque Palhares, e 1898, terceira coluna, do Anuário Comercial, ele lá se encontra; o nome do Sr. Conde figura entre os Srs. Condes de Figueiró e de Sabugosa. Não é veador do Sr. D. Carlos nem, da Sra. D. Amélia. Não dizemos mais nada. Acentuamos apenas: As Irmãs Reparadoras, mandadas sair de Lisboa, estão em Cintra, em casa do Sr. Conde da Ribeira.*

É, pois, necessário levar a sério o quadro constitucional que vigorava na monarquia liberal. A imprensa estava como já afirmámos (capítulo 1) no cerne do sistema político, impossibilitando-o – a menos que se procedesse à sua total desintegração – de impor a estrita proibição de divulgação e debate dos atos censórios, como mais tarde ocorreria no regime autoritário – e por isso também antiliberal – do Estado Novo. A monarquia liberal também não possuía um sistema mediático que integrasse

um jornalismo com algum grau de autonomia dos partidos como nas atuais democracias representativas (ver capítulo 4).

Constituindo-se o republicanismo, em particular o radicalismo democrático, como o principal alvo das medidas que procuraram limitar o livre exercício do direito de liberdade de imprensa, constitucionalmente adquirido, coube inevitavelmente a este jornalismo incorporar no seu combate às instituições monárquicas uma atitude de total intransigência e constante denúncia face a todas as medidas restritivas que sobre ele recaíram. Destacando e envolvendo as questões da liberdade de imprensa do “tal” ardor despromovido a “retórico”, de que alguns historiadores falam.

Muito mais do que uma “provocação” republicana (tendo como alvo a monarquia, procurando apenas provocar-lhe uma resposta) a luta travada assumiu um duplo sentido, constitui-se – mesmo que com intensidade variável – como um fim, o de impedir a limitação excessiva do exercício da sua liberdade, mas também como um meio, de denegrir as instituições monárquicas, e reforçar ideologicamente o combate republicano, clamando a defesa do princípio democrático da liberdade de imprensa. As duas linhas de atuação, seguiram por entre flutuações conjunturais e não deixaram certamente de ser permeáveis ao ambiente político em que se inseriram. Se entre 1895 e 1903, temos razões para considerar como efetivo o esforço monárquico de condicionamento da imprensa republicana radical, a conjuntura política que marca o fim do rotativismo complexifica este campo de luta.

### 3.3.2. Prosperar na adversidade

Quando, a partir de 1904, se assiste ao romper do pacto de regime, cuja expressão mais visível é a desintegração dos partidos rotativistas – surgindo o Partido Regenerador Liberal, em 1901, e a Dissidência Progressista, em 1905 – a imprensa, enquanto garante da competição política no sistema liberal, coloca-se no centro da luta política. Tem razão D. P. Cerezales ao afirmar: «com as elites monárquicas divididas, a competir entre si, esticando a corda perante o rei e procurando aliados, delineava-se uma estrutura de oportunidades políticas favorável ao crescimento do republicanismo». <sup>379</sup>

Neste sentido, criaram-se condições ótimas de rever os limites até aqui impostos do debate político. No novo quadro de crise, foi relevante a

---

<sup>379</sup> Diego Palacios Cerezales, *Portugal...*, 198.

capacidade demonstrada pelo republicanismo, não só em explorar a forte indignação perante a incapacidade política dos adversários, como em se apropriar dos princípios reguladores do sistema, pela denúncia constante de práticas políticas que desvirtuavam os princípios liberais. Não por acaso multiplicam-se os discursos inflamados em torno das “liberdades”, do “liberalismo”, contra o “absolutismo” dos governos e os “abusos do poder”. Só que em torno da mesma retórica, confluíam reclamações diversas, desde aqueles que pugnavam pelo poder que vem de baixo, a outros que se satisfaziam com o poder mais distribuído.

Em 1904, quando já estava em curso a reorganização do partido republicano (bem visível no crescente destaque, em título, do *O Mundo* às estruturas partidárias e a algumas figuras políticas)<sup>380</sup>, o jornal *O Mundo* voltava a ser apreendido por, pelo menos, três vezes: a 26 de maio e a 12 e 16 de junho. Mas o ambiente já era claramente outro. O “caso da Cochinchina” é bem ilustrativo do que acabamos de dizer. A 26 de maio, num solto, inserto na secção *Ecos& Notícias*, o *O Mundo* escrevia:

*Um telegrama particular diz-nos que está muito atrapalhado o governo da Cochinchina, porque são precisos 2.000 contos para o seu imperador fazer uma viagem e mais 200 contos para arranjos numa quinta que o mesmo imperador comprou a um fidalgo arruinado e que, segundo todas as possibilidades virá a oferecer ao mesmo fidalgo. E o governo da Cochinchina bufa e resmunga. É curioso a propósito saber para que servem e porque se fazem hoje as viagens do imperador (...). Desde então, na Cochinchina, o remédio dos governos para manterem a confiança do imperador é este: pedirem-lhe a fineza de fazer viagens*

Nesse dia o jornal era apreendido. A 27, em título sobre todas as colunas lia-se: “O Julgamento do governo”, seguido de extenso subtítulo, com citação de Fontes Pereira de Melo: «Há um meio simples para conjurar os inconvenientes da imprensa é o meio da moralidade do governo [...]. Da imprensa não temem senão os homens que não têm uma consciência pura”. Logo seguida de outra citação de Casal Ribeiro: «O jornal político é de todas as publicações a que mais pode prejudicar um governo imoral, assim como é o mais firme esteio de um governo justo». Em

---

<sup>380</sup> Conf. Júlia Leitão de Barros, “O Jornalismo Político Republicano...”, Tomo II, Anexo 2, Caso de Estudo 2

editorial, intitulado “Ódio Velho”, seguia a reportagem do sucedido: «Os agentes da polícia apreenderam ontem, logo de manhã, este jornal [...]. Houve distribuidores a quem não escapou um só jornal. Poucos mesmos puderam entregar alguns exemplares. O leitor há-de perguntar-nos porquê? Não sabemos. A polícia não diz nada [...]». Um mês depois, a 17 de junho, o *O Mundo* noticiava a propósito desta apreensão um sugestivo subtítulo: “Descoberta geográfica: Portugal é a Cochinchina – Um despacho do sr. Juiz do 3.º distrito Porque Portugal é a Cochinchina”. Reproduzindo o documento oficial da apreensão:

*[...] resulta a convicção plena de que onde se escreveu Cochinchina se quis dizer Portugal, e de que todas as alusões contidas no mesmo artigo visavam el – rei e ao seu Governo. [...]. Insinua-se aí que a confiança do Chefe de Estado no seu Governo se mantém desde que este proporcionou aquele dinheiro bastante, milhões de contos para viagens [...]. Isto constitui grave ofensa [...] Joaquim Calado.*

Durante mais de um mês o jornal destacou a *bold*, na sua primeira página, com o título “Na Cochinchina”, este despacho. A monarquia não se podia expor mais ao ridículo. Os republicanos exploram-no. Em outubro, a 6, ainda tratavam do caso com destaque de primeira página, agora para noticiar que o Tribunal da Relação «concedeu por unanimidade, provimento ao nosso agravo, estabelecendo assim a doutrina de nós podermos falar impunemente da Cochinchina». Durante meses A *Cochinchina* surgiu como expressão codificada, familiar aos leitores mais fiéis, servindo para parodiar o regime. E veja-se como a 1 de julho escrevia o diário:

*Continuamos a perguntar o que é que apuraram em relação à notícia aí espalhada sobre a morte do Sr. D. Carlos. Parece que não foi do povo que dela saiu porque se o fora não chegaria tão alto. Não foi seguramente dos republicanos, que não tinham o menor interesse nem no facto nem na notícia. A própria polícia tomou o boato a sério, mexendo-se ativamente. Quem foi então? Quem parou as averiguações anunciadas pela Tarde? [...]. Conta-nos um amigo que já na Cochinchina um 1.º mandarin lançou uma notícia destas para efeitos políticos no intuito de promover uma manifestação ao chefe do Estado e se conservar no poder [...].*

A 6 de julho, a saga satírica prosseguia com a publicação no jornal da minuta de recurso, assinada por Afonso Costa, onde se lia: «Mas como pode o Governo saber que havia alusões, que a Cochinchina não era verdadeira, mas outra suposta, e que tudo o que se referia a esse país longínquo realmente dizia respeito a Portugal? Como? Só por um meio, verificando que aquilo que se dizia sucedido na Cochinchina, tinha realmente acontecido em Portugal». Sofismando: «que a notícia chegou ao jornal por telegrama particular e, se tratasse de facto sucedido entre nós seria a notícia recebida diretamente em Lisboa, sem dependência de telegrama [...] o artigo refere-se a casos sucedidos na Cochinchina» não contendo «qualquer injúria ou qualquer ofensa, ou difamação para o Chefe do Estado».

A imprensa só se tornaria um problema político relevante para o regime a partir de 1905, quando as velhas formas de a condicionar se revelam impotentes para travar o debate político. Mais uma vez ao *O Mundo* caberia abrir o novo período de agitação política na imprensa diária de Lisboa. A censura prévia regressaria a este jornal, nesse ano: entre 25 e 31 de março, por ocasião da visita do Imperador alemão, Guilherme II. A 26, em título sobre todas as colunas, lia-se: “A Censura Prévia e o *Mundo*”, seguido de subtítulo: “Da Carta Constitucional: Artigo 145.º 3.º – Todos podem comunicar os seus pensamentos por palavras e escritos, e publicá-los pela imprensa, **sem pendencia de censura**, contando que hajam que responder pelos abusos que cometerem, no exercício deste direito, nos casos e pela forma que a lei determinar”; seguido de um outro: “Lei de imprensa: Artigo 2.º – O direito de expressão de pensamento pela imprensa será livre e **como tal independente de censura**, mas o que dele abusar em prejuízo da sociedade ou de outrem ficará sujeito á responsabilidade civil e criminal”<sup>381</sup>. Por baixo das duas citações lê-se: «A começar de ontem, sob o pretexto da visita do imperador da Alemanha, o *O Mundo*, jornal legalmente habilitado, e, como tal, contribuinte do Estado, está sujeito a censura prévia, não podendo sair da respetiva oficina nenhum exemplar sem o juiz de instrução criminal ler o que manda buscar e consentir a circulação».

Mas o confronto tende a subir de tom com uma nova vaga censória. A 5 de julho desse ano, sob o título, “A Guerra a *O Mundo*”, e um sugestivo subtítulo, “A vingança da choldra”, lê-se:

---

<sup>381</sup> *Bold original.*

*Chegámos ao extremo. A censura prévia, que há 17 dias se vem exercendo sobre O Mundo, por conta e ordem da Choldra progressista, não permitiu ontem a circulação deste diário. Só quem, como nós saibamos o que continha o número apreendido, pode apreciar o que representa este ato, absolutamente ilegal, absolutamente injustificado, expansão de mesquinhos e torpes rancores dos Navegantes. O Mundo não continha ofensa nem a mais ligeira referência desagradável para os poderes e pessoas que a corregedoria quer que se mantenham indiscutíveis e invioláveis [...]. Com efeito estávamos escrevendo como que algemados [...]. A podridão que gangrena o corpo do seu chefe manifesta-se, da mesma forma pestilenta, em todos os atos da responsabilidade do ministério, apreensão a este jornal é como que a parte de pus que sai do corpo e alma do presidente do conselho [...] é uma manifestação da sífilis que corrói o partido progressista.*

No dia anterior o *Correio da Noite*, órgão oficial do partido progressista, então no poder, justificava a censura prévia, que lembramos se encontrava excluída da lei em vigor, de 1898: «Do exposto deduz-se que, se à suspensão da circulação para ver se o periódico está no caso de ser apreendido, se pode dar o nome de censura prévia, também se deve dar a mesma qualificação à proibição feita depois de realizada uma parte da circulação e antes de concluída a distribuição e venda». Desde dia 2 de julho e durante dois meses *O Mundo* passaria a integrar, diariamente, na primeira página uma caixa intitulada “Censura Prévia” onde se lia: «*O Mundo* continua sujeito a censura prévia, não podendo circular sem primeiro ser lido pelo juiz Veiga», citando de seguida o art.145.º da Carta da Constitucional, e art.2.º da lei de imprensa de 7 de julho de 1898. As reportagens sobre a censura e apreensões sucedem-se. A 7 de julho de 1905, escrevia:

*Todas as manhãs, quando o jornal entra na oficina de impressão, se encontram postados nas proximidades três agentes da polícia judiciária. Começa a impressão do jornal, e a primeira pessoa que aparece na rua com exemplares do Mundo é assaltada pelos agentes. Apoderam-se estes dum exemplar e, se o portador tem mais, é obrigado a levá-los de novo para a casa de impressão. E ninguém mais pode sair da referida oficina com exemplares do Mundo, até chegar ordem de se permitir o começo da circulação. Nesse momento, os agentes retiram-se. Se não há ordem para se permitir a circulação, os agentes não dizem nada. Sucede o que sucedeu na 3.ª feira. Os agentes conservam-se no seu posto, sem*

*consentirem que saia qualquer jornal. Na 3.<sup>a</sup> feira só retiraram cerca das 4 horas, depois de nós irmos à Basílica da Estrela, a saber o que se passava. [...]. Do exposto se vê que não é exato que o regimen a que estamos sujeitos seja o de suspender a circulação.*

O ano de 1906 abre um novo ciclo político incompreensível sem a valorização do papel da luta travada pela imprensa diária de Lisboa. No dia 8 de janeiro queixava-se o *O Mundo*:

*Mas pode a imprensa republicana fazer alguma cousa útil e eficaz, ante esta exhibição revoltante duma tirania que, ladra como é, não deixa de ser também grotesca? Supomos que, infelizmente, nada pode [...]. Não vemos, com efeito meio de reagir altivamente contra a espoliação dos nossos direitos. Porque, infelizmente, nem os responsáveis aparecem. Não é Hintze, nem José Luciano, nem Eduardo José Coelho, nem sequer o Veiga [...]. Que podemos fazer nós jornais republicanos? Transcrevermo-nos? [...]. A resistência útil, prática, só poderia fazer-se com o acordo de toda ou duma parte da imprensa – da maioria, pelo menos, dos jornais de Lisboa [...] esse acordo é difícil e, talvez mesmo impossível. Injustiça seria afirmar que não há fora da imprensa republicana quem se revolte com estes abusos. Há. Mas até hoje, parece-nos que estão em pequena minoria [...].*

Nesse dia o vespertino *Novidades*, agora próximo dos dissidentes progressistas, respondia:

*Os culpados da perseguição á imprensa são os próprios jornais que a consentem. Se houvesse, entre nós, a solidariedade necessária para que todos os jornais suspendessem a sua publicação quando se praticasse uma violência como aquela de que o *O Mundo* acaba de ser vítima, e que nenhuma lei autoriza, as coisas a breve trecho tomariam outro rumo. O protesto platónico da gazeta não basta. [...]. Deixem de publicar-se todos os jornais e veremos se a corregedoria, ou quem lhe dá ordens, se atreve a defrontar-se com um movimento dessa excecional significação. Nós cá estamos. Unir fileiras.*

O *O Mundo* não deixa “cair” este tema político. Sem qualquer referência precisa ao processo de injúria de que era alvo o seu editor, em 25 de janeiro de 1906, o jornal ocupava toda a primeira página com

reportagem sobre o julgamento deste no tribunal da Boa Hora. Com «a sala cheia», observava «que todas as testemunhas de acusação são polícias», porque «para estes processos, o governo e o Ministério Público não conseguem arranjar outros testemunhos de acusação», ridicularizando de seguida os depoimentos: «grande atrapalhação do polícia. Já não sabe nada – ele que sabia tudo! Não se lembra da data, do número, não viu nunca o artigo [...]. É uma cena vergonhosa e revoltante que demonstra bem os processos de organização de tais processos [sic]». Como testemunhas de defesa lá encontramos França Borges e Bartolomeu Constantino, figura emblemática do socialismo libertário.

Entretanto a luta contra o governo progressista tomava contornos inéditos. Jornais monárquicos próximos da dissidência progressista, *O Primeiro de Janeiro*, do Porto, e o *Novidades*, de Lisboa, eram sujeitos a apreensões e censura prévia. A 15 de fevereiro de 1906, o jornal monárquico dissidente, *O Liberal*, também é apreendido, pelo artigo “Quem são os responsáveis”, que discutia assunto melindroso: o poder moderador do rei. Tocando aqui num dos pontos sensíveis da monarquia: os limites da discussão pública dos atos governativos praticados pelo árbitro político do regime. Segundo os censores o artigo ofendia D. Carlos. O confronto sobre tão melindrosa problemática não poderia ter tido maior impacto, por uma razão: uma parcela da oposição monárquica e republicana une-se. Na Liga das Empresas Jornalísticas, órgão representante dos interesses dos diretores da imprensa diária, decide-se, embora sem unanimidade, reagir concertadamente contra a medida. Os diretores dos jornais comprometem-se a inserir de imediato, na sua primeira página, o artigo que determinara a apreensão do *Liberal*. Era a forma mais eficaz de proceder à desautorização pública dos mecanismos de controlo até aqui defendidos pelo regime. Publicam-no, dois dias depois, a 17, os jornais republicanos *Vanguarda*, *Folha do Povo* e *O Mundo*, os jornais monárquicos próximos da dissidência, *Dia* e *Novidades*, e o *Época*. À exceção deste último, órgão do partido regenerador, todos os outros foram apreendidos, alguns deles poucos minutos depois de entrarem em circulação, outros como o *Dia* ainda venderam milhares de exemplares. Nesse dia, o jornal republicano *O Mundo* chamava à atenção para «o primeiro exemplo de resistência de classe. [...]. Desejamos e esperamos que não seja o último». Assinalando: «o assunto do dia em Lisboa é, felizmente, a perseguição que o governo está fazendo à imprensa».

Quebrara-se o isolamento da imprensa republicana. A 19 de fevereiro, lia-se no *Novidades*: «O governo resolveu perseguir-nos, enxovalhar-nos e prejudicar-nos materialmente. Na desafronta a este triplo agravo, não só afastamos toda a violência da frase, como arredamos lamentos e queixumes». Três dias depois, a 21, a Liga das Empresas Jornalísticas publicava um extenso manifesto, assinado pela «comissão eleita em assembleia geral», a saber: Sebastião Magalhães Lima, diretor do *Vanguarda*, A. Zeferino Cândido, diretor da *Época*, J. A. Moreira de Almeida, diretor de *O Dia*, Alfredo da Cunha, diretor do *Diário de Notícias*, António França Borges, diretor do *O Mundo*. Em termos bem distintos do manifesto de 1902 da Associação de Jornalistas, este documento era uma declaração de “guerra”: «Não corresponderá certamente à forma deste protesto, por mais violenta, por mais enérgica e apaixonada que fosse, à revolta de consciência e aos sentimentos de indignação e de mágoa que animam e excitam o jornalismo português», lembrando «o onnipotente facciosismo do governo» e «a parcialidade dos próprios tribunais». Justificando juridicamente a sua posição e esclarecendo: «é o jornalismo que está no campo da legalidade e são as autoridades que saem para o terreno do arbítrio [...]. Como declaração final, a Liga das Empresas Jornalísticas de Lisboa, afirma que não tenciona abandonar a questão que se debate, nem julga a sua missão finda com este protesto. Outros meios, oportunamente, empregará». O manifesto, distribuído nesse dia, em Lisboa, seria apreendido pelas autoridades policiais. Não obstante, no dia seguinte, *O Mundo* informava: «O manifesto teve ontem larga distribuição, de alguns milhares, e tê-la-á muito maior, porque a tiragem enorme, encontra-se depositada em diferentes casas». Por cima de todas as proibições seria divulgado o famoso artigo do *Liberal*. Lia-se no mesmo dia: «os leitores do *Mundo* que ainda não tenham lido o artigo do *Liberal* – podem requisitar a respetiva folha – à administração do *Mundo* que a enviará gratuitamente».

Para os republicanos a censura não lhes servia agora só para denunciar o carácter arbitrário e autoritário da atuação do governo, proporcionava uma oportunidade única para dar visibilidade à sua causa. O que restava de carácter defensivo na campanha em prol da liberdade de imprensa dava lugar a uma atitude claramente ofensiva contra as instituições monárquicas. Veja-se o artigo de Bernardino Machado, de 18 de fevereiro, “França e Portugal”, logo apreendido – “Um cúmulo”, era o título da notícia sobre o sucedido no *O Mundo*, de 19 de fevereiro. Três

dias depois, o jornal, anunciava: «vai ser publicado em Espanha, em folha separada [...]. As pessoas que o desejarem receber devem dirigir-se à Administração do *Mundo*. Os exemplares são de Madrid enviados pelo correio [...]». E a 6 de março, sob o pretexto da minuta de agravo interposto pelo despacho do juiz, Bernardino Machado retomava o assunto censurado pelas autoridades, no *O Mundo* lia-se: «Discuti sim nesse artigo, a magistratura do Chefe do Estado; mas discutir não ofende ninguém, antes pelo contrário; e discutir o procedimento da autoridade, seja ela qual for, é um direito e um dever [...]. Porventura o rei é algum irresponsável [...]. Logo há responsabilidade do poder moderador, e temos todos o direito de o discutir [...]». Já não se discutia só a censura, a propósito desta ressurgia o mais incómodo dos assuntos: o “lugar” do rei no quadro institucional. A aplicação da censura tornara-se um contrassenso político, um instrumento não só ineficaz, como nefasto para as instituições. O ambiente não melhora com a saída de Luciano de Castro do governo, a 19 março.

Em 3 de abril de 1906, o órgão de imprensa de João Franco, com maior sucesso de vendas, o *Diário Ilustrado*, explicava assim o programa da recém-formada concentração liberal: «O espírito que presidiu à génese desta auspiciosa concentração liberal demonstra que *também entre nós* faz caminho a noção de que a política de ideias deve sobrepor-se à dos interesses, prevalecendo até sobre quaisquer divergências pessoais que separem os homens». Explicando: «A concentração liberal é o fim do rotativismo e do absolutismo disfarçado em que temos vivido». O certo é que ninguém fazia oposição ao governo sem recorrer à denúncia do carácter antiliberal do governo.

O novo governo regenerador, presidido por Hintze Ribeiro, não obstante ter tido a intenção de apaziguar os ânimos não prescindiu da política de apreensões e censura aos jornais. Veja-se o acórdão do Tribunal de Relação de Lisboa de 24 de abril, que anulava o despacho de apreensão dos jornais apreendidos no dia 17 de fevereiro, pela inclusão do já referido artigo do jornal *Liberal*. O *O Mundo*, o *Vanguarda*, e agora também *A Lucta*, de Brito Camacho (lançada a 1 de janeiro desse ano) veriam, a 23 de abril, os seus números apreendidos e, mais grave, a temática censurada recaía agora na atividade partidária, isto é, na reportagem de um comício eleitoral republicano realizado na véspera em Lisboa. Mudança na linha censória que o corte ao artigo de Basílio Teles (em dezembro de 1905) e à conferência de Bernardino, já tornara previsível.

Na sequência desta apreensão o *O Mundo* responde com ação judicial, interposta pelo jornal, a 24, no Tribunal do Comércio, contra Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro e Francisco Maria Veiga.<sup>382</sup> O propósito era reaver os prejuízos materiais causados pela apreensão, explicando o jornal:

*[...] não é um ato público [...], mas sim um ato particular, que nada tem com as funções públicas accidental e transitoriamente exercidas [...]. Não fez parte das funções públicas do réu, como sucede com todo o impedimento de circulação de jornais que não seja comunicado ao juízo dentro de 24 horas, então o agravante procede como um homem, e não como autoridade, não pratica a lei, mas pratica um ato pessoal, não cumpre mal ou bem as suas funções, mas procede exclusivamente como particular, assumindo perante os tribunais comuns a responsabilidade correspondente.*

A verdade é que se alguma novidade trouxera a crise do rotativismo fora a possibilidade de surgirem, sobretudo em 1906, dois imprescindíveis tabuleiros de luta política, a rua e a imprensa. Só que a rua e a imprensa não só se “alimentavam” uma da outra como tendiam a estar já sob tutela republicana. O “Ministério dos cinquenta e oito dias” como ficaria conhecido o último governo do rotativismo (duraria de 21 de março a 19 de maio), cairia em desgraça, não só no parlamento – Hintze ainda pediria a suspensão das cortes, que o rei lhe negaria – mas também pela mão da imprensa e da rua. O “4 de maio”, marcado por confrontos na gare do Rossio, à chegada de Bernardino Machado, após escândalo de fraude eleitoral, comprovam-no. Para alguns republicanos, como Chagas, foi o início de um novo ciclo de ascensão republicana.

É num clima de desgaste dos partidos rotativos que, a 19 de maio, João Franco chega a chefe de governo, com o apoio dos progressistas. Defendia um governo “à inglesa”, com programa liberal de dignificação das instituições monárquicas, moralização do sistema representativo e reformas económicas. Procurando dar provas de liberalidade e “vida nova”, amnistiando os crimes de imprensa e permitindo aos republicanos elegerem, a 19 de agosto, a sua maior representação parlamentar de

---

<sup>382</sup> Em 1901 e 1902 dois processos semelhantes foram anunciados, mas não sabemos o seu resultado.

sempre: quatro deputados, Afonso Costa, António José de Almeida, João de Meneses e Alexandre Braga. Com um alcance estratégico que ainda hoje está por esclarecer, e perante os primeiros embates com os deputados republicanos, depois de levantada pelo governo a “questão dos adiantamentos” (que entre outros aspetos levou, entre novembro e dezembro, a forte mobilização republicana contra a expulsão de dois deputados republicanos do parlamento) Franco apresenta no Parlamento, em dezembro de 1906, um projeto lei de imprensa.

A questão tinha sido levantada, logo a 1 de junho, pelo ministro da Justiça, que prometera nova lei que pusesse termo em definitivo à censura prévia e consagrasse os tribunais como instâncias reguladoras. Também o discurso da coroa, de 29 de setembro, já apontara a lei de imprensa como uma prioridade governativa. A dissidência progressista apresentaria, logo em 15 de outubro, uma “avançada” proposta de lei (subscrita pelos deputados João Pinto dos Santos, António Centeno e J.A. Moreira de Almeida), que mantendo o articulado da lei de 1898, contemplava o regresso dos jurados, o fim das apreensões e da censura prévia, a abolição do art.39.º e a revogação de toda a legislação contrária a essa lei, repelindo assim o uso indevido do código administrativo.<sup>383</sup> A proposta ia ao encontro das reclamações republicanas. Seria, porém, bem distinto o projeto lei de imprensa apresentado pelo governo franquista.

Repudiando as práticas censórias, mas não pondo termo às apreensões, nem reintroduzindo os jurados, a reforma procurava refrear a imprensa oposicionista pela via da responsabilização penal dos diretores dos jornais (já não apenas o autor e editor) e, sobretudo, modificar de forma inovadora o conjunto de procedimentos legais dos processos de imprensa, procurando retirar responsabilidade governamental às medidas restritivas, que recairiam agora na alçada exclusiva do ministério público. O art.16.º previa que todas as semanas, «nas comarcas de Lisboa e Porto, os agentes do Ministério Público junto dos tribunais

---

<sup>383</sup> Proposta da Dissidência Progressista: «art.1.º O exercício do direito de expressão do pensamento pela imprensa, garantido na Carta Constitucional da Monarquia e no Código Civil, é, com as alterações constantes dos artigos seguintes, exclusivamente regulado pela lei de 7 de julho e decreto de 12 de novembro de 1898 e pela lei de 21 de julho de 1899, relativa a editores de periódicos; art.2.º Fica revogado o artigo 39.º da lei de 7 de julho de 1898; art.3.º Serão julgados com intervenção de jurados todos os crimes de abuso de liberdade de imprensa, cujo julgamento, nos termos da lei de 7 de julho de 1898, competia ao tribunal coletivo; art.4.º Fica revogada toda a legislação em contrário».

criminais» se reunissem «em conferência [...] a fim de examinarem todos os periódicos das respetivas comarcas, e verificarem se em alguns deles se cometeram os crimes de ofensa, definidos no § 1.º, artigo 5.º». A 18 de dezembro, o deputado regenerador, Melo Barreto, insurgia-se contra aquilo que chamava de «gabinete negro», expressão que tomaria conta da luta contra esta lei, interrogando:

*Para que serve essa conferência sinistra dos ferozes inquisidores? Para nada, absolutamente. Nos termos do § 2.º do referido artigo, se na conferência houver divergência de opiniões será o facto devidamente consignado na ata; mas o respetivo agente do Ministério Público promoverá o competente processo-crime embora tenha emitido parecer contrário! Mais: quando o procurador régio, recebida a cópia da ata, entender que há lugar para procedimento criminal, não obstante a opinião unanime em contrário da dos seus subordinados, dará ordem ao respectivo delegado para promover o processo!... Lê-se e não se acredita!*

Estranhava, o mesmo deputado, que para os delegados do ministério público a nova função se sobrepujasse a todas as outras:

*[...] que pelo § 5.º, deste formidável artigo 16.º, os delegados não podem fazer-se substituir nas conferências. Se algum d'elles, por acaso, tiver à mesma hora um julgamento importante de um crime de morte, de um crime de envenenamento ou outro qualquer, pode faltar ao tribunal, onde se fará substituir, mas não pode faltar ao terrível conciliábulo, porque, como é público e notório, os crimes da imprensa são muito maiores e muito mais graves!*

Vários deputados dissidentes e regeneradores salientaram o que de duvidoso significava a entrega da execução da lei ao ministério público considerando-a um expediente político que visava resguardar os governos pondo em risco a credibilidade das instituições judiciais. Alberto Navarro, no mesmo dia, resumiria a proposta franquista: «Srs. Presidente do Conselho e Ministro da Justiça pretendem arredar de si toda a responsabilidade da perseguição contra os delitos de imprensa [...] nada mais faz do que transformar a magistratura do Magistério Público numa instituição que, amanhã, será completamente desrespeitada e desacreditada».

Segundo Jaime de Sousa, na mesma sessão parlamentar:

*A apreensão continua, e a censura há-de exercer-se quando os Ministros quiserem e entenderem. [...] constitui para a magistratura um papel odioso, porque vai estabelecer o tribunal inquisitorial, esse índice expurgatório, essa mesa censória do tempo de D. João III, com atribuições verdadeiramente deprimentes para os funcionários judiciais que nela tenham de intervir.*

O diploma procurava tornar céleres os processos e mais difíceis os recursos. Explicava Teixeira de Abreu, regenerador liberal, a 19 de dezembro:

*Se há delitos cuja punição careça de ser rápida, são os de imprensa; porque o tempo tudo apaga, e até a recordação das injúrias ou difamações; por modo que, sendo o julgamento de tais crimes muito distanciado da época em que foram cometidos, a sua discussão judicial serve apenas para reavivar no espírito público os factos, que ferem a honra alheia, duplicando a ofensa, que o público muitas vezes terá esquecido.*

A nova lei introduzia uma severa classificação de delitos e penas e uma mais limitada margem de decisão dos juizes. A 18 de dezembro, Melo Barreto indignava-se:

*No artigo 6.º, aos crimes de abuso de liberdade de imprensa são applicáveis as penas respectivas, estabelecidas no código penal; mas, se o agente do crime não tiver sofrido anteriormente condenação alguma por crimes de imprensa, a pena de prisão será substituída pela de multa, que nunca será inferior a 50\$000 réis. Até agora era sempre permitido aos juizes substituírem, em crimes de liberdade de imprensa, a pena de prisão pela de multa [...]. Agora o legislador indica precisamente o caso especial em que essa substituição pode fazer-se.*

Contrariando o ponto de consenso presente, quer nas reclamações de vários sectores da opposição, quer nas duas representações apresentadas ao parlamento pela classe dos jornalistas (Associação de Imprensa de Lisboa e a Associação dos Homens de Letras do Porto), a nova lei não

previa a reposição de júri. A 19 de dezembro o deputado regenerador liberal, Teixeira de Abreu, escarnecia perante tal pedido: o júri seria constituído «quase sempre» por gente «ignorante, muitas vezes boçal, apaixonada ou corrompida», incapaz de poder «apreciar o sentido e o valor dos escritos incriminados», quem desejava o júri queria a «impunidade». Ilustrando:

*Repare S. Exa. para a cara inexpressiva dos agricultores, a ruminarem na sua vida: eles não percebem nada! Só o taberneiro olha atentamente o jornal, meio desdobrado! O que pensará ele daquilo?!...[...] O bom jurado não escuta o que se lê: apenas está cubicando o papel, para embrulhar os géneros da sua loja... Mas, quando lhes for presente o quesito respetivo, todos aqueles sábios julgadores dirão conscienciosamente...o que lhes tiver sido ordenado pelas influências políticas da terra, ou absolverão o réu.*

Em 1907, em contraste com a discussão da lei de 1898, um dado ganha relevo na discussão parlamentar: a dificuldade em salvaguardar o poder moderador da avaliação crítica dos parlamentares jornalistas. Eram os jornalistas monárquicos que questionavam. Moreira de Almeida, lembraria, a 19 de dezembro, o “caso” do artigo do *Liberal*, que o seu jornal (*O Dia*) reproduzira e por isso fora penalizado: «Certo é que num crime político como aquele de que se trata – apreciação de atos do Rei – evidentemente é de uma enorme dificuldade distinguir onde começa o facto criminoso, onde acaba o direito legítimo de crítica de todos os cidadãos, garantido na Carta. Quem julga se houve excesso de crítica, quem aprecia se o acusado se encontra dentro dele?». No mesmo diapação, Manuel Fratel apontava:

*Pelo projeto é proibido censurar o Rei ou Regente do reino, por atos do Governo. Ora todos os atos do poder executivo são da responsabilidade do Governo; e há um grande número de atos do poder moderador que hoje, pelos Atos Adicionais de 1885 e 1896, são também da responsabilidade do Governo. Alguns há, porem, que são privativos do Rei e que ele exerce sem responsabilidade de espécie alguma. Nestas condições pergunta: se amanhã um jornalista escrever um artigo censurando o Rei sobre algumas dessas atribuições por ele exercidas, pode cair sob a alçada desta lei?*

De pouco importou o suceder de afirmações perentórias sobre o carácter estritamente liberal do projeto. Leia-se o ministro da Justiça, José Novais, a 9 de janeiro de 1907, afirmando: «é das leis mais liberais que temos tido. Mais ainda: – é talvez a lei mais liberal da Europa». O certo é que toda a oposição, e desde logo, a dissidência progressista, foi acusando: «o liberalismo é um facto que todos reconhecem; em Portugal é hoje uma palavra que aflora aos lábios dos Ministros para justificar atentados como os do Porto, mistificações como a da responsabilidade ministerial e violências como a projetada lei de Imprensa [...] o projeto palpita a opressão mais violenta e vexatória».<sup>384</sup> Os republicanos acompanham-no. António José de Almeida chegaria a observar: «efetivamente o projeto é tirânico (art.7.º), inquisitorial (art.5.º), jesuítico (art.10.º), autocrático, tzariano, russianesco (artigo 37.º)». António Meneses acusava o projeto de reacionário, constituindo «uma sentença de morte, passada pelo próprio Governo, ao seu liberalismo e ao seu espírito democrático».

A 2 de abril de 1906, o mesmo deputado republicano, em pleno parlamento, dava por concluída a discussão do projeto de lei de imprensa afirmando:

*O que se torna necessário é que essa lei entre o mais depressa possível em vigor, e que os jornalistas cumpram o seu dever, violando-a o mais depressa possível também. Por sua parte, ele orador, já disse que, se os jornalistas quiserem fazer um protesto contra a lei de imprensa, violando-a propositada e provocatoriamente, desde já toma o compromisso de aprovar esse procedimento, e será o primeiro a violá-la.*

No mesmo dia, Abel de Andrade faz um extenso discurso apologético da liberdade de imprensa, de recorte poético e histórico-filosófico, afirmando:

*Na história das instituições sociais e na filiação dos conceitos filosóficos, a sedutora miragem da liberdade assume formas tão variadas e caprichosas, que di-la-íamos a força ínsita do monismo heckeliano na sua viagem eterna pela morfologia cósmica, ou a visão indecisa do pioneiro em pleno deserto da Arábia, se a lutuosa história dos*

---

<sup>384</sup> Diário da Câmara dos Senhores Deputados, Sessão de 12 de dezembro de 1906.

*povos, com as suas lágrimas e as alegrias próprias, não diferenciasse uma fórmula, mais ou menos permanente, em meio da flutuação dos acontecimentos.*<sup>385</sup>

A discussão parlamentar acalorada, que se prolongaria entre dezembro e janeiro, de 1906, sendo retomada em abril do ano seguinte – como uma «apendicite», segundo o deputado regenerador Eduardo Sahawlbach<sup>386</sup> – tomaria uma feição distinta da que decorrera há quase 10 anos, pois desta vez a imprensa e a rua foram chamadas a intervir.

Em dezembro, em Lisboa, uma imponente manifestação de protesto, na qual participam intelectuais e jornalistas de várias feições políticas, onde não faltam os diretores dos jornais de maior tiragem na capital (Silva Graça, pelo *O Século*, Alfredo da Cunha, pelo *Diário de Notícias*), era acompanhada por uma inédita tomada de posição da imprensa republicana e dissidente: comprometiam-se alguns jornais – entre os quais o *Novidades* e *O Dia*, pelo lado da dissidência progressista, o *O Mundo*, a *A Lucta* e o *Vanguarda*, pelo lado republicano – a um voto de silêncio sobre todos os políticos que no parlamento defendessem o novo projeto lei. O insólito desta posição extrema não deixava de revelar um novo “estado de espírito” e simultaneamente uma percepção, por parte da imprensa, do lugar central que ocupava na luta política. A tentativa de subverter a hierarquia das “arenas” disponíveis para o debate político teve resposta de João Franco, em dezembro. Este acusa a imprensa de ser no país: «um estado dentro do Estado, como se fosse possível que alguém, algum Governo, algum Parlamento, o Chefe do Estado, pudesse aceitar uma situação dessas, tão subversiva e, sob todos os pontos de vista, tão imprópria da alta situação que no Estado ocupam aqueles que assim se procuravam oprimir, rebaixar».

---

<sup>385</sup> Declamava, nesse dia, Abel de Andrade: «A liberdade autorizou a violenta consolidação de Roma, a majestosa inundação dos bárbaros, o auspicioso levantamento comunal, a expansão aurifulgente da tiara pontifícia, a simpática estrutura das repúblicas italianas, a vitória do Longo Parlamento, e todas essas tragedias que vão de 1789 a 1870! [...]. Exclama Demóstenes: “A maior desgraça que pode ferir um povo é a perda da sua liberdade”. Acrescenta Eurípedes: “Pensar livremente: eis a primeira condição dos bons conselheiros políticos” [...]. Nas noites tenebrosas do despotismo, quando os prisioneiros, á ordem sanguinária do senhor feudal, apodreciam dia a dia, momento a momento, nos húmidos e lóbregos subterrâneos, onde não brilhava a estrela de uma esperança, nem raiava o sol de um conforto, quem espancou a chicotadas de luz a estulta cegueira dos bárbaros opressores?! Quem fundiu a golpes de escopro as algemas que roxeavam pulsos de homens?! Quem transformou os sangrentos açougues de carne humana em asilos simpáticos de regeneração altruísta?! A imprensa”.

<sup>386</sup> Diário da Câmara dos Senhores Deputados, Sessão de 2 de abril de 1907.

Já na fase final da discussão da nova lei a imprensa ainda surpreendeu o governo com nova iniciativa que procurava descredibilizá-la: uma comissão de protesto contra a lei de imprensa procura vincular vários notáveis políticos monárquicos no sentido de assegurar que, no futuro, se chegassem ao governo, a repudiariam de imediato. A 4 de abril noticiava o *O Mundo*, a propósito:

*O Sr. Consiglieri Pedroso, em cumprimento do mandato que recebera da comissão de protesto contra a lei de imprensa, procurou o Sr. Júlio Vilhena, solicitando-lhe uma declaração semelhante às feitas por Hintze Ribeiro e José Alpoim. O Sr. Júlio Vilhena respondeu que, de acordo com as ideias expendidas nos seus últimos discursos sobre o assunto, desde já declarava que, se lhe fosse proporcionado meio para isso, tomaria a iniciativa da revogação da lei que acabava de ser votada.*

Dissidentes e republicanos estavam de acordo sobre a “oportunidade” política da lei: limitar a discussão sobre os “adiantamentos” à casa real. Moreira de Almeida, a 19 de dezembro explicava:

*Por que se discute este projeto? Que situação anormal é a do país, que exige providências extraordinárias contra a imprensa? Que medonha tempestade agita os espíritos, que perigo iminente envolve as instituições? Que convulsão social perturba a ordem pública? [...]. Discute-se uma lei de imprensa no período que decorre entre a sensacional revelação sobre os adiantamentos à Casa Real, feita pelo chefe do Governo, e a entrega à Camara da conta desses adiantamentos.*

A lei seria promulgada, a 11 de abril, numa conjuntura política marcada por uma greve académica e forte mobilização republicana. No dia seguinte, Franco encerrava as portas do parlamento. À oposição não passou despercebida a coincidência das medidas. O combate à “ditadura” uniu-se inextricavelmente à denúncia do sentido autoritário, antiliberal, da nova lei de imprensa, que ganhou sugestiva atualidade política. Em definitivo a imprensa estava no centro do turbilhão político. António Cabral, deputado progressista, alguns anos mais tarde haveria de considerar: «nenhuma necessidade havia de nova lei de imprensa e fazê-la discutir e votar foi um dos erros graves cometidos pelo irrequieto homem de estado».<sup>387</sup>

---

<sup>387</sup> António Cabral, *As minhas memórias de jornalista, Casos da política, Lutas da política, Cartas inéditas* (Lisboa: Edições Gama, 1949), 112.

Durante o mês de maio e junho, vários jornais, monárquicos e republicanos, são alvo de ações do ministério público. Os jornais republicanos foram colocados na linha da frente desta nova “batalha”. As querelas começaram a 22 de abril, levantadas contra o *Vanguarda*, o *O Mundo* e o *O Paiz*. A 25, o *O Mundo*, em título sobre todas as colunas, escrevia: “Não é a liberdade de imprensa que tem feito mal ao país. Os ladrões é que lhe têm feito mal”. No dia seguinte, em extenso subtítulo, sobre todas as colunas, o *O Mundo*, apresentava invulgar apelo à revolução:

*Os delegados do Ministério Público, sem para isso serem obrigados por lei processaram já, para começo, três artigos do Mundo, todos alusivos ao presidente do Conselho, e, dentro de poucos dias, seremos, portanto, julgados na Boa Hora. Mas o presidente do Conselho, que tem encoberto, e encobre, roubos como os dos adiantamentos, que tem protegido, e protege, os bandoleiros que fizeram a porcaria dos sanatórios, e que, por último, defraudou o Estado, mandando que exemplares dos seus discursos sejam distribuídos pelos correios sem selos, não vai responder por esses crimes [...]. Quando um regímen chega a tal situação, quando se deixam em paz os que cometem crimes e se condenam os que revelam esses crimes o povo só tem um recurso e um remédio para não morrer na mais degradante abjeção moral. Esse recurso, esse remédio, é a Revolução.*

E a 27 de abril, sobre todas as colunas, lia-se o título provocador: “Querelem-nos!”

Em Lisboa o jornal mais penalizado é o *O Mundo*, no espaço de dois meses, são-lhe levantadas 14 querelas, sendo chamado por cinco vezes ao tribunal da Boa Hora. Para a imprensa republicana a liberdade de imprensa ganha um lugar fulcral na luta política. E basta ver como a temática ganha relevo nos títulos sobre todas as colunas<sup>388</sup>. Contrariando a linha de intitulação, até aqui seguida pelo *Vanguarda*, a questão passa a ser, mesmo neste jornal, assunto destacado sobre todas as colunas. Os dois jornais republicanos passam também a integrar nos seus destaques as medidas repressivas que se abatem sobre os colegas.

Também a defesa da via revolucionária ganha um relevo desconhecido nos títulos do *O Mundo*. A 13 de maio, sobre todas as colunas lê-se: “O Dever do povo”, com extenso subtítulo:

<sup>388</sup> Conf. Júlia Leitão de Barros, “Jornalismo Político Republicano...”, Tomo II, Anexo 2.

*No momento atual, não há, de facto, em Portugal, nem ficção do sistema representativo. As leis, os direitos, as liberdades públicas, tudo, absolutamente tudo está entregue ao arbítrio, ao capricho e à prepotência dum homem cujo estado mental há-de ser provado ante os tribunais. O povo não tem liberdades, o povo não tem direitos, o povo não tem leis. O povo está espezinhado, amordaçado, manietado como um escravo que sofre castigo. Tem por isso, mais que o direito, o dever de quebrar as algemas, de se libertar, de resistir. Para isso só tem um processo, um meio: a Revolução. A Revolução é, com efeito, no momento histórico atual, um dever do povo [...].*

É neste ambiente insurrecional que os jornais republicanos, por via de longas reportagens, dão conta da forma como decorrem as sessões de julgamento, agora abrilhantadas pela presença dos diretores dos jornais como réus, contando com numerosa assistência e arrebatados discursos políticos contra João Franco, por parte de advogados proeminentes do partido e dos testemunhos de personalidades consagradas no meio político e intelectual lisboeta. A 15 de maio, o *Vanguarda* descreve o julgamento do *O Paiz*, pelo artigo “O rei e o Povo”. O jornal seria absolvido. A seu favor testemunharam Magalhães Lima, Consiglieri Pedroso e Teófilo Braga, sendo escutados por uma «multidão imensa», numa sala onde seria «impossível caber mais gente». Três dias depois, França Borges, sairia condenado no mesmo Tribunal da Boa Hora, não obstante a favor dele terem deposto vários notáveis, monárquicos e republicanos: Miguel Bombarda, Consiglieri Pedroso, Augusto de Vasconcelos, Bettencourt Raposo, João Chagas, Agostinho Fortes, Celestino de Almeida, João Pinto dos Santos e Bernardino Machado. Segundo o *Vanguarda*, a 15, «muito antes do meio-dia era já grande a aglomeração do povo, não só no largo da Boa Hora como também nos claustros e pátio do edifício», cerca do meio-dia e meia «era requisitada mais força armada [...] em número de 20 praças». O repórter deste “colega” concluía: «A sua condenação elevou-o, tornou-o ainda maior aos olhos dos seus camaradas». No mesmo dia, o *O Mundo*, em título, sobre todas as colunas, escrevia: “Quem é o criminoso mais nefasto de Portugal? Não há no País facínoras mais perversos que o incendiário da rua da Magdalena?”.

Quando em maio o partido progressista abandona a coligação liberal, aprofunda-se o isolamento do governo. O clima de agitação política, era assim descrito pelo *Vanguarda*, a 15 de maio, em título sobre todas as colunas, “Como se resolve a questão?”, e, em subtítulo, lia-se:

“Monárquicos falando ao Rei – Republicanos falando ao Povo. Monarquia no Paço, republicanos nos comícios – Todos contra a ditadura”. A 18 de junho, o *O Mundo*, sobre todas as colunas, por baixo do título “Hora de justiça”, descrevia em quatro longos subtítulos:

*À mesma hora produziram-se ontem estes dois factos: em Lisboa, O Mundo, perseguido por uma lei odiosa do ditador, foi absolvido unanimemente pelo júri, depois de ter sido proclamado pelo Sr. Dr. Afonso Costa a necessidade da Revolução e, no Porto, o ditador, atravessando a cidade sob a guarda da polícia e da municipal, foi estrondosamente apupado”; O julgamento do O Mundo – Discurso notabilíssimo do Sr. Dr. Afonso Costa – Sentença da consciência pública”; “A desafronta do Porto – O ditador apupado na Invicta – Manifestações significativas – Desordens – Prisões de republicanos; Uma manifestação franquista na gare do Rocio—Resposta necessária --Aclamemos a Liberdade!.*

Seguia-se, em texto corrido a *bold*, uma caixa, com o título: “Aclamemos a liberdade”, onde se lia:

*[...] Deve por isso, o povo de Lisboa comparecer hoje na estação do Rocio. E se houver vivas ao ditador, o povo deve responder com vivas à Liberdade. É absolutamente necessário que isto se faça [...]. Exercemos, pois, o nosso legítimo direito, aclamando a Liberdade, ordeira, conscientemente. Não deixemos que sem protesto se aclame em público uma ditadura que é uma vergonha [...]. Liberais! Mostremos que somos a maioria e que sabemos amar a liberdade! [...]. O ditador chega às 10h e 50 da noite à estação do Rocio”.*

Este apelo foi, porém, acompanhado pela imprensa regeneradora e dissidente, o que levaria, a 8 de agosto, ao pronunciamento de trinta políticos e jornalistas, acusados de rebelião.

A verdade é que os confrontos registados na estação do Rossio, no dia 19 de junho, saldaram-se com duas mortes. A 20, o *O Mundo*, sobre todas as colunas, escrevia o mais famoso dos seus títulos “Portugal Governado por Assassinos!”. As manchetes do *O Mundo*, como do *O Século*, eram agora acompanhadas de fotos das vítimas e croquis sobre os confrontos dos populares com a cavalaria. O “gabinete negro” ainda querela vários jornais monárquicos e republicanos: o *Novidades*, dos

dias 19 e 20, pelos artigos “O Responsável é o rei”; a *Lucta*, de 19, pelo artigo “E Agora?”; e *O Mundo*, dos dias 19 e 20, pelos artigos, “Na Estação do Rocio” e “Abaixo os Assassinos”. Mas a 21 de junho, o governo publica nova legislação que contém a mais temida das medidas repressivas: a supressão. Explicava o decreto ditatorial:

*Abusando da liberdade, que lhe era assim garantida, grande parte da imprensa não se limitou a uma extrema violência de linguagem [...] servindo-se de todos os pretextos e aproveitando todos os ensejos, não mais deixou de criar no espírito público uma constante inquietação e de fomentar uma agitação verdadeiramente revolucionária.*

Pelo decreto era «proibida a exposição, circulação ou qualquer outra forma de publicidade dos escritos, desenhos ou impressos atentatórios da ordem ou segurança pública» (art.1.º), cabendo agora aos governadores civis suspender as publicações (art.2.º), interditando-se, ainda, o aparecimento de novos periódicos sem autorização do governo civil (art.3.º). As medidas vigorariam até ao final do ano (art.7.º).

A 23 de junho, são de imediato suspensos em Lisboa, por trinta dias, dois jornais diários, ambos republicanos, o *Paiz* (de Meira de Sousa) e o *O Mundo*.<sup>389</sup> No Porto, *O Primeiro de Janeiro* e o *Voz Pública* são também suspensos por dez dias. Mas medidas foram mais duras para *O Mundo*: «cujo material se arrola e cujas portas se selam».<sup>390</sup> A 26, é preso, em casa, um seu colaborador, Arthur Leitão, acusado pela polícia de ter disparado um tiro contra dois guardas que o espiavam. França Borges foge para Espanha, a 25, para prosseguir a publicação do seu jornal. Não encontraria condições para lançar o seu projeto, regressando pouco dias depois a Portugal, editando o *Espectro do Mundo*, sobre o qual pouco sabemos. Apenas temos conhecimento que a 12 de julho são remetidos para juízo, o proprietário de um quiosque de Lisboa e cinco vendedores de jornais, sob a acusação de venderem *O Espectro do Mundo*. São afiançados 1\$500 réis por cada um.

Entretanto, nesta primeira vaga repressiva, a imprensa monárquica vai sendo absolvida dos processos de abuso de liberdade de imprensa em

---

<sup>389</sup> No Porto são suspensos por dez dias os jornais *O Primeiro de Janeiro* e o *Voz Pública*, de feição republicana.

<sup>390</sup> *O Mundo*, 23 julho de 1907.

que está envolvida. A 26 de julho, no 2.º distrito, Moreira de Almeida, diretor de *O Dia*, órgão da dissidência progressista, é absolvido, a 3 de julho, o diretor do Novidades, Barbosa Collen, tem a mesma sorte (fora de Lisboa alguns semanários vão sendo também absolvidos, é o caso do jornal *Leiriense, Combate da Guarda, Pimpão, Progresso de Aveiro, A voz da Oficina, A vida*, etc.). Sobre a imprensa republicana caiem porém pesadas multas, em julho: a 10, *O Paiz* é condenado a 240 dias de multa, a 400 réis cada um; o *A Lucta*, de Brito Camacho, a 13, é condenado a 150 dias de multa, a 500 réis de multa; e o *O Mundo*, a 17, é multado pelos artigos de António José de Almeida e Arthur Leitão (o primeiro, com multa de 50\$000 reis, o segundo de 96\$000 reis) e para França Borges, como diretor do jornal, a multa ascende a 250\$000 reis, não sabemos por quantos dias.

A 23 julho o *O Mundo* reaparece, na sua primeira página, lê-se:

*Está quase esgotada a primeira edição de bilhetes-postais reproduzindo último número de O Mundo que não teve livre circulação. Do referido postal vai fazer-se nova edição, em vista de restarem poucos exemplares da primeira. Para a província será emitido o bilhete postal O Mundo a quem enviar 50 réis, a Augusto Rato, Rua das Taipas, 75,1.º, Lisboa.*

Anunciava, ainda, que os exemplares não apreendidos, do seu último número, de 22 de junho, venderam-se a 200 e 300 réis. Já o *O Paiz* que «reapareceu ontem, como estava anunciado [...] teve uma tiragem nunca atingida por um jornal da tarde». A imprensa republicana florescia apesar da repressão.

A 8 agosto, o *O Mundo* inseria, antes do título do editorial, uma pequena “caixa”, a **bold**, com título a uma coluna “Não esqueçam! “:

*O Mundo que arrostando com todas as perseguições legais e ilegais que lhe têm sido movidas, tem feito todos os sacrifícios para servir a Verdade, e interpretar as aspirações da opinião pública – o Mundo está nesta hora da vida portuguesa, coacto, porque por um decreto ditatorial o governo se autorizou a suspender os jornais portugueses. Desta forma o dilema é: ou dizer tudo, duma só vez, incorrendo na suspensão; ou fugir dela, procurando dizer, todos os dias, alguma cousa. Só esta situação nos força a sufocar, neste momento, os gritos da nossa consciência. Mas não esqueçam os que nos leem: nós não dizemos mais porque não podemos; e não*

*podemos porque a liberdade de imprensa não está sujeita apenas a leis despóticas e a juízes severos, mas ao caprichoso arbítrio do governo [...].*

Esta caixa de pequeno formato seria repetida em diversos dias, surgindo, com nova redação, em setembro, e até final de outubro, sobre o título “Declaração”: «O *Mundo* está coacto. O governo que com tanta firmeza afirmou que só o poder judicial devia julgar a imprensa, inventou um decreto de que usa e abusa para suspender os jornais de oposição». Em novembro, e até 2 de dezembro, o jornal insere nova “caixa”, mas dá-lhe outro destaque. A 27 de novembro, sobre duas colunas, em texto corrido e a *bold*, lia-se sem título: «O *Mundo* tem sido, é e será um jornal republicano, mas o *Mundo* não é, neste momento, um jornal de combate». Não se tratava de retórica política. O *O Mundo* tendera a perder a sua feição combativa. Esta mudança é visível na sua prática de intitulação.<sup>391</sup> Desde logo, quase abandona o título sobre todas as colunas: num total anual de 69 títulos sobre todas as colunas, relativos ao ano de 1907, apenas dez se referem ao período entre 23 de julho e 2 dezembro, data em que o *O Mundo* é de novo suspenso, por mais um mês. O jornal republicano radical passa a destacar, sobretudo a partir de setembro, assuntos não políticos. Para entendermos a dimensão desta mudança olhemos para a prática de intitulação seguida pelo jornal nos anos anteriores, no que toca a títulos “grandes” de assuntos “Não Políticos”: 1901, 7 títulos; 1902, 12 títulos;<sup>392</sup> 1903, 21 títulos; 1904, 4 títulos; 1905, 3 títulos; 1906, 16 títulos; 1907, 82 títulos. Destes 82 títulos, 4 respeitam ao período de janeiro a julho, os restantes recaem nos meses de agosto a dezembro de 1907.

No mesmo sentido, coincide o segundo semestre de 1907 com o retomar da intitulação sobre política internacional. Embora nos totais relativos a este “assunto” o ano de 1907 não se distinga, em termos absolutos, dos anos de 1903, 1904 e 1905,<sup>393</sup> quando observamos a sua distribuição anual, verificamos que dos 18 títulos, desse ano, apenas um recai no período anterior a julho<sup>394</sup>. Isto é, durante todo o primeiro semestre de 1907 o *O Mundo* praticamente só destacou assuntos de política nacional.

<sup>391</sup> Júlia Leitão de Barros, “O Jornalismo Político Republicano...”, Tomo II, Anexo 2, ver Tabela IX.

<sup>392</sup> Neste ano de 1902, incluímos aqui três títulos que noticiam o suicídio de Mouzinho de Albuquerque.

<sup>393</sup> Júlia Leitão de Barros, “O Jornalismo Político Republicano...”, Tomo II, Anexo 2, ver Tabela X.

<sup>394</sup> A 29 de janeiro, título sobre duas colunas, “As eleições da Alemanha”.

Assinalemos: o título grande de denúncia, indignação e comentário político, deu lugar, no segundo semestre de 1907, a títulos sobre duas colunas, mais informativos, que passaram a incluir, com regularidade, a atividade e a opinião (por via da entrevista, como vimos) de políticos dos partidos monárquicos. Não se tratava, como outrora, de “dar a palavra” a monárquicos independentes, de fora do arco governativo, era agora a vez de *O Mundo* conceder espaço na sua primeira página aos “chefes” de todos os partidos na oposição.

Entre junho de 1907 e janeiro de 1908, seriam suspensos, só em Lisboa, 10 títulos da imprensa diária: o *O Popular*, regenerador, o *Jornal do Comércio*, monárquico conservador, *Vanguarda*, republicano, o *A Lucta*, republicano, o *Dia*, dissidente; o *Novidades*, regenerador, o *Paiz*, republicano, o *Correio da Noite*, progressista, o *Liberal*, monárquico independente, *Época*, regenerador e o *O Mundo*, republicano.<sup>395</sup> Porém, quatro jornais seriam suspensos por duas vezes, três deles republicanos, *O Mundo*, *Paiz* e *Vanguarda*, e um monárquico, o *O Popular*.

Mas enquanto o até aqui intocável *Novidades* vira diminuir o seu período de suspensão para 15 dias (de 4 a 18 de setembro), em virtude de ter sido adquirido pelo ministeriável regenerador Teixeira de Sousa, e ao *O Popular* se permitira contornar a penam alterando o nome para *Diário Popular*, já a aplicação das penas aos jornais republicanos foi mais rigorosa. Ao *O Mundo*, após a sua segunda suspensão (entre 2 de dezembro de 1907 e 2 de janeiro de 1908) seria indeferido o requerimento apresentado, a 3 de dezembro, de mudança de título para *Mundo Político*, e no dia seguinte, interdita a constituição de nova empresa, com novo título *Sul*.

O jornal relataria a sua segunda suspensão, a 2 de janeiro de 1908: «três agentes policiais» entraram «em casa, intimando-nos à suspensão», a razão apontada:

*[...] ter publicado, substituindo vários trechos por reticências, um extrato do discurso do sr. Bernardino Machado na sessão do Centro de S. Carlos em que se haviam apresentado os nossos novos correligionários, os Srs. Augusto José da Cunha e Anselmo Brancamp Freire [...] A causa da nossa condenação foram as reticências! Nós pusemos reticências nas passagens precisamente que julgamos poderem irritar o despotismo governante [...]. Suspenso O Mundo, no dia 2 de dezembro combinamos no dia 3, com*

<sup>395</sup> Na imprensa não diária de Lisboa seria ainda suspenso o bissemanário *Os Ridículos*.

*o Sr. Alexandre Caldas, que tinha habilitado no governo civil um jornal intitulado, O Sul, não só que esse fosse impresso e composto nas nossas oficinas como que fosse também, mediante condições entre ambos ajustadas, enviado aos assinantes e agentes do jornal. O director e proprietário do Sul seria o Sr. Alexandre Caldas, e o Sul sairia no dia 5. Pois nós e o Sr. Caldas fomos intimados no dia 4 a não publicar O Sul, com o pretexto de que ele pretendia iludir a suspensão do Mundo.*

Lembremos que a vaga repressiva lançada, neste segundo semestre de 1907, não chegaria sequer a poupar o conservador *Diário de Notícias*. Este, pela primeira vez, nos seus 43 anos de existência, era alvo de uma querela, a 23 de novembro, por um artigo em que avaliava, desfavoravelmente, a situação política do governo. O facto levaria à demissão do diretor Alfredo da Cunha, que enviaria uma carta a todos os colegas, onde se podia ler:

*A nota oficiosa do conselho de ministros [...] estabeleceu para a imprensa um regime sem precedentes entre nós [...]. Simples notícias, isto é, a narração exata de factos e acontecimentos certos e não de pura fantasia ou invenção jornalística, podem em vários casos, sujeitar um jornal à suspensão, que, se nem sempre equivale à sua morte, é sempre um acidente gravíssimo para a sua vida. Desde que conheci os termos da nota oficiosa, entendi que a minha qualidade de director de jornal ficava sendo quase puramente nominal ou decorativa, pois a verdadeira direção dos jornais portugueses passava a ser, na parte que principal e essencialmente compete a quem dirige um periódico, exercida pelo Sr. Ministro do reino ou pelos seus delegados de confiança. Por isso também desde logo resolvi não me sujeitar a essa tutela oficial por muito boa que ela seja [...].<sup>396</sup>*

No início de janeiro de 1908, Trindade Coelho, delegado do ministério público, há mais de uma década responsável por casos de abuso de liberdade de imprensa, demite-se, «por não querer cumprir os decretos da ditadura».<sup>397</sup>

Temos razões para considerar excepcional o ano de 1907, no campo da imprensa diária, seja pelo âmbito da repressão governativa, seja pela capacidade dos republicanos se imporem neste terreno de luta.

<sup>396</sup> Alfredo da Cunha, *Diário de Notícias...*, 236.

<sup>397</sup> *O Mundo*, 5 de janeiro de 1908.

Avaliar os limites à liberdade de imprensa, no regime da monarquia liberal, obriga a valorizar não só o conteúdo (o “quê”), mas sobre “quem” recaíram maiores obstáculos e ilegalidades. Os republicanos compreenderam cedo que o âmbito de assuntos políticos passíveis de serem discutidos na praça pública era frequentemente mais restrito para a sua imprensa. E veja-se o *O Mundo*, a 2 janeiro de 1903, na sua secção Ecos & Notícias:

*O Popular conclui mais uma vez que as últimas violências contra os jornais não foram por causa do contrato Williams, porque houve jornais que o discutiram com violência e não foram atacados. Pois nesta circunstância é que está a duplicidade da pouca-vergonha. Alguns jornais foram perseguidos por discutir aquele ato governativo e outros puderam fazê-lo sem perigo. Como se compreende esta falta de regularidade na violência? Primeiro, porque há jornais que o Sr. Hintze odeia muito – por motivos que só o rebaixam. Depois, porque outros, sendo progressistas, lhe metem certo medo, não vá zangar-se o irmão do Crédito Predial. Mas esta falta de equidade é apenas uma agravante do cobarde e ilegal procedimento governativo.*

O certo é que a relação especial da monarquia com o jornal *Paiz/ O Mundo* só pode ser entendida se compreendermos o lugar ocupado pelo jornalismo no debate político e se levarmos a sério esta arena onde se competia pela imposição de uma leitura da realidade.

# A TUTELA POLÍTICA DO DEBATE JORNALÍSTICO

No campo jornalístico a cultura de sujeição ao campo político estava presente em práticas convencionadas, partilhadas por todos, que não só valorizavam, como impunham, à discussão sobre os negócios públicos, uma lógica estritamente político-partidária presente em todo o jornalismo, “informativo” e de opinião.

Em 1891, Alfredo da Cunha, em vésperas de se tornar diretor do jornal *Diário de Notícias*, queixava-se dos seus contemporâneos ainda não terem compreendido, com toda a clareza, que o jornalismo popular e apolítico era sinónimo de progresso. Projetava para o futuro a consagração do seu jornal, quando o leitor nacionalista se posicionasse rigorosamente independente do político:

*Quando, pois, o nível do senso nacional entre nós atingir um mais alto grau, quando a opinião pública, dirigida por um mais são critério, acentuar, com um carácter de generalidade, a sua predileção pela imprensa genuinamente independente, e verdadeiramente imparcial [...]. então, tarde, talvez, há-de melhor apreciar-se a proficuidade da lição que os esforços dos fundadores do Diário de Notícias em si continham, e há-de fazer-se-lhes justiça inteira -essa justiça que até aqui tantas vezes lhes tem sido negada”.*<sup>398</sup>

Já tinham passado quase três décadas desde a fundação do *Diário de Notícias*, primeira empresa jornalística portuguesa vocacionada para o negócio, mas Alfredo da Cunha, ainda precisava de argumentar:

*É certo que nem todos reconhecem nesta evolução um verdadeiro progresso, e que, bem ao contrário, muitos lhe atribuem o que vulgarmente*

---

<sup>398</sup> Alfredo da Cunha, *Diário de Notícias...*, 236.

*se chama “a crescente decadência do jornalismo”; mas não é menos certo também, e não é menos, justamente, a meu ver, que outros filiam essa mesma decadência, por um lado, na exploração da imprensa pelo desenfreado aforismo da política e da finança, que a escravizam a interesses pessoais, nem sempre escrupulosos, e por outro, no desbocamento das polemicas jornalísticas, nessa frequente inobservância duma simples regra de bom viver, por Henry Maret definida nestes justíssimos termos – o não escrever cada um aquilo apenas que seja capaz de dizer cara a cara, e de viva voz.<sup>399</sup>*

O que distinguia afinal os vários “jornalisms” da década de noventa?

#### **4.1. O JORNALISMO POLÍTICO DOS JORNAIS DE “INFORMAÇÕES”**

Ora cronologicamente coincide o nosso estudo com o período (para alguns a “etapa” decisiva, ao ponto de lhe chamarem a “idade de ouro da imprensa”) particularmente acarinhado por uma história “natural” do jornalismo, que aqui encontra a modernidade (leia-se autonomia face ao poder político, profissionalização do jornalista) “pela mão” da publicidade (libertadora) fruto da industrialização oitocentista.

Assim quando nos aproximamos dos estudos jornalísticos portugueses e procuramos compreender o comportamento dos jornais diários e dos seus jornalistas face ao político na viragem do século XIX temos de imediato uma grelha interpretativa acessível e dicotómica: em Portugal existiria uma imprensa de opinião, partidária, apaixonada, e uma outra informativa e apartidária. A esta última caberia a fórmula do sucesso. Citemos o estudo clássico da imprensa portuguesa de José Tengarrinha: «vemos desenvolver-se no nosso país, em 1865, a Imprensa preponderantemente *noticiosa*, a que se opõe à Imprensa preponderantemente de *opinião*. Estava lançada a trave mestra do jornalismo contemporâneo: a informação, como sua principal preocupação e objetivo».<sup>400</sup> O mesmo autor situa ainda no último quartel do século XIX «essa forma especial de informação, até aí desconhecida, chamada reportagem, pela sua

<sup>399</sup> *Ibidem*, 56.

<sup>400</sup> José Tengarrinha, *História da Imprensa...*, 215.

vivacidade, poder de comunicação e abundância de informação, torna-se desde logo preferida do público e é copiosamente usada pela imprensa periódica». <sup>401</sup> Quanto à reportagem o autor não refere qualquer exclusividade da imprensa informativa mas não deixa de adiantar: «Prefere-se cada vez mais a informação objetiva à discussão e à opinião, as notícias sensacionais aos editoriais refletidos. Na necessidade de encontrar um público mais largo, o jornal procura manter uma atitude imparcialmente objetiva, dirigindo-se assim a todos». <sup>402</sup> A obra pioneira de Tengarrinha será um marco para as várias abordagens do jornalismo deste período.

No mesmo sentido, Carla Baptista, mais recentemente, diz-nos, a respeito do período que tratamos, que «os jornalistas fizeram um esforço contínuo e constante para se diferenciarem da política, seja adotando outros formatos discursivos diversos do artigo de opinião, seja especializando o trabalho de cobertura política». <sup>403</sup> Realçando, uma vez mais, o *Diário de Notícias*:

*A intenção de desligar o Diário de Notícias da política e da alta cultura corresponde a uma estratégia de autonomização do discurso e das técnicas de recolha e redação jornalísticas e assinala, em Portugal, um momento seminal relativamente à perceção do lugar social dos jornalistas. Estes passam a posicionar-se como membros de uma vasta indústria de recolha, produção e difusão de bens culturais e informativos, ao invés de atores políticos subalternos ao serviço de uma determinada ideologia partidária.* <sup>404</sup>

Na nossa tentativa de enquadramento do jornal o *O Mundo* estas abordagens do jornalismo se têm a vantagem de nos chamar a atenção para a existência de várias práticas jornalísticas remetem, porém, para um âmbito cronológico longo e vago (“século XIX”, “último quartel do século XIX”), dizendo-nos pouco sobre o objeto que enfatizam: o jornalismo informativo. Tendem ainda a reproduzir as histórias institucionais dos jornais e as memórias dos profissionais do jornalismo, secundarizando a análise dos jornais.

---

<sup>401</sup> *Idem*, 218.

<sup>402</sup> *Ibidem*, 219.

<sup>403</sup> Carla Baptista, *Apogeu e morte...*, 36.

<sup>404</sup> *Idem*, 76.

É insuficiente o que sabemos sobre o jornalismo político praticado por estes jornais informativos. Sobre o *Diário de Notícias* e o *O Século*, no início do século XX, apenas podemos afirmar que os dois valorizavam o seu serviço informativo, ou de “reportagem”, e reclamavam para si um lugar à margem da luta política.

Em 1900, Brito Aranha, redator principal do *Diário de Notícias* (entre 1899 e 1914) ao referir-se à imprensa diária distinguiu: «*journaux politiques ou simplement d'informations*».<sup>405</sup>

A dificuldade em entender o jornalismo informativo neste período cresce quando procuramos compreender o jornal *O Século*. As mudanças operadas no jornal republicano, com a saída de Magalhães Lima, levam alguns historiadores a apelidá-lo de informativo (Rui Ramos, 1998), enquanto outros o colocam no campo da propaganda republicana (Fernando Catroga, 1998).

Sabemos que jornalismo informativo é um termo polissémico que exige ser contextualizado, que encerra múltiplos significados. Lembremos que o conceito de jornalismo informativo remete hoje para um paradigma de tratamento das informações resultante de um acumular de saberes e práticas, como o “valor – notícia” ou validação de uma notícia (interrogação da fonte, aplicação do princípio do contraditório). Um jornal informativo pode hoje ser avaliado por conter informações inexatas, incompletas, por misturar factos com comentários, por não tratar assuntos atuais relevantes, por não respeitar normas éticas, etc. Estamos cientes que o recurso linguístico à expressão “jornalismo informativo” remete-nos para conceitos excessivamente familiares.

Noutro lugar realizámos um estudo em procurámos surpreender, a partir da análise de um único dia (o dia 1 de abril de 1906), algumas convenções noticiosas de nove jornais diários de Lisboa.<sup>406</sup> Sobre o jornalismo político praticado pelo *Diário de Notícias* e o *O Século* concluímos: a divisão de tarefas jornalísticas entre os jornais informativos e de opinião era clara. Os jornais políticos estavam no centro do debate político, eram incontornáveis para quem pretendesse participar nele. Por várias razões. Nos dois jornais, *O Século* e o *Diário de Notícias*, não só dominava um jornalismo de registo, como metade das informações que continham obedecia a um mesmo enquadramento formal: um título listava informações

---

<sup>405</sup> Brito Aranha, *Mouvement...*, 5.

<sup>406</sup> Conf. Júlia Leitão de Barros, “O Jornalismo Político d Século...”.

de relevo e temática variável, a que chamei notícias coletivas. Estas podiam assumir diversas formas, da total miscelânea à temática genérica. Nestas notícias predominavam os conteúdos enviados pelos correspondentes e as informações obtidas junto do aparelho do Estado. Os jornais informativos registavam com grande minúcia atos administrativos e rotinas burocráticas. Salientámos que o recurso às fontes administrativas tinha a enorme vantagem de permitir a estes jornais “encher” com relativa facilidade as suas páginas, passando *a pente fino* as várias e crescentes áreas de intervenção do Estado (educação, saúde, comércio, indústria, agricultura, colónias, obras públicas, transportes etc.). A reprodução integral das informações recolhidas junto da máquina do Estado era acompanhada por uma linguagem técnico-burocrática que remetia para um rigor e racionalidade ausente, e verdadeiramente contrastante, com o “reflexo” caótico da sociedade, presente na conceção do próprio jornal. O Estado surgia nestes jornais como um nicho de coerência.

Tinha razão João Chagas quando em editorial, no *O Paiz*, de 3 de fevereiro de 1898, escrevia a propósito: o *Diário de Notícias*, «agente de publicidade oficial» era «o mais insípido de Lisboa e, no entanto, aquele que neste momento tem mais interesse para o público, por ser o que mantém mais relações com o Estado, isto é, com a administração pública [...] Portugal é um país em que o Estado é tudo [...]». Já «o grande público do *Século*» era o «público de secretaria». Concluindo:

*Na imprensa os jornais que mais rapidamente conquistam o favor público não são os mais cultos, os mais bem escritos, cintilantes, ou mordazes, mas aqueles a quem o Estado transmite de preferência as notas da sua vida quotidiana [...] jornais de que não colhe uma ideia, mas por meio dos quais sabe rigorosamente, a que hora é que entrou na secretaria o ministro do reino.*

Os dois jornais informativos valorizavam informações atuais e exclusivas, que reproduziam, com pouco ou nenhum tratamento jornalístico. Mais de dois terços das informações vertidas nos jornais informativos obedeciam a este padrão: informar era o registo de ocorrências.

A leitura rápida surge como uma quase impossibilidade. Tendiam os pequenos títulos a remeter para a nomeação de instituições, personalidades, atividades económicas, etc. Outros, nem isso, apontavam antes para sínteses noticiosas, chamemos-lhes também coletivas, por não

individualizarem, antes agregarem informações de assuntos diversos (veja-se “Notícias Diversas”, no *Diário de Notícias* ou “Informações”, no *O Século*). Os títulos eram tendencialmente neutros e não hierarquizavam os factos noticiosos. Pelo menos aparentemente, a vaga hierarquização das notícias parece seguir a lógica da paginação. Assim o jornalismo de registo, sem deixar de recorrer a convenções invisíveis de valorização informativa, tendia a desvalorizar o título, fugindo deste exercício, por excelência, interpretativo e comprometedor.

Se as notícias coletivas, que atrás falámos, já ajudavam a fazer diluir assuntos de interesse público, num caldo indistinto e disperso de insignificantes ocorrências de interesse limitado, os títulos vagos reforçavam o carácter incoerente da realidade. A lógica parece ser o pulverizar de assuntos variados ao longo do jornal. O jornalismo do *O Século* e do *Diário de Notícias* vivia do registo de factos avulsos, sem aparente hierarquização temática. A interpelação do político estava ausente e os gabinetes ministeriais eram intransponíveis pelos jornalistas. Nesse dia, os dois jornais transmitiam pelas suas convenções jornalísticas uma forma de ler o político: arena distante e inatingível. No entanto, esta postura estava longe de significar total ausência de comentário. Este obedecia a regras precisas. As curtas informações avulsas sobre atividade ministerial, que respondem ao quem, onde e quando, mas nunca ao porquê, são acompanhadas de breves esclarecimentos nos quais o jornalista dá voz ao governante: «o Sr. Ministro vai estudar detalhadamente o assunto, a fim de poder tomar resolução». O tom oficioso e reverencial tomava conta destas pequenas notas introduzidas nas páginas do *O Século* e do *Diário de Notícias*.

Tendiam ainda, os dois jornais, a apresentar as tomadas de posicionamento político como igualmente dignas e representativas. A sua imparcialidade vinha da recolha diversificada de factos político partidários, isolando-os uns dos outros, sobrepondo-os e igualando-os. Em termos de lógica jornalística significava o império dos factos, das ocorrências, sobre o contexto, leia-se enquadramento de ideias, propostas alternativas, luta política. Dominando o “quem fez o quê” sobre o “porquê”.

Por contraste, os jornais de opinião política dotavam a atividade ministerial de um enquadramento explicativo (interpretativo), por vezes, interpelativo. O chefe do governo, afinal, não se limitara a administrar o país e a receber amigos e colegas no segredo dos gabinetes. Nestes jornais, o governo toma medidas não consensuais, suscetíveis de serem

debatidas, defendidas ou colocadas em causa. O comentário impera. Veja-se por exemplo como o *Vanguarda* (republicano) e o *O Popular* (regenerador) sintonizam, nesse dia 1 de abril de 1906, na mesma problemática governativa atual, por sinal ausente nos dois jornais informativos: o cancelamento por parte do governo Hintze Ribeiro dos preparativos para mais uma campanha colonial, anunciada pelo seu antecessor Luciano Cordeiro. Diz-nos o jornal republicano em editorial: «verdadeiramente ignóbil esta política monárquica que por aí se desenrola». Já o *O Popular*, órgão do partido regenerador, no governo, escrevia: «Agora é este o assunto [...] exclamações sonoras da imprensa progressista», mas «foi o mais sensato», ter «prudência» e «bom senso».

Neste estudo, que recaiu sobre o dia 1 de abril de 1906, foi possível clarificar a postura do jornalismo informativo face ao político, através da análise do conteúdo jornalístico relativo ao assunto que estava na ordem do dia: a preparação, pelo recém-formado governo de Hintze Ribeiro, do novo ato eleitoral, agendado para dia 15. Procedia então, o chefe do partido regenerador, à recomposição da sua influência partidária no país, que passava pela nomeação de governadores civis, administradores de concelho e regedores. Num jornalismo, informativo com elevada dependência das informações obtidas junto do aparelho de Estado, não é de estranhar a ênfase dada ao carácter puramente administrativo destes atos governativos. Quer o *O Século*, quer o *Diário de Notícias* registavam com precisão os documentos oficiais, emanados do ministério do reino, reproduzindo a lista de nomeados para os novos cargos da administração do Estado. O jornalista mantinha uma postura passiva, de transmissor e divulgador do facto político, abstendo-se de seleccionar ou introduzir qualquer novo dado que facilitasse a compreensão do leitor sobre a escolha governamental. A informação recebida das instâncias administrativas era dada em bruto e a notícia não era elaborada, avaliada ou contextualizada. A técnica de registo reforçava a aparência de uma pretendida imparcialidade, descomprometida com o poder. A lógica da informação destituída de opinião e comentário era aqui levada às últimas consequências, mas a submissão à fonte oficial, naturalizava, pela evocação de um regular procedimento administrativo, os atos governativos. O debate político era desvalorizado.

Mas esta é apenas meia verdade. O apoliticismo destes jornais ruía “pela mão” dos correspondentes do jornal. Enterrados no interior do jornal, imersos nas miscelâneas das notícias coletivas, entravam

dissimuladamente, pelos dois jornais, *O Século* e *Diário de Notícias*, comentários políticos, com claro posicionamento partidário.<sup>407</sup> Nas suas últimas páginas, os dois jornais incluíam um número elevado de comentários parciais, pró-governamentais e conciliatórios. Isto é, no jornalismo informativo o governo tinha um tratamento distinto e altamente favorecido em relação a todos os outros protagonistas políticos, quer pela quantidade, quer pela qualidade da informação.

Em contrapartida, nos jornais de opinião, ao invés do registo integral das nomeações, opta-se pelo casuístico comentário a algumas das escolhas do governo.

No mesmo sentido, o *Diário de Notícias* e o *O Século* tratam as eleições de forma residual e dispersamente. Os eleitores estão ausentes. As referências ao ato eleitoral nos jornais informativos, em abril de 1906, recaem sobre os “influentes” locais. Privilegiando-se a informação curta, não contextualizada, de conflitos clientelares e rivalidades pessoais. Cada facto político, ligado ao ato eleitoral, surge autonomizado. Isto é, devidamente circunscrito a uma iniciativa individual, localizável no espaço geográfico (elementos de  $x$  localidade) e no espaço do jornal (as informações eram descontínuas). A dimensão nacional do ato eleitoral era apagada, e a competição política adstrita a voluntariosas iniciativas individuais. O carácter não concorrencial do ato eleitoral era reforçado. Não se avaliavam propostas, não se apresentavam alternativas, não se confrontavam posições.

Note-se que a conjuntura política é de alguma indefinição político partidária. A coligação liberal de progressistas e franquistas, que viria a ser decisiva para João Franco ser chamado, pelo rei D. Carlos, a chefiar o governo, ainda não tinha sido anunciada. O partido progressista ameaçava a estabilidade governativa com a possibilidade de não participar nas próximas eleições. O partido regenerador não formara lista para Lisboa, esta vinha pela mão de independentes. O receio do peso do partido republicano nas urnas da capital era um facto político. Mas nada disto surge sequer aludido no *Diário de Notícias* e no *O Século*.

A postura dos jornais de opinião era distinta. Pelo contrário, dedicam especial atenção às eleições, aos chefes dos partidos monárquicos e à leitura da sua atuação política. Alguns davam a ler as próximas eleições num quadro de irregularidades e corrupção. Veja-se o republicano

---

<sup>407</sup> *Idem.*

*Vanguarda*, sob o título “Eleições” e subtítulo “Galopins de Sotaina”: «Em muitas freguesias de Lisboa já a padralhada encetou campanha eleitoral, pedindo descaradamente votos aos seus amigos e apaniguados». Noutro subtítulo, “Movimento de galopins”, dava conta, como na Fábrica Victoria, em Lisboa, se preparava uma reunião de «influentes» para «arranjarem votação para o governo, que para aí nos desgraça». O *O Popular*, órgão pró-governamental, não evitava referir-se ao adversário político direto, o partido progressista, como corrupto. E citava o *Notícias de Lisboa*:

*O partido progressista traz atravessado na garganta – e já por mais de uma vez o seu órgão na imprensa a isso se tem referido com azedume – que, na oposição, o partido regenerador se tivesse prestado à rigorosa fiscalização das urnas. Que demónio queria ele fazer nas urnas, que tanto o incomodava a fiscalização? comentando: O que ele queria sabe-se bem.*

Privilegiava-se o assunto controverso. O mesmo jornal comentava, ainda, a aproximação do partido progressista ao partido regenerador liberal: «O Sr. José Luciano de Castro, tendo dado cabo do partido progressista tenta agora fazer o mesmo ao grupo do Sr. João Franco»; «Parece que o Sr. João Franco tendo percebido a tempo as espartíssimas manobras do Sr. José Luciano de Castro, não está disposto a *funcionar-se* com sua excelência», esclarecendo que «marechais progressistas» estão «desconfiados» e «não apoiam ideia de fusão» – adiantando: «pode resultar o agravamento da situação no partido progressista e o seu desaparecimento da cena política».

Também o jornal republicano *O Mundo* participa na discussão sobre os partidos monárquicos, dando conta: «cresce a irritação entre vários progressistas contra a ideia de fusão» com os franquistas. Este jornal distinguia-se, no entanto, de toda a imprensa diária lisboeta, no tratamento do ato eleitoral. Era o único que individualizava e destacava, com título e subtítulo, sobre todas as colunas, a temática eleitoral: “Partido Republicano”, “Os candidatos pelos círculos de Lisboa”.

Nesse dia o debate político público era assegurado pelos jornais de opinião. Por contraste, os jornais informativos procuravam destituir os factos políticos do seu carácter controverso. O aparato formal das informações (notícias coletivas, ausência de títulos, dispersão das temáticas) e a tendência para não incluir um enquadramento mínimo do facto

político, disponibilizando limitadas ferramentas interpretativas ao leitor, permitiam emudecer o debate político.

Esta tendência do *Diário de Notícias* e do *O Século* para se absterem de participar no debate político está também presente numa outra análise por nós efetuada em torno da utilização do título grande (sobre mais de uma coluna).<sup>408</sup> Verificámos que na década de noventa, o *Diário de Notícias* e o *O Século* – este a partir de 1892 – tendem a não recorrer ao título grande no tratamento de assuntos de política nacional. Mantendo o *O Século* esta postura até 1906. Não é, porém, linear a leitura que se pode fazer do papel desempenhado por estes jornais no debate político. Os jornais informativos tinham, no que respeita à informação política, algumas virtualidades, ausentes nos outros jornais. As suas grandes tiragens, a par do esforço em obscurecer qualquer alinhamento partidário, consagravam-nos como órgãos imprescindíveis do governo e dos partidos na divulgação de informação oficial. O apolitismo destes jornais não correspondia à ausência de tratamento diferenciado dos temas políticos. Os dois jornais enchem as suas páginas com atos de governação administrativa. O seu apolitismo não remetia para uma lógica informativa de desqualificação do facto político. A sua influência no debate político não era direta nem mecânica, a sua participação fazia-se, desde logo, pela inclusão de informação privilegiada.

#### 4.1.1. O jornalismo apartidário dos jornais de “informações”

Nesta nossa tentativa de compreender a relação estreita do campo político com o jornalismo informativo convém, não só realçar a dependência dos jornais informativos das fontes oficiais, como lembrar que a adoção de uma postura de descomprometimento político favorecia o acesso a informação privilegiada. Desde logo junto do governo.

A análise de conteúdo<sup>409</sup> de dois jornais de opinião, o *O Novidades* e o *O Mundo*, permite-nos entender como no início do século XX, o *Diário de Notícias* e o *O Século*, foram sendo requisitados pelos governos para difundir informações em primeira mão, assumindo-se como órgãos oficiais do governo. E aqui destaca-se o *Diário de Notícias*. A referência

---

<sup>408</sup> Conf. Júlia Leitão de Barros, “O Jornalismo Político Republicano...”, Tomo II, Anexo 2, Caso de Estudo 2.

<sup>409</sup> Uma análise, estritamente qualitativa, da primeira página dos jornais *O Mundo* e *Novidades*, numa amostra que recaiu na primeira semana (sete dias) dos meses de janeiro, abril, julho e outubro, no período de 1900 a 1907.

explicita do carácter officioso das informações contidas neste jornal ocorre vinte e uma vezes.<sup>410</sup> Quer o jornal o *Novidades* quer o *O Mundo*

<sup>410</sup> Listagem cronológica das referências ao carácter officioso do Diário de Notícias, no *O Mundo* e *Novidades*, entre 1900 e 1907, segundo amostra descrita na nota anterior: «Nota officiosa sobre conselho de ministros» (*O Mundo*, 7-1-01); «Merece registo esta nota, por certo officiosa, do Diário de Notícias» (*O Mundo*, 1-4-01); «Tem todo o carácter de ser uma nota semi oficial», referia-se o jornal a uma informação, sobre a intenção do Hintze Ribeiro não pretender remodelar o governo (*Novidades*, 6-2-02); «No boletim parlamentar do semi officioso Diário de Notícias, de ontem, lê-se o seguinte:[...]» (*O Mundo*, 7-1-04); «Damos em seguida a informação do Diário de Notícias, de hoje, sobre o novo contracto provisório [do tabaco]. Não lhe alteramos uma vírgula [...]». Acrescentando: «Que o governo desejava furtar ao parlamento o exame de tal coisa, prova-o a informação do Diário de Notícias, do próprio punho ministerial» (*Novidades*, 3-4-05); «Por último notemos a seguinte inovação: antes de El Rei ler o discurso da coroa, já a fala era conhecida pelo resumo publicado no Diário de Notícias de hoje. A falta de atenção pelo soberano, fazendo-o pronunciar as frases do discurso, é assim agravada com a antecipação do pregão a 10 réis. Nunca se viu nada de semelhante, mas provavelmente este governo tem mais assombros a dar a público» (*Novidades*, 3-4-05); Cita outra informação do Diário de Notícias relativa tabacos comentando-a: «Segundo nos consta, isto é inteiramente falso, o que não admira sendo de origem oficial» (*Novidades*, 3-4-05); «a nota officiosa do Diário de Notícias e *O Popular*» (*Novidades*, 4-4-05); «Principalmente a estendela [sic] da visita imperial, que hoje o Diário de Notícias intenta curar com unguento de basilicão. Deixe-se disso querido colega. Aquilo foi mesmo no osso!» (*Novidades*, 5-4-05); «Disseram ao Diário de Notícias nas regiões oficiais que não haverá adiamento de cortes» (*Novidades*, 6-4-05); «Lia-se ontem no nosso prezado colega Diário de Notícias, mensageiro das informações do paço dos Navegantes» (*O Mundo*, 6-7-05); cita informação incorreta do órgão oficial do governo, o *Correio da Noite*, sobre data de abertura de aulas errada, e citam correção do Diário de Notícias, comenta o *Novidades*: «Para isto, realmente, não vale a pena ser órgão officioso. O *Correio* apanha as descomposturas e os outros apanham as notícias! Não pode ser. Nem deve. E tanto não deve que um tal estado de coisas põe o colega na falsa situação de ser desmentido pelo seu outro eu matutino, o que faz sempre mau efeito cá para fora por se tratar de bulhas em família» (*Novidades*, 7-10-05); «As notícias que nas *Novidades* apareceram sobre a reunião do conselho de Estado estão confirmadas, para glória da excelente informação política daquele periódico, numa nota officiosa do Diário de Notícias. Reza assim a nota: “Segundo nos consta o governo conta poder realizar no mês corrente uma operação que lhe permita assegurar a conversão das obrigações dos tabacos em circulação [...]”» (*O Mundo*, 2-1-06); A propósito do novo contrato dos tabacos: «O governo mandou publicar no Diário de Notícias o seguinte: “Segundo as nossas informações, vai pelo governo ser dirigido convite às entidades financeiras do país e do estrangeiro que, para a importância do assunto, tenham necessária categoria [...] tabacos [...]”» (*Novidades*, 3-1-06); «O Diário *Illustrado* fazia ontem o oportuno confronto de duas notas officiosas publicadas no Diário de Notícias que provam na verdade a duplicidade velhaca e matreira do Sr. José Luciano na questão dos tabacos [...]» (*O Mundo*, 5-1-01); A propósito de circular relativa ao concurso do contrato de tabaco: «O Diário de Notícias, com aquela autoridade e com aquela pontinha de arrogância que lhe vem da fonte onde bebe á noite as informações officiosas que no dia seguinte nos comunica, saiu-se hoje com esta», cita e comenta «Como o bom leitor das *Novidades* presumirá facilmente, na ansia de bem o servirmos, não poupamos diligência e esforços para apanhar uma das circulares que hoje seriam expedidas pela direcção geral de tesouraria [...]. Pois às 6 ½ da tarde e a respeito da circular...no hay [...]. Lá se vai, pois, mais uma vez por água abaixo a boa informação do Diário de Notícias [...]Os enguiços e os adiamentos multiplicam-se, de modo...que o que há de mais certo nesta ocasião é haver no governo ministros tão previdentes, que trabalham persistentemente...nas disposições da última vontade», (*Novidades*, 8-1-06); «O Sr. Penha Garcia deu ontem a alternativa

não hesitam em referir-se a certas informações contidas no *Diário de Notícias* como notas oficiosas. Tendendo o *Novidades* a enfatizar este vínculo: «O governo mandou publicar no *Diário de Notícias* o seguinte».<sup>411</sup> Chegando mesmo a insinuar que algumas notas viriam «do próprio punho ministerial».<sup>412</sup>

Contudo, o carácter oficioso da informação exclusiva contida no *O Século* é na nossa amostragem uma única vez referenciado explicitamente, a 6 de abril de 1906, pelo *O Mundo*: «Nem mesmo depois da observação feita ontem pelo *Diário de Notícias*, o *Notícias de Lisboa* deu ontem qualquer desmentido à nota que apareceu no *O Século* com a epígrafe *Medidas Militares*. Mais se acentua assim o carácter oficioso que tinha essa nota, na qual se anunciava que o chefe de Estado tomara a iniciativa de certas medidas destinadas a melhorar a situação material da classe militar. Entramos, pois, no período do absolutismo puro e desmascarado».

No entanto, se é rara, no que respeita ao *O Século*, a referência a informação governamental em primeira mão, tal não significa que não tenhamos múltiplas menções ao acesso deste jornal a informação privilegiada junto do poder político. Nesse sentido são elucidativas as referências à utilização, em simultâneo, ou alternadamente, por parte dos governos, dos dois órgãos informativos. Assim em 1901, a 7 de janeiro, *O Mundo* dava conta de um telegrama publicado apenas pelo *O Século* e pelo *Diário de Notícias*. Também o *Novidades*, a 6 de abril de 1904, na sua rubrica “Casos do Dia”, a propósito da ameaça externa às colónias portuguesas, diria:

---

no reclamo ao Sr. António Cabral. Assim, as notas oficiosas, ontem publicadas no *Notícias*, referiam-se especialmente ao esperançoso ministro das obras públicas. Numa delas dizia-se: [...]. Estejam descansados os vinicultores; a crise está resolvida. Se está!» (*O Mundo*, 8-1-06); A propósito de circular relativa ao concurso do contrato de tabaco: «Pois mais 24 horas são decorridas e a circular continua no choco! Porquê? [...]. E assim o *Diário de Notícias*, e as suas informações, vão caindo em sucessivo descrédito. Ora leia-se, por exemplo, a explicação com que ele tenta corrigir o fiasco de véspera», e cita-o e comenta: «” Não houve ontem tempo...só amanhã será enviada”. Então, hoje! (bold) Onde fica o informador oficial do *Diário de Notícias* o dia de hoje? Porque é que hoje é assim engolido no cômputo do tempo?» (*Novidades*, 9-1-06); A propósito da crise do Douro, refere a «Nota oficiosa» do *Diário de Notícias* e comenta «Não se chegou a resultado definitivo» (*Novidades*, 3-7-06); sobre política financeira de João Franco: «Está aqui construída a ponte do cronista financeiro do *Diário de Notícias!*» (*Novidades*, 4-7-06); sobre gratificações na Direção dos Caminhos de Ferro: «o governo tirou da falta de pormenorização pretexto para desmentir a ocorrência numa nota oficiosa mandada para o *Diário de Notícias*, de hoje», e transcreve (*Novidades*, 6-7-06).

<sup>411</sup> *Novidades*, 3 de janeiro de 1906.

<sup>412</sup> *Idem*, 3 de abril de 1905.

*Como se terá visto, o Diário de Notícias não insistiu hoje na sua lenda do perigo arredado. [...] em presença da negativa categórica com que o Sr. Ministro dos estrangeiros respondeu à pergunta do sr. Fuschini [...]. Porque parece haver combinação para em certos dias abusar da credulidade de uma parte da imprensa, e nos restantes abusar de outra. Sendo hoje 4.<sup>a</sup> feira, coube ao Século, que foi bombardeado com a seguinte notícia: [...]. Isto ao menos tem o mérito de ser mais claro. Mas ainda não é tudo. Pelos modos tratava-se de uma espécie de santa aliança nouveau jeu, de todo o continente contra a Inglaterra.”*

Enquanto plataforma informativa tendencialmente neutra os jornais informativos assumem-se como canais privilegiados de comunicação política não só das forças partidárias com vocação para o governo e do próprio monarca, como e de todos os protagonistas políticos.

Mas o acesso dessas empresas jornalísticas a informação privilegiada não dizia respeito apenas às fontes próximas do governo. Frequentemente os partidos políticos monárquicos recorrem aos jornais informativos para dar conta de informação que pretendem divulgar de forma oficiosa. Refira-se, por exemplo, como a 2 de abril de 1906, a surpreendente coligação liberal, entre o Partido Regenerador Liberal e o Partido Progressista – que viabilizou, pouco depois, o governo de João Franco – foi noticiada, em primeira mão, e em simultâneo pelo *O Século* e pelo *Diário de Notícias*. Lia-se, nesse dia, à tarde, no *Novidades*:

*O Diário Illustrado [órgão partido regenerador liberal], coitado [...]. Está exausto! Mas a outra?<sup>413</sup> Essa...não lhe dizemos nada senão por música! Fala pelos sete canelos [...]. Serve-se do Diário de Notícias, e até do Século, para lançar como um desafio o pregão dos seus amores. É da primeira destas gazetas que hoje recordamos a informação: [...].*

A possibilidade de obter informação privilegiada junto dos partidos dotava o *O Século* e o *Diário de Notícias* de uma credibilidade acrescida, enquanto fonte informativa, junto dos jornais partidários. Não por acaso, a 3 de janeiro de 1906, o *Novidades* citava o *O Século* para confirmar informação avançada pelo jornal oficial da Dissidência Progressista, o *Dia*, sobre o novo leader parlamentar progressista.

---

<sup>413</sup> Referência à campanha que vinha sendo realizada contra Luciano de Castro que o colocava sob total influência da sua mulher em questões de ordem política.

No período que estudamos, tudo parecer apontar para um reforço do papel destes órgãos informativos na divulgação de informação oficiosa. O *Diário de Notícias* terá mesmo sido protagonista de um corte com uma convenção jornalística, assinalada pelo *Novidades*, em 3 de abril de 1905, ao publicar o discurso da coroa antes do rei o pronunciar:

Por último notemos a seguinte inovação: antes de El Rei ler o discurso da coroa, já a fala era conhecida pelo resumo publicado no *Diário de Notícias* de hoje. A falta de atenção pelo soberano, fazendo-o pronunciar as frases do discurso, é assim agravada com a antecipação do pregão a 10 réis. Nunca se viu nada de semelhante, mas provavelmente este governo tem mais assombros a dar a público.

Um bom exemplo da participação do jornalismo informativo na luta política, pela via da divulgação informativa, é a nota do *Novidades*, a 8 de janeiro de 1906, quando, em plena resolução da “crise dos tabacos”, o governo anunciara nova circular sobre concurso ao monopólio. Dava então conta o vespertino: «O *Diário de Notícias*, com aquela autoridade e com aquela pontinha de arrogância que lhe vem da fonte onde bebe à noite as informações oficiais que no dia seguinte nos comunica, saiu-se hoje com esta», e o jornal refere a circular que saíra, naquele dia. Acrescentando:

*Como o bom leitor das Novidades presumirá facilmente, na ansia de bem o servirmos, não poupamos diligência e esforços para apanhar uma das circulares que hoje seriam expedidas pela direção geral de tesouraria [...]. Pois às 6 ½ da tarde e a respeito da circular...no hay, [...]. Lá se vai, pois, mais uma vez por água abaixo a boa informação do Diário de Notícias.*

E no dia seguinte, o *Novidades* volta à carga:

*Mesmo quando parece querer proceder com correção [...] falha à seriedade e não mantém a sua supremacia de dirigente, independente e escrupuloso! Não são os outros que o desacreditam: o governo é que faz tudo quanto pode para cair no descrédito [...]. Pois mais 24 horas são decorridas e a circular continua no choco! Porquê? [...]. E assim o Diário de Notícias, e as suas informações, vão caindo em sucessivo descrédito. Ora leia-se, por exemplo, a explicação com que ele tenta corrigir o fiasco de véspera [...]. «Não houve ontem tempo...só amanhã será enviada»» Então, hoje! [sic] Onde fica o informador oficial do Diário de Notícias o dia de hoje? Porque é que hoje é assim engolido no cômputo do tempo?*

A divulgação de informação oficiosa pelos dois jornais informativos é alvo de constante apreciação por parte dos jornais que analisámos sendo frequentemente utilizada para descredibilizar este jornalismo.<sup>414</sup> A importância assumida pelos jornais informativos na luta política é visível nesta vocação para se constituírem como porta-vozes de informações relevantes e exclusivas, não raramente coniventes com propósitos políticos pouco claros.

Assim, com frequência, os dois jornais inserem “oportunas” informações de índole político partidária, que embora apresentadas como não confirmadas, pelas forças partidárias envolvidas, não deixam de interferir na luta política travada. Veja-se a nota do jornal *O Século*, reproduzida pelo *O Mundo*, a 28 de maio de 1904, na secção “Ecos” com subtítulo, “A Preparar”: «Do *Século*: “Consta-nos que, em Belém, se efetuou ontem à noite uma reunião política de influentes locais progressistas, a que assistiu o Sr. Conselheiro José Maria Alpoim, para tratar de assuntos eleitorais”». O *O Mundo* comenta-a: «Consta-nos, pelo contrário, o Sr. Alpoim ainda não foi a nenhuma dessas reuniões e que as notícias são simples requerimentos. Mais nos consta que para o caso de serem deferidos os requerimentos já há bastantes desinfetantes em Belém». E anote-se ainda a referência do *Novidades*, nos seus “Casos do Dia”, de 4 de outubro de 1902: «a um cantinho da 8.<sup>a</sup> coluna no *Diário de Notícias* vem escondida a seguinte inocente informação: “Os Srs. marquês de Soveral e conselheiro João Franco estiveram ontem de tarde conversando, a sós, cerca de duas horas, no passeio Maria Pia, em Cascais”. Parece que diz nada e diz muito, e que é muito e afinal não é nada».

Veja-se ainda no *Novidades*, a seguinte observação, ao artigo contido no *O Século*, a 3 de outubro de 1905:

*O Sr. Conselheiro Eduardo José Coelho, nosso prezado colega da imprensa, publica hoje no Século, mais um artigo de propaganda a favor do porto de Lisboa. A prosa do ilustre jornalista está disfarçada com alguns remoques ao governo para os lustrosos efeitos dum certo verniz de independência*

---

<sup>414</sup> O *Novidades*, de 3 de abril de 1905, cita informação do *Diário de Notícias* e remata: «Segundo nos consta, isto é inteiramente falso, o que não admira sendo de origem oficial». A 5 de abril de 1905, no mesmo jornal: «Principalmente a estendela da visita imperial, que hoje o *Diário de Notícias* intenta curar com unguento de bazalício. Deixe-se disso querido colega. Aquilo foi mesmo no osso!».

*[...]. Como se vê o Sr. Ministro do reino, duma cajadada jornalística, mata dois coelhos políticos. Mata, não. Pelo contrário, alimenta. Faz a propaganda, de que os seus colegas do ministério o encarregaram e, ao mesmo tempo, prepara o terreno da opinião para receber a semente fecundante da ditadura do cair da folha, que deve iniciar-se, precisamente, segundo é voz do povo, pelo decreto da abolição de passaportes. Não há sombra de dúvida de que o Sr. Eduardo José Coelho continua dando glória imarcescível (sic) à profissão a que nos honramos de pertencer [...].*

No mesmo jornal, a 5 de outubro de 1907, comenta-se: «Espantoso! O *Século* e o *Diário Illustrado* publicaram o relato da viagem do Sr. Ministro da marinha às colónias africanas: Ele diz o que viu, o que viu e o que por cá leu, sem que uma só ideia saia daquele cérebro iluminado». Já no *O Mundo* são ainda mais frequentes todo o tipo de insinuações sobre o carácter pouco escrupuloso do jornal *O Século*, o que, como noutra local referimos,<sup>415</sup> se enquadra numa estratégia de afirmação do jornal junto do movimento republicano. O *O Mundo* ia realçando, casuisticamente, os erros noticiosos e o duvidoso posicionamento político do seu rival direto. Leia-se, a título de exemplo, o editorial deste jornal, de 2 de outubro de 1902: «O *Século* só chama ilustre a alguém quando esse alguém está em cima ou caminha para lá». E observe-se como *O Mundo* se refere ao colega, a 4 de outubro de 1903: «Acabamos de ver, tarde, um artigo que o *Século* publicou ontem a fazer propaganda da agora malograda concessão da Guiné. A propaganda está bem ali no *Século*, balcão para defender todas as negociatas deste género. [...]». Ou ainda, como o descreve a 4 janeiro de 1907:

*O Século, já ontem se referiu à manifestação de S. Carlos, dizendo que os vivas foram entusiasticamente correspondidos por toda a assistência; fizeram-se ovações calorosas; as manifestações foram tão entusiásticas como as que se fizeram quando aí esteve Eduardo VII, etc. É para que vejam os ingénuos que julgavam que se fixava a cor do camaleão.*

Que os jornais de informação participam na luta política parece-nos já assunto esclarecido. E nos dois jornais políticos aqui analisados, o

---

<sup>415</sup> Conf. Júlia Leitão de Barros, “O Jornalismo Político Republicano...”, Tomo II, Anexo 4 – O Século e os Outros.

*Novidades* e *O Mundo*, constata-se que o *Diário de Notícias* e o *O Século* constituem matéria de interesse político e são alvo de toda a atenção, apresentando-se, ora como transmissores de informações oficiais, de várias forças políticas, ora como intermediários de interesses políticos inconfessados.

Estamos pois em condições de afirmar que o jornalismo político dos jornais de informações obedece a várias características: privilegia o registo de informações diversificadas, sem contextualização, ou hierarquização, dotando a perceção do real de uma complexa incongruência, à qual nenhuma esfera de atividade fugia, nem a política; a forma compacta de registo informativo, claramente mais denso e diversificado que o jornalismo político partidário, sobrepunha-se à dispersa e discreta presença do comentário político; o tratamento dos factos políticos distinguia-se do jornalismo político partidário pelo enfoque dado aos atos de governação administrativa e pela ausência de tomada de posição clara no debate político; a atividade política era apresentada como prática distante e inacessível e tendencialmente circunscrita aos protagonistas institucionais; o jornalismo informativo pela sua conceção singular assumia para os protagonistas políticos, e entre estes os outros jornais diários, um papel dinamizador da vida política, enquanto recetáculo e intermediário de informação político partidária, ou institucional, dirigida a todo campo político; o jornalismo informativo constituiu-se como fonte privilegiada do jornalismo partidário, sendo constante a preocupação deste em dar a ler aos leitores as notícias contidas no jornalismo informativo integrando-as na luta política.

Por último, o jornalismo informativo não tinha uma relação de horizontalidade com o campo político, permanecendo o debate, em grande medida sujeito às regras, há muito estabelecidas pelo campo político, a saber: a controvérsia e a interpelação eram coutadas do jornalismo político partidário. Era estreita a autonomia das práticas jornalísticas do jornalismo político praticado pelo *O Século* e pelo *Diário de Notícias*, patente na acomodação destes às normas de interpelação ao político. Assim, no início do século XX o debate político permanecia, quase totalmente, sob a alçada do jornalismo político partidário.

Esta breve aproximação ao jornalismo político praticado pelo *Diário de Notícias* e o *O Século* não pode induzir-nos no erro de tornar indistintos os dois produtos jornalísticos disponibilizados pelas empresas de negócio aos leitores da capital. Na análise que fizemos do dia 1 de abril

de 1906<sup>416</sup> referimos as diferenças de postura dos dois jornais (conservadorismo/ progressismo). A análise revelou aquilo que outros autores já tinham defendido, e que a história dos dois diários, fazia prever, ou seja, não obstante as semelhanças entre eles, distinguiam-se, apesar de tudo, pela sua linha editorial: o *O Século* cultivando uma sentimental cumplicidade com os seus leitores, com um projeto de índole progressista, a favor dos mais fracos e desprotegidos contra a elite dominante; o *Diário de Notícias* mais conservador, reverente, prudente, legalista e conciliatório, assentando a sua atuação num projeto de índole paternalista de formação cívica dos cidadãos. Ao *Século* coube, pelo menos esporadicamente, procurar modificar as convenções jornalísticas impostas pelo campo político. Mas como referimos noutro lugar referimos a imprensa político partidária reagiu mal aos assomos de independência política protagonizados pelo *O Século*.<sup>417</sup>

De imediato, e naquilo que nos interessa agora salientar, o interesse em impor o jornal *O Mundo*, em setembro de 1900, obriga a ter presente: eram os jornais diários de opinião quem contribuía de forma continuada e ininterrupta, para contextualizar, dar uma dimensão explicativa à atualidade informativa. O seu lugar não pode ser subestimado. Para entrar no debate público sobre a atualidade política era forçoso entrar na comunidade do jornalismo diário de opinião. Ao contrário do que muitas vezes se afirma não era tarefa fácil. O acesso era vedado, como vimos, a algumas correntes políticas, outras tiveram que forçar a sua presença. Todas sabiam que era sobretudo aí que se competia pela imposição de uma leitura sobre a atualidade.

## 4.2. O DEBATE COMO COMBATE

Entender o lugar dos jornais de “opinião” no início do século XX obriga a ter presente que o jornalismo político alicerçava grande parte da sua legitimidade nas funções que o sistema político lhe conferia: de instrumento disponível para controlar os abusos do poder; garante da alternância de poder sem recurso à violência; arena onde se competia pela imposição de uma leitura da atualidade. Isto é, espaço incontornável para quem pretendia participar no debate político.

<sup>416</sup> Conf. Júlia Leitão de Barros, “Jornalismo Político d’ O Século...”.

<sup>417</sup> Conf. Júlia Leitão de Barros, “O Jornalismo Político Republicano...”, Tomo II, Anexo 4.

No jornalismo de opinião, a lógica política partidária não era só perceptível no tom das intervenções, parcial, intransigente, militante e tático (frequentemente referido pelos historiadores) como no modelo de intervenção das partes no debate, por todos partilhados. Detenhamo-nos nele.

O modelo dominante de debate político jornalístico remetia a política para um referencial bélico de combate permanente, com lances de coragem e ousadia, derrotas, ameaças e armadilhas, de políticos jornalistas “beligerantes”, entrincheirados nas suas “folhas”. Na prática jornalística dos jornais de “opinião” cultivava-se uma forma de fazer política pouco contemporizadora com a negociação, a busca de consenso, e fraca exposição (e responsabilização) de alguns dos seus protagonistas.

No início do século XX, à semelhança de outras modalidades de intervenção pública – parlamento, conferências, imprensa – o meio jornalístico servia-se do referencial militar para narrar a sua atividade. Os jornais “faziam campanhas”, travavam “combates”, “contendas”, “batalhas”, “esgrimiam” argumentos, avaliavam inimigos, testavam “armas”, “derrotavam” adversários, reduzindo-os ao “silêncio”. Escrever com “vibração”, “paixão”, de forma agressiva e mordaz, era requisito valorizado no campo do jornalismo político. E, não por acaso, em todas as referências contemporâneas, que historiavam o jornalismo português oitocentista, figurava, proeminente, José Rodrigues Sampaio, como o modelo mais acabado do jornalista “completo” (inflamado jornalista e político setembrista, opositor do cabralismo, que combateu com o órgão clandestino *Espectro*, de mítica memória). Dele diria o deputado progressista Lourenço Cayolla:

*Gigante na forma como vibrava uma facada ao adversário, escorchando-o dum só golpe [...]. Está no seu posto o denodado e ardido combatente e ai daqueles que lhe provocam os tiros certos e destruidores. Ataca, fulmina, pulveriza. Mais do que a defesa lhe agrada o ataque, mais conforme ao seu combater ardente e ao seu estilo incisivo. Nunca houve argumentador mais enérgico, mais certo, mais esmagador. Cada palavra era um estilete, cada frase um ariete, cada artigo um esquadrão cerrado [...]*<sup>418</sup>

*Sobre Sampaio, quase cem anos passados, em 1939, o velho republicano A. Magalhães Basto, ainda escrevia: «ele foi bem a encadernação do verdadeiro jornalismo, no seu melhor sentido; o verdadeiro jornalismo dessa época e*

<sup>418</sup> Lourenço Cayolla, *Revivendo o Passado* (Lisboa: Imprensa Limitada, 1928), 15.

do de todos os tempos!».<sup>419</sup> Sampaio foi amiúde revisitado como símbolo de combate e resistência aos abusos do poder.<sup>420</sup> E, mesmo os republicanos, que faziam questão em distinguir a sua carreira jornalística do seu percurso político,<sup>421</sup> não o deixariam de evocar.<sup>422</sup> E veja-se, a título de exemplo, como o jornal *O Mundo*, a 5 abril de 1904, na sua primeira página, o relembra: Disse Rodrigues Sampaio, o jornalista que mais atacou a dinastia de Bragança:

– A única coisa que tem força neste país é o rei.

Esquecera-se o antigo liberal que ele só com a sua pena, escrevendo o *Espectro* numa trapeira, fugido às perseguições, deu em terra com a caterva de cabralistas que infestava o país [...]. Não! O conceito de Rodrigues Sampaio que, ainda agora por homens ilustrados e estadistas vemos acatado e reconhecido, terá de ser instituído por outro: a única coisa que pode ter força é a opinião pública; e como órgão dessa opinião a imprensa, quando seja, como deve ser, um elevado e respeitável sacerdócio [...].

No verão de 1907, em pleno franquismo, quando a imprensa portuguesa foi alvo de intensa perseguição, como vimos, não foi certamente por acaso que França Borges optou por intitular, sugestiva e simbolicamente, de *O Espectro do Mundo*, o jornal clandestino que publicou. Que Sampaio era um referencial simbólico de valor inestimável, mas de “uso” complexo no campo político português, comprova-o, ainda, a forma como a coligação liberal, chefiada por João Franco – poucos meses antes do surgimento do *Espectro do Mundo* – também dele se apropria. Em abril de 1907, João Franco faz aprovar, no parlamento, a construção de uma estátua em honra de Rodrigues Sampaio (iniciativa do deputado progressista António Cabral), no mesmo dia da votação de nova e controversa lei de imprensa.

---

<sup>419</sup> A. de Magalhães de Basto, “Três fases do Jornalismo Portuense”, *Separata do Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. II, fasc. III (Setembro 1939), 27.

<sup>420</sup> Nas discussões no parlamento sobre os projetos lei de imprensa, de 1898 e 1907, os governos e a oposição evocaram frequentemente Sampaio. Assim, a 19 de dezembro de 1906, Teixeira de Abreu, regenerador liberal, e Moreira de Almeida, dissidente progressista, sustentam o seu distinto posicionamento, remetendo para o mesmo exemplo de bom jornalismo, o de Sampaio.

<sup>421</sup> Os republicanos não perdoavam a Sampaio a colaboração com o “fontismo” e a sua militância no partido regenerador, que o levava ao parlamento, a par do reino, por três vezes a ministro do reino e até a presidente do conselho de ministros, de março a novembro de 1881.

<sup>422</sup> Veja-se como a 9 de janeiro de 1907, no Parlamento, como o deputado republicano João de Menezes se distingue por não aplaudir incondicionalmente Sampaio.

A constante “atualização” da memória de Sampaio ganha peso se a colocarmos num contexto em que no terreno do jornalismo diário surgem vozes contrárias ao modelo de jornalismo intransigente que este incorpora. Lembremos as palavras contidas no relatório do 8.º Congresso Internacional da Imprensa, Berne, publicado em 1903, onde os relatores portugueses não hesitam em eleger, como tema central desse encontro, a crítica ao jornalismo político de combate: «O mais importante relatório apresentado à discussão foi o do Sr. Singer, Presidente do congresso, sobre a dignidade profissional nas polémicas de imprensa». Citando-o:

*As lutas políticas, que ordinariamente deveriam ser lutas de ideias, de métodos, de interesses, e algumas vezes mesmo simples polémicas do domínio administrativo, frequentemente se animam, na imprensa, de um tal espírito de ódio pessoal, que degeneram em situações lamentáveis para os adversários e excluem todo o sentimento de recíproca estima. Há jornais que têm por hábito enlamear as individualidades mais respeitáveis, muitas vezes pelo simples facto de se tratar de individualidades de uma outra nação ou de um diverso partido. E assim, já pelo insulto da pena, já pelo ridículo da caricatura, muitas vezes se cobre de desprezo um carácter irrepreensível ou uma inteligência superior. A injúria ultrapassa frequentemente o limiar da vida privada e do lar doméstico [...]. Nenhum jornalista que respeite a sua profissão pode aprovar semelhantes processos de combate. O dever da moderação impõe-se.*<sup>423</sup>

No entanto, no início do século, nem mesmo os jornalistas mais ativos na valorização da moderação e imparcialidade face à política, pela afirmação de um novo paradigma jornalístico, assente na vertente informativa – e referimo-nos, em especial, a dois homens, Brito Aranha e Alfredo da Cunha – ousaram colocar em causa o lugar de Sampaio como o arquétipo do ideal de jornalista político. Aranha, em 1907, na sua obra *Factos e Homens do meu Tempo* – dedicada a Eduardo Coelho, primeiro diretor do *Diário de Notícias* (livro de memórias e de

---

<sup>423</sup> 8.º Congresso Internacional da Imprensa, Berne 1902 (julho), Relatório dos Delegados da Associação dos Jornalistas de Lisboa, eleitos em Assembleia Geral de 23 de maio de 1902 (Lisboa:Typographia Universal, 1903), 4.

balanço da imprensa portuguesa, nos últimos cinquenta anos), destacaria o “mestre” Sampaio:

*Numa luta constante de mais de quarenta anos, conquistou o título adequado de mestre, que lhe pertencia pelo valor dos seus artigos e das suas controvérsias e a qualificação de patriarca do jornalismo que lhe davam todos os que viam nele talento e qualidades para o ser na mais seleta grei dos periodistas [...]. Foi violento e talvez agressivo [...] mas não ultrapassou nunca os limites da correção pautada pelas conveniências da própria dignidade [...] vibrava golpes fundos, mas não traiçoeiramente [...]. Deu muitos exemplos à imprensa.<sup>424</sup>*

Já Alfredo da Cunha, na edição comemorativa dos cinquenta anos do *Diário de Notícias*, em 1914, interessado já em distinguir as diferenças entre as práticas jornalísticas em vigor, sem, no entanto, fazer prevalecer o jornalismo de informações sobre o político partidário, classificava os grandes vultos do jornalismo português, equivalendo-os em mérito, mas por especialidade. Assim considerava:

*No que respeita à imprensa periódica dos últimos dois terços do século passado, em Portugal, do mesmo modo que no jornalismo político e de combate se perpetuou um nome – António Rodrigues Sampaio – ligado a duas folhas notabilíssimas – O Espectro e a Revolução de Setembro; da mesma forma que no jornalismo literário avultam, entre outros, os nomes ilustres de António Feliciano Castilho (Visconde de Castilho) e António Augusto Teixeira de Vasconcelos; assim também no jornalismo popular e noticioso, imparcial e morigerado, inofensivo na propaganda e incolor em política, há-de ficar, distinto entre todos [...] um nome glorioso e venerado – o de Eduardo Coelho.<sup>425</sup>*

No jornalismo político partidário, Sampaio prevalecia, no início do século XX, como o arquétipo do jornalista político, partilhado por todos. Desta forma, encontramos o ideal de jornalista “combatente” presente na troca de louvores, de mérito profissional, que decorre no campo

---

<sup>424</sup> Brito Aranha, *Factos e Homens do Meu tempo, Memórias de um jornalista*, Tomo I (Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1907 – 1908), 58.

<sup>425</sup> Alfredo da Cunha, *Diário de Notícias...*, 9.

monárquico, onde sobressaem três jornalistas políticos (todos eles com assento no parlamento e “chegando” a ministros) António Enes, do *Dia*, Emídio Navarro, do *Novidades*, e Mariano Carvalho, do *O Popular*. Rafael Ferreira, nas suas memórias, chamou-lhes «triumvirato», descrevendo: «António Enes esgrimia florete; Navarro com varapau; Mariano de Carvalho a soco ou a pontapé».<sup>426</sup>

E detenhamo-nos no que alguns contemporâneos escreveram sobre Navarro: «o jornalista de mais brilho naquela época», elegia António Cabral. Esclarecendo:

*Não quero dizer que ele fosse o mais profundo, o mais culto, o mais sabedor; mas era sem dúvida, o de mais fulgor no estilo, o de mais certeza no golpe, o de mais habilidade na defesa, o de mais rompanete ataque. A sua pena arrogante abria e rasgava feridas fundas e mais vivas do que fortes e ferinas punhaladas [...]. Deixava os adversários a escorrer sangue!*<sup>427</sup>

Já o jornalista político E. Cayolla exaltava Navarro como «o tipo de lutador», «um impulsivo, um violento, capaz dos maiores entusiasmos».<sup>428</sup> O repórter José Sarmiento recordava-o: «Os políticos moviam-se como fantoches nos bicos da sua pena e ficavam, no pelourinho das *Novidades* a espernear, de língua de fora ridículos e grotescos».<sup>429</sup>

Eduardo Noronha ao escrever a biografia de Navarro, em 1913, não deixa de referir: «dedicou sempre a Rodrigues Sampaio a mais alta veneração. Foi o Espectro a sua bússola no marear das syrtes [sic] da imprensa».<sup>430</sup> Mas de forma lapidar assegurava:

*Ele e Mariano de Carvalho foram os derradeiros soberanos dessa dinastia de jornalistas que transformaram, tão radicalmente, quanto d’isso era suscetível, a sociedade portuguesa. Brilharam como constelações rutilísimas no vasto e fulgurante âmbito zodiacal das letras pátrias e do acrisolado amor pela sua terra [...] dois invencíveis atletas.*<sup>431</sup>

---

<sup>426</sup> Rafael Ferreira, *Nos Bastidores do Jornalismo, Memórias de Rafael Ferreira* (Lisboa: Edição Romano Torres, 1945), 30.

<sup>427</sup> António Cabral, *As Minhas...*, 26.

<sup>428</sup> Lourenço Cayolla, *Revivendo...*, 146.

<sup>429</sup> José Sarmiento, *Cidade de Mármore* (Lisboa: Edição da Empresa Nacional de Publicidade, 1937).42-3.

<sup>430</sup> Eduardo Noronha, *Vinte e cinco...*, 85.

<sup>431</sup> *Idem*, 33.

Os prosélitos de Navarro, Mariano e Enes, distinguiram o “combate” jornalístico destes jornalistas, pelas suas singularidades pessoais (“naturais” e indefiníveis) e, em particular, pela qualidade literária das suas “penas” – robusto filtro de distinção social e política. Numa palavra, retiravam a prática do jornalismo do seu campo natural, pautado pela forte concorrência entre fações políticas. Quando, no final de contas, o que unia Sampaio, Navarro, Mariano e Enes, era o terem ganho as suas “esporas” de ouro no jornalismo político de oposição, no seio do sistema político monárquico, catapultando-os para proeminentes carreiras políticas. Não era coisa pouca.

Não por acaso a percepção de que a qualidade de uma oposição se media pela capacidade “bélica” do seu jornalismo era de inestimável valor para todas as forças políticas e por isso partilhada. Assim, nas memórias dos políticos jornalistas, que remetem para o início do século XX, a vertente bélica da atividade jornalística mantinha a sua validade. António Cabral, deputado e ministro progressista, que inicia a sua carreira política, no final da década de noventa, nos jornais *Primeiro de Janeiro* e *Correio da Noite*, resume assim a sua prática jornalística: «a minha divisa e o meu lema foram sempre “não temer”, marchei para a frente, encarando sem receios pueris as contingências [...]. Batalhei, discuti, combati com ardor». <sup>432</sup> Nas suas memórias pontuam descrições impressivas de proezas jornalísticas que a sua pena “impiedosa” infligiu aos adversários – por exemplo «golpes, que obrigavam José d’Alpoim a gritar, com a agudeza da dor». <sup>433</sup>

Veja-se ainda como Homem Cristo, temido polemista, diretor do semanário republicano *Povo de Aveiro*, descreveu nas suas memórias a sua prática jornalística: «Comecei sempre assim todos os meus ataques. Eles vinham com represálias, pois, cheios de orgulho e de prosápias desmentindo em tudo os princípios democráticos, não admitiam censuras nem observações, e eu repelia-lhes as represálias a chicote. Foram eles, sempre o disse e direi, que me tornaram panfletário». <sup>434</sup>

Como vimos, entre as fações liberais monárquicas, no jogo de alternância política, a imprensa constituía um instrumento de relevo para

---

<sup>432</sup> António Cabral, *As Minhas...*, 72.

<sup>433</sup> *Idem*, 102.

<sup>434</sup> Homem Cristo, *Notas da Minha Vida e do Meu Tempo* (Lisboa: Livraria Editora Guimarães & Ca, 1934), vol. VII, 171.

fazer oposição ao governo, e o cultivo do combate jornalístico uma parada do jogo político. Mas num regime onde o acesso ao poder se encontrava circunscrito, como vimos, a duas coligações de notáveis, assentes em vínculos pessoais, com débil componente ideológica, denotando fraca fidelização partidária, não espanta que este combate político tenha reforçado sobretudo a dimensão pessoalista da política.

São inúmeras as denúncias deste excesso de “homens” em detrimento de “ideias”, nas fontes por nós consultadas. Leia-se a propósito como Eduardo Noronha descreve as lutas jornalísticas em Lisboa, no início do século, quando nos dois partidos do poder se assiste ao surgimento de grupos dissidentes (partido regenerador liberal, liderado por João Franco em 1903, dissidência progressista, liderada por José Alpoim, 1905): «não se fazia oposição, difamava-se!»;<sup>435</sup> «as acusações recíprocas aumentavam sempre de veemência, as campanhas estéreis e caluniosas, iniciadas com pouco escrúpulo pela verdade e pela consideração devida à opinião pública, cresciam de dia para dia».<sup>436</sup> O ataque pessoal era transversal a todos os protagonistas políticos. E façamos um exercício. Leiam-se dois artigos políticos escritos no final da década de noventa ambos censurados. O primeiro:

*Muitas vezes aqui castigámos, com toda a energia da nossa pena, o grotesco corregedor que dá pelo nome de juiz Veiga, ora açoutando-o no pelourinho da praça pública, ora fazendo-o passear pelas ruas, na ridícula farrapagem com que se máscara de justiceiro um magistrado com alma suja das rameiras que por vezes trata nas suas investigações policiais, e com os baixos espíritos de um histrião assoldado. Hoje, mais uma vez topámo-lo de frente, no caminho da loucura e da prepotência, hoje temos novas proezas suas: cravaremos no lombo desse credo da Parreirinha os bicos da nossa pena, afim de o castigarmos e vermos grunhir de dores da punição... [...]. Que resta, pois, se a coroa não nos ouve e o governo é cúmplice? Sarjar-lhe, ao quadrilheiro, nos jornais, as empolas da vaidade, aplicar ventosas ao coiro do malsim...e esperar um dia. Nesse dia, então, os jornalistas que hajam sido agravados, e a quem a polícia, pela força, não tenha deixado cuspir um escarro no rosto do prepotente juiz, têm o dever de lhe rasgar de verbestadas a face onde hoje não pode alcançar a pita do chicote!*

---

<sup>435</sup> Eduardo Noronha, Vinte e cinco..., 306.

<sup>436</sup> *Idem*, 304.

O segundo:

*Dizemo-lo muito sinceramente: temos pena, mas enorme pena que, o Dr. João de Freitas não tivesse encontrado ensejo de chicotear a cara do Sr. José Luciano.*

*Teríamos, é claro, que lamentar-nos por ver no Limoeiro um cidadão que se impõe pelas mais belas qualidades de carácter e espírito, e que, com uma isenção digna de exemplo, tanto tem trabalhado pela ideia que nos inspira [...]. Não perdoamos o gatuno que nos rouba a carteira que é nossa. Mas perdoamos o político que nos rouba e nos vexa, quer coartando-nos a liberdade a que temos direito, quer ocasionando-nos prejuízos materiais, quer entregando-nos à justiça como criminosos simplesmente porque nós não apoiamos crimes. Ora isto é, por injusto, inadmissível.*

*Os políticos são homens. Se como homens nos vexam, como homens nos devem prestar contas. [...]. Por estas razões, que cremos que são absolutamente lógicas, embora não devam agradar a muita gente, lamentamos, repetimos que o Sr. João de Freitas não tivesse assentado o seu chicote na cara do presidente do conselho. Todavia, algum bom serviço prestou o nosso amigo, afirmando publicamente que em dadas hipóteses podia servir-se do chicote. As pessoas que governam o Sr. José Luciano ficaram sabendo que ela podia apanhar chicoteadas por cometer iniquidades”.*

Esclareçamos então de onde provêm. O primeiro foi publicado no *Correio da Noite*, órgão do líder do partido progressista, Luciano de Castro, a 25 janeiro de 1897. Os progressistas, então na oposição, criticavam as querelas judiciais levantadas pelo juiz de instrução criminal – não obstante, tão enfático posicionamento, no mês seguinte chegariam ao poder e manteriam o Juiz Veiga nesta função. O segundo artigo foi inserido no jornal radical, o *Pátria*, futuro *O Mundo*, a 7 de outubro de 1898, sendo escrito por França Borges, custando-lhe esta “proeza” jornalística a prisão por dois meses, sob ameaça da *Lei de 13 de fevereiro*.

Era de facto ténue a fronteira entre o ataque político e a ofensa pessoal. Nesse sentido, a valorização da postura bélica e pessoalista no jornalismo político partidário, ou de opinião, deve ser encarada como uma das expressões, da cultura política dominante, aqui entendida como contexto de experiência dos actores, na linha de Daniel Cefai que a define: «*les lieux et les moments du monde de la vie quotidienne des*

*acteurs, où ceux-ci donnent du sens à ce qu'ils disent et à ce qu'ils font, où ils s'accommodent à des environnements naturels, institutionnels et organisationnels, où ils entrent dans des relations de coordination, de coopération et de conflit».*<sup>437</sup>

Neste sentido é importante lembrar como na convivência político-jornalística à violência da palavra se respondeu, com alguma frequência, com a agressão física. Pelo murro, bengalada, tiro ou espada ajustaram-se “contas” entre jornalistas, políticos, de vários quadrantes, cortesãos, operários e até indivíduos a mando. Como refere J. Mendes do Amaral, na luta política do início do século: «os jornais e as casas do Parlamento foram naturalmente o palco principal dos “combates”. Mas também a rua. E os campos fora de Portas», sendo o «soco, a bengala e o duelo: os meios de desagravo» para «a palavra sob todas as formas, violenta e trocista».<sup>438</sup>

A 17 de janeiro de 1895, o *Vanguarda* noticiava a visita, à redação daquele jornal, de Duarte Egas Pinto Coelho, genro do General Queirós, médico do Paço, pedindo «retificação ou coisa parecida, a respeito de uma notícia absolutamente inofensiva», agredindo com bengalada o diretor Alves Correia. Explicava o jornal, sem aprofundar: «foi então devidamente castigado e agredido por diversas pessoas que estavam no gabinete». No dia seguinte, nova notícia dava conta de Alves Correia ter sido agredido «brutalmente» no intervalo do S. Carlos. O motivo destes desacatos prendia-se com um curto “suelto” inserido no jornal, de dia 10, onde se podia ler:

*Diz-se ainda, com visos de verdade que irá ocupar interinamente o cargo de comandante da 1.ª divisão militar o Sr. general António Abranches Queirós, comandante das guardas municipais. É bom notar que o Sr. Queirós está no 14.º lugar da escola, o que significa que não será promovido tão depressa a general. Mas este escolho é facilmente superado [...]. O Sr. general Queirós e a sua família dispõem das mais entranhadas simpatias do representante da monarquia fundada por S. Afonso Henriques, o conquistador!*

---

<sup>437</sup> Daniel Cefáí, “Expérience, culture et politique”, *Cultures Politiques* (Paris: Presses Universitaires de France, 2001), 93.

<sup>438</sup> José Luís Mendes do Amaral, *Quem não se sente não é filho de boa gente: a ofensa em Portugal no primeiro terço do século XX* (Cascais: Patrimonia, 1997), 75.

Em abril de 1896 em plena Avenida, por artigo publicado no jornal regenerador *Universal*, o redator Constâncio Roque da Costa responde à agressão do capitão Gomes da Costa, ex-governador da Índia, recém-chegado a Lisboa, com três tiros, deixando-o gravemente ferido. E no mesmo jornal, recorda Raul Brandão, nas suas memórias, um outro episódio, que apesar de não ter consequências tão trágicas, nos permite avaliar a relação estabelecida entre os leitores e os jornais: «Não sei qual dos generais (talvez fosse o Vilhena) escreveu um dia um artigo sobre anarquistas, que se ofenderam e entraram de noite, em grupo, pela redação. Os generais e o Vilhena empalideceram e empederniram atrás de uma mesa, como se a bomba tivesse a explodir. Falei-lhes e acompanhei os homens [...]».<sup>439</sup>

E com um murro “respondeu” Afonso Costa a Sampaio Bruno por este, no *Voz Pública*, em 1902, lhe ter chamado “Alonso”. Lembremos, ainda, os 62 casos de pendências e duelos que se deram entre políticos, ou entre políticos e jornalistas, só no período de 1900 a 1907.<sup>440</sup> Número que ganha ainda maior relevo se tivermos presente que a prática de duelo era proibida pelo Código Penal, desde 1886, sendo condenada sistematicamente pela Igreja Católica e, desde 1906, rejeitada pela maçonaria enquanto «expressão do Direito da força e não a da Força do Direito». Em contrapartida, o exército manteve a coação moral que obrigava ao duelo o oficial quando ofendido.<sup>441</sup>

O certo é que foi o meio político e jornalístico quem sustentou esta prática. O dissidente progressista José Alpoim, e o republicano Afonso Costa, destacam-se pelo número de processos. O primeiro teve duelos com redatores do *Correio da Noite*, os ex-correligionários progressistas, Gaspar Abreu (1906) e António Cabral (1907). Costa teve pendências com os correligionários republicanos, Duarte Leite, em 1902, e Homem Cristo, em 1907, por artigos ofensivos (e outras cinco, só no ano de 1908, com vários monárquicos), chegando mesmo a bater-se em duelo com o

---

<sup>439</sup> Raul Brandão, *Memórias, Vale de Josafat* (Lisboa: Perspectivas & Realidades, s. d.), vol. III, 163.

<sup>440</sup> O número é avançado por José Luís Mendes do Amaral, in *Quem não...*, 80. Neste contexto, importa lembrar como o mais conceituado mestre de armas, António Martins, afirmava em entrevista a um jornal francês, que o interesse pela esgrima tinha crescido muito em Portugal nos últimos vinte anos (*Diário de Notícias* de 6 de outubro de 1902).

<sup>441</sup> Neste início do século, o jornalista católico Fernando de Sousa, em 1900, e o publicista republicano, Homem Cristo, em 1907, abandonam o exército depois de recusarem bater-se em duelo.

monárquico Penha Garcia, em 1908. Destaquemos ainda a presença em duelos de outros jornalistas políticos: Emídio Navarro, diretor do *Novidades*, bateu-se em duelo com Roma do Bocage, em 1900; Barbosa Colleen, que lhe sucede na direção do jornal, bateu-se em duelo com o deputado e jornalista progressista Lourenço Cayolla, em 1905, e com o Conde Penha Garcia, em 1906. E até França Borges se bateu em duelo, a 14 de maio de 1906, com E. Shawlbach Luci, por entre protestos e indignação de vários republicanos.

Não obstante a frequência destes incidentes, que marcam a vida dos jornais, nenhum sector político questiona seriamente o uso da injúria como procedimento jornalístico, pelo contrário esta prática surge envolta de um discurso que procura neutralizá-la e naturalizá-la. Júlio Vilhena, um dos marechais do partido regenerador – que em 1907, após a morte de Hintze Ribeiro, assumiria a liderança do partido – defendia, no seu órgão *O Universal*, a em 11 de fevereiro de 1894:

*Os ataques contra os homens públicos, esses, deviam estar fora da lei penal [...] numa sociedade como a nossa, em que toda a gente se conhece quase na intimidade, a injúria pela imprensa não prejudica ninguém, porque se revela uma vingança, uma inveja ou qualquer sentimento mau [...]. Homens públicos de valor inutilizados pelas injúrias da imprensa, não conhecemos nenhum, o que prova, evidentemente, ou que ela é ineficaz para conseguir os seus fins, ou que realmente não faz mal a quem é objeto das suas injustiças. [...] Se alguém é alcunhado de ladrão, ou de idiota, agrupam-se logo os amigos em piedosa subscrição e o aclamam, também pela imprensa, austero digno, honrado e de talento miraculoso.<sup>442</sup>*

E lembremos a homenagem realizada ao republicano Botto Machado por ocasião de uma «campanha de calúnia que se levantou contra ele», de que resultou um livro, “Pela Verdade – Vinte e sete anos de trabalho honesto e constante”, com 228 páginas, contendo 470 respostas a uma “circular-inquérito” enviada a correligionários. E refira-se ainda como a própria imprensa diária trata, com alguma frivolidade, estes confrontos políticos. Veja-se a propósito, como em 2 de outubro de 1906, em pleno

---

<sup>442</sup> Júlio Vilhena, *Antes da República (Notas autobiográficas)* (Coimbra: França & Arménio Editores, 1916), vol. I, 270-1.

governo franquista, em véspera do Parlamento abrir, com a presença de seis deputados republicanos, o jornal *Novidades* anuncia:

*O concurso político das «Novidades»*: “O primeiro mês de câmaras decorre sereno?”

Resposta———

*Na hipótese de ser agitado, produzindo-se tumultos, o governo proporá à Coroa a dissolução da camara dos deputados?*

Resposta———

*Ou manifestar-se-á pelo emprego das penas indicadas no art. .º160 do Regimento? Indo até aos “meios coercivos” que o artigo 167.º faculta á presidência, um dos quais é a entrada da força militar na sala?*

Resposta———“.

O concurso dirigia-se a «Todos os leitores», apresentando como prémios: «500 reis» e um «Tri car Austral». A este anúncio “responde” *O Mundo*, no dia seguinte, na sua primeira página: «Já começaram nas câmaras, as pendências. Anteontem, foi o Sr. Augusto José da Cunha quem mandou testemunhas ao Sr. José Alpoim, ficando o caso em explicações. Ao inquérito das *Novidades* falta esta pergunta:

– Quantos duelos dará a sessão legislativa?».

O ataque pessoal nos jornais exigiria um estudo mais aprofundado, provavelmente de caráter sociológico, que permitisse articular, entre outros aspetos, o modelo dominante de debate jornalístico a um contexto de experiência societal mais vasta. Tal abordagem poderia dar ênfase, por exemplo, à conceção prevalecente de ausência de anonimato, colocando em questão a relação entre a dimensão social do universo noticiável e as formas de o noticiar. Lembramos, a propósito, como era vulgar o recurso à listagem de nomes (e frequentemente moradas) em informações tão distintas como a atividade judicial (por exemplo a listagem de julgamentos que decorreram naquele dia em várias instâncias), atividade social (descrição dos vários defuntos que foram a enterrar nos cemitérios de Lisboa, ou dos doentes que entraram nos hospitais), atividade administrativa (decisões administrativas, como promoções, transferências, contratações, etc.) e atividade política (listagem de nomes dos participantes de banquetes, assinantes de uma petição, etc.), etc.

E sobre a natureza pessoalista da política, no que toca ao uso de títulos “grandes” (sobre mais de uma coluna), foi o *Diário Ilustrado*,

órgão do partido regenerador liberal, quem inovou, neste início do século XX, ao destacar o nome do seu chefe político, João Franco, e de outros correligionários.<sup>443</sup> Nesse jornal, no ano de 1903, dos 67 títulos sobre mais de uma coluna, sobre política nacional, 23 registam apenas um nome de um protagonista político. No ano seguinte, o jornal manteria esta postura, dos 71 títulos de política nacional, 29 continuavam a nomear apenas indivíduos. Acresce que o carácter repetitivo da temática, em formato de “campanha”, reforçava, neste ano, o lugar do chefe partidário. Por exemplo, a 11 de janeiro de 1904, lia-se em antetítulo “Propaganda Política”, seguindo-se o título, “Partida do Sr. Conselheiro João Franco para o Porto. Manifestação política imponentíssima”, no corpo da notícia listavam-se os nomes de quem esteve presente nesta demonstração partidária. Durante dez dias o jornal reproduziria a o mesmo antetítulo, destacando em seguida aspetos da viagem ao Porto do chefe. No mês seguinte, durante cinco dias, entre 3 e 8 de fevereiro, surgia a cobertura diária da viagem de Franco, agora ao Alentejo e Algarve.

Lembremos o carácter inovador desta utilização política do grande título. Embora o nosso estudo não recaia sobre o franquismo consideramos importante assinalar a inovadora “centralidade” da figura de João Franco, presente na prática do “título grande”, deste seu órgão político, que juntamente com a evocação constante do “apoio” que o rodeia – de carácter numérico –, parece dotar a atividade do partido regenerador liberal de uma vertente pessoalista de tipo novo. E lembremos como, só a partir de 1905, e sobretudo em 1906, o *O Mundo* insere com regularidade títulos evocando correligionários, o que não obsta a que elevasse a título, frequentemente, alguns destacados governantes monárquicos.

Vasco Pulido Valente chamou a atenção na sua obra de referência, *O Poder e o Povo*, para o carácter violento da imprensa republicana no período da propaganda, considerando:

*«1903 e 1908, a imprensa republicana constantemente cresceu em brutalidade e intolerância [...] Os demagogos do Partido não bramiam em abstrato contra a tirania, a oligarquia, a corrupção e o clericalismo: atacavam indivíduos concretos, a quem durante algum tempo conferiam a*

---

<sup>443</sup> Conf. Júlia Leitão de Barros, “O Jornalismo Político Republicano...”, Tomo II, Anexo 2, Caso de Estudo 2.

*dúbia distinção de encarnar os supostos erros do regime. Para o militante médio, a tirania era João Franco; a oligarquia, José Luciano, Hintze e Teixeira de Sousa; a corrupção Espregueira, o Partido Progressista e D. Carlos; o clericalismo D. Amélia e o padre Matos do Portugal [...]. Esta natureza pessoalista da política fazia com que a imprensa republicana se ocupasse longamente da vida privada e das íntimas tendências da «facinorosa quadrilha monárquica».<sup>444</sup>*

O que Valente não refere é que não foi nem pela violência de linguagem nem mesmo pela visão pessoalista da política que os republicanos se distinguiram dos monárquicos, mas antes na forma como se apropriaram do modelo de debate político jornalístico dominante transfigurando-o, quer pelo alargamento do seu âmbito, quer pela introdução de dois novos fatores de controvérsia política: o regime e a democracia. Disso se deram conta alguns contemporâneos.

Já depois do regicídio, a 8 de junho de 1906, o deputado Pinto da Mota explicava no parlamento:

*Os velhos processos jornalísticos e parlamentares da oposição à outrance entram por muito para o estado a que chegámos. [...]. Os velhos processos jornalísticos e parlamentares foram apropriados pela política republicana, mas com aplicação ao regime. E isto encontra presa no espírito popular, que na última ditadura presenciou a consubstanciação da coroa com o poder pessoal. Este erro é de um grande efeito destrutivo e urge combatê-lo. É preciso que a tática de combate da monarquia se ajuste perfeitamente às condições do adversário.<sup>445</sup>*

Para o jornalismo republicano a permanência deste paradigma jornalístico jogava a seu favor – reforçando, provavelmente a sua legitimidade – não se distinguindo dos outros jornais pela combatividade ou parcialidade que adotava, mas pelo âmbito da “luta” que travava e os meios que utilizava. A historiografia portuguesa tende a enfatizar juntamente como o carácter pessoalista e violento, a vertente “demolidora”, “negativa”, do jornalismo republicano, no tratamento das instituições monárquicas. Vasco Pulido Valente refere que a estratégia do período dito de

<sup>444</sup> Vasco Pulido Valente, *O Poder...*, 53.

<sup>445</sup> Diário da Câmara dos Senhores Deputados, Sessão de 8 de junho de 1906.

propaganda, que situa no ano de 1903, «emergiu devagar», detetando duas «linhas»: «Primeiro a “guerra contra todos os governos”, ou seja, a tentativa de impedir a estabilidade do sistema. Depois a exploração do “escândalo” como forma privilegiada de luta».<sup>446</sup>

A imprensa republicana, em particular entre 1895 e 1904,<sup>447</sup> tendera a centrar a sua atenção no combate às instituições monárquicas, seguindo o formato de “campanhas” de denúncia de abuso de poder, nas suas várias aceções: seja pela condenação de atos governativos, seja por intermédio de reportagem própria de crítica político-social. Realcemos as “campanhas” sobre política governamental.

O carácter militarista deste conceito, “campanha”, remete para um esforço de “combate”, com um fim preciso, por determinado período. Como vimos, todo o jornalismo político que estudámos adotou, com maior ou menor regularidade, o formato de campanha e houve mesmo jornalistas que se evidenciaram, no campo monárquico, pela capacidade de levar a cabo, com enorme persistência algumas campanhas.

Quando olhamos para a imprensa republicana, apercebemo-nos que este modelo de intervenção no debate político atual vai constituir, não só elemento essencial da sua atividade, como um dos aspetos mais relevantes da sua prática de intitulação e, por essa razão, um fator considerado distintivo do seu jornalismo. E não faltam exemplos desta dimensão do combate travado pelos republicanos. Aqui a demolição das instituições monárquicas fez-se de forma radical, nas várias conotações desta palavra, no sentido de arriscado, enérgico, desafiador, intransigente e drástico. Justapondo avaliação política e moral, fazendo equivaler despotismo/crime/ burla/traição. No nosso estudo sobre títulos “grandes” d’ *O Mundo* recenseámos numerosos destaques que recorrem a uma linguagem demolidora: pedindo a reforma do ensino,<sup>448</sup> contra a tutela clerical das instituições monárquicas,<sup>449</sup> sobre a

---

<sup>446</sup> Vasco Pulido Valente, *O Poder...*, 53.

<sup>447</sup> Conf. Júlia Leitão de Barros, “O Jornalismo Político Republicano...”, Tomo II, Anexo 2, Caso de Estudo 2.

<sup>448</sup> Lia-se em 1901, em título sobre todas as colunas, no *O Mundo*: “As Reformas”, com subtítulo, “Asneiras, escândalos e roubos. Obra de criminosos e de doidos [...]”, em 29 de dezembro; “As Reformas”, com subtítulos, “Escândalos e Imoralidades”, “A Nação a Saque”, em 30 dezembro,

<sup>449</sup> Lia-se em 1901, em título sobre todas as colunas, no *O Mundo*: “Uma Burla. Cumpra-se A Lei!”, de 12 de março; “O governo sem Máscara”, de 14 de março; “O jesuitismo e o Poder”, 16 de março; “Factos! Factos!”, com subtítulo, “Basta de palavras, Basta de promessas, Basta de Comédias”, 20 de março.

atividade governamental,<sup>450</sup> etc. Os protagonistas políticos monárquicos são descritos como despóticos, criminosos, bandidos, ladrões e doidos.

Convém, porém, chamar a atenção: uma parcela muito considerável das campanhas desenvolvidas pelos jornais republicanos fez parte da controvérsia política presente na imprensa monárquica oposicionista<sup>451</sup>. Estas campanhas eram parciais, violentas, pessoalizadas e demolidoras. O jornalismo republicano elevou-as a título, prolongou-as no tempo, e explicitou-as em sínteses explicativas através dos seus subtítulos, dando-as a ler, interpretando-as no quadro da visão republicana democrática.

Simplificada a forma de leitura por títulos e subtítulos que descreviam em poucas linhas o objeto das suas campanhas, reforçando pela forma apelativa (do título grande) o conteúdo melindroso das revelações apresentadas – não raramente alvo de polémica na restante imprensa monárquica – estas ganhavam estatuto de escândalo pela singular explicitação e exposição do assunto controverso. Dois exemplos. No *Vanguarda* lia-se, a 19 de janeiro de 1892, o título sobre todas as colunas: “As causas da Bancarrota”, com subtítulo:

*A primeira época do constitucionalismo viveu dos bens nacionais principalmente; a segunda, que se estende desde 1851, até hoje, tem vivido dos desperdícios de milhares de contos de réis! Agora que é moda fulminar a república e achar a nossa monarquia imaculada, é também necessário que todas as vozes se ouçam, Oliveira Martins.*

Algumas campanhas transformavam o título em palavras de ordem, é o caso de *O País/ O Mundo*, em 1898, na campanha contra as medidas governamentais de conversão da dívida pública, por as considerarem

---

<sup>450</sup> Lia-se em título sobre todas as colunas no *O Mundo* em: 1903, “A Estreia do Governo, Exautorado Pela maioria”, 3 março, “O Escândalo de ontem, Na Camara dos Pares – Os Srs. Hintze e João Arroio exautoraram escandalosamente”; 1904, “A Queda do Governo”, subtítulo, “Demissão dum ministério despótico, antipatriótico, inepto e imoral – o sistema dos alcatruzes: ascensão dos progressistas”. Em 1906, sobre a crise política provocada pela “questão dos tabacos”: “Ó Da Guarda!”, Subtítulo, “Uma Refinadíssima burla”, 12 de janeiro; “Concurso-Burla”, a 17 de janeiro; “O Banditismo do Governo”, a 2 de fevereiro; “Golpe de estado: A dissolução da camara”, com subtítulos “A Mascarada Rotativa – Hintze ao serviço de José Luciano. A ficção constitucional: inutilidade do voto do conselho de Estado”, “O Desvairamento do Despotismo”, a 24 de fevereiro. No mesmo ano, sobre o “franquismo” e a expulsão dos deputados republicanos, do parlamento: “Um Governo de Doidos”, a 4 de dezembro; “Uma Violência de Doido”, a 6 de dezembro.

<sup>451</sup> Conf. Júlia Leitão de Barros, “O Jornalismo Político Republicano...”, Tomo II, Anexo 2, Caso de Estudo 2.

uma interferência estrangeira na política financeira do país. Nesse ano, o jornal ostenta 40 títulos, 33 repetem, entre fevereiro e abril, “Abaixo a Conversão”. Todos os títulos eram seguidos de extensos subtítulos explicativos e mobilizadores. Nesta campanha, é o jornal *O Tempo*, do deputado monárquico independente, Dias Ferreira, o mais evocado. Por exemplo, no dia 31 de março, sobre título, a todas as colunas “Abaixo a Conversão! Abaixo os Impostos! O povo deve evitar a execução do projeto da conversão”, lia-se em subtítulo:

*O Tempo, órgão do deputado Dias Ferreira, dizia ontem: “Qualquer que seja o valor da deliberação parlamentar, está, primeiro do que ela, a salvação pública; e a execução do projeto importa, numa época mais ou menos demorada, a ruína completa do tesouro, e preparar, decerto, a administração estrangeira. Deve, portanto, o país evitar a execução de tão ominosa providência; e para isso, não precisa de incomodar-se Muito” [...].*

Tratava-se de uma citação retirada de um editorial do jornal monárquico.

Observe-se ainda a campanha contra o convênio, em 1902. O *O Mundo*, com sugestivo título, “Consignação é a Morte”, em 4 de abril, contrapunha a opinião atual do órgão do chefe do governo, com a de há quatro anos. Em subtítulo lia-se:

*“O Sr. Hintze propôs-se demonstrar que, se em Portugal tivesse havido alguma vez uma consignação de rendimentos do Estado aos estrangeiros, como a que o governo se propõe a fazer no seu projeto, a nacionalidade portuguesa de há muito teria deixado de existir”. Assim se referia a “Tarde”, órgão do atual governo, em 25 de abril de 1898, ao discurso proferido na câmara dos pares pelo Sr. Hintze Ribeiro, hoje presidente do conselho. O projeto em discussão tornou-se lei é o Sr. Hintze Ribeiro que vai realizar um convênio que admite a consignação dos rendimentos das alfândegas nos termos estabelecidos por essa lei. O que quer isto dizer? Simplesmente o seguinte: o Sr. Hintze Ribeiro vai conscientemente preparar a morte da nacionalidade portuguesa.*

O mesmo jornal, a 3 dezembro de 1902, apresentava o título: “Um Crime de Traidores”, citando o militar e político monárquico, Paiva Couceiro. Dois dias depois, o título “A vida ou a Morte”, remetia para

as palavras proferidas pelo político monárquico independente Dias Ferreira. E em caixa, a 1 de janeiro de 1903, repetida nos cinco dias seguintes, sob o título “Os Partidos do Poder”, e subtítulo “Ouça o país! – Confissão eloquente”, liam-se, lado a lado, duas citações:

*Um governo sem vergonha, sem crédito, sem dinheiro, continua a dar enxadadas no prestígio do poder e nas instituições, e a meter as mãos nos cofres públicos e nas algibeiras do contribuinte, para encher as escudelas dos esfaimados da grei (do Dia, folha progressista); isto é que foi jubileu, isso é que foi descaro, isso é que foi tentativa de liquidação nacional [...]. (Tarde, órgão do partido regenerador).*

E, ainda, em 24 de outubro de 1904, sob o título “O Que há a fazer”, lia-se em subtítulo, uma citação do *Correio da Noite*, órgão do governo: “limpar a imundice, varrer esse enxurro, essa podridão que nos ameaça e asfixia a todos [...]”.

A cultura política belicista presente na atividade jornalística monárquica, aflorada nos “fundos” da sua imprensa oposicionista ou mesmo na luta parlamentar, é aqui apropriada por uma postura jornalística excêntrica que exhibe e eleva a título e subtítulo o carácter combativo da política. Contrariando toda a imprensa do seu tempo, alguns jornais integravam (na forma e no conteúdo) uma conceção política alternativa, republicana e de teor democratizante, ausente da restante imprensa do período.

O que distinguia a imprensa republicana era muito mais do que forma violenta adotada pelos jornais republicanos ou o carácter pessoalista do seu discurso. Aquilo que permite isolar o jornalismo republicano – em particular o *O Mundo* – da restante imprensa diária foi antes a articulação entre o seu discurso republicano e democrático e as suas práticas jornalísticas, desde logo pela adoção de uma conceção distinta de debate político.

#### **4.3. OS LIMITES DO DEBATE PARTIDÁRIO: CONVERSA E INTERPELAÇÃO**

Entre diversos agentes políticos e económicos que procuravam ganhos de influência no campo político o recurso ao jornal de “opinião” afigurava-se como arma disponível insubstituível. Só estes jornais

mantinham de forma ininterrupta o debate político partidário. Como lembrava o deputado regenerador, Abel de Andrade, em 1907: «Nós governamos com o Parlamento quando está aberto; mas ele apenas dura seis meses; nos outros seis fala a imprensa».

O lugar dos jornais de “opinião” no debate político merece ser reavaliado, mas aproximarmo-nos dele obriga-nos a ter presente que cabia aos jornais de “opinião” assumirem-se como os legítimos protagonistas do debate político fora do parlamento, substituindo os líderes das formações partidárias. Os procedimentos jornalísticos estabelecidos permitiam mitigar responsabilidades políticas, protegendo os notáveis da implicação direta nos conflitos políticos que tinham lugar nos jornais. E veja-se como António Cabral, político progressista, na qualidade de ministro da marinha, interpelado em pleno parlamento, a 17 de março de 1903, por afirmações políticas do órgão do seu partido, *Correio da Noite*, afasta responsabilidades:

*Parece-me que o ilustre Deputado [Malheiro Reimão] queria tornar o Governo responsável por uma questão jornalística, a que o Governo é absolutamente estranho. O Governo, como entidade Governo, nada tem com questões jornalísticas. É entre jornais que estas questões se debatem e foi entre jornais que se debateu a questão a que S. Exa. se referiu; não vejo razão, portanto, para que ao Governo seja tomada a responsabilidade dessa questão. O Governo responde pelos seus atos, cada um dos seus membros é responsável pelos atos que pratique, como Ministros nos atos da sua administração, como homens fora da sua ação ministerial. Creio que toda a Camara, bem como o ilustre Deputado que é um seu distinto ornamento, fazem aos membros do Governo essa justiça.*

Uma parte considerável do debate político jornalístico era corporizada pelos títulos dos jornais, era a eles, e não aos políticos ou aos jornalistas, que cabia assumir a autoria das intervenções no diálogo com os membros da comunidade jornalística. Vejam-se alguns exemplos avulsos desta constante interação entre pares presente na análise da primeira página do jornal *O Mundo e Novidades*:<sup>452</sup> «Se o colega, pois, nos poder

---

<sup>452</sup> Mais uma vez recorreremos aqui à análise estritamente qualitativa, da primeira página dos jornais *O Mundo e Novidades*, numa amostra que recaiu na primeira semana (sete dias) dos meses de janeiro, abril, julho e outubro, no período de 1900 a 1907.

esclarecer»<sup>453</sup>; «O *Popular* visivelmente abespinhado responde-lhe»;<sup>454</sup> «O *Liberal* puxa-nos pela língua»;<sup>455</sup> «O *Correio da Noite* corrigia ontem nos seguintes termos a nossa informação»;<sup>456</sup> «A propósito pode o *Mundo*, se quiser, dar uma explicação»;<sup>457</sup> «Mas, se as *Novidades* querem contraditar-nos, humildemente esperamos o seu anátema para lhe respondermos»;<sup>458</sup> «*Diário Ilustrado* pede desculpa»;<sup>459</sup> «dirige o *Ilustrado* num *suelto* à *Tarde* e ao *Mundo*»;<sup>460</sup> «Perguntou o *Diário Ilustrado* ao *Jornal da Manhã*. E este limitou-se a responder».<sup>461</sup> Por detrás dos títulos encontravam-se destacados intervenientes políticos, apelidados eufemisticamente pelos testemunhos da época como seus “inspiradores”: «A *Tarde*, que tinha sido inspirada por João Franco, já era então inspirada por Hintze Ribeiro»;<sup>462</sup> escrevia Alberto Bramão nas suas memórias. Lembrando como a rotina jornalística do diário, passava pela supervisão do conteúdo político do jornal, pelo chefe do partido: «todos os dias, de manhã, Urbano de Castro e eu íamos a casa do chefe regenerador, que nos dava indicações do que politicamente convinha tratar no jornal».<sup>463</sup> O repórter Jorge Abreu, lembra também nas suas memórias, como foi obrigado por Hintze Ribeiro a escrever o seu primeiro artigo político, perante a impossibilidade de Urbano de Castro, o diretor, e Alberto Bramão, o redator principal, o fazerem:

*Em rápidas palavras expôs o que queria do jornal: «Numa eleição suplementar realizada dias antes, a votação do candidato progressista fora torpedeada pelo cacique regenerador. Reclamação indignada do chefe progressista e ele, Hintze, ordenara um inquérito, absolutamente disposto a fazer justiça. A Tarde devia noticiar o facto, em artigo da primeira página, e salientar que se, em vez de Hintze Ribeiro, estivesse no poder José Luciano de Castro e o chefe regenerador representasse contra falcatruas eleitorais*

---

<sup>453</sup> O *Mundo*, 2 de janeiro de 1906.

<sup>454</sup> *Idem*, 5 de outubro de 1903.

<sup>455</sup> *Novidades*, 4 de abril de 1905.

<sup>456</sup> *Idem*, 5 de abril de 1905.

<sup>457</sup> O *Mundo*, 2 de outubro de 1903.

<sup>458</sup> *Idem*, 4 de abril de 1902.

<sup>459</sup> *Novidades*, 3 de julho de 1906.

<sup>460</sup> O *Mundo*, 4 de janeiro de 1904.

<sup>461</sup> *Idem*, 1 de janeiro de 1906.

<sup>462</sup> Alberto Bramão, *Recordações...*, 49-50.

<sup>463</sup> *Idem*.

*praticadas por magnates progressistas, decerto não seriam tomadas tão enérgicas providências como ele, Hintze, acabava de tomar.*<sup>464</sup>

Também Luciano de Castro dedicava esmerada atenção ao jornal *Correio da Noite*, órgão do Partido Progressista. Refere a propósito António Cabral:

*Quando a tempestade política rugia com mais fúria, José Luciano indicava os pontos que era necessário frisar nos artigos de fundo [...]. Muitas vezes, no escritório da casa da rua dos Navegantes, vi o velho estadista, recostado na sua cadeira de enfermo, ditar períodos inteiros do artigo político, a que devia dar publicidade a primeira coluna do Correio da Noite.*<sup>465</sup>

Não era menor o envolvimento de João Franco na elaboração dos jornais a que esteve ligado. Veja-se a carta que dirige a Luís Magalhães, a 1 de junho de 1897: «Cá me tens a lembrar-te os artigos para a *Tarde*. É hoje o 1.º de junho, e, portanto, já esta semana conto contigo».<sup>466</sup> Joaquim Leitão refere um elevado grau interferência de Franco: «” – Precisamos amanhã de um artigo sobre tal assunto. A cabeça é isto, a posta isto, o rabo isto. Agora arranje Lá”. E, meu amigo, ninguém como esse sintético temperamento lutador, traçava o esquema de um artigo. Era um extraordinário jornalista de combate, a que falta apenas o hábito e a experiência da realização».<sup>467</sup>

Em plena desintegração do rotativismo, os políticos dissidentes denunciaram a falta escrúpulos jornalísticos dos chefes rotativos, tornando patente a posição subalterna dos seus jornalistas, verdadeiros testas de ferro dos líderes. Em 1 de outubro de 1905, no *O Mundo*, reproduzia-se artigo do *Primeiro de janeiro*:

*O Sr. Alpoim dirigia então o Correio da Noite. Um dia, chegando ali, encontrou um artigo, trazido pelo prior da Lapa [...] com recomendação*

<sup>464</sup> Jorge Abreu, *Boémia...*, 25-26.

<sup>465</sup> *Cartas d'El Rei D. Carlos a José Luciano de Castro, um Grande Rei: Um Notável Estadista. Memórias Políticas*, org. António Cabral (Lisboa: Sociedade Editora Portugal-Brasil-Lisboa, 1927) in introdução de António Cabral, 60.

<sup>466</sup> Rodrigues Cavalheiro, “João Franco, Luís de Magalhães e o Parlamento de 1895” *Separata da Revista Ocidente*, vol. LXIV (1963), 22.

<sup>467</sup> Joaquim Leitão, *A Comédia Política...*, 99.

*de ser publicado, por ser urgentíssimo. Assim fez. Era um artigo muito violento contra os republicanos, escrito evidentemente com o propósito de abrir conflito [...]. Chegado ao Correio da Noite, parece-nos que pelo telefone, ainda o Sr. Alpoim recebeu indicações de responder energicamente aos republicanos. Por obediência partidária e dedicação pessoal, assim fez, assumindo a responsabilidade de um artigo que não escrevera e entrando numa luta que teve de se liquidar a tiro, perto de Caxias.*

O certo é que participar nas lutas que se desenrolam no interior do campo político exigia pertencer à “comunidade” dos jornais de “opinião”, porque era nesta que se estabelecia a rede de canais de comunicação política credenciados para publicamente esclarecer/interpelar o governo, ou qualquer adversário político. Partilhavam estes do interesse em intervir nos negócios públicos e de normas de convivialidade que importa referir, por uma razão: a afirmação dos jornais de “opinião” dependia, entre outros aspetos, do grau de integração na “comunidade jornalística”.

Um jornal de “opinião” ao estabelecer-se no terreno do campo jornalístico, pautado pela luta política, visaria interpelar os representantes jornalísticos dos seus adversários políticos, incitando o “diálogo”, a “conversa pública”. E não se pense que o conceito vem a despropósito, a todo o momento os jornais de “opinião” convocam a “conversa”, de forma expressa («Conversaremos que não temos vagar agora»;<sup>468</sup> «A *Época* em palestras com as *Novidades*, confirma»)<sup>469</sup>, pelas referências à oralidade («Tivemos, enfim, o prazer de ouvir o *Jornal da Manhã*, ilustre folha progressista»)<sup>470</sup>, ou irrompendo em diálogo com o “outro”, recorrendo ao discurso direto («E assim voltemos a perguntar-lhe mais uma vez: É certo que um dos fogões está no palácio da Ajuda e sem vontade de sair? Onde estão os fogões?»)<sup>471</sup>. Entre “jornais” pergunta-se, responde-se, ironiza-se, esclarece-se, contradiz-se, ameaça-se, etc.

O prolongamento da luta política nas “conversas” entre jornais partidários colocava invariavelmente no centro da discussão política os órgãos oficiosos do governo. Na impossibilidade de aceder, direta e

---

<sup>468</sup>O *Mundo*, 4 de julho de 1906.

<sup>469</sup>*Idem*, 7 de outubro de 1905.

<sup>470</sup>*Ibidem*, 2 de outubro de 1904.

<sup>471</sup>*Ibidem*, 5 de janeiro de 1905.

publicamente, aos responsáveis políticos, os jornais da oposição questionavam esses jornais.

Nos jornais por nós consultados, em paralelo ao comentário político partidário dos atos governativos, característicos dos editoriais, ou “fundos”, que ocupam o lugar de honra dos jornais, assumem particular vigor os constantes *sultos*, pequenas notas políticas, que introduzem interrogações aos parceiros políticos. As questões tinham implicações políticas de grau muito variável. No *O Mundo*, em pleno franquismo, a propósito de cadeiras a lecionar no Instituto Industrial, questionava-se o órgão do partido regenerador liberal: «Não sabemos em boa verdade a razão. Mas fazemos nossa a pergunta e esperamos que o *Illustrado*, sempre com resposta para quase tudo, nos elucide sobre a estranha demora em prover as duas vagas de professores». <sup>472</sup> Um outro exemplo: «Noticiaram alguns jornais que ia diminuir, a começar em janeiro, o preço do gaz para consumo em Lisboa. Sabe alguém dar-nos notícias da diminuição?». <sup>473</sup>

Esta vocação para a interrogação dos atos governativos revelava-se frequentemente em torno de assuntos de maior implicação política. A 3 outubro de 1903, no editorial do *O Mundo*, intitulado, “Os Estrangeiros em Moçambique”, lia-se: «Há coisa de dez dias que, após as revelações feitas na imprensa, depois da publicação do folheto do Sr. Freire de Andrade e sobre outros factos, se deu a agitada assembleia da Companhia de Moçambique [...] Pois o que Faz o governo [...] é o que vimos perguntar-lhe: Começou já à venda o nosso território colonial – a retalho?». <sup>474</sup>

Esta vocação interpelativa do jornalismo de opinião era importante para quem fazia oposição ao governo, em particular para aqueles que não tendo assento no parlamento apenas contavam com a imprensa, como meio de participação no debate político. O *O Mundo* levou a cabo, por exemplo em abril de 1903, uma “campanha” em que intimava o governo regenerador a responder a várias questões repetidas durante semanas, apresentadas em “caixa”, sublinhada a letra *bold*:

*Como é que o Sr. Hintze tirou dos cofres públicos 880 contos para comprar o Yacht “D. Amélia”? É ou não verdade que o Sr. Hintze comprou o yacht “D. Amélia” com dinheiro do Estado? Quem gastou 880 contos*

---

<sup>472</sup>*Ibidem*, 8 de outubro de 1906.

<sup>473</sup>*Ibidem*, 8 de janeiro de 1906.

<sup>474</sup>*Ibidem*, 3 de outubro de 1903.

*do tesouro sem o facto aparecer nas contas, não pode ter desviado ilegalmente muitas outras centenas de contos? Quem rouba para fazer presentes não pode roubar para si? Não é isto Sr. Hintze? Se não é desminta.*

Os exemplos podem multiplicar-se: «Continua fazendo-se silêncio na imprensa monárquica sobre a pergunta que fizemos acerca do caso dos panos de Arrás do Palácio de Queluz. [...]. É ou não verdade que os ditos panos de Arrás, uns dos melhores talvez que existiam no país, desapareceram de lá? Sr. Presidente do Conselho onde estão os panos!?».<sup>475</sup>

Assim, aos jornais de “opinião” cabia tomar a iniciativa de estabelecer o diálogo com o governo, mas esta vertente não invalidava “conversas” paralelas com outros adversários políticos. Veja-se o debate entre o *Novidades* e o *Popular*, travado em janeiro de 1906. Pergunta o primeiro, a 2 de janeiro de 1906:

*Se o colega, pois, nos poder esclarecer ganharia com isso muito o nosso reconhecimento e serviria o nosso ardente desejo de ilustrar-nos [...]. Onde se prescreveu que o voto do conselho de estado é meramente consultivo? Qual a disposição da carta de onde resulta que a coroa pode – sem exercer o poder pessoal, é claro – desatender o que por ele lhe seja aconselhado? Qual o comentador de direito constitucional que tal tenha afirmado.*

Na ausência de um jornalismo informativo que reclame o papel de interlocutor junto dos protagonistas políticos cabia ao jornalismo político esta função. E verifique-se como o *O Mundo*, por diversas vezes, procura clarificar a posição política do partido progressista, por “tradição” considerado mais próximo do liberalismo avançado, em delicadas questões da vida política. Por exemplo, a 1 abril 1901, em pleno ressurgimento do movimento anticlerical, devido ao Caso Calmon, sob o título, “Os progressistas e a questão religiosa”, escrevia:

**O Correio da Noite ainda não respondeu às perguntas que lhe fizemos a pedido de um grupo de liberais. Repetimo-las, por isso, em maior tipo, para se lerem melhor: Quais são hoje as ideias do partido progressista**

---

<sup>475</sup>*Ibidem*, 4 de abril de 1904.

acerca da questão religiosa? Se esse partido fosse ao poder, cumpriria rigorosa e integralmente os decretos de Pombal, Aguiar e Braancamp. E continuaremos...<sup>476</sup>

Ou ainda, a 2 de abril de 1904, já em pleno período de relançamento do partido republicano, quando crescem os adeptos do republicanismo, escrevia o *O Mundo*, sob o título: “O que Pensam os Progressistas?”, e subtítulo: “Ao *Correio da Noite* e ao *Jornal da Manhã*”:

*Repetimos as perguntas que aqui fizemos aos dois órgãos progressistas, justificando-as: Entendem os dois órgãos de opinião progressista que qualquer governo monárquico deve evitar, custe o que custar, a representação dos republicanos no Parlamento? Entendem que, tendo os republicanos bastante influência para eleger os seus correligionários, se deve impedir de todas as formas – pela viciação do sistema eleitoral, pela corrupção, pela veniaga e pela violência – que os seus deputados tenham lugar no Parlamento? Entendem que é assim viciando o sistema representativo, fazendo do constitucionalismo uma burla, que a monarquia se pode defender e impor?*<sup>477</sup>

Desta prática interlocutória resultava uma clivagem entre órgãos do governo e de oposição, favorecendo, em momentos de crise, a solidariedade entre oposições, de alcance nem sempre bem avaliado pelos historiadores. E leia-se o *O Mundo*, a 3 de julho de 1902, em editorial intitulado “O Que fez o governo?”:

*Nós e outros jornais temos reclamado que se diga o que é o convénio. Ninguém o disse ainda, afinal. E segundo parece, o governo insiste em o não dizer, pois que o Popular, folha por ele inspirada, em conversa com o Correio da Noite, dizia ontem: “O convénio nas suas condições legais é estritamente o que a lei mandou que fosse, e ninguém o aceitaria por outra forma. Da prática da sua execução irão todos tendo pleno conhecimento em publicações de carácter oficial”. A resposta do Popular dá a entender que, à medida que o acordo se for executando, o país o conhecerá [...]. Só podia suceder isto num país [...] feudo de uma oligarquia que tudo pode e tudo faz, sem dar satisfações a ninguém, com o mais absoluto desprezo*

---

<sup>476</sup> *Bold* no original.

<sup>477</sup> *Bold* no original.

*pelo que se chama opinião. O que as cortes aprovaram não foi, como está de sobra acentuado, o próprio convénio – isto é o contrato bilateral em que Portugal e os seus credores se obrigassem a determinados compromissos. [...]. Foi uma autorização para o governo realizar o contracto dentro de determinadas bases, por sinal bastante vagas. Que interpretação deu o governo a essas bases? Eis o que se perguntou e se pergunta [...]. Pode um ato de tanta magnitude realizar-se, sem que o país o conheça em todos os seus pormenores? Não pode – ou, pelo menos, não deve.*

*A vertente interpelativa dos atos de governo assumia vigor quando vários órgãos se uniam no mesmo objetivo: forçar o debate. A configuração do debate jornalístico, ao colocar os títulos dos jornais a interpelar políticos, favorecia todo o tipo entendimentos. Veja-se, por exemplo, O Mundo, em 3 de janeiro de 1904, a propósito de uma polémica sobre o roubo das joias de D. Miguel: Dizem-se por aí cousas várias sobre esta célebre e curiosa questão. Assim, conta-se que o requerimento feito pelo Sr. Duque de Loulé é uma história para iludir crianças. Quem tratava disso a sério era o Sr. D. José Coutinho, mas este acomodou-se, tendo ajustado uma transação com o Governo. Parece-nos que é calunioso o boato que o Sr. D. José de Sousa Coutinho pode aliás desmentir neste jornal.*

Abria assim as páginas do jornal ao adversário político.

E não por acaso a própria noção de independência jornalística podia por vezes obedecer a critérios de avaliação distintos dos atuais. Em 2 de outubro de 1907, João Chagas, então destacado jornalista republicano, explicava no *O Mundo*:

*O jornal do governo em rigor, não é um jornal. Jornal implica senão a ideia de independência e que independência pode ter um jornal do governo? [...]. A minha profissão exerce-a há vinte e cinco anos e durante todo este longo espaço de tempo nunca exprimi uma opinião que não fosse a minha e quantas vezes, quantas! O pobre jornalista do governo não é coagido a defender, não digo já princípios, mas factos que repugnam à sua consciência e à sua razão? Eu avalio o que isso lhes deve custar, porque uma das maiores, não digo glórias, mas intimas satisfações da minha vida é ter sido um homem livre e, deploravelmente, eles não são.*

A valorização da independência face ao governo era só por si um critério de divisão no campo do jornalismo. Com frequência os jornais

descrevem como independente a imprensa não-governamental. É o que acontece, por exemplo, no *O Mundo*, a 8 de outubro de 1901, quando refere: «A imprensa independente deu notícia deste escândalo [...]».

O formato de debate jornalístico permitia aos órgãos partidários visados pelas questões “caírem” no mais profundo silêncio, fugindo à resposta. O *O Mundo* queixava-se frequentemente da falta de resposta às suas perguntas, meio informal e eficaz de o excluir do debate. A título de exemplo veja-se este jornal, a 3 de julho de 1902: «*A Tarde*, órgão do Sr. Hintze Ribeiro por meio do Sr. Sérgio, não costuma discutir o que se diz no *Mundo*, nem responder às perguntas que aqui se lhe fazem. Mas ontem sai-se com esta: [...]»; ou ainda a 4 de outubro de 1902: «O Sr. Ministro da Fazenda não ruge nem muge. Não há meio de lhe arrancar palavra. Pacientemente lhe temos perguntado – demite ou não demite o conselheiro. Debalde. Não responde». Os exemplos podiam repetir-se.

Na conversa «entre dois interlocutores, é muito raro que os papéis sejam perfeitamente iguais». <sup>478</sup> Na comunidade jornalística portuguesa acontecia o mesmo. Estamos já em condições de afirmar que o monopólio da manipulação legítima do discurso pelos jornais político partidários a que temos dado ênfase integrava procedimentos que mantinham uma razoável esfera de liberdade de ação para os seus protagonistas. Isto é, a função de interpelação do político, que recaía no essencial nos jornais de “opinião”, dada a configuração do debate, disperso por diferentes órgãos, podia operar de formas distintas. No essencial, parte da eficácia da interpelação resultava do grau de integração de um órgão na comunidade “jornalística”, ou seja, da capacidade que um jornal tinha de fazer-se reproduzir noutros órgãos de imprensa. A influência de um jornal “media-se” pelo número e diversidade de interações que realizava.

Todos os jornais gostavam de se autopromover lembrando a quantidade de citações das suas páginas noutros jornais. Ganhando prestígio sempre que o seu fundo era integralmente reproduzido:

*Podem as Novidades envaidecer-se de ser um dos jornais políticos mais transcritos pelos seus colegas de Lisboa, do Porto, e das províncias. [...] desta vez porém, o caso muda de figura [...] O nosso artigo Sursum corda!, de sábado último, em que a augusta pessoa de Sua Majestade El-Rei, ao ler, nas Cortes, o terceiro discurso da coroa deste ano, surgiu*

---

<sup>478</sup> Gabriel Tarde, *A Opinião e a Multidão* (Sintra: Publicações Europa-América, 1991), 80.

como o outro eu do Sr. Chaby Pinheiro, ao recitar, pela décima milionésima vez, a poesia de Lopes Mendonça, mereceu as honras de ter a sua primeira parte transcrita em artigo de fundo da *Espana Nueva*, de Madrid, o jornal espanhol mais brilhante da atualidade, dirigido pela admirável organização do jornalista moderno e do parlamentar vigoroso que é Rodrigo Soriano.<sup>479</sup>

Mas como os jornais são organismos vivos a sua capacidade de interferência no campo político variava conjunturalmente. Seria certamente útil uma análise que viesse a contabilizar, em alguns dos principais diários, as citações de jornais republicanos, entre 1900 e 1907. Numa análise por nós efetuada na primeira página do *Novidades*, que recaiu na primeira semana (sete dias) dos meses de janeiro, abril, julho e outubro, no período de 1900 a 1907 (num total de 28 dias por ano), verificamos que, em quatro anos, entre 1901 e 1904, este jornal apenas refere uma única vez um título republicano (no dia 7 de abril de 1903, cita o *Vanguarda*). Em contrapartida, entre 1905 e 1907, surgem 27 referências a títulos republicanos, assim distribuídas, três em 1905 (cita duas vezes o *O Mundo* a 7 de janeiro e a 6 de outubro, e o *Vanguarda* a 6 de outubro), dezasseis em 1906 (cita sete vezes *O Mundo*, a 2 e 9 de janeiro, a 2, 6 e 9 de abril, a 3 e 6 de outubro; uma vez o *Vanguarda*, a 8 de janeiro; sete vezes a *Lucta*, a 2 e 5 de abril, a 3, 6 e 9 de julho, a 2 e 3 de outubro; uma vez o *Paiz* a 5 de abril), e oito em 1907 (cita três vezes *O Mundo*, a 1 e 5 de outubro; duas vezes *Vanguarda*, a 9 de janeiro e a 2 de março; e três vezes *Lucta*, a 9 de janeiro e a 6 de abril). Esta aumento de citações dos jornais republicanos é com alguma probabilidade um bom indicador da crescente capacidade de intervenção do republicanismo no debate político.

Mas será certamente um erro considerar que os jornais político partidários, no início do século XX, tinham a mesma conceção de debate, coincidindo em protagonistas e formas de interpelação. O jornalismo republicano democrático radical distinguiu-se na forma como diversificou os meios de interferir no debate político, desde logo porque não interpelou apenas os protagonistas institucionais, mas também os governados, a quem atribuiu novo protagonismo, concedendo-lhes lugar no debate político.

---

<sup>479</sup> *Novidades*, 5 de outubro de 1906.

Contudo, ainda antes de entrarmos naquilo que distingue o jornalismo republicano, convém deixar claro como o campo político procurava informalmente restringir o acesso ao debate – o género da entrevista ilustra-o bem.

### 4.3.1. A Entrevista

Reportando para a conversa, mas também para a conferência, os jornais diários balançavam entre o uso do termo palestra, ou *interview*, sempre que recorriam ao novo género jornalístico importado da imprensa anglo-saxónica, a entrevista.

No início do século XX, todos os jornais diários, já tinham adotado este novo conteúdo. João Chagas, em 1905, escrevia a propósito: «Os *interviews* vieram trazer à imprensa de Lisboa um elemento de toda a novidade [...]. Vêm as *interviews* e uma corrente de ar passa. Respira-se melhor. É como se abrisse uma janela».<sup>480</sup>

A introdução da entrevista no jornalismo português oitocentista está por estudar. M. Schudson chamou a atenção para a importância desta prática jornalística, ao ponto de considerar: «*the interview is the fundamental act of contemporary journalism*».<sup>481</sup>

Se colocar questões, conversar, sempre constituía um meio dos jornais obterem informações, segundo M Schudson, a aceitação do novo género implicou modificar a relação do jornalista com o seu interlocutor, e deste com os jornais, permitindo publicitar o que até aqui se considerava inviolável.

Barómetro da autonomia do repórter face à sua fonte, a entrevista remete para uma nova conceção do trabalho jornalístico, que implica, pelo menos, uma relação triádica (o entrevistador, o entrevistado e o público),<sup>482</sup> assumindo pela sua capacidade informativa um lugar central no jornalismo moderno. Não foi, no entanto, linear a sua incorporação

<sup>480</sup> João Chagas, *Homens e Factos, 1902-1904* (Coimbra: França Amado-Editor, 1905), 181.

<sup>481</sup> Michael Schudson, *The Power...*, 72.

<sup>482</sup> Segundo M. Schudson: “the news interview has at least three parties, not two: it is a triadic relationship in which an unseen public is an «overhearing audience» [...]. Although the reporter in the news interview refrains from making evaluations, there is an inferred – and deferred – evaluation by a thirty party, the always present «public» or audience. It follows from this that the news interview is normally “on the record”. Any talk that is privileged and not spoken for publication must be specially marked. Normal interview talk consequential, talk for which the speaker will be held publicly responsible. [...]” in *The Power...*, 73. A entrevista envolve mais do que três intervenientes, como, por exemplo, a empresa que emprega o jornalista, ou o partido a que pertence o entrevistado.

nas práticas jornalísticas. M. Schudson salienta o que esta prática jornalística continha de indefinido: « *“Interview” refers both to a social interaction between a person of public interest and a professional writer and to the literary form that is the product of that interaction. The term was widely used in the nineteenth century in a much broader sense, to refer to any kind of meeting and conversation between two people* ». <sup>483</sup>

No início do século XX, nos jornais por nós consultados, é vulgar que todo e qualquer diálogo surja destacado como entrevista, participe aquele num trabalho de reportagem (como *O Mundo*, de 1 de julho de 1901, em «dolorosa» *interview* com criminosa no Aljube), ou numa pequena nota de esclarecimento sobre um boato. E veja-se no *Novidades*, a 3 de janeiro de 1906, o *suelto* contido em notícia coletiva, na secção “Casos do Dia”, a propósito do nome que “corre” para novo líder progressista:

*Ler esta notícia e partir em busca do deputado e nosso amigo, para uma interview sobre o assunto foi obra de um momento. Tivemos a fortuna de encontrar o Sr. Oliveira Matos e com ele travamos o seguinte diálogo elucidativo [...]:*

– *Venha de lá um abraço de parabéns ilustre leader...*

– *Qual leader nem meio leader! Eu não quero ser nada...nem chefe!...*

– *Mas os jornais...*

– *É falso: eu só quero que me deixem sossegado a tratar dos meus eleitores (...).*

Mais vulgar eram as entrevistas que desenvolviam a descrição física do entrevistado e do ambiente envolvente em detrimento do diálogo. Talvez por isso, em 1925, o jornalista Norberto Araújo afirmasse: «a entrevista é o género mais fácil do jornalismo», <sup>484</sup> e Alfredo da Cunha, ex-diretor do *Diário de Notícias*, usasse de forma indiscriminada os termos reportagem e entrevista. <sup>485</sup>

O repórter Jorge Abreu conta, a propósito, nas suas memórias:

*Em plena guerra entre a Rússia e o Japão. O ministro deste último país acreditado em Madrid e Lisboa, sai do expresso na estação do Rossio.*

<sup>483</sup> *Ibidem*, 74.

<sup>484</sup> *Uma Hora de Jornalismo...*, 169.

<sup>485</sup> *Idem*, 9.

*Eu, pelas Novidades, José Sarmento, pelo Dia, e Barreto da Cruz, pelo Jornal da Noite, abordamo-lo atrevidamente, pedindo-lhe informações do sangrento conflito. O ministro, o Sr. Shiró Akabané, recusa-se [...] vamos para o Suíço, onde redijo uma carta ao Sr. Shiré Akabané, explicando, no melhor inglês que aprendi na Ilha, que eu e o meu colega não queremos importuná-lo e apenas solicitamos resposta a três perguntas.*

*– Quando recebeu S. Ex.<sup>a</sup> as últimas notícias oficiais sobre a guerra?*

*– Eram, favoráveis ou desfavoráveis essas notícias?*

*– Qual a impressão de S. Ex.<sup>a</sup> a respeito do termo do conflito?*

*A carta segue e, momentos depois, o ministro escreve-me dizendo que sente muito não poder receber-nos, que há longas semanas nada sabe oficialmente da guerra – os jornais de Lisboa sabem muito mais do que ele – e nenhuma impressão nos dará sobre o desfecho da contenda, porque a sua situação diplomática, etc., etc.*

*É pouco, é mesmo muito pouco, mas a entrevista está feita e Barreto da Cruz... meio codilhado. Não falámos, é certo, com o ministro; porém, a troca de cartas corresponde a uma ligeira palestra com ele e agora vá de reproduzi-la no jornal de modo que se satisfaça, ainda que ao de leve, a curiosidade dos leitores.<sup>486</sup>*

Era frequente também a reprodução de simulacros de diálogos, ouvidos, ou não, por informadores anónimos, que servem circunstanciados interesses informativos. Veja-se o *O Mundo*, de 6 outubro 1902:

*O Norte, teve um excelente informador que lhe forneceu em tempos curiosas informações sobre o caso de que foi protagonista o vereador monárquico Fonseca Araújo. O nosso confrade encontrou de novo esse misterioso informador e teve com ele este diálogo: [...].*

*Vê-nos e dirige-se a nós:*

*– Então, nada sabe?*

*– ?*

*– Ainda o Esteves Ribeiro...*

*– Ora!*

*Mas é mais interessante do que julgam.*

*Vejamos:*

*Compreenderam onde quer chegar a minuta do advogado Joaquim sobre a fiança?*

---

<sup>486</sup> Jorge Abreu, *Boémia...*, 55-7.

*À diminuição da quantia a depositar, seguramente.*

*Engam-se aquele documento modesto tem mais largo alcance. O que se pretende é obter a diminuição da fiança com fim mais importante.*

*Qual pode ser depois do que se passou?*

*O de obter a decisão de que o crime foi mal classificado [...]*

*Mas nem uma luz que nos guie na escuridão com que se apresenta o caso? Acrescente: – Araújo e Araújo. Está satisfeito? E segunda-feira ver-nos-emos!*

*E gargalhando, como quem se compraz em apontar toda a luxuosa crápula que ali se revolve, o nosso informador sumiu-se [...].*

Em 4 de janeiro de 1906, em pleno “Caso dos Tabacos”, o *Novidades* descrevia:

*Reunii esta tarde a direção da Companhia dois Fósforos [...] um dos nossos redatores procurou alcançar informações, completas e autorizadas [...] vimo-nos em embaraços sucessivos. Os primeiros diretores, fechando-se em escrúpulos – que não conseguimos provar-lhes serem intempestivos e até inconvenientes para a sua Companhia – recusaram-se a dizer o que na reunião se passara. Foi necessário ir, sucessivamente, batendo a todas as portas, – até que encontramos um dos diretores que, de acordo com a exposição, que embalde aos outros tínhamos já feito, nos disse: [...] Concordo plenamente em que o público deve saber tudo quanto à companhia de Fósforos diz respeito [...]. E sorrindo passou-nos para a mão a cópia do ofício seguinte.*

O mesmo jornal reproduz um documento que diz ser a proposta negocial entregue, dois dias antes, ao ministro da Fazenda. No dia seguinte o jornal congratulava-se: «A impressão que ontem produziu em Lisboa a publicação da entrevista [...] traduziu-se em notas que toda a imprensa desta manhã lhe consagra».

Em Portugal, aliás como no resto da Europa, mesmo na Grã-Bretanha, a constante presença deste género jornalístico nos jornais, esconde a forte resistência dos políticos em aceitá-la como meio de obter informação adicional. Sendo frequentes as entrevistas que se resumiam a uma breve troca de palavras que nada esclareciam. Veja-se como França Borges obtém entrevista do deputado independente monárquico Fuschini, poucos dias depois daquele tomar a direção do jornal *Pátria*. Lia-se a 12 de janeiro de 1900:

*Procuramo-lo, pois ontem, para esse fim [...] convidou-nos a dizer o que pretendíamos.*

*– Interrogá-lo sobre a atitude que tenciona manter no parlamento, em especial sobre determinados assuntos.*

*– É muito vago isso.*

*– Se v. Exa, em princípio não tem relutância, eu passo a formular as perguntas [...].*

*– Não é chegado o momento de procurar esclarecer o público [...]. A reserva em certos pontos da nossa administração interna é aconselhada a todos [...].*

O contorno desta nova interação jornalística esteve sujeito ao vigor de uma prévia configuração de relações de poder desfavorável ao jornalista. A tutela política do jornalismo transparecia na fraca autonomia do entrevistador, cujas questões obedeciam ao grau zero de tensão ou incomodidade (pertinência) para o entrevistado.

As figuras públicas só se deixavam entrevistar por jornais que lhes eram favoráveis e apenas para se promoverem. O rei e os chefes dos partidos monárquicos estavam ao abrigo desta prática. Nos jornais por nós analisados é João Franco o primeiro líder a conceder uma entrevista ao seu órgão partidário, o *Diário Ilustrado*, a 18 de agosto de 1904.<sup>487</sup> Os notáveis monárquicos e republicanos preferiam ser entrevistados por jornalistas estrangeiros.

Na conjuntura política da “ditadura” franquista, do verão de 1907, a entrevista em órgãos estrangeiros assume lugar preponderante na luta política. Em julho, o jornalista Luiz Morote, publica no *Heraldo de Madrid*, uma série de entrevistas, com políticos portugueses, entre outros, o monárquico independente Augusto Fuschini e o regenerador Júlio Vilhena. A 24 julho, uma extensa entrevista ao chefe do governo João Franco, causa sensação na imprensa de Lisboa. Dois dias depois esta é reproduzida na íntegra, em vários jornais, entre os quais *O Mundo*, que a ladeia, com uma outra entrevista concedida pelo político, ao mesmo jornal, em 1904. A 27, o *O Mundo*, sob o título “Portugal no Estrangeiro”, reproduz entrevista de Bernardino Machado a Jules Hedesman, do jornal francês *Le Matin*, onde se lia: «posso dizer,

---

<sup>487</sup> Conf. Júlia Leitão de Barros, “O Jornalismo Político Republicano...”, Tomo II, Anexo 2, Caso de Estudo 2.

julgando não me enganar, que daqui a dois ou três anos Portugal será uma República». <sup>488</sup>

A importância das entrevistas concedidas a órgãos estrangeiros não deve ser desvalorizada. Prova disso foi o impacto da entrevista do rei D. Carlos, em 11 de novembro de 1907, a Joseph Galtier, do jornal francês *Le Temps*. Nele o rei reafirmava a sua confiança política a João Franco e não poupava críticas à atuação dos políticos rotativistas. Júlio Vilhena, a quem fora entregue a liderança do partido regenerador, refere o efeito desta entrevista: «foi como um explosivo arremessado ao arraial inimigo. Todos os homens públicos se supuseram, agravados com as palavras do monarca». <sup>489</sup> Em 1927, também António Cabral, braço direito de Luciano de Castro, consideraria esta prestação jornalística um dos maiores erros de D. Carlos: «intrometeu-se nas lutas dos partidos, desceu à arena das discussões apaixonadas, tornou-se alvo de ódio, de rancor profundo e vivo de muitos políticos». <sup>490</sup>

No período que estudamos, tudo parece apontar para a crescente influência da entrevista no debate político, no segundo semestre de 1907. E veja-se como o jornal *O Mundo*, contrariando a prática até aqui seguida, passa a destacar em título grande, sobre todas as colunas, este novo género jornalístico. Entre 1900 e 1906, encontramos apenas cinco destaques, em título, a entrevistas, três, em 1903, que recaem em políticos monárquicos (um com progressista não identificado, em 19 de julho, e dois com conselheiro Dias Ferreira), duas, em 1906, que não tratam de assuntos de política nacional (uma reprodução de entrevista com o ex-presidente da Duma russa, a 27 de setembro; outra com Fialho de Almeida, sobre o Teatro D. Maria II, a 30 de setembro). Em contrapartida, em 1907, entre junho e outubro, doze títulos “grandes”, sobre mais de uma coluna, recaem em entrevistas com carácter político controverso. Apenas uma delas, de 7 de junho, diz respeito a um notável republicano, Bernardino Machado.

Na verdade, a crescente hostilidade político-partidária face a governo ditatorial de Franco, permitiria ao *O Mundo* inovar, lançando uma série de entrevistas, com vários notáveis dos partidos monárquicos então na

---

<sup>488</sup> Este jornal edita neste mês uma série de entrevistas a políticos portugueses, a mais discutida terá sido a realizada a João Franco (14 de julho).

<sup>489</sup> Júlio Vilhena, *Antes da...*, 395.

<sup>490</sup> António Cabral na introdução de *Cartas d'El Rei D. Carlos ...*, 185.

oposição. Logo após a morte do chefe do partido regenerador, Hintze Ribeiro, a 1 de agosto, estando em aberto a nomeação do seu sucessor, o jornal entrevista Pimentel Pinto, a 3, Teixeira de Sousa, a 5, Campos Henriques, a 6, Wenceslau Lima, a 14. Na primeira dessas entrevistas, o *O Mundo* ainda precisava de esclarecer os leitores:

*Em todos os países, onde a imprensa, seja qual for a sua índole partidária, quer dar aos seus leitores a impressão nítida de acontecimentos que devem interessar à vida dos partidos, ou seja a própria vida nacional – os jornalistas procuram entrevistar os homens que pela sua situação e responsabilidades podem esclarecer o momento político ou explicar os factos que trazem à supuração movimentos anormais [...].*

Em setembro, outra série de entrevistas, neste jornal, recaem em destacados políticos progressistas, Augusto José da Cunha, a 17, e António Cabral, a 21. A todos os títulos surpreendente, seria a entrevista, no *O Mundo*, ao velho chefe do partido progressista, José Luciano de Castro, a 25 de setembro. Feito que voltaria a repetir a 4 de outubro, embora sem destaque, em peça assinada por Albano Coutinho. Em outubro seria a vez do líder da dissidência progressista, José Alpoim, conceder extensa entrevista ao mesmo jornal, editada em dois dias consecutivos, a 12 e 13.

Não cabendo aqui a análise literária dessas entrevistas, onde é visível a adoção de processos novelísticos, por exemplo, nos extensos parágrafos ou nas impressões visuais dos jornalistas, interessa-nos salientá-las como prática inovadora. O carácter excepcional do momento político parece ter expressão no jornalismo político que subverte as convenções que o pautavam: seja pelo género jornalístico adotado, a entrevista, quebrando o habitual cultivo da distância política; seja atentando contra a até aqui inviolável compartimentação política partidária dos canais de comunicação política (com monárquicos a falar num jornal republicano).

No período do pós-regicídio, que não cabe aqui tratar, tudo aponta para a consolidação deste género jornalístico. Em 1912, o jornalista Joaquim Leitão publicaria em livro, uma série de entrevistas, que dão conta do sinuoso percurso da entrevista política, no final da monarquia. Numa delas, ao conselheiro Pereira dos Santos, é mesmo possível encontrar um grau de impertinência desconhecido no período que tratamos:

E, como se nos despedíssemos, o Sr. Conselheiro Pereira dos Santos disse-nos:

– *O que eu lhe peço é que não chame a esta nossa conversa uma entrevista. Diga: “Consta-nos que o Sr. ministro das obras públicas vai fazer isto ou aquilo...”*

– *Esteja V. Exa. descansado que não chamaremos a esta conversa uma entrevista. Dissemo-lo e cumprimo-lo.*<sup>491</sup>

#### 4.3.2. O debate “alargado” a todos

As convenções jornalísticas presentes no debate político jornalístico vinculavam os jornais a um conjunto de procedimentos que tendiam a preservar a legítima distância dos protagonistas políticos, bem como a partidarização do debate, delimitando o quadro de “possíveis” na luta política. Mas não foi nem linear, nem isenta de contradições, a apropriação destas convenções pelos jornais político partidários de feição democrática. Com diferente grau de determinação e eficácia a imprensa político partidária, que se arrogou de democrática, foi construindo, quer pelo conteúdo, quer pela forma, a ideia força do debate político alargado a todos. E de pouco interessam aqui as possibilidades abertas, no futuro, à instrumentalização deste novo âmbito do debate.

No início do século XX, na imprensa republicana radical – e em Lisboa destacava-se o *O Mundo* – a demolição da monarquia implicava a imposição de uma conceção democrática da política. No jornalismo diário de Lisboa os republicanos atuavam praticamente sozinhos neste tabuleiro de luta política.

Convém por isso enquadrar as práticas deste jornalismo no conjunto de obstáculos à ideia democrática em Portugal. Desde logo em termos de “retrocesso” institucional. A reforma eleitoral de 28 de março de 1895, decretada pelo governo regenerador chefiado por Hintze Ribeiro e João Franco estabeleceria novas regras, mantidas até ao 5 de outubro, que Pedro Tavares de Almeida descreve:

*O novo diploma impôs critérios mais restritivos de «inclusão cívica» nomeadamente suprimindo a categoria de «chefes de família» [...]. A consequência imediata desta reforma foi uma brusca contração do*

---

<sup>491</sup> Joaquim Leitão, *A Comédia...*, 225.

*universo dos cidadãos [...]. Se em 1890 os eleitores recenseados representavam perto de 19% da população total, em 1895 essa percentagem decaiu para metade (c. 9,5%).*<sup>492</sup>

Para Tavares de Almeida: «significou não só um claro retrocesso na evolução do sufrágio em Portugal, como destoou da tendência dominante da Europa liberal».<sup>493</sup> À exceção da Itália a tendência era para a adoção do sufrágio universal masculino,<sup>494</sup> ou para o alargamento do voto.<sup>495</sup>

Vasco Pulido Valente chamou atenção para os “limites intransponíveis” do partido republicano português:

*Em primeiro lugar, a esmagadora maioria dos camponeses era analfabeta, não se interessava por política e não compreendia nem a linguagem nem os objetivos dos radicais urbanos. Por isso, sobretudo a norte do Mondego, conservou-se teimosa e militantemente fiel ao padre e ao senhor da terra. Em segundo lugar, o movimento republicano nascera nas cidades, mais precisamente em Lisboa, e só lentamente se podia espalhar num país de más condições e povoamento disperso. Em terceiro lugar, em comunidades pequenas e isoladas, tanto as autoridades monárquicas como os influentes e os caciques exerciam uma apertada vigilância sobre a população.*<sup>496</sup>

Fernando Catroga na mesma diapasão refere:

*O republicanismo constituía um projeto pouco acessível às mentalidades rurais, ou ainda debilmente urbanas [...] e fortemente catolicizadas, já que, em última análise, exprimia aspirações das camadas sociais que estavam a crescer com o desenvolvimento das cidades e que, por isso, mais se afastavam das formas de comportamento das sociedades tradicionais.*<sup>497</sup>

---

<sup>492</sup> Pedro Tavares de Almeida, “O sistema eleitoral e as eleições em Portugal (1895-1910)”, *Eleições e Sistemas Eleitorais no Século XX Português, Uma Perspectiva Histórica e Comparativa* (Lisboa: Edições Colibri, 2011), 88-9.

<sup>493</sup> Idem.

<sup>494</sup> Segundo Pedro Tavares de Almeida: Espanha 1890, Bélgica, 1893, Áustria, 1896, Noruega, 1898, Finlândia, 1906, Suécia 1906 in *idem*.

<sup>495</sup> Países Baixos, 1896, Luxemburgo, 1892 e 1902 in *ibidem*.

<sup>496</sup> Vasco Pulido Valente, *O Poder...*, 51.

<sup>497</sup> Fernando Catroga, *O Republicanismo...*, 87.

Republicanos, anarquistas e socialistas colocaram a politização dos portugueses no topo das suas preocupações políticas, nisso se distinguindo claramente de todo o restante campo político.<sup>498</sup> Porém, a democracia em Portugal carecia ainda, e sobretudo, de homens e mulheres que se interessassem pelos negócios públicos. E leia-se Guerra Junqueiro, a 6 de fevereiro de 1896, no *Vanguarda*:

*Um povo imbecilizado e resignado, humilde e macambúzio, fatalista e sonâmbulo, burro de carga, besta da nora, aguentando pauladas, sacos de vergonhas, feixes de misérias, sem uma rebelião, um mostrar de dentes, a energia de um coice, pois nem já com as orelhas é capaz de sacudir as moscas, um povo em catalepsia ambulante, não se lembrando nem de onde vem, nem de onde está, nem para onde vai.*

Combater a indiferença pelos negócios públicos era um dos desafios da imprensa democrática. Um dos seus combates.

Embora sem colocar em causa, como vimos no capítulo anterior, o modelo de debate jornalístico político partidário, o esforço interpelativo dos jornais democráticos radicais, não visou apenas os governos, o rei, ou os políticos de carreira dos partidos institucionalizados – por intermédio dos seus órgãos jornalísticos – dirigiu-se ainda, e também, de forma persistente e quotidiana, a um outro protagonista político, o “sujeito político coletivo” – a opinião do país, a nação, a pátria, o povo. E este último, com persistência, e nas suas várias aceções: «tanto o sujeito político constitutivo, como a classe que de facto, senão de direito, está excluída da política».<sup>499</sup> As duas aceções andavam ligadas.

Não cabe no âmbito deste trabalho analisar o lugar do “povo” na retórica liberal. Contava a propósito, o político progressista, António

---

<sup>498</sup> E veja-se um excerto de um folheto de propaganda anarquista: «Não tens reparado nas prisões, nas igrejas...nos que à mesa dos cafés e restaurantes engolem, por simples prazer, manjares cujo preço poderia corresponder ao sustento de parte dos que à noite, nos vãos das escadas ou nos bancos das praças públicas, tiritam de frio e de fome [...]. Não tens reparado em tudo isto? Tens sim. Mas dizes contigo: Isto é natural. Está assim, sempre estive e por isso sempre assim continuará! [...]. Pois bem meu amigo, todos os males sociais que te enumerei podem ter um fim se quiseres cumprir com o teu dever. E sabes qual é esse dever? É emancipares pouco a pouco o teu cérebro, estudando, raciocinando, revolucionando” in J. Fontana da Silveira, *Carta Aberta (a um jovem proletário)* (Évora: Editor e Proprietário Elizeu Justo, Minerva Comercial, de José Ferreira Batista, 1910), 4-5.

<sup>499</sup> Giorgio Agamben, “O que é um povo”, *A Política dos Muitos, Povo, Classes e Multidão* (Lisboa: Tinta-da-china, 2011), 31.

Cabral, nas suas memórias, o carácter anedótico que podia tomar, por esta altura, a evocação do “povo”:

*Gaspar Ferreira Baltar, diretor do O Primeiro de janeiro: tinha a intuição clara do que devia ser um jornal popular, e, assim, constantemente recomendava aos articulistas do seu janeiro:*

– Ponha lá: nós nascemos do povo, viemos do povo, somos pelo povo.

– Mas isso não vem a propósito! – diziam-lhe.

– Não importa. Ponha lá: nós viemos do povo, somos pelo povo, vivemos para o povo.<sup>500</sup>

Elencar, como alguns historiadores tendem a fazer, os apelos de teor democratizante oriundos de vários grupos políticos, colocando num mesmo plano discursos semelhantes, é a nosso ver limitativo. Na esteira de Skinner, considero que «o estudo do que alguém afirma jamais constituirá um guia suficiente para compreender o que se queria realmente dizer [...]. Por outras palavras, devemos tentar apanhar não apenas o que as pessoas estão a dizer, mas também o que eles estão a *fazer* quando o afirmam».<sup>501</sup> Entender este “fazer” é vital para o nosso estudo. Porque não se trata, note-se, em exclusivo, de procurar as intenções dos emissores, trata-se no sentido mais amplo, de alargar significados e utilizações.

Alice Samara aponta a centralidade do “povo” no discurso republicano:

*Os republicanos reivindicavam a capacidade de falar pelo povo. Fazem a ponte e a mediação entre essa entidade e utilizam-na como forma de legitimação do seu próprio discurso e combate. Povo aparece como a razão e o destinatário das preocupações republicanas. Esta figura doutrinária tem um papel central na militância política republicana a nível dos dirigentes e dos intelectuais, apesar de ser de difícil definição, aberta a várias configurações e reconfigurações.<sup>502</sup>*

A historiadora teve o mérito de apontar um dos caminhos possíveis para a abordagem do “povo” republicano: «se o povo era um conceito

<sup>500</sup> António Cabral, *As Minhas...*, 39.

<sup>501</sup> Quentin Skinner, *Visões da Política, sobre os métodos históricos* (Oeiras: Difel, 2005), 17. Itálico do original.

<sup>502</sup> Maria Alice Dias de Albergaria Samara, “As Repúblicas da República, História, Cultura Política e Republicanismo”, Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2010, 52.

plástico e utilizável por diferentes campos políticos, é importante perceber como é que os republicanos o imaginavam».<sup>503</sup>

No jornalismo republicano radical, e em particular no jornal *O Mundo*, o “povo” foi-se constituindo como o protagonista da luta política da atualidade. Desde logo na forma como a narrativa política descreveu o “combate” que se travava: um antagonismo político insolúvel entre dois polos, o povo e a oligarquia, aqui representados com a maioria excluída e a minoria que detém o poder, as vítimas e os beneficiários da corrupção, do privilégio e injustiça social e jurídica. A título de exemplo, veja-se o apelo ao voto, em 29 de abril de 1906, no jornal, sob o título “A batalha de Hoje”, que explicava em subtítulo:

*A Eleição que hoje se realiza é, especialmente em Lisboa, uma luta entre as instituições vigentes e o povo. As condições especialíssimas em que vive o Partido Republicano em Portugal dão a maior importância ao resultado dessa luta. O regimen, colocando o nosso Partido fora da lei, não tem querido vê-lo representado no parlamento, e quer, ainda desta vez, através de tudo, contrariar a vontade do povo. O resultado da eleição de hoje será a vitória ou a derrota do povo. Vencido este por aqueles que gozam já tantos privilégios, ele será mais do que nunca oprimido e espoliado. Que o povo, pois, se defenda, defendendo os seus direitos! Que todos os adversários do despotismo votem nos candidatos republicanos e procurem por todas as formas fazer vingar a sua eleição!*

Na narrativa da luta política da imprensa radical inscrevia-se a representação de uma “sociedade do presente” injusta, dividida entre grandes e pequenos, ricos e pobres, honestos e desonestos, trabalhadores e parasitas, privilegiados e explorados – a oligarquia e o povo. Veja-se a título de exemplo o *Vanguarda*, a propósito das despesas da família real, de 2 fevereiro de 1892, sobre todas as colunas: “Roubam os grandes! O Povo Paga”. Ou, ainda, no *O Mundo*, a 21 de junho 1901, o título “Situação Nacional”, com subtítulo: «Uma minoria privilegiada folga e goza, viajando com conforto e luxo. Uma maioria oprimida sofre e geme, lutando com privações, miséria e fome. Eis no momento a justíssima situação de Portugal». O mesmo jornal, incitando ao voto, a 6 de outubro de 1901, em subtítulo:

---

<sup>503</sup> *Idem*, 54.

*Como protesto contra uma política corrupta, egoísta e antipatriótica, que tem arruinado o país e sacrificado o contribuinte em proveito de uma oligarquia de privilegiados, como protesto contra um regímen que falsificando por completo a sua missão e o seu programa, tem exercido o mais genuíno absolutismo; e como protesto contra um decreto ditatorial que é a negação em que assenta o sistema representativo; – todos os cidadãos honestos dos círculos de Lisboa que amam o seu país, que prezam a Liberdade, que odeiam a corrupção [...] e que não querem ser roubados e ultrajados, devem votar na seguinte lista [...].*

Observe-se o mesmo jornal, a 27 de março de 1907, antes do editorial, em “caixa” a *bold*, escrevendo a propósito dos adiantamentos, sob o título “Não Esqueçamos”:

*Em 12 de novembro de 1906 – há mais de 4 meses – declarou o presidente do conselho na camara de deputados que tinham sido feitos por vários governos, adiantamentos à casa reinante. Até hoje apesar de todas as reclamações feitas dentro e fora do parlamento, o governo ainda não declarou quais foram as importâncias “adiantadas” à casa reinante, estão por castigar os responsáveis por esses desvios de dinheiros públicos, e o chefe de estado continua a ser o que recebeu os adiantamentos, ao passo que a Boa Hora continua a condenar os miseráveis que, batidos pela fome, furtam para comer.*

Na verdade, como refere Giorgio Agamben « qualquer interpretação do significado político da palavra “povo” tem de partir do facto singular de, nas línguas europeias modernas, ela designar também os pobres, os deserdados os excluídos». <sup>504</sup> A reivindicação da igualdade política presente na conceção republicana democrática (de um campo político alargado a todos), assentou num discurso igualitário (não se confunda com igualitarismo, e a distinção que aqui seguimos insere-se na esteira de Norberto Bobbio), <sup>505</sup> mesmo que vago, condenando a desigualdade, e reclamou um projeto, mesmo que vago, revolucionário.

<sup>504</sup> Giorgio Agamben, “O que é...”, 31.

<sup>505</sup> Norberto Bobbio distingue doutrina igualitária (que se entrega à redução das desigualdades sociais e naturais) de igualitarismo (igualdade de todos em tudo) in *Direita e Esquerda, Razões e Significados de uma distinção política* (São Paulo: Editora Unesp, 1994), 100.

Não foi isenta de contradições e ambiguidades o uso pelos republicanos do sujeito político, que nomearam, o povo. Alice Samara chama a atenção: «no seu discurso, os republicanos ou representam o povo, ou pertenciam ao povo».<sup>506</sup> E o *O Mundo* integrou as várias facetas deste discurso, não hesitando em “falar” em nome do povo: «O Povo não pode, o povo não quer aturar mais burlas nem mais mistificações. O povo quer, o povo exige que a questão religiosa se resolva pela extinção dos focos da reação».<sup>507</sup>

”Defendamo-nos!”, escreveu por diversas vezes o *O Mundo*, nos seus títulos (vejam-se, por exemplo os títulos de 2 de fevereiro de 1902, ou de 17 de dezembro de 1902). E com regularidade se autorrepresentou como “jornal do povo”.

Apontado como retórico, simplista e demagógico o discurso republicano sobre o “povo” foi objeto de condenação política, por parte dos adversários, como se pela mesma altura o conceito de opinião pública, tão caro aos sectores monárquicos, não integrasse essas mesmíssimas “qualidades”. E lembremos a forma como a opinião pública era permanentemente evocada para legitimar o poder político, como vimos no capítulo 1, ou ainda, como a apropriação deste conceito, constitui fator conjunturalmente relevante, na luta político partidária. A título de exemplo, veja-se o editorial, do jornal do *Diário Illustrado*, órgão de João Franco, de 2 de janeiro de 1906:

*Na própria maneira como o partido regenerador liberal conduz a luta política se vê a pureza e sinceridade das suas intenções. Por isso a opinião pública num impulso irresistível, o segue e acompanha. E no dia próximo em que ele, haja de ser chamado ao poder, ali subirá com um prestígio e uma força, como há muitas dezenas de anos se não vê ajuntarem-se em torno de um governo português.*

Isto é, como se a luta política não se fizesse em torno da imposição de uma visão legítima do “político” com recurso a referentes vagos, ambíguos, simplistas e necessariamente instrumentais. É esta última dimensão a que nos interessa, pois, o carácter instrumental do discurso republicano tem sido valorizado. Alice Samara salienta a forma como o povo foi utilizado «pela interpelação direta visando a ação».

<sup>506</sup> Alice Samara, “As Repúblicas...”, 51.

<sup>507</sup> *O Mundo*, 20 de outubro de 1901.

Já noutro lugar referimos como até 1905, no jornal *O Paíz/ O Mundo*, a indignação perante os negócios públicos, andou a par com o “destaque” em todas as formas disponíveis para alargar a participação política do “povo”: seja pelo voto, pela subscrição de uma petição, pela mobilização na rua (“Ao Comício!”), pela divulgação de sessões de propaganda, pela resistência aos atos do governo (“Não paguem impostos!”).<sup>508</sup>

Se aceitarmos que o apelo à participação do “povo” na política é o eixo central da ideia democrática, que comporta o fim da exclusividade da política, afigura-se-nos da maior importância realçar o papel solitário da imprensa democrática, no final do século XIX, na construção de uma conceção igualitária da política, que eleva e confia na mobilização e participação de “todos”. Convenhamos que esta não era uma aposta temática inovadora. Como afirma Catroga desde o início o republicanismo «como pretendia edificar uma sociedade democrática, legitimada pelo sufrágio universal (não censitário), já apontava para uma estratégia frentista e integradora, visando tornar-se gradualmente num partido enraizado numa ampla base social de apoio». <sup>509</sup> E basta lembrar como a criação, em 1880, do jornal *O Século* se inseriu no esforço de transformação do disperso e dividido movimento republicano num partido político com expressão numérica. Mas no início do século XX, *O Mundo* terá sido, com alguma probabilidade, o único jornal da capital que de forma regular, até 1905, inseriu na sua linha editorial este esforço de maior inclusão política.

Desde logo, foi o único que elevou a título “grande” (sobre todas as colunas) os atos eleitorais, dotando-os de um sentido competitivo, ausente na restante imprensa. Assim, contrariando as esporádicas “aparições” em título dos atos eleitorais cobertos por outros jornais, que recaíam sistematicamente sobre quadros que apresentavam os resultados eleitorais obtidos em Lisboa, o jornal de França Borges não só anuncia previamente algumas atividades de propaganda eleitoral que envolvem o partido, como incita à ida à urna, e acaba, invariavelmente, a denunciar os vícios do sistema eleitoral da oligarquia monárquica, pugnando por um sistema representativo democrático.<sup>510</sup> Seria o *O Mundo*, o único a elevar a título, a indignação democrática por exemplo, face à nova lei

<sup>508</sup> Conf. Júlia Leitão de Barros, “O Jornalismo Político Republicano...”, Tomo II, Anexo 2.

<sup>509</sup> Fernando Catroga, *O Republicanismo...*, 69.

<sup>510</sup> Conf. Júlia Leitão de Barros, “O Jornalismo Político Republicano...”, Tomo II, Anexo 2.

eleitoral, de 1901, conhecida por ignóbil porcaria, por exemplo: “Uma Burla e Uma Infâmia”, escrevia em título a 14 de agosto; ou “A resposta a uma Afronta”, a 2 de outubro, com subtítulo:

*O governo fez, em ditadura, uma lei monstruosamente infame destinada a tornar o parlamento acessível apenas aos representantes dos partidos que, identificados em processos e intuitos, são responsáveis pela orgia que tem empobrecido e desmoralizado o país. O país deve responder a essa afronta, elegendo deputados republicanos, seus defensores e representantes do povo.*

O *O Mundo* estaria só, no destaque em título grande aos atropelos eleitorais, no conhecido caso do “Pinhal da Azambuja”, em 1905. A 18 fevereiro, em título “O Dever do Povo”, convocava, em “caixa” a **bold**:

*A cidade de Lisboa está ainda a desagrar-se do insulto que lhe foi lançado por meio do pinhal da Azambuja e da Lourinhã, com o indecoroso roubo dos diplomas aos deputados por ela eleitos. A população de Lisboa não pode nem deve conformar-se com essa vergonha, cabendo-lhe a obrigação de se opor a que os eleitos pelo pinhal da Azambuja e pela Lourinhã ocupem os lugares dos seus verdadeiros deputados. Um povo com brios não esquece os agravos que lhe são feitos; vingá-los, desforça-se deles. É preciso acabar com a lenda de que o povo de Lisboa não tem vitalidade nem força. É preciso que ele demonstre que não esqueceu o ultraje e que está disposto a castigá-lo. A primeira prova que ele tem de dar é na próxima quinta-feira, 23. Nesse dia, apurar-se-á oficialmente no largo do Pelourinho a grande, a cínica, a indecorosa batota com que se pretendeu esmagar o voto livre da capital. Os verdadeiros deputados por Lisboa irão a essa assembleia, a pugnar pelos direitos que a cidade lhes conferiu e que indignos salteadores lhes arrancaram. À população de Lisboa corre o dever de nesse dia mostrar que se encontra de coração com os deputados que elegeu [...].*

Entre 1900 e 1904 o *O Mundo* representou para os lisboetas o único jornal que não prescindiu nunca de aproveitar o período eleitoral para contribuir para construção de uma arena política mais competitiva, livre e participativa. Apostando no constante apelo à mobilização política, sendo o único jornal por nós consultado, que destacou, até 1905, em

título grande convocatórias de comícios. O *Pátria*, já sob direção de França Borges, a 27 de abril de 1900, sob o título, “Os Comícios”, explicava:

*Não são seguramente o meio direto e imediato de transformar o regime [...]. Mas tem incontestáveis vantagens práticas. Afirmar que um povo sente, se interessa, vive. Acostumam esse povo a reunir-se em multidões de protesto, a medir as suas forças, a trocar impressões, a sentir-se forte pela homogeneidade de ideias e, finalmente a encarar o inimigo comum, sempre representados em atos de tal ordem por forças da polícia e da municipal. Os comícios devem desta forma ter o aplauso dos que desejam lutar pelos recursos legais e daqueles que só querem ações revolucionárias. Para os primeiros são como que um fim, e para os segundos um meio, um instrumento. É por isso que nós aplaudimos com o maior ardor a realização dos comícios ao domingo.*

E a 7 maio, desse ano, o mesmo jornal dava conta da forma de como se procedera à integração de todos os “descontentes” no comício republicano realizado na véspera:

*Abre uma inscrição ampla, larga, pela qual podem subir aquela tribuna quantos tiverem interesses a defender contra os poderes do Estado. Os republicanos têm ali o seu lugar. Monárquicos de todos os matizes, se entendem que podem ali defender o seu ideal, façam-no. Socialistas, advogados do 4.<sup>a</sup> poder do estado, têm ali lugar onde afirmar as suas opiniões. Há ampla liberdade de discussão.*

Paralelamente o *O Mundo*, remeteu o combate republicano para um imaginário revolucionário: a 3 de maio, lia-se a propósito do mesmo comício: «É preciso que o povo ali se reúna, a afirmar que está disposto acabar com a choldra que o oprime e explora».

Como bem descreveu Fernando Catroga:

*Não se apresentando como um movimento classista, o republicanismo ressuscitou a ideia revolucionária de «povo» em que cabiam as classes médias, os artesãos, os proletários. Assim apesar das resistências ideológicas fomentadas pelo socialismo e pelos anarquismos, isso não impediu a sua infiltração na classe operária, nem obistou a que muitas das lutas*

*sociais da época acabassem por ser objetivamente integradas no combate em prol da instauração da República.*<sup>511</sup>

Este jornal integrou o apelo revolucionário – só conjunturalmente explicitado – num leque vasto de insinuações, presentes quer no comentário político, convocando a história do movimento republicano. Por exemplo, a 3 janeiro de 1901, em editorial sobre o discurso da coroa, alerta contribuintes: «Preparem, pois, as carteiras, se não querem preparar outra cousa». Pontualmente, o jornal explorava o imaginário “revolucionário”. E veja-se a 5 de dezembro de 1901, sob o título, O Sr. Navarro:

*O ilustre desvergonhado voltou ao seu estado de desvergonhamento. O terror pela justa expiação passou. Demonstraram-lhe que João Franco não lhe faria mal e recuperou o sangue frio, que nele quer dizer cinismo. [...] Sossegue. Embora metêssemos empenhos para o enforcar aqui, seria inútil. A rua é estreita e acanhada. O lugar tem de ser outro. Naturalmente, será escolhida a Avenida. E essa será pequena para conter a enorme multidão que quer exultar de ver a espernear e bocejar, nos paroxismos de uma agonia demorada, quem toda a gente irritou toda a gente honesta pela exibição do mais audacioso desvergonhamento. Até esse dia desforresse o Sr. Defensor das Trinas [...] coma, roube, espoje-se e abandalhe-se à vontade [...].*

Entre 1900 e 1902, encontramos em “destaque”, apenas uma vez, a exortação do “povo em armas”, e de forma mitigada, pelo apelo patriótico que envolve: quando se discutia o convénio. A 28 de fevereiro de 1902, sob o título “grande”, “O dever de todos os Portugueses”, reproduzia-se em subtítulo o artigo 113, da Carta constitucional: «Todos os portugueses são obrigados a pegar em armas para sustentar a independência e integridade do reino, e defendê-lo dos seus inimigos externos e internos». Este excerto, é durante semanas reproduzido em “caixa” antes do editorial, com o título, “O Dever”.

O “imaginário revolucionário” concretizou-se, sobretudo, pelo cultivo do carácter subversivo (porque destituiu o sujeito político adversário de qualquer legitimidade), intransigente (por não contemporizar com o país legal, cultivando a indignação) e mobilizador (por implicar o leitor no

---

<sup>511</sup> Fernando Catroga, *O Republicanismo...*, 87.

assunto político, usando palavras de ordem). Conteúdo, por sinal, enquadrado pelo título “grande”, a evocar regularmente, a memória da experiência do liberalismo “avançado”, revolucionário, democrático, de raiz iluminista. E noutra lugar salientamos,<sup>512</sup> como esporadicamente, na década de noventa, surgiam referências históricas exortando a conduta e os valores da primeira geração de liberais portugueses. Foi o que fez, a propósito do encerramento do Parlamento, a 3 de fevereiro de 1894, o *Vanguarda*: “A suspensão do Regímen Parlamentar”, com subtítulo: “é indispensável que a nação estabeleça o sistema parlamentar. É cada vez mais necessário que nos inspiremos no pensamento liberal da geração de heróis que se sacrificou para estabelecer em Portugal o constitucionalismo”.

No entanto, seria o *O Mundo* quem reforçaria, no início do século XX, pela via dos títulos grandes, a genealogia do projeto demoliberal do republicanismo, convocando os grandes momentos e protagonistas do passado. Ainda que sem direito a título grande, França Borges, mal toma conta da direção do jornal *Pátria*, introduzira, uma secção diária, “Kalendarário”, que remetia para o quotidiano político da França revolucionária, de 1789. Nos anos seguintes, a simbólica tomada da Bastilha, o 14 de julho de 1789, teve mesmo direito a dois títulos sobre todas as colunas (em 1901, “14 de julho Liberdade -Igualdade-Fraternidade”, em 1902, “O 14 de julho”). Mas seria preciso esperar pelo final de 1906, em pleno embate republicano com o governo de João Franco, para assistirmos a uma verdadeira “campanha” celebrativa da Revolução Francesa. Com 17 títulos, entre dezembro de 1906 e maio 1907 – “Páginas da Revolução Francesa” – todos a três colunas e ilustradas com gravuras alusivas a figuras e acontecimentos marcantes.

O jornal reclamaria para o republicanismo a herança do projeto revolucionário da geração liberal vintista. Assim, Gomes Freire de Andrade, figura cimeira da maçonaria e um dos primeiros mártires da luta liberal contra o absolutismo, condenado à forca, com mais onze pessoas, a 18 de outubro de 1817, seria lembrado em 1901 (a duas colunas “18 de outubro”) e 1903 (neste último ano, em artigo ilustrado com gravura alusiva a duas colunas, “A data de hoje. O Suplício de Gomes Freire”). E, mais uma vez, no contexto de luta contra o governo de João Franco, no exato momento em que este assume forma de “ditadura” – encerrando o parlamento e reprimindo a imprensa diária – o jornal o *O Mundo*,

---

<sup>512</sup> Conf. Júlia Leitão de Barros, “O Jornalismo Político Republicano...”, Tomo II, Anexo 2.

evoca a efeméride do “24 de julho de 1833”, data comemorativa da “libertação” da cidade de Lisboa do jugo “miguelista”, pelas tropas liberais comandadas pelo duque de Terceira.

A sobreposição da via eleitoral e do apelo revolucionário constituía mais do que uma contradição uma forma de reforçar um modo alternativo de viver o político: com ênfase na participação política coletiva. A matriz revolucionária incorporava o igualitarismo político do sujeito político em construção:

*Trata-se de um modo de existência e de ação ao mesmo tempo coletivo e moderno porque pressupõe a reunião de indivíduos num grupo em função unicamente da sua escolha e na base de uma comunidade de opiniões políticas, prescindindo de origens sociais, convicções religiosas, ou outras; em oposição, à sociabilidade típica do Antigo Regime, assente no respeito da hierarquia das ordens, das pertenças religiosas, das profissões comuns [...] a modernidade deste tipo de sociabilidade consiste por um lado no igual acesso ao campo político de membros de um grupo revolucionário; neste sentido um grupo que antecipa um espaço político democrático.<sup>513</sup>*

Valorizar o carácter instrumental do discurso republicano, chamando a atenção para o lugar da constante interpelação do “povo” visando a ação política, não obsta a que possamos considerar que estes andavam a “fazer” mais do que isso. O radicalismo procedia à reconfiguração do modelo debate político dominante reforçando a conceção de um debate “alargado a todos”. E não era só pela elevação do sujeito político coletivo, “o povo”, ou pela redefinição dos “espaços” de intervenção política democrática, era também pela adoção de formas comunicação política inovadoras, que reforçavam a inclusão de novos protagonistas no debate político. Pois, entre os dispositivos comunicacionais que os jornais políticos dispunham, no início do século XX, para enfatizar o político, tornando-o proeminente e acessível, sobressaía o recurso ao título. Noutra lugar demonstrámos como o recurso ao “grande” título (sobre mais de uma coluna) esteve longe de representar uma prática generalizada no jornalismo diário de Lisboa. Verificamos ainda como os assuntos

---

<sup>513</sup> Bronislaw Baczko, “O Revolucionário”, *O Homem Romântico* (Lisboa: Editorial Presença, 1999), 229.

políticos tenderam a ser preteridos na imprensa de informações a favor de temáticas celebrativas, de interesse humano, de entretenimento e, sobretudo desde 1905, de autopromoção.<sup>514</sup>

Por outro lado, nos jornais diários político-partidários monárquicos o recurso ao título pode considerar-se prática esporádica, no sentido de ato isolado. Nestes oscila-se entre a quase ausência de intitulação, e o “destaque” vago (referência a um local, instituição, ou nome de individualidade).<sup>515</sup>

E mesmo nos jornais que começam a introduzir a prática do título grande gradualmente nas suas páginas, como o *Diário Illustrado*, tendeu-se a destituí-lo de conteúdo político controverso, sem o conceber como forma de comunicação de tomadas de posição política. O uso do “grande” título assume carácter excecional e cerimonioso, servindo quase exclusivamente para celebrar e enaltecer, de forma solene, factos e figuras públicas integradas nas instituições vigentes.

O cultivo da sobriedade – podendo provavelmente assumir-se como fator de distinção social que remetia para o “gosto” – jogava a favor da prudência, evitando inconveniências e perigos da excessiva exposição na praça pública do assunto político. Assim, a opção pela abordagem mais discreta no tratamento dos assuntos políticos, não impedia apenas a leitura rápida e simplificada, reforçava, ainda, a conceção de um campo político, mantido “à distância”, amigo das velhas convenções – reservado, ordeiro e disciplinado. Mesmo o republicano *Vanguarda*, que na sua primeira fase de existência (na década de noventa), seguira caminho diferente, adota, nos quatro primeiros anos do século XX, esta postura de discrição, cuidado e moderação, que eram, afinal, expressão de certas qualidades políticas valorizadas pelo poder institucionalizado.

Considerámos então que no campo do jornalismo político a rejeição do título apelativo, que recorre ao facto político e à sua interpretação, constituía com alguma probabilidade, uma convenção jornalística que tendia a dominar o terreno do jornalismo português, que valorizava a postura de moderação, proteção e “fechamento” do campo político. O vigor desta convenção jornalística articulava-se com a conceção dominante dos limites do “político”, no sistema representativo vigente, paudado pela fraca inclusão e ausência de competição eleitoral. Assim, é de

---

<sup>514</sup> Conf. Júlia Leitão de Barros, “O Jornalismo Político Republicano...”, Tomo II, Anexo 2.

<sup>515</sup> Conf. Júlia Leitão de Barros, “O Jornalismo político n’ O Século...”.

realçar uma espécie de padrão semelhante, entre a intitulação no *Vanguarda*, nos anos de 1892-94, 1896, e de novo em 1905 a 1907, e a prática de intitulação do *O Paiz/ Lanterna/ Pátria e O Mundo*, em todo o período que vai de 1895 e 1907, com exceção, do ano de 1899. Verificamos que contrastando com a restante imprensa – e se excetuarmos o *O Século* nos anos de 1890-91 –, nos dois jornais republicanos, por nós analisados, *Vanguarda* e *O Paiz/ O Mundo*, a prática de intitulação, mesmo que conjunturalmente (como vimos no caso do *Vanguarda*), é, particularmente, intensa,<sup>516</sup> recaindo estes títulos, preferencialmente, sobre política nacional.<sup>517</sup> O uso de subtítulos/antetítulos foi também uma prática jornalística quase exclusiva do jornalismo republicano.<sup>518</sup> A proeminência destes assume relevância ao ponto destes poderem adquirir corpo como texto autónomo. Ou seja, o jornalismo republicano radical incorporava nas suas práticas jornalísticas o “trabalho” de distinguir, resumir e salientar, quase quotidianamente, assuntos da atualidade política.

Este facto merece toda a atenção, desde logo por ser possível constatar que as características fundamentais da prática regular de intitulação do jornal o *O Mundo*, se encontram presentes não só nos títulos que o antecedem (*O Paiz/ Lanterna/ Pátria*), como noutros jornais de filiação republicana, na década de noventa. Tanto mais marcante quanto, entre 1901 e 1906, foi *O Mundo* o único que cultivou com regularidade assinalável esta prática de intitulação singular para a época. Da análise por nós realizada concluímos que o jornalismo republicano andava a romper com a convenção jornalística que impunha discrição no tratamento dos assuntos políticos, recorrendo a títulos “grandes” e extensos subtítulos, sínteses noticiosas dos factos políticos diários, considerados mais relevantes, alterando o grau de complexidade da leitura do jornal político.<sup>519</sup>

Facilitar a leitura do assunto político pela introdução de formas de “acesso” simplificadas era subverter o lugar que aquele ocupava na vida política letrada do país. A forma reforçava o conteúdo da mensagem: a política dizia respeito a todos. Enquanto traço distintivo, dotando este

---

<sup>516</sup> Conf. Júlia Leitão de Barros, “O Jornalismo Político Republicano...”, Tomo II, Anexo 2, Tabelas III e VIII.

<sup>517</sup> *Idem*, Tabelas IV e X.

<sup>518</sup> *Ibidem*, Tabelas VI e XIII.

<sup>519</sup> Conf. Júlia Leitão de Barros, “O Jornalismo Político Republicano...”, Tomo II, Anexo 2.

jornalismo de estilo/atitude singular, exprimia de forma diferenciada uma qualidade específica (e legítima) inerente à atividade política. E lembremos Pierre Bourdieu: «Com efeito, esquecemos que o universo dos produtos oferecidos por cada um dos campos de produção tende a limitar o universo das formas de experiências (estética, ética, política, etc.) subjetivamente possíveis num momento dado do tempo».<sup>520</sup>

Este facto merece a nossa atenção. E lembremos M. Schudson ao salientar que «o poder dos média está não apenas (e nem sequer primariamente) no seu poder de declarar as coisas como sendo verdadeiras, mas no poder de fornecer as formas nas quais as declarações aparecem».<sup>521</sup> Considerando ainda, no que toca às convenções que «a sua função é menos aumentar ou diminuir o valor da verdade que as mensagens transmitem do que dar forma e limitar o campo dos tipos de verdades que podem ser ditas. Elas reforçam certas hipóteses acerca do mundo político».<sup>522</sup>

Foi na forma de enunciar o “problema” político, e não apenas no posicionamento face às questões tratadas, que o jornalismo republicano assumiu uma postura distinta de estar na política, em permanente combate. A postura do jornalismo republicano democrático é tanto mais de salientar quanto, a chamada imprensa popular, os jornais “informativos” de maior tiragem, *O Século*, a partir de 1892, e o *Diário de Notícias*, tendiam a seguir a convenção prevalecte, conferindo ao político um lugar distante e inacessível.

No nosso estudo de caso, já aqui tratado,<sup>523</sup> sobre o dia 1 de abril de 1906, demos conta, por exemplo, da forma como o *Diário de Notícias* e o *O Século*, os dois jornais lisboetas com vocação para o negócio, incluíam um subgénero noticioso, hoje desaparecido, a que chamámos de notícias coletivas, isto é, informações não individualizadas, agregadas sob um mesmo título, organizadas em forma de lista, sem conexão entre elas. E metade das informações que se registavam nesse dia obedecia a este enquadramento formal: um título listava informações de relevo e temática variável. Presente em todas as páginas, vimos como este género noticioso podia assumir formas diversas: desde a total miscelânea à

---

<sup>520</sup> Pierre Bourdieu, *A Distinção uma Crítica Social da Faculdade do Juízo* (Lisboa: Edições 70, 2010), 348.

<sup>521</sup> Michael Schudson, “A Política...”, 279.

<sup>522</sup> *Idem.*

<sup>523</sup> Conf. Júlia Leitão de Barros, “O Jornalismo político d’ *O Século*...”.

temática genérica. Salientámos como as notícias coletivas ajudavam a fazer diluir assuntos de interesse público, num caldo indistinto e disperso de insignificantes ocorrências de interesse limitado e os títulos vagos reforçavam o carácter incoerente da realidade. A esta prática associavam a uma outra: o uso de pequenos títulos que remetiam para a nomeação vaga de instituições, personalidades, atividades económicas, etc. Afirmámos que as notícias coletivas, a ausência de títulos e a dispersão temática permitia silenciar o debate político disponibilizando limitadas ferramentas interpretativas ao leitor. Também vimos como o *O Século*, embora constitua um caso singular no jornalismo português, pelo recurso mais frequente ao “grande título”, apresenta uma postura muito semelhante à imprensa monárquica, no que toca à frequência dos “grandes” títulos que recaem sobre política nacional, pelo menos até 1906.

A apropriação posterior de “grandes” títulos, por parte de jornais “informativos” ou político-partidários, da mais diversa ideologia, com diversos desempenhos e utilizações, não deve impedir-nos de salientar o que de singular, excêntrico e disruptivo continha o seu uso político na viragem do século XIX para o século XX.

Em nosso entender, a imprensa diária republicana deveria surgir referenciada, antes de mais, como aquela que utilizou novas formas de comunicação política, que procuraram impor um novo âmbito à atividade política – mais alargado e participado – contribuindo para o sinuoso e hesitante processo de democratização da sociedade portuguesa. Pela intitulação “grande” a imprensa republicana deu “instruções” sobre uma relação alternativa com o poder político, ao leitor indiferente, ao leitor indignado, ao leitor excluído, ao leitor sem voz. Assim, nos extensos títulos e subtítulos, inscrevia-se, constantemente, o leitor – tanto na aceção individual como coletiva – nos assuntos políticos tratados. A reconfiguração do debate político passava por alargar o seu âmbito a todos.

Na década de noventa recenseamos, nos dois jornais republicanos, esta postura jornalística. E em grande título escrevia o *Vanguarda*, a 16 de janeiro, de 1892, sobre todas colunas, um sugestivo: “Vejam!..Vejam!..Vejam!...”. No mesmo jornal citemos excertos de alguns subtítulos, sobre todas as colunas: “Denunciamos este facto à consciência pública para que ela o Julgue” (2 de fevereiro de 1893); “O País que julgue tudo isto!” (19 de fevereiro de 1893); “Damos esta notícia ao País para que este julgue a justiça portuguesa” (26 de agosto de 1894), “Medite o País no

ensinamento que resulta deste confronto” (27 de agosto de 1894). Também no *O Paiz/ O Mundo*, se podiam ler títulos semelhantes, sobre todas as colunas, vejam-se por exemplo: o título “À Nação”, com subtítulo: “O País chama para este facto criminoso a atenção dos portugueses e apela aos seus sentimentos de patriotismo” (18 de fevereiro de 1898); e ainda, “Ouça o Povo! Palavras de um ministro [...] Quem pode salvar o povo é o povo” (2 de abril de 1898).

Esta prática jornalística foi abandonada, pelos dois jornais da nossa amostragem, no ano de 1899, sendo retomada, de forma regular e persistente, pelo *Pátria/ O Mundo*, sob direção de França Borges, logo em 1900, e pelo *Vanguarda*, em 1905. Vejam-se alguns exemplos do *O Mundo*, de 1901: a 13 de fevereiro, “Para o Povo ler”; a 19 de março, “A prova da Burla – O Dever do Povo”; a 21 de março, “Que o Povo Leia”; a 12 de maio, “Ao Povo”; em 1902, a 31 janeiro, “Que O País Leia!; a 1 de fevereiro, “Ouça o País!; em 1906, a 19 agosto, “Dever dos Homens que não querem ser cousas”.

O insulto, a condenação, a denúncia, não eram acompanhados, exclusivamente, por apelos à ação imediata (no sentido estrito do conceito de mobilização) mas pela explícita chamada de atenção para a responsabilidade política do leitor/cidadão sobre a negócios públicos, isto é, para o valor da sua participação. Ao invés da restante imprensa que toma o leitor como observador, que confere ao facto político uma dignidade, assente na “distância”, na “reflexão”, apresentando a resposta ao problema político na classe política institucional, ou num projeto futuro de alcance vago, a imprensa diária republicana radical, podemos adiantá-lo (não contemporizadora com a moderação seguida pelos sectores republicanos adeptos do gradualismo político), implicava o leitor na atividade política atual. Alargando assim o âmbito da problemática política legítima, o que é o mesmo que dizer diversificando (complexificando) o campo do politicamente pensável.

A propaganda republicana radical não se detinha no seu carater “negativo” e demolidor, integrava em todas as suas facetas (opinião e informação) um projeto ideológico demoliberal, insinuado na restante imprensa republicana, mas praticamente ausente na imprensa monárquica e de “informações”. As suas campanhas não se detiveram na afirmação de um modelo alternativo de arranjo político-institucional, obedeceram à lógica da ideia (ideologia) democrática de promoção da igualdade de condições.

O historiador Fernando Catroga, considera que, sobretudo em Lisboa, surgira um «público recetivo às campanhas de denúncia dos escândalos do regime [...] recetivo à retórica que pregava a morigeração e apresentava a República como uma panaceia salvadora».<sup>524</sup> Em nosso entender a apresentação da república como projeto político salvífico, ganhou maior expressão, no jornal *O Mundo*, a partir de 1903, certamente marcada pela reorganização do partido. Até lá, surge de alguma forma secundarizada perante uma tarefa prévia de debelar a representação dominante de um campo político reservado a alguns. Para o entendermos é necessário valorizar a componente informativa dos jornais diários.

---

<sup>524</sup> Fernando Catroga, *O Republicanismo...*,70.

### DEBATE POLÍTICO E INFORMAÇÃO

Em 1904, João Chagas, no rescaldo da greve geral de tipógrafos que durante sete dias (19 a 25 de abril) impediu a publicação de jornais diários em Lisboa, escrevia:

*O homem pode deixar de ler o jornal. O jornal é uma necessidade social. Passa-se sem ele, em casa. – É impossível passar sem ele na sociedade. [...]. Desaparecem, porém, os jornais e é como se tudo isto de chofre se afundasse. Dir-se-ia que tudo fica à mercê e que tudo está em risco – os direitos políticos, as garantias individuais, o domicílio, a própria vida. Os jornais deixam de publicar-se e é como se levantasse no meio da sociedade um perigo misterioso atingindo toda a gente e todas as coisas. [...]. Sem jornais tudo pode acontecer. [...]. Tudo se receia golpes de Estado, assaltos à propriedade, o roubo o homicídio. Nada se passa e parece que estamos na véspera de grandes, enigmáticos funestos acontecimentos [...]. Não há jornais. Quer dizer – não há responsabilidade. Não há jornais. Quer dizer não há vigilância. Aqui está porque nós, que podemos passar sem o jornal, não podemos, contudo, passar sem jornais. Os jornais, quer dizer a Imprensa, é hoje uma garantia social, sem equivalente. Constituições, instituições, leis, pactos, sentinelas, guardas – nada disso garante e nada protege. O que garante e protege é a imprensa. Que na cidade não haja um só polícia, mas que se publiquem todos os jornais – e estamos tranquilos.<sup>525</sup>*

A reflexão de Chagas é um bom ponto de partida para compreendermos com exatidão um aspeto nem sempre realçado: a imprensa diária constituía uma realidade à parte no campo jornalístico português.

Benedict Anderson definiu o jornal diário como o «best-seller por um dia», ficção que se «infiltra calma e continuamente na realidade, criando

---

<sup>525</sup> João Chagas, *Homens e Factos...*, 283-4.

essa notável confiança da comunidade no anonimato que é a marca distintiva das nações modernas» numa «cerimónia» que é «repetida incessantemente a intervalos diários ou semidiários ao longo do calendário», ajudando a «conceber uma imagem mais nítida da comunidade imaginada secular e historicamente cronometrada». <sup>526</sup>

O que une a imprensa diária é a sua forte dependência de informação atual. O que a individualiza é a sua vocação para a atualidade, qualidade temporal do presente que comporta uma dimensão forçosamente informativa. Isto é, o que distingue os jornais quotidianos da restante imprensa é não poder prescindir de informação atual. E pouco interessam aqui as diferenças de ordem qualitativa ou quantitativa desta aspiração comum. Porque informar sobre a atualidade era sempre uma atividade com exigências particulares fosse ela perspetivada preferencialmente como produto que se queria rentável ou meio privilegiado de influir no campo político.

Quando avaliamos a tendência para a parcialidade dos jornais político-partidários do nosso período, tendemos a valorizar os conteúdos de opinião e o comentário político, esquecendo a componente informativa. O que aqui pretendemos não é desvalorizar a importância que outros géneros jornalísticos, assumidamente de opinião – como o editorial ou a crónica – tiveram na conceção do jornalismo republicano, mas tão só realçar aqueles que permitem distinguir o jornalismo diário da imprensa periodicidade diversa.

A nossa opção não obsta a que os consideremos elementos incontornáveis do jornalismo político da época. A crónica, por exemplo, tinha um lugar determinante no jornalismo português, de variada periodicidade. Era com toda a probabilidade o género jornalístico mais difundido na imprensa portuguesa. Também por ela se distinguiam os jornais. E veja-se o *Diário Ilustrado*, a 4 de julho de 1903, na sua “Crónica sobre Lisboa”, que trata dos mendigos da capital:

*um «escândalo», um «descaramento», «soltam à vontade expressões obscenas ou sustentam diálogos numa linguagem que faria envergonhar a própria estátua do impudor», «será escusado falar da garotada que por aí anda imunda, fingindo concertar louça e chapéus, maneira de pedir*

---

<sup>526</sup> Benedict Anderson, *Comunidades Imaginadas, Reflexões sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo* (Lisboa: Edições 70, 2005), 55-6.

*esmola; como é ocioso bradar contra os vexamos de falsos mendigos que nos perseguem nas ruas, nos estabelecimentos, por toda a parte em suma onde nos demoramos um minuto. Este vício de pedinchar estende-se às crianças de ambos os sexos que de todos os lados nos surgem pedindo-nos “déreizinhos”, e uma chusma de fedelhos que pedem esmola para irem comprar cigarros. O espetáculo que Lisboa está oferecendo é verdadeiramente deplorável: marroquino, sem a menor dúvida».*

Veja-se, sobre a mesma temática, o jornal *Pátria*, a 22 de janeiro de 1900, sob o título “Carvões”:

*«Numa destas noites, era pouco mais da 1 hora, dia santo [...] pela rua Nova do Carmo, um dos braços do concorrido Chiado, cruzava-se gente saída do S. Carlos, D. Amélia e D. Maria [...] lá no fundo a luzir de humidade na escuridão, e pelos umbrais das portas fechadas havia mendigos acochados, de caras lívidas de fome onde os traços salientes de miséria punham relâmpagos de brancura doentia [...]. Dentre o grupo de famintos, famílias inteiras miseráveis ao relento – pequeninas crianças caramunhando, vergadas de frio, e velhos alquebrados de cansaço, deu-me nas vistas um homem esquelético [...]. Em volta dele cirandavam crianças tão magras como ele [...] e por vezes o pobre dizia-lhes palavras ásperas quando voltavam ao fim de um longo pedido, sem esmola. É que o único ganha-pão possível era aquele, o seu único sustento residia na caridade dos outros. A falacia da gente que descia, trocando impressões de peças teatrais, ou galhofando ditos de alegria expansiva, continuava, e o desgraçado pedinte, de espaço em espaço, cortava as suas súplicas [...]». Assinava Fernando Reis.*

Pela crónica de crítica social os jornais republicanos alargaram o âmbito da sua temática política. O projeto democrático republicano radical tendia, no período da propaganda, a inscrever a eufemisticamente designada “questão social”, no cerne das suas preocupações. E embora recorrendo a um enfático “eles” (os pobres), distinguia-se claramente aqui do restante jornalismo diário.

De abordagem mais ou menos literária, recaindo sobre contrastantes formas de olhar e dar a ver o quotidiano aos leitores, a crónica constituiu um dos espaços do jornal onde se cimenta com maior liberdade, pela construção/partilha as “evidências” imediatas e familiares, as diferenças

de atitude e “pontos de vista” sobre a sociedade, constituindo textos ideológicos por excelência.

Mas no nosso esforço de compreensão do jornalismo político praticado pelo jornal *O Mundo* tivemos que fazer opções. A diversidade de géneros jornalísticos que constavam dos jornais por nós analisados obrigou-nos a fazer escolhas. Apostados em reclamar o lugar distinto do jornalismo diário, no debate político, e empenhados em salientar a importância da vertente informativa do jornalismo de opinião, optámos por valorizar neste capítulo os “ecos” (ou boatos) e a reportagem, por uma razão: nenhum jornal político prescindia destes géneros jornalísticos.

Obter informação política atual era uma das atribuições do jornal diário de “opinião”, grande parte do diálogo estabelecido entre os diferentes órgãos prendia-se com a inserção de informação de teor diverso e avulso, que suscitava alguma interrogação, ou retificação no seio da comunidade jornalística. Sem equívoco todos os factos de carácter político partidário publicados nos outros jornais eram apelidados de “notícias”. Com facilidade é possível reconhecer no jornalismo político o lugar ocupado pela informação em primeira mão. A título de exemplo – e não faltam neste jornalismo curtas referências a esta dimensão informativa – é vulgar o apontamento orgulhoso por se ter obtido informação em “primeira mão («Como fomos os primeiros a noticiar», lia-se no *Novidades* a 4 de abril de 1902).

No mesmo sentido, é frequente o comentário sobre o “valor da notícia”, recair no extraordinário: «Não desconhecemos a ridicularia que é abrir uma secção de noticiário com uma informação que todos os leitores já conhecem pormenorizadamente, tal seja a de todo o santo dia ter chovido água a potes [...]».<sup>527</sup> Da mesma forma a exigência de atualidade informativa estava presente: «Não costumam as *Novidades* publicar noticias atrasadas. Mas por se tratar da visita do rei de Inglaterra [...]».<sup>528</sup>

Acresce que todo o campo jornalístico conhecia a noção de informação noticiosa tomada na aceção de factos ocorridos isentos de comentário. Esta servia, por vezes, o jornalismo político. Lia-se a 4 de janeiro de 1907:

---

<sup>527</sup> *Novidades*, 8 de outubro de 1902.

<sup>528</sup> *Idem*, 6 de abril de 1903.

*As Novidades noticiaram ontem a demissão [de Ferreira do Amaral] [...] desacompanharam-na de qualquer comentário. [...] Defendemo-nos da acusação, provável, de querer aguar o significado valioso das manifestações em S. Carlos, ainda na véspera tão espontaneamente realizadas [...]. É que era fácil de prever o que, desde o aparecimento dos jornais, logo ontem à noite, sucedeu. Em toda a parte onde se ajuntaram não só dois políticos, mas dois oficiais [...] na conversa aparecia [o caso da demissão] [...] e sucessivos pormenores e impressões a respeito da origem do inesperado ato, iam-se acumulando e transmitindo com uma rapidez não inferior aquela de que as gazetas dispõem [...] não poderão, desta vez acusar-nos de transviar a opinião. Não fomos adiantados nas censuras e nos pormenores elucidativos deste caso Ferreira do Amaral. Fomos, apenas, noticiosos. Não fomos na vanguarda...para as acusações. [...]. Mas agora, que já tocou a generala, apressamo-nos...a despejar o saco.*

Por último, entre as fontes disponíveis, todos os órgãos destacavam os seus parceiros do campo jornalístico: os outros. E não era só pela facilidade de acesso (como facilmente poderíamos tender a reduzir esta prática) mas uma imposição resultante da lógica dominante de difusão de informação política assente numa estrutura eminentemente político partidária. Ler diariamente a imprensa diária era obrigação de quem dirigia uma folha. O exercício não se pautava pela preocupação, presente na atualidade, de avaliar as lacunas do “nosso” serviço informativo, não, a pesquisa era outra. Tratava-se de interpretar “à lupa” a informação difundida pelo adversário, e por ela se podia aspirar a avaliar a sua rede de contactos, influência e tática política. Veja-se o *O Mundo*, em editorial, de 1 de outubro de 1902, intitulado “Política Portuguesa”: «A notícia fresca, fresquinha, fresquíssima a que os jornais da noite não ligam, contudo, a menor importância, é o regresso do Sr. João Franco hoje a Lisboa. É notícia oficial – estampada ali no *Diário Illustrado*, na sua página política, a seguir ao artigo de fundo».

Já referimos como a imprensa republicana tendeu a elevar a título “grande” e extensos subtítulos a informação (comentada) sobre atualidade política nacional. Importa considerar a vertente informativa atual nesta imprensa diária. Não é isso que alguns historiadores têm feito, ao destacar no jornalismo republicano um requisito mais acentuadamente doutrinário (seja lá isto o que for) ausente na restante imprensa. Rui Ramos afirmaria a propósito: «que o sucesso desta imprensa tinha pouco

que ver com a sedução do ideário republicano prova-o o facto de que, como notava em 1908 o embaixador inglês, os jornais republicanos mais austeramente doutrinários e menos «imundos» tinham muito pouca leitura e viviam com dificuldades». <sup>529</sup> Sem esclarecer, quem eram esses jornais, e muito menos se eram órgãos da imprensa diária, o historiador tende a desconsiderar o lugar da informação no jornalismo.

## 5.1. BOATOS E VALIDAÇÃO DE NOTÍCIAS<sup>530</sup>

A importância da informação no jornalismo político tendeu a ser colocada num lugar recôndito nas memórias dos jornalistas e dos políticos. Por várias razões. Primeiro porque essa área do jornalismo político tendia a ser reservada, isto é, nem todos os redatores dos jornais acediam a ela. Funcionando como trampolim para os bastidores da política. Neste sentido, a recolha de informação política, relevante e única, era destituída da aura que cercava o combate político convicto, intransigente e opinativo, ocorrendo no campo bem mais nebuloso e promíscuo de acesso a fontes privilegiadas resultantes, quase sempre, de interações com o adversário, de negociação, de conluio e até por vezes de negócio.

Mas reconhecer o papel da informação política nos jornais de opinião é dotar este jornalismo de um protagonismo que lhe tem sido sistematicamente retirado, o seu desempenho no controlo do poder político. E valorizemos a vertente informativa presente na vocação interpelativa, já por nós abordado (capítulo 4.3).

Era sobretudo através da imprensa de opinião – e não dos jornais como o *Diário de Notícias* e do *O Século* – que se exercia a vigilância contra os abusos do poder político. E de pouco importa aqui salientar agora o lugar da mentira, da meia verdade, dos atropelos, ambiguidades e excessos praticados neste terreno reservado aos partidos. Ainda assim, foi pela imprensa político partidária, e sobretudo pela sua vocação informativa, que se lançou um dos pilares da ética profissional que mais tarde os jornalistas profissionais tomaram como seu. Foi o jornalismo político

<sup>529</sup> Rui Ramos, “A Segunda Fundação...”, 51

<sup>530</sup> Mais uma vez utilizaremos aqui a nossa análise estritamente qualitativa, da primeira página dos jornais *O Mundo* e *Novidades*, numa amostra que recaiu na primeira semana (sete dias) dos meses de janeiro, abril, julho e outubro, no período de 1900 a 1907.

de oposição partidária que incorporou, pelo cultivo da denúncia, a exigência ético-democrática de transparência no exercício do poder.

Nem o *O Século* nem o *Diário de Notícias*, ao contrário do que se passou noutros países ocidentais, interferiram na agenda política dos governantes, confrontando diretamente o poder estabelecido com algum tipo de arbitrariedade.<sup>531</sup> E quando excepcionalmente o fizeram seguiram a reboque da imprensa política.

Nas arcadas que circundam a praça do Comércio, mais conhecida por Terreiro do Paço, onde se implantavam os vários ministérios do governo e o café Martinho da Arcada, encontrava-se, muito provavelmente, o espaço mais disputado por repórteres e informadores. A “arcada” era o ponto de encontro e tertúlia de políticos, jornalistas, informadores, representantes de comissões, associações, câmaras municipais, banqueiros, cidadãos a “braços” com algum processo pendente na administração central do Estado. Veja-se o *Novidades*, a 2 de janeiro de 1906, nos seus “Casos do Dia”, em plena “crise dos tabacos”, com subtítulo a bold, “**As 16 opiniões do Sr. José Luciano**”:

*Como na Arcada se vissem hoje passar, em grupo, três dos administradores da Companhia dos Fósforos – os Srs. Bleck, O’Neill e Manuel de Castro Guimarães – a dirigirem-se ao gabinete do Sr. Ministro da fazenda, logo se espalharam sobre o caso várias notícias, e interpretações mais ou menos fantasistas. Quisemos tirar-nos dúvidas pondo a limpo a ocorrência, e alcançámos saber que a administração da Companhia dos Fósforos, lendo nos jornais a nova orientação em que o governo se achava [...]. Procuraremos alcançar os esclarecimentos necessários para trazer os leitores das Novidades ao facto das novas ocorrências, que tirem neste, ou noutro oferecimento. O que se afigura ficar com esta visita plenamente desmentido é o acordo que insistentemente se espalhava existir (sic), e que privaria o país de uma luta com que os interesses do estado só têm a ganhar.*

Remeter uma informação para a “arcada” era dotá-la de crédito acrescido, e não por acaso alguns jornais incorporavam curtas notícias políticas sob o vago título “Notícias da Arcada”. Não é porém fácil

---

<sup>531</sup> A postura do *O Século* transforma-se, no segundo semestre de 1906, assumindo a sua reportagem uma vertente de denúncia social, há muito abandonada, conf. Júlia Leitão de Barros, “O Jornalismo Político Republicano...”.

reconstituir com total exatidão o que ali ocorria. Sabemos que os ministérios forneceriam diariamente informações aos jornalistas, e que os jornais tinham repórteres destacados para as recolher. E veja-se, uma vez mais, Esculápio:

*Hogan Teves, rapaz de excelente feitio que foi comigo redator do Século [...] fazia no jornal as notícias da arcada, ou informações políticas, para o que ia ao ministério [...]. Como era, porém, um pouco desleixado, combinara com o camarada do Diário de Notícias, que ali fazia as informações, trocarem as mesmas, indo só ao ministério qualquer deles, dia sim, dia não. O homem do Notícias era o Eduardo Franco [...].*<sup>532</sup>

A “arcada” era um centro difusor de informações de relevo muito diverso sobre a atividade ministerial, desde notas oficiosas sobre assuntos de âmbito nacional até temas burocráticos de menor importância. A 5 de janeiro de 1903, o *Novidades*, no seu editorial, a propósito de um acordo financeiro sobre a dívida pública:

*Na Arcada inquire-se com alvoroço da existência da nota: não sabes da nota? Sempre veio a nota? Levaram com uma nota!... [...]. Tratando-se de um facto geral, como é o convénio com os credores externos, imagina alguém que pode vir uma nota alemã e uma nota francesa ao ministério regenerador, que não teriam vindo se o ministério fosse progressista ou extrapartidário?*

E veja-se no *O Mundo* outro tipo de informação aí recolhida: «Do noticiário da arcada: O Sr. Conselheiro Manuel Afonso de Espregueira foi colocado na situação de reserva, com a graduação de general de divisão e o soldo de 130\$000 réis mensais. [...]. E tanta gente com fome».<sup>533</sup>

Às informações rececionadas junto dos ministérios juntavam-se outras, de interesse variável, apontamentos de conversa, escutados à revelia, por um qualquer informador, ou segredados por valiosos “contactos”, que possibilitavam “furos” e alguns esclarecimentos sobre assuntos nebulosos. A 2 de julho de 1903, referia o *O Mundo*:

<sup>532</sup> Eduardo Fernandes (Esculápio), *Memórias...*, 181.

<sup>533</sup> *O Mundo*, 3 de julho de 1902.

*A notícia sensacional ontem na Arcada é de que o Sr. Hintze parte na próxima segunda-feira para o estrangeiro, acompanhado de sua mulher, que por indicação de médicos, vai à Alemanha e à Suíça [...]. Também se falou ontem muito na Arcada em os ministros se reunirem em conselho, depois da assinatura. A convocação fez-se à pressa e a reunião foi demorada.*

Um dos privilégios da imprensa diária da capital era o acesso a este espaço físico de divulgação de informação política. Referia o *O Mundo*, a 4 de janeiro de 1901: “Corria anteontem em S. Carlos e ontem na Arcada que Hintze [...]”; ou, a 5 de outubro de 1902, «rezam as crónicas da arcada». Era vulgar o registo de informações contraditórias. Do mesmo jornal, a 4 de julho de 1901, sob o título “Ecos”, e subtítulo, “Boatos Políticos”:

*Correram ontem muitos boatos políticos nos centros onde se fala de porcaria. Segundo uma versão, não haverá recomposição ministerial [...]. Segundo outra versão, ainda não existirá recomposição ministerial porque [...]. Na Arcada à hora a que escrevemos, correm boatos vários. Uns dizem que o conselho de administração [...] está demissionado. Outros afirmam que as coisas se compuseram [...].*

Difícil se torna reconstituir o leque de relações estabelecidas entre as instâncias ministeriais e os jornalistas. Tomás da Fonseca, no seu livro de memórias, como chefe de gabinete do ministro do fomento, António Luís Gomes, descreve a surpresa que teve ao deparar-se, com tão grande número de jornalistas, nos corredores dos ministérios, nos dias seguintes à implantação da república:

*Mas por mais que recebesse e ouvisse e despachasse, o largo corredor que antecedia os nossos gabinetes estava sempre cheio, só vagando após as cinco ou seis horas da tarde, quando as repartições se despejavam. Intrigado com semelhante fenómeno, chamei o José Luis, porteiro de muita ponderação e bom conselho, e inquiri:*

*– Que gente é essa? E que deseja ela?*

*Com a sua calma e lealdade habituais explicou [...].*

*– São empregados de cá, ou antes, indivíduos nomeados por diversos ministros do regime anterior, em troca de serviços que prestaram aos*

*mesmos, sendo a maior parte jornalistas. E como não cabem no gabinete onde vão receber no fim do mês, andam a fazer horas.*

*– E onde fica esse gabinete?*

*– No fundo do corredor, à entrada da porta, lado direito de quem entra. Mas é tão acanhado que não cabem lá mais de cinco ou seis pessoas. E eles são não sei quantas centenas.<sup>534</sup>*

É certo que nem a “arcada”, nem os “boatos” da arcada, esgotavam o trabalho de recolha de informação política, normalmente a cargo da rede de contactos estabelecida pelo jornal. A informação era vital para o jornalismo diário.

Todos os jornais, conjunturalmente, esgrimiam “a posse” de informações valiosas nos seus combates jornalísticos. Aqui a ameaça “demolidora” remetia para o conteúdo informativo. E, veja-se, a 6 de outubro de 1905, em plena “crise dos tabacos”, o *Novidades*, dirigindo-se a Luciano de Castro, chefe do partido progressista, seguindo a via da provocação:

*Se não revelamos o muito do que à nossa bem informada redação chega, é porque, uma vez por outra, também, gostamos de ser discretos. Não se sorria o Sr. Luciano de Castro – dando-se ares de que estamos a abusar da presunção e da água benta. Olhe, bastava-nos meter a mão na algibeira para poder sacar, e fazer reproduzir aqui, até a correspondência de V.Ex.<sup>a</sup> com um alto personagem que neste momento nos apraz nomear. Acha que é bazófia? Pois se quiser prova nós deixar-nos-emos vencer pela solicitação». Veremos se o Correio da Noite pede a prova.*

Os jornais republicanos seguem os mesmos processos jornalísticos. Veja-se o *O Mundo*, em 2 de outubro de 1903, ameaçando o *O Popular*, com importantes revelações: «*O Popular* diz que nós o ameaçamos a propósito da eleição municipal. Não senhor, não ameaçamos. Prometemos, apenas, explicar a sua fúria contra a lista republicana, na semana das eleições. E explicaremos sem descompostura nem cousa que se pareça. Explicaremos indiretamente: falará alguém por nós. Vai ser lindo». Ou, no mesmo jornal, no ano seguinte, a 6 janeiro:

---

<sup>534</sup> Tomás da Fonseca, *Memórias dum...*, 39.

*Há dias que se fala aí, nalguns centros, duma história dum trombone – história heroi-cômica segundo a qual esta gaita teria um epílogo de perdição que não perdeu a pena, mas a fêmea. Vamos investigar e se apuramos alguma cousa, contaremos. Antecipemo-nos, entretanto, a dizer que o trombone da história mete alta política rotativa. Há perdiz como fêmea de trombone; há chefe de governo; há financeiros engenheiros; há corregedoria; – há de mais? Para um importante folhetim. A história dum trombone.... Vamos ver se podemos reconstruí-la.*

Os historiadores têm chamado a atenção para o uso e abuso do boato como fonte noticiosa, tendendo mesmo alguns a considerar como “rubricas” jornalísticas de interesse menor, aquelas que se dedicavam, na primeira página dos jornais políticos, a reproduzi-los, sem o cuidado que hoje o jornalismo informativo deve ter em confirmar as suas informações. O que os historiadores parecem esquecer é que a introdução do boato não era desvalorizada, pelo contrário, a nomeação de “boato”, de um qualquer registo noticioso, constituía uma das formas de acionar o mecanismo disponível para a validação de uma notícia. É aliás curioso verificar como a falta desta carga pejorativa é perceptível nos jornais deste período. Para o compreender é necessário ter presente que o que caracterizava o boato era antes de mais a sua origem: uma fonte não oficial.

A proximidade física das redações e tipografias (na sua maioria instaladas num acanhado espaço que cobria o triângulo Cais Sodré, Bairro Alto, Baixa, facilmente calcorreado a pé) facilitava os contactos entre o pessoal dos jornais, ajudando ao acesso rápido a informações de última hora. Mas não só. A vizinhança dos maiores centros de tertúlia da cidade, cafés, teatros, academias, e ministérios facilitava a aproximação e cultivo de convívio entre políticos e jornalistas. Carlos Faro recorda, em 1925, um episódio ocorrido quando era repórter no *O Século* e fora incumbido de entrevistar uma “individualidade brasileira”, próxima de Silva Graça, que lhe acabaria por “escapar” mercê da força de atração de uma tertúlia política:

*O expresso de Paris, que então não era diário, chegava à estação do Rossio cerca da meia-noite. Quer dizer que eu ainda tinha tempo para aproveitar ainda uma parte do serão político que se anunciava ultra interessante para essa noite, na Rua do Passadiço, em casa do ilustre estadista José Alpoim. [...]. Lá encontrei políticos das duas fações: republicanos e*

*monárquicos, e também jornalistas de um e de outro credo. O antigo chefe de dissidência progressista vai falando com o seu habitual interesse. Uma e outra vez intervém um dos seus amigos, e, por fim, a conversação aquece, generaliza-se, até que se entra na segunda parte do serão, ou seja, a que era oficialmente destinada às notícias novas, em calão jornalístico conhecidas pela designação de caixa. Para nós profissionais da imprensa, era esta a parte mais sensacional.*<sup>535</sup>

A proliferação de boatos nos jornais parece resultar em grande medida da estrutural relação entre as fontes oficiais e os jornais, sujeita a convenções de âmbito eminentemente político, que tendiam proteger a atividade dos políticos profissionais da exposição pública. Só excepcionalmente uma autoridade política (ministros, deputados, conselheiros, etc.) falava em discurso direto nos jornais, este era reserva do parlamento, como vimos no capítulo 4.

A atividade das autoridades políticas e administrativas mantém uma vasta área restrita, preservada do “olhar” público, onde se procede ao “trabalho” prévio de uma tomada de decisão, normalmente tornada pública por nota oficiosa, e discutida no parlamento. Os bastidores da política, como vulgarmente era descrito este espaço, frequentemente se confundiam com o âmbito da vida privada dos políticos. A prática política sustentava esta ambiguidade, lembremos como, sem escândalo, as reuniões dos gabinetes ministeriais se realizavam em casa dos chefes dos grandes partidos.

O cultivo da distância e do secretismo erguia barreiras impossibilitando o confronto, ou interpelação direta, fora do parlamento, preservando a margem de manobra política dos vários agentes, mantendo ainda “necessárias” distâncias simbólicas entre os protagonistas. O que não é o mesmo que dizer que a troca informal de factos políticos não abundasse e os jornalistas políticos de diferente feição partidária não pudessem ter acesso aos segredos dos gabinetes ministeriais, das

---

<sup>535</sup> *Uma Hora de Jornalismo...*, 58-9. A proximidade dos políticos permitia ajudas importantes na reportagem. José Joaquim de Almeida, redator do *Diário de Notícias* conta como, em franca competição com Esculápio, do *O Século*, procuravam cobrir um acidente de comboio no Alentejo, as dificuldades em enviar as “notas” que redigiam, acabariam por ser ultrapassadas pelo *Diário de Notícias*, por uma razão, Fraga Pery de Linde, redator deste jornal, era “amigo político” do ministro das obras públicas e «conseguiu obter o relatório», elaborado pelo «fiscal do governo» dando «conhecimento detalhado do desastre». *in idem*, 110-11.

reuniões partidárias, das decisões administrativas, etc., por intermédio de informadores avulsos, movidos ao sabor da conveniência pessoal e partidária.

O boato não sendo oficial, enquanto “informação paralela” encerrava o valor de um segredo e na luta política era o meio privilegiado de dotar o poder de alguma transparência. Nenhum jornal político o podia desvalorizar, em particular os jornais de oposição, o boato era o recurso informativo que podia «pôr em causa» a autoridade dos governantes, questionando «quem tem o direito a falar sobre o quê», o boato era «contrapoder».<sup>536</sup>

O boato, todos o sabiam, podia enquadrar informação falsa, mas, lembremos: o boato era antes de mais a forma vulgarizada e aceite de enquadrar a informação não validada, alargando o âmbito da informação disponibilizada, sendo que «os falsos boatos [constituíam] o preço a pagar pelos boatos com fundamento».<sup>537</sup>

A importância que um boato assumia só pode ser avaliada pela inserção nas práticas jornalísticas que o rodeavam. Por um lado, era fator dinamizador do diálogo que se estabelecia na “comunidade” jornalística de que atrás falámos, porque, em grande medida, os jornais de “opinião” alimentavam-se uns dos outros, o que dito por outras palavras, significava que elegiam os colegas como fonte de informação privilegiada. E aqui revela-se a estreita relação entre informação e boato. Uma parcela significativa do trabalho jornalístico passava por destacar e reproduzir informações/boatos atuais contidas nos jornais, e note-se, em todos os jornais, incluindo como vimos o *Diário de Notícias* e o *O Século*.

O surgimento de um qualquer diário político, obrigatoriamente informativo, podemos agora afirmá-lo, era na comunidade jornalística um facto assinalável. Desde logo porque serviria de potencial plataforma de divulgação de informação suscetível de interferir na vida política. Esta faceta da imprensa partidária tem sido desprezada. Convém por isso deixar claro: «*Information is a powerful political weapon, and its selective dissemination, restriction, and/or distortion by governments is an important element in public opinion management*».<sup>538</sup>

---

<sup>536</sup> Jean-Noel Kapferer, *Boatos, o meio de comunicação mais velho do mundo* (Sintra: Publicações Europa-América, 1987), 25.

<sup>537</sup> *Idem*, 244.

<sup>538</sup> Brian Mcnair, *An introduction to Political Communication* (London and New York: Routledge, 1995), 114.

Em contrapartida, exigir mais informação sobre determinados factos que “correm” em forma de boato, era competência da imprensa, sobretudo da oposicionista. Os exemplos multiplicam-se. Veja-se, a 5 julho de 1902, o *O Mundo*:

*O Correio da Noite dizia ontem: “Há dias referiu-se a imprensa à venda de terrenos em Macau ao governo francês. Na camara inglesa perguntou-se se o boato era verdadeiro, e o governo respondeu «constar-lhe ter sido comprado um terreno próximo de Macau, por missionários franceses, para a construção de um hospital»” O que é isto? Começou já à venda o nosso território colonial – a retalho?*

O âmbito do secretismo político era constantemente denunciado. No *Novidades*, de 7 de abril de 1905, lia-se:

*O grande anseio dos jornais do governo está sendo o de fazerem acreditar ao público que o novo contrato provisório não é pior que o de 16 de julho. [...]. O segredo não é só para o público, os próprios defensores ignoram totalmente a substância da coisa que têm por missão enaltecer. Por isso as tiradas elogiosas têm muitos adjetivos, mas substantivos poucos.*

Em tom cordial, *O Mundo*, no dia 3 janeiro de 1906, desafiava um órgão franquista, então na oposição:

*O Illustrado, quer no seu número de ontem, quer no de anteontem guardava absoluto silêncio acerca do desconto da letra de 300 contos de réis, a que aludimos no Mundo de sábado. Sabida a situação que desfruta o Illustrado ante o Banco Comercial – precisamente o estabelecimento visado na nossa local – julgamos inútil concluir que o silencio do órgão franquista é a mais segura confirmação do que dissemos a tal respeito.*

*De uma coisa, porém, temos pena, e vem a ser que o Sr. Mello e Sousa, em obediência ao sigilo profissional, não possa referir no seu jornal o nome da pessoa para quem foi o dinheiro. Diz-se por aí à boca pequena – nós não acreditamos – que se trata de uma alta dama...Mas será realmente? Ah! Que se o Illustrado pudesse levantar uma pontinha do mistério...*

A exigência de mais informação sobre os negócios públicos era, a par com a interlocução, uma vocação da imprensa, sobretudo oposicionista. No *O Mundo*, de 1 de abril de 1902, lia-se:

*Todavia o país deve exigir que o governo torne público o texto do convénio. É preciso que se conheça para que o senhor Hintze não possa acusar-nos, nas sessões parlamentares de carácter secreto, de faltarmos à verdade porque mostramos pelos depoimentos da imprensa estrangeira que o convénio atenta contra a nossa dignidade de país livre [...].*

Assim, aos jornais que se assumiam como órgãos officiosos das formações partidárias era dada uma parcela significativa de protagonismo informativo. Os adversários, em momentos de pouca clareza nos factos publicitados, gostavam de lhes conceder a primeira palavra. Por exemplo, após a nota officiosa, de 2 de abril de 1906, declarando a formação da coligação liberal entre o partido regenerador liberal e o partido progressista o *Novidades*, depois de transcrever a nota officiosa saída nos jornais da manhã, declarava: «Bem te percebemos, leitor amigo. Querias agora, que te desfiássemos as coisas que se ocultam em cada um destes períodos, também hasteados em nota officiosa do *O Século*. Não! Deixa que o *Diário Illustrado* o faça: – porque enfim, é de razão é de justiça ouvi-lo. Ele lá terá as suas razões lacedemónias. Esperemos por elas». Ou ainda, após artigo saído na *Gazeta de Colónia*, em outubro de 1907, difamando os dois partidos rotativistas, no mesmo jornal lia-se: «Depois do que fica exposto, cremos ser perfeitamente fundamentado, o interesse com que o público receberá as declarações dos respetivos órgãos officiosos [...] em que progressistas e regeneradores são acusados de delitos, que poderiam levá-los à Penitenciária. Aguarda-se a leitura do *Correio da Noite* e do *Notícias de Lisboa*».

Este modo de atuação, perante uma informação de relevo político, está presente em todos os jornais diários e inscrevia-se num conjunto de instrumentos, presentes nas práticas jornalísticas, que sustentavam o “aparato” de validação dos conteúdos jornalísticos. Porque compreender esta “troca” contínua entre jornais, obriga a ter presente, a existência de um código de conduta jornalística, de teor deontológico, ou se quisermos, de um conjunto de comportamentos reguladores, que procuravam corrigir abusos, fornecendo mecanismos de validação da notícia. Estes não tinham carácter vinculativo, nem sanção normativa, eram

facilmente torneados, mas tinham uma virtualidade, eram suscetíveis de ser evocados, e como tal introduziam na narrativa jornalística um acréscimo de credibilidade em condutas por vezes duvidosas. Ao introduzir no discurso jornalístico o apreço à “verdade” o espaço da “mentira” saía relativizado.

A prática do jornalismo político obedecia assim a regras de procedimento, tacitamente aceites pelos jornais, que visavam assegurar a retificação de informações falsas, a saber: a obrigação de incluir a retificação de informações contidas num periódico sempre que um outro órgão viesse negar a sua veracidade; o não acatamento de uma retificação exigia, em teoria, a apresentação de prova. Desta forma, considerava-se legítimo que uma informação quando não fosse objeto de retificação por parte de ninguém fosse tomada como verídica. Por retificação entendia-se o que hoje tomamos como “desmentido”. Veja-se como o jornal *Novidades*, a 1 de abril de 1903, desmente, uma sua informação do dia anterior, sobre o ministro da marinha: «Apressamo-nos a fazer esta retificação, pelo dever que temos de informar com verdade os leitores, muito mais em assunto de tão incontestável importância». <sup>539</sup>

Também no *O Mundo* segue esta prática. Veja-se a título de exemplo: «Fica lealmente transcrito o que diz o *Província*. O que o *O Mundo* publicou a tal respeito foi o que veio nos colegas do Porto, porque o nosso correspondente não esteve no dia do comício, em Coimbra. *O Mundo* não quis propositadamente alterar nada, porque o *Mundo* ama, acima de tudo, a verdade»; <sup>540</sup> «por lealdade, visto termos reproduzido a primeira notícia, transcrevemos do *Primeiro de janeiro*, do Porto: [...]». <sup>541</sup> Limitando-se, o mesmo jornal, frequentemente, sem comentar, a transcrever retificações de outros jornais a notícias suas:

*O Jornal da Noite referindo-se à notícia que ontem aqui demos, diz: “Não é exata esta notícia. Conquanto o Sr. Dr. Martins de Carvalho, por motivo dos seus trabalhos parlamentares, tenha de, durante a sessão legislativa, colaborar menos assiduamente no Jornal da Noite continuará sendo o diretor político e um dos proprietários deste jornal”.* <sup>542</sup>

---

<sup>539</sup> Retifica informação dada no dia anterior, sobre saída do Conde Sucena do partido progressista, in *O Mundo*, 2 de outubro de 1907.

<sup>540</sup> *Idem*, 2 de agosto de 1904.

<sup>541</sup> *Ibidem*, 2 de outubro de 1903.

<sup>542</sup> *Ibidem*, 4 de abril de 1905.

Sob o título, “Das Novidades”, reproduz o *O Mundo*: «Convenceram o *Mundo* de que os amigos do Sr. Teixeira de Sousa tinham em tempo pedido apoio do partido progressista. A informação que deram ao nosso prezado colega carece absolutamente de fundamento. Nem o Sr. Teixeira de Sousa, nem os seus amigos solicitaram tal apoio ou outro que não fosse dentro do seu partido».<sup>543</sup>

Ambos os jornais assumem também desmentem informações contidas noutros jornais. No caso do jornal *O Mundo*, que se posicionava como órgão do partido republicano, eram frequentes as retificações sobre a atividade do partido. Na maioria das vezes visavam os adversários políticos. A título de exemplo, a 3 de dezembro de 1901, a propósito de uma insinuação sobre uma possível aliança dos republicanos a João Franco, já então em cisão com o líder do partido, escrevia *O Mundo*:

*A Tarde*: “*O Mundo* anda a escrever de uma maneira [...] que não é a mais convincente. Enquanto desmentiu por sua parte, dizendo que marcava no partido um lugar especial [...] agora falando em nome do partido republicano, parece que excede a autorização [...]”. O que nós temos, em resposta, a dizer à *Tarde*, é que nunca excedemos autorizações. Se falámos em nome do partido republicano, para repudiar uma insinuação e fazer um emprazamento, é porque estávamos para isso devidamente autorizados – quanto pode estar um jornal, em nome de um partido. O que temos escrito é nosso – desta redação, de quem tem a responsabilidade moral do que aqui se escreve. Mas esta redação, quem politicamente é responsável pelo que aqui se publica, está, no caso, devidamente autorizada a afirmar que são caluniosas as insinuações publicadas na *Tarde*, e a emprazar o seu esclarecimento completo, claro, terminante. Falámos em nome do partido republicano, e em nome do partido republicano continuamos falando. Em nome dele, afirmamos que é falsíssimo que tenha havido qualquer entente com o grupo franquista. Em seu nome, Emprazamos o órgão do governo a dizer franca e categoricamente o que há sobre a aliança francacea republicana [...].

Veja-se ainda o mesmo jornal:

*Entre várias cousas tem-se rosnado aí que os republicanos militantes não estão de acordo sobre a eleição de 1 de novembro. E até se espalhou que*

---

<sup>543</sup>*Ibidem*, 1 de outubro de 1907.

*o Vanguarda não acompanhava o movimento. O desmentido desta calúnia apareceu ontem. O nosso distinto e prezado confrade publicou um vibrante e caloroso apelo, convidando o povo de Lisboa a concorrer à urna [...] Foi uma triste desilusão para os forjadores de boatos falsos, que tiveram mais ocasião de ver mais uma vez a unidade de vontade que hoje existe no Partido republicano.*<sup>544</sup>

E por último, ainda no *O Mundo* leia-se:

*Procurou-nos o nosso correligionário Pedro Maria da Silva, mostrando-nos uma carta e um bilhete que lhe enviaram para a inauguração do Centro franquista da rua Infante D. Henrique, e protestando contra a inclusão do seu nome na lista dos novos adeptos do Sr. João Franco publicada em vários Jornais.*

*Não é franquista, nunca o foi nem será, nem autorizou ninguém a servir-se do seu nome para semelhante cousa. Igualmente apareceu em jornais o nome do nosso amigo e correligionário Fernando Deshorta, um dos mais dedicados sócios do Centro Rodrigues de Freitas, que também não autorizou ninguém a abusar do seu nome para especulações com que nada tem.*

*É o resultado que alcança quem anda com a ânsia de arranjar nomes a torto e a direito para armar ao efeito com uma popularidade que é tudo quanto há de mais falso.*<sup>545</sup>

Por vezes, porém, a retificação procurava emendar algum mal-estar provocado por informações partidárias contidas no *O Mundo*: «Na nossa reportagem sobre o Congresso, esqueceu [sic] dizer que o Dr. Estevão Vasconcellos declarou representar ali o nosso correligionário Sr. Ignacio de Magalhães Basto, que por motivos de força maior não pôde tomar parte na Assembleia».<sup>546</sup>

Eram em grande medida as constantes retificações inseridas nos jornais políticos, quem contribuía para conferir alguma coerência às formações partidárias em luta, por obrigarem, diariamente, as folhas a assumirem-se como legítimos *porta-vozes* do seu grupo político. Veja-se,

---

<sup>544</sup> *Ibidem*, 3 de outubro de 1903.

<sup>545</sup> *Ibidem*, 2 de julho de 1905.

<sup>546</sup> *Novidades*, 6 de julho de 1906.

a 7 de outubro de 1903, como o *Novidades* assume a *Tarde* como fonte autorizada do partido regenerador:

*Nota oficiosa da Tarde: “Carece, absolutamente de fundamento a notícia de que se tenham encontrado dificuldades para a organização da lista camarária que se diz ser do agrado do governo, e que se há-de compor de nomes todos eles respeitabilíssimos e considerados nas diversas classes da sociedade de Lisboa. Não tem havido dificuldade alguma, a mínima que seja, e se alguns dos nomes que têm aparecido publicados serão de facto recomendados ao sufrágio dos eleitores da capital, outros há que são da fantasia de quem pretende dar notícias sem ter plena certeza da sua veracidade»*

A prática de retificação permitia credibilizar a vertente informativa do jornal e promover o esforço empreendido para obter informações de relevo. Observe-se como o *Novidades* sustenta uma sua retificação, enquanto corriam boatos «sobre revoltas do gentio da Guiné [...], por nossa parte procurámos informações no ministério da marinha, sobre a suposta vinda do telegrama, sendo-nos ali fornecido o mesmo desmentido categórico de que a *Tarde* se faz eco [sic]». <sup>547</sup>

Os jornais cultivavam assim a apresentação de retificações a informações obtidas “em primeira mão” pelos seus colegas. Veja-se o *Novidades*: «Carece de fundamento a notícia de ter o Sr. Ministro da marinha ordenado que se aprontasse uma divisão composta de 3 cruzadores, sob o comando dum contra-almirante, a fim de seguir para o Oriente por motivo do conflito russo-japonês»; <sup>548</sup> «Em contrário do que noticiaram alguns jornais, não houve hoje conselho de ministros nem está ainda dia marcado para a reunião»; <sup>549</sup> «São, absolutamente falsas, todas as notícias que se espalharam, de novos telegramas recebidos pelo Sr. Ministro da marinha. Nenhum telegrama veio»; <sup>550</sup> «Não tem fundamento a notícia, que correu hoje na Arcada, de que Sua Majestade El-Rei ia, brevemente, ao Porto explicar, em conferência pública, a sua atitude e a do governo nas diversas questões submetidas aos conselhos de ministros a que o mesmo augusto senhor preside e em cujos trabalhos colabora com a

<sup>547</sup> *Idem*, 2 de outubro de 1903.

<sup>548</sup> *Ibidem*, 9 de janeiro de 1904.

<sup>549</sup> *Ibidem*, 3 de outubro de 1904.

<sup>550</sup> *Ibidem*, 6 de outubro de 1904.

quota-parte de responsabilidade inerente à sua nova situação. Quem vai ao porto, para esse e outros fins, é o Sr. presidente do conselho». <sup>551</sup>

A centralidade deste procedimento jornalístico de “retificação” merece ser levado a sério, por uma razão, os jornais não prescindiam dele, cultivando-o com esmero. Neste sentido ganha relevo o acatar de uma retificação por parte de outro órgão: «assim, sim senhor», <sup>552</sup> exclamava o *Novidades*, a propósito da retificação do *Diário de Notícias* de um «pavoroso artigo» onde não havia «uma linha que não contivesse inexatidões flagrantes ou tremebundos [sic] erros de facto. Logo dissemos que o artigo era de colaboração adventícia». O mesmo acontece com o jornal o *O Mundo*. Veja-se o que sucedeu quando circularam boatos alarmistas sobre movimentações republicanas durante a visita do presidente da república francesa a Portugal: «O *Diário da Noite* como era de esperar retificava ontem lealmente a serie infinda de petas a que aqui demos solene desmentido. O *Jornal da Manhã* que se associara à graçola, não teve, porém, a hombridade precisa para proceder de igual forma, deixando assim correr mundo o acervo de disparates [...]». <sup>553</sup>

Assumir uma retificação nem sempre era o encerrar do caso. Veja-se no *O Mundo*, de 2 de julho de 1902, no editorial, intitulado “Ministros e companhias”:

*A Tarde, órgão do Sr. Hintze Ribeiro por meio do Sr. Sérgio [...] ontem sai-se com esta: “O Mundo, referindo-se hoje ao Sr. Ministro das obras públicas, pergunta:*

*Porque tem recebido e recebe aquele ministro dois ou três contos da empresa Hersent e porque está esta empresa faltando tão abertamente à letra dos seus contratos com os mais graves prejuízos para o tesouro português? Muito positivamente perguntamos também ao Mundo se nesta asserção há erro de imprensa, ou se realmente o Mundo quis dizer o que nela se contem. Pedimos ao nosso colega uma resposta perentória”.*

*Nós poderíamos responder que tínhamos tanto direito a calar-nos como a Tarde teve quando a convidamos a dar explicações sobre os seus boatos entre franquistas e republicanos. Mas os nossos processos variam: nós estamos sempre prontos a explicar o que dizemos. E assim leal e*

---

<sup>551</sup> *Ibidem*, 3 de julho de 1906

<sup>552</sup> *Ibidem*, 2 julho de 1904.

<sup>553</sup> *O Mundo*, 6 de outubro de 1905.

*dignamente nos apressamos a confessar que nos enganámos quando demos o Sr. Vargas como empregado da empresa Hersent. A razão foi substituímos o ministro da fazenda pelo das obras públicas.*

*O Sr. Matoso Santos é que foi empregado estipendiado da empresa Hersent até ir ao poder – bem estipendiado com os tais dois ou três contos e sem atribuições conhecidas. Não sabemos se ainda o é hoje, mas não conta que o deixasse de ser. Assim houve um equívoco no que escrevemos, mas o facto fundamental é verdadeiro: faz parte do ministério um cavalleiro que tem sido estipendiado pela empresa Hersent que está faltando abertamente à letra dos seus contractos.*

*Mas nem o Sr. Vargas se pode rir do Sr. Matoso e nós podemos, mercê da tarde, se não matar dois coelhos numa cajadada, dar notas sobre dois ministros num mesmo suelto.*

*O Sr. Vargas, se não tem sido estipendiado da empresa Hersent, pertenceu até ir ao poder a outra companhia que está em relações com o Estado – a Companhia Real dos Caminhos de Ferro.*

*Foi empregado superior dessa companhia e há-de voltar a sê-lo, como o ex-ministro da fazenda, Sr. Manuel Espregueira que, segundo se conta, no dia seguinte aquele em que deixou o poder foi receber os seus ordenados pelo tempo em que foi ministro. Há assim que tirar a moralidade não apenas de um caso – mas de dois.*

No dia seguinte, no mesmo jornal lia-se:

*A Tarde pegou num fragmento do nosso suelto de ontem, pôs um período em itálico, e sai-se com esta: “Pois também se enganam. O facto é redondamente falso”. Enganamo-nos em quê? Qual o facto falso? Não o diz a Tarde, com a sua habitual esperteza e correção, que são a esperteza e correção características de Hintze. Mas nós insistimos nos nossos informes: O Sr. Matoso Santos foi assalariado da empresa Hersent até subir ao poder. O Sr. Vargas pertenceu à companhia dos Caminho-de-ferro até ser chamado a ministro.*

Com frequência a inclusão de uma retificação suscitava “conversa” inconcludente. Veja-se o *O Mundo*, em 4 de outubro de 1904:

*O Popular transcrevendo ontem o que neste jornal dissemos acerca dos motivos que determinaram a demissão do Sr. Silvino da Camara, opõe*

*um formal desmentido. O Popular tem muitas intimidades com o Sr. Silvino e por isso o desmentido deve ser considerado como feito pelo próprio. Mas então porque nos não conta o Popular as razões que levaram o Sr. Silvino a deixar rendosíssimo lugar? [...].*

Este aparato de validação de notícias ajudava a credibilizar o jornal. As referências às retificações eram o comprovativo necessário de boa prática jornalística. No mesmo sentido, o direito de resposta, era amiúde lembrado. Veja-se, o *O Mundo*, a 5 outubro de 1905: «No uso de legítima defesa, que a ninguém costumamos negar, publicamos a seguinte carta [...]». <sup>554</sup> Ou ainda, a 1 de janeiro de 1906: «Acatando o direito de defesa que assiste ao Sr. Oliveira Soares, reservamos para amanhã as ligeiras considerações que o caso merece». O direito de resposta merecia um estudo mais aprofundado.

Contudo, convém salientar, que é vasto o leque de práticas que permitem contornar os códigos de conduta. O carácter sectário do jornalismo político assumia aqui maior expressão. Num terreno lamacento de mentiras, omissões e meias-verdades encontramos formas menos lesivas, que não escondem retificações, mas lhes retiram clareza na forma, suscitando leitura ambígua. Veja-se *O Mundo*: «Confirma-se a notícia de que muitos dos desgraçados que a ferocidade do Sr. Pimentel condenou, morreram por lá [...]». Separada por asterisco, seguia-se outra curta nota: «segundo alguns jornais da noite – lemo-los depois de feito o *suelto* – o senhor ministro da Marinha mandou perguntar para Luanda se, com efeito, tinham morrido alguns soldados e recebeu resposta negativa. Registamos a informação, lealmente. Mas, por coisas, esperamos que os condenados cheguem». <sup>555</sup>

O mais vulgar em todos os jornais era o não acatamento da retificação de um colega. O *Novidades*, de 5 de outubro de 1905, por exemplo, não só não aceitava a retificação, como reiterava a veracidade da informação, sem referir a sua fonte: «O *Dia*, de ontem, diz que é inexato que se esteja procedendo a preparativos para qualquer expedição aos Cuamatas [...] Pedimos licença ao presado colega para manter as informações que demos a esse respeito, em primeira mão, e que outros jornais

---

<sup>554</sup> Refere-se a uma carta de um ex-administrador do concelho de Abrantes acusado de contrabando.

<sup>555</sup> *O Mundo*, 1 de outubro de 1903.

reproduziram depois. [...]. A expedição deve seguir para África em março». Já no dia anterior comentara com sarcasmo informação governamental, contida no seu órgão oficioso:

*Fomos dos que registamos o boato comunicado primitivamente à Época, mas abstinemo-nos de lhe ligar importância. O desmentido dos jornais oficiosos vale pouco para o caso. Mas vale muito o texto do próprio contrato. Neste, como no anterior, lá está estabelecida a condição indispensável da aprovação parlamentar. O que se anda a negociar em Paris é coisa diversa: frio, frio.*

Os jornais monárquicos tinham várias formas de lidar com situações melindrosas, dependendo da conjuntura política, e dos interesses em jogo. O mais frequente, na imprensa monárquica, era seguir a via diplomática, adiando-se o cabal esclarecimento do assunto para a discussão no parlamento. Um bom exemplo, encontra-se no *Novidades*, de 5 de abril de 1905:

*O Correio da Noite corrigia ontem nos seguintes termos a nossa informação da véspera: «O nosso colega Novidades dizia ontem ter o Sr. Telles revogado, e comunicado aos interessados, a decisão do Sr. Pimentel Pinto, que reclamava para o Estado a comissão relativa às encomendas de material, diretamente feitas pelo governo às casas construtoras. Esta afirmação é absolutamente destituída de verdade. Constitui uma pura invenção do seu autor.» Posto isto, que corresponde ao nosso formal acatamento pelo desmentido oficioso nos termos categóricos em que lealmente reconhecemos estar redigido, permita-nos o Correio da Noite acrescentarmos que o incidente, segundo consta não ficará na referência que nós lhe fizemos, pois também no parlamento será levantado.*

O terreno da informação política atual era assim ocupado pelo boato suscetível de vir a ser notícia, e pela notícia que podia tornar-se boato infundado. Mas não só. O mais frequente era instalar-se forte controvérsia, ou seja, luta política por excelência, em torno da definição da veracidade de um facto noticiado. Assim, o não acatamento da retificação era frequentemente, o primeiro passo dado no sentido do debate entre jornais. Sobretudo quando as retificações passam a constituir a base de discussão jornalística.

Frequentemente a não-aceitação de um desmentido podia acionar a adoção imediata da norma de conduta processual, vigente para estes casos, que exigia a apresentação de prova. É o que faz o *Novidades*, de 1 de outubro de 1903: «Alguns jornais da manhã desmentem a informação que demos quanto à notificação ordenada pelo Tribunal do Comércio à Companhia de Moçambique. Porque examinámos as certidões extraídas do processo, podemos afirmar que a notificação foi ordenada por despacho nos seguintes termos: [...]»; e cita-a.

Mas por prova podia entender-se uma narrativa ficcionada, pormenorizada, com a versão de um dos intervenientes numa reunião num gabinete de um ministro. Veja-se o *Novidades*, de 3 de julho de 1906, a propósito de uma notícia do jornal sobre gratificação de um funcionário superior pela direção dos caminho-de-ferro: «o governo tirou da falta de pormenorização pretexto para desmentir a ocorrência numa nota oficiosa mandada para o *Diário de Notícias*, de hoje», que transcreve, para depois comentar:

*Certamente o leitor mais atento não logrará perceber esta embrulhada explicação, porque não lhe será fácil combinar os dizeres bastante esdrúxulos destas confusas informações. Num período afirma-se não haver corte de gratificação...porque esta não foi percebida, mas confessa-se noutra período que esta foi dada nos anos anteriores. [...] Bem. Em vista do desmentido não temos remédio senão pormenorizar. Pormenorizemos. Não foi a administração do caminho-de-ferro do Estado quem procurou no seu gabinete o Sr. Ministro das obras públicas. É verdade. Quem foi procurar o Sr. Malheiros Reimão foi o Sr. Perfeito de Magalhães, membro do conselho, e com autorização, ou acordo, com os seus colegas [...] ficam prevenidos os curiosos: podem pedir o interessante documento, nas camaras, quando elas se abrirem.*

E no dia seguinte insiste de novo:

*Ora, então, vamos lá contar a verídica história do cómico-lírica-sentimental-rabiosa do ministério das obras públicas a que, ontem, aludimos. À última hora. Estava o Sr. Reimão, como a bela infanta, no seu gabinete sentado, quando o contínuo lhe foi anunciar a chegada do conselho de administração dos caminhos-de-ferro do estado [...]*  
 – O conselho de mim o que deseja? – perguntou o Sr. Malheiro.

[...] – *Sentai-vos e dizei.*

[...] *O Sr. Reimão limpou as lunetas a um finíssimo lenço de seda, cofiou a barba tenorina, e respondeu que tinha muita pena mas que não nada podia fazer em contrário. [...].*

– *Além disso, vocês bem vêem...Se eu acabo de tirar dez mil réis ao meu contínuo, como querem que possa conservar a gratificação ao Sr. Fernando de Sousa?*

*Ó Reimão o que tal disseste! [...]. Na Arcada à hora a que escrevemos, correm boatos vários. Uns dizem que o conselho de administração [...] está demissionado.*

Responder a um pedido de prova podia seguir pelo terreno nebuloso da esfera privada. Na informação jornalística a fronteira entre o público e o privado era flexível variando a sua aceção ao sabor das conveniências políticas. Leia-se o *O Mundo*, a 5 de abril de 1901:

*Do Notícias de Lisboa: “Refere-se hoje o Mundo a uma conversa que o nosso presado amigo Sr. Dr. Júlio d’Andrade e Sousa teve anteontem no elevador da estrela com um seu correligionário. São de todo o ponto inexatas as palavras que põe na boca deste nosso amigo, como é falso que fosse em companhia dum seu correligionário. Quem o acompanhava era um antigo deputado progressista, que talvez tivesse dito em conversa particular, parte do que é atribuído ao Sr. Júlio d’Andrade e Sousa, e que o Mundo houve por bem ou por mal, por como opinião deste antigo deputado por Lisboa. E dizemos parte, porque quase tudo quanto a tal respeito o Mundo publica foi sonho. O informador do nosso colega ouviu mal e não soube a quem ouviu”. Começamos por dizer que há uma retificação que aceitamos: é a de não ser regenerador, mas progressista, o interlocutor do Sr. Júlio Andrade. No resto, mantemos tudo o que noticiámos e que foi ouvido por um nosso amigo e camarada que o Sr. Andrade não viu – porque, se o tivesse visto, tê-lo-ia conhecido. Se, a despeito da cortesia com que tratámos o Dr. Júlio de Andrade, lhe desagradámos, por trazer a público o que, dito num carro, em público foi dito – temos muita pena; mas a culpa não foi nossa, mas de quem em tais circunstâncias disse o que não queria ver-lhe atribuído.*

No entanto, era no terreno da calúnia que se observava frequentemente a invasão do foro privado, através de alusões que remetem para

uma linguagem codificada. Veja-se o *suelto* do *Novidades*, a 5 de janeiro de 1906: «Chegou a Lisboa o vapor Aragon, da Mala Real Inglesa, o primeiro paquete vindo, este ano, de Buenos aires. Trouxe boas notícias do Sr. Constâncio có-ró-có-có a respeito do proxeneta».

Interessa-nos, porém, realçar que a exigência de prova criava situações de tensão sobretudo quando envolvia dignatários dos partidos e altos funcionários da administração do Estado. Foi o que aconteceu, por exemplo, em janeiro de 1903, na polémica travada entre o *Liberal* e o órgão do partido progressista *Correio da Noite*, e que o *Novidades*, a 9, dava conta: «Desde que os jornais progressistas desmentiram, unanime e categoricamente, a versão do *Liberal* sobre o discurso do Sr. José Luciano, aquela folha só tinha dois caminhos: ou registar e aceitar a retificação, por vir de quem tinha autoridade para a dar, ou comprovar a instância, se entendia dever persistir nela». Citava o *Liberal*:

*“[...] que no dia 6 do corrente, pelas 4 horas da tarde, estando presente um distinto oficial do exercito, ouvimos nós fazer no teatro D. Amélia, a uma pessoa muito íntima do Novidades, referências ao que dissera o chefe progressista na reunião dos seus correligionários, das quais concluímos com a melhor logica, que também a Novidades tiveram conhecimento do que nós repetimos.[...] convidamos o Director das Novidades a que escolha um local onde nos possamos encontrar, e aí sob sua palavra de honra de guardar as devidas reservas de publicidade, declarar-lhe-emos a origem das nossas informações”.*

E, logo, respondia:

*Não é disso que se trata, não temos qualidade legítima para figurar como elemento decisivo no pleito. Devemos também dizer, que não sentimos o menor interesse, nem mesmo o da curiosidade, em saber o nome da pessoa ou pessoas [...]. E ainda que tivéssemos esse interesse, não poderíamos aceitar a confidência, que, pela cláusula das reservas, nos tornaria moralmente solidários com as responsabilidades do Liberal. O Liberal afirmou publicamente uma versão que foi, e ainda hoje é desmentida pelos jornais progressistas. É também publicamente, e não em confidências e com reservas de palavra de honra, que o Liberal tem de abonar a sua insistência [...]. Neste ponto, só temos que fazer apelo ao seu espírito de retidão e de lealdade. Ou o Liberal aceita o desmentido, que lhe foi*

*dado por quem tinha autoridade para lho dar; ou abona e comprova a sua insistência com a declaração pública dos indivíduos a quem atribui as informações recebidas, para que eles também possam dizer de sua justiça...e da verdade.*

Mas o sigilo das fontes era já objeto de discussão. E a sua defesa uma constante. Todos os jornais, casuisticamente, a ele recorriam. Veja-se como *O Mundo*, a 8 janeiro de 1906, responde à exigência do órgão regenerador liberal de João Franco:

*Para despedida, é muito curiosa a doutrina do Diário Ilustrado, assinalando-nos deveres – a nós que escusamos das suas lições. Para compreender essa doutrina, exemplifiquemos. Imagine-se que, no caso em questão da letra tinha sido um franquista, aliás amigo e admirador do Sr. Mello e Sousa que, mal informado, mas de boa-fé, nos tinha corroborado informes noutras fontes colhidas – sem nos autorizar, por nenhuma forma, a indicar o seu testemunho. Segundo o Ilustrado, em frente da sua intimação, nós tínhamos de dizer o nome do franquista. Ora fique-se lá com essa noção de dever – para si.*

No mesmo sentido, leia-se o *Novidades*, de 2 de outubro de 1906:

*Quem primeiro apresentou a questão Shroeter na imprensa foi a Lucta. O brilhante jornal republicano indicou desde logo, e transcreveu, o decreto de naturalização, base de toda a contenda. Se não tivéssemos receio de ser taxados de indiscretos, perguntaríamos ao colega se a informação primitiva sobre o caso lhe resultou de estudo próprio ou de denúncia? Neste último caso: se a denúncia lhe veio de pessoa, ou pessoas, conhecidas, ou se foi dada por anónimo? Se foram pessoas conhecidas as que denunciaram à imprensa o caso Shroeter, pediríamos o favor de as indicar. Se, porém, esta revelação importa segredo – que somos os primeiros a respeitar – perguntamos se o mesmo inconveniente existe a respeito da filiação partidária da pessoa ou pessoas, que primeiro quiseram atirar para a publicidade com as origens desta grande baralha. É claro que se o ilustre colega republicano não quiser dizer nada, nem sequer levaremos a mal que deixe de acusar a receção desta que lhe escrevemos, e rematamos com os mais afetuosos cumprimentos.*

Os dois jornais da nossa amostragem também partilham do dever deontológico de confirmar as fontes. Quer no *Novidades* quer no *O Mundo* é recorrente não só a necessidade de afirmar o seu repúdio por informações anónimas como de enfatizar os seus esforços em confirmar informações relevantes. E leia-se o *O Mundo*, a 7 de outubro de 1903, sob o título “Três Casos”:

*Os leitores recordam-se que, nas vésperas dos anos dos reis, publicámos aqui um artigo, não político, pedindo piedade para três desgraçados – dois doentes enclausurados na infecta enfermaria prisão do Hospital da Estrela e um soldado de Infantaria fazendo serviço indevidamente na Escola de Mafra [...]. Ontem na secção política da Tarde apareceu o seguinte: «há tempo, uma gazeta, com o fim pouco edificante de iludir o público, trazia três casos de sensação. [...] Importa-nos pouco a forma mesquinha como o órgão do governo se ocupa de três casos que nos tratamos aqui digna e nobremente. À hora a que lemos a Tarde, de noite já, não podemos procurar informações para responder mais completamente a essa gazeta que atribui fraquezas de 10 reis a quem se tem sacrificado voluntaria e gostosamente à situação em que se tem encontrado e encontra, desprovidos de confortos e demais alguma coisa. Podemos, porém, dizer o seguinte: [...]. Não se fez nada e os desgraçados continuam na mesma situação? Nesse caso o Mundo só terá que apresentar ao público novas e frisantes provas de falta de humanidade dos que governam [...].*

Leia-se ainda uma outra retificação do mesmo jornal, de 2 de abril de 1906: «Retifica-nos o *Popular* dizendo que nunca aconselhou o partido regenerador a abster-se. Como não temos tempo agora para pesquisas, reproduzimos a retificação».

O que distinguia o jornalismo não era a falta de exigência de confirmação, antes o âmbito desta exigência: nenhum jornal dispensava a inclusão de informação não confirmada e sem identificação clara da fonte, assumida com um “diz-se que”, um “ouve-se nos altos círculos políticos” ou “correm muitos boatos”.

A questão é que o boato era o “prato forte” dos jornais.

Nas convenções jornalísticas partilhadas pelos diários estava presente a sua função tradicional de vigilante dos abusos do poder, contra o “segredo”. O “segredo” era sistematicamente convocado na narrativa política dos jornais. A abundância de exemplos, levou-nos a recorrer para

o ilustrar, uma citação, do insuspeito *Diário de Notícias*, transcrita pelo *Novidades*, em 5 de abril de 1904, que tem a vantagem de revelar como, mesmo num período considerado pelos historiadores de relativa acalmia política, um jornal pouco dado a reproduzir boatos não podia prescindir em absoluto deles, embora se guiasse, pelo princípio da sua não inclusão:

*Publica hoje o Diário de Notícias a seguinte lucubração politico-financeira, que pedimos a vénia para transcrever: «Corre há muito nos círculos políticos, e com insistência, e uniformidade tais que poderosamente influem na crença da veracidade com que tem sido aceite, o boato de que entre os chefes dos partidos da chamada rotação constitucional – regenerador e progressista – foi assente uma espécie de acordo para que as negociações preliminares do convénio com os credores obedecessem a determinadas bases [...]. Ignoramos se esta versão poderá, bem como a primeira, corresponder à verdade dos factos. O tempo o dirá, e não virá longe a ocasião».*

Interessante é verificar como o *O Mundo* secunda esta informação, contida no *Diário de Notícias*, desenvolvendo-a. Assim, lê-se, no dia seguinte, naquele jornal: sob um título “Perto do Fim”, com subtítulo: “Divulga-se um segredo-As dificuldades Financeiras – O que se quis fazer. Porque não se fez – A obra dos governos e da indiferença pública”:

*Há dias que baixinho, em segredo, aí corre, altamente e sensacional, um boato que não conseguiu ainda passar para as colunas dos jornais e a que só duas ou três folhas progressistas talvez muito por alto as referissem quando reservadamente falaram das dificuldades financeiras do governo. Essas dificuldades chegaram com efeito, em dezembro, ao extremo. [...] levando-o a recorrer à reserva de prata do Banco de Portugal, da qual, segundo se diz, aí o dinheiro para o pagamento dos ordenados de dezembro. Eis o que se conta aí, em voz baixa, pedindo segredo, para não causar alarme [...]. Mas não nos julgamos no dever de manter o segredo. Julgamos, pelo contrário, que temos obrigação de dizer ao país toda a verdade.*

A dependência e instrumentalização política dos jornais partidários tem sido apontada, e bem, como elemento definidor da imprensa diária de opinião. Rui Ramos caracteriza, assim, a imprensa de Lisboa, no final

do século: «o jornal vivia da política, de um grande editorial, e de extractos do Parlamento e da legislação».

Quem procure no jornalismo, do início do século XX, jornais centrados apenas no editorial do seu diretor político, nos estratos do parlamento e na legislação, ficará desde logo surpreendido ao observar que todos eles, sem exceção, tinham incorporado na sua prática diária uma rubrica, com diferentes designações, onde se registava, com ou sem comentário político, informações, boatos, e retificações informativas.

Sob um título genérico listavam-se curtas informações políticas, com ou sem menção a boatos, intercaladas por apontamentos humorísticos, por vezes anedotas, pequenos textos ficcionados, entrevistas, interpelações ao adversário, agradecimentos e felicitações a colegas e instituições. O que caracterizava estes *sueltos*, ou ecos – na linguagem da época – era o cunho ideológico e o sectarismo partidário do comentário que acompanhava a informação. Veja-se o *O Mundo* a propósito de uma informação que corria sobre o possível casamento do príncipe D. Manuel, a 1 de outubro de 1904, nos “Ecos e Noticias”: «Que há de mais brutal que um homem ser forçado a ligar o seu destino a uma mulher escolhida não pelo seu coração, mas pela diplomacia, pela razão de Estado?» Ou o *Novidades*, a 5 de abril de 1905: «Coisa que faz ternura é o amor deste governo pelo operariado [...]. Pobres operários, coitadinhos!».

Como bem descreveu P. Monteiro de Barros, «na imprensa dominava mesmo aquilo que, em gíria do ofício, se chamou “suelto” e frequentemente qualquer boa intenção se desmoronava com quatro linhas em letra de forma, corrosivas sempre, a que nada resistia».<sup>556</sup> A invasão da privacidade estava bem presente na “ferroada” pessoal que acompanha estas rubricas nos jornais. Leia-se o *O Mundo*, a 5 de outubro de 1902: «Ivete está nas Folies Bergère cada vez mais graciosa e estonteadora. Diz novas cançonetas – algumas lindíssimas». E no *Novidades*, de 3 de janeiro de 1906: «Aníbal, não o general cartaginês da História, mas aquele simpático e afável barbeiro do largo do calhariz, cuja tarefa na terra mãe é tornar o Sr. Eduardo José Coelho lindo homem [...] acaba de ser nomeado para um lugar na Caixa Geral de Depósitos [...]. Parabéns Aníbal!».

---

<sup>556</sup> Pedro Amor Monteiro de Barros, “Emídio Navarro”, *Discursos pronunciados na sessão comemorativa dos Centenários de Anselmo de Andrade e de Emídio Navarro* (Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, 1944), 41.

Era ainda nestas secções que os jornais dando largas à sua criatividade inventavam alcunhas para os políticos. O *O Mundo* tornou-se imbatível nesta área. José Alpoim era o “porco” em 1901, Luciano de Castro, “a Sra. Ministra”, em 1905, etc.

Naquilo que nos interessa aqui, o estudo do comentário político, contido nestas rubricas, poderia ser a todos os títulos revelador da amálgama ideológica do movimento republicano. A “pena” mais solta dos jornalistas, encerra visões do mundo contraditórias, colocando num jornal que prima na difusão do ideal igualitário, referências racistas (como, a 2 de outubro, 1902, a alusão ao “escarumbismo” dos artistas modernos), machistas, homofóbicas, etc.

Estas rubricas tinham vida própria, a riqueza informativa, o tom adotado, de maior ou menor moderação, não variava só de jornal para jornal, era ainda permeável à conjuntura política vivida, e não raramente sujeita às vicissitudes da vida interna dos jornais. No jornalismo político, monárquico e republicano, a capacidade de atingir alguma qualidade nesta rubrica, na forma e no conteúdo, constituía uma das maiores apostas do responsável redatorial da folha política. O repórter Jorge de Abreu refere a importância que este espaço assumia para o diretor do jornal *Novidades*, aqui apelidado de “Casos do Dia”:

*O pedaço do jornal que depois do artigo de fundo merecia de Emídio Navarro carinhoso desvelo. O público das Novidades encarava essa secção tal como um frequentador do cinema olha o écran. Avidamente o percorria todas as noites, esperando encontrar aí a película de interesse ou a cena cómica que, despertando o riso, mantém o espectador durante alguns momentos em excelente disposição de espírito.*<sup>557</sup>

E note-se que entre as qualidades requeridas ao jornalista político encontrava-se a capacidade de redigir bons *sueitos*. A título de exemplo refira-se como o diretor do *Popular*, Mariano de Carvalho, era lembrado pelo deputado regenerador Bramão: «grande jornalista e parlamentar [...] espírito irrequieto, gracioso e juvenil, que salpicava de ironia e de graça, em *sueitos* originalíssimos, a sua poderosa obra jornalística».<sup>558</sup> E leia-se a referência, em 1955, do jornalista Carlos Olavo ao jornal

<sup>557</sup> Jorge Abreu, *Boémia...*, 54.

<sup>558</sup> Alberto Bramão, *Recordações...*, 159.

republicano, *A Marselheza*, de João Chagas: «O jornal de Chagas era o artigo, a nota política o portrait-charge, a caricatura, o eco gracioso, a crítica, o *suelto*, tudo quanto constitui o interesse, a sugestão, a sedução, o sabor [...]». <sup>559</sup> E por último, atente-se à análise de Aquilino Ribeiro sobre a popularidade dos conteúdos do jornal republicano *A Lucta*, dirigida por Brito Camacho, surgido em 1 de janeiro de 1906:

Do jornal eram principalmente apreciados os artigos de fundo, que nem sempre versavam matéria política, as pequenas notas ou ecos de interesse político e pequenos contos ou episódios subordinados ao título “Ao de Leve”, alguns mais tarde coligidos em livro. Os seus ecos eram cruéis, por vezes, mas nunca era grosseira a sua linguagem [...]”. <sup>560</sup>

No início do século XX, estas rubricas tinham presença obrigatória em todos os jornais políticos, que lhes concediam espaço considerável na sua primeira página.

Na *Tabela 4*, contabilizamos em sete jornais diários, político partidários, monárquicos e republicanos, num único dia, o dia 1 de abril de 1906, o espaço ocupado pelo editorial e pelas rubricas que cobrem “ecos”. <sup>561</sup>

*Tabela 4: N.º de linhas ocupadas pelo editorial e secção de sueltos no dia 1 de Abril de 1906*

Jornais	Editorial	Secção “sultos”
Opinião	167	260 (Notas e Factos)
Diário Ilustrado	126	163 (Echos)
O Mundo	148	481 (370, Echos; 111 Echos e Notícias)
Vanguarda	146	200 (Eccos e Informações)
Lucta	198	167 (Echos)
O Popular	138	230 (Notas Políticas)
Novidades	170	604 (Casos do Dia)

<sup>559</sup> Carlos Olavo, *Homens, Fantasmas e Bonecos* (Lisboa, Portugália Editora, 1955), 16.

<sup>560</sup> Ferreira de Mira, e Aquilino Ribeiro, *Brito Camacho* (Lisboa: Livraria Bertrand, 1942), 44-5.

<sup>561</sup> A metodologia e escolha da amostra estão justificadas in Júlia Leitão de Barros, “*Jornalismo Político d’ O Século...*”.

À exceção do jornal republicano a *A Lucta*, todos os jornais concedem mais espaço a esta rubrica do que ao editorial. Quatro, dos sete, partilham de uma mesma designação de “ecos”, e dois deles acrescentam-lhe uma outra designação, que remete para o seu carácter noticioso da secção (“Eccos Informações”, no *Vanguarda*, “Ecos e Notícias” no *O Mundo*), reforçando a hibrididade da secção. Em contrapartida, o *Novidades* opta pelo sugestivo nome de “Casos do Dia”, o *O Popular* e o *A Opinião*, preferem dotar a rubrica de maior seriedade (“Notas e Factos” no *A Opinião*, “Notas Políticas” no *O Popular*). Não se pense que tal designação mudava o sentido da rubrica. Veja-se o jornal católico *A Opinião*, órgão do Partido Nacionalista, que, sob o título “Notas e factos”, trata temas diversos de opinião e informação. Nesse dia lá encontramos, entre outras pequenas notas, uma retificação a uma informação dada por um correspondente que «errou», a propósito de um despacho eclesiástico ministerial; um agradecimento pela reprodução, por um jornal de Viana do Castelo, de um artigo do *Opinião*; uma “breve” sobre a *bonne presse* do governo, aonde não falta o comentário político («a teta da indignação nacional não foi ainda beliscada»); e referências irónicas às oposições («a obra misteriosa a que se entregam neste momento, é a de fecundação da prole. As oposições estão chocando...deputados»). E, não obstante o título (“Notas e Factos”) lá se inclui um «dizem-nos» referente à possibilidade de desistência do partido progressista no próximo ato eleitoral.

Era nesta secção que os jornais políticos cumpriam em grande medida a sua função informativa, de recolha e difusão de informação política, confirmada ou não. Os historiadores têm tendido a valorizar o editorial, seguido, ou a par, com a reportagem política das sessões do Parlamento, colocando num segundo plano este género jornalístico híbrido, por conter informação/boato e comentário. Já vimos a importância da informação/boato, saliente-se agora outra implicação do seu uso: o boato político participava na construção de uma representação social da esfera do exercício do poder político assente no segredo. Nesse sentido a sua convocação permitia não só reforçar, como legitimar, a desconfiança face ao político.

O cultivo da convenção, que atrás descrevemos, da retificação, ia a par com desvios não só frequentes como de diversa amplitude. E tudo aponta que o recurso à retificação, presente no discurso jornalístico da época, não impede, antes possibilita, a sobreposição de outros procedimentos jornalísticos que distorcem e vergam a vocação informativa dos

jornais aos interesses políticos mais imediatos da luta partidária. Porque convém que fique claro: os jornais políticos apenas retificam ou exigem esclarecimentos sobre alguns dos boatos que correm. A margem do espaço ocupado pela informação não confirmada, do boato, é grande. E, todos os jornais, têm a seu cargo hierarquizar os “boatos-informação” de relevo, que pretendem ver esclarecidos, que podem mesmo constituir objeto de atenção no editorial, daqueles que surgem mencionados em curtas notas, comentadas ou não, sobre os quais, não raramente, recaía o silêncio e o esquecimento.

Na elaboração de um jornal político os esquemas classificatórios que recaem sobre a informação recolhida, que a hierarquizam e selecionam, obedecem a distintos critérios. Um jornal como *O Mundo*, republicano radical, apostado na demolição do sistema político monárquico, e estabelecido nas margens da teia político-administrativa, que envolvia os jornais políticos monárquicos e informativos, obedecia a critérios mais abrangentes, no que toca à inclusão de informação não confirmada. No entanto, esta maior permeabilidade ao boato merece ser tratada com cuidado.

Como vimos, a história deste diário republicano remonta a 1895, ano em que o jornalista Alves Correia lança o jornal *O Paiz*, devido à repressão política adotam-se novos títulos, este passa a *Lanterna*, em 1898, a *Pátria*, em 1899, e, por fim, surge como *O Mundo*, em setembro de 1900. A tentativa de organizar sob um mesmo título notas avulsas sobre a atualidade política surgiu no *Lanterna*, quando João Chagas dirige o jornal, e tomou a designação de *Ecos*. A 9 de fevereiro de 1900, já sob a direção de França Borges surge uma nova secção “O Que Se diz”, que em abril de 1905, se intitularia finalmente “Diz-se que”. O “Ecos” – que podia desdobrar-se em “Ecos & Notícias” – e o “Diz-se que” têm presença, quase quotidiana. Mas era a informação-boato contida nos “Ecos” a mais valorizada pelo jornal, desde logo por constituir, frequentemente, base de interlocução ao poder, ou de comentário político.

Para o entendermos esta distinção olhemos para o conteúdo da secção “O Que Se Diz” no dia em que surgiu pela primeira vez:

#### *O que se diz*

*Que um semanário de caricaturas, não é a Paródia, deixou de se ocupar do Visconde de Faria, por imposição do sr. Ressano.*

*Que vai ser pedida uma sindicância sobre o caso do selo em passaportes, em que é protagonista o cavalheiro Vasconcelos.*

*Que parece que o Sr. Marquês de Fontes deixa de ser diretor-delegado da Companhia de Moçambique;*

*Que vai exercer esse lugar o Sr. Carlos Roma do Bocage;*

*Que se congrataram dois diretores de jornais que há pouco tempo disseram as últimas e estiveram para se bater;*

*Que um jornal regenerador deixou de se ocupar do S. Carlos porque o Sr. Paccini pediu ao rei para este pedir ao Sr. Hintze para este pedir ao mesmo jornal que não fizesse críticas desagradáveis para o atual empresário do nosso teatro lírico;*

*Que o Sr. coronel Gorião não volta para Moçambique a governar os territórios da Companhia de Moçambique;*

*Que entrou para a redação do Século o Sr. Lima Duarte;*

*Que veio com efeito fixar residência em Lisboa o Sr. comendador Jacinto Carneiro de Sousa e Almeida, um dos mais abastados proprietários de terrenos na província de S. Tomé, que há pouco chegou a Lisboa hospedando-se no Avenida Palace;*

*Que o mesmo Sr. Sousa e Almeida conta ir no fim do mês a França e Bélgica aonde tem negociações pendentes com um grupo africanista;*

*Que se demora, ainda até ao fim do mês, entre nós, o nosso colega Silva Lisboa, que atualmente é representante em Paris de vários jornais portugueses e brasileiros e que veio a Portugal tratar com vários credores da Companhia de Huelva, da qual é secretário;*

*Que o Dia sairá talvez no dia 15.*

O título “O que se diz” remetia para um estilo expressivo próximo da oralidade, do rumor, informação não confirmada, “apanhada” em conversa interpessoal, listada, desorganizada, marcada por um repetido “que”. Frases curtas, informações breves, diversificadas, que parecem assumir um carácter de *fait-divers* político. Esta rubrica era bem diferente daquela que, nesse mesmo dia, o jornal editava sob o título “Ecos & Notícias”, sujeita a maior tratamento jornalístico, com divisão temática, por curtos subtítulos:

*Eccos & Notícias*

*Dr. Brito Camacho*

*Regressou ontem a Évora este nosso querido amigo e colaborador, com muito pesar lamentamos o facto porque nos habituámos ao seu magnífico convívio e à sua brilhante colaboração.*

*Ouro*

*No Sábado há na Junta de Crédito Público concurso para a compra de 25.000 libras. Vai subindo, ao que se vê a conta. O que prova que vai faltando o ouro cada vez mais. Mas vai tudo bem dizem eles.*

*Conselho de Ministros*

*Reuniu-se ontem na rua dos Navegantes. Segundo a nota oficiosa, tratou-se especialmente de algumas propostas das obras públicas, fazenda e ultramar, devem ser apresentadas às cortes, e da ordem dos trabalhos parlamentares. Assistiu o padre António Cândido, Procurador-Geral da coroa. [...].*

*Um práctico*

*Como se sabe, há eleição suplementar no círculo de Barcellos, porque o deputado eleito, o Sr. Vieira Ramos, renunciou. Mas o que não está dito na imprensa é o motivo da renúncia, caso pouco vulgar e algo misterioso porque não se compreende bem que um homem que se presta a ser progressista não tenha pruridos de ser merdelim. Vamos nós a desvendar o caso. É que o tal sr. Vieira Ramos é homem práctico. Consegiu o lugar de notário e, tendo de optar entre notário e deputado – comer ou ser comido – preferiu comer. Não engoliu muito, afinal. O Alpoim, para ser o que é tem engolido mais: – o rei, a Ivete, toda a lama do Niassa, etc. Também tem corpo para tudo, o monstro! [...]*

*A Chibata*

*É bom assentar nisto: nós não respondemos aos jornais católicos, pela mesmíssima razão por que de há muito a imprensa séria não responde ao Sérgio de Castro. É uma questão de asseio. Simplesmente quando o sr. Sérgio ou os senhores da sacristia nos dispararem uma parrelha de coices, nós apertando-lhes o bridão, meter-lhes-emos os acicates...*

Nos “Ecos” encontramos informação diversa, comentário político, conversa com “colegas”. No entanto, neste dia, não se adianta informação nova, confirmada, suscetível de provocar reação nos seus adversários, nem se realça um qualquer “ouvimos” mais “alarmante” que considerem merecedor de esclarecimento.

Alguns jornais republicanos seguem a prática do *O Mundo*. E veja-se como o jornal republicano *O Debate*, anuncia uma nova secção, em 4 de janeiro de 1904:

*Agora que a vida portuguesa renasce com a reabertura do Parlamento, voltam a circular boatos e a aparecer notícias, a cada momento, umas verdadeiras outras mentirosas e sempre notícias políticas. Aos ditos, notícias e boatos costumam os nossos jornalistas amontoá-los em determinada secção, dando-lhes títulos vários. E como em geral são curtos, rápidos, chamam-lhes muitas notas políticas. Ora sabido é que, neste mundo nada existe de mais falso do que a política portuguesa. Naturalíssimo, pois, que às notícias políticas as colecionemos nós sob o título geral de notas...falsas. Quando essas notícias se referirem a coisas sérias e interessem a sério, o país, claro que as trataremos fora desta secção.*<sup>562</sup>

Era prática do *O Mundo*, amontoar referências a assuntos de intriga política, de pouco interesse para os negócios políticos no “Diz-se que”, e noticiar boatos de assuntos considerados relevantes no Ecos. Neste caso veja-se, a 6 de outubro de 1904, sob o título “O desastre de Africa”: começa por dar a informação oficial («a notícia fornecida pelo Governo à Câmara dos deputados») mas acrescenta:

*Correm boatos graves sobre a anormalidade do desastre que se diz ter sido muito maior do que conta pelas notícias oficiais. Abstemo-nos de os reproduzir em todos os pormenores (...) é dum gosto, que atinge o cúmulo da perversidade, que ontem mesmo não fossem publicados os nomes dos oficiais e soldados que foram vítimas da catástrofe.*

Todas as informações-boatos eram objeto de possível retificação, mas o jornal não defendia de igual forma um “Diz-se que” de uma informação assinalada como verdadeira. Embora a secção do “Diz-se que” merecesse

---

<sup>562</sup> Cit. pelo *O Mundo*, a 5 de janeiro 1904.

uma análise aprofundada, tudo leva a crer, que nesta rubrica, no período que estudamos, o jornal tendia a reproduzir, sem tratamento jornalístico, notas soltas recolhidas pelos informadores de “rua”. Curiosamente, encontramos no *Novidades*, ainda que muito esporadicamente, a reprodução de informações soltas que seguem o mesmo figurino. Veja-se, a 3 de julho de 1906:

*Alguns boatos espalhados pelos nacionalistas, por intermédio do seu órgão na imprensa:*

*que a retirada do Sr. José Luciano [...]*

*que o Sr. Mello e Sousa [...]*

*que também é possível que o governo[...]*

*que as eleições continuam muito difíceis[...].*

No *Novidades*, a 1 de outubro de 1906, leia-se a seguinte nota marcada pela oralidade da escrita:

*Portugal – São e salvo, regressou de Sevilha o Sr. Dr. Miguel Bombarda – Reuniram ontem, no Centro Republicano, vários influentes do partido, a que assistiram os 4 deputados democráticos por Lisboa – Manifestou-se incêndio na Companhia Fabril Lisbonense, na Alhandra – Chegou a Lisboa o Sr. Conselheiro José Alpoim – Em Cascais realizou-se um sarau em benefício das famílias das vítimas do ultimo naufrágio – Faleceu a Sra. D. Maria José de Mello, última filha existente dos condes de Murça – Henrique dos Santos fez ontem a travessia do Tejo, a nado, entre o Terreiro do Paço e Alcochete – Foi preso José Rato, de Alhandra, suspeito de ter morto a filha com pancada, deitando depois o cadáver a um poço. No Porto realizou-se um Comício contra o imposto de consumo.*

Em nosso entender, o “Diz-se Que”, do *O Mundo*, tinha uma particularidade, que o evidenciava face a outros conteúdos jornalísticos, era o menos “filtrado” (por ausência de tratamento) e, também, o mais permeável ao ambiente político vivido nos meios onde se procedia à “recolha” de informação – tertúlias de rua, cafés, tabernas etc. Pelo menos em parte, essa pode ser a explicação para o teor desta rubrica oscilar nos seus conteúdos, ao ponto de, no pós-5 de outubro, quase se tornar irreconhecível. E veja-se, a título de exemplo, o que de suspeição e persecução, contem esta rubrica, no dia 1 de novembro de 1910:

[...] – *Que do Porto recebemos informações curiosas acerca do jesuíta Brito e Cunha*

– *Que não foi somente seu avô que foi enforcado, mas ainda sucederam factos mais horríveis*

– *Que a cabeça do seu avô, o qual foi enforcado como liberal, foi tirada para fora do patíbulo onde havia de ser pregada*

– *Que a levaram para defronte da casa de uma filha, casada com opulento inglês por nome Sandemann*

– *Que a espetaram num pau defronte das janelas*

– *Que pela manhã a filha, chegando à varanda, viu a cabeça a dois passos de distância*

– *Que reconheceu a cabeça do pai e caiu no chão, ficando como doida por muito tempo*

– *Que ainda há poucos anos se mostrava o lugar onde, defronte do Palacete Sandemann tinha sido espetado o madeiro*

– *Que nos escrevem do Porto dizendo que estas informações do Diz-se causaram ali muita impressão*

– *Que o jesuíta Brito e Cunha, descendente do liberal enforcado, tem ali muitos parentes*

– *Que todos eles estão indignados com a infâmia dos jesuítas que assim levaram para si um estudante que foi confiado a um colégio seu.*

– *Que há muitos casos como este acontecidos no país [...].*

No atual estado de investigação, tudo aponta para uma crescente importância destas rubricas, no contexto da crise de desagregação dos partidos monárquicos, a partir de 1905. No *Novidades* os “Casos do Dia” tomam frequentemente conta de toda a primeira página. No *O Mundo*, sobretudo a partir de 1906, torna-se regular a chamada na primeira página referindo: “Ver mais Ecos e Notícias na 4.<sup>a</sup> página”.

Que a política de bastidores tende, entre 1905 e 1907, a ganhar mais exposição pública nos jornais políticos, parece confirmar-se de várias formas. Desde logo, pelo tom sarcástico que tende a assumir o enquadramento das informações, ao ponto de, por exemplo, o *Novidades*, parodiar, desde abril de 1906, a fuga de informações dos gabinetes ministeriais, com a evocação da figura de um informador *diabo*, de que aliás, o *O Mundo* se apropria. Leia-se a 6 abril de 1906, nos “Ecos”, deste último: “Um diabo que informa as *Novidades* da lhes estas notas sobre a sessão [...] Esse diabo com que o *Diário Illustrado* anda embirrativo,

também nos informou que pelos cálculos do Sr. José Luciano, expostos aos seus ex-ministros, o número de deputados progressistas e franquistas deve ser 21”.

Mas também pela mudança na linguagem, visível na inclusão crescente da palavra “bufo”. O *Novidades*, em julho de 1907, passa a inserir, na sua primeira página, uma popular secção “Carta de um bufo”. E o *O Mundo*, desde 1906, intensifica o uso desta designação de informador. Veja-se, a 4 de janeiro de 1907: «Diz-se que os bufos, para desempenharem o seu papel de parasitas espalharam que o nosso correligionário Dr. António Luiz Gomes foi ao Brasil por motivos políticos. Não perdem os bufos ensejos de se fazerem à gorjeta. [...]. Mas os bufos jogam com tudo, especulando com o medo da monarquia aos republicanos para ganharem a vida”.

Em plena ditadura de João Franco o “bufo” ganha valor de notícia em toda a imprensa oposicionista. Veja-se o jornal dissidente progressista, citado pelo *O Mundo*, a 1 de outubro, de 1907:

*O Dia referindo-se à quantidade de bufaria que paira sobre Cascais: «Ainda ontem nos contaram o seguinte: alguns moradores da rua do tenente Valadim, que fica por detrás da rua onde mora o Sr. João Franco, notaram que estando sentado na rua um aleijado de grandes barbas, com ele vinham falar de vez em quando, vários polícias, sem implicarem com o mendigo. Pois tendo anoitecido e quando a rua estava deserta, julgando que ninguém o observava o aleijado levantou-se, meteu as muletas debaixo do braço, arrancou as barbas, e seguiu lépido e fresco pela rua fora, decerto porque terminara a sua missão de espionagem naquele dia. Para que servirão estas farsas?». Não é esse o primeiro aleijado que inventa a imaginação de bufo mor que, como se sabe, é mais alguma cousa. A bufaria é, talvez a arte que mais tem progredido em Portugal.*

Que os conflitos políticos no interior dos partidos monárquicos alargavam o âmbito informativo do combate político parece incontestável. O novo contexto político atinge, até, o noticiário sobre os assuntos debatidos no, até aqui inviolável, Conselho de Estado. A 2 de janeiro de 1906 lia-se no *O Mundo*:

*Como se sabe, as reuniões do Conselho de Estado são secretas e nada costuma transpirar cá para fora do que ali se passa. Desta vez, porém, os*

*jornais deram conta detalhada da reunião, suspeitando-se por sinal a princípio de que algum repórter audacioso tivesse assistido à discussão, o que parece não ser verdade [...]. O Sr. José Luciano, no entanto, é que não está resolvido a conformar-se com a devassa dos segredos do Conselho de estado e nesse sentido dizem-nos que pensa em aconselhar o rei a ordenar um inquérito, pelo qual se venha a apurar quem deu aos jornais a notícia do que ocorreu na sessão de sábado. Diz a família dos Navegantes que se trata de um mau precedente e que é mister castigá-lo. Achamos porém tão inverosímil o boato que só a título de manifestação de demência presidencial o registamos [...].*

Note-se que os jornais republicanos eram um meio dos políticos monárquicos difundirem sem compromisso informação privilegiada sobre adversários do seu campo político. O *O Mundo*, por exemplo, a 5 abril de 1903, referia na sua primeira página ao assédio de um colega: «Ó Sr.: pois, se o Sr. é redator político dum jornal porque não escreve lá, em vez de nos mandar bilhetes-postais?». Já na década de noventa, no rescaldo da crise política e económica, estalaram escândalos em torno desta “convivência”. Por exemplo, Alves Correia, diretor do *O Paiz*, em novembro de 1895, é envolvido numa polémica que o colocava na órbita do então ministro da Marinha, José Ferreira de Almeida.

No campo político monárquico era constante a vigilância sobre as promíscuas relações entre monárquicos e republicanos. Entre os ataques jornalísticos mais graves constava a denúncia de contatos com os adversários das instituições. No período de 1903 e 1907, o *O Mundo*, na imprensa por nós consultada, sobressai na forma como publicitou documentos, que comprometiam várias individualidades monárquicas, em atos de corrupção eleitoral e favoritismo político, destacando-se pelo uso do título “grande”, sobre mais de uma coluna, que recaía sobre esta temática e pela reprodução fotográfica das fontes: em 1903, a 25 de outubro, sob o título a cinco colunas “As Eleições em Portugal”, e o subtítulo “Um Documento Carta do Sr. Conselheiro Mariano de Carvalho a um presidente do conselho de ministros”; a 23 fevereiro de 1905, sob o título, sobre todas as colunas, “O Governo do Sr. José Luciano”, e subtítulo, “Carta decisiva – Uma carta esmagadora – Da Sra. Ministra para o Sr. Ministro”; a 24 de agosto de 1907, a duas colunas, “Um documento”, com subtítulo, “Modelo de convites para eleições franquistas”.

A propósito da reprodução de uma carta, de 23 de fevereiro de 1905, de Emília de Castro para o marido, Luciano de Castro, o jornal escrevia:

*Segundo o artigo 575 do Código Civil, as cartas, para os efeitos de propriedade literária, pertencem a quem as escreve. Se, como é de direito, a autora quiser reivindicar em juízo a posse dessa carta nenhuma dúvida oporemos a isso. [...]. E perante os tribunais provaremos, se necessário for, a absoluta regularidade e correção com que este precioso documento veio parar ao nosso poder. [...]. A carta nada contém que se refira à vida privada, íntima, de quem quer que seja. É uma carta política e, a parte propriamente particular, podia escrever-se num bilhete-postal. Não encerra segredos de família, nada insere que, dado à publicidade, conspurque a santidade do lar doméstico para nós inviolável. [...]. O que nós queremos é provar, por forma irrecusável, que, na política portuguesa, acima do chefe do governo e do partido progressista, prevalece desde há muito a vontade de uma senhora que, com as suas indicações ou imposições, influi na gerência dos negócios públicos [...].*

Assinale-se que o *Novidades* defendia uma posição semelhante. A 9 de outubro de 1905, no âmbito de uma ameaça, por si lançada, ao órgão de imprensa do chefe progressista Luciano de Castro, lia-se:

*Se o Correio da Noite supôs que os documentos a que fazíamos alusão, em nosso poder e de que usaríamos em caso de dúvida, eram cartas particulares, errou os cálculos e praticou connosco uma manifesta injustiça. Em circunstância nenhuma, – note bem – usaríamos, até em defesa legítima, de carta particular existente na nossa mão. Cartas particulares, porém, são aquelas que entre as pessoas se trocam, referentes a coisas íntimas e que nada tem senão com a vida particular de cada um. Estão, como tudo o que é íntimo ao abrigo de leis especiais, que não precisam mesmo de estar escritas para se transmitirem de uma geração para outra. [...]. Se julga, porém, que ao abrigo de tais disposições estão também, aqueles documentos, que nunca foram particulares – porque só tem referência a coisas públicas; que são o testemunho e prova de factos públicos, – e que são trocados entre pessoas de carácter público e oficial – então, desde já dizemos ao Correio da Noite que nós seremos dos que não se deterão com escrúpulos sobre tais revelações. Não sabemos se desta vez nos fazemos compreender bem? [...].*

Os historiadores têm tendido a caracterizar os jornais republicanos, em particular do *O Mundo*, pelo uso dos boatos e a reprodução de documentos particulares. No que se refere aos primeiros pensamos ter deixado claro como este material informativo era partilhado por todo o campo jornalístico. Quanto à reprodução de fontes de foro privado, esta prática não só não esgota, no período que estudamos, o jornalismo do *O Mundo*, como é, muito provavelmente, aquela que, longe de representar um gesto isolado, mais exige uma análise transversal do meio político que a acolhe e possibilita, e que aqui não cabe.

No período que estudamos, aquilo que a nosso ver distingue o jornalismo republicano da restante imprensa política é, para além do uso do título grande, a capacidade de aliar ao tão despromovido boato o trabalho de reportagem política. Observe-se como, em 1896, foi lançado o “caso dos compêndios”, no jornal republicano, o *O Paiz* (diário antecessor do *O Mundo*): no dia 3 de novembro, lia-se na primeira página, a seguir a carta de denúncia assinada R.M:

*Mas nós fugimos de contar fatos que não tenhamos provas evidentes [...]. O que se diz em Lisboa e Porto, com toda a insistência, é que as contas de uma livraria do Porto acusam a saída de 2.000\$000 reis, para ser aprovado um compêndio editado pela mesma livraria [...]. Não podemos, não podemos, repetimos, garantir o fato, mas apenas dizer que a notícia dele corre com insistência.*

Tornar-se-ia um “escândalo”, e haveria de tomar vinte títulos grandes (sobre todas as colunas) do jornal.

A estreita ligação da reportagem ao boato deve ser realçada. Mas não só, a imprensa republicana radical distinguir-se-ia pela capacidade de alargar o âmbito da informação política e com ela a controvérsia e o debate sobre a atualidade.

## **5.2. ALARGAR O ÂMBITO DO ASSUNTO POLÍTICO: O LUGAR DA REPORTAGEM**

Não é fácil colocar a reportagem política no cerne das práticas jornalísticas do período que tratamos. Desde logo porque no terreno jornalístico as lutas pela imposição de uma representação de jornalismo ocorriam

por e através da tutela desta prática. Sabemos como o jornal *Diário de Notícias*, à semelhança dos congéneres estrangeiros procurou impor uma representação de jornalismo como mero reflexo da atualidade, ou “espelho” da realidade, assentando na figura do repórter esta sua primeira vocação.<sup>563</sup> Sabemos como o jornalismo político mantinha, porém, quase intacta, a representação do jornalismo como combate político contra o abuso do poder, assegurando lugar de destaque ao jornalista político.

Neste quadro, abordar o lugar da reportagem política no jornalismo político-partidário é surpreender a crescente, mas nunca expressa, influência de uma prática importada do jornalismo informativo. É ainda detetar a forte resistência em valorizar uma prática específica da atividade jornalística que competia diretamente com os mais tradicionais atributos requeridos aos jornalistas políticos. Desta forma, compreende-se que na época o uso do termo reportagem tenda ainda a recair, quase exclusivamente, nos casos de interesse humano, ou no tratamento, nem sempre aprofundado de informações avulsas recolhidas na rua.

O enquadramento da reportagem em Portugal, no início do século XX, assemelhava-se ao da França, nas duas últimas décadas do século XIX, descrito por Pascal Durand:

*Avant de devenir l'un des “mots de la tribu” des journalistes et de désigner une démarche à ce point intégrée au métier qu'elle se confondra avec la vision la plus héroïque qu'il entendra donner de lui-même, le reportage nomme surtout [...] une menace diffuse qui est d'abord et d'un point de vue général celle d'une diffusion à travers le grand corps de la presse française, par contagion, d'un modèle journalistique venu de bas. Cela parce que le travail, du reporter n'est pas conçu ni concevable dans aspect purement pratique – base et condition d'une définition neutre: autrement dit professionnelle – reste étroitement associé à son premier terrain d'exercice (la presse populaire) au matériau qu'il a pour tâche d'y déposer (la lie sociale des faits divers, rumeurs, scandales, pseudo-événements, etc.).*<sup>564</sup>

Enquanto género estava preso à ocorrência de factos, requeria qualidades de observação, memória, gosto pelo detalhe, capacidade descritiva,

<sup>563</sup> Conf. Júlia Leitão de Barros, “O Jornalismo Político Republicano...”, Tomo II, Anexo 3.

<sup>564</sup> Pascal Durand, “Crise de Presse, Le Journalisme au péril du *reportage* (France 1870-1890)”, *Quaderni* 24 (Automne 1994), 129.

escrita adjetivada e sentimental e estilo “folhetinesco”. O que aqui nos interessa salientar é que a reportagem servia todo o jornalismo, e também o partidário, que a cultivou com zelo.

Lembremos a propósito como *O Paiz*, um jornal republicano radical, três meses depois de ter surgido, já enviava repórter a Santarém por causa de um incêndio que provocara 34 mortos. Lia-se a 22 de fevereiro de 1896: «O nosso repórter foi a Santarém para nos informar pormenorizadamente da terrível catástrofe, visitou ontem algumas das famílias das vítimas».

A reportagem tende, durante toda a década de noventa, a assumir um lugar fundamental no conteúdo noticioso dos jornais políticos. No início do século XX nenhum jornal diário prescindia dela, e, desde logo, da reportagem que recaía nos casos de interesse humano. Observe-se como o jornal monárquico *Novidades*, tão avesso à utilização de títulos, sobre mais de uma coluna, em 1902, num total de 26 títulos, cinco recaem sobre casos de interesse humano (por exemplo: a 22 de julho “O caso das notas Falsas [...]”; a 18 de outubro “O choque de comboios na linha de Sintra”; a 24 de outubro, “O milagreiro”, com subtítulo, “Curas, pelo processo natural”).

Refira-se ainda como no início do século serão os jornais monárquicos os únicos a conceber edições especiais (suplementos) com reportagem de casos de interesse humano, prática que aliás não repetiriam. O *Diário Ilustrado*, então órgão do partido regenerador, na sua edição de 14 de novembro de 1900, sobre todas as colunas, escrevia, “Crime de Alhandra”, seguido de retratos da vítima e dos três réus, em rodapé a *bold* lia-se:

*A nossa máquina esteve ontem trabalhando consecutivamente, desde as 3 horas da tarde, até à meia-noite, tirando o Suplemento ilustrado em que demos os retratos da vítima e das principais figuras do crime de Alhandra e respetiva sentença. Aquela hora era, porém, ainda tão grande o número de pedidos e requisições do suplemento, que resolvemos dar hoje de novo os retratos dos homens que trazem presa às suas pessoas a atenção do país. A notícia do último dia de audiência vai nas páginas de dentro.*

Na antevéspera, a 12 de novembro, já o *Novidades*, saíra com o suplemento n.º5:098, “O Crime de Alhandra”.

A importância da reportagem de interesse humano parece ter ganhado grande expressão na década de noventa. A comprová-lo está o acordo

celebrado entre vários jornais lisboetas, a 6 de abril de 1895, na redação do jornal *Correio da Manhã*, de não noticiar suicídios, de forma circunstanciada, seguindo de perto, a linha editorial, lançada de forma isolada, pelo *Diário de Notícias*, a 23 abril de 1883. O acordo tinha um sentido moralizante, prevendo que a imprensa sempre que o entendesse levantasse «uma enérgica e salutar campanha contra esse ato de covardia social». <sup>565</sup> Celebram-no todos os jornais da capital, num gesto de inédita unidade. <sup>566</sup> O seu incumprimento foi, no entanto, constante. E talvez o caso mais marcante, do nosso período, tenha sido a forma como os jornais noticiaram, com extensas reportagens, e títulos “grandes”, excepcionais, o suicídio de Mouzinho de Albuquerque, em janeiro de 1901.

João Chagas resumia assim, no início do século, o quebrar do acordo: «Cercar à imprensa os suicídios, era indiscutivelmente cercar-lhe uma fonte de prosperidade. O jornal vive da vida, a mais sangrenta, dos nossos dias. Nem uma gota de sangue ele deve perder. Mais tarde, ou mais cedo, tinha de suceder que a imprensa retomasse as notícias de suicídios». <sup>567</sup>

Não foi, porém, pacífica a forma como as autoridades lidaram com o crescente número de repórteres que acorriam ao Governo Civil para recolher informações. Sabemos por exemplo, pelo *Vanguarda*, de 5 de junho, de 1895: «todos os funcionários da polícia, incluindo chefes da judiciária, receberam ontem ordens terminantes para não fornecerem notícias aos repórteres. Às portas das diferentes repartições foram afixados avisos proibindo a entrada de quaisquer pessoas». A resposta não tardou, no mesmo dia, o jornal noticiava-a: um serviço de recolha de informações com criativa forma de articulação com os “casos de rua” da polícia:

*[...] resolveram estes [repórteres] montar um serviço próprio para o que contam com o auxílio do público [...]. No gabinete dos repórteres, das 10 horas da manhã às 3 da madrugada, e nas redações dos jornais, aceitam-se e agradecem-se notícias e informações que depois de averiguadas, serão ou não publicadas. No referido gabinete redigem-se*

<sup>565</sup> *Vanguarda*, 29 de maio 1902.

<sup>566</sup> Brito Aranha (*Diário de Notícias*), Jaime Vitor, pelo *Correio da Noite*; Alves Correia e França Borges (*Vanguarda*), Magalhães Lima (*Século*), Fraga Pery Linde (*Folha do Povo*), Mendonça e Costa, (*Gazeta dos Caminhos de Ferro*), C. Rangel de Sampaio, (*Tempo*), Alfredo Serrano (*Nação*), Armando e Silva e Machado Correia (*Novidades*), Segurado e Mendonça (*Diário Ilustrado*), Mello Barreto (*Correio Nacional*), José Parreira (*Popular*), Feio Terenas (*Batalha*), Alberto Camara (*Tarde*), F. Gomes da Silva, (*O Dia*), Décio Carneiro (*Repórter*), Mariano Pina (*Universal*).

<sup>567</sup> João Chagas, *Homens e Factos...*, 295.

*gratuitamente queixas que devem ser entregues à polícia e dão-se aos interessados todos os esclarecimentos de que eles carecerem, para que lhes seja feita justiça. A passagem dessas queixas pelo gabinete é de toda conveniência para os interessados, porque garantida assim a sua publicidade, a polícia não pode dizer, como tantas vezes tem afirmado falsamente, que não as recebeu e desculpar-se com isso para não proceder. O gabinete tem o número telefónico [...].*

Criado pelo *O Século*, *Diário de Notícias* e *Vanguarda* surgia assim o “gabinete dos repórteres”,<sup>568</sup> um espaço comum vocacionado para a recolha e tratamento de casos de interesse humano, que integrou, ao que parece, a restante imprensa diária.

*Foi completamente restaurado o gabinete dos repórteres, sito na rua Capelo, 24. É um escritório confortável e digno de receber todos aqueles que queiram fazer qualquer queixa ou reclamação de interesse público. Ontem foi inaugurado o bico elétrico [...] dá uma luz clara e intensa. O Paiz continua a ter no gabinete dos reportes um representante”.*<sup>569</sup>

Até ao seu encerramento, em 1901, o gabinete desempenharia um lugar importante no jornalismo lisboeta. O repórter Esculápio, refere nas suas memórias, por diversas vezes, este gabinete como um espaço de encontro e tertúlia do pessoal dos jornais diários encarregue da reportagem de crime. A título de exemplo, o caso de um preso de identidade desconhecida que a todos intrigou: «No gabinete dos repórteres compareceu toda a mesrança dos jornais para decifrar o enigma, que estava intrincado».<sup>570</sup> A iniciativa durou pouco. No início do ano de 1901, sucumbia, ao que tudo indica, pela falta de interesse do *O Século* em sustentá-la.

No dia 3 de janeiro de 1901, o jornal *O Mundo* dava conta do historial do gabinete, na sua segunda página, sob o título “O Gabinete dos Repórteres”:

*Antigamente havia no edifício do Governo Civil um gabinete reservado expressamente para os repórteres procederem aos seus serviços de*

---

<sup>568</sup> Não confundir com a revista *Gabinete de Repórteres*.

<sup>569</sup> O Paiz, 4 de setembro de 1897.

<sup>570</sup> Eduardo Fernandes (Esculápio), *Memórias...*, 153.

*informação. Quando foi preciso este gabinete para serviços do próprio Governo civil, três repórteres, os Srs. Albino Sarmento e José Joaquim d'Almeida do Diário de Notícias; e Augusto Rato, da antiga Vanguarda, e hoje de O Mundo, trataram de arranjar o gabinete na casa onde ultimamente estava instalado, na rua Capelo, 24. A renda da casa era paga pelas administrações do Diário de Notícias e do O Século, e as demais despesas pelas administrações dos outros jornais.*

*Ora, no último semestre de 1900, o recibo foi passado em nome do O Século apesar de ter sido paga pelos dois citados jornais. Quando do Diário de Notícias mandaram à administração do O Século a parte que lhe competia para o primeiro semestre de 1901 aí recusaram-se a receber essa importância alegando que estavam pendentes negociações relativas à aplicação a dar ao dito gabinete.*

*Há dias, do Diário de Notícias foi perguntado ao Século o que se resolvera sobre o gabinete, sendo ali respondido que se tinha deliberado fechá-lo. Igual participação foi ontem feita ao representante do Século naquele gabinete. Em vista disto os outros repórteres resolveram arranjar outra casa, ali pelos sítios, a fim de nela instalarem com a máxima brevidade o serviço de informações. Provisoriamente todas as correspondências ou reclamações para este gabinete deverão ser enviadas para a mesma rua, 22, loja.*

No dia seguinte, agora na primeira página, dizia o mesmo jornal: «Por aquiescência do diretor do *Diário de Notícias* a pedido de quase todos os jornais de Lisboa, é recebida naquele jornal a correspondência do Gabinete dos repórteres. A nossa correspondência pode ser enviada tanto para ali como para a nossa sede de redação, como para a tabacaria Mónaco, onde se faz uma tiragem à meia-noite».

Na viragem do século XIX, para o século XX, a “caça” à notícia de rua tem uma participação crescente de pessoal especializado das redações dos jornais políticos. Jorge Abreu relembra o relacionamento mantido com Manuel Cardia “ótimo repórter” do quadro do *Dia*:

*Era duma atividade prodigiosa [...]. Logo de manhã, percorria vários pontos da cidade à cata dum assunto e raro voltava à gazeta sem o peixe fresco com que satisfazer a gula furiosa do público. Durante uns meses estabeleceu-se denodada concorrência de noticiário entre os dois jornais: *Dia* e *Novidades*. No primeiro, Manuel Cardia multiplicava-se. Nas *Novidades*, eu*

*tinha o encargo de o seguir de perto, de aproveitar os elementos de informação que ele porventura utilizasse.*

*Duma vez lobriguei-o a caminho do Limoeiro. Que iria lá fazer? Que notícia interessante a prisão lhe poderia fornecer? Fiz-me encontrado com ele à porta, e Manuel Cardia, convencido de que eu tivera, afinal, a mesma ideia de reportagem – não suspeitando que eu, a esse respeito estava em branco mostrou-se agastado e comentou:*

*– És a minha sombra! Não há meio de arranjar uma caixinha, que tu não a apanhes também!*

*E já em tom cordial:*

*Bom...agora, melhor é fazermos isto em sociedade. Concordas?*

*Claro que concordou.<sup>571</sup>*

Para o jornalista, Albino Forjaz de Sampaio, Esculápio era não só “o repórter máximo” («e não havia crime que não fosse como dizia a cantiga “mais um crime pr’ó jornal”»), como o grande pioneiro da reportagem jornalística: «foi ele que inventou a grande informação e os momentos da vida do seu tempo que mais fizeram vibrar o público foi ele quem condicionou a sua repercussão».<sup>572</sup> Enfatizando a importância que assumiu na sua formação como repórter, a passagem por jornais político partidários: «Que escola magnífica não foram o *Dia*, a *Capital*, a *Luta!*».<sup>573</sup> E, talvez não seja de mais lembrar como Hermano Neves, que viria a ser considerado o primeiro dos repórteres portugueses, já no período da república, se iniciou no *métier*, no jornal *O Dia*, de José Alpoim:

*José Sarmiento, que era chefe da redação, lembrou-se de o experimentar mandando-o entrevistar uma velhota que vivia para os lados da Estrela rodeada de gatos, com grande escândalo da vizinhança. E Sarmiento confessa: “O Hermano fez um serviço de truz. Era um principiante com as suas fumaças de repórter já sabido. Sim, senhor. A coisa saiu-lhe cheia de vida, colorido. Estava lançado.» [...]. Fez parte mais tarde da redação de O Século [...]. Daí passou para o Mundo, de que era redator em 5 de outubro de 1910.<sup>574</sup>*

<sup>571</sup> Jorge Abreu, *Boémia...*, 62-3.

<sup>572</sup> *Albino Forjaz Sampaio* in prefácio Eduardo Fernandes (Esculápio), *Memórias...*, sem indicação de número de página.

<sup>573</sup> *Idem.*

<sup>574</sup> Norberto Lopes, *Hermano Neves, a grande reportagem* (Amadora: Editora Bertrand, 1985), 16.

Os exemplos podiam multiplicar-se. Importa reter: no início do século XX, dificilmente os jornais políticos passaram ao lado desta nova prática jornalística, a reportagem de rua, contrariando aquela visão tradicional do jornalismo partidário limitado a excertos de parlamento e a troca de fundos polémicos.

A importância crescente da reportagem de rua de casos de “interesse humano” está patente na forma como o jornalismo diário (político-partidário e “informativo”) competia por uma “caixinha” exclusiva. Veja-se o circunspecto jornal republicano a *A Lucta*, de Brito Camacho, a 4 de janeiro de 1908, com o título “Na penitenciária, Tentativa de evasão de um preso. Um plano audacioso-Arrombamento de uma parede de 80 centímetros de espessura – A história de um criminoso”, seguida de reportagem:

*Ontem de manhã ouvimos muito vagamente que da Penitenciária Central de Lisboa havia tentado evadir-se por meio de arrombamento um preso. O boato era, desnecessário é dizê-lo, da maior importância e, na verdade, uma tentativa de evasão de uma cadeia como a Penitenciária é uma coisa tão audaciosa que assombra; compreende-se que os reclusos que ali se encontram procurem libertar-se, fugir – a aspiração de liberdade é tudo quanto há de mais compreensível e natural [...]. Em todo o caso, posemos-nos em campo procurando todas as pessoas, todos os elementos que nos pudessem esclarecer e guiar. A tarefa era difícil. Na penitenciária, desnecessário é dizê-lo, não conseguimos a mais leve informação [...].*

Um informador acabaria por descrever esta “tentativa” de fuga e o repórter do *A Luta* congratular-se-ia por ser notícia exclusiva do jornal.

Mas era certamente o *O Século* quem se destacava neste género jornalístico, e talvez não por acaso, foi este o jornal que protagonizou, um dos mais assinaláveis momentos da “história” da reportagem em Lisboa. Em 7 de maio de 1904, o cabo 115, guarda municipal da Estrela, “refugia-se” no *O Século*, depois de ter morto o capitão Dias, fazendo coincidir o «acolhimento» dado pelo jornal a todos os «casos semelhantes ao seu» com a sua dramática necessidade de proteção pessoal.

Que a reportagem ganhara um dinamismo desconhecido comprova-o a forma como até os anúncios dos jornais a passam a integrar no seu discurso apelativo. Veja-se no *O Século*, a 1 de janeiro de 1904, na sua segunda página, sob o título “Uma irmã de caridade raptada, Prisão dos fugitivos”, lia-se:

*Conforme ontem noticiamos foi raptada quando desembarcava no vapor Anselm uma guapa rapariga, que há muito envergava os hábitos religiosos, por um rapaz da nossa primeira sociedade. A irmã dirigia-se, segundo nos informam, a um recolhimento muito conhecido em Lisboa. Ali, ao terem conhecimento, hoje pelos jornais, do que se tinha dado, participaram imediatamente para a polícia, exigindo a sua captura. Sendo postos em campo os mais hábeis agentes, ao fim de muito procurarem foram surpreendê-los no Bonus Lusitano, com sede na Rua do Ouro, n.º 102 e 104, onde estavam pedindo informações para poderem concorrer ao Concurso da Formusura.*

A expansão desta nova prática jornalística andou a par com uma cerrada crítica contra os seus “excessos”. E sobre o próspero jornal *O Século* recaíram as mais duras críticas. Lia-se no *O Paiz*, a 8 março 1897:

*É sabido que foi o Século que habituou o público a uma reportagem que desgraçadamente fez escola, que é tudo quanto há de mais sórdido e que em nenhum outro país frutificou: – a reportagem embora absolutamente falha de impressões, cheia de pormenores de bisbilhotice [...] a vida íntima e vem ostentar perante o público o que ele tinha todo o direito de exigir que fosse reservado [...]. Não há dia nenhum em que ele não exagere, não mistifique, não minta, com uma falta de escrúpulos verdadeiramente de pasmar.*

Para João Chagas, no início do século, a culpa era do leitor: «o público quer crimes – indiscriminadamente e nas máximas proporções. Por outras palavras: o público quer sangue, e não são os jornais que fazem o público, mas o público que faz os jornais».<sup>575</sup>

Temos sérias dúvidas quanto à interpretação de Carla Baptista sobre o lugar ocupado pelos repórteres, neste período, no que toca à afirmação de uma autonomia profissional. Não cremos que se possa, sem reservas, afirmar, que «os noticiaristas e repórteres [se] sentiam descomprometidos com qualquer credo político»,<sup>576</sup> e muito menos que «a reportagem permitia o exercício do livre arbítrio do repórter que, de forma criativa e

<sup>575</sup> João Chagas, *Homens e Factos...*, 192.

<sup>576</sup> Carla Baptista, *Apogeu e Morte...*, 37.

autónoma, podia seleccionar da realidade os temas que o inspiravam».<sup>577</sup> Por um lado, a reportagem tende a alargar o seu âmbito, no jornalismo político republicano, sendo por isso difícil retirar genericamente os repórteres da alçada do político, por outro, as direções dos jornais – sejam os “informativos” sejam os políticos partidários – mantinham sob sua tutela o tratamento dos assuntos políticos. Também me parece excessivo afirmar «que a presença dos repórteres, tomando freneticamente apontamentos nos seus blocos de notas, foi-se tornando habitual na paisagem urbana portuguesa».<sup>578</sup> Alguns espaços mantinham-se intransponíveis, ou de acesso limitado, outros só com dificuldade conseguiam alguma atenção da imprensa diária. Já mais interessante se afigura a afirmação: «Todos os trunfos valiam para conseguir um detalhe inédito, um ângulo inesperado, uma frase soprada ao ouvido».<sup>579</sup> Porque, com esta menção, é possível integrar na avaliação do género da reportagem, os protagonistas mais esquecidos dos jornais, e referimo-nos aos informadores que, como noutro lugar referenciámos, pertenciam a uma indefinida classificação profissional da área informativa de qualquer jornal diário.

E veja-se, a propósito de uma campanha levada a cabo pelo *Vanguarda*, e seguida de perto pelo *O Século* e *Diário de Notícias*, contra os abusos praticados pela polícia de Lisboa, em que o Juiz Veiga, procurando apurar os factos, chama a depor os redatores das notícias incriminatórias, França Borges, pelo *Vanguarda*, Melo Barreto, pelo *O Século*, Albino de Sarmiento, pelo *Diário de Notícias*. A 7 de junho de 1895, lia-se no jornal republicano as declarações de França Borges:

*[...] que era autor dos artigos A polícia de Lisboa [...], como autor tomava a responsabilidade das afirmações que ali se faziam. Quanto aos factos ali relatados, que não averiguara pessoalmente por não fazer informação, mas redação, declara quem o informara. Os factos apontados no dia 25 e 30 de maio tinham-lhe sido narrados pelo repórter Augusto Rato, que podia ir aquele juízo relatar onde os colhera. O caso sucedido na feira de Alcântara e relatado no dia 28 de maio, fora-lhe relatado em carta pelo queixoso, o Sr. Martinho Nunes de Carvalho, que podia também ser chamado aquele juízo para poder prestar as suas declarações [...]. Fizera*

---

<sup>577</sup> *Idem*, 50.

<sup>578</sup> *Ibidem*.

<sup>579</sup> *Ibidem*.

*a afirmação de que os subordinados do Sr. Veiga, arrancavam declarações por vezes falsas, à custa de pancada e fome – Vanguarda de 27 de maio – baseado em confissões repetidamente feitas nos tribunais e em queixas constantemente feitas no jornal de que é redator. Não se lembrava no momento de nenhum queixoso, mas se lembrasse, indicá-lo-ia.*

Albino Sarmiento apontaria «o Sr. Joaquim de Almeida, repórter do mesmo jornal, como informador desses factos», e Artur de Mello, do *O Século*, «disse não poder no momento explicar como tinham sido colhidas as informações que serviam de base às três locais que lhe foram apontadas, mas prometeu fazê-lo».

Os jornais não lidaram com a reportagem de igual forma. As representações da sociedade em disputa no campo político, marcadas pela conformação (confirmação) ou indignação (denúncia) das desigualdades, estavam presentes nas reportagens do jornalismo diário, desde logo, nos casos de interesse humano. Os jornais republicanos serviram-se destes como trampolim para a denúncia social, legitimando novas condutas sociais, expondo a sua visão democrática de uma sociedade de iguais, no seio da qual as desigualdades não são legítimas, e todos indivíduos devem ser considerados semelhantes.

As reportagens foram pretexto para afirmar a conceção demoliberal de um campo político que fosse não só alargado, mas também refletido em “tudo”. A democracia exigia a reinvenção do “político”.

Pelas reportagens de interesse humano foi possível a este sector político ir insinuando e dando forma à natureza aberta e problemática do que nomeia e representa como problema “político” nas sociedades democráticas. Em particular os “casos” de rua foram veículo preferencial para afirmar a ideologia igualitária, pela denúncia de situações de injustiça social. Veja-se como, em 4 de agosto de 1901, o jornal *Vanguarda*, comentava um infanticídio:

*[...] e esse suicídio, filho do desespero o mais intenso, da dor a mais dilacerante, foi encarado pela lei como um crime, pelos jornais como uma notícia sensacional, pelo povo, e apenas por ele, como uma tremenda infelicidade. [...]. E criminosa porquê? Porque existem na sociedade uns juizes [...] que medem tudo pela craveira da sua imaginação, incapaz de um ponto de vista mais largo, de uma ideia mais generosa [...]. Essa mãe, não é uma culpada, não merece ser tratada como uma vil criminosa [...].*

*Reconstituir as cenas desse suicídio é bem doloroso. Existe uma mulher que por qualquer ato, por qualquer eventualidade, obedecendo à sua psicologia ou a um fator externo, deliberou um dia morrer. É mãe tem a seu lado uns pequeninos, estes que sem ela ficariam no desamparo. E essa mulher, essa mãe, com o coração rasgado de dores [...] vendo que após a sua morte os seus filhos se tornariam vadios [...] delibera morrer com eles [...]. Tudo se frustra [...] alguém a salva. [...]. Devemos-lhe proteção e não castigo [...].*

O referencial ideológico demoliberal podia ainda surgir ligado ao movimento livre-pensador, e não só pela via do anticlericalismo, mas pelo antimilitarismo pacifista, visando a harmonia fraterna entre os povos. No *Vanguarda*, de 8 de maio de 1904, a propósito do duplo homicídio praticado pelo “cabo 115” discorria-se:

*A tragédia de anteontem [...] é um documento vivo [...]. Neste caso prova-se como é onerosa a disciplina que manda matar, que manda morrer de fome, que manda ser escravo – porque os códigos militares assim o regulamentam numa frouxidão doentia. O caso de anteontem é mais uma machada brutal que domina a sociedade e que defende de armas na mão, todos os preconceitos”.*

Em reportagem descrevia-se a vida miserável do cabo, rematando-se: «Humanidade quando te libertarás do horror da caserna e da disciplina – os teus inimigos mais ferozes e mais terríveis! Quando surgirá essa alvorada de luz, que evitará casos como o do 115».

E pela mão dos casos de interesse humano travaram-se lutas, por vezes acesas, contra a discriminação social, a favor de uma sociedade mais igualitária. Foi o que aconteceu com o jornal *O Mundo*, em 8 de dezembro de 1900, quando França Borges perde um verdadeiro braço de ferro com as autoridades policiais.

O repórter Esculápio, refere-se ao caso nas suas memórias: «Em 9 de dezembro de 1900, deu-se em Lisboa um crime sensacional, qual o da morte de Alberto O’Neill às mãos do médico da guarda municipal, Domingos Egas Pinto Coelho [...]. O juiz Veiga interveio no assunto e fez avisar os jornais de que não podiam dar largas a pormenores».<sup>580</sup>

---

<sup>580</sup> Eduardo Fernandes (Esculápio), *Memórias...*, 261-262.

França Borges insurge-se contra a restrição imposta pelas autoridades, e expõe publicamente o “caso”: «Este folheto escrito d’uma assentada na noite de 10 para 11 de dezembro, é uma elucidação ao público sobre ser um desabafo d’um jornalista [sic] que se encontra amordaçado – afrontado e vilipendiado com a degradação a que vem a submeter-se a imprensa em Portugal». E relata o dia do crime:

*À noite é o próprio corregedor Veiga que quer dar a notícia aos repórteres dos jornais.*

*Conta-lhes a prisão e diz-lhes que participem nas respetivas redações que, jornal que disser os motivos do crime, é apreendido – porque se trata de motivos de família.*

*Os repórteres trazem o recado para as redações e, no dia seguinte, não dão uma palavra sobre a causa do crime. Apenas o *Illustrado*, governamental, faz esta insinuação:*

*«[...] com a pena presa por outro motivo, que ficará para discussão posterior...»*

*Os demais jornais nem fazem referência à proibição policial, porque Veiga disse também que jornal que o contasse seria igualmente apreendido.*

*Eu devo explicar que a reportagem, tal como tem sido feita em Portugal, tão falha de impressões e de gramática como abundante de pormenores, de bisbilhotice e, em via de regra, de falsidades, me é odiosa – como uma torpeza. Mas, se a imprensa pode impunemente assoalhar a vida de qualquer miserável, quando ele se converta em criminoso, porque há-de ser ela obrigada a não explicar nem ligeiramente o motivo por que um médico da real camara matou o filho de um banqueiro?*

*Em nome de que direito se impõe uma exceção a tal ordem?*

*Em que país e em que tempo ela se impôs?*

*É o cúmulo em matéria de despotismo, porque é o despotismo posto ao serviço do crime vulgar?*

*A imposição é, bem analisada, além de tudo o mais, estúpida. E é estúpida porque, visando a defender o criminoso, o coloca pior do que ele está.*

*A notícia seca de facto, sem explicação dele, bem coloca o protagonista na situação dum assassino odioso, ante os que não conhecem a causa do crime.*

*A explicação justificava-o perante a sociedade – admitido pela lei e pela sociedade que o marido ultrajado por adultério pode matar a mulher e o homem que o ultrajaram.*

*Eu acho melhor que o marido em tais condições se limite a separar-se formalmente da mulher, deixando-a seguir os impulsos do seu temperamento e o seu destino, porque tenho para mim a opinião de que o indivíduo só se macula com os atos que comete. Mas a minha opinião individual não importa, porque estas questões dependem, sobretudo, do feitiço moral do interessado, e também penso que o homem tem tantos deveres de fidelidade como a mulher, e nem as mulheres pensam assim. O caso é que a sociedade admite o assassinio pelo adultério. [...]. Um individuo A, mata amanhã outro individuo, B, a tem proteção especial, completa. A pode não ser preso nem ser julgado – sem que o público saiba que isto se passou. Outro individuo C, pode amanhã ser morto pela polícia – sem conhecimento público. Pode-se, enfim, fazer impunemente tudo – absolutamente tudo. [...]. A oligarquia que impera, adquire assim novos, abusivos e repugnantes direitos, fundados num precedente – a distanciá-la da massa dos desprotegidos [...].<sup>581</sup>*

Em 4 de janeiro de 1901 *O Mundo* ainda se referia ao caso:

*Em jornais de ontem apareceu uma larga notícia sobre um caso de adultério que se diz ter sido participado à polícia e que parece até que foi por ela contado, em todos os seus pormenores, a repórteres dos mesmos jornais. É caso para dizer, com prova bem eloquente, que foi redondamente falso, absolutamente mentiroso, o que o ministro do reino mandou dizer na Tarde quando foi o caso Pinto Coelho. [...]. Hintze declarou então que, em casos idênticos, quaisquer que fossem os implicados, se faria o mesmo – o que seria mais que revoltante, porque, se não se compreende a mordada, em matéria política, menos se compreende em matéria de reportagem. Agora apareceu outro crime baseado no adultério, e a polícia tendo participação sobre ela, não só não proibiu a respetiva notícia com detalhes – o que seria inadmissível – como parece tela fornecido. É uma prova mais, eloquente, de que há n’esta terra castas com privilégios especiais. E uma prova, cabal, da seriedade do presidente do conselho.*

A verdade é que a reportagem tinha vindo a adquirir um valor inestimável para o jornalismo republicano.

---

<sup>581</sup> França Borges, *A Imprensa em Portugal (Notas d’um Jornalista)* (Porto, A Vapor da Empresa Literária e Typographica, 1900), 30-1.

França Borges, em editorial, de 8 de julho de 1901, defendendo-se, numa polémica em que se envolvera, a propósito do assassinato de um pintor pela sua mulher, explicava o valor da reportagem:

*Filósofos de latão clamam contra a imprensa, em jornais vários, a propósito do crime Alfredo Greno, porque a mesma imprensa, segundo eles, declarou a irresponsabilidade de D. Josefa, antes de se ter pronunciado o conselho médico-legal. E quase alguns chegam ao ponto de insinuar que a opinião jornalística exerceu pressão sobre o conselho formado de profissionais consideradíssimos. Esses patetinhas, que vão desde o Calino de Jesus até ao Martins Bandalho,<sup>582</sup> mostram simplesmente não ter a maior compreensão do que deve ser a imprensa e do que deve ser uma das suas mais prestantes missões – a reportagem. A reportagem fez-se para descobrir, assinalar, para acentuar a verdade, contrariando embora correntes de opinião.*

O certo é que uma semana antes, a 1 julho de 1901, o *O Mundo*, a pretexto deste caso, refletira sobre a desigualdade de género, presente na avaliação dos crimes de adultério:

*Várias cartas trazidas pelo correio referem-se ao que escrevemos aqui anteontem sobre o crime da travessa de S. Mamede. Chegaram de todos os géneros, de aplauso e de protesto, de revolta e de adesão. Os autores são de temperamentos e até de sexos diversos. Mas há um ponto em que as cartas concordam: o de partirem do princípio que nós aplaudimos o ato de D. Josefa Greno. Queremos desde já acentuar que fomos mal compreendidos. Havendo já tantos motivos, quando escrevemos o artigo, para se pôr em dúvida a responsabilidade da criminosa, tendo nós tido, ao tempo, uma dolorosa interview com a reclusa do Aljube, nós não podíamos naturalmente aplaudir o seu ato, como um ato de consciência. Acrescia ainda que não estava de nenhuma forma provada a irregularidade da conduta de Adolfo Greno.*

*O que nós fizemos foi apresentar doutrina geral, a propósito da opinião feita sobre o caso especial. A notícia da tragedia, no primeiro momento, apareceu para ao público, nestes termos vagos: era uma mulher que desesperada de ciúme por ser atraçoada, matava o marido. Não se falava da irresponsabilidade da criminosa, nem se jurava a fidelidade da vítima.*

---

<sup>582</sup> Referia-se aos jornalistas monárquicos Quirino de Jesus e Martins de Carvalho.

*Mas, assim mesmo, na opinião, fez-se um movimento de indignação brutal, furiosa, contra a mulher. Mas essa mesma opinião havia-se manifestado antes pelos maridos, quando estes, feridos na sua honra ou no seu amor-próprio, mandavam desta para melhor as esposas infiéis.*

*Esse mesquinho critério, que transforma, por passagem de sexo, a infâmia em nobreza, é que nós condenámos, como uma incoerência e uma injustiça. Esse privilégio concedido ao homem, como resultante da sua decidida preponderância na atual sociedade, é que nós reputámos e continuamos reputando profundamente iníquo e imoral.*

*A maneira como se pensa sobre o assunto é como resto dos velhos tempos de barbárie em que à mulher se dava um papel ínfimo, uma manifestação do estado de atraso em que o século XX encontrou a humanidade [...]. Assim, os assassinios por ciúme e adultério têm que ser encarados sob o mesmo aspeto – seja homem ou mulher quem assassine. Quem aplaude uns, justificando-os pela cegueira da paixão, tem que aplaudir outros. Quem não perdoa à mulher, não pode perdoar ao homem. Eis o que dissemos anteontem e que insistimos em acentuar.*

No período que estudamos a reportagem esteve longe de se cingir a casos de interesse humano, tendendo a ser adotada como prática de denúncia social, mas também política, por parte dos jornais republicanos, assumindo então um valor jornalístico inigualável.

Embora a análise da reportagem merecesse um estudo sério, que aqui não cabe, no atual estado da nossa investigação temos razões para considerar que o jornal *O Mundo*, no início do século XX, em Lisboa, se distinguiu na forma como se serviu deste género informativo para o combate político que travava: com as instituições monárquicas e na divulgação do ideário democrático igualitário.

A reportagem noticiosa tratava, como os jornalistas sempre gostavam de referir, de “factos”, recaíssem eles sobre uma conferência, um ato oficial, uma celebração institucional, um debate parlamentar, ou um “caso” de rua. Não aprofundaremos aqui a reportagem institucional, que assume alguma relevância no período que tratamos. E vejam-se os esforços de reportagem, de toda a imprensa diária, durante as visitas de vários chefes de estado europeus ao nosso país (em 1903, Eduardo VII, de Inglaterra e Afonso XIII, de Espanha, em 1904, Guilherme II, da Alemanha; em 1905, Émile Loubet, de França).

A este respeito importa-nos salientar a forma como o *O Mundo* procurou distinguir-se dos restantes jornais. Assim no decorrer da visita de Eduardo VII, o *O Mundo* esclarecia os seus leitores, a 4 de abril, na sua primeira página:

*Não damos notícias do interior do Museu das Belas Artes, na festa de ontem, porque não damos neste jornal noticia das festas de corte e porque não fomos lá. Os diretores dos jornais foram convidados para essa festa e houve cortesia de se convidar O Mundo. Agradecemos desta forma o convite, folgando por não ter havido exceções, mas não o aceitamos porque entendemos que não devemos utilizar-nos das festas pagas pela nação a qualquer minoria.*

Também no tocante à reportagem político partidária noutro lugar chamámos à atenção para a importância crescente que esta tende a assumir.<sup>583</sup> O partido regenerador liberal, no seu órgão *Diário Illustrado*, levou-a a sério, a partir de 1903. Também os jornais republicanos, no final desse ano, arrancam com a cobertura da atividade interna do partido, que coincide, aliás, com o relançamento do partido. Conferências, aberturas de centros políticos, comícios, campanhas eleitorais e outras iniciativas são cobertas por extensas reportagens políticas, que no *O Mundo*, a partir de 1906, ganham um “reforço de veracidade”, pelo recurso a ampla cobertura fotográfica.

Porém, aqui interessa-nos realçar o papel da reportagem política no alargar do âmbito dos assuntos noticiáveis presentes no debate jornalístico. As campanhas de denúncia levadas a cabo pela imprensa republicana, não se limitaram a ampliar a controvérsia política presente na imprensa monárquica, assentaram em investigação jornalística própria. Na década de noventa, a imprensa radical cultivou o género reportagem, recorrendo à narração realista dos factos observados, incidindo sobre o abuso de poder – burla, extorsão, favoritismo, não só de altos dignatários, mas nos sectores da chefia intermédia da administração pública. Surgiam como casos “exemplares” que permitiam estender a crítica à estrutura social, assente na Lei que não era igual para todos e em situações de privilégio que se mantinham inalteráveis. Tinham uma vantagem

---

<sup>583</sup> Conf. Júlia Leitão de Barros, “O Jornalismo Político Republicano Radical...”, Tomo II, Anexo 2.

em relação à corrupção dos ministros, deputados e conselheiros, remetiam, pela trivialidade das funções exercidas pelos “corruptos”, para um contexto de maior proximidade com a experiência individual do leitor.

Se excetuarmos, na década de noventa, mais uma vez, o jornal *O Século*, quando, em 1891, lança o caso da Sara Matos (de forma ao que tudo indica inédita pela intitulação “grande” numa campanha deste teor), verificamos que o *Vanguarda* e o *O Mundo*, constituem exceções no jornalismo diário, na segunda metade da década de noventa, ao elevarem a título, interpelando a atuação do poder político, e sobretudo do poder judicial, assuntos informativos atuais que resultam de investigação jornalística.

Na década de noventa, o caso mais marcante, pelo resultado obtido, foi incontestavelmente a campanha de denúncia levada a cabo pelo *Vanguarda*, entre junho e agosto de 1893, sobre a cobrança ilegal, por parte do comissário da polícia Pedroso de Lima, de quantias avultadas a casas de penhores de Lisboa: este, após sindicância, seria demitido das suas funções.<sup>584</sup>

Algumas reportagens de denúncia de corrupção tomaram a forma de campanha. A título de exemplo, no *Vanguarda*, em 1900, dos 66 títulos “grandes”, por nós registados, 45 recaíram numa série de artigos que denunciavam a corrupção do sistema judicial português, através de reportagens exclusivas. Numa delas, intitulada “Os Mistérios da Boa Hora”, a 5 de junho referia em subtítulo: “Abafaretos – uma informação curiosa – um oficial de diligências demitido e condenado por tentar abafar um processo a troco de 1\$000 réis – Providências, Srs. magistrados e ministro da justiça”. O mesmo jornal, no início desta “campanha”, anunciara a 6 de maio de 1900:

*Desde há muito que conhecemos a urgente necessidade duma reforma profunda e radical em tudo o que existe dentro daquele vastíssimo antro, onde se comete toda a casta de tropelias, de injustiças e de exploração [...]. Agora, porém, que já temos em nosso poder importantes factos que precisam ser do domínio público, além de outras investigações a que estamos procedendo, prevenimos os nossos leitores de que na próxima terça feira encetaremos a campanha de moralidade que nos propomos fazer [...].*

---

<sup>584</sup> Por esta altura outros jornais republicanos radicais seguiam caminho idêntico. Foi marcante a campanha do jornal *Marselbeza*, de João Chagas, em 1897, de denúncia de venda de empregos no funcionalismo do Estado.

Em setembro de 1902, também no *Vanguarda*, 6 títulos grandes recaem sobre atos de corrupção no Ministério das Obras Públicas.

Já no que respeita ao *O Paiz/ O Mundo* refira-se, por exemplo, em maio de 1896, uma nova campanha contra um polícia de Lisboa, que se mantinha em funções, não obstante pender sobre ele uma condenação criminal por esbofetear um estudante. E, em novembro, do mesmo ano, 20 títulos “grandes” (num total de 123 títulos) recaem sobre “O escândalo dos Compêndios”, já por nós atrás referido, em que reitores e funcionários de um liceu são acusados de recomendar um determinado manual escolar favorecendo uma livraria de Lisboa. O caso seria inconcludente. Queixava-se então o *O Paiz*: «berram, furiosas, essas gazetas que se provou que os factos eram falsos, que se caluniou e difamou». Mas a sindicância, que o jornal exigira, não se realizara, optara-se por um inquérito policial, que não chegara sequer a chamar para depor os conselheiros envolvidos. Já sob a direção de França Borges, o *Pátria*, seguindo a linha editorial do jornal *O Paiz*, insere, em agosto de 1900, o “Caso Ana Costa”, já por nós tratado, uma campanha anticlerical baseada em reportagem exclusiva do *Pátria*, que denunciava abusos de menores, praticados pelo clero católico, em várias instituições religiosas de acolhimento, com a complacência das autoridades judiciais. A temática seria retomada, no *O Mundo*, no ano seguinte com novo fôlego, com o famoso “Caso Calmon”, despoletado, em 17 de fevereiro de 1901, que recaiu num episódio de contornos pouco claros, que tomou a decisão voluntária de Rosa Calmon, filha do cônsul brasileiro no Porto, de entrar num convento, como um “rapto” praticado por elementos do clero português. Originando manifestações e tumultos de dimensão inesperada, sobretudo no Porto, a temática anticlerical assumiria relevo político. Neste contexto o *O Mundo* surge com reportagem exclusiva que lhe permite elevar a título, logo em abril, um novo “caso” de abuso do clero (dia 1 lia-se, em título, sobre todas as colunas: “Mais um grande escândalo clerical”, e em subtítulo: “Um padre abusa da inocência de uma menor – Queixa do pai à polícia).

Porém, conforme noutra lugar assinalamos, apesar dos historiadores tenderem a enfatizar a vertente anticlerical do *O Mundo*, este jornal não se distinguirá, até 1907, por elevar a título “grande” este assunto.<sup>585</sup> Entre 1902 e 1907, este é remetido para artigos, reportagem e comentário avulso,

---

<sup>585</sup> Conf. Júlia Leitão de Barros, “O Jornalismo Político Republicano...”, Anexo 2.

sem direito a destaque em título, à semelhança da restante imprensa republicana.

Um estudo mais abrangente poderia revelar o lugar determinante da reportagem no jornalismo republicano. Sem qualquer pretensão de sermos exaustivos, consideramos importante assinalar que nem todas as campanhas dos jornais republicanos, apoiadas na reportagem, surgem referenciadas em título grande, e algumas assumem dimensão considerável. A título de exemplo, veja-se a campanha de denúncia no *Vanguarda*, em 1900, contra os abusos cometidos no governo civil contra, alegadas, prostitutas. A 17 de maio, sob o título “A exploração da mulher”, lia-se:

*Basta uma denúncia ou basta mesmo que conste que qualquer mulher tenha cometido a mais leve falta, para que a polícia a mande chamar ao governo civil e a matricule, sem mais averiguações nem escrúpulos. Este facto já de si brutal é ainda agravado com uma exploração repugnante: alvará 1\$200 reis; 3 meses em que é obrigada às visitas à razão de 1\$000 reis cada uma [...] se a mulher protesta contra uma violência injustificada é então compelida a fazer um requerimento pelo que gasta em papel selado 100 reis [...]. É o cabo Dias, segundo nos informam, o encarregado de promover ou encobrir os paradeiros dessas mulheres. Há uns poucos de dias que estão no calabouço n.º5 cinco desgraçadas detidas por não quererem satisfazer tal importância nem tão pouco quererem sujeitar-se à matrícula [...]. A enorme receita auferida com este novo tráfico de escravatura branca é dividida por toda a magna caterva de indivíduos pertencentes à polícia sanitária, pelos médicos, por alguns membros da imprensa que ali são empregados [...].*

Diariamente, até 22 de junho, e mais espaçadamente, até outubro, o *Vanguarda* acompanharia o caso, com cartas e depoimentos de vítimas, e veemente negação dos factos, por parte de vários jornais monárquicos.

O alargamento do âmbito da reportagem não deixou de se repercutir no debate político, seja pelo reforço da “veracidade” informativa, pela narrativa “visual” e “emotiva” contida na descrição dos “factos”, seja por permitir que a temática política atual saltasse para fora dos partidos, do parlamento, ou da corte.

Mas o trabalho do repórter não se ficava pelas “campanhas” de combate político, permitia ainda completar informação disponível,

circunstanciando factos ocorridos, e notícias avulsas sobre vários protagonistas políticos. E olhemos, uma vez mais, para o *O Paiz* quando, a 30 de janeiro de 1896, em extensa reportagem descrevia como Luís Bernardo de Matos atirou «duas pedras» ao trem do chefe do estado português:

*O Sr. D. Carlos e o Sr. capitão Guerreiro, de espada desembainhada apearam-se do trem e perseguiram o autor do atentado, correndo sobre ele. À esquina da rua do Sacramento um soldado do 3.<sup>a</sup> esquadrão da guarda municipal capturou-o. O Homem disse então: – Estou preso – Viva a anarquia! [...]. Enquanto o preso era enviado para o governo civil, mandamos um repórter a casa dele”. Os leitores ficaram a saber que vivia com mulher e três filhos e “há dois meses que estava desempregado. Depois de ter empenhado tudo, de se ter endividado, e não ter quem lhe emprestasse dinheiro, nem lhe desse pão, a miséria e a fome entraram-lhe pela casa, com o seu cortejo de desesperos e de alucinações. Dias e dias não entrava pão naquela casa. As crianças choravam pedindo-o, mas ele não tinha para o dar.*

Enquanto o juiz Veiga declarava que «Luís de Matos era um doido, *O Paiz* contrapunha: «Como toda a gente sabe há a loucura da fome e essa é porventura uma das mais horrorosas». E esclarecia: «Os repórteres dos jornais republicanos não tiveram entrada no governo civil, mas os dois papéis monárquicos foram chamados ali pelo próprio corregedor, que com isso só deu a manifestação da sua falta de critério». Esta não era uma queixa isolada deste jornal. Dias antes, a 7 de janeiro, quando da detenção de Gugunhama, já os republicanos tinham apontado um diferente tratamento do governo civil de Lisboa: «Ao passo que tem enviado os telegramas recebidos de Lourenço Marques para os jornais que lhe são afetos, têm-se recusado a entregá-los aos repórteres daqueles que cumprem nobremente o seu dever, falando com verdade e independência». A reportagem também tinha esta vantagem permitia romper com os canais convencionais da informação política.

Cinco dias depois do “atentado” ao rei, explode uma granada de artilharia na casa do Dr. Joyce, um dos médicos que examinara Luís de Matos. A 6, o *O Paiz* acompanhava o caso: «Dissemos e repetimos: achamo-lo profundamente injusto, sobretudo por ir vitimar um cavaleiro digníssimo, que não é um explorador do proletariado, nem um

déspota que os oprimidos tenham o direito de odiar». Dando conta o mesmo jornal:

*À hora que escrevemos calcula-se que estejam presos cerca de cem, apesar de a polícia falar em cinquenta [...]. Durante todo o dia foram centenas de pessoas a casa do Dr. Joyce – simples curiosos ou amigos do Dr. Joyce. À porta da rua estavam dois polícias e no primeiro andar um outro [...]. Defronte da casa esteve sempre uma grande multidão. Na escada conservavam-se ainda os vidros partidos e o entulho. [...]. Um nosso repórter encontrou na ombreira na janela do patamar entre o 1.º e 2.º andar um parafuso da granada que fez um buraco de 5 centímetros, deixando a madeira rachada em volta. Tirou-o e guardou-o para recordação [...].*

No dia seguinte a queixa repetia-se no *O Paiz*: «O Sr. juiz Veiga não recebeu ontem no gabinete senão os repórteres dos jornais afetos ao governo».

Que a reportagem política constitui elemento determinante no debate político comprova-o o elevado estatuto do repórter parlamentar. Infelizmente, uma vez mais, a reportagem política das sessões do parlamento está por estudar. O que sabemos é que o jornalismo republicano se envolveu por vezes em acesa controvérsia pública sobre o desenrolar dos trabalhos parlamentares. Um bom exemplo é-nos dado pela reportagem, de 16 de fevereiro de 1900, realizada pelo jornal *Pátria*, já então dirigida por França Borges (e a sete meses de se intitular *O Mundo*), com direito a título sob todas as colunas “Escândalos no Parlamento”, onde se lia:

*A maioria saiu da sala por não haver número [...]. O facto irritou um dos oradores inscritos o Sr. Teixeira de Sousa, que muito indignado gritou: – Não querem ouvir verdades, mas hei-de esmagá-los. O deputado da maioria, senhor António Cabral, saltou para o Sr. Teixeira de Sousa. Este respondeu-lhe com uma tremendíssima bofetada que o derrubou e fez rebolar. Estabeleceu-se logo uma balbúrdia infernal [...] fauteils, cadeiras andaram pelo ar num rebuliço doido. O presidente berrava, agitava a campainha, numa descomposta fúria. Foi-lhe atirado um fauteil e ele fugiu, espavorido. Aqui e acolá, no meio de vozeria infernal, grupos socavam-se desesperadamente. [...]. Os progressistas querem conservar-se [...]. Os regeneradores querem trepar [...].*

Alguns jornais falam de “pugilato”, mas não pessoalizam, como o *Jornal do Comércio* ou o *Correio Nacional*, este refere que o parlamento parecia a «praça da Figueira». No dia seguinte o *Pátria* escrevia:

*O público que leu a Pátria e leu os jornais pode julgar que houve exagero no que ontem dissemos. Não houve garantimo-lo. O que houve foi coisa muito diversa.*

*Todos os jornais foram rogados para não darem com exatidão a notícia do que se passou em S. Bento [...]. Nós não cedemos ao pedido [...]. O nosso programa é de guerra intransigente ao que está, ao que existe.*

No mesmo dia o *Correio da Noite*, órgão do partido progressista, reproduzia duas cartas trocadas entre António Cabral e Teixeira de Sousa, negando os factos relatados no *Pátria*.

Porém, o género reportagem não se limita a sustentar campanhas de denúncia, ou a cobrir de forma diferenciada “factos” políticos, ela constituiu um meio privilegiado de alargamento do campo dos “protagonistas” políticos noticiáveis. E veja-se como o *O Mundo* noticia a chegada ao Barreiro de Bartolomeu Constantino, destacado militante libertário. A 3 de outubro de 1904, lia-se na primeira página:

*Chegou, efetivamente, ontem a Lisboa o nosso amigo Bartolomeu Constantino, iniquamente condenado em Olhão a três meses de prisão correccional para depois ser posto à disposição do Governo. Bartolomeu Constantino deu entrada no Limoeiro onde cumprirá o que lhe falta para o tempo de prisão correccional.*

*É possível que para a remoção do nosso amigo para Lisboa contribuisse, como pretexto, o facto de se terem evadido dois presos da cadeia de Olhão, por arrombamento. Desejava-se talvez um pretexto, e lançou-se mão desse. [separado por asterisco]. Depois do nosso amigo sair de Olhão, morreu seu filho Acrácio, sem que Bartolomeu se pudesse despedir dele. Ao nosso amigo, os nossos sentidos pêsames. [separado por asterisco]. Por telegrama de anteontem recebido e ontem publicado, sabemos que Bartolomeu Constantino acabava de ser mandado seguir viagem para Lisboa [...] com tanta rapidez e urgência que nem lhe deram tempo de mudar o calçado nem a por um chapéu. Ao recebermos este telegrama, que bastante nos intrigou pelo inesperado da notícia e por não sabermos a que alvo obedecia tão urgente resolução, quisemos saber, da*

*boca daquele nosso amigo ou alguém que o acompanhasse, o que havia, qual a causa e qual o fim de uma remoção em que se tinha a crueldade de nem lhe dar tempo de dizer adeus à mulher e aos filhos, um dos quais estava perigosamente enfermo, como já aqui noticiamos e como toda a gente de Olhão sabia.[separado por asterisco].Para o Barreiro*

*Neste intuito, bem como no de Bartolomeu Constantino tivesse, ao chegar ali, algum amigo que o abraçasse, partiu para o Barreiro um dos redatores do Mundo, em companhia do nosso amigo e colega da Vanguarda José Vale e de mais alguns camaradas que foi possível avisar, à hora tardia a que foi recebido o telegrama.*

*Partindo no vapor da meia-noite e meia hora, chegámos ao Barreiro pouco depois da 1hora e um quarto. Do lado direito da estação tinha havido arraial por causa da festa dos bombeiros da casa Herold. O arraial já estava acabado, mas a jogatina de azar continuava ainda, à luz de archotes, descaradamente, sob os olhares protetores da polícia e de um sujeito que andava como a fazer patrulha, com um boné na cabeça e uma carabina ao ombro esquerdo. Não tendo nada que fazer ali, fomos para a vila, onde andamos a passear até à hora de voltarmos para a estação, a esperar o comboio do Algarve, que devia chegar às 5horas e 13 minutos da madrugada.*

*[ subtítulo ] Chegada do comboio – Bartolomeu Constantino e seus guardas*

*O comboio chegou à hora exata. Dum comportamento (sic) de 3.<sup>a</sup> classe vimos descer Bartolomeu Constantino, dois polícias de Faro com os números 26 e 27, e um velhote que nos disseram ser o oficial de diligências João Gago. O 26 era o célebre, Passarinho e o 27 o polícia Tomé, que dizem ser o sobrinho do referido Passarinho. O 27 não parece ser mau rapaz, nem tem a cara alvar do tio.*

*Olhando o Passarinho, ao ver aquele rosto inexpressivo respirando estupidez por todos os poros, ao reparar-lhe naqueles olhos que não olham direito e que não se atrevem a fitar ninguém, e que de espaço a espaço se voltam de revés para o preso, com relâmpagos de ódio, ao vermos o 26 afastar-se do preso ao vê-lo nos braços dos amigos que o esperavam, compreendemos que semelhante brutinho, depondo perante o tribunal, só podia ter dito ao sr. Afonso Costa os destemperos que a imprensa transmitiu ao público.*

*Quem manda aqui sou eu, dizia o oficial de diligências João Gago, apenas, trocados os primeiros abraços com Bartolomeu, chegados a*

*bordo do vapor que nos devia conduzir a Lisboa. Vamos lá para baixo que eu já não tenho pernas para estar de pé. A custo se convenceu o velhote de que também no convés podia estar, e ele por fim acedeu a não ir para baixo. Viemos, pois, gozando o ar livre. Perguntamos a Bartolomeu como se tinham passado as coisas:*

*Ora – responde Bartolomeu no seu tom jovial de que nada perdeu apesar do que o têm feito sofrer os seus algozes – chegaram lá ontem à tarde e disseram-me que os acompanhasse. Perguntei para onde, e responderam-me que para Lisboa. Pedi para mudar de calçado e disseram-me que não havia tempo...*

*– E era a verdade, interrompe o oficial de diligências. Eu mesmo fui prevenido quase à última da hora, o Sr. Dr. Mandou-me chamar ontem de tarde e disse-me que me preparasse para vir a Lisboa ontem mesmo. Perguntando-lhe de que se tratava, respondeu-me que à última hora seria prevenido. Menos de meia hora antes da partida do comboio recebi ordem de conduzir o Sr. Bartolomeu a Lisboa. Fui buscá-lo à cadeia, meti-me no comboio com ele e com estes dois guardas, e cá estamos.*

*Durante o trajeto, Bartolomeu veio contando-nos as mesquinhas vinganças de que lá tem sido vítima, por parte do delegado Castanho, as proibições de escrever e de falar à própria família, e que nenhum motivo poderia justificar. Ao chegarmos a Lisboa, vimos na ponte dos vapores a mãe de Bartolomeu, com outras senhoras de família.*

*O nosso amigo abraça a mãe demais parentas, e vamos todos a caminho do Limoeiro, onde ele dá entrada com o oficial e os guardas, por volta das 7 horas da manhã.*

*Bartolomeu queixa-se com respeito à sua remoção, de ter esta sido resolvida de maneira a nem lhe darem tempo a prevenir-se para a viagem nem a despedir-se dos entes queridos que lá deixa, um dos quais em perigo de vida: o pequeno Acrácio, que já faleceu. E é justíssima tal queixa.*

O *O Mundo* era o único jornal a fazer ampla reportagem da prisão de Bartolomeu Constantino. E entramos aqui num dos atributos dos jornais do início do século XX que nem sempre tem sido evidenciado: uma grande heterogeneidade nas escolhas editoriais diárias com recurso a informações exclusivas.

Quando no estudo comparativo que realizámos, que recaiu sobre o dia 1 de abril de 1906, distinguimos a cobertura dada à preparação do ato eleitoral, então em curso, realçámos o lugar ocupado pelo registo de

fontes administrativas no *Diário de Notícias* e no *O Século*, e chamámos ainda a atenção para um facto: todos os jornais político partidários tinham acesso a informações que não eram cobertas pelos jornais informativos.<sup>586</sup> Era o caso do *Vanguarda*, que sob o título *Eccos* contava que em Lamego os regeneradores «lançaram algumas bombas de dinamite» à porta de casa do administrador do concelho, informando, mas também comentando amplamente:

*Se o caso fosse cometido por gente que não fizesse parte das caranguejolas ministeriais, com certeza que a lei de 13 de fevereiro seria aplicada [...]. Mas trata-se dos defensores do escandaloso regímen e por consequência têm carta-branca para cometer estas e outras selvagerias. [...]. O sistema que nos rege, porém, por tal forma corrompe os homens, deturpa os caracteres e inutiliza as inteligências, que os anos vão passando, o país afundando-se na miséria e os graves problemas continuam de pé [...]. As inteligências mais lúcidas e as almas patrióticas que há anos e por vezes têm deslizado pelo poder, viram sempre os seus esforços inutilizados, inutilizados pelo fossado dessa grande porca que se alimenta e nutre da monarquia. Não tenhamos, pois esperanças, de que enquanto em Portugal existir monarquia, se resolvam os complexos problemas.*

E também no *O Mundo* podia ler-se, no mesmo dia, sobre o novo regedor da freguesia da Lapa: «biografia edificante, como se poderá inferir da leitura de um atestado passado a 12 de novembro de 1886 pelo então diretor do limoeiro». Já o *Diário Illustrado* em extenso editorial, intitulado “Hintze”, denuncia uma fraude na câmara municipal de Pombal e cumplicidade do novo governador civil. E lá vai dizendo: «de estranhar que o partido que atualmente governa não tivesse melhor esteio e mais limpo representante [...]. Com efeito, há muito tempo que a brandura, encobridora e passa-culpadas, dos nossos costumes políticos e administrativos, se não encontra em presença de um exemplo tão completo e frisante [...] de impunidade do prevaricador».

Os jornais diários político partidários de Lisboa tinham uma característica: um reduzido grau de uniformização informativa. Todos eles tendiam a dispor informação política própria e em “primeira mão”. Algumas de valor noticioso relevante. E vejam-se os telegramas

---

<sup>586</sup> Conf. Júlia Leitão de Barros, “O Jornalismo político d’ *O Século*...”.

reproduzidos, a 4 de julho de 1902, no jornal *Dia*, então órgão do partido progressista, na oposição:

*Gouveia, 3, às 11 h e 35m – Pedem-se providencias immediatas ao Sr. Ministro do reino, para manter a ordem pública nesta vila. O povo amotinado. Os sinos tocam a rebate. Os vereadores da camara estão afrontadíssimos nos paços do concelho.*

*Gouveia, 3, 11h e 55m – O povo acaba de invadir os paços do concelho, arrombando as portas. A camara viu-se tão afrontada que deliberou perante a iminência de perigo gravíssimo, suspender a sua deliberação, contra a qual o povo se insurgia.*

E olhe-se para o telegrama reproduzido no *O Mundo*, de janeiro de 1905, sob o título “Missionários em Peniche”:

*Contra a nossa expectativa os missionários continuam nesta vila fazendo prédicas que tão nefasta influência tem exercido sobre os dois campos em que se dividiu a opinião pública. [...]. Não tem decorrido nada de anormal. A noite passada uma numerosa patrulha de cabos de polícia vigiou as ruas da vila, a fim de impedir que os pasquins que nós não patrocinamos continuem a aparecer em todas as esquinas.*

*Alguns notívagos de sangue exaltado conseguiram afixá-los em vários pontos escolhendo de preferência a administração do concelho. Ali narram-nos que alguns fanáticos vão armados para a igreja. Conflitos a valer são para rezear se a autoridade não impedir a manifestação religiosa, largamente anunciada no púlpito, que se pretende levar a efeito com sermão ao ar livre numa praça publica [...].*

A informação exclusiva também podia ter um valor noticioso duvidoso, face aos atuais padrões de valor-notícia, não obstante, a sua análise, em trabalhos futuros, pode constituir uma das chaves para adequar o conceito de massa à Lisboa do início do século XX. Vejam-se os *sueños*, n’ *O Mundo*: «grupo de rapazes da freguesia de Santa Engrácia realizou esta noite uma lauta ceia comemorando o fim do século XIX e a entrada do atual»;<sup>587</sup> ou, sob o título “Pinheiro de Mello”: «Com a velocidade das más novas circulou rapidamente ontem em

---

<sup>587</sup> *O Mundo*, 2 de janeiro de 1901.

Lisboa a contristadora notícia que havia sofrido uma entorse no pé o nosso amigo». <sup>588</sup>

Na análise, já referenciada, em vários jornais, no dia 1 de abril de 1906, foi possível verificar como a vertente informativa, aqui entendida na lógica de registo, isto é destituída de comentário e enquadramento, também estava inscrita no conteúdo de alguns jornais político partidários. E detenhamo-nos na informação sobre eventos sociais, sem carácter político <sup>589</sup>.

Quatro jornais tinham uma secção diária na qual publicavam curtas informações sobre a vida mundana e cosmopolita de figuras destacadas da alta burguesia e aristocracia portuguesa, onde registavam casamentos, funerais, doença, receções, festas, partidas e chegadas de viagem, etc. O *Diário Ilustrado*, órgão de João Franco, na sua secção “High Life”, só neste dia, conseguia a proeza de nomear, numa só secção 285 personalidades. O *O Século* na sua rubrica “Ecos da Sociedade” ficar-se-ia pela nomeação de 181 indivíduos (apresentando, no entanto, uma particularidade, repetiria numa outra notícia, intitulada Família Real, as notas respeitantes à rainha D. Amélia, já ali inseridas). Mais pobre em informações recolhidas seguia-se o jornal católico *Opinião*, que na sua secção “Vida Mundana”, registava 49 indivíduos. Era seguido de perto pelo *Diário de Notícias*, que nomeava 41 individualidades, no seu “Diário Mundano”, e por último surgia o *O Popular*, que no seu “Registo Azul”, registava 22 indivíduos (embora optasse por colocar em notícia autónoma, na sua primeira página, uma receção diplomática também descrita pelos seus colegas). Nenhum jornal republicano tinha esta secção nas suas páginas embora inserissem informações avulsas de índole semelhante, embora recaindo em meio social distinto. O *O Mundo*, sob o título “Notícias pessoais”, com subtítulo “Partidas e Chegadas”, refere apenas um “amigo” que parte neste dia de Lisboa.

Em contrapartida, o movimento associativo não é contemplado, em nenhuma das suas dimensões nos jornais monárquicos. À exceção de *O Popular* que insere uma “curta” nota (sob título “Caixa Económica”, que refere a constituição da Associação de Socorros Mútuos Protetora dos Operários da Covilhã) nenhum dos outros jornais inclui noticiário sobre atividades associativas, referimo-nos ao *Diário Ilustrado*, o *Novidades*,

---

<sup>588</sup> *O Mundo*, 6 de abril de 1904.

<sup>589</sup> Conf. Júlia Leitão de Barros, “O Jornalismo político d’ *O Século*...”.

o *Opinião*. Já o *O Século* inclui trinta e seis informações, contra vinte e nove no *O Mundo*, vinte e sete no *Diário de Notícias* e vinte no *Vanguarda*. Porém convém precisar: estes números incluem associações de índole variada. Não podendo nós aprofundar, com total rigor, a informação aqui contida, optámos por isolar o fator diversão, dividindo em dois grupos: atividades desportivas e outras (excursões, saraus, conferências, apresentação tunas, festas de homenagem, etc.).

O *O Século* e o *Diário de Notícias* eram os únicos jornais da nossa amostragem a aprofundar a temática do associativismo desportivo. O “desporto” só entra, neste dia, na restante imprensa pela mão do espetáculo comercial tauromáquico que aqui não cabe. Assim das trinta e seis informações, sobre associativismo, inseridas no *O Século*, e das vinte e sete constantes no *Diário de Notícias*, cinco respeitam a notícias desportivas: futebol (Futebol Club de Portugal), velocípedes (União Velocípédica Portuguesa), vela (Velo Club Portugal; Real Club Naval). Note-se que o conteúdo é idêntico nos dois jornais.

Já nas “outras” atividades recreativas das associações, verificamos que o *O Mundo* se destaca dos seus colegas: das vinte e nove informações contidas no jornal, vinte e quatro respeitavam a esta temática (o *O Século* incluía doze informações deste teor, o *Diário de Notícias*, onze, o *Vanguarda*, dez). Assim, o jornalismo político partidário, sem uma estrutura rotinizada de recolha de informação, presente nas empresas de negócio, mas vivendo na dependência do império da atualidade, incorporava nas suas práticas jornalísticas um grau de permeabilidade a dispersas e difusas “informações”.

Desde 1894, a tabacaria Mónaco, assumira lugar de relevo, ao permitir aos jornais diários da capital a instalação de caixas de receção de correspondência, criando assim uma nova modalidade de recolha de informação atual. Segundo Esculápio «era ali que todas as associações cívicas e vários informadores depositavam, a sua correspondência».<sup>590</sup> No primeiro número do jornal *O Paiz*, de 1 de novembro de 1895, lá encontramos na sua segunda página a referência à Galeria Mónaco: «Neste conhecido estabelecimento situado no Rocio, propriedade do nosso prestante amigo Júlio Cesar Vieira da Cruz, podem ser entregues notícias ou outras quaisquer correspondências para a redação do nosso jornal. Assim o consente a amabilidade daquele nosso querido amigo e

---

<sup>590</sup> Eduardo Fernandes (Esculápio), *Memórias...*, 298.

honrado comerciante». Seis anos depois, no *O Mundo* podia ler-se, a 5 de janeiro de 1901, sob o título “Respostas”:

*Não recebemos uma carta que se nos diz ter sido deitada na tabacaria Mônaco. O cavalheiro que nos mandou um drama original, em manuscrito, pode procurá-lo nesta redação. Não podemos aceitar a tradução que nos foi oferecida, de um romance de Victor Hugo, porque esse romance foi há anos traduzido e publicado num jornal português.*

A informação contida nos jornais era, à semelhança da opinião por eles produzida, assunto que permitia distingui-los entre si. E dir-se-ia viverem em “cidades” distintas. Tal dispersão resultava de diferentes redes de captação de informação.

A linha editorial excêntrica seguida pelos jornais republicanos foi sendo alvo de condenação pela restante imprensa. Veja-se o *O Paiz/ O Mundo*, a 17 de março de 1898:

*[...] escapou responder nos termos devidos ao moço de recados do partido progressista, Armando Silva que, nos últimos números da folha a quinhentos exemplares que Ressano Garcia pode manter, mercê dos seus múltiplos rendimentos, escrevia com desplante que o Paiz convocara uma reunião operária para um destes dias. Com efeito – esta é a explicação do caso – o Paiz publicou uma convocação para uma reunião de operários sem trabalho, que devia realizar-se e se realizou na Rotunda da Avenida, mas se a publicou foi porque para esse fim a solicitou um grupo de operários vindos a esta redação, como a outras foram, que igualmente a publicaram. Os operários não nos trouxeram um convite assinado, trouxeram-nos apenas um pedido de convocação que, precisamente para não parecer feito por nós, foi redigido nos termos em que saiu. O Paiz é um jornal republicano, fundado para advogar a forma de governo republicana [...].*

No estudo já referenciado que recaiu sobre o dia 1 de abril de 1906 constatámos um facto relevante: as únicas notícias presentes em todos os jornais tinham duas origens, o governo civil, para os “casos de rua” e a Agência Havas, para telegramas sobre assuntos de política internacional e alguns assuntos nacionais (relativos a uma sindicância à camara da Covilhã, à visita de uma esquadra inglesa a Lagos e à abertura de

concurso de viação no Porto).<sup>591</sup> E não sendo este o objeto do nosso trabalho registre-se: a agência francesa *Havas* funcionava, nesse ano de 1906, como elemento uniformizador dos assuntos do “dia” em Portugal. Este tópico merecia ser aprofundado.

Naquilo que aqui nos interessa realçar a informação constituía um dos elementos de distinção do jornalismo diário político partidário. A dispersão noticiosa permite-nos esclarecer um aspeto marcante de todo o jornalismo diário: era largo o âmbito da autonomia informativa dos jornais político partidários, sujeito a lógicas partidárias, por excelência facciosas, nem sempre claras.

O conteúdo informativo dos jornais político partidários tinha a enquadrá-lo um conjunto de práticas que dependiam em grande medida de trocas informais operadas nas redes sociais construídas pelos jornais, e não em organizações institucionais de recolha e/ou produção de notícias.

Importa realçar: para quem estuda o jornalismo diário a vertente informativa assume um carácter determinante, ela constitui, um dos elementos de diferenciação dos produtos jornalísticos. Porque a recolha e tratamento de informação era uma das práticas jornalísticas que permitia a qualquer diário expressar uma identidade, servindo como marcador social.

A postura demoliberal do jornal o *O Paiz/ O Mundo* presente na defesa de uma representação alternativa de “político” – que alarga o âmbito do debate político seja pela participação seja pela conceção de “problema” político – exige que aprofundemos o lugar deste jornal como canal de comunicação política, aqui entendido no sentido antropológico de experiência, de troca, de partilha, de relação com o leitor.

É neste exato ponto que as abordagens dos jornais como meros difusores ou transmissores de uma mensagem revelam a sua incapacidade de dar conta do lugar do jornal político no período que tratamos. É também aqui que falham as sucessivas tentativas de desvalorização dos jornais como atores políticos com autonomia, mesmo que conjuntural.

Não obstante a presença de práticas jornalísticas como a retificação, ou o registo da confirmação das fontes (do “vimos” ou “ouvimos”), estas não esgotam os recursos existentes que legitimar o conteúdo “verdadeiro” de uma notícia, esta encontrava-se na relação estabelecida

---

<sup>591</sup> Conf. Júlia Leitão de Barros, “O Jornalismo Político Republicano...”, Tomo II, Anexo 1.

entre o leitor e o seu jornal. O estudo das práticas jornalísticas e em particular problemática das fontes informativas, revela-se determinante para a compreensão dos contornos da luta travada pela significação dos acontecimentos. As fontes do jornal remetiam para o seu terreno de implantação.

# O O MUNDO E O MOVIMENTO REPUBLICANO

Entender o jornalismo praticado pelo jornal *O Mundo* implica enquadrá-lo no esforço de relançamento do movimento republicano, por parte dos sectores mais radicais do movimento que, na viragem do século, pautavam a sua atuação política por uma aproximação aos sectores do socialismo e do anarquismo, crescentemente permeáveis ao republicanismismo (conforme observamos no nosso capítulo 3.2.). Será nesse meio que temos de encontrar o esboço da rede de influência do jornal.

Em 1900 o jornal de França Borges, no seio do movimento republicano, sem a intervenção de nenhum dos “notáveis” republicanos, agregava esforços e congregava forças, que dotavam “certo” republicanismo de um sentido acentuadamente democratizante, revolucionário, intransigente, subversivo e mobilizador.

O “pequeno” jornal republicano democrático radical, o *O Mundo*, cuja redação, em setembro de 1900, não iria muito para além da meia dúzia de efetivos, conseguira sobreviver às tentativas de silenciamento por parte do poder político (como vimos no capítulo 3.3.). As aspas merecem relevo. Na primavera seguinte, em pleno “Caso Calmon” (segundo A. Ventura, «um episódio que provocou a maior explosão anticlerical registada nos vinte anos que antecederam o advento da República»),<sup>592</sup> no auge das manifestações anticlericais, em Lisboa, em abril, o apedrejamento dos jornais monárquicos, o *Nação* e *O Popular* (no dia 20), foi acompanhado por uma manifestação de simpatia junto à redação do *O Mundo*. Este era o elogio público possível de um sector social que se revia no republicanismo radical e apenas podia contar, para se afirmar, com o combate da imprensa.

Como já referimos, até 1903, no uso de títulos sobre “mais de uma coluna”, pelo *O Paiz/ O Mundo*, sobressaíam as campanhas de demolição

---

<sup>592</sup> António Ventura, *Anarquistas...*, 60.

das instituições monárquicas, em contraste com parcos destaques sobre a atividade do partido republicano. Também assinalámos que, desde 1896, o campo de “batalha” monárquico-republicano, pôde contar com uma luta, quase ininterrupta, travada entre as autoridades policiais e judiciais da monarquia e os jornais republicanos. As manobras “repressivas” dos primeiros e as investidas dos segundos, constituem, a partir dessa data, assunto proeminente, suscetível de ser elevado a título. Passando a vida atribulada dos jornais, o seu combate e resistência, a constituir – no tratamento editorial – o aspeto mais destacado da atividade republicana.

B. Anderson, define o jornal diário, como «uma forma extrema do livro»,<sup>593</sup> obra ficcional que permite «que um número de pessoas que aumentava rapidamente pensassem acerca de si mesmas e se relacionassem com as outras de formas profundamente novas».<sup>594</sup>

A evocação do “partido” pela imprensa republicana foi fator determinante para a sua sobrevivência, congregando, diariamente, aqueles que comungavam dos valores democráticos e republicanos. A imprensa radical, e em particular o *O Mundo*, dotou esta pertença de um sentido combativo, cultivando a militância política. Perante a inoperacionalidade dos diretórios, a inatividade dos centros, alguns jornais tinham-se constituído o último reduto do movimento republicano democrático. Em 7 de julho de 1901, o jornal o *O Mundo*, aclamava o *Vanguarda*, por valorizar o lugar da imprensa na luta republicana:

*“Os jornais hoje são os principais órgãos e ousamos dizer quase os únicos órgãos da democracia. É por eles que as ideias republicanas se afirmam; é por eles que se fazem valer os protestos dos oprimidos”. Isto é absolutamente exato – Escorraçados os republicanos do parlamento, proibidos quase todos os comícios, proibidas até as conferencias, os jornais não só têm sido quase os únicos, como têm sido por vezes a sua única manifestação de vida. Depois de ter acabado no parlamento a representação republicana e antes de reabertos os centros, como se manifestou, com efeito, o partido republicano – por que meio. Apenas pela sua imprensa.*

Quatro anos antes, em setembro de 1897, no congresso do partido republicano, o papel da imprensa já fora valorizado, como relatava o

<sup>593</sup> Benedict Anderson, *Comunidades Imaginadas...*, 55.

<sup>594</sup> *Idem*, 57.

*Pátria* a 27 desse mês: «foi principalmente animada a discussão sobre se a imprensa devia ter representação especial nos futuros congressos do partido. Foi resolvido afirmativamente quase por unanimidade». A nosso ver o grau de autonomia da imprensa republicana não tem sido devidamente assinalado.

Três meses depois da criação do *O Mundo*, a 3 de dezembro, era França Borges quem se disponibilizava para receber alguma orientação do “partido” escrevendo a Afonso Costa: «Mas o que me convinha era que o Amigo ou alguém de lei me desse instruções, de quando em quando, para eu não fazer mal, querendo fazer bem: orientarem-me, dizerem-me qual a nota que convém ferir».<sup>595</sup> Por essa carta fica ainda claro como se processava em termos financeiros a aproximação dos dois homens: «Agradeço-lhe muitíssimo a relação de assinaturas que fez o favor de me enviar. Bastava-me que uma dúzia de amigos mostrasse esse interesse pelo papel para eu não me ver em... [carta incompleta]».<sup>596</sup> O empenho de Costa tinha como contrapartida possibilitar a sua interferência, ainda que pontual, no jornal. E veja-se como, a 13 de novembro de 1900, Costa admoestava Borges:

*Saiu há dias no O Mundo, sob a epígrafe «Em leilão», um suelto referente ao meu am.º Dr. José Tavares. É menos exato o que ali se lê. No entanto julgo mais prudente não fazer, por enq.to referênciã nem retificação alguma. Logo que vá a Lisboa, falarei consigo devagar sobre o assunto. Por agora só lhe afirmo que o Dr. Tavares ainda não tomou compromisso que o desonre ou coloque mal, e que, se ele pode ter tido desavenças com pretensos correl.os nossos, ou mesmo somente veleidades, que expliquem, embora não justifiquem, certas démarches ligadas até certo ponto com os factos a que alude o suelto do Mundo, em todo o caso nós não devemos julga-lo por ora [...]. Bem sei, – e esse é também o meu feitio – que só os intransigentes podem, em política, agradar-nos. Mas – não teremos de contemporizar, de fechar um pouco os olhos, de contra-minar, para,*

<sup>595</sup> *Correspondência Política de Afonso Costa...*, 79.

<sup>596</sup> *Idem*. No mesmo sentido, numa carta de 13 de novembro de 1900 lia-se: «Meu caro França Borges. Já distribuí as suas 5 papeletas com as competentes cartas impressas e cartas minhas reforçando o seu pedido. Uma foi p.<sup>a</sup> Fig.<sup>a</sup> de Cast.<sup>o</sup> Rod.<sup>o</sup> e Escalhão, etc., ao cuidado do meu irmão Artur Costa. Outra p.<sup>a</sup> Lamego – outra p.<sup>a</sup> a Régua, – outra p.<sup>a</sup> Estarreja, – e enfim a 5.<sup>a</sup>, p.<sup>a</sup> a Fig.<sup>a</sup> da Foz. Espero uma colheita menos má. Mande-me, porém, e, entretanto, os impressos, porque talvez se arranjem novas coleções», in *ibidem*, 31.

*em tantos casos, podermos ir seguindo? Enfim, meu caro França, eu não posso dar-lhe uma indicação, porque para isso me falta suspenda os seus juízos e me deixe acariciar uns restos de esperança no meu intimo am.º, no meu quasi-irmão Dr. Tavares, e que assim evite, até cavaqueira nossa, novas alusões a ele [...].*<sup>597</sup>

E no mês seguinte, a 1 de dezembro, depois da derrota eleitoral republicana, Costa orientava Borges: «a situação é, pelo menos indecisa e crítica, e mais do que nunca é necessário o grito de guerra e de alento a que o *O Mundo* está afeito. [...]. Fale, fale muito no Porto, apelando para a cidade [...].»<sup>598</sup>

A relação entre o jornalista e o político parece ter sido inicialmente incentivada pelo primeiro. Em carta de França Borges a Afonso Costa, de 4 de dezembro de 1900, que abre com um elucidativo «Já outra vez...», o jornalista – dando provas de alguma vitalidade da sua “rede” – informa o político: um «grupo de modestos correligionários veio ontem consultar-me sobre a constituição dum centro na Estefânia e sobre a adoção do seu nome para título».<sup>599</sup> No dia seguinte Costa, acede ao pedido, e calendariza para janeiro a inauguração do centro, mas esta só viria a ocorrer a 28 de abril. Um mês antes, a 26 de março de 1901 – em pleno arranque do “Caso Calmon” – Costa ainda muito cordial («Meu caríssimo França Borges»), tratando-o por você, desculpa-se da falta de resposta às inúmeras cartas enviadas por Borges («tendo recebido, todas as suas cartas, e continuo tendo por si a mesma estima afetuosa, a mesma grata amizade. Somente, não tenho um instante meu») não só não adiantava ainda data para vir inaugurar o centro com o seu nome («ainda hoje não posso dizer-lhe quando poderei ir aí inaugurar o Centro»), como rejeitava um pedido de França Borges para que assumisse a defesa de um amigo (não sabemos os contornos deste caso): «Sobre a carta do seu amigo de Ponte de Sor não posso dar-lhe uma resposta satisfatória, que consistiria em colocar-me gratuitamente ao seu dispor e ao do seu recomendado. Sabe o França Borges que vivo do meu trabalho [...].»<sup>600</sup> Resposta diferente teria o pedido de Heliodoro Salgado, de dia 27 do mesmo

---

<sup>597</sup> *Ibidem*, 31-2.

<sup>598</sup> *Ibidem*, 78-79.

<sup>599</sup> *Ibidem*, 90.

<sup>600</sup> *Ibidem*, 181.

mês, para que defendesse «cinco rapazes anarquistas» presos sem fiança (José do Vale, Bartolomeu Constantino, João Borges, Benjamin Rebelo e um outro cujo nome desconhecemos), por ocasião das manifestações anti-jesuíticas: devendo ser julgados pela lei de 13 de fevereiro «porque são conhecidas as suas opiniões». <sup>601</sup> Anarquistas de Lisboa, acrescentamos nós. Costa acede a defendê-los. Borges em carta congratula-se pelo facto. <sup>602</sup> O julgamento decorreria a 27 de maio, com sucesso para os implicados. O *O Mundo*, em plena campanha anticlerical, nomeia Afonso Costa, pela primeira vez, em “grande título” (sobre todas as colunas), a 2 de maio, “As Manifestações ao Sr. Dr. Afonso Costa”.

Mas as prioridades de Afonso Costa ainda não se encontravam na capital, o político iria assumir, entre 13 de outubro de 1901 e 1 de abril de 1902, a direção política do jornal *Norte*, no Porto. Vai, porém, mantendo e aprofundando a sua relação com Borges. Por essa altura, o jornalista escrevia ao político: «escuso de lhe dizer que tenho vontade de os ouvir como oráculo [...]. Peço-lhe que diga alguma coisa sobre os acontecimentos e sobre as suas opiniões». <sup>603</sup>

Contudo, o jornal *O Mundo* – conforme temos vindo a salientar – não era um jornal novo. O combate travado em torno da reportagem do “Caso Ana Costa” exprimia a crescente capacidade de intervenção política da corrente radical do movimento republicano que o jornal perfilhava. Nos próximos anos, *O Mundo*, iria manter contacto com os meios socialistas e libertários acompanhando de perto nas suas divisões. <sup>604</sup> Albergando na sua redação, ainda que conjunturalmente, figuras destacadas do republicanismo socializante, como Heliodoro Salgado e Augusto José Vieira – referidos nos meios socialistas que frequentam, como democratas – ou Ernesto da Silva e José do Vale, que cortam «o cordão umbilical que os unia ao Partido Socialista». <sup>605</sup>

O *O Mundo* continuaria a disponibilizar as suas páginas para divulgar as iniciativas destes sectores socialistas e libertários, papel facilitado por alguns dos seus colaboradores mais próximos estarem integrados em

<sup>601</sup> *Ibidem*, p.182.

<sup>602</sup> *Ibidem*, p.183.

<sup>603</sup> *Ibidem*, 33.

<sup>604</sup> França Borges foi colaborador do jornal *Pró-Infância*, lançado em julho de 1901, acompanhado, entre outros, por Heliodoro Salgado, José do Vale, Augusto José Vieira, Teodoro Ribeiro, Angelina Vidal e Sebastião Magalhães Lima.

<sup>605</sup> António Ventura, *Anarquistas...*, 134.

várias estruturas desse meio político. Divulgando, por exemplo, a atividade da Federação Socialista Livre, criada no início de 1902,<sup>606</sup> sendo, aliás, o único jornal republicano presente na “Conferência contra a Guerra Sul-Africana”, organizada por esta estrutura, que contou com a participação de republicanos, socialistas, associações de classe, e organismos maçônicos. Foi aí representado por Augusto José Vieira que além de redator do *O Mundo* era dirigente do Grémio Obreiro do Futuro uma loja irregular da maçonaria.

O jornal constituiria em Lisboa uma plataforma de contacto permanente do republicanismo com o sector operário mais politizado revelando um elevado grau de autossuficiência face ao que restava de “cúpula” do partido republicano. Em 1902, por entre polémica no sector socialista, a Federação Socialista Livre, estaria representada, por Bartolomeu Constantino e José Vale, na homenagem ao *O Mundo*, promovida a 17 de agosto, pelos centros democráticos de Lisboa. António Ventura sintetizaria assim este acontecimento: «O ato converte-se numa autêntica parada de republicanos e seus aliados. Para além da presença inevitável França Borges, na qualidade de diretor do periódico, as grandes figuras do partido limitaram-se a enviar cartas de adesão, caso de Magalhães Lima, Manuel de Arriaga, Brito Camacho, Estevão de Vasconcelos [...]».<sup>607</sup> A homenagem ao *O Mundo* recuperou para o republicanismo radical a roupagem revolucionária que se perdera no final da década de noventa, sobretudo devido à intervenção de alguns socialistas convertidos ao republicanismo. No *O Mundo*, a 18 de agosto de 1902, Manuel José Dias afirmava ser «socialista revolucionário, mas no dia em que a república iniciar a revolução, será revolucionário simplesmente», o mesmo faria, Manuel José Gonçalves, ao confessar sentir «uma íntima satisfação em se unir à bandeira republicana».

Paralelamente, em setembro de 1900, também a pertença ao “meio jornalístico” era já assegurada pela integração do pessoal do *O Mundo* nas várias estruturas formais e informais que se foram forjando no campo do jornalismo diário de Lisboa (pautadas, não só pela concorrência, como pela cooperação) e relembremos a Galeria Mónaco ou o Gabinete de Repórteres, já atrás referidos.

---

<sup>606</sup> Veja-se, a notícia sobre a reunião de dia 16, inserta no *O Mundo*, no dia 20 de fevereiro de 1902.

<sup>607</sup> António Ventura, *Anarquistas...*, 142-3.

Compreender o jornalismo político praticado pelo *O Paiz/ O Mundo* obriga a ter presente como este título republicano democrático se distinguiu na forma como integrou nas suas páginas informação sobre as atividades de meios sociais sem outro acesso ao jornalismo diário. E lembremos como no nosso estudo comparativo, que recaiu no dia 1 de abril de 1906, constatámos que o *Diário de Notícias* e o *O Século* na sua edição obedeciam a critérios de respeitabilidade política de índole conservadora, visível na forma como inseriam informação sobre a fação monárquica legitimista, não constitucional, omitindo a convocatória de uma reunião dos socialistas revolucionários incluída, neste dia, apenas nos jornais republicanos, *O Mundo e Lucta*.<sup>608</sup>

Os jornalistas andavam, como vimos, na figura do repórter, a sair à rua. Mas a “rua”, na figura do informador formal ou informal (de diferente categoria social) também frequentava o jornal. Conforme noutro lugar referimos as redações dos jornais político partidários, no início do século XX, são espaços com portas abertas para o exterior.<sup>609</sup> Os jornais diários republicanos foram exímios em chamar a si um sem número de atividades, geradoras de laços com os leitores, como recolha de petições, venda de material de propaganda, organização de eventos públicos, subscrições de beneficência, etc. No entanto, tudo aponta, ter o *O Mundo* sobressaído nesta vertente jornalística. Deste logo na forma como as divulgou, por meio de “caixas” e títulos sobre todas as colunas.<sup>610</sup>

Como realçamos, no capítulo 4 e 5, o jornal de França Borges seguiu a linha editorial do jornal *O Paiz* e, em Lisboa, de forma isolada, mas continuada, distinguir-se-ia, até 1905, pelas suas práticas jornalísticas, marcadas, no conteúdo e na forma, pelo acentuado teor democratizante e mobilizador, bem como na urgência que colocava na necessidade de demolição das instituições monárquicas. O apelo à participação política implicou o cultivo da militância ativa que passava, até à reorganização do partido, quase exclusivamente, pela adesão às iniciativas lançadas ou apadrinhadas pelo jornal.

Uma das modalidades de apelo à intervenção cívica dos leitores era a recolha de assinaturas para petições, protestos e declarações de apoio. Seguem-se alguns exemplos constantes no jornal o *O Mundo*. A 3 de

<sup>608</sup> Conf. Júlia Leitão de Barros, “O Jornalismo político d’ *O Século*...”.

<sup>609</sup> Conf. Júlia Leitão de Barros, “Redações Abertas...”.

<sup>610</sup> Conf. Júlia Leitão de Barros, “O Jornalismo Político Republicano...”, Tomo II, Anexo 2.

abril de 1901, com o título “Contra as congregações religiosas”, podia ler-se: «Numerosas pessoas vieram a esta redação para assinar e requisitar listas do seguinte protesto: [...] Estas listas podem ser assinadas nesta redação como na *Folha da Tarde*, no *O Século*, e na *Vanguarda*. Também nos encarregamos de as enviar às pessoas que no-las requisitarem com o fim de angariar assinaturas [...]». Quatro dias depois o mesmo protesto podia já ser assinado noutros jornais de província, tabacarias e casas particulares.

A 1 de outubro de 1904, sob o título “O Preço do Gaz”, lia-se na segunda página do *O Mundo*: «A todos os consumidores, que não queiram continuar a ser explorados pelo preço de gaz recomendamos que assinem as listas de adesão à representação que sobre o assunto a Associação dos Vendedores de Viveres a retalho vai dirigir à Camara Municipal de Lisboa. Essas listas podem ser assinadas nos seguintes locais: [...]».

A 4 de julho de 1906, sob o título “Contra a Lei de 13 de fevereiro”, desta vez na primeira página, escrevia-se: «Um grupo de liberais fez distribuir em todos os pontos do país, acompanhado de listas para receber assinaturas, a seguinte petição dirigida à camara dos senhores Deputados: [...]». Veja-se, ainda, a iniciativa conjunta do jornal *O Mundo* e do *Norte*, do Porto, que convida os leitores a assinarem uma mensagem de apoio ao par Dantas Baracho, lançada a 1 de outubro de 1905.

A temática das subscrições merecia um estudo mais aprofundado, mas estamos em crer que o *O Mundo* foi ocupando na imprensa de Lisboa um lugar de destaque. Naquele que é considerado, por Chagas, o momento de viragem no movimento republicano, o rescaldo dos incidentes do “4 de maio” (de 1906),<sup>611</sup> foi ao *O Mundo* que coube lançar, com êxito desconhecido, a “Subscrição de 4 de maio”: «pagaram-se as fianças de 23 presos e subsidiaram-se presos que estiveram em tratamento», sobraram 1.265\$430 réis. Em reunião do Centro Republicano, a 6 de setembro, França Borges discute o destino a dar a este montante, várias propostas foram avançadas, mas seria aprovada a de Alfredo Leal:

*[...] metade reservada a um cofre de resistência destinado a socorrer o povo quando se deem casos semelhantes aos de 4 de maio. Da restante*

---

<sup>611</sup> No dia 4 de maio de 1906, no decorrer de uma manifestação, no Rossio, de apoio a Bernardino Machado (por ter renunciado ao “lugar oferecido” no parlamento pelo governo), registaram-se confrontos com a polícia que se saldariam em dezenas de feridos e um morto.

*metade ser um terço para as famílias necessitadas dos marinheiros condenados nos últimos acontecimentos e dois terços divididos pelas escolas reconhecidamente republicanas, pela Associação de Escolas Móveis e pelo Vintém das Escolas. Acentuou-se, no decorrer da discussão, que entre as escolas republicanas se consideram para o efeito a 31 de janeiro.*

O *O Mundo* também se associou a iniciativas lançadas por outros jornais, grupos políticos marginais, ou associações de classe, cultivando o valor da fraternidade na sua rede social. Vejam-se alguns exemplos de subscrições “abertas” na sua redação para recolhas de fundos de auxílio. Em 1 de julho de 1903 o jornal informava sobre o resultado obtido numa subscrição a favor dos operários grevistas do Porto: «Foram ontem entregues por nós ao delegado do Conselho de Artes Têxteis do Porto a quantia de 5\$535 para os grevistas [...] Com esta quantia atingiram os 160\$980 réis as importâncias entregues pelo *Mundo* [...]».<sup>612</sup> No mesmo dia, noticiava ainda: «Ao preço mínimo de 400 réis estão à venda nesta redação 24 retratos-álbum de Ernesto Silva, oferecidos pelo fotógrafo Júlio Novaes, para o produto da venda ser entregue à família do finado lutador. A fotografia é a melhor que existe de Ernesto Silva».<sup>613</sup> A 1 de outubro, do mesmo ano, na sua segunda página, sob o título “*O Mundo* em Setúbal”, lia-se:

*Mais um dia! E nas ruas de Setúbal continuam passeando, retendo a autoridade legal e o domínio da força, os mesmos agentes de polícia que publicamente têm sido acusados de abusos, de excessos e até de burlas, [...]. Policarpo permanece no hospital [...]. Vai morrer, e não terá aí ao menos o triste consolo de ver-se uma vítima útil à sociedade.*

Seguia-se a informação sobre os locais onde se encontram listas de subscrição destinadas a requisitar um procedimento judicial contra a polícia. A 6 de janeiro de 1905, o mesmo jornal anunciava ter terminado a subscrição de auxílio à Escola 31 de Janeiro, iniciativa conjunta de vários jornais republicanos.

Como noutra lugar defendemos o que distinguia a atividade do jornalismo diário era esta apetência para o cultivo de vínculos com o

---

<sup>612</sup> “Grevistas Têxteis”, *O Mundo*, 1 de julho de 1903, 2.

<sup>613</sup> “Ernesto da Silva”, *idem*.

exterior. E entre outras práticas partilhadas pelos jornais a que melhor revela esta postura de “abertura” é a inserção regular de cartas de leitores na primeira página. O *O Mundo*, à semelhança dos colegas, edita cartas defendendo interesses particulares, ou “locais”, que revelam, pelo empenho, a importância do cultivo da sua rede. Vejam-se duas notas publicadas a 5 de outubro de 1905 no *O Mundo*: «Voltamos hoje a apelar para o juiz do tribunal de Árbitros Avindores, Sr. Victor Santos, a fim de ordenar que seja dado seguimento ao processo do Sr. Álvaro José da Cunha»; «A comissão delegada do povo de Setúbal contra as águas de Azeda, que há três meses pediu ao ministro do Reino para mandar fechar os poços pelo facto de ser péssima a água [...] pede-nos para no *Mundo* reclamarmos a atenção do Sr. Eduardo Coelho, a fim da promessa de sua Exa. se cumpra [...]».

A seleção noticiosa de informação exclusiva contribuía para a consolidação da implantação do jornal. O título democrático radical distinguiu-se na forma como deu publicidade, e honra de primeira página, a situações de arbítrio, corrupção e exploração experienciadas por vários sectores da sociedade que não tinham “voz”. Mas o discurso dos mais desfavorecidos seguia ainda por via indireta. No *O Mundo* lia-se a 26 de maio de 1904:

*Escrevem-nos de Famalicão (Beira Alta): «Maria da Encarnação, solteira, empregada condutora das malas do correio, há mais de 14 anos e sem ter uma única falta no serviço, tem de ordenado 1\$800 réis por mês, recebendo apenas 1\$000 reis porque o Sr. Henrique de Almeida e Melo, encarregado da estação postal de Famalicão, lhe fica com o recibo do soldo, mandando-o receber por sua conta e dando apenas à pobre mulher 1\$000 reis [...]. O Sr. Henrique de Almeida Melo ameaça-a que lhe tira o lugar se ela fizer queixa, o que esta desgraçada ignorante acredita, preferindo ser roubada a perder o lugar.*

A inserção de correspondência permitia ao jornal assumir o papel de intermediário entre os leitores e o poder político. O *O Mundo* acolheu apelos aos governantes de correligionários. Lia-se a 5 janeiro de 1903: «O diretor do *O Mundo* recebeu ontem de manhã o seguinte telegrama de Portimão: “Vai ser enterrado pela Igreja Frederico Moreira que deixou testamento para o seu funeral ser feito civilmente. Em nome da lei pedimos que diga ao respetivo ministro que ordene

telegraficamente[...]”». <sup>614</sup> O jornal também divulgou pedidos de diversos grupos de cidadãos, como a 1 de abril de 1906, sob o título “Reclamações”, a carta assinada por «Um grupo de professores primários», solicitando mudanças em processo burocrático. Neste caso os subscritores adiantavam que a escolha desta folha se deveu a esta «sempre advogar a causa dos pequeninos». Veja-se, por último, a peça publicada a 1 julho de 1903, sob o título “Um Caso Grave”, e subtítulo “Um soldado a servir por outro”:

*[...] um homem foi violentamente servir para outro, como refratário ao exército [...]. Parece um episódio do sertão [...] Nem com violência, nem mesmo como inconsciente equívoco se compreende que hoje um homem vá prestar por outro o chamado tributo de sangue [...]. Por esse país fora os caciques locais, representados em administradores de concelhos, fazem o que lhes apraz [...]. Dissemos aqui que contaríamos as duas versões sobre a questão: a do administrador do concelho de Cuba, que interveio no caso, e a do rapaz que foi servir por outro. Devemos explicar que aquela a vimos numa carta escrita pelo próprio administrador. Esta só a conhecemos nós muito por alto: nunca ouvimos o rapaz nem vimos carta sua. Só lemos uma carta da pobre mãe que se encontra privada dele e que, naturalmente, não escreve tão bem como o administrador do concelho [...].* <sup>615</sup>

---

<sup>614</sup> A 6 de janeiro 1903, noticiava o *O Mundo*, a propósito: “[...] Devemos acrescentar que o Sr. Ministro da Justiça respondeu à carta que lhe foi dirigida, [...] de tudo deu conhecimento ao Sr. Presidente do Conselho [...] apraz-nos registar e agradecer a delicadeza do senhor ministro da justiça, talvez um pouco fora dos hábitos da terra [...]. Desconhecemos ainda o que se passou em Portimão após as instruções (...). Mas só temos que as aplaudir se elas evitarem o atentado contra a liberdade [...]”.

<sup>615</sup> A carta: «Conta o administrador que, em fevereiro, se lhe apresentou, pedindo um ofício para o administrador de Alandroal, Francisco José Vieira, de Cuba, que queria que fosse preso ali um refratário, filho de Joaquim Pereira, por quem o mesmo Vieira estava servindo na vida militar. Passados dias, diz o administrador, apresentou-se-lhe o mesmo Vieira, com um José Gonçalves, latoeiro ambulante e o suposto refratário: António dos Santos, de Reguengo, como se fosse António Parreira de Cuba. Ele a princípio, diz o administrador, tentou negar a sua filiação, mas reconhecido por uns tios de António Parreira, como o próprio António Parreira, confessou ser este. Foi então que o administrador de Cuba o mandou para o regimento de infantaria 17, como se António Parreira fosse.

Ao passo que o administrador de Cuba conta isto, António dos Santos diz a mesma coisa com mais um grave pormenor: que aquela autoridade o instigou a declarar-se como António Parreira, sob as mais graves ameaças.

Nós não perfilhamos, claramente, essa acusação. É lógico que se António dos Santos, filho de Rodrigo António e Maria da Amareleja, de reguengo – pais que reclamam os seus direitos sobre o filho

O jornal não rececionava apenas cartas e telegramas, os seus correli-gionários entregavam-lhe publicações, folhetos avulsos e artigos. A 1 julho de 1903, *O Mundo*, sob o título “A escravatura em África”, escrevia: «recebemos em folheto um manifesto em cuja capa se lê [...] referir-nos-emos ao assunto». Os artigos podiam vir de leitores desconhecidos. A propósito publicava o jornal a 1 janeiro de 1902:

*Temos recebido sobre este assunto de reformas grande quantidade de artigos. Alguns não saíram porque o tem proibido a falta de espaço. Outros não sairão enquanto não soubermos quem são os autores e tivermos a autenticidade das suas informações; pertence a esta série o que recebemos sobre bibliotecas, o que aí se diz pode ser muito verdade, mas nós não sabemos e nós queremos dizer simplesmente a verdade.*

Alguns artigos vinham de destacados correligionários. A 7 de julho de 1905, sob o título “Jacinto Nunes” lia-se no jornal:

*Deste nosso presado amigo e consideradíssimo correligionário recebemos um pequeno artigo sobre a célebre portaria de 26 junho [...]. Escreveu, pois, a sua opinião – e deu ao Mundo a honra de o escolher para a tornar pública. O artigo sairá amanhã. O Mundo agradece, porém, a deferência com que mais uma vez o honrou o prestante correligionário.*

A rede de correligionários “amigos” do jornal tinha um peso decisivo para o seu sucesso. Veja-se, logo a 15 de novembro de 1901, carta de Costa a Borges:

*Enquanto não posso colaborar no O Mundo dou homem por mim. É o meu amigo, velho republicano, académico, revolucionário, Artur Leitão.*

---

– se confessasse como António Parreira, filho de Joaquim Thomaz Parreira e Maria das Dores, de Cuba, alguma força muito extraordinária e valiosa o coagiu a isso. Qual? Como não vimos não podemos dizer que foram ameaças do administrador de Cuba. O público procurará a misteriosa força...

Mas se não podemos afirmar que o Sr. Administrador cometeu o mais inqualificável e indecoroso abuso, podemos afirmar que s.s.a foi duma inabilidade pavorosamente estranha. Pois então a s.s.<sup>a</sup>, em vez de ir chamar o regedor e o pároco para reconhecerem o rapaz, em vez de, na falta deles, chamar quaisquer outras pessoas, apelou para dois parentes de António Parreira? [...] São providências imediatas que nós pedimos [...] Pedimos por um espírito de justiça fiados em que, não se tratando dum caso de política mas de consciência, seremos ouvidos – como a nossa reclamação exige e merece», *O Mundo*, 1 de julho de 1903.

*Ele não tem agora jornal seu, nem panfleto, e quer colaborar semanalmente no Mundo [...] vai o primeiro artigo*”.<sup>616</sup>

A rede de um jornal político partidário era sensível às conjunturas políticas. A afirmação do *O Mundo* não pode deixar de ser inserida no contexto de crescente implantação do movimento republicano em Lisboa. Em grande medida, porque o jornal esteve implicado, desde o início, no esforço de relançamento do partido republicano, que os historiadores localizam nos anos de 1902-03.

Fernando Catroga considera marcante, para a reorganização do partido, o Congresso de 1902: «retirou os poderes ao Diretório e entregou-os a três juntas diretivas (norte, centro e sul), medida que provocou uma certa animação nos organismos de base».<sup>617</sup> Outros historiadores assinalam 1903, como ano de viragem, quer pela adesão ao republicanism, de Bernardino Machado, político monárquico do partido regenerador, ex-deputado e ex-ministro, quer pelo o regresso à vida política ativa de António José de Almeida, militante republicano que se destacara no meio académico de Coimbra, na já ida crise do Ultimato britânico (sendo alvo de perseguição política que o levaria até esta data a viver em São Tomé e Príncipe). Alice Samara realça ainda a «determinante [a] reunião de 6 de novembro de 1904, em Lisboa, da qual saiu a Comissão Reorganizadora, [que procura] dar coesão a opiniões dispersas e [organizar] o próximo congresso».<sup>618</sup> Este só se realizaria quase dois anos depois, no Grémio Comercial do Porto, entre 30 de junho e 2 de julho. Segundo a mesma historiadora «os republicanos, à medida que estruturavam a sua organização procuraram dar maior peso ao Diretório, tornando-o a cabeça do movimento. No entanto, nunca foi fácil, nem um objetivo firmemente alcançado. A desejada disciplina partidária sempre encontrou como obstáculo as autonomias que caracterizavam o movimento».<sup>619</sup> Não obstante, a estrutura partidária foi sempre crescendo, e no início de 1908, no *Almanaque Democrático para 1908*,<sup>620</sup> numa listagem que os autores consideravam incompleta, figuravam já 77 comissões municipais.

<sup>616</sup> *Correspondência Política de Afonso Costa...*, 33.

<sup>617</sup> Fernando Catroga, *O Republicanismo...*, 40.

<sup>618</sup> Alice Samara, “As Repúblicas...”, 88.

<sup>619</sup> *Idem*, 90.

<sup>620</sup> *Almanaque Democrático para 1908* (Lisboa: Tipografia Lamas& Franklin, s.d.).

A ligação de Borges a Costa estreita-se neste contexto. No verão de 1903, a correspondência que trocam revela já um trato familiar (Borges despede-se já com «Aftt.os cumprimentos a sua Exma. Esposa e lembranças a seus filhos»)<sup>621</sup> que, nos próximos anos, se converte em afetuosa intimidade. Com o filho primogénito de Costa, Sebastião a corresponder-se com Borges,<sup>622</sup> o tratamento por “tu” a impor-se entre os dois homens, e um amigável «Meu Afonso» a encimar as cartas do jornalista.<sup>623</sup> Proximidade pessoal que acompanha a colaboração política.

Em 1903, encontramos Borges envolvido na reestruturação partidária, apostado em contrariar o ambiente interno do partido, tomado pela apatia e intriga, discutindo, com Costa, os passos a dar, sem deixar de assumir a subalternidade do seu posto, colocando-se à disposição do caudilho:

*Na mania de se adiar, está assente esperar pelo Ant. José para se fazer assembleia do Partido, ou qualquer coisa parecida. Sé é preciso fazer-se a assembleia antes, não é necessária essa reunião. A com.ão, que tem o encargo de convoca-la, convoca-a. A reunião seria das entidades oficiais de Lisboa? Mas essas, a Junta e a Com.ão M.al., não precisam dela. Dos consagrados? Mas esses, para os reunir um dia, é preciso, um longo trabalho preparatório. E, em qualquer caso, pelo motivo exposto, acho mau que V. apresente, em qualquer reunião, a ideia. Mas medite no caso e até sábado mande dizer-me se quer que a reunião se convoque e, em caso afirmativo, se pode falar-se do seu nome. A minha opinião, o caminho era, por agora, outro [sic]. Era preparar-se o que V. chamou partido dos que querem trabalhar. Para isso, os que querem trabalhar trabalhariam mesmo sem tribunecas oficiais, superiores ao que pudessem murmurar os que querem empatar [...]. Quando se pensasse numa organização oficial, os que quisessem empatar estariam definitivamente enterrados. Repito o meu pedido: onde se faz a reunião e como.*<sup>624</sup>

Em 1903, na luta interna do partido, Borges já segue as ordens dadas por Costa.

---

<sup>621</sup> *Correspondência Política de Afonso Costa...*, 114.

<sup>622</sup> Carta de maio de 1904, *idem*, 123.

<sup>623</sup> Carta de 2 de abril de 1905, *ibidem*, 138.

<sup>624</sup> *Ibidem*, p. 114.

É difícil saber em que medida a linha editorial seguida por Borges foi incorporando – entre 1900 e 1903 – a influência de Costa. Tomando a “intitulação grande” como uma das “chaves” para aceder à linha de um jornal demos conta que, até 1904, *O Mundo*, distinguiu-se da restante imprensa pela recuperação de uma postura política radical.<sup>625</sup> Este jornal contrasta com a contenção na intitulação presente no *Vanguarda*, que entre 6 de junho de 1900 e setembro de 1902, não utiliza um único título sobre todas as colunas, e nos 6 títulos “grandes” de 1902, e nos 4, de 1903, não destaca assuntos controversos da atualidade política nacional, nem incita à participação política. É o *O Mundo* quem se destaca nas campanhas que incitam à ação (no “caso Calmon”, 1901, na luta contra o Convénio, em 1902, passando pela “revolta do grelo” em Coimbra, em 1903, entre outras temáticas) e sustentam a indignação face ao regime (como campanha de denúncia do extravio das Joias da Coroa, em 1903).<sup>626</sup> Mas não só. O *O Mundo* contribuiu de forma continuada para manter o moral, ajudando a corroer passividade pública e falta de confiança, nutrindo um sistema valores alternativo e democratizante.

A prática de intitulação do jornal de França Borges não foi apenas o recuperar da linha editorial “radical” lançada na década de noventa. Noutro lugar explicámos como se assiste, quer à abertura a sectores políticos diversificados que gravitam na órbita do republicanismo, quer a um maior relevo dado aos atos eleitorais.<sup>627</sup> Verificámos que os meios socialistas e anarquistas não esgotam o leque de pontes políticas lançadas pelo jornal. Assim na campanha, de 1902, contra o convénio, um dos seus pontos altos, ocorreria a 7 de abril, quando o jornal sairia com inédita 2.<sup>a</sup> edição, com título sobre todas as colunas (“Contra o Convénio”), seguida de dois subtítulos, um curto (“O oficial do exército Henrique de Paiva Couceiro à Camara dos Pares do reino”) um segundo extensíssimo:

*O Correio Nacional, de anteontem e o Diário Illustrado de ontem, publicaram uma petição dirigida pelo oficial do exército Henrique Paiva Couceiro à Camara dos Pares do Reino. Desejamos fazer a transcrição dela no Mundo de ontem, mas o número foi, como se sabe, proibido de*

---

<sup>625</sup> Conf. Júlia Leitão de Barros, “O Jornalismo Político Republicano...”, Tomo II, Anexo 2.

<sup>626</sup> *Idem.*

<sup>627</sup> *Ibidem.*

*circular. Por ignorarmos se o motivo fora a publicação desse documento, não procuramos transcrevê-lo na edição habitual da manhã. Como, porém, esse motivo não tenha sido ainda indicado, resolvemos fazer uma edição especial para lhe dar publicidade. A polícia dirá agora se nós não podemos publicar um documento entregue na Camara dos Pares do Reino e livremente inserto em dias folhas da capital. [...].*

A 9 abril de 1902, o *O Mundo* informava sobre Couceiro:

*É o homem do dia. [...]. São gerais e entusiásticos os louvores a esse bravo militar [...]. Como ontem se dirigisse muita gente a esta redação perguntando a residência oficial do Sr. Paiva Couceiro procurámos informar-nos [...] a direção postal deve ser esta: [...]. Tornamos a lembrar aos bons portugueses, qualquer que seja a sua política, que lhe enviem a sua adesão [...].*

Esta linha editorial tendeu a ser aprofundada, permitindo que surgissem verdadeiras sub-campanhas centradas no protagonismo de alguns políticos monárquicos, com carácter por vezes até mobilizador, ultrapassando assim, em muito, a função de recurso argumentativo que estava presente na prática seguida até aqui pela imprensa radical.

No final de 1903, a denúncia de corrupção da política financeira do país, seria sustentada pelo deputado monárquico independente, Dias Ferreira. Logo a 3 de novembro, o jornal, sobre título a duas colunas, anunciara uma entrevista com o político (nos jornais por nós consultados – note-se – era a primeira vez que este género jornalístico surgia destacado em título “grande”): “*O Mundo* de amanhã: entrevista com o Sr. Conselheiro José Dias Ferreira, deputado da Nação, ministro de Estado honorário e ex-presidente do Conselho de Ministros”. Publicada no dia seguinte, com destaque de título a três colunas, saltaria para uma “caixa”, a 5, sob o título, a duas colunas, “Ao povo Português”, com subtítulo: “Como se pode salvar a nação (palavras de Dias Ferreira)”, repetida a 6, 9, 11 e 12 desse mês de novembro.

No verão de 1905, em plena “crise dos tabacos”,<sup>628</sup> o par do reino Dantas Boracho, que abandonara o partido regenerador e, desde 1902,

---

<sup>628</sup> Um novo contrato de tabacos tinha sido apresentado em abril, alvo de profunda crítica por parte de António Arroio e Teixeira de Sousa, quando o governo progressista de Luciano de Castro, ainda se encontrava, no rescaldo da ressentida dissidência de José Alpoim e seis outros deputados (ocorrera em maio, e originara a chamada Dissidência Progressista).

se tornara uma voz crítica do modelo de governação monárquica, tornar-se-ia alvo da mais marcante campanha de apoio a um político monárquico, levada a cabo pelo *O Mundo*. Entre agosto e outubro, de 1905, o jornal dedica-lhe 33 três títulos “grandes”, que destacam críticas de Boracho, proferidas na Câmara dos Pares, relativas à negociação do novo contrato com a Companhia de Tabaco, pelo governo progressista. Mas não só. Entre 18 de setembro e 11 de outubro, o aplauso ao político monárquico ganha novo formato, pela introdução de “caixa”, de texto corrido, sobre duas colunas, intitulado “Em Honra do Sr. General Dantas Boracho”, que reproduz a «mensagem que vai ser entregue ao Sr. Dantas Boracho», para a qual o jornal se propunha, como atrás referimos, recolher o máximo de assinaturas. Veja-se o teor celebrativo da mensagem:

*Os abaixo assinados, que vêm com tristeza a desoladora obra da reação política que desde há anos se está fazendo em Portugal [...] pela dissipação dos dinheiros público e pelo desprezo pela lei, vêm testemunhar o seu sincero e entusiástico aplauso à nobre e valorosa campanha que V.Ex.<sup>a</sup> tem realizado no Parlamento, defendendo as liberdades públicas e as garantias individuais, atacando o despotismo [...].*

A 22 de novembro o jornal noticiava o total de assinaturas recolhidas: 24. 088.

Mas para quem procure as linhas de renovação política introduzidas pela direção de França Borges, a mais inequívoca (e regular) terá sido a valorização da “via eleitoral” na luta do movimento republicano. A temática eleitoral ganharia expressão, nos títulos grandes, no ano de 1901, com a saída de nova legislação eleitoral (que ficaria conhecida como “ignóbil porcaria”), o decreto de 8 de agosto, do governo regenerador presidido por Hintze Ribeiro. À nova lei eleitoral, de agosto, o jornal *O Mundo* concede quatro títulos sobre todas as colunas, dando a “ler” com sugestivos destaques o seu sentido oligárquico (como “Hora Decisiva”, a 12, “Contra o Absolutismo” a 13, “Uma Burla e Uma Infâmia”, a 14). E com redobrada violência cobrirá, isolado, uma vez mais, as eleições de 6 de outubro.

A questão é que por esta altura a discórdia no interior do partido republicano, em torno da participação eleitoral, tinha reanimado, no contexto da nova lei, e Costa, encontrava-se entre aqueles que, no Porto,

pugnavam pela manutenção desta via de luta política. Mas a coincidência de linhas de atuação de Borges e Costa, vinha de trás. Como chamamos à atenção no capítulo 3.2., Borges mal toma conta do *Pátria*, em janeiro de 1900, destacara de imediato a eleição do Porto.

A verdade é que o “amigo” Costa, se encontrava, por esta altura, particularmente ativo, destacando-se entre os que apostavam na reanimação do partido. Com Celestino de Almeida e Inácio Magalhães Basto, foi um dos impulsionadores da sua reorganização, procedendo à convocatória do Congresso, que se realizaria, em Coimbra, em 1902. Nesse ano, a 7 de janeiro, sobre todas as colunas, é o *O Mundo* quem informa em Lisboa, com o devido destaque, o “Congresso do Partido Republicano” (sobre todas as colunas). E a 13, a duas colunas, publica o “Manifesto do Dr. Eduardo de Abreu”.<sup>629</sup> No ano seguinte, noticia em título, a três colunas, a 22 de julho, “António José d’Almeida” (e em subtítulo: “Sua Chegada a Lisboa”) ilustrando com retrato do correligionário. E já no final do ano, no dia seguinte à adesão ao republicanismo de Bernardino Machado (a 1 de novembro), escrevia sobre todas as colunas: “A conferência do Sr. Dr. Bernardino Machado”, com o subtítulo: “Como se pode salvar a nação – Declarações importantíssimas – A situação de Portugal”.

O certo é que o partido republicano chegou ao ano de 1904 com novo fôlego, e na capital o jornal *O Mundo* era quem protagonizava no jornalismo diário esta dinâmica de mudança. Nesse ano, o empenho deste jornal na via eleitoral ganharia nova expressão, assistindo-se pela primeira vez, durante os dez dias que antecederam o ato, a uma verdadeira campanha eleitoral.<sup>630</sup> Também assinalável foi a introdução de um ativismo revigorado e vitorioso – até aqui, note-se, totalmente ausente na imprensa republicana por nós consultada. Pela primeira vez surge em título, sobre todas as colunas, um “Viva o Partido Republicano!”, com subtítulo, “A eleição de ontem – Vitória sobre os governamentais em doze freguesias [...]”, a 27 de junho.

Neste ano, Borges surge já como um operacional ao serviço da façção radical chefiada por Costa no partido. E veja-se como no verão de 1904, o jornalista se encontra envolvido na preparação do ato eleitoral.

---

<sup>629</sup> Médico e político, ex-deputado progressista, que aderira ao partido republicano em 1890, recém-eleito para o novo diretório saído do Congresso do Partido que se realizou em 1902.

<sup>630</sup> Conf. Júlia Leitão de Barros, “O Jornalismo Político Republicano...”, Tomo II, Anexo 2.

Em maio, é Borges quem informa o político sobre as *démarches* partidárias lisboetas: «Na reunião convocada pela Junta houve uma maioria de 6 ou 7 votos a favor do lente. A destacar entre os alvitres, apareceu o do Teixeira Queiroz, para se organizar uma lista de chefes que faria ser votado em todo o país. Este alvitre foi bem aceite [...]». <sup>631</sup> Em carta de junho, encontramos-lo ativo na organização de um comício eleitoral, em Lisboa, reclamando a presença de Costa, e pedindo orientação: «Diga o que pensa para eu não ter de pedir ao Elísio que averigue e telegrafe». <sup>632</sup>

Por esta altura já Costa vê assegurado, com destacada cobertura jornalística, o seu ativismo partidário. Como, por exemplo, sucedeu à sua passagem pela prisão (poucas horas depois foi posto em liberdade), no dia 19 de junho, na sequência do comício eleitoral, realizado na Avenida D. Amélia – com direito a título, sobre todas as colunas, no dia seguinte, no *O Mundo*. Em carta, ao irmão, Costa explicava: «Não me bateu ninguém e na prisão fui tratado com todas as atenções. De sorte que o ato idiota da polícia redundou quanto a mim, num novo reclamo, que não me deve fazer mal algum». <sup>633</sup>

Importante é chamar à atenção que neste ano de 1904 no *Vanguarda* se observa um retomar, ainda que moderado, da prática do título “grande”. Inédito, neste jornal, seria a intitulação – com dois títulos sobre todas as colunas – de ato eleitoral (em junho). Sem seguir ainda a linha de agitação política presente no jornal o *O Mundo*, não deixaria de registar em destaque – sempre no dia seguinte – três mobilizações partidárias que ocorrem neste ano. Mas a maior novidade surgiria, a 22 de fevereiro, quando inusitadamente festeja a todas as colunas, “Abaixo os impostos! Viva a Liberdade”, com subtítulo, “O comício ontem”. Note-se que há mais de cinco anos o *Vanguarda* não assinalava em título “grande” nenhum protesto organizado pelo partido, este enquadrava-se na campanha contra o aumento de impostos, a que o *O Mundo* dedicara, desde 6 de fevereiro, 9 títulos “grandes”.

Na linha editorial presente na prática de intitulação do *O Mundo*, talvez o facto mais notável seja a crescente presença de destaques de

---

<sup>631</sup> *Correspondência Política de Afonso Costa...*, 123.

<sup>632</sup> *Idem*, [junho de 1904], 124.

<sup>633</sup> *Ibidem*, 125.

figuras do partido.<sup>634</sup> Entre 1900 e 1903, por seis vezes, surgem títulos “grandes” (sobre mais de uma coluna) que nomeiam correligionários. Contudo, só no ano de 1904, recenseamos vinte e quatro títulos “grandes” desta natureza. Catorze recaem sobre Bernardino Machado, e só ele tem direito, por três vezes, a título sobre todas as colunas. Prática jornalística que, com alguma probabilidade, traduz já a estratégia de uma parte do partido republicano, na qual se integra Afonso Costa, que procura «transformar este político no líder, ainda que informal, do PRP».<sup>635</sup>

É clara a incorporação do jornal *O Mundo* no plano de afirmação da corrente radical no partido. Mas a aproximação de Borges e Costa não tinha sentido único.

Em nenhum momento a proximidade aos meios socialistas e libertários, pelo *O Mundo*, tomaria tão grande repercussão como, no segundo semestre de 1904, com este diário a conceder sucessivos títulos “grandes”, a acompanhar a prisão de Bartolomeu Constantino, em junho, e o atribulado processo judicial que envolvia este destacado socialista libertário, acusado de organizar distúrbios em Faro, e sobre quem recaía a ameaça da “lei de 13 de fevereiro”. Segundo António Ventura, «por todo o país se organizou um vasto movimento envolvendo anarquistas e republicanos, com recolha de fundos, sessões públicas de protesto, campanhas de sensibilização na imprensa, sem olvidar a batalha legal nos tribunais».<sup>636</sup>

Note-se que a campanha vinha em momento oportuno. Ocorria, pouco tempo depois de França Borges ter colaborado, com todos os proprietários da imprensa diária de Lisboa, na recusa em aceitar o contrato coletivo de trabalho dos tipógrafos compositores, já acordado com as “casas de obra” (tipografias), por representar um encargo excessivo para os 22 jornais diários. Posição que era, aliás, defendida em nome da “liberdade de imprensa”. O conflito originou, entre 19 e 25 de abril, um «misto de greve e lock-out»,<sup>637</sup> que durante sete dias impediu a edição de jornais em Lisboa. Seria o incidente resolvido com a intervenção do

---

<sup>634</sup> Note-se que apenas colocamos os títulos que explicitamente inserem a referência a uma individualidade. A título de exemplo, a 2 de novembro de 1901, um título a duas colunas, “Cristianismo e Clericalismo”, encimava carta de Teófilo Braga, não sendo aqui contabilizado. No mesmo sentido, a 29 de abril de 1901, a abertura do Centro Escolar Afonso Costa, que ocuparia extenso artigo, na página 1 e 2 do jornal, não tinha direito a título.

<sup>635</sup> Maria Alice Samara, “As Repúblicas...”, 78.

<sup>636</sup> António Ventura, *Anarquistas...*, 148.

<sup>637</sup> José Barreto, “Os tipógrafos e o despontar da contratação coletiva em Portugal”, *Análise Social* XVII, 66 (1981-2.º): 286.

juiz Veiga, que ameaçaria com a “lei de 13 de fevereiro”, Teodoro Ribeiro, Augusto Cesar Santos, José Fernandes Alves e Francisco Cristo, cabeças do movimento reivindicativo da forte Associação de Classe dos Compositores Tipógrafos.<sup>638</sup> No dia 26 de abril, quando retoma a sua edição, o *O Mundo* não destacaria a greve mas o «o golpe de Estado» do governo, como apelidava à dissolução do parlamento, que entretanto ocorrera, enquanto a imprensa estava silenciada.

É neste contexto que em junho, em Lisboa, *O Mundo* se entrega a “campanha” favorável a Bartolomeu Constantino, elevando a título “grande” a “caso”, enquanto, Afonso Costa, assume a defesa do réu, ganhando certa popularidade, no meio operário. No início de agosto, Borges acompanharia Costa e Mayer Garção às audiências no tribunal de Olhão, de onde sairia pesada sentença – pena de prisão correccional por três meses e deportação para Timor. Mas a 12, sobre duas colunas, lia-se, em antetítulo, “Dr. Afonso Costa”, em título “Documento Jurídico” e subtítulo, “Minuta de apelação da sentença que em 4 do corrente condenou Bartolomeu Constantino pela lei de 13 de fevereiro”, onde entre outros argumentos, se lia: «anarquista é-o como foi Jesus».

O *O Mundo* lideraria o movimento de indignação, lançando subscrição pública a favor dos filhos de Bartolomeu. Acompanhando diariamente o caso nos meses seguintes. A 3 de outubro, com lugar de honra na primeira página, uma extensa reportagem exclusiva dava conta da chegada de Bartolomeu a Lisboa.<sup>639</sup> A restante imprensa republicana e socialista também acompanhava o caso, em particular, o jornal *O Alarime*, do Porto, dirigido por Heliodoro Salgado. A sentença seria confirmada neste mês, levando a recurso ao Supremo Tribunal, que lhe negou provimento e confirmando a sentença da 1.ª instância. Já em dezembro, a 15, sobre duas colunas, lia-se “Caso de Humanidade. Apelo – Evite-se um crime!”.

O “caso” da prisão de Bartolomeu acabaria por resultar no relançar da campanha contra a “lei de 13 de fevereiro”, em novembro, pela mão de um “Manifesto aos homens de coração” (assinado por uma Comissão de Protesto Contra a Lei de 13 de fevereiro, ativada pela Confederação Metalúrgica), que contaria com forte presença dos homens da Federação

---

<sup>638</sup> Contava com 600 associados, numa cidade que contabilizava 821 compositores oficiais e 206 aprendizes, cf. José Barreto, *idem*.

<sup>639</sup> Já reproduzida no capítulo 5.2.

Socialista Livre (entretanto desaparecida), e com a colaboração do *O Mundo*, que lhe redefiniu o alvo: o legislador, João Franco. A 21 de dezembro, como novo título sobre duas colunas, escrevia: “Bartolomeu Constantino, a lei de 13 de fevereiro e o Sr. João Franco”, com subtítulo: “Resposta dum pseudo liberal”.

No início do ano de 1905, já estava formada uma “Liga Contra a Lei de 13 de fevereiro” que o *O Mundo* acolhe nas suas páginas. Neste jornal, a campanha é amplamente publicitada, pelo destaque em título (só em janeiro, a 10 e a 30, dois títulos “grandes”) e pelo registo diário da inédita adesão à luta travada – que nos meios socialistas já vinha de trás, mas só agora encontrava apoios mais vastos.<sup>640</sup>

A 1 de janeiro, *O Mundo* reproduz uma curta carta de adesão de Costa à iniciativa da Liga Contra a Lei de 13 de fevereiro («eis o que exige a consciência coletiva de quem tenha ao menos um resto de pudor»), o *O Mundo* comentava: «As nobres palavras do nosso querido amigo são próprias da sua grande alma sempre aberta a todos os sentimentos de justiça». No dia seguinte, noticiava-se a adesão de Bernardino Machado, mais prolixa: «Na sessão de ontem da Liga [...] foi lida e saudada [...] a carta», que se reproduzia:

*“Não há delitos de opinião. E o anarquismo, em toda a sua pureza, é um sublime ideal que as sociedades vão cada dia mais realizando. Já hoje não queremos profissões religiosas, já vamos suprimindo os intermediários económicos, o direito de iniciativa e o referendium já esboçam na Suíça o anarquismo político. Lucriminá-lo é sobretudo prova de ignorância. Está sucedendo com ele o mesmo que sucedeu com a República: as violências cometidas em seu nome deturpam-lhe o verdadeiro sentido. Mas não tardará também que se lhe faça justiça. É questão de propaganda, de instrução. [...].*

Entre os notáveis republicanos seria o insuspeito Brito Camacho quem enviaria a carta de adesão com sentido mais provocador, publicada a 6 de janeiro no *O Mundo*: «[...] Que eu, valha a verdade, não revogaria essa lei, se dependesse só de mim a sua revogação. Suspendia-la, apenas,

---

<sup>640</sup> Duas campanhas, uma em 1898, no âmbito da prisão de França Borges, e outra, em 1900, durante a onda de repressão política que recaía no movimento livre-pensador.

até que mudassem os tempos, e proporcionaria depois aos seus autores o ensejo de lhe reconhecerem praticamente as virtudes e excelências”.

Na campanha contra a lei de 13 de fevereiro encontramos vários chefes putativos do partido republicano a cortejar os meios socialistas e libertários, solidarizando-se com uma iniciativa de carácter vital para estes – até aqui, as únicas vítimas dessa lei.

A convergência entre diversos agrupamentos antidinásticos ganhava nova dinâmica. Todos pareciam apostados em privilegiar a propaganda e a organização de ações imediatas em detrimento de qualquer clarificação ideológica ou programática. A. Ventura refere:

*A recetividade obtida excedeu, certamente, as melhores expectativas dos promotores. Os apoios não se fizeram esperar e chegaram de sectores bem diversificados, embora o núcleo inicial fosse integrado por anarquistas e republicanos que com eles colaboravam. Registou-se uma autêntica avalanche de adesões: comissões municipais republicanas, associações de classe, grupos de anarquistas e jornais de várias orientações.<sup>641</sup>*

Em janeiro, a 9, um comício, em Lisboa reunia 6 a 7 mil pessoas. E, no mesmo mês, um outro, a 27, contou com maior envolvimento e presença de ilustres republicanos, como Teófilo Braga, Manuel de Arriaga e Lomelino de Freitas. A campanha contra a “lei de 13 de fevereiro” tornar-se-ia, neste ano de 1905, arma de arremesso contra João Franco, que pela mesma altura reaparecia na cena política recuperando um militante discurso liberal. A 1 de julho, o *O Mundo* publica carta da Liga, enviada a João Franco, convidando-o a participar em debate público:

*Amanhã, 2 do corrente, pelas 0 horas da noite tem lugar no Centro Rodrigues de Freitas, Largo de santo André, 10-A, 1.º, uma sessão de propaganda contra a lei de 13 de fevereiro de 1896, lei que é do tempo que V.Ex.<sup>a</sup> esteve no poder [...]. A comissão Executiva da Liga [...] não tendo dúvida alguma em discuti-la seja com quem for, não faz reuniões em particular, com entrada por bilhetes pessoais intransmissíveis – expõe publicamente o seu modo de pensar. Se V.Ex.<sup>a</sup>, ou quem no dia 29 de junho último disse que só era contra a lei de 13 de fevereiro quem não tivesse a consciência tranquila, quiser comparecer nessa sessão, será*

---

<sup>641</sup> António Ventura, *Anarquistas...*, 152.

*ouvido e terá quem discuta com toda a cortesia as suas afirmações. Nessa sessão serão discutidas as afirmações que a imprensa diz terem sido feitas na inauguração do Centro Regenerador Liberal Adriano Cavalheiro. Por isso o participamos a V.Ex.<sup>a</sup> a fim de podermos dizer, se V.Ex.<sup>a</sup> não comparecer nem se fizer representar, que não tem a coragem de defender as suas opiniões. Discutiremos sem injuriar, desde o momento em que encontrarmos na nossa presença quem com lealdade faça o mesmo [...].*

A 3 de julho, o jornal informava, na sua primeira página:

*muito antes, porém, dessa hora, já era difícil entrar na sede do Centro; sala, gabinetes, escada, tudo estava apinhado de povo, que se aglomerava também na rua, tornando por vezes difícil o trânsito. E toda esta enorme multidão estava altamente entusiasmada. Havia uma certa curiosidade nos que queriam ver como Sr. João Franco ou alguém em seu nome responderia aos que atacassem a sua querida lei. Nesse ponto houve completa desilusão: nem ele nem nenhum dos seus teve coragem de responder ao repto leal, que lhe foi lançado, nos termos mais corteses, pela Comissão Executiva [...].*

Estaria em gestação, no ano de 1905, em Lisboa, sob os auspícios do partido republicano, uma revigorada corrente de teor democratizante? É provável que sim. O que sabemos é que nos próximos dois anos o partido republicano não só cresce, como revela, na sua imprensa, uma enorme capacidade de enquadramento de vários descontentamentos, adotando no seu trabalho militante, uma postura democratizante, intransigente e mobilizadora, contígua ao sector mais radical do movimento.

Como já referimos o jornalismo republicano estava, por esta altura, também, a mudar. Em 1905, o *Vanguarda* recupera, a prática de intitulação que tinha abandonado, em 1898, perdendo, a sua feição moderada, e ganhando ímpeto mobilizador e participativo, já no final do ano. Nos dois jornais republicanos o recurso ao título “grande” cresce, em 1906, exponencialmente, tendendo a ganhar um desconhecido, embora relativo, grau de homogeneidade.<sup>642</sup> E veja-se, no início de 1905, o apelo ao voto, do *Vanguarda*, nas eleições de 12 de fevereiro, em título sob todas as colunas: “À urna pela lista republicana”, e em subtítulo: “O Partido

<sup>642</sup> Conf. Júlia Leitão de Barros, “O Jornalismo Político Republicano...”, Tomo II, Anexo 2.

Republicano apresenta como seus candidatos [...]”. Nessa data, o ímpeto mobilizador do *O Mundo* ainda se destacava, no mesmo dia lia-se sobre todas as colunas “O Dever de Hoje”, e em extenso subtítulo:

*Todos os homens de bem incompatíveis com partidos que, sem ideais nem princípios, são sociedades exploradoras da fortuna pública; todos os patriotas que vêm, confrangidos, as angústias infligidas à Pátria Portuguesa; todos os amigos da Liberdade que não se conformam com a obra da reação e opressão que tem transformado o constitucionalismo português num despotismo arbitrário; todos os que têm inteligência para compreender que o poder legislativo não deve ser constituído por delegados do poder executivo, por ele escolhidos num simulacro de eleição; todos os que têm consciência, coração e inteligência, têm hoje um dever a cumprir: é votar nos candidatos do Partido Republicano, naqueles que não têm responsabilidades nos processos da nossa administração pública, naqueles que só intervêm na política, com sacrifício pessoal, por dedicação aos altos princípios da Justiça, de Liberdade e de Amor.*

No mesmo sentido, apesar de ambos destacarem os atropelos eleitorais no Pinhal da Azambuja, que viriam a público três dias depois, era ainda possível distinguir duas linhas editoriais. Só o *O Mundo*, apelaria à rua, a 18: em “caixa” a duas colunas, com título, “O Dever do Povo”, lia-se a *bold*:

*A cidade de Lisboa está ainda a desagravar-se do insulto que lhe foi lançado por meio do pinhal da Azambuja e da Lourinhã, com o indecoroso roubo dos diplomas aos deputados por ela eleitos. A população de Lisboa não pode nem deve conformar-se com essa vergonha, cabendo-lhe a obrigação de se opor a que os eleitos pelo pinhal da Azambuja e pela Lourinhã ocupem os lugares dos seus verdadeiros deputados Um povo com brios não esquece os agravos que lhe são feitos; vinga-os, desforça-se deles. É preciso acabar com a lenda de que o povo de Lisboa não tem vitalidade nem força. É preciso que ele demonstre que não esqueceu o ultraje e que está disposto a castigá-lo. A primeira prova que ele tem de dar é na próxima quinta feira, 23. Nesse dia, apurar-se-á oficialmente no largo do Pelourinho a grande, a cínica, a indecorosa batota com que se pretendeu esmagar o voto livre da capital. Os verdadeiros deputados por Lisboa irão a essa assembleia, a pugnar pelos*

*direitos que a cidade lhes conferiu e que indignos salteadores lhes arrancaram. À população de Lisboa corre o dever de nesse dia mostrar que se encontra de coração com os deputados que elegeu.*

*O povo da capital deve nesse dia, por meio duma grande manifestação, mostrar que soube o que fez quando elegeu os homens inteligentes e honestos e que não está disposta a abdicar da vontade que traduziu por meio de voto.*

O certo é que *O Mundo* já não bramava solitário, o circunspecto *Vanguarda* acompanhava-o, em título “grande”, não no apelo à mobilização, mas na leitura política da atualidade e escrevia em título, a 19 de fevereiro, sob quatro colunas, “No Pinhal d’Azambuja”, com subtítulo: “Como se fazem as eleições em Portugal”. E a 25 de março, escrevia sobre todas as colunas o título “A Burla sancionada pelo regímen”, com subtítulo “A vitória dos bandoleiros”.

Já em setembro, em plena “crise dos tabacos”, o *Vanguarda*, introduz nos seus “títulos grandes” um esforço mobilizador até aqui ausente nesta prática, escrevendo, a 10, sobre todas as colunas: “Ao Comício! Ao Comício de hoje, Cidadãos!”, com subtítulo: “Protesto contra a imoralidade, o peculato, a corrupção, o roubo, a tirania e a morte”. O jornalismo republicano tendia a apropriar-se das práticas jornalísticas do republicanismo radical.

Mas no *O Mundo* também se observa uma mudança editorial, entre 1905 e 1907. Seguindo a análise da sua prática de intitulação, verifica-se uma crescente diversificação das temáticas intituladas – mais abrangente na cobertura das lutas no campo monárquico –, um recuo das suas campanhas “exclusivas” e, sobretudo, um progressivo relevo dado ao partido. E detenhamo-nos neste último aspeto. Os títulos “grandes” que destacam os “notáveis” do partido republicano, não só se mantêm, no ano de 1905,<sup>643</sup> como ganham novo vigor, no ano de 1906, quando no total de 284 títulos, sobre mais de uma coluna, 60 recaem na evocação do nome de um só correligionário. Na verdade, 52 destes títulos “grandes” pertencem a uma secção diária do jornal, lançada logo a 1 de janeiro, desse ano, intitulada “Republicanos” (sempre seguida do nome de um correligionário, e ilustrada com retrato). Acresce que, em 1906, a presença da

---

<sup>643</sup> Em 1905, surgiram em destaque de título e de forma individualizada: Bernardino Machado quatro vezes, Manuel de Arriaga, duas vezes, Alves Correia, uma vez, Afonso Costa, uma vez.

“vida” partidária nos títulos “grandes” correspondeu, ainda, à introdução de nova temática até aqui, saliente-se, ausente, a saber: a explícita nomeação de centros republicanos e das suas atividades no título “grande”. Pela primeira vez surgem então destaques sobre inaugurações de centros republicanos, informações sobre as suas iniciativas de carácter recreativo/educativo, noticiário sobre distintos correligionários. Esta vertente de intitulação ganharia, no *O Mundo*, maior expressão, no ano de 1907.<sup>644</sup>

Estamos em condições de afirmar que seria um erro avaliar a estratégia de afirmação do partido republicano, a partir deste ano de 1905, apenas pela ótica do tratamento dos “insucessos” monárquicos.

É certo que coincidia o novo ânimo partidário, com o estalar da “crise dos Tabacos”. A negociação de um novo contrato do Estado para a exploração do negócio dos tabacos (um dos mais rentáveis ramos da indústria portuguesa) é consensualmente apresentada como tendo despoletado, no seio da família monárquica, um gravoso momento de tensão e divisão, que tornaram o “rotativismo inoperante”.<sup>645</sup> Vasco Pulido Valente considera que, para a monarquia, este foi «o mais prejudicial de todos os escândalos», destacando «as suas perversas complexidades»,<sup>646</sup> que no espaço de um ano (1905-06), se saldaria pela queda de dois governos, uma cisão do partido progressista, liderada por José Alpoim (Dissidência Progressista), e o regresso à política ativa de João Franco, dissidente do partido regenerador, agora à frente de um vigoroso Partido Regenerador Liberal.

Também, Fernando Catroga sublinha que «em correlação com o sucesso republicano, se devem destacar os erros e as responsabilidades da própria Monarquia na aceleração da sua queda»,<sup>647</sup> fazendo, no entanto, notar: «os erros monárquicos ajudaram à derrocada, embora a depreciação da Monarquia tenha sido essencialmente produto dos efeitos da propagação da Monarquia junto da opinião pública urbana e politizada». <sup>648</sup>

O romper do pacto rotativo e o aprofundar da divisão das elites monárquicas criaram oportunidades ao sector democrático, contudo, convém valorizar a resposta política do movimento republicano. E quanto

<sup>644</sup> Conf. Júlia Leitão de Barros, “O Jornalismo Político Republicano...”, Tomo II, Anexo 2.

<sup>645</sup> Vasco Pulido Valente, *O Poder...*, 36.

<sup>646</sup> *Idem.*

<sup>647</sup> Fernando Catroga, *O Republicanismo...*, 100.

<sup>648</sup> *Idem*, 101.

a nós destaca-se o contributo do jornal *O Mundo* – já então dirigido, nos bastidores, por Costa – que irá justapor, às divergências programáticas, a urgência de mudança política, enquadrando o “caldo ideológico” dos sectores democráticos onde se movia – tomados pela defesa da liberdade de pensamento e pela democracia – num projeto, ainda que vago, de uma República redentora, protagonizada pelo partido, ou melhor pelos seus notáveis.

É pois já “outro” jornal *O Mundo*, aquele que encontramos no estudo comparativo que realizamos sobre o dia 1 de abril de 1906.<sup>649</sup> Coincidindo com uma campanha eleitoral, este jornal apresenta, nesse dia, cerrada ladainha glorificadora dos candidatos republicanos. Sobre Afonso Costa afirma:

*É um trecho da história dum país, afirmando o protesto audaz, inteligente e esforçado dum Futuro contras as infâmias e as bandalheiras de um Passado, e dum Presente. Então esse homem não foi apenas um homem representou uma legião. [...] A sua vibrante palavra traduziu toda a energia, toda a inteligência e toda a convicção daquele potente lutador que tudo sacrifica à República – a começar pela sua saúde. Como ele empolgou a assembleia, como ele nos fez vibrar de entusiasmo a quantos o ouvimos [...] um enviado da Justiça – quer acuse os opressores, os tiranos e os espoliadores, quer defenda os oprimidos, os miseráveis e os desgraçados, quando executa a acusação da monarquia como quando faz a defesa da República.*

Já António José d’Almeida é apresentado como «tribuno da Revolução, a sua palavra inspira as almas a suggestionar-lhes heroísmos redentores [...] qualidades de inteligência e palavra”. E Bernardino Machado louvado como a «encarnação e símbolo da bondade, o homem no estado da perfeição moral e intelectual [...] verdadeiro homem de Estado [...] educando com o seu exemplo a sua palavra a sociedade portuguesa». De Alexandre Braga defende o jornal: «há-de impor-se pelo seu talento que é enorme, e também pela sua audácia, que é a de quem possui a consciência dos seus direitos e os quer ver respeitados», etc. O jornal acolhia

---

<sup>649</sup> Conf. Júlia Leitão de Barros, “O Jornalismo político d’ *O Século...*”. Conf. Júlia Leitão de Barros, “O Jornalismo Político Republicano...”, Tomo II, Anexo 1.

a pessoalização do político, através do recurso à mistificação dos candidatos republicanos, arquétipos de um ideal cívico, num desfile de histórias de vida virtuosas, tomadas pela convicção, coragem, inteligência e estudo.<sup>650</sup>

Esta faceta acentuadamente dogmática do jornalismo republicano não o esgotava.<sup>651</sup> E a este propósito basta lembrar como, em janeiro de 1906, uma inédita, embora tímida, campanha a favor do alargamento do sufrágio universal, é acolhida nas páginas do *O Mundo*. A 7, sob o título, a uma coluna, “Reclamação” lia-se:

*Na redação do O Mundo e em muitos outros locais pode ser assinada a seguinte reclamação: «Os abaixo assinados, membros de todas as classes sociais e representantes de todas as opiniões políticas, reclamam uma reforma eleitoral que baseada no sufrágio universal, e consignando a autonomia política das cidades e a proporcionalidade de representação, permita a intervenção de todos os agrupamentos partidários na gerência dos negócios públicos.»*

Ao contrário do que era habitual não se reproduziam os nomes dos signatários, e não se divulgavam as moradas dos pontos disponíveis para

---

<sup>650</sup> Na parte inferior desta primeira página do *Mundo*, pode também ler-se, por entre outras informações, sob o título Ecos & Notícias: «Manuel Arriaga. Bastante conhecido e adorado pelo povo português [...] deixa em todos os corações que respeitosa e acatam um rastro de luz. [...] Tem a alma dum *novo*; sonoro e vibrante [...] em frases que toda a gente compreende (donde se vê que lhe saem do coração) caso tão pouco vulgar nestes nossos tempos de linguagem... irrisória e desafortadamente rendilhada»; «os seus lábios têm sempre um sorriso de bondade», «aureolado de luz, como outrora o sublime crucificado de Judeia que chamava a si os humildes e os pequeninos». Não se hesitando aqui em recorrer à primeira pessoa: «E esta uma das mais sublimes qualidades que descobri na sua boa alma, desde o momento em que lhe apertei as mãos. Ele tem para toda a gente, sem distinção de classe, o mesmo sorriso de bondade. A desgraça comove-o profundamente. Engrandece os que trabalham e aos indolentes esforça-os por conduzi-los ao caminho do Bem. Enfim: se o mundo estivesse composto de homens com os raros sentimentos que possui o Dr. Manuel de Arriaga, teríamos conseguido a regeneração da Humanidade inteira».

<sup>651</sup> No estudo que realizámos sobre o jornalismo de Lisboa, no dia “1 de Abril de 1906”, chamámos a atenção para a forma como o *O Mundo* apresentava, na sua primeira página, duas formas de abordagem do ato eleitoral, ocorrendo-se de uma singular paginação, que dividia literalmente em duas partes, a primeira página do jornal: combinando seis colunas encimadas por três colunas. Na parte superior destacava com título e subtítulo sobre toda a página: “Partido Republicano”, “Os candidatos pelos círculos de Lisboa”, integrando aqui as notas biográficas, já por nós referidas. Na parte inferior, em extensa notícia coletiva, “Ecos & Notícias”, seguia o tratamento do ato eleitoral nos moldes dos seus colegas monárquicos, pequenas informações comentadas interplavam os adversários políticos.

assinar o documento. No dia anterior, um editorial de Botto Machado, intitulado “Sufrágio”, remetera a iniciativa para o partido: “Bem, procedeu, pois, o partido republicano, tomando a iniciativa duma consulta e auscultação à opinião liberal e honesta do país”. Mas no *Vanguarda* o assunto não era mencionado.

O jornalismo radical tornara-se menos linear. A sua intervenção no debate político não se detém, como até aqui, na adoção da forma convencional de interpelação do poder pelo cultivo da intriga de bastidores (a conversa entre jornais por nós tratado no capítulo 4.3), nem na difusão do ideário igualitário de teor democratizante, de apelo às virtudes da ação coletiva que reivindica uma conceção da política que a todos pertence (por nos tratado no capítulo 3.2), passaria também a promover, sacralizando, alguns porta vozes, representantes republicanos, políticos profissionais, os notáveis do partido. O mesmo acontecia no *Vanguarda*.

A crescente importância assumida por alguns notáveis do partido – os doutores – não deixou de criar algum mal-estar interno. Por exemplo, no início de 1906, ainda no âmbito de uma iniciativa da “Liga contra a lei de 13 de fevereiro”, Botto Machado entrava, nas páginas do *O Mundo*, em polémica, com Pereira Bravo, a este propósito, queixando-se, a 3 de janeiro: «[...] eu apenas me limitei a fazer notar a desigualdade havida a meu respeito, talvez só por eu não ser bacharel...como toda a gente». Apontando o jornalista, dois dias depois, o “ostracismo” a que eram votados Chagas, Angelina Vidal, Heliodoro Salgado, denunciando, sem explicitar: «a navalhada, a intriga, a dentada das víboras, o arredar por todos os modos, os que mesmo só de uma maneira ténue, possam fazer sombra [...]».

No *O Povo de Aveiro*, de 10 fevereiro de 1907, sob o título “Democracia”, o ainda republicano Homem Cristo, refletia sob a tendência sacralizadora, presente em toda a imprensa diária republicana:

*Se a idolatria é má em todas as religiões, é detestável perante a democracia que é contrária a todos os cultos e a todos os dogmas. E prejudicialíssima ao partido republicano português, onde sempre se exerceu e está exercendo por processos inadmissíveis no próprio catolicismo. [...]. Meia dúzia de indivíduos canonizam em Lisboa S. Boto Machado. Outros tantos canonizam no Porto outros que não valem mais.... Amanhã será canonizado S. Luiz Derouet [...]. O Perigo, o inconveniente, todo o*

*inconveniente, está exatamente nesse facto de uns serem santos e outros não o serem. Ou todos ou nenhuns. Na nossa opinião não o deve ser nenhum. [...]. Se o vício fundamental de todas as religiões é a intolerância, o facciosismo, o compadrio, isto é, o espírito de seita, como há-de o Sr. Bernardino Machado fugir ao vício da nova religião, apesar de toda a nobreza do seu caractere e de toda a lucidez da sua inteligência? [...]. Quem reparar bem verá que não há uma só conferência realizada pelo Sr. Bernardino Machado, em que o ilustre professor não tenha uma palavra de referência para o Mundo, o Sr. França Borges, o Sr. Afonso Costa, o Sr. João Chagas, ou outro dos amigos íntimos do grupo representado na imprensa pelo Mundo. [...]. O busílis está na forma de tratar as pessoas em relação aos princípios. Perguntamos: e não será política pessoal louvar engrandecer os amigos e esquecer sistematicamente os que não são amigos? Não será a forma mais antipática de atacar pessoas? (...). Resultado? O resultado é puxar cada um para a sua banda».<sup>652</sup>*

A verdade é que, ao contrário dos partidos rotativos, cujos chefes se faziam representar por órgãos de imprensa próprios, o diretório do partido republicano nunca teve um jornal seu, e apesar do esforço de relançamento do partido, esteve longe de assumir o comando, ou impor qualquer tipo de disciplina partidária. É aliás curioso verificar como esta situação criava situações embaraçosas no diálogo travado na imprensa com os parceiros monárquicos. Podendo estes com facilidade descartar ou valorizar as tomadas de posição dos jornais republicanos ao sabor das suas conveniências. Em contrapartida, os jornais republicanos também oscilam entre falar em nome do partido ou reclamar a sua margem de autonomia. E veja-se, a este respeito, como em 3 de dezembro de 1901, o *O Mundo*, responde à *Tarde*, jornal do partido regenerador, então no governo:

*Quem politicamente é responsável pelo que aqui se publica, está, no caso, devidamente autorizada a afirmar que são caluniosas as insinuações publicadas na Tarde [...]. Falámos em nome do partido republicano, e em nome do partido republicano continuamos falando. Em nome dele, afirmamos que é falsíssimo que tenha havido qualquer entente com o grupo franquista.*

---

<sup>652</sup> Homem Cristo, *Notas da Minha Vida...*, VII, 206-10.

Já a 6 de abril de 1903, o *O Mundo* responde ao *O Popular*:

*Um cabeça de burro ao serviço da polícia escreve no Popular: “Sr. redator – é muito curioso ler a prosa do Mundo e da Vanguarda a respeito do rei Eduardo e da aliança inglesa. O Mundo saúda em artigo de fundo o rei Eduardo não como soberano, mas como grão-mestre da maçonaria e logo a seguir publica a opinião de um diplomata português segundo o qual a Inglaterra não se oporá à mudança de instituições em Portugal, continuando a existir a aliança. A Vanguarda, porém, entende que precisávamos de uma federação ibérica como primeiro passo para a união dos povos latinos. Este desacordo de opiniões em questões de tanto vulto da política, tanto interna como internacional, dá medida do estado das mioleiras dos dirigentes do movimento republicano, que ao cabo de mais de 20 anos de exibição de retórica oca desabituarão-se de pousar, se é que alguma vez tiveram ideias assentes e detalhadas e a respeito delas chegaram a completo acordo”. O grandessíssimo cabeça de burro esquece: 1.º que nem a Vanguarda nem O Mundo são jornais dirigidos por chefes republicanos; 2.º que o Partido Republicano não impõe que os seus correligionários tenham ideias próprias grandessíssimo cabeça de burro baralha: 1.º quando nos atribui responsabilidades numa opinião que transcrevemos do Liberal a mero título de curiosidade; 2.º quando dá a entender que o facto de saudarmos o rei Eduardo como maçom mostra que nós somos contrários à aliança dos povos latinos. Porque não há de a cabeça de um burro fingir que tem cabeça de gente!*

Difícil é saber que repercussão teve na empresa jornalística de *O Mundo* esta nova fase da vida do partido republicano, seja em termos de financiamento partidário ou impacto nas suas vendas diretas. Se considerarmos a inovação de conteúdos jornalísticos, como indicador fiável do seu sucesso material, apercebemos-mos que 1906 surge como um ano de charneira. Para entendermos o impacto das novidades que ocorrem no *O Mundo* convém inseri-lo no meio jornalístico do seu tempo. Como vimos nenhum jornal diário era indiferente aos efeitos da concorrência entre o *O Século* e o *Diário de Notícias*, acompanhada pela constante modernização técnica, aumento de tiragens e de número de páginas, crescente recurso à ilustração e diversificação de conteúdos de cariz mais generalista e de entretenimento.

Como vimos no capítulo 3.1.1., a imprensa político partidária já vinha dando provas, desde a década de noventa, da sua capacidade de adaptação às novas exigências do jornalismo. Quando analisámos o recurso aos títulos, sobre mais de uma coluna, em jornais diários, demos conta do elevado grau de experimentalismo e constante apropriação de práticas jornalísticas, presentes no conjunto do campo jornalístico, no início do século. Salientamos como *O Século* e o *O Mundo* se distinguiram da restante imprensa pelo uso mais frequente do título sobre mais de uma coluna, apresentando dois modelos de intitulação que não se confundiam. E, não obstante, termos realçado que, sobretudo a partir de 1905, o modelo mobilizador e interventivo do *O Mundo* tendeu a ser adotado, mesmo que timidamente, pela restante imprensa, o formato de entretenimento, do *O Século*, não deixou de aflorar, ainda que conjunturalmente, por toda a imprensa diária de Lisboa.<sup>653</sup>

À semelhança da restante imprensa diária o *O Mundo*, ao longo do período que vimos tratando, vai introduzindo também pequenas inovações, na sua forma e conteúdo, que não se detêm no título “grande”. Por exemplo, por via de um maior cuidado no uso da imagem. Em 1901, acompanha a luta anticlerical com o recurso a seis caricaturas; em 1902, ilustra o seu folhetim (“Memórias de uma Freira, Soror Teresa,” seria o primeiro, em fevereiro de 1902) e passa a inserir pequena anedota a rematar a sua secção diária, “Ecos e Notícias”. No ano seguinte, as novidades seriam de maior nota, ao introduzir a ilustração na sua primeira página, pela reprodução de retratos em croqui, abalanzando-se na publicação, esporádica, de números de 8 páginas (o primeiro sairia a 1 de janeiro de 1903), procedendo, ainda, a uma mais cuidadosa paginação, colocando, frequentemente, para além do título e subtítulo, um antetítulo genérico.

Para o jornalismo republicano a conquista de novos leitores tinha uma dimensão política declarada: a expansão do ideário democrático. O *O Mundo*, em particular, sempre aspirara poder vir a constituir-se um órgão de imprensa política popular. Desde o início no campo do jornalismo *O Século* assumiu o lugar de principal adversário. Este detinha um capital simbólico que o colocava nas proximidades do republicanismo, cujo reformismo progressista de algumas das suas peças, iam ao encontro dos

---

<sup>653</sup> Conf. Júlia Leitão de Barros, “O Jornalismo Político Republicano...”, Tomo II, Anexo 2, *Quadro VIII*.

mais diversos descontentamentos. Mas como noutro lugar referimos a afirmação do jornalismo de negócio do *O Século* foi sendo alvo de atenção de toda a imprensa diária e não só do sector republicano radical.<sup>654</sup> Referimos como os argumentos “esgrimidos” contra o *O Século*, por monárquicos e republicanos, revelavam um mal-estar geral perante um próspero jornal de negócios que ousava interferir nas regras há muito estabelecidas no terreno jornalístico pelo campo político, a saber: o respeito pela tutela dos partidos e do pessoal político graduado sobre o debate jornalístico.

Vimos como o constante ataque ao *O Século*, embora pudesse assumir a expressão de uma “guerra moral”, deve ser inserido na luta travada pelo campo político no sentido da preservação da estrita divisão de funções, entre do jornalismo de “opinião” e de informações, que passava pela exigência, a este, de elevado grau de abstenção em polémicas políticas. Acusado de mercantilismo e de “servir” todos os que o “pagassem”, o *O Século* foi renegado pelos republicanos, alvo de polémicas (como a acusação de ter incendiado a redação do *Vanguarda*, em 1902) e campanhas dos seus colegas. Uma delas, encabeçada pelo *O Mundo*, atingiria o eloquente número de cem artigos condenatórios. O *O Mundo* reafirmava (em clara sintonia com os sectores dominantes do campo político) uma conceção de jornalismo legítimo, o jornalismo militante, repetidamente descrito como o jornalismo de ideias e de princípios.

Para o *O Mundo*, o *O Século* assumia o ambíguo lugar de adversário principal e modelo de sucesso inspirador. Segui-lo exigia um esforço financeiro que o *O Mundo* não dispunha e que as ajudas do partido não satisfaziam. Em abril de 1905, Costa ainda não considerava o *O Mundo* peça determinante no partido. Em carta, de 2 de abril, propunha a Borges desfazer-se do jornal:

*Eu, o Bessa e o Germano temos neste momento uma oportunidade de apanhar o Norte por preço razoável e sem passivo algum porque todo fica a cargo da Empresa vendedora. Mas só faríamos a operação tendo a certeza de boa redação e de gerência excelente. Tu eras o homem que para o efeito nos convinha. Que dizes? O meu pensamento é que tu entrasses como sócio nosso, sem desembolso de capital, tendo um mínimo*

---

<sup>654</sup> Conf. Júlia Leitão de Barros, “O Jornalismo Político Republicano...”, Tomo II, Anexo 4 – O Século e os Outros.

*garantido para remuneração do teu trabalho. Disporias com plenos poderes da adm.ão e da redação, designarias os outros redatores, etc. Os obstáculos são o teu Mundo e a tua vida em Lisboa. Este segundo não vale nada. O outro poderia remediar-se se alguém do partido quisesse o jornal, se o fundisses com a Vanguarda ficando proprietário ou se por outra forma remediasses o caso.*

*Mas dize o que se te oferecer, na certeza de que no estado atual das coisas partidárias, a situação é razoável para todos e para tudo.*

*P.S. Escusado é dizer-te que se não quiseses ou não puderes vir para o Norte, do mesmo modo eu fico ao teu dispor para a reconstituição do Mundo.<sup>655</sup>*

Borges recusaria a proposta de Costa. E ao que tudo indica a promessa de Costa viria no ano seguinte, numa conjuntura política precisa: em maio de 1906. O impacto dos acontecimentos do “4 de maio” marca a mudança de conjuntura política. No decorrer do apuramento dos resultados do ato eleitoral de 29 de abril, ocorrem graves incidentes, entre a polícia e republicanos, à chegada à estação de comboios do Rossio, de Bernardino Machado, que renunciara ao “lugar oferecido” no parlamento pelo partido do governo. O campo republicano “conta” com o seu primeiro morto. A agitação da rua reassume um lugar preponderante na luta política. Cai o último governo rotativista.

A recomposição das forças monárquicas, na primavera de 1906, com a constituição de uma coligação entre progressistas e regeneradores liberais, catapultaria João Franco para o governo, a 19 de maio. A promessa de uma governação liberal, assente na tolerância e liberdade, contida no anúncio público (a 25 de maio) do programa do governo de chefe do partido regenerador liberal seria, entre outros aspetos, acompanhada pela mudança de política eleitoral, que permitiria aos republicanos, a 19 de agosto, eleger, finalmente, quatro deputados, Afonso Costa, António José de Almeida, João de Meneses e Alexandre Braga. A competição política alarga-se a vários tabuleiros, à rua, ao parlamento e à imprensa. E é neste contexto que o Mundo sofre uma reestruturação.

Quatro dias depois da tomada de posse de João Franco, o *O Mundo* anuncia, em **bold**: «O Mundo» vai começar a publicar-se com 6 páginas na “máquina» do jornal *Novidades*, «que dá 15 a 20.000 exemplares por hora», «passará a sair às horas devidas», prometendo:

---

<sup>655</sup> *Correspondência Política de Afonso Costa...138-9.*

*[...]melhorar serviços de colaboração, redação e informação, procurando tornar a sua leitura quanto possível interessante [...]. O Mundo procurará manter informado o público português sobre os grandes factos que ocorrem além-fronteiras, fornecendo-lhe assim mais do que notícias interessantes – um elemento de educação. Muitas outras secções se irão desenvolvendo no nosso jornal que procurará, sendo sempre, e acima de tudo, um jornal político, ter também variada e interessante leitura, sem ser, todavia, nunca, um saco de notícias bisbilhoteiras e deletérias.*

Seguindo as práticas do seu tempo, relançar um jornal implicava um premeditado ajuste: maior diversidade temática e cuidado gráfico. A sua intitulação intensifica-se e diversifica-se.<sup>656</sup> Segue esta prática a par com a introdução de novas secções diárias, no segundo semestre de 1906, e destaquemos: a partir de 1 de julho a secção de moda ilustrada, na sua segunda página (“Jornal da Mulher”) e, a 1 de outubro, a secção “O Mundo na Câmara dos Deputados”, assim apresentada pelo jornal: «Para bem poder informar o país da ação dos deputados republicanos no parlamento, O Mundo reproduzirá, por meio de taquigrafia, completos, os discursos que os mesmos deputados proferirem na Camara dos Deputados». A 16 de setembro, um número “especial” de 12 páginas, amplamente “ilustrado” comemorava o aniversário do jornal.

Seria, sem dúvida, a aposta na modernização gráfica do jornal, o aspeto mais marcante da mudança então operada. Como noutra lugar demos conta o *O Século* introduz de forma pioneira a reprodução regular de fotografias, em dezembro de 1905, e a reportagem fotográfica, em 1906. O *O Mundo* seguiria o mesmo trilho, passando a utilizar uma nova linguagem visual para ilustrar a atividade partidária e cobrir a atualidade política nacional. A 3 de junho de 1906, acompanhando um protesto republicano, o jornal reproduz um desenho sobre foto, onde se “vê” Afonso Costa e Bernardino Machado à frente da manifestação, seguida de foto de manifestantes. Por esta altura, o *O Mundo*, intercala, a fotogravura com croquis, sendo difícil perceber a lógica subjacente a esta prática. Em agosto, a cobertura da campanha eleitoral, já se faz, com reportagem fotográfica: a 13, um enorme croqui dá a “ver” Bernardino discursando num comício; a 16, surge novo croqui, agora contendo a

---

<sup>656</sup> Veja-se como a intitulação se intensifica (*Quadro VIII*) e diversifica (*Quadro X*), Conf. Júlia Leitão de Barros, “O Jornalismo Político Republicano...”, Tomo II, Anexo 2.

assistência do comício de propaganda eleitoral do dia anterior. Ainda que de forma irregular, as fotos “narrando” as atividades partidárias vão surgindo, é o caso do cliché, identificado como sendo de J. David Neves, que descreve uma ceia republicana festejando a entrada no parlamento dos deputados republicanos (a 8 de setembro).

Já depois da abertura da nova legislatura, o destaque recairia sobre a atividade dos deputados republicanos. Logo a 3 de outubro, um croqui dava a “ver” António José de Almeida a discursar, perante as galerias apinhadas de “gente”. No dia seguinte, era vez da reprodução do retrato do orador Alexandre Braga, e a 24, Afonso Costa surgia a gesticular no hemiciclo.

Mas seria preciso esperar pelo conturbado momento político, que se seguiu à expulsão dos deputados republicanos, no final do ano, para o fotojornalismo “tomar conta”, de forma mais regular, da primeira página do *O Mundo*. Logo a 21 de novembro, um croqui dá a “ver” a sessão conturbada no parlamento, do dia anterior, e a 22, outro, semelhante ao *O Século*, “mostra” os aplausos populares, em Lisboa, à passagem do automóvel de Afonso Costa e Alexandre Braga. Já em dezembro, a 2, um croqui retrata a repressão de republicanos no Porto, pela força de cavalaria, e a 18, com recurso a um grafismo “apelativo”, o jornal apresenta, uma primeira página, já quase só ocupada com fotos (onze), do comício republicano de 16.

Em dezembro, pela primeira vez, o jornal reproduzia um cliché de uma foto de grupo, de destacados republicanos, Afonso Costa, Bernardino Machado e António José de Almeida. Poucos dias depois, a 1 de janeiro de 1907, uma nova foto de grupo, também ela inédita, nos nossos jornais, apresentava os membros do diretório do partido, e no dia seguinte, nova foto de grupo, dava a ver ao leitor os “seus” deputados – contrariando a convencional forma de os apresentar, com série de retratos individuais em estúdio.

Mas a cobertura fotográfica de acontecimentos políticos não se impõe na rotina diária do jornal, sendo difícil compreender a que variáveis aquela obedeceu. Mesmo assim, a nova linguagem visual, do fotojornalismo, acompanharia alguns momentos marcantes da vida política nacional, e em particular as mobilizações de rua, republicanas, que ocorrem no primeiro semestre, do ano de 1907. E veja-se, por exemplo: o comício, de 25 de fevereiro, contra a nova lei de imprensa, coberto com croquis, de instantâneos, retratando António José de Almeida, Bernardino Machado,

Magalhães Lima, Teófilo Braga, Agostinho Fortes e Faustino da Fonseca a discursarem (nos dias 26 e 27); ou ainda, a manifestação em Aldeaga-lega, a 5 de março, o comício em Carnaxide, a 19 de março, o comício no Cartaxo, a 19 de maio, etc.

Seguindo de perto o jornal *O Século*, também os confrontos com a polícia, em junho de 1907, em Lisboa e no Porto, por ocasião da viagem de João Franco, à capital do Norte, são objeto de intensa reportagem fotográfica. Por exemplo, no dia 19 a reprodução do croqui, retirado do *Jornal de Notícias*, onde se “vê” a carga da polícia sobre os manifestantes, no Porto; no dia seguinte, o croqui mostrando a cavalaria a atuar junto do café Martinho, em Lisboa; a 21, uma leva de presos, numa rua da mesma cidade; e a 22, um croqui destacando os confrontos dos populares com as autoridades.

Em 28 e 29 de julho, seria a vez do *O Mundo*, recorrer a uma inovadora abordagem fotográfica de um político republicano. E esta não recaía em Afonso Costa, mas em Bernardino Machado. A 27, em destaque, ocupando em largura quatro colunas, surgia um instantâneo que recaía sobre a vida privada de Bernardino Machado, onde este surgia a conviver em família. Nos dias seguintes uma extensa reportagem fotográfica, retratava o político a receber em sua casa vários republicanos. Veja-se por exemplo, a foto de grupo, de 30 de julho, com os notáveis republicanos que foram entregar a mensagem a casa de Bernardino, onde entre muitos outros se encontram, Afonso Costa, Teófilo Braga, Bernardino e Consiglieri Pedroso. E, ainda, refira-se a foto de Bernardino Machado com Manuel Augusto da Silva, acompanhado das suas filhas, no dia seguinte, no mesmo jornal.

Em contrapartida, à semelhança da mudança da sua linha editorial, no que respeita ao título “grande”, já por nós referenciada, também no que toca à ilustração, observa-se no *O Mundo*, um claro reforço da cobertura fotográfica de assuntos não políticos, de puro entretenimento e de interesse humano.<sup>657</sup> É certo que já desde 1906, este filão temático constava da primeira página do jornal, é o caso das fotos sobre arraiais, no mês de setembro (em Torres Vedras, a 4; nas Caldas, a 5). Porém, estas tendem a ganhar presença no jornal, no primeiro semestre de 1907. No mês de fevereiro, pela primeira vez, o tema do Carnaval é alvo de cuidado ilustrativo, no dia 10, o jornal apresenta um grande desenho humorístico,

<sup>657</sup> Conf. Júlia Leitão de Barros, “O Jornalismo Político Republicano...”, Tomo II, Anexo 2.

que ocupa toda a primeira página, e no dia seguinte uma ampla reportagem fotográfica. A ilustração passa neste ano a cobrir até as notícias de “interesse humano”. Em fevereiro o jornal ilustrara com um retrato um acidente num elevador de Lisboa, em março, apresentara foto de cadáver de uma criança morta por um automóvel, e em abril, tratara com desconhecido cuidado, a ilustração de um incêndio na rua da Madalena, em Lisboa. Ao mesmo tempo introduzira reportagem fotográfica, por dois dias consecutivos, sobre os “Grandes Armazéns Grandella”, de um seu correligionário (em 7 e 8 de abril).

A 1 de janeiro de 1907, o *O Mundo* informava os leitores sobre o aluguer, por dezanove anos, de um prédio com três andares, na rua de São Roque, n.º 95 a 103, da compra de grande remessa de novo tipo («que lhe dará um belo aspeto»), e da chegada de uma máquina rotativa que permitirá imprimir 4,6 e 8 páginas, explicando:

*As prosperidades do jornal são o reflexo da ideia que ele tem defendido e defenderá, pelas quais se sacrificou e sacrificará sempre que for preciso – essas prosperidades tornar-se-ão por tal forma, em benefício do próprio jornal e conseqüentemente, quanto mais interessante o jornal for, tanto maior será o seu público e tanto maior a ação da sua propaganda.*

Por esta altura já o *O Mundo* era inequivocamente o jornal de Afonso Costa. Em abril de 1907, era ao político, e não ao jornalista, a quem António Ferreira Soares se dirigia, pedindo que um dos representantes do *O Mundo*, ao Congresso do partido, fosse José Caldas.<sup>658</sup> Era também o *O Mundo* quem “respondia” aos ataques dos adversários políticos de Costa. Por exemplo, a 3 de julho de 1906, lia-se no jornal:

*O Saroto dos Santos que escreve no Opinião apresenta o facto do nosso amigo e ilustre correligionário Dr. Afonso Costa não ter sido dos mais votados na constituição do diretório, para sobre isto dizer meia dúzia de baboseiras. Ora verdadeira causa dessa pequena diferença foi que vários amigos do Dr. Afonso Costa, e dos mais íntimos, e admiradores do seu talento e carácter, não votaram no seu nome, por ele, invocando a sua saúde, ter-se repetidas vezes escusado a entrar no diretório. Quanto às baboseiras do Garoto dos Santos – não merecem resposta.*

---

<sup>658</sup> Carta de 20 de abril de 1907 in *Correspondência Política de Afonso Costa...*,165.

Borges assumia-se, ainda, como uma espécie de assessor de Costa no interior do partido: no mesmo mês, a propósito de acesa polémica envolvendo o político e Homem Cristo, é Borges quem transmite ao diretório a posição de Costa.<sup>659</sup> E nas eleições de agosto 1906 é o jornalista quem telegrafia a Costa informando o resultado eleitoral.<sup>660</sup>

Toda a *entourage* política de Costa colabora, direta ou indiretamente, com o jornal, entre eles lembremos Ribas de Avelar, Jorge Abreu, José Caldas, Germano Martins e Francisco Grandella. O próprio Costa, cumpre uma velha promessa e, a partir 24 de maio de 1906, passa a escrever, ainda que esporadicamente, “Notas Vermelhas”, no *O Mundo*.

O jornal de França Borges que sabemos ter sido aquele que, na viragem do século, assumira uma postura democrática excêntrica, aquele que apostara na confluência de todos os republicanos intransigentes (visível na forma como acolhia, conjunturalmente, a via revolucionária e eleitoral), aquele que possuía um capital simbólico de combate e resistência, afirmava-se agora como o jornal político partidário de maior tiragem da capital (capítulo 2.1.). Era ainda a este jornal, sobretudo em 1906 e 1907, aquele que munia o republicanismo de uma narrativa vitoriosa. A 1 de janeiro de 1907, em editorial, saudava o novo ano: «E que este ano traga o dia redentor – que ele veja surgir um República inspirada pela Liberdade e pela Justiça – que ele traga à sociedade portuguesa, portanto, uma nova era de bem-estar, de mansidade, de paz e amor!».

Note-se que por esta altura, já toda a repressão exercida pelas autoridades governamentais sobre o *O Mundo*, em particular as apreensões, tinham como reverso da medalha, a venda de exemplares a preços exorbitantes. Por exemplo, a 23 de julho de 1907, o jornal informava: «No Porto alguns exemplares do *Mundo* que a polícia não conseguiu apreender, foram vendidos a 200 e 300 réis cada um». Ao contrário do que muitas vezes é dito, nem sempre fora assim. Porém a conjuntura do governo de João Franco era a todos os títulos excepcional.

Não obstante as novidades atrás tratadas, a linha editorial manteve-se acentuadamente intransigente, subversiva e mobilizadora, mas seria interrompida, no segundo semestre de 1907, devido ao apertado controlo da imprensa, por parte do governo de João Franco. Mudança bem patente na

---

<sup>659</sup> Carta de 1 de maio de 1905, *in idem*, 167.

<sup>660</sup> *Ibidem*, 214.

forma como quase desaparece a temática política no título e na ilustração.<sup>661</sup> Em paralelo, neste segundo semestre de 1907, o jornal cuida da sua vertente autopromocional. A 24 de julho, na sua primeira página apresenta uma ilustração inovadora, reproduzindo duas fotos de leitores, a lerem o *O Mundo*, em ambiente familiar, segundo a legenda seriam clichés destinados a uma exposição de fotografia, agendada para dezembro, nos Armazéns Grandella. A 10 de setembro, introduz um anúncio ilustrado, com grande gravura, do seu novo folhetim, “O Filho do Cardeal” (destacado com título sobre três colunas), que reproduz, até dia 19. No mês seguinte, promove de igual forma o novo folhetim, “Luta implacável”.

Na esteira do *O Século*, que neste ano obtinha enorme sucesso de vendas com o seu “Concurso dos Bichos”, o *O Mundo* lança também uma iniciativa inédita, no verão de 1907. Por meio de um complicado processo de apuramento dos vencedores, o concurso tinha a particularidade de habilitar assinantes, anunciantes e até associações de ensino:

*Prémios aos nossos assinantes e leitores: Todo o assinante que pagar um recibo (...), ou mais, desde 1 de julho a 30 de agosto, fica só por esse facto, habilitado ao prémio de 100\$000 Réis. Para um assinante receber o prémio, é necessário que o número do seu recibo – não o da assinatura seja aquele em que sair a sorte grande da loteria de 4 de setembro de 1907. Interessam [ilegível] neste prémio algumas escolas liberais, pois se o número da sorte grande for de 1 a 1000 os 100\$000 reis caberão a algum delas. Para este feito consideram-se os recibos de 1 a 1000, divididos pelas seguintes associações de ensino:*

*De 1 a 100 para a Sociedade das Escolas Liberais.*

*De 101 a 600, para a Associação das Escolas Móveis;*

*De 601 a 700 para a Escola 31 de janeiro.*

---

<sup>661</sup> E veja-se, a título de exemplo, a forma como cobriu com fotos: o jogo de boxe dos vendedores de jornais, realizado no Coliseu de Lisboa (com foto de grupo dos participantes, a 2 de agosto, e foto de combate, a 10); o *raid* burrial (com foto de grupo que o organizou, a 26 de setembro, e composição com reprodução clichês do evento, a 7 de outubro), o “crime” da quinta da Formiga, com retratos dos envolvidos no drama, e foto do local; e no primeiro domingo, que se seguiu á promulgação da lei sobre descanso semanal, as fotos com alguns aspetos dos jardins de Lisboa, como um engraxador que não deixou de trabalhar, em 26 de agosto; as festas e romarias, no norte do país, a 28 e 29 de agosto; composições com vários desenhos e fotos dando conta da paisagem e ambiente de praias portuguesas, entre setembro e outubro (como, a de 19 de outubro, comerciantes a veranejar na Figueira da Foz).

*De 701 a 800, para o Centro Escolar Dr. Afonso Costa.*

*De 801 a 900, para o Vintém das Escolas.*

*De 901 a 1000 para a Academia de Instrução Popular.*

*O número de recibos não passados até ao total dos bilhetes da referida loteria – serão igualmente distribuídos, conforme nota que se publicará no começo de setembro, por escolas liberais. Desta forma, o prémio caberá em todas as circunstâncias a um assinante ou a uma escola liberal. Nenhum recibo pago antes de 1 de junho é válido para o efeito do prémio.*

*[subtítulo]. Prémio aos Anunciantes*

*Todo o anunciante que pagar um recibo de mais de 100 réis, até 31 de agosto, por anúncio começado a publicar depois de 1 de junho ficará igualmente com direito ao prémio de 100\$000 reis [...].<sup>662</sup>*

Tinha, ainda, uma modalidade, digna de nota, que procurava aliciar novos leitores dos meios operários. Em subtítulo, “Aos trabalhadores e operários leitores do jornal”, explicava o jornal:

*Todo o operário ou trabalhador que comprar os números do Mundo, desde 1 de junho a 31 de julho, fica com o direito de, quando, se impossibilitar por desastre no trabalho, receber o subsídio de 500 réis por dia, durante tantos dias quantos durar a impossibilidade devidamente comprovada, não excedente a 15.*

*O Mundo pensa em tornar efetiva esta garantia e, em estabelecer, ao fim de um ano, seguros de vida gratuitos para todos os que comprarem diariamente o jornal.*

*Para os efeitos, tanto de seguros, como de subsídios, todos os meses, em dias que se determinarem, serão passados bilhetes de identidade, na administração do jornal, às pessoas que mostrarem, com os respetivos exemplares, terem comprado O Mundo todos os dias. No dia 1 de agosto começam a passar-se bilhetes de identidade às pessoas que tiverem comprado O Mundo desde 1 a 31 de julho.*

Ao invés do *O Século*, a adoção dos novos processos autopromocionais seguia propósitos políticos: o *O Mundo* aspirava tornar-se um jornal

---

<sup>662</sup> *O Mundo*, 23 de setembro de 1907, p.3.

democrático popular de grande circulação. O crescimento industrial da cidade, a que já atrás nos referimos, impunha conceber a expansão de vendas do jornal assente na republicanização do meio operário.

Quando, a 2 de dezembro de 1907, o jornal é alvo de uma segunda suspensão, por um mês, por parte do governo de João Franco – não obstante ter modificado a sua vertente editorial, após uma primeira suspensão em julho – é já, podemos afirmá-lo, uma empresa jornalística de sucesso. Em janeiro publicita a venda do *Almanaque do Mundo* para 1908. No dia 3 explicava aos leitores a razão desta novidade editorial:

Suspenso o jornal em 2 de dezembro ficaram sem trabalho 30 e tantos homens do quadro tipográfico. Veio por isso uma comissão ter connosco, apresentando-nos a ideia do Almanaque para o quadro ter que fazer durante uma parte do período da suspensão. A ideia foi aceite, e em menos de 15 dias estavam compostas e impressas 256 páginas, restando só por fazer o trabalho da capa, que é a três cores, e o da encadernação, que são os que ainda se não concluíram.

Nesse dia, o jornal congratula-se com o sucesso de vendas do número que assinalara o seu regresso: «O nosso número de ontem teve um sucesso de estima que bem prova como são contraproducentes as perseguições facciosas e injustas. Se o ditador o quiser verificar por algum delegado, verá que antes da suspensão *O Mundo* tinha uma tiragem muito inferior á de ontem. É estranho este povo, pois não é, Sr. Ditador?».

Estávamos em vésperas do regicídio, o *O Mundo* ocupava um lugar à parte na imprensa diária republicana de Lisboa. Prova disso seriam as manifestações espontâneas de que seria alvo nos próximos anos.<sup>663</sup> O investimento no jornal *O Mundo* na nova conjuntura política ajudara à sua consolidação como o jornal político mais lido da capital, rivalizando

---

<sup>663</sup> E veja-se, por exemplo, logo em abril de 1908, os distúrbios em frente ao placard do *O Mundo*: «Às 8 horas *O Mundo* começou a publicar notícias no transparente, com os retratos dos candidatos republicanos. Na rua de São Roque juntou-se por isso uma multidão enorme que procedeu ordeiramente, limitando-se a dar palmas. Algumas das nossas notícias recomendavam ao povo serenidade. Sem embargo às 9 e meia telefonaram-nos da polícia, dizendo-nos que o governador civil estimaria que se suspendesse o transparente para evitar manifestações. No intuito de obstar a que houvesse mais desgraças que as que já tinha havido e para afirmarmos o nosso vivo desejo de não darmos pretexto a violências, fizemos suspender o transparente. Como se sabe, lá fora todos os jornais se servem de transparentes para dar notícias de sensação, e no nosso – queremos acentuá-lo – não apareceu uma palavra que pudesse irritar os espíritos. Pois o nosso transparente de ontem era, pelos modos, subversivo...Subversivos foram os factos!», *O Mundo*, 6 de abril, "Uma Manifestação Popular".

a partir daqui diretamente com o *O Século* e o *Diário de Notícias*. Esta era uma velha ambição do *O Mundo*.

No entanto, nenhuma explicação isolada pode dar conta do sucesso do jornalismo político praticado pelo *O Mundo*. No período de 1905 a 1907, a crise das instituições monárquicas pode ajudar a validar a postura de indignação, robustecer o valor moral da militância, mas não descreve o que de transitório, instável e vital incorpora a comunicação jornalística deste momento político, marcado, a nosso ver, pela forma como confluem e coexistem diversos modos de fazer política. Entre eles talvez possamos destacar o esforço isolado, mas regular, deste jornal diário, em divulgar «o dever dos homens que não querem ser cousas» (título sobre todas as colunas de 19 de agosto de 1906). O dever cívico, acrescentamos nós.

## CONCLUSÃO

No início do século XX a imprensa constituía elemento determinante da vida política portuguesa. Desde logo, porque o sistema político da monarquia liberal fora concebido com base num alicerce, de carácter ideológico e instrumental, que conferia à imprensa livre um lugar essencial: o controlo contra o abuso do poder e garante da alternância do poder. Não por acaso a percepção de que a qualidade da oposição se media pela capacidade “bélica” do seu jornalismo era de inestimável valor para todas as forças políticas e por isso partilhada. Mas não só. A imprensa esteve no cerne da tensão política e ideológica do liberalismo português, porque constituiu o elemento de maior imprevisibilidade do sistema político e, por excelência, o meio disponível para a promoção de propostas políticas alternativas, a inclusão de novas camadas da população urbana, e afirmação do igualitarismo político.

Em particular a imprensa diária, pela sua vocação para a atualidade informativa, interveio de forma continuada no debate político.

Porém, convenções noticiosas partilhadas por todo o jornalismo diário tendiam a preservar como área exclusiva dos jornais de “opinião”, a interpretação, a interpelação e o combate político. E vimos como a participação nas lutas que se desenrolam no interior do campo político exigia “pertencer” à *comunidade* dos jornais de “opinião”, porque era nesta que se estabelecia a rede de canais de comunicação política credenciados para publicamente esclarecer/interpelar o governo, ou qualquer adversário político. Na ausência de um jornalismo informativo que reclamasse o papel de interlocutor junto dos protagonistas políticos destacamos o lugar do jornalismo político partidário no debate jornalístico. Daqui resultou uma difusão fragmentada de assuntos políticos, favorável a visões sectárias e dogmáticas.

Salientámos, ainda, como fator estruturante das práticas jornalísticas, o cultivo de limites políticos informais, na imprensa diária político

partidária, por via de um conjunto de convenções jornalísticas, que vinculavam os jornais a procedimentos, que tendiam a preservar a “legítima” distância dos protagonistas políticos, bem como a partidarização do debate, delimitando o quadro de “possíveis” na luta política. A este propósito referimos a consequente valorização (partilhada) do boato – informação não confirmada – e ainda a dificuldade em impor o novo género, a entrevista.

O amplo espectro político, as ativas forças anti sistémicas e a instabilidade governativa contribuíram para permanência de um jornalismo totalmente tutelado pelo campo político. Verificando-se uma forte e generalizada instrumentalização política e a quase total ausência de autonomia jornalística, que careceu de instrumentos eficazes de autorregulação, bem como de regras deontológicas claras. O resultado é a permanência de um modelo de jornalismo político de oposição, que intervém no debate público de forma combativa e sectária. Os jornais diários revelam pouco interesse em distinguir os factos do comentário, podendo a opinião ser tomada como facto, e a informação obter uma coloração tendenciosa.

A apropriação destas convenções pelos jornais político partidários de feição democrática não foi nem linear, nem isenta de contradições. Com diferente grau de determinação e eficácia a imprensa político partidária, que se arrogou de democrática, foi “construindo”, quer pelo conteúdo, quer pela forma, a ideia força do debate político alargado a todos.

Não foi nem pela violência de linguagem, nem mesmo pela visão pessoalista da política, que os jornais republicanos se distinguiram dos jornais monárquicos, mas antes na forma como se apropriaram do modelo de debate político jornalístico dominante, transfigurando-o, quer alargando o âmbito da participação política, quer introduzindo nova controvérsia política, em torno da questão do regime, da questão social e da democracia. Consideramos insuficiente avaliar a estratégia de afirmação do partido republicano, a partir de 1905, apenas pela ótica do tratamento dos “insucessos” monárquicos.

Tudo leva a crer que coube ao jornalismo republicano radical, de forma isolada e excêntrica, a defesa e divulgação de um modelo de debate político alternativo, de teor democratizante, concorrencial e mais inclusivo.

Verificamos como o jornal *Pátria/O Mundo*, de França Borges, se singularizou, entre 1900 e 1903, na imprensa diária de Lisboa, por dar continuidade a um conjunto de práticas jornalísticas, herdadas da imprensa radical da década de noventa.

Valorizámos aqui as conclusões da análise por nós realizada ao uso do título “grande” (sobre mais de uma coluna). A este respeito, concluimos que o jornalismo republicano radical incorporou nas suas práticas jornalísticas o “trabalho” de distinguir, resumir e salientar, quase quotidianamente, assuntos da atualidade política. Isto é, foi na forma de enunciar o “problema” político e não apenas no posicionamento face às questões tratadas que o jornalismo republicano, e em particular o *O Mundo*, se distinguiram.

Ao invés da restante imprensa que toma o leitor como observador, que confere ao facto político uma dignidade, assente na “distância”, apresentando a resposta ao problema político inserta numa classe política institucionalizada, a imprensa diária republicana radical, implicou o leitor na atividade “política” atual. Alargando assim o âmbito da problemática política legítima, o que é o mesmo que dizer, diversificando (complexificando) o campo do politicamente pensável. Dirigindo-se de forma persistente e quotidiana, a um outro protagonista político, o “sujeito político coletivo” – a opinião do país, a nação, a pátria, o povo.

Lembremos que os jornais diários político partidários de Lisboa tinham uma característica: um reduzido grau de uniformização informativa. Todos eles tendiam a dispor informação política própria. A informação contida nos jornais era à semelhança da opinião por eles produzida assunto que permitia distingui-los entre si.

A imprensa republicana radical distinguir-se-ia pela capacidade de alargar o âmbito da informação política e com ela a controvérsia e o debate sobre a atualidade. Este jornalismo contribuiu para a reinvenção do político. Destacamos aqui o lugar das práticas de reportagem. As representações da sociedade em disputa no campo político, marcadas pela conformação (confirmação) ou indignação (denúncia) das desigualdades, estavam presentes nas reportagens do jornalismo diário, desde logo, nos casos de interesse humano. Os jornais republicanos serviram-se destes como trampolim para a denúncia social, subvertendo a hierarquia de fontes credíveis, partilhada pela restante imprensa, legitimando novas condutas sociais, expondo a sua visão democrática de uma sociedade de iguais, no seio da qual as desigualdades não são legítimas, e todos indivíduos devem ser considerados semelhantes. As reportagens foram pretexto para afirmar a conceção demoliberal de um campo político não só alargado a todos, mas também refletido em “tudo”.

Importa aqui realçar o papel solitário d’ *O Mundo*, no início do século XX, na construção de uma conceção igualitária da política, que eleva e

confia na mobilização e participação de “todos”. A historiografia portuguesa tende a enfatizar juntamente como o carácter “pessoalista”, “violento”, a vertente “demolidora”, “negativa”, do jornalismo republicano, no tratamento das instituições monárquicas. Porém, no peso indelmentível das “campanhas” antimonárquicas, insere-se uma alternativa política concreta aos abusos do poder, que comportava o fim da exclusividade política, eixo central da ideia democrática.

A quase total ausência do referencial democrático na restante imprensa, à exceção do *O Século*, que oscila na sua postura, até ao final de 1906, leva-nos a concluir que a imprensa diária republicana deveria surgir, antes de mais, referenciada, como aquela que utilizou novas formas de comunicação política, que procuraram impor um novo âmbito à atividade política – mais alargado e participado – contribuindo para o sinuoso e hesitante processo de democratização da sociedade portuguesa. Acresce que foi a imprensa republicana radical, e o *O Mundo* em particular, até 1904, quem elevou o voto a ato cívico, dotou as eleições de um carácter competitivo, concedendo-lhes um lugar central no sistema representativo. E bramiram solitários até 1905.

No entanto, a continuada – quotidiana – afirmação do carácter democrático igualitário, intransigente e subversivo (na forma e do conteúdo) do jornalismo radical, constitui apenas uma parcela do contributo deste para a afirmação de uma corrente democrática. É, pois, necessário levar a sério a inoperacionalidade dos sucessivos diretórios, a inatividade dos centros, no final da década de noventa, salientando como alguns jornais se constituíram o último reduto do movimento republicano democrático.

Sem imprensa diária própria as correntes socialistas e anarquistas tiveram nos jornais radicais plataformas de difusão de informação da sua atividade. O modelo de redação aberta, presente no jornalismo do final do século, favoreceu o cultivo de formas de sociabilidade, pautadas por ações políticas comuns (com ênfase na defesa do livre pensamento), e troca contínua de informação (logo aproximação) de homens de formação ideológica distinta. Pensamos que o estudo do movimento republicano, em particular a aproximação dos republicanos a estes meios políticos de Lisboa, não pode prescindir da inclusão das práticas informativas dos jornais diários.

Lembrámos, ainda, como, depois da crise do Ultimato, quando a corrente antidinástica ganhara expressão pública, sobretudo em Lisboa, e a definição dos limites políticos do debate jornalístico passara a contar

com legislação mais restritiva, e atropelos na sua aplicação, terá sido o jornalismo republicano radical, não só o mais penalizado, como aquele a quem se exigiram maiores provas de resistência. Em 1900, como vimos, só o fortalecimento dos laços entre os vários sectores políticos marginais parece explicar a sobrevivência do jornalismo republicano radical.

Em grande medida o estudo do jornalismo republicano radical salienta um dos aspetos mais marcantes do final do século XIX, um momento de oportunidade de comunicação e interação do associativismo político, facilitada pelo facto do jornal diário ainda não constituir um recurso comunicacional com elevado grau de exigência no que toca ao investimento técnico.

Pensamos ainda ter contribuído para a clarificação do incipiente papel do partido na configuração do projeto jornalístico de França Borges nos primeiros três anos da sua existência. Convém salientar como o jornal *O Mundo*, longe de representar uma rutura, foi antes a continuação de um esforço de afirmação da facção republicana radical, e a expressão jornalística da consolidação, em Lisboa, de uma abrangente corrente democrática.

Afirmamos ainda que, só após 1903, se justapõe a esta vertente democratizante (nunca abandonada) a diretriz acentuadamente partidária e sectária, visível na importância atribuída aos notáveis do partido, bem como aos conteúdos glorificadores da República, apresentada como panaceia para todos os problemas. É então que aliança Afonso Costa e França Borges se consolida, permitindo, em 1906, algum investimento na modernização d' *O Mundo*, que introduz mais ampla ilustração, intitulação e maior número de páginas. Porém, contrariando aqueles que procuram valorizar estas novidades, considerando-as determinantes para o sucesso do *O Mundo* – que, lembremos, em 1906, já rivaliza em tiragens com o *O Século* e o *Diário de Notícias* – assinalámos como todo o jornalismo diário aspirava ganhar leitores pela introdução de temáticas mais diversificadas, pelo aumento do número de páginas e de ilustrações. O *O Mundo* não se distingue dos restantes jornais político-partidários por nós estudados neste esforço de modernização. Todos eles, em certas conjunturas políticas, foram inovando, e vimos, por exemplo, os destaques em título de assuntos não políticos, no *Diário Ilustrado* (1903-1905), ou, no *Novidades*, a partir de 1905, a inserção diária, na sua primeira página, de uma caricatura.

Nenhuma explicação isolada pode dar conta do sucesso do jornalismo político praticado pelo *O Mundo*. Porém, um motivo parece assumir

maior relevo, a inadequação do liberalismo oligárquico à crescente massificação da política no maior centro urbano e industrial do país, Lisboa. No período de 1905 a 1907, a crise das instituições monárquicas pode ajudar a validar a postura de indignação, robustecer o valor moral da militância, mas não descreve o que de transitório, instável e vital, para o republicanismo, incorpora a comunicação jornalística deste momento político, marcado pela forma como confluem e coexistem diversos modos de fazer política. Momento particular em que perante a conjuntura do governo franquista no seio do republicanismo se acomoda com facilidade a tensão entre uma tendência elitista (presente na mistificação dos líderes republicanos) e democrática (política pertence a todos).

O estudo das práticas jornalísticas e em particular a problemática das fontes informativas revelou-se determinante para a compreensão dos contornos da luta travada pela significação dos acontecimentos. A adoção de práticas jornalísticas como a retificação não esgotavam, em nenhum jornal político, os recursos existentes para legitimar o conteúdo “verdadeiro” de uma notícia, esta encontrava-se na relação estabelecida entre o leitor e o seu jornal. As “fontes” credíveis dos jornais remetiam para o seu terreno de implantação.

Elencar, como alguns historiadores tendem a fazer, os apelos de teor democratizante oriundos de vários grupos políticos, colocando num mesmo plano discursos semelhantes, é a nosso ver limitativo. Na esteira de Skinner «o estudo do que alguém afirma jamais constituirá um guia suficiente para compreender o que se queria realmente dizer [...]. Por outras palavras, devemos tentar apanhar não apenas o que as pessoas estão a dizer mas também o que eles estão a *fazer* quando o afirmam». <sup>664</sup> Entender este “fazer” é vital para o nosso estudo. Porque não se trata, note-se, em exclusivo, de procurar as intenções dos “emissores”, trata-se no sentido mais amplo, de alargar significados e utilizações.

Assim continuar a avaliar o *O Mundo* pela linguagem excessiva, ou pela exploração abusiva do escândalo político, sem atender ao contexto das práticas do jornalismo do seu tempo (que valorizam o carácter bélico do jornalismo político, mas o encerram no estrito campo da classe política institucionalizada) é, antes de mais, uma forma de negar-lhe um lugar na competição política. Para além de ocultar outras formas de violência, entre elas a violência simbólica, ou, mesmo, outros “excessos” da

---

<sup>664</sup> Quentin Skinner, *Visões da Política...*, 17, itálico do autor.

imprensa monárquica, como a sua reiterada propensão para exclusão política.

É por demais conhecida a forma como se tende a desvalorizar na história da democracia em Portugal o lugar central do movimento republicano, enquanto dinamizador de um inovador esforço de “inclusão” política, em contrapartida, valoriza-se, o período de institucionalização política, e o não cumprimento da promessa de sufrágio universal do período da propaganda. Desta forma, com alguma facilidade se restringe a atividade política republicana ao seu lado institucional não a configurando nunca enquanto autor-representação, ou forma de dar sentido à coexistência social. Isto é: o político que além de poder é ainda «esse diálogo público, essa conversação ruidosa que a sociedade mantém pacificamente consigo própria a fim de produzir e gerar a sua própria historicidade».<sup>665</sup>

O estudo das práticas jornalísticas permitiu-nos contribuir para conferir algum valor a todas as instâncias de socialização e meios capazes de difundir normas e valores legitimadores de relações com o político. Sustentamos assim o lugar da imprensa como fator atuante na vida política, cultural, social, que não se esgota no descortinar dos emissores capazes de difundir uma ideia, um programa ou uma ação, e encontrar os recetores que aderem à intencionalidade expressa. A imprensa tem um grau de autonomia explicativa porque longe de repousar em automatismos é geradora de referenciais simbólicos que ultrapassam os emissores.

Por último, e ainda que lateralmente, o estudo da imprensa diária de Lisboa permite levantar algumas novas questões, com implicações quer para a história política, quer para os estudos jornalísticos.

Em particular o crescimento e afirmação da competição no jornalismo diário, no início do século XX, pode ainda ajudar a reequacionar o que de singular comportava a conjuntura política do governo de João Franco.

Por outro lado, a nossa análise parece apontar para um processo mais lento de autonomização do jornalismo face ao político, e também mais complexo, já que, como salientámos, foi a imprensa político partidária, através da sua vocação informativa, quem cultivou um dos pilares da ética profissional que mais tarde os jornalistas profissionais tomaram como seu. Foi o jornalismo político de “oposição”, monárquica e republicana, quem foi incorporando, pelo cultivo da denúncia, a exigência de transparência no exercício do poder.

---

<sup>665</sup> Jean Baudouin, *Introdução à Sociologia Política*, (Lisboa: Editorial Estampa, 2006,) 11.



## BIBLIOGRAFIA E FONTES

### BIBLIOGRAFIA

- Agamben, Giorgio. “O que é um povo”. *A Política dos Muitos, Povo, Classes e Multidão*, organização Bruno Peixe Dias, José Neves, 31-53. Lisboa: Tinta-da-China, 2011.
- Almeida, Pedro Tavares de. “Comportamentos eleitorais em Lisboa (1878-1910)”. *Análise Social* XXI, 1 (1985): 111-52.
- Almeida, Pedro Tavares de. “A Construção do Estado Liberal na Regeneração (1851-1890)”. Dissertação de Doutoramento em Sociologia Política, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1995.
- Almeida, Pedro Tavares de, e António Costa Pinto. “Libéralisme, démocratie et émergence de la société civile au Portugal”. *Cultures Politiques*, direção Daniel Cefai, 503-521, Paris: Presses Universitaires de France, 2001.
- Almeida, Pedro Tavares de, e António Costa Pinto. “Os ministros portugueses, 1851-1999: perfil social e carreira política”. *Quem Governa a Europa do Sul*, organização Pedro Tavares de Almeida, António Costa Pinto, 19-58. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2006.
- Almeida, Pedro Tavares de. “O Conselho de Estado na Monarquia Constitucional: uma reflexão preliminar”. *Cultura* 22 (2006):195-212.
- Alves, Daniel. *A República atrás do balcão (1870-1910), os lojistas de Lisboa e o fim da monarquia*. Lisboa: Edições Cosmos, 2013.
- Alves, José Augusto dos Santos. *O Poder da Comunicação, a história dos media dos primórdios da imprensa aos dias da internet*. Lisboa: Casa das Letras/ Editorial Notícias, 2005.
- Amaro, Teresa. “França Borges, Jornalista republicano (1871-1915)”. *História* 69 (Julho 1984): 50-6.
- Amaral, José Luís Mendes do. *Quem não se sente não é filho de boa gente: a ofensa em Portugal no primeiro terço do século XX*. Cascais: Patrimonia, 1997.

- Amaury, Francine. *Histoire du plus grand quotidien de la IIIe République: Le Petit Parisien, 1876-1944*. Paris: Presses Universitaires de France, 1972.
- Anderson, Benedict. *Comunidades Imaginadas, Reflexões sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo*. Lisboa: Edições 70, 2005.
- Baczko, Bronislaw. “O Revolucionário”. *O Homem Romântico*, dir. François Furet, 225-262. Lisboa: Editorial Presença, 1999.
- Baptista, Carla, e Fernando Correia. *Jornalistas do ofício à profissão. Mudanças no jornalismo português (1956-1968)*. Lisboa: Caminho, 2007.
- Baptista, Carla. *Apogeu, morte e ressurreição da política nos jornais portugueses – do século XIX ao marcelismo. Escrit’orio: Lisboa, 2012*.
- Barreto, António, e Maria Filomena Mónica, organização, *Dicionário de História de Portugal – Suplemento*. Porto: Figueirinhas, 2000.
- Barreto, José. “Os tipógrafos e o despontar da contratação coletiva em Portugal”. *Análise Social* XVII, 66 (1981-2.º): 253-91.
- Barros, Júlia Leitão de. *Afonso Costa*, coleção Fotobiografias Século XX, direção Joaquim Vieira. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002.
- Barros, Júlia Leitão de. “O Jornalismo Político Republicano Radical. O Mundo (1900-1907)”. Dissertação de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Tomo I e II, 2014.
- Barros, Júlia Leitão de. “Redações abertas: fontes informativas e terreno de implantação dos jornais políticos”. *Espaços, Redes e Sociabilidades, Cultura Política no associativismo contemporâneo*, dir. Joana Dias Pereira, Maria Alice Samara, Paula Godinho. Lisboa: Instituto de História Contemporânea, 2016. [https://run.unl.pt/bitstream/10362/18340/1/Espacos\\_redes\\_e\\_sociabilidades.pdf](https://run.unl.pt/bitstream/10362/18340/1/Espacos_redes_e_sociabilidades.pdf)
- Barros, Júlia Leitão de. “O Jornalismo político d’O Século e do Diário de Notícias.” *Comunicação Pública* 10, 17 (2015), <http://journals.openedition.org/cp/928>.
- Baudouin, Jean. *Introdução à Sociologia Política*. Lisboa: Editorial Estampa, 2006.
- Bautier, Roger, e Élisabeth Cazeneuve. *Les origines d’une conception moderne de la communication: gouverner l’opinion au XIXe siècle*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 2000.
- Berstein, Serge. “L’historien et la culture politique”. *Vingtième Siècle, Revue d’histoire*, 35 (1992): 67-77.
- Blandin, Claire, Pascal Cauchy, e Alain-Gérard Slama. *Le Figaro:deux siècles d’histoire*. Paris: A. Colin, 2007.
- Bobbio, Norberto. *O Futuro da Democracia*. S. Paulo: Paz e Terra, 2006.
- Bobbio, Norberto. *Direita e Esquerda, Razões e Significados de uma distinção Política*. São Paulo: Editora Unesp, 1994.

- Bonifácio, Maria de Fátima. *O século XIX português*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.
- Borrat, Héctor. *El periódico actor político*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1989.
- Bourdieu, Pierre. *Sobre a Televisão*. Oeiras: Celta Editora, 1997.
- Bourdieu, Pierre. *Propos Sur Le Champ Politique*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2000.
- Boudieu, Pierre. *Questões de Sociologia*. Lisboa: Fim de Século, 2.<sup>a</sup> ed., 2004.
- Bourdieu, Pierre. *A Distinção uma crítica social da faculdade do juízo*. Lisboa: Edições 70, 2010.
- Bourdon, Jérôme. “Les médias, une éthique de la transgression.” *Réseaux*, 14.78 (1996): 87-100.
- Cabral, Manuel Villaverde. *Portugal na Alvorada do Século XX, Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico de 1890 a 1914*. Lisboa: Editorial Presença, 2.<sup>a</sup> ed., 1988.
- Cabrera, Ana. *Marcello Caetano: Imprensa e Poder*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.
- Cádima, Francisco Rui. *Salazar, Caetano e a Televisão Portuguesa*. Lisboa: Presença, 1996.
- Canotilho, José Joaquim Gomes. “O Círculo e a Linha.” *Revista de História das Ideias* 9, (1987): 733-58.
- Carey, James W. “The Dark continent of American Journalism”. *Reading News, A Pantheon Guide to Popular Culture*, 146-196. New York: Pantheon Books, 1986.
- Catroga, Fernando. “Laicismo e a questão Religiosa em Portugal (1865-1911)”. *Análise Social*, 100 (1988-1.º): 211-73.
- Catroga, Fernando. “A Militância laica e a descristianização da morte em Portugal 1865-1911”. Dissertação de doutoramento, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 1988, 2 Vols.
- Catroga, Fernando. *O republicanismo em Portugal, da formação ao 5 de Outubro de 1910*. Lisboa: Editorial Notícias, 2.<sup>a</sup> ed., 2000.
- Catroga, Fernando. *Caminhos do Fim da História*. Coimbra: Quarteto, 2003.
- Cefái, Daniel. “Expérience, culture et politique” in *Cultures Politiques, dir. Daniel Cefai*, 93-116. Paris: Presses Universitaires de France, 2001.
- Cerezales, Diego Palacios. *Portugal à Coronhada, Protesto Popular e Ordem Pública nos Séculos XIX e XX*. Lisboa: Edições Tinta-da-China, 2011.
- Chadwick, Andrew. *Augmenting Democracy: Political Movements and Constitutional Reform During the Rise of Labour, 1900-1924*. Hampshire: Ashgate, 1999.

- Champagne, Patrick. “L'événement comme enjeu.” *Réseaux* 18.100 (2000): 403-26.
- Chanel, Alain. “La modernité de la formation au journalisme.” *Communication et Languages*, 128.1 (2001): 81-95.
- Chartier, Roger. *A História Cultural entre Práticas e Representações, Memória e Sociedade*. Lisboa: Difel, 2002.
- Cristo, Dina. *A Rádio em Portugal e o declínio do Regime de Salazar e Caetano (1958-1974)*. Coimbra: Minerva, 2005.
- Costa, Rui Manuel Afonso. “O Mundo e a Questão religiosa (1900-1927)”. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1998.
- Curran, James, e Jean Seaton. *Imprensa, Rádio e Televisão, poder sem responsabilidade*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.
- Domingos, Manuela. *Estudos de Sociologia da Cultura. Livros e leitores do séc. XIX*. Lisboa: Instituto Português do Ensino à distância, Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa, 1985.
- Dupuy, Micheline. “*Le Petit Parisien*”: *le plus fort tirage des journaux du monde entier*. Paris: Plon, 1989.
- Durans, Pascal. “Crise de Presse, Le Journalisme au péril du reportage (France, 1870-1890).» *Quaderni* 24, (Automne, 1994):123-52.
- Esteves, Álvaro Belmar. “João Chagas Jornalista e Republicano (1890-1900). Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 1999.
- Favre, Pierre, dir. *La Manifestation*. Paris: Presses de La Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1990.
- Fernandes, Paulo Jorge. *Mariano Cirilo de Carvalho. O «Poder Oculto» do liberalismo (1876-1892)*. Lisboa: Divisão de Edições da Assembleia da República e Texto, 2010.
- Freire, André, org. *Eleições e Sistemas Eleitorais no Século XX Português. Uma Perspectiva Histórica e Comparativa*. Lisboa: Edições Colibri, 2011.
- Freire, João. *Anarquistas e Operários. Ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940*. Porto: Edições Afrontamento, 1992.
- Gallego, Francesca A. Martinez, Antonio Laguna Platero, e Enric Borderia Ortiz. *Historia de la comunicación social, voces registros y conciencias*. Madrid: Editorial Síntesis, 1996.
- Garnel, Maria Rita Lino. *A República de Sebastião de Magalhães Lima*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

- Gonçalves, Eduardo C. Cordeiro. *Católicos e Política (1870-1910), O Pensamento e a Ação do Conde de Samodães*. Maia: Publismai – Centro de Publicações do Instituto Superior da Maia, 2004.
- Gonçalves, Júlio. *Leis da Informação, Portugal, 1627-1965*. Braga: Editora Pax, 1965.
- Gouveia, Ricardo José. *O «Século» na crise do Ultimato*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2010.
- Hobsbawm, Eric. “Libéralisme et socialisme: le cas anglais.” *Genèses* 9.1 (1992):44-59.
- Homem, Amadeu José de Carvalho. “Algumas notas sobre o positivismo Religioso e Social”, *Revista de História das Ideias* 9, (1987): 667-73.
- Homem, Amadeu José de Carvalho. *A Propaganda republicana 1870-1910*. Coimbra: s.e., 1990.
- Homem, Amadeu José de Carvalho. *Da Monarquia à República*. Viseu: Polimage Editores, 2001.
- Kapferer, Jean-Noel. *Boatos, o meio de comunicação mais velho do mundo*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1987.
- Laclau, Ernesto. *La raison populiste*. Paris: Seuil, 2008.
- Leal, Ernesto Castro, org. *Republicanismo, Socialismo, Democracia*. Lisboa: Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2010.
- Lefébure, Antoine. *Havas: les arcanes du pouvoir*. Paris: B. Grasset, 1992.
- Lemos, Mário Matos. *Jornais Diários Portugueses, O Século XX. Um dicionário*. Coimbra: Ariadne, 2004.
- Lopes, Fernando Farelo. *Poder Político e Caciquismo na 1.ª República Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.
- López, Gabriel Galdón. *Desinformação e os limites da informação*. Lisboa: Folhas e Letras, 2003.
- Manoff, Robert Karl. “Writing the News (By Telling the Story)”. *Reading News, A Pantheon Guide to Popular Culture*, 197-229. New York: Pantheon Books, 1986.
- Marques, A.H. de Oliveira. *Afonso Costa*. Lisboa: Editora Arcádia, 1972.
- Marques, A.H. de Oliveira. *Ensaios de História da I República Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988.
- Marques, A.H. De Oliveira. *Guia de História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Estampa, 1991.
- Marques, A. H. de Oliveira. “Portugal da Monarquia para a República”. *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques, vol. XI. Lisboa: Presença, 1991.

- Martins, Hermínio. *Classe, Status e Poder*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 1998.
- Mata, Maria Eugénia. “*Indústria e emprego em Lisboa na segunda metade do século 19*”. dissertação de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Economia, 1998.
- Matos, Salgado. *Tudo o que sempre quis saber sobre a Primeira República em menos de 33 mil palavras*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010.
- Matos, Sérgio Campos. “A crise da Monarquia constitucional (1890-1906).” *História de Portugal dos Tempos Pré-históricos aos Nossos Dias*, dir. João Medina, vol. IX, Amadora, Clube Internacional do Livro, s.d..
- Matos, Sérgio Campos. “A Crise Final de Oitocentos em Portugal: Uma Revisão.” *Crises em Portugal nos Séculos XIX e XX*, dir. Sérgio Campos Matos, 99-115. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002.
- McLuhan, Marshall. *Os meios de comunicação, como extensões do homem (understanding media)*. São Paulo: Cultrix, 18.<sup>a</sup> edição, 2006.
- Mcnaur, Brian. *An introduction to Political Communication*. London and New York: Routledge, 1995.
- Mcquail, Denis. *Teoria da comunicação de massas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- Medina, João, org. *História de Portugal dos Tempos Pré-históricos aos Nossos Dias*. vol. IX, Amadora: Clube Internacional do Livro, s. d.
- Mesquita, Mário. *O Quarto Poder Equívoco. O poder dos media na sociedade contemporânea*. Coimbra: Minerva, 2003.
- Mesquita, Mário. *Teorias e práticas do jornalismo: do telégrafo ao hipertexto*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2004.
- Mindich, David T. Z., *Just the Facts: How “objectivity” Came to Define American Journalism*. New York: New York University Press, 1998.
- Mónica, Maria Filomena. *A formação da classe operária portuguesa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.
- Mónica, Maria Filomena. “As reformas eleitorais no constitucionalismo monárquico 1852-1910”. *Análise Social*, 139 (1996 – 5.<sup>o</sup>):1039-84.
- Mónica, Maria Filomena. “A lenta morte da Câmara dos Pares 1878-1896”. *Análise Social*, 125 (1994):121-52.
- Moura, Maria Lúcia de Brito. *A guerra Religiosa na Primeira República, Crenças e Mitos num tempo de utopias*. Lisboa: Editorial Notícias, 2004.
- Neto, Vítor. *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal 1832-1911*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1998.
- Neveu, Érik. *Sociologia do Jornalismo*. Porto: Porto Editora, 2005.

- Neveu, Érik. “Médias, mouvements sociaux, espaces publics.” *Réseaux*, 17.98 (1999): 17-85.
- Oliveira, César. “Imprensa Operária no Portugal oitocentista: de 1825 a 1925.” *Análise Social*, n.º 39, (1973): 552-557.
- Oliveira, Lopes d’. *História da República Portuguesa, Propaganda na Monarquia Constitucional*. Lisboa: Editorial Inquérito, 1947.
- Pereira, Miriam Halpern. *Política e economia: Portugal nos séculos XIX e XX*. Lisboa: Livros Horizonte, 1979.
- Pereira, Miriam Halpern. «A historiografia contemporânea sobre o século XIX». *Ler História* 21 (1991): 93-125.
- Pinheiro, Francisco. *História da Imprensa Desportiva em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento, 2011.
- Ramos, Rui. “O Método dos Pobres: Educação Popular e Alfabetização em Portugal (Séculos XIX e XX)”. *Colóquio Educação e Sociedade* 3 (1993) 41-68.
- Ramos, Rui. “A Segunda Fundação (1890-1926)”. *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. 6. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.
- Ramos, Rui. *João Franco e o Fracasso do Reformismo Liberal (1884-1908)*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2001.
- Rebelo, Carlos Alberto. *A difusão da Leitura Pública*. Porto: Campos das Letras, 2002.
- Rêgo, Raul. *História da República*. Lisboa: Círculo dos Leitores, 1986-87.
- Reis, António, org. *Portugal Contemporâneo*. Vol. II. Lisboa, Publicações Alfa, 1989.
- Reis, António. “O Jornalista e o Historiador: Aproximações e Diferenças”. *Penélope, Fazer de Desfazer a História* 12, (1993): 135-42.
- Reis, Jaime. *O atraso económico português em perspectiva histórica: Estudos sobre a economia portuguesa na segunda metade do século XIX, 1850-1930*. Lisboa: INCM, 1992.
- Reis, Jaime. “O Analfabetismo em Portugal no Século XIX: Uma interpretação”. *Colóquio Educação e Sociedade* 2 (1993):13-40. Lisboa.
- Ribeiro, Armando Manuel Barge Bouçon. “Sociabilidades e Marginalidades em Espinho: práticas sociais, culturais e associativas (1889-1915)”. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2001.
- Rioux, Jean-Pierre, e Sirinelli, Jean-François, dir. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- Rosas, Fernando. “A crise do liberalismo e as origens do autoritarismo moderno e do Estado Novo em Portugal”. *Penélope* 2 (1989): 97-114.

- Rosas, Fernando. *Lisboa Revolucionária (1908-1975)*. Lisboa: Tinta-da-china, 2010.
- Rosas, Fernando, e Maria Fernanda Rollo. *História da I República Portuguesa*. Tinta-da-china, 2009.
- Sá, Victor de. *Roteiro da Imprensa Operária e Sindical 1836-1986*. Lisboa: Caminho, 1991.
- Samara, Maria Alice, e Rui Tavares, *O Regicídio*. Lisboa: Tinta-da-China, 2008.
- Samara, Maria Alice Dias de Albergaria. “As Repúblicas da República, História, Cultura Política e Republicanismo”. Dissertação de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2010.
- Samara, Maria Alice. “O Republicanismo”. *História da I República Portuguesa*, dir. Fernando Rosas, Maria Fernanda Rollo, 61-77. Lisboa: Tinta-da-China, 2009.
- Sampaio, António Manuel Gonçalves. “O Discurso Político na Imprensa Guardense: do final da monarquia à implantação da República”. Dissertação de Mestrado, Universidade da Beira Interior, 2000.
- Santamaria, Luisa. *El Commentario Periodístico, Los géneros persuasivos*. Madrid: Paraninfo, 1990.
- Santos, Rogério. *As vozes da rádio (1924-1939)*. Lisboa: Caminho, 2005.
- Santos, Rogério. “O jornalismo na transição do século XIX para o XX. O caso do diário *Novidades* (1885-1913)”. *Media & Jornalismo* 9 (2006): 89-104.
- Sardica, José Miguel. *A Dupla Face do Franquismo na Crise da Monarquia Portuguesa*. Lisboa: Edições Cosmos, 1994.
- Sardica, José Miguel. “Os Partidos Políticos no Portugal Oitocentista (discursos historiográficos e opiniões contemporâneas)”. *Análise Social* 83 (1997): 557-601.
- Sardica, José Miguel. “Poderes políticos e liberdade de expressão no século XIX. As censuras à imprensa durante a Monarquia”. *História* 23 (Março 2000): 28-37.
- Sardica, José Miguel. “O Jornalismo e a intelligentsia portuguesa nos finais da Monarquia Liberal”. *Comunicação & Cultura* 7 (2009): 17-38.
- Sardica, José Miguel. *Portugal Contemporâneo – Estudos de História*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2013.
- Schudson, Michael. *Discovering the News, A Social History of American Newspapers*. United States of America: Basic Books, a division of Harper Collins Publishers, 1978.
- Schudson, Michael. “Deadlines, Datelines and History”. *Reading News*, 79-108. New York: Pantheon Books, 1986.

- Schudson, Michael. *Origins of the Ideal of Objectivity in the Professions: Studies in the History of American Journalism and American Law, 1830-1940*. New York: Garland, 1990.
- Schudson, Michael. *The Power of News*. Cambridge, Massachusetts, London: Harvard University Press, 1995.
- Schudson, Michael. “A Política da forma narrativa: a emergência das convenções noticiosas na imprensa e na televisão”. *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, dir. Nelson Traquina, 278-93. Lisboa: Vega, 1999.
- Serra, João Bonifácio. “As reformas da administração local de 1872 a 1910”. *Análise Social* 103 (1988):1037-1066.
- Serrão, Joel. *Liberalismo, Socialismo, Republicanismo, Antologia de pensamento político português*. Lisboa: Livros Horizonte, 1979.
- Serrão, Joel. *Da “Regeneração” à República*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.
- Sigal, Leon V.. “Sources make news”. *Reading the News*, 15-36. New York: Pantheon Books, 1986.
- Skinner, Quentin. *Visões da Política, sobre os métodos históricos*. Oeiras: Difel, 2005.
- Sousa, Fernando. *Jornal de Notícias, A memória de um Século (1888-1988)*. Porto: Empresa do Jornal de Notícias, 1989.
- Sousa, Jorge Pedro. “Quando a modernidade bate à porta: a liberdade de imprensa em questão no Portugal do século XIX”. *Biblioteca on-line de Ciências da Comunicação*. 2011: 1-31. <http://www.bocc.ubi.pt>.
- Tarde, Gabriel. *A Opinião e a Multidão*. Sintra: Publicações Europa-América, 1991.
- Tengarrinha, José. *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Lisboa: Portugalíia Editora, 1971.
- Tengarrinha, José. *Da Liberdade Mitificada à Liberdade subvertida*. Lisboa: Colibri, 2006.
- Tengarrinha, José. *Imprensa e Opinião Pública em Portugal*. Coimbra: Minerva, 2006.
- Tengarrinha, José. “Quem lia e o que lia no final do regime monárquico: uma incursão histórica na psicossociologia da leitura”. *Estudos de História Contemporânea em Portugal*, dir. José Tengarrinha, 201-237. Lisboa: Editorial Caminho, 1984.
- Thompson, John B.. “Transformation de la visibilité.” *Réseaux*, 18.100 (2000):187-221.
- Tocqueville, Alexis de. *Democracia na América*. Lisboa: Relógio D’Água, 2008.
- Torgal, Luís Reis, e João Lourenço Roque. “O Liberalismo 1807-1890”. *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, vol. 5. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993.

- Trindade, Luís. *Primeiras Páginas, O século XX nos jornais portugueses*. Lisboa: Tinta-da-China, 2006.
- Valente, José Carlos. *Elementos para a História do Sindicalismo dos Jornalistas Portugueses*, I parte (1834-1934). Lisboa: Sindicato dos Jornalistas, 1998.
- Valente, Vasco Pulido. *O Poder e o Povo*. Lisboa: Círculo de Leitores, 3.<sup>a</sup> ed., 1999.
- Valente, Vasco Pulido. *Um Herói Português, Henrique Paiva Couceiro (1861-1944)*. Lisboa: Alêtheia Editores, 2006.
- Ventura, António. *Anarquistas, Republicanos e Socialistas em Portugal, As convergências possíveis (1892-1910)*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000.
- Veríssimo, Maria Helena. *Os Jornalistas nos anos 30/40. Elite no Estado Novo*. Coimbra: Minerva, 2003.
- Vicente, Paula Susana Nunes. “Fala o Rocha...Para uma interpretação do pensamento político de Rocha Martins”. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2003.
- Vieira, Joaquim. *Portugal Século XX, Crónica em Imagens, 1900-1910*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.
- Vieira, Joaquim. *Joshua Benoliel*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2009.
- Wallerstein, Immanuel. “Trois idéologies ou une seule? La problématique de la Modernité”. *Genèses*, 9.1 (1992):7-24.
- Wolff, Jacques. “Structure, fonctionnement et évolution du marché international des nouvelles. Les agences de presse de 1835 à 1934”. *Revue Économique* 42.3 (1991): 575-601.
- Wolton, Dominique. *Pensar a Comunicação*. Lisboa: Difel, Difusão Editorial, 1999.
- Zelizer, Barbie. *Covering the Body*. Chicago: University Press, 1992.

## FONTES

### 1. Jornais diários:

A Época	Correio da Manhã	Jornal da Manhã
A Lucta	Diário	Lanterna
A Marselheza	Diário Ilustrado	Liberal
A Nação	Diário de Notícias	Norte
A Opinião	Diário Popular	Novidades
A Palavra	Folha do Povo	O Dia
A Tarde	Imparcial	O Mundo
Correio da Noite	Jornal da Noite	O Paiz

O Popular	O Tempo	Progresso
O Primeiro de Janeiro	Pátria	Vanguarda
O Século	Portugal	

## 2. Outros periódicos:

*Almanaque Democrático para 1908.* Lisboa: Tipografia Lamas & Franklin, s.d.  
 Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, [www.parlamentopt/ArquivoDocumentação/Debates](http://www.parlamentopt/ArquivoDocumentação/Debates)  
 Distrito de Évora, n.º 1, 6 de Janeiro de 1867.  
 Leis de imprensa, legislação 1850-1907: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/>  
 O Povo de Aveiro, 1901-1907.  
 Panfletos, 1893.

## 3. Livros e Panfletos:

8.º Congresso Internacional da Imprensa, Berne 1902 (Julho). *Relatório dos Delegados da Associação dos Jornalistas de Lisboa, eleitos em Assembleia Geral de 23 de Maio de 1902*, Alfredo Mesquita, José Parreira, L. De Mendonça e Costa. Lisboa: Typographia Universal, 1903.

*A Associação da Imprensa Portuguesa, sua fundação e actos da Comissão Instaladora e da Comissão Especial de Socorros, desde Setembro de 1897 a Março de 1898. Relatório Elaborado por Alberto Bessa.* Lisboa: Imprensa de Libânio da Silva, 1898.

*A Associação de Imprensa Portuguesa no 2.º ano da sua existência. Relatório elaborado por Alberto Bessa.* Lisboa: Typographia de “O Expresso”, 1898.

*A Exposição da Imprensa. Número Único. Publicado em Comemoração do Primeiro Certamen Jornalístico que se realiza em Portugal por ocasião das Festas do IV Centenário da Descoberta do Caminho Marítimo para a Índia.* Lisboa: s.ed., 1898.

Abreu, Jorge de. *Boémia Jornalística (Memórias d’um profissional com 30 anos de serviço na «fileira»).* Lisboa: Livraria Editora Guimarães & C.ª, s.d.

Aranha, Brito. *Mouvement de La Presse Périodique en Portugal de 1894 a 1899, Section Portugaise a L’Exposition Universelle de 1900.* Lisbonne: Imprimerie Nationale, 1900.

Aranha, Brito. *Factos e Homens do Meu tempo, Memórias de um jornalista.* Tomo I e II, Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1907-1908.

Almeida, António Jorge d’. *Resposta ao questionário sobre o Ensino Elementar Formulado pela Associação dos Jornalistas de Lisboa.* Porto: Typographia de José Frutuoso, 1902.

- Apreensão de Periódicos, Consulta da Associação dos Jornalistas de Lisboa e Resposta da Associação dos Advogados de Lisboa*. Lisboa: Typographia Universal, 1902.
- Barros, Pedro Amor Monteiro de. “Emídio Navarro”. *Discursos pronunciados na sessão comemorativa dos Centenários de Anselmo de Andrade e de Emídio Navarro*, 35-46. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1944.
- Basto, A. de Magalhães de. “Três fases do Jornalismo Portuense, conferência pronunciada na sede da «Casa dos jornalistas e Homens de Letras», do Porto”. *Separata do Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. II, fasc. III, Setembro 1939.
- Bessa, Alberto. *O Jornalismo, Esboço Histórico da sua origem e desenvolvimento aos nossos dias, ampliado com a resenha chronologica e alphabetica do Jornalismo do Brasil, com um artigo prefacio de Edmundo D’Amicis*. Lisboa: Livraria Editora, Viúva Tavares Cardoso, 1904.
- Bramão, Alberto. *O Jornalismo, Conferência realizada na sede da associação de Jornalistas de Lisboa*. Lisboa: Typographia Rua da Barroca, 1899.
- Bramão, Alberto. *Recordações, Do Jornalismo, Da política, Da Literatura e Do Mundanismo*. Lisboa: Livraria Central, 1936.
- Brandão, Raul. *Memórias*. vol. I-III. Lisboa: Perspectivas & Realidades, s. d.
- Brinde Aos Senhores Assinantes do Diário de Notícias*. Lisboa: Typographia Universal, 1866.
- Borges, França. *A Imprensa em Portugal (Notas d’um Jornalista)*. Porto: A Vapor da Empreza Literária e Typographica, 1900.
- Bruno, Sampaio. *Os modernos publicistas portugueses*. Porto: Livraria Char-dron, 1906.
- Cabral, António. *As minhas memórias de jornalista, Casos da política, Lutas da política, Cartas inéditas*. Lisboa: Edições Gama, 1949.
- Camacho, Brito. *Questões Nacionais*. Lisboa: Guimarães, Ca. Editores, 1937.
- Carqueja, Bento. *A Liberdade de Imprensa*. Porto: Tipografia do Comércio do Porto, 1893.
- Carqueja, Bento. *No 70.º Aniversário de O Comércio do Porto, Homenagem do Pessoal*. Porto: Off. de O Comércio do Porto, 1924.
- “Cartas políticas do Conselheiro João Franco a Tavares Proença” *Revista de História e Cultura, Separata de Estudos de Castelo Branco*, 1964.
- Cartas d’El Rei D. Carlos I a João Franco Castello Branco, seu último Presidente do Conselho*. pref. João Franco. Porto: Livrarias Aillaud e Bertrand, 1924.
- Cartas d’El Rei D. Carlos a José Luciano de Castro, um Grande Rei: – Um Notável Estadista. Memórias Políticas*. Org. António Cabral. Lisboa: Sociedade Editora Portugal-Brasil-Lisboa, 1927.

- Carvalho, Alberto Martins de. *Trabalhos Jornalísticos, Artigos e pequenos romances, Opiniões da Imprensa, Cartas e Bilhetes*. Coimbra: ed. do autor, 1921.
- Carvalho, Alberto Martins de. Joaquim Martins de Carvalho, *Apontamentos Biográficos seguidos d'apreciações relativas a outros trabalhos do autor desta publicação*. Coimbra: Imprensa Académica, 1924.
- Cavalheiro, Rodrigues. “João Franco, Luís de Magalhães e o Parlamento de 1895.” *Separata da Revista Ocidente*, vol. LXIV. Lisboa, 1963.
- Cayolla, Lourenço. *Revivendo o Passado*. Lisboa: Imprensa Limitada, 1928.
- Chagas, João. *Trabalhos Forçados*. Biblioteca da Folha do Povo, 2 vols., Lisboa: s.e., 1900.
- Chagas, João. *Homens e Factos, 1902-1904*. Coimbra: França Amado-Editor, 1905.
- Chagas, João. *Correspondência Literária e Política*. 3 vols. Lisboa: s.e., 1957.
- Coelho, Trindade. *In Illo Tempore, Estudantes, Lentes e Futricas*. Paris-Lisboa: Livraria Aillaud & Cia, 1902.
- Correspondência Política de Afonso Costa, 1896-1910*. Org. A.H. de Oliveira Marques. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.
- Correspondência Política de Manuel Arriaga*. Org. Sérgio Campos Matos. Viseu: Livros Horizonte, 2004.
- Cristo, Homem. *Notas da Minha Vida e do Meu Tempo*. 7 vols. Lisboa: Livraria Editora Guimarães & Ca, 1934.
- Cunha, Alfredo. *Diário de Notícias, A sua fundação e os seus fundadores, Alguns factos para a história do jornalismo português, 1864-1914*. s.l.: Edição comemorativa do cinquentenário do Diário de Notícias, s.d.[1914].
- Cunha, Alfredo. *Eduardo Coelho, a Sua Vida e a sua obra, alguns factos para a história do jornalismo português contemporâneo*. Lisboa: Tipographia Universal, 1891.
- Cunha, Alfredo. “Relances Sobre Três Séculos do Jornalismo Português, Conferência proferida na Câmara Municipal de Lisboa, em 29 de Novembro de 1941”. *Separata do Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas*. Lisboa: Gráfica Santelmo, 1941.
- Das Violações da Liberdade de Imprensa, Consulta da Associação de Jornalistas*. s.l., s.e., [1902].
- Defesa do Jornal Legitimista A Pátria feita pelo redactor do mesmo jornal nos dous discursos que recitou perante o Jury Criminal de Liberdade de Imprensa em sessão de 3 de agosto de 1850*. 3.<sup>a</sup> edição. Porto: Tipographia de Faria Guimarães, 1850.

- Daciano, Bretino. “Um Jornalista Portuense do Século Passado, Manuel Fernandes Reis”. *Separata da revista O Tripeiro* XIII,10 (Fevereiro de 1958).
- Derouet, Luis. França Borges, *Palavras proferidas à beira da sua sepultura, em nome do pessoal do “Mundo” em 19 de Novembro de 1915*. Lisboa: Casa Portuguesa, s.d.
- Diário de Notícias*. O grande jornal português. s.l.: Empresa Diário de Notícias, 1925.
- Dias, Malheiro. *Entre Precipícios (Chronicas políticas dos últimos tempos)*. 2.<sup>a</sup> edição. Lisboa: Empresa Lusitana Editora, s.d.
- Discurso que nas Solemnes Exequias que o Partido Regenerador mandou celebrar na igreja parochial de Santa Justa e Ruffina em 13 de Outubro de 1882 pela alma so Insigne Patriota António Rodrigues Sampaio, Pronunciou o Prior da freguezia de Nossa Senhora da Pena de Lisboa, Francisco da Silva Figueira*. Lisboa: Typographia Universal, 1882.
- Discursos pronunciados na sessão comemorativa dos Centenários de Anselmo de Andrade e de Emídio Navarro*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1944.
- Falcão, Victor. *Reflexões e Paradoxos*. Lisboa: Gomes de Carvalho editor, 1932.
- Falcão, Victor. *Água do Meu moinho*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1946.
- Fernandes (Esculápio), Eduardo. *Memórias do «Esculápio». Das mãos da Parteira ao ano da República*. Prefácio e notas de Albino Forjaz de Sampaio. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1940.
- Ferreira, Rafael. *Nos Bastidores do Jornalismo*. Memórias de Rafael Ferreira. Lisboa: Edição Romano Torres, 1945.
- Fonseca, Tomás da. *Memórias dum Chefe de Gabinete*. prefácio de Lopes de Oliveira. Lisboa: s.e.,1949.
- Freire, João Paulo (Mário). *Os “Margalhos” da Censura, Conferência realizada em Lisboa na sede dos profissionais da Imprensa no anno 16.º da República e 1926 do Nascimento de Christo*. Lisboa: Centro Tipográfico Colonial, 1926.
- Freire, João Paulo (Mário). *Pela República! Dois anos de luta no parapeito – do Diário da Noite*. Lisboa: Livraria Central Editora de Gomes de Carvalho, 1934.
- Freire, João Paulo (Mário). *O Diário de Notícias, da sua fundação às Bodas de Diamante, Escôrço da sua História e das suas efemérides*. 1.º volume. s.l.: Edição Comemorativa das Bodas de Diamante do Diário de Notícias, 1939.
- Gomes, Luís F.. *Jornalistas do Porto e a sua Associação*. Porto: Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, 1925.

- Leal, Cunha. *Os Partidos Políticos na República Portuguesa*. Corunha: Imprensa Moret, 1932.
- Leal, Cunha. *Eu os Políticos e a Nação*. Lisboa: Portugal-Brasil, Sociedade Editora, s.d..
- Leitão, Joaquim. *A Comédia Política*. Porto: Antigas Livrarias Aillaud e Bertrand, Aillaud, Alves &Ca, Editores, 1912.
- Lima, Archer. *Magalhães Lima e a sua obra. Notas e impressões*. Lisboa: Typographia «A Editora», 1911.
- Lopes, Norberto. *Hermano Neves, a grande reportagem*. Amadora: Editora Bertrand, 1985.
- Machado, Fernão Botto. *A Liberdade de Imprensa (Carta aberta e minuta extra-processual, enviadas aos Srs. Juizes da Relação de Lisboa, a propósito do processo instaurado sobre a penúltima apreensão do jornal republicano «O Mundo»)*. Lisboa: Typographia Bayard, s.d.
- Marques, Henrique. *Memórias de um editor (Publicação Póstuma)*. Lisboa: Livraria Universal Editora, 1935.
- Martins, Rocha. *João Franco e o seu Tempo*. Lisboa: s.e, 1924.
- Martins, Rocha. *D. Carlos, História do seu Reinado*. Lisboa: s.e., 1929.
- Martins, Rocha. *Pequena História da Imprensa Portuguesa*. Lisboa: Editorial Inquérito, 1942.
- Mira, Ferreira de, e Aquilino Ribeiro. *Brito Camacho*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1942.
- Noronha, Eduardo. *Vinte e cinco annos nos bastidores da Política, Emygdio Navarro e as Novidades, A sua vida e a sua obra política e jornalística*. Porto: Companhia Portuguesa Editora, 1913.
- Noronha, Eduardo. *Fontes Pereira de Mello e os seus colaboradores, mais subsídios para a história política portuguesa do século XIX*. Porto: Companhia Portuguesa Editora, Lda. 1927.
- Noronha, Eduardo. *Reminiscências do Tablado. Peças, auctores, traductores, críticos, artistas e empresários, Memórias*. Lisboa: Livraria Guimarães & Ca., s.d.
- Noronha, Tito. *Ensaio sobre a História da Imprensa*. Lisboa: Typographia Franco-Portuguesa de Lallemand &C.<sup>a</sup>, 1857.
- Nos bastidores das Eleições de 1881 e 1901. Correspondência política de José Luciano de Castro*, org. Pedro Tavares de Almeida. Livros Horizonte: Lisboa, 2001.
- Nunes, Manuel. *As Memórias de um Agente da Polícia. O Chefe Pereira dos Santos contou-me a sua vida*. Lisboa: Editora Marítimo-Colonial, 1945.

- Olavo, Carlos. *Homens, Fantasmas e Bonecos*. Lisboa: Portugália Editora, 1955.
- Os títulos das Notícias nos Jornais*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Casa portuguesa, 1944.
- Pelos Séculos d'O Século, Guia da Exposição, Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. Lisboa: Colibri, 2002.
- Pequena História de um grande jornal. «O Primeiro de Janeiro» desde a sua fundação até entrar no 75.º Ano de existência*. Porto: Editorial «O Primeiro de Janeiro», 1941.
- Pereira, Acúrsio. “Homenagem a Eduardo de Noronha”. *Separata do n.º83 da «Revista Municipal»*, Lisboa, 1960.
- Pereira, Alerto Xavier da Silva. *As Leis de Imprensa*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1901.
- Pimenta, Alfredo. *Carta a um monarchico*. Coimbra: França & Arménio-editores, 1915.
- Pina, Mariano. *O Caso do Diário Popular*. Lisboa: Imprensa de Líbano da Silva, 1894.
- Portela, Artur. *Os mortos falam*. Lisboa: Editorial “Inquérito”, 1943.
- Regulamento interno da Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa*. Lisboa: Tipografia rua Luz Soriano, 1906.
- Relatório e Projecto Lei sobre a Liberdade de Imprensa, apresentados à Camara dos Senhores Deputados por Parte da Comissão de Legislação Criminal, na sessão de 12 de Fevereiro de 1898, pelo relator Gaspar de Queiroz Ribeiro*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1898.
- Ribeiro, Manuel Ferreira. *Homenagem a António Rodrigues Sampaio, Sócio Fundador e Presidente Honorário da Associação dos Jornalistas e Escrip-tores*. Lisboa: Lalle-mant Frères, typ., 1884.
- Rocha, Hugo. *Jornalistas*. Porto: Liga Portuguesa de Profilaxia Social, 1946.
- Salgado, Joaquim. *Virtudes e Malefícios da Imprensa*. Porto: Portucalense Editora, 1945.
- Sarmento, José. *Cidade de Mármore*. prefácio de Antero de Figueiredo. Lisboa: Edição da Empresa Nacional de Publicidade, 1937.
- Schwalbach, Eduardo. *À Lareira do Passado, Memórias*. Lisboa: Edição do autor, 1944.
- Silveira, J. Fontana da. *Carta Aberta (a um jovem proletário)*. Biblioteca de Escritores Jovens, II. Évora: Editor e Proprietário Elizeu Justo, Minerva Comercial, de José Ferreira Batista, 1910.
- Sousa, Teixeira de. *Para a História da Revolução*. vol. II. Coimbra: Livraria Editora Moura Marques & Paraísos, 1912.

- Teixeira, Luiz. *Reportagem*. 2.<sup>a</sup> edição. Lisboa: edições Paulo Guedes, 1932.
- Teixeira, Luiz. O «*Diário de Notícias e o século XIX*». s.l.: Edição do “Grupo Amigos de Lisboa”, 1941.
- Uma Hora de Jornalismo, Aspectos e Anedotas e Inconfidências da Vida Profissional*. Lisboa: Edição da Caixa de Previdência do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, 1925.
- Victorino, António Barroso Pereira. *Impressões Sociais*. Lisboa: Tipografia da Empresa do Anuário Comercial, 1926.
- Vilhena, Júlio. *Antes da República (Notas autobiográficas)*. volume I (1874-1907). Coimbra: França & Arménio – Editores, 1916.





## Júlia Leitão de Barros

Doutorada em História, pela F.C.S.H., da UNL, em 2014. Mestre em História Contemporânea, pela mesma faculdade, em 1994, com a tese *O Fenómeno de Opinião em Portugal, durante a II Guerra Mundial*, orientada por José Medeiros Ferreira. É coordenadora da Secção Ciências Sociais, da Escola Superior de Comunicação Social, do Instituto Politécnico de Lisboa, onde lecciona, desde 1997, a unidade curricular de História dos Media, na Licenciatura de Jornalismo. Nas suas publicações mais recentes saliente-se: “Redações abertas: fontes informativas e terreno de implantação dos jornais políticos” in *Espaços, Redes e Sociabilidades, Cultura Política no associativismo contemporâneo*, coord. Joana Dias Pereira, Maria Alice Samara, Paula Godinho, IHC, FCSH, Lisboa, 2016 [formato digital]; “O cerco da guerra: diplomacia e política de informação do Estado Novo (1940-42)” in *Salazar, O Estado Novo e os Media, Censura, Propaganda e Resistência*, coord. José Luís Garcia, edições 70, Lisboa, 2017, pp.127-148.

O presente estudo insere o jornal político republicano radical *O Mundo* no seio das práticas jornalísticas da imprensa diária de Lisboa, no início do século XX. A análise, forçosamente comparativa, procura responder a várias questões. Qual o lugar ocupado pela imprensa no conjunto das instituições políticas vocacionadas para o debate? O que distinguia o jornalismo diário da restante imprensa? O que distinguia o jornalismo político praticado pelos jornais apartidários e partidários? Como se acedia, procedia e modelava o debate político jornalístico (controlos formais e informais)? Que conceções de debate político estavam presentes no jornalismo diário de Lisboa? Qual o lugar da informação no debate jornalístico? Como se viabilizou o jornalismo radical no início do século? Qual a dependência das estruturas partidárias? E, por fim: quais as práticas jornalísticas que distinguiam o jornal *O Mundo* da restante imprensa diária de Lisboa?



**POLITÉCNICO  
DE LISBOA**